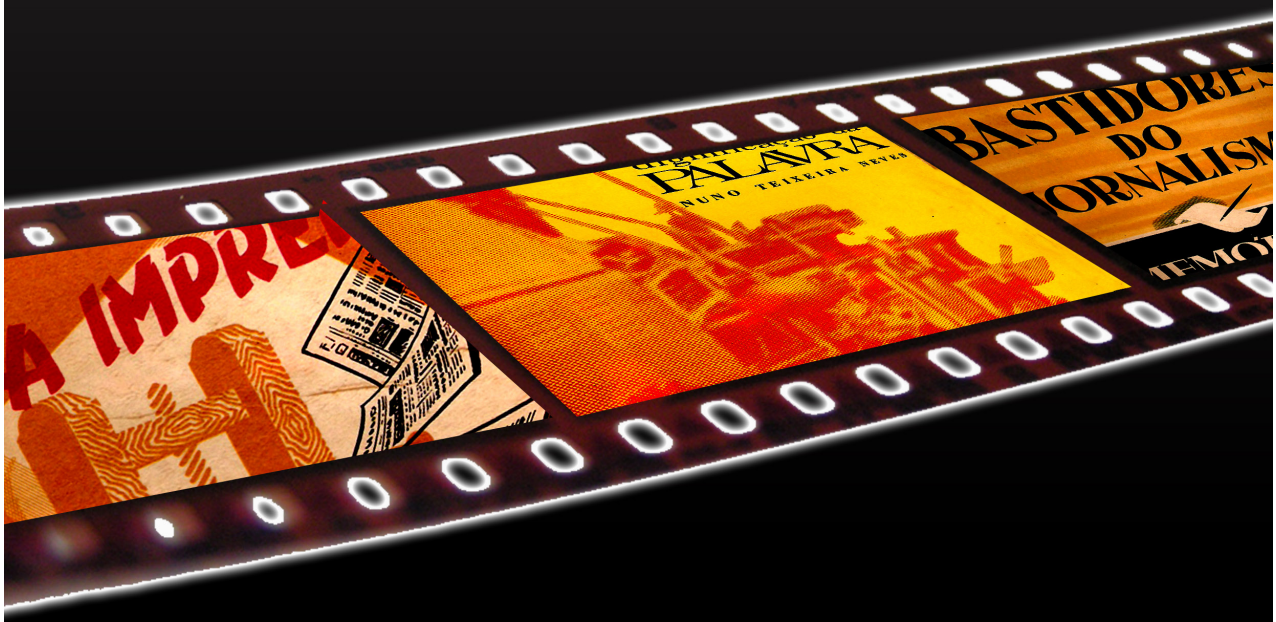
O PENSAMENTO JORNALÍSTICO PORTUGUÊS:

DAS ORIGENS A ABRIL DE 1974

VOL. I

Jorge Pedro Sousa (Coord.), Mário Pinto, Ricardo Jorge Pinto,
Gabriel Silva, Nair Silva, Carlos Duarte, Eduardo Zilles Borba,
Mônica Delicato, Patrícia Teixeira e Patrísia Ciancio.



LabCom, 2010

Livro produzido no âmbito do projecto "Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974", referência PTDC/CC-JOR/100266/2008 e FCOMP-01-0124-FEDER-009078, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de Apoio III, comparticipado pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.

O Pensamento Jornalístico Português:

Das Origens a Abril de 1974

Jorge Pedro Sousa (Coord.), Mário Pinto, Ricardo Jorge Pinto,
Gabriel Silva, Nair Silva, Carlos Duarte, Eduardo Zilles Borba,
Mônica Delicato, Patrícia Teixeira e Patrísia Ciancio.

LabCom 2010

Livros LabCom
www.livroslabcom.ubi.pt

Série: Estudos em Comunicação
Direcção: António Fidalgo
Coordenação e Edição: Jorge Pedro Sousa
Design da Capa: Eduado Zilles Borba
Paginação: Jorge Pedro Sousa e Eduardo Zilles Borba
Covilhã, Portugal, 2010.

ISBN: 978-989-654-057-9

Título: *O Pensamento Jornalístico Português: Das Origens a Abril de 1974.*

Copyright ® Jorge Pedro Sousa, Mário Pinto, Ricardo Jorge Pinto, Gabriel Silva, Nair Silva, Carlos Duarte, Eduardo Zilles Borba, Mônica Delicato, Patrícia Teixeira e Patrísia Ciancio.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação deve ser reproduzida, alojada em sistemas de troca de dados, ou transmitida, em qualquer formato ou por qualquer motivo, eletrônica, mecânica, fotocópia, gravação, e demais, sem a autorização dos autores.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Fernando Pessoa e à Universidade Fernando Pessoa
pelo apoio logístico e financeiro concedido a este projecto.

Ao CIMJ, pelo enquadramento.
Ao LabCom da UBI, pela colaboração e pela confiança.

Índice

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1: Relembrando o contexto histórico: 1644 - 1974 3

1. A Restauração da Independência e o desenvolvimento do periodismo em Portugal 4
2. Portugal e o seu jornalismo num contexto Iluminista 11
3. Portugal entre 1807 e 1910: liberalismo e explosão da imprensa . . . 16
3.1 A imprensa no período subsequente à Revolução Liberal de 1820 . . . 24
3.2 O jornalismo português no período de instabilidade (1834-1851) . . . 27
3.3 O jornalismo português na fase final da Monarquia 30
4. Portugal e o seu jornalismo durante a I República (1910-1926) 40
5. O jornalismo português sob o signo do Estado Novo 43
6. Os jornalistas em Portugal 51

CAPÍTULO 2: O advento do estudo do jornalismo em Portugal: 1644 – 1910 57

1. Os primeiros passos 58
2. As primeiras manifstações de uma crítica portuguesa ao jornalismo . . . 60
3. O vintismo e a crítica ao jornalismo 65
3.1 A crítica política conservadora ao jornalismo vintista (1820-1823): O caso de José Agostinho de Macedo 67
3.2 Mais achas para a fogueira 89
3.2.1 O novo Mestre Periodiqueiro 91
3.2.2 A segunda parte do novo Mestre Periodiqueiro, o exame do aprendiz e o Priodiqueiro por força 94
3.2.3 A(s) Carta(s) do no Mestre Periodiqueiro 99

3.2.4 Corcundas e Braz 100
3.3 A reacção liberal 102
3.3.1 Pedro Cavroé contra Macedo 105
3.4 A crítica independente em Já Fui Corcunda 106
4. Da crítica do jornalismo à teorização sobre a liberdade de imprensa . . 108
4.1 Todos (quase...) contra os constrangimentos à imprensa 115
4.2 Luciano de Castro (1959) e Trindade Coelho (1897): o comentário jurídico à liberdade de imprensa 119
4.3 A teorização de Bento Carqueja (1893) sobre a liberdade de imprensa . . . 123
5. A história do jornalismo 124
5.1 O caso Augusto Xavier da Silva Pereira no final do século XIX 125
5.2 Alfredo da Cunha (1898) lança bases para a elaboração futura de uma história da imprensa portuguesa 127
5.3 Augusto de Lacerda (1904): uma história canónica do jornalismo 130
5.4 Alberto Bessa (1904): a primeira história internacional do jornalismo publicada em Portugal 132
6. Conjuntura jornalística 136
6.1 As associações de imprensa e de jornalistas 137
6.2 Intervenções em congressos de imprensa 140
6.3 Brito Aranha (1900) e a imprensa periódica portuguesa 141
7. Jornalistas e vida profissional 143
7.1 O fundador do Diário de Notícias, Eduardo Coelho, biografado por Alfredo da Cunha (1891) 146
7.2 Sampaio Bruno (1906): a apresentação dos publicistas portugueses tardo-oitocentistas 150
7.3 Brito Aranha (1907/1908) e os homens do seu tempo 152
8. Ensino do jornalismo 157
9. Teoria do jornalismo 159
9.1 O território do jornalismo e os jornalistas 160
9.2 Moralização e dignificação do jornalismo e dos jornalistas: ética e deontologia 162
9.3 A influência social da imprensa: efeitos do jornalismo 162
9.4 Alberto Bramão (1899): a distinção entre jornalistas e os políticos que escrevem em jornais 165
9.5 Augusto de Lacerda (1904): o papel do jornalismo na "irridiação do pensamento" 168
9.6 D'Armelim Jr. (1909): as funções do jornalismo 172
10. Conclusões 174

CAPÍTULO 3: A teorização do jornalismo em Portugal: *I República (de 5 de Outubro de 1910 a 28 de Maio de 1926)* **177**

1. O jornalismo 180
2. Liberdade de imprensa 182
3. Os leitores 186
4. A independência jornalística 187
5. A imprensa na guerra 190

CAPÍTULO 4: A teorização do jornalismo em Portugal: *Estado Novo - 1ª parte (de 29 de Maio de 1926 a Maio de 1958)* **193**

1. A teoria do jornalismo 197
2. História do jornalismo 210
3. Liberdade de imprensa 274
4. Ensino do jornalismo 294
5. Jornalistas e vida profissional 313
5.1 Vida profissional 328
6. Conjuntura jornalística 340
7. Conclusão 348

CAPÍTULO 5: A teorização do jornalismo em Portugal: *Estado Novo - 2ª parte (de Junho de 1958 a Abril de 1974)* **353**

1. A teorização sobre a liberdade de imprensa 358
1.1 Mário Matos e Lemos (1964): a abordagem jurídico-filosófica da liberdade de imprensa 360
1.2 Da teorização sobre liberdade de imprensa à teorização sobre opinião pública: a perspectiva de Marelo Caetano (1965) 363
1.3 António Barbosa (1968) sobre a opinião pública. 369
2. A história do jornalismo 370
2.1 A grande história do jornalismo português: José Manuel Tengarrinha (1965) 371

3. O jornalismo, os jornalistas e as suas circunstâncias 378
3.1 O ensino do jornalismo em questão 379
4. Teoria do jornalismo 384
4.1 O território do jornalismo e os jornalistas 386
4.2 Moralização e dignificação do jornalismo e dos jornalistas: ética e deontologia 388
4.3 A crítica aos *media* 388
4.4 As técnicas e a expressão jornalística 389
4.5 Gastão (1959): o jornalismo como um ramo da literatura 391
4.6 Um "curso de jornalismo" 393
4.6.1 Técnicas de edição e preparação de jornais, por Pedro Correia Martins 394
4.6.2 Orgãos de opinião e orgãos de informação, por Jacinto Ferreira . . 395
4.6.3 Ética e responsabilidade no jornalismo, por Barradas de Oliveira . 398
4.6.4 Tendências actuais da imprensa, por João Coito 401
4.6.5 Métodos e problemas do jornalismo desportivo, por Trabucho Alexandre 403
4.6.6 Técnicas do jornalismo falado, por Silva Dias 404
4.6.7 Algums considerações sobre o regime jurídico da imprensa, por António Avelino Gonçalves 407
4.6.8 O jornalismo e os meios audiovisuais, por Barradas da Silva . . 410
4.7 Trigueiros (1963): a reflexão sobre o jornalismo audivisual 414
4.8 José Júlio Gonçalves: a sociologia da informação 417
4.9 Uma obra colectiva e multitemática: Imprensa: informar ou deformar? . . 427
4.10 Pinto Balsemão (1971): a informaçãpo na sociedade tecnetrónica . . 429
5. Considerações finais 435

BIBLIOGRAFIA **439**

APÊNDICE **476**
Apêndice 1 477

INTRODUÇÃO

Jorge Pedro Sousa

Maioritariamente, os pioneiros portugueses que produziram um conhecimento autóctone sobre o jornalismo foram votados ao ostracismo, certamente não pela irrelevância do seu pensamento, mas simplesmente pelas circunstâncias históricas, que condenaram muitas das obras que produziram às sombras e ao pó dos arquivos e bibliotecas. Só recentemente se tentou responder a perguntas de investigação como as seguintes:

1) Quais os livros sobre jornalismo publicados em Portugal, por autores portugueses, até ao 25 de Abril de 1974?

2) Quais os principais temas desses livros?

3) Como foi encarado e enquadrado teoricamente o jornalismo em Portugal? Quais as linhas de convergência e divergência que se notam na evolução do pensamento jornalístico português? O que aproxima e afasta os autores?

4) Existiu um pensamento autóctone sobre jornalismo em Portugal? Se sim, quais as suas linhas mestras?

5) Que articulação estabeleceu, se é que a estabeleceu, a produção intelectual portuguesa sobre jornalismo com as ideias e as pesquisas sobre jornalismo desenvolvidas no estrangeiro?

Com um enfoque "culturológico", a pesquisa de que este livro dá conta, e que foi realizada com o apoio da Fundação Fernando Pessoa,

da Universidade Fernando Pessoa e da Fundação para a Ciência e Tecnologia, pretendeu, assim, contribuir para:

1) Resgatar para a memória colectiva os estudos e reflexões sobre jornalismo que foram produzidas em Portugal e por autores portugueses e editados em livro até à Revolução de 25 de Abril de 1974, recuperando a produção intelectual portuguesa pioneira sobre jornalismo;

2) Avaliar a relevância científica e filosófica dessa produção; e

3) Apurar até que ponto se pode reconhecer (ou não) a existência de conhecimento jornalístico nacional, confrontando essa produção nacional com a evolução do pensamento jornalístico ocidental no mesmo período histórico.

A ambição fundamental do projecto foi, para além da publicação deste livro, a construção de uma biblioteca on-line de acesso livre de resumos de livros sobre jornalismo publicados em Portugal até 1974, com algumas informações sobre a respectiva localização em bibliotecas e os seus autores, e de textos interpretativos sobre as obras encontradas.

Em acréscimo aos contributos teóricos ao Jornalismo resultantes deste trabalho, pensa-se que os resultados da presente pesquisa podem ser relevantes para a investigação futura em campos como a história, sociologia, comunicação política, etc. e ajudam a compreender a evolução e o momento presente do jornalismo português e da profissionalidade dos seus intérpretes: os jornalistas portugueses.

É de dizer que a arqueologia dos estudos jornalísticos portugueses se revelou um campo fértil, pois efectivamente escreveu-se bastante sobre jornalismo até à Revolução de 25 de Abril de 1974. Tendo em conta que a primeira reflexão escrita sobre o jornalismo português remonta, tanto quanto se apurou, a 1644, pode afirmar-se que os teóricos portugueses do jornalismo produzem conhecimento jornalístico desde há quase 400 anos.

CAPÍTULO 1

Relembrando o contexto histórico: 1644 - 1974

Jorge Pedro Sousa

A teorização sobre jornalismo que se desenvolveu em Portugal reflecte a evolução do contexto histórico. Aliás, o que se disse sobre Portugal seria válido para qualquer outro país do mundo. Ora, tendo em consideração que o mais antigo documento português onde se pensa o jornalismo é de 1644 (Azevedo, 1644), deve-se, em consequência, relembrar, igualmente, que o mesmo foi produzido em pleno contexto das guerras pela Restauração da Independência, depois do golpe de Estado que afastou o Rei D. Filipe III (D. Filipe IV de Espanha) e colocou no trono o Duque de Bragança, sob o nome de D. João IV. A perspectiva de Azevedo (1644) é, assim, a de um adepto da Restauração que procura repor a verdade contra as notícias alegadamente falsas das publicações espanholas e da *Gazeta de Génova.*

1. A Restauração da Independência e o desenvolvimento do periodismo em Portugal

A Restauração da Independência, encabeçada pela Casa de Bragança, e a ascensão de D. João IV ao trono português só foi possível porque, devido à Guerra dos Trinta Anos, Espanha não teve capacidade de resposta imediata à intentona aristocrática que acabaria por repor o *statu quo* ibérico anterior a 1580.

De facto, quando rebentou o golpe de Estado que conduziu à Restauração da Independência, os espanhóis estavam a lutar em várias frentes: arrostavam a França; tinham de auxiliar os católicos Imperadores do Sacro-Império nas guerras que estes travavam contra os protes-

tantes e os franceses; eram obrigados a enfrentar as Províncias Unidas em terra e no mar; lidavam com uma tentativa independentista da Catalunha (também em 1640); e precisavam de afectar recursos financeiros e militares para manter não só os domínios ultramarinos mas também as possessões europeias de D. Filipe IV, designadamente no Norte de Itália e na Flandres.

Para consolidar a sua posição, o regime português independentista saído da Restauração, apoiado na alta nobreza, reorganizou administrativa, económica e militarmente o Reino, tentou desenvolver uma aliança com os principais inimigos de Espanha (França, Holanda, Suécia...) e iniciou uma ofensiva diplomática junto da Santa Sé para legitimar o novo ocupante do trono, para o que desenvolveu a teoria do "Rei natural", um Rei nacional escolhido pelo povo de um país e não imposto por um poder estrangeiro. Tentou, também, retomar o controlo dos territórios ultramarinos portugueses, nomeadamente do Brasil, vendo-se obrigado a enviar tropas para combater e expulsar os holandeses do Nordeste brasileiro, o que colocou o Reino na paradoxal situação de necessitar do apoio holandês na Europa ao mesmo tempo que combatia a Holanda no Brasil.

De qualquer modo, numa Europa em acentuada transformação, adivinhava-se, já na primeira metade do século XVII, o empalidecimento de Espanha e Portugal após o seu Século de Ouro, pese embora a conservação de grande parte dos territórios ultramarinos dos países ibéricos, quer nas Américas, quer no Extremo-Oriente (caso das Filipinas espanholas ou de Macau e Goa, possessões portuguesas na China e na Índia)[1]. Novas potências emergiram, como a Holanda e a Inglaterra, suplantando Portugal e Espanha no comércio marítimo.

A economia europeia também se foi modificando ao longo do século XVII, tornando-se crescentemente capitalista e industrial. O mundo rural perdeu progressivamente terreno para o urbano, apesar de a maioria da população continuar a viver no campo em famílias alargadas[2]. A colonização, a industrialização manufactureira e o comércio (nacional, internacional e intercontinental) proporcionaram a ascensão da burguesia. As manufacturas implantavam-se por todo o lado, rumo à Revolução

[1] Apesar dos conflitos na Europa, as possessões ultramarinas portuguesas e espanholas conseguiram resistir, maioritariamente, ao assédio holandês, inglês e francês. As rotas marítimas intercontinentais, porém, tornaram-se mais inseguras.

[2] A família nuclear (pai, mãe, filhos) é uma contingência da Revolução Industrial.

Industrial. As grandes companhias comerciais, como a Companhia Inglesa das Índias Orientais e a Companhia Holandesa das Índias Orientais (sociedades por acções), começaram a surgir, animando o comércio mundial. Apareceu o primeiro banco moderno − o Banco de Inglaterra, logo seguido pelo Banco de Amesterdão. Surgiu, também, a bolsa. Criava-se e inventava-se. O bem-estar melhorava, como se comprova pelo aumento da população europeia de 90 milhões para 130 milhões durante o século XVII (Navarro: XV, 2005: 3).

A ascensão da burguesia trouxe ar fresco à educação. O Protestantismo já tinha estimulado as pessoas a instruírem-se, para poderem ler a *Bíblia*, mas as novas exigências comerciais e industriais (por exemplo, as pessoas necessitavam de saber ler instruções e ordens) tornaram a alfabetização mais premente. Livros e jornais impressos proliferavam, dando às pessoas motivos acrescidos para se alfabetizarem. A aquisição de conhecimentos e competências rivalizava com o entretenimento enquanto motivo para levar as pessoas a instruírem-se.

A ascensão da burguesia esteve também na origem de transformações na política, pois os Estados viram-se obrigados a recorrer aos burgueses endinheirados para fazerem face às crescentes despesas e aos sucessivos défices orçamentais[3]. A burguesia começou a intervir no governo dos países, suplantando os nobres, o que acabou por ser fonte de muitos conflitos. Os burgueses principiaram, também, a adquirir as terras da aristocracia tradicional arruinada, agudizando as tensões.

Numa primeira fase, em vários países, os burgueses apoiaram a centralização do poder régio contra a tradicional nobreza feudal, tendo sido um dos alicerces do Absolutismo, sistema que em grande medida foi inventado pelo "primeiro-ministro" de D. Luís XIII, o cardeal Richelieu, que via no Rei a figura de um governante empossado por Deus, assistido por executivos acima de todos os interesses. Deus é, no Absolutismo de direito divino, a fonte do poder, e não o povo, a nação. Para que se proporcionasse a centralização do poder no Rei houve, porém, que quebrar o orgulho da aristocracia tradicional, que se revoltou em várias ocasiões. No entanto, a revolta aristocrática foi mais tardia em Portugal, pois D. João IV precisou do apoio da alta nobreza para restaurar a Independên-

[3] O ouro da América-Latina adiou o desenvolvimento de Portugal e de Espanha, pois estes países não investiram como os restantes na industrialização e alfabetização. O facto de Portugal e Espanha serem países católicos também desincentivou a alfabetização, pois, ao contrário dos protestantes, os fiéis não necessitavam de saber ler a *Bíblia*: bastava a mediação dos padres.

cia de Portugal e manter-se como Rei.

A centralização do poder no Rei destruiu as ambições das famílias nobres tradicionais, cujos pergaminhos já não chegavam para terem poder e influência. Porém, numa fase posterior, os burgueses reagiram contra o Absolutismo, exigindo uma participação maior e mais directa na governação. Uma nova doutrina política surgiu: a da soberania do povo. Esta doutrina, com raízes na Reforma Protestante[4], admitia que um povo era dono de si mesmo. Um povo poderia, no entanto, delegar o poder num soberano, desde que este lhe prestasse contas, através dos representantes populares, reunidos num parlamento. Se o soberano abusasse do poder, poderia ser destituído ou mesmo morto, algo que o Absolutismo não tolerava, já que para os absolutistas a legitimidade da monarquia residiria em Deus e não no povo.

Foi na progressista, liberal e tolerante Holanda que surgiram pela primeira vez governantes oriundos da burguesia, que enfrentaram a Casa de Orange. Em Inglaterra, os burgueses lutaram contra Carlos I, num conflito que terminou com a imposição do parlamentarismo moderno, com o poder centrado na Câmara dos Comuns. Em França, os parlamentares burgueses desempenharam um papel fundamental na revolta da Fronda contra os Bourbons e D. Luís XIV. A nobreza tradicional aliou-se, então, ao poder régio contra a burguesia, de origens populares. A Revolução Inglesa, que permitiu a institucionalização da democracia de partidos liberal, e a Revolução Francesa são os mais relevantes exemplos de revoluções burguesas. Aliás, de certa forma poder-se-ia adicionar a Revolução Americana, independentista, a essas revoluções de origem eminentemente burguesa. Mesmo as revoltas portuguesa e catalã dos anos 40 do século XVII podem inserir-se nesse quadro de reacção burguesa "perante a bancarrota e decadência dos Habsburgos hispânicos" (Navarro, XV, 2005: 17).

Duas ordens de valores políticos começaram, então, a rivalizar intensamente no século XVII. De um lado, os valores do parlamentarismo liberal, cultivados, sobretudo, pela burguesia, ávida de participar na governação, que permitiu, inclusivamente, o desenvolvimento dos jornais "de partido". Do outro, os valores da monarquia absoluta "de

[4] Lutero admitia que qualquer pessoa pode interpretar as Escrituras devido à graça divina. Em consequência, se não é necessária qualquer intermediação para comunicar com Deus, interpretando a Palavra Divina, então qualquer pessoa pode opinar sobre o rumo da governação e não deve aceitar sem discussão uma autoridade humana absoluta.

direito divino", suportada, em particular, pelos grandes aristocratas, que desde o final da Idade Média viam diminuir os seus privilégios, o seu poder e a sua influência. A Inglaterra do século XVII foi o país em que estas posições contrárias mais abertamente se digladiaram. O conflito interno entre o Parlamento e o Rei abriu, no entanto, fendas sociais e de mentalidades em todo o mundo ocidental. O "constitucionalismo" britânico e alguns dos princípios jurídicos e políticos então estabelecidos na Inglaterra seiscentista constituem alguns dos vértices dos Estados Democráticos de Direito contemporâneos.

As transformações sociais e políticas dos séculos XVI e XVII trouxeram, apesar de tudo, um apaziguamento das formas mais violentas de extremismo religioso, que em tempos anteriores originaram várias chacinas. O final da Guerra dos Trinta Anos representou a agonia da ideia da *Republica Christiana*, o estertor da vontade de unificar o continente por uma dinastia e por uma religião, e o início do sistema internacional de Estados. A produção intelectual e cultural revigorou-se, potenciando as mudanças renascentistas. Compositores, pintores, filósofos, cientistas, inventores, descobridores, escritores e jornalistas rivalizaram no arejamento das mentalidades do Velho Continente, mas também na afirmação dos valores do individualismo, do lucro e da iniciativa privada, da criação e invenção, da investigação e da reflexão; e do racionalismo antidogmático. A ciência, em particular a física de Newton, colocou diariamente em causa muitos dos dogmas religiosos.

A produção científica e tecnológica de Seiscentos permitiu, entre outras coisas, o desenvolvimento da navegação marítima, responsável pelo incremento do comércio e pela colonização ultramarina. Sobretudo, criou as condições para que o século XVIII viesse a ser o Século das Luzes.

Finalmente, a relativa paz e, com ela, a prosperidade geral alcançada pelos países europeus no final do século XVII[5], permitiu aos estados investir na criação de infra-estruturas (canais, navegabilidade dos rios, estradas...), alimentando, retroactivamente, o crescimento económico. Questões como a pobreza deixaram de ser vistas como algo de intrinsecamente pessoal, para passarem a ser vistas como problemas que os estados deveriam resolver. Os estados contemporâneos começaram, então, a desenhar-se.

[5] Prosperidade relativa, já que a França, por exemplo, estava empobrecida no final do século XVII, devido às aventuras bélicas de D. Luís XIV.

Tal como aconteceu noutros países da Europa, o século XVII trouxe a Portugal a novidade do jornalismo periódico. O seu primeiro indício foi a publicação ocasional de duas relações pluritemáticas de notícias (conhecidas por *Relações* de Manuel Severim de Faria, seu autor), em 1626 (reeditada em 1627) e 1628.

É de referir que as Relações de Manuel Severim de Faria podem nem sequer ter sido as únicas publicadas em Portugal antes de 1641, pois existe na Torre do Tombo uma Carta Régia, datada de 26 de Janeiro de 1627[6], onde se regista que, nessa data, já existiam relações de notícias há alguns anos em Portugal:

> "De alguns anos a esta parte se tem introduzido nesta cidade escrever e imprimir relações de "novas gerais"; e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes, ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias e que antes de as dar se revejam e examinem com especial cuidado".

Deve acrescentar-se que, através dessa Carta Régia alargava-se às *relações de notícias* (incluindo quer as folhas volantes quer os primeiros jornais) o sistema de censura prévia e de licenças de impressão já patente nas Ordenações do Reino:

> "Por se evitarem os inconvenientes que se podem seguir de se imprimirem em nossos Reinos e Senhorios ou de se mandarem imprimir fora deles livros ou obras feitas por nossos vassalos, sem primeiro serem vistas e examinadas, mandamos que nenhum morador nestes Reinos imprima, nem mande imprimir neles nem fora deles obra alguma, de qualquer matéria que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço, depois de ser vista e aprovada pelos oficiais do Santo Ofício da Inquisição. E achando os ditos desembargadores do Paço que a obra é útil para se dever imprimir, darão por seu despacho licença que se imprima, e não o sendo, a negarão. E qualquer impressor livreiro ou pessoa que sem a dita licença imprimir ou mandar imprimir algum livro ou obra, perderá todos os volumes que se acharem impressos e pagará cinquenta cruzados, a metade para os cativos e a outra para o acusador" (Ordenações do Reino, livro 5º, título 102).

[6] Maço da correspondência do Desembargador do Paço, fol. 19, dirigida por Filipe III ao chanceler-mor do reino, Cristóvão Soares, como veremos posteriormente.

Os constrangimentos legais à imprensa cercearam, assim, o jornalismo português emergente. Aliás, a Restauração da Independência de Portugal, a 1 de Dezembro de 1640, também não trouxe boas novidades à emergente imprensa portuguesa, pois logo em 1643 foram publicadas, por Dom João IV, leis que reforçavam o sistema de licenças prévias e censura, revigoradas por um decreto de Agosto de 1663. Essa situação só mudou com o liberalismo, no século XIX (recorde-se que no século XVIII, mais especificamente em 1768, foi, inclusivamente, instituída em Portugal a Real Mesa Censória).

Em 1641, graças à necessidade de propagandear a Restauração da Independência, começou a circular no país o primeiro jornal periódico português: a *Gazeta*, inspirada na *La Gazette* francesa de 1631 (Tengarrinha, 1989: 38). O seu primeiro número intitulou-se *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas, Que Ouve Nesta Corte, e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*. Foi publicada, com maior ou menor regularidade[7], até 1647, sendo o conjunto dessas publicações conhecidas como "gazetas da Restauração". Em Outubro de 1642, a Gazeta "da Restauração" passou a incluir a menção "*de Novas Fora do Reino*", pois foi proibida a publicação de notícias nacionais.

Entre 1647 e 1663 não foram publicados quaisquer periódicos em Portugal, apenas surgiram, pontualmente, folhas volantes, que divulgavam, essencialmente, notícias sobre a guerra da independência que Portugal travava contra Espanha (Tengarrinha, 1989: 39).

O *Mercúrio Português* foi a segunda publicação periódica estável que surgiu em Portugal. Apresentava a forma e estilo da *Gazeta* "da Restauração". Cada número procurava fazer uma cronologia noticiosa dos acontecimentos principais ao longo de um mês inteiro[8], embora sem preocupações de encadeamento. Foi editado em Lisboa, entre Janeiro de 1663 e Julho de 1667.

O propósito principal do *Mercúrio Português* era, tal como escre-

[7] Inicialmente, as gazetas "*da Restauração*" tiveram periodicidade mensal e em alguns casos quinzenal, mas posteriormente, tendo em conta os documentos sobreviventes, houve grandes períodos de tempo (por vezes mais de seis meses sucessivos) em que não foram publicadas.

[8] Um *mercúrio* francês que circulou em Portugal após 1643, entre outras publicações europeias de então, terá fornecido o modelo para o *Mercúrio Português*. Tratou-se de *Le Mercure Portugais ou Relations Politiques de la Fameuse Révolution d'État Arrivée en Portugal depuis la Mort de D. Sébastien jusque au Couronnement de D. Jean IV,* de que, segundo Tengarrinha (1989: 42), saíram sete números.

veu o seu editor, António de Sousa Macedo[9], relatar as novidades da guerra entre Portugal e Castela (Guerra da Restauração), constituindo-se quase como uma crónica noticiosa desse conflito, à semelhança de um folhetim. Os textos do *Mercúrio* têm, assim, um marcado cunho político e propagandístico (engrandecer os feitos portugueses e diminuir o estatuto dos espanhóis), além de noticioso.

2. Portugal e o seu jornalismo num contexto Iluminista

O século XVIII português assistiu ao reforço do poder real e ao desenvolvimento patrimonial e cultural da Nação, embora não acompanhado de idêntico desenvolvimento económico. De qualquer maneira, a recuperação do prestígio do Reino foi suficiente para levar Portugal a intervir na guerra da Sucessão de Espanha, tendo acolhido o pretendente austríaco ao trono espanhol, D. Carlos. Invadido por um exército franco-espanhol, Portugal conseguiu não apenas rechaçar a invasão, mas também, numa investida até Madrid, fazer aí proclamar D. Carlos como Rei de Espanha. Porém, em 1707 as forças portuguesas foram vencidas em Almansa, tendo de retirar-se do país vizinho.

Em 1703, foi assinado entre Portugal e a Inglaterra o tratado de Methuen. Nos seus termos, a Inglaterra beneficiava de um regime de favor para a comercialização de têxteis em Portugal, enquanto Portugal via facilitado o acesso dos vinhos portugueses ao mercado inglês. Até hoje não foi feito um balanço definitivo sobre se o retardamento do processo de industrialização manufactureira em Portugal (em especial nas zonas costeiras) se terá devido a esse tratado e/ou ao afluxo do ouro brasileiro, que provocou uma inflação galopante e ditou o desequilíbrio da balança de pagamentos, agravado pelas obras monumentais que então se fizeram. O estado das finanças públicas ficou, assim, irremediavelmente associado às ligações entre Portugal e o Brasil, pelo que o país adoptou uma política atlantista que, de certa forma, ignorava o que se ia passando na Europa.

A monarquia portuguesa também beneficiou as artes e as ciências, em consonância com o espírito Iluminista que se inculcava em Portugal. Os Estrangeirados, alcunha dada à elite de pensadores que introduziu

[9] Segundo Tengarrinha (1989: 41), os sete números do *Mercúrio* publicados em 1667 já não foram redigidos por Sousa Macedo.

o movimento das Luzes no país, foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento cultural de Portugal, apoiado pela Coroa e monarcas como D. João V, D. Pedro II, D. José e D. Maria I. Criou-se, por exemplo, a Academia Real da História Portuguesa, em 1720. Porém, esse desenvolvimento cultural e científico do país não foi tão pujante como noutros pontos da Europa, devido, em grande medida, ao absolutismo régio e à acção da Igreja Católica. A prova disso é que Portugal foi influenciado pelos pensadores britânicos, franceses e alemães, mas não houve reciprocidade. Por outro lado, o desenvolvimento cultural não encontrou paralelo no progresso económico, que permaneceu estagnado. Graças ao ouro brasileiro, desinvestiu-se na produção de riqueza nacional, com graves consequências futuras, pesem embora políticas posteriores de desenvolvimento manufactureiro.

Em 1755, Lisboa foi destruída por um terramoto, o que permitiu a ascensão da maior figura setecentista portuguesa: Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. Dinamizador da reconstrução da capital, o Marquês foi também o responsável pela reorganização fiscal e financeira do Reino, pelo fortalecimento centralista do Estado e pela criação de grandes companhias monopolistas que animaram a economia portuguesa. Mas o Marquês também foi responsável pela repressão que se abateu sobre nobres, populares e religiosos (em concreto, os Jesuítas, expulsos do país) que se opunham aos seus desígnios centralistas e laicos (Despotismo Iluminado) e mesmo ao ensino experimental que ele preconizava[10]. Por isso, o Marquês teve de enfrentar várias conjuras para dinamitar o poder real centralista e afastá-lo a ele pessoalmente do poder, sendo a mais famosa a dos Távoras, horrivelmente executados.

A batalha do Marquês pelo laicismo racionalista de Estado levou-o, por exemplo, a substituir o Tribunal do Santo Ofício pela civilista Real Mesa Censória, o que constituiu um dos seus actos de maior relevância simbólica, com consequências para o jornalismo.

A expulsão dos Jesuítas, decidida pelo Marquês e por D. José, levou ao corte de relações com a Santa Sé, restabelecidas somente no reinado de D. Maria I, que detestava Pombal e o substituiu no governo do Reino.

[10] Lembre-se a edição do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney (1746), livro-símbolo da defesa de um ensino experimental e empírico, baseado no concreto, contra a tradição medievalista do "magister dixit" defendida pelos Jesuítas, que monopolizavam a educação do Reino até à sua expulsão pelo marquês de Pombal. É de relembrar, neste contexto, que os primeiros grandes laboratórios e observatórios do Reino datam, precisamente, da época da governação pombalina.

O maior desafio externo que o Marquês teve de enfrentar terá sido, no contexto da Guerra dos Sete Anos, a invasão de Portugal por um exército franco-espanhol, em 1762, decorrente da recusa do país a aderir ao Pacto de Família contra a Inglaterra. Portugal foi salvo, na ocasião, pelo exército britânico, que enviou forças para o país, lideradas pelo conde de Lippe. Este reorganizou o Exército Português e a defesa do Reino, algo que Beresford repetiria quase 50 anos mais tarde, no contexto das invasões napoleónicas.

Até 1807, durante o reinado de D. Maria I, Portugal beneficiou da sua neutralidade face aos principais conflitos europeus. A integração das economias portuguesa e brasileira, o fim ou a restrição das políticas monopolistas e o fomento da iniciativa privada e a política de obras públicas e construção de infra-estruturas de comunicações permitiram um acelerado desenvolvimento da economia portuguesa que, inclusivamente, equilibraram a balança comercial. Por outro lado, científica, pedagógica e culturalmente o país também se desenvolveu, graças à criação de instituições como a Academia Real das Ciências e da fundação de escolas por todo o país, como a Academia Real da Marinha e a Academia Real de Fortificações, Artilharia e Desenho. Em 1796, foi organizada a Real Biblioteca Pública da Corte e do Reino, embrião da futura Biblioteca Nacional. Contudo, a política de relativa tolerância, liberdade e abertura foi cerceada, em particular a partir da Revolução Francesa, em 1789. Pina Manique, intendente da polícia desde 1780, batalhou intensivamente contra as ideias liberais e revolucionárias difundidas pelos afrancesados, mações e jacobinos.

A partir de meados do século XVII, Portugal, no plano jornalístico e não só, começou a atrasar-se irremediavelmente face aos países do Norte e Centro da Europa. O absolutismo régio e a Igreja Católica asfixiavam a sociedade. Assim, entre 1667 e 1715 não surgiram novos periódicos estáveis em Portugal, com excepção de três números de um *Mercúrio da Europa* (editados, semanalmente, entre 20 de Maio e 7 de Junho de 1689) e de dois números de uma *Gazeta* que datam de 1704 e foram financiados pelo Estado[11]. Contudo, a 10 de Agosto de 1715 alguma coisa mudou: surgiu a *Gazeta de Lisboa,* publicada, até 1760,

[11] Pode, ainda, referir-se a *Gazeta Composta em Forma de Carta com Algumas Notícias desde o Ano de 1701 até o de 1703,* de José Soares Silva, mas que não se destinava a circular, pelo que não pode considerar-se uma publicação de índole jornalística. A Biblioteca Nacional fez uma impressão dessa "gazeta", em 1933.

por José Freire Monterroio Mascaranhas.

A *Gazeta de Lisboa* era um periódico oficioso, com dimensões de livro (cerca de 15 x 20 cm), que oferecia notícias sobre o governo (em especial as nomeações), o país e o estrangeiro, de acordo com o escrito no frontispício: "História Anual cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa". Entre 1760 e 1762, a *Gazeta de Lisboa* passou a ser elaborada e publicada pelos funcionários da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, por privilégio real (para permitir que esses funcionários aumentassem os seus rendimentos), passando, então, a ser conhecida popularmente como *Gazeta dos Oficiais da Secretaria*. A partir dessa altura, a *Gazeta de Lisboa* passou a seguir uma orientação ainda mais administrativa, fornecendo a primeira matriz em que se viria a fundar, futuramente, o diário oficial português, actualmente designado *Diário da República*.

Durante o século XVIII, também surgiram vários *mercúrios (livros noticiosos* com extensas listas de notícias soltas, muitos deles não periódicos) em Portugal, como, entre outros, em 1741, o *Mercúrio Político e Histórico*, traduzido de publicações estrangeiras. A partir de meados do século XVIII, diz Tengarrinha (1989: 42), alguns mercúrios tomaram uma "feição filosófica e literária", tradição que não se desvanecerá no século XIX, encontrando-se entre eles, por exemplo, o *Mercúrio Filosófico (1752), o Mercúrio Gramatical (1753) e o Mercúrio Histórico, Político e Literário de Lisboa (mensário, 1794)*.

O *Mercúrio Histórico de Lisboa*, de 1743, publicado até 1745, embora ostente a designação *mercúrio*, é notoriamente semelhante às gazetas, até na periodicidade (semanal), o que evidencia que, na realidade, não se podem diferenciar as publicações jornalísticas noticiosas do século XVIII unicamente pelo título.

Além dos mercúrios, várias outras publicações surgidas em Portugal com outras designações, como "gazeta", assumiram uma linha editorial erudita, filosófica, artística, científica e literária. Em 1761, por exemplo, surgiu, em Portugal, o mensário *Gazeta Literária ou Notícia Exacta dos Principais Escritos que Modernamente se Vão Publicando na Europa* (Julho de 1761). Esse periódico procurava, essencialmente, dedicar-se aos assuntos literários, filosóficos e morais.

Após a *Gazeta Literária*, surgiram em Portugal, entre outros periódicos, a *Gazeta Extraordinária de Londres* (jornal predominantemente noticioso, de 1762), o Hebdomadário Lisbonense (também um jornal

essencialmente noticioso, de 1763) e o já referido *Mercúrio Político e Literário de Lisboa* (igualmente noticioso, de 1794). Também apareceram periódicos científicos, médicos, históricos e mesmo "enciclopédicos", que se propunham consagrar-se à "instrução pública", divulgando notícias sobre inventos, descobertas científicas e novas ideias e livros e ministrando conhecimentos gerais em domínios tão diversos como a literatura, a arte, as ciências e tecnologias e assuntos triviais (como as melhores formas de combater pulgas ou curtir peles). Estes periódicos, aparentemente inocentes divulgadores de informações e conhecimentos, ocultavam o espírito revolucionário do enciclopedismo e das "Luzes". Um deles foi o *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha Nossa Senhora e Destinado para Instrução Geral com a Notícia dos Novos Descobrimentos em todas as Ciências, e Artes*, cujo primeiro caderno (o jornal era coleccionável) foi lançado em Julho de 1779. Esses periódicos mantinham as dimensões dos livros (cerca de 15 x 20 cm) e normalmente eram paginados a uma única coluna, tal e qual como os livros. Em suma, segundo Tengarrinha (1989: 46 e 52), a paisagem da imprensa periódica portuguesa (embora nem toda possa ser considerada jornalística, no sentido que hoje damos ao termo) era já bastante diversificada, no final do século XVIII e início do século XIX, para incluir não apenas jornais noticiosos, verdadeiros antepassados do jornalismo noticioso generalista como hoje o concebemos, mas também periódicos enciclopédicos, jornais de divulgação de cultura e utilidades, de entretenimento, literários e eruditos, científicos, médicos, agrários, comerciais, históricos, musicais, humorísticos, etc.

De dizer também que durante todo o século XVIII se exerceu um controle férreo sobre a imprensa, consubstanciado, essencialmente, na vigilância, na prática da censura e das licenças prévias e ainda nas medidas repressivas contra os críticos e prevaricadores[12], que culminou, em 1768, já no período pombalino, com a instituição da Real Mesa Censória. Segundo Tengarrinha (1989: 48), o novo organismo levou ao agravamento do controlo e vigilância sobre a imprensa portuguesa, de tal forma que, entre 1768 e 1777, ano da morte do rei Dom José, "não se fundou ou publicou qualquer jornal em Portugal". Em 1787, a Real Mesa Censória foi substituída pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros, onde predominavam eclesiásticos.

[12] O redactor Correia Garção, por exemplo, morreu na prisão, por ter feito críticas veladas ao Marquês de Pombal (Tengarrinha, 1989: 47).

O alarme provocado em Portugal pela Revolução Francesa gerou, a partir de 1789, uma intensificação da vigilância e da censura, tendo-se destacado nessa tarefa, como se disse, o intendente-geral da polícia de D. Maria I, Pina Manique.

Em 1794, regressou-se à censura tripartida do Santo Ofício, dos bispos e da Mesa do Desembargo do Paço, modelo que vigorava em Portugal antes da instituição da Real Mesa Censória e que, contrariando os propósitos laicos desta última, acentuava o carácter religioso da actividade censória. De qualquer modo, pode dizer-se, em essência, que durante todo esse tempo e até ao início do século XIX o poder central exerceu um férreo controlo sobre a imprensa portuguesa. As publicações eram ainda afectadas pelo facto de os censores demorarem muito tempo a examiná-las, o que dificultava a actividade dos editores de periódicos (Tengarrinha, 1989: 106).

3. Portugal entre 1807 e 1910: liberalismo e explosão da imprensa

No início do século XIX, Portugal, preso na estrutura social, religiosa e cultural do Antigo Regime, sofreu três invasões francesas, a primeira das quais em 1807, todas elas rechaçados pelas forças anglo-portuguesas coligadas. Mas, acompanhando as tropas francesas, e também as inglesas, penetraram em Portugal, país ultraconservador e fechado, as ideias progressistas e liberais e, por vezes, anticlericais da modernidade. Aliás, alguns portugueses combateram ao lado dos franceses com a convicção de que o triunfo francês representaria o triunfo das Luzes, da razão e do progresso sobre o obscurantismo religioso e o tradicionalismo imobilista. A expulsão definitiva dos franceses de Portugal e a pacificação da Europa após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte em Waterloo não afectou a introdução dessas ideias revolucionárias em Portugal, contrárias ao Antigo Regime. A crise económica[13], a permanência de D. João VI no Brasil[14], a perda do monopólio do comércio com o Brasil e a re-

[13] Separado do Brasil, Portugal iniciaria um período de défices orçamentais consecutivos e de desequilíbrios na balança de pagamentos que só Salazar veio a conseguir domar, já no século XX, mas graças a uma política de elevados custos sociais.

[14] Que intensificou os sentimentos independentistas do Brasil e foi uma das molas da declaração da independência por este país, em 1822.

acção contra a administração inglesa do país, consentida no pós-guerra pelo Soberano português (administração essa que, logicamente, beneficiava os ingleses), conduziram, porém, à eclosão de uma Revolução Liberal, em 1820[15]. O novo governo, constitucional, e as Cortes exigiram o regresso do Rei a Portugal, concretizado em 1821. O retorno do monarca teve, no entanto, por consequência, a curto prazo, a já adivinhada independência do Brasil, em 1822, sob a égide de D. Pedro I, filho de D. João VI e lugar-tenente do Soberano português no Rio de Janeiro.

D. João VI jurou a Constituição liberal (provisória) logo no dia do seu regresso ao país, a 4 de Julho de 1821. Essa Constituição provisória instituiu pela primeira vez no país o princípio da liberdade formal de imprensa. A 4 de Julho de 1821, foi promulgado o primeiro decreto regulador da liberdade de imprensa, também assegurado pela Constituição liberal ("definitiva") de 1822, à luz do princípio da liberdade de pensamento, expresso nos artigos 7º e 8º. Criaram-se, assim, condições para o aparecimento de centenas de jornais, muitos deles político-partidários[16], em Portugal[17]. Porém, em 1823, o sucesso do golpe da Vila-Francada contra o regime liberal derrubou a Constituição de 1822 e gerou o êxodo de vários liberais, alguns dos quais não escondiam as suas simpatias republicanas, que buscaram refúgio em Inglaterra.

Em 1824, na sequência de novo golpe absolutista, conhecido por Abrilada, D. Miguel, filho de D. João VI e principal instigador das ideias absolutistas, foi exilado em Viena. No entanto, nesse mesmo ano foi promulgada legislação sobre a imprensa, que ficou novamente sob o regime da censura prévia e das licenças de privilégio. Mas em 1826, D. João VI morreu e o Conselho de Regência reconheceu D. Pedro I, Imperador do Brasil, como Rei de Portugal, sob o título de D. Pedro IV. D. Pedro doou, nesse mesmo ano, uma Carta Constitucional ao país, que bania a censura prévia, e abdicou do trono em favor da sua filha, D.

[15] Esta revolução, diga-se, foi de cariz elitista, reunindo essencialmente militares e juristas, a que mais tarde se associaram os burgueses da alta finança, mas não teve apoio popular. O Portugal profundo, conforme se veio a verificar, acreditava nos valores e dogmas do Antigo Regime e na Monarquia Absoluta. A propósito, leia-se, nomeadamente, o excelente livro de Jean-François Labourdette, *História de Portugal*, Lisboa: D. Quixote, 2003, pp. 492-498.

[16] De todas as correntes políticas, dos liberais radicais aos conservadores pró-absolutistas.

[17] Diga-se, no entanto, que vários exilados portugueses prepararam as elites para a Revolução Liberal publicando jornais livres, em português, a partir de Inglaterra. O aparecimento de centenas de jornais em Portugal após a Revolução de 1820 pode ser visto como um desenvolvimento desse fenómeno.

Maria. Em 1827, D. Pedro entregou a regência ao seu irmão, D. Miguel, com a condição de este casar com D. Maria II. D. Miguel regressou, então, do exílio, mas em 1828 declarou-se Rei absoluto, iniciando um período de perseguição aos liberais. Em 1831, D. Pedro abdicou do trono do Brasil em favor do seu filho, D. Pedro II, e, assumindo a regência em nome de D. Maria II, regressou a Portugal à cabeça de um exército liberal, abrindo um período de guerra civil. O triunfo dos liberais, em 1834, contribuiu para destruir os traços arcaicos do Antigo Regime em Portugal e levou à expatriação definitiva de D. Miguel, mas, ainda assim, até 1847 Portugal viveu um forte período de instabilidade, devido aos conflitos e golpes constantes, incluindo uma guerra civil (Guerra da Patuleia, 1846-1847), já que os liberais se digladiavam entre si, movidos mais por ambições pessoais e interesses sócio-económicos do que por ideologias (Bourdon, 1973: 140-141), e os sentimentos absolutistas ainda se mantinham fortes, em particular entre o povo (Bourdon, 1973: 145-146). A ofensiva dos governos liberais contra as ordens religiosas apenas agravou o problema. De facto, a confiscação dos bens monásticos e a venda das suas terras em hasta pública, política que tinha por intuitos não apenas destruir uma importante base de apoio dos absolutistas mas também formar uma classe média de pequenos proprietários agrícolas capaz de dar apoio político ao liberalismo, apenas conduziu à transferência das terras dos monges para os burgueses endinheirados, recompensados pelo seu apoio à causa liberal com abundantes títulos de nobreza (ver, por exemplo: Bourdon, 1973: 135-147). Grande parte do património histórico-cultural de Portugal foi, nessa altura, votado ao abandono ou destruído. No entanto, nem tudo foi mau durante o período de instabilidade, já que os governos liberais também se empenharam em modernizar o país, fundando escolas e estabelecimentos de ensino superior, melhorando a rede viária, desenvolvendo projectos para a construção de linhas de caminho-de-ferro, procurando desenvolver a colonização dos territórios portugueses em África para compensar a perda do Brasil, abolindo os monopólios do Antigo Regime e criando condições para o investimento privado industrial e comercial, etc.

Nesse período, foi promulgada legislação sobre liberdade de imprensa de sinal contrário, consoante o grupo no poder e as Constituições em vigor. Por exemplo, o Setembrismo (1836 – 1839), regime de liberais radicais, foi bastante tolerante com a liberdade de imprensa, até porque repôs a Constituição de 1822. Pelo contrário, os governos de Costa Cabral

(1842-1846), já reposta a Carta Constitucional de 1826, que conservava nas mãos do Rei o poder moderador e o executivo, reprimiram-na. Em 1847, graças a uma mal compreendida intervenção de Espanha, França e Inglaterra[18] e à celebração da Convenção do Gramado, a situação interna começou a normalizar-se. Em 1851, uma revolta militar levou o marechal Saldanha ao poder, entrando-se no período da Regeneração[19], durante o qual a vida política se estabilizou (Rotativismo dos principais partidos no poder) e os militares regressaram aos quartéis. Assim, após 1851, a liberdade de imprensa foi relativamente tolerada, mas a instabilidade social e económica do final do século XIX, bem como a proliferação das ideias republicanas, socialistas e anarquistas levaram os governos do final da Monarquia a restringirem-na.

Graças à acalmia e à liberdade de imprensa, as ideias republicanas, socialistas, trabalhistas, sindicalistas e anarquistas começaram a infiltrar-se em Portugal. Em 1876 fundou-se o Partido Republicano. Nessa mesma época, fundaram-se as primeiras associações operárias e o Partido Socialista, em 1875. A primeira greve[20] registada em Portugal data de muito antes, de 1852, tendo sido os tipógrafos lisboetas a fazê-la.

No final do século XIX, Portugal entrou de novo num período de crise que acabaria por destruir a Monarquia e se manteve até à instituição do Estado Novo, em 1933. A crise económica e as greves operárias contribuíram para o aumento da instabilidade, mas o golpe fatal no prestígio do regime monárquico foi dado em 1890, ano em que Portugal foi vexado pelo seu mais velho aliado, a Inglaterra, que dirigiu um Ultimato ao país para que este não unisse os territórios coloniais de Angola e Moçambique, cobiçados pelos britânicos[21].

[18] A crise económica e social sem precedentes e a falta generalizada de víveres geraram várias revoltas populares e tornaram o povo, arredado do jogo político, um fácil alvo de manipulação por parte de ambiciosos políticos sem escrúpulos. Em Outubro de 1846, o país, depauperado e esgotado, mergulhou na Guerra Civil da Patuleia. No entanto, a Inglaterra, a França e a Espanha intervieram para repor o *statu quo*, através da imposição da Convenção do Gramado aos beligerantes. Forças britânicas e espanholas intervieram, nessa altura, em Portugal. No entanto, a intervenção estrangeira foi muito sentida em Portugal e isso teve eco na imprensa clandestina que circulava no país, apesar da censura.

[19] Diga-se, em abono da verdade, que a vontade de *restaurar* o esplendor passado é uma das manifestações constantes do sentimento colectivo dos portugueses.

[20] Caso se exclua a greve dos pedreiros de Mafra, em 1731, e outros eventos menores.

[21] A Conferência de Berlim, em 1884, tinha instituído o princípio de que a posse de colónias em África implicava a ocupação efectiva do território e não apenas o "direito histórico". Portugal enviou, então, para o terreno várias missões exploratórias, sendo a mais conhecida a de Ivens e

Sob a pressão dos republicanos, os partidos monárquicos dividiram-se, e de dissidência em dissidência provocaram o fim do Rotativismo. Iniciou-se, então, um período de forte instabilidade governativa, já que nenhum partido lograva obter maiorias no Parlamento. O Rei D. Carlos ainda tentou, em 1907, retomar o controlo da situação, impondo a ditadura de João Franco, mas foi uma ditadura mole que provocou protestos e greves e mesmo uma revolta republicana fracassada (21 de Janeiro de 1908). A propaganda republicana, socialista e anarquista, a actividade dos sindicatos e os actos terroristas, incluindo o assassinato do Rei D. Carlos e do príncipe herdeiro, em 1908, agravaram a situação. O último Rei de Portugal, o jovem D. Manuel II, ainda tentou formar um governo de união nacional, excluindo, porém, os republicanos e os monárquicos adeptos da ditadura, mas com o país numa situação de bancarrota e a viver de empréstimos, ameaçado constantemente pelas potências credoras, os esforços do monarca foram inconsequentes. Vitoriosos nas eleições legislativas de 1910, os republicanos fomentaram uma revolução em Lisboa e instauraram a República, a 5 de Outubro de 1910. A Família Real foi forçada a exilar-se e o país juntou-se à França e à Suíça na opção republicana de regime, mas isso nada mudou de essencial. A crise económica e financeira continuou, até porque o Governo republicano empreendeu uma reforma fiscal que diminuiu os impostos indirectos. Além disso, as tensões sociais agravaram-se, pois a sanha anticlerical dos republicanos, muitos deles mações, levou a uma nova expulsão dos religiosos e ao confisco dos seus bens, de que resultou uma nova delapidação do património arquitectónico e natural do país, já que muitos dos edifícios das ordens religiosas foram votados ao abandono e os seus bens foram roubados.

O jornalismo português Oitocentista e, por associação, o brasileiro (numa primeira fase), foram profundamente afectados pelas circunstâncias extraordinárias que agitaram a Europa desde os tempos da Revolução Francesa (1789) até à queda definitiva de Napoleão, em 1814.

A imprensa portuguesa do início do século XIX viveu, assim, sob o signo da reacção do Antigo Regime à Revolução Francesa e às suas ideias. Aliás, no início do século XIX, em plena idade das Luzes, ainda existia Inquisição em Portugal, escondida sob a designação Santo

Capelo (1884), que atravessou o território que Portugal reivindicava, e apresentou às potências europeias um mapa com as suas reivindicações territoriais africanas ("Mapa Cor-de-Rosa", 1886), mas os projectos nacionais foram rechaçados pelos britânicos, que cobiçavam esses mesmos territórios.

Ofício. A censura retardou a expansão da imprensa, sendo de destacar, neste campo, os decretos do intendente da polícia Pina Manique, que, em 1803, reforçou a censura contra todas as publicações, nacionais e estrangeiras, distribuídas no Reino de Portugal, incluindo as eclesiásticas.

O início do século XIX foi também o período em que a Europa mergulhou na aventura napoleónica. A primeira invasão francesa de Portugal, em 1807, provocou a fuga da família real para o Brasil. O Rio de Janeiro tornou-se a capital do Reino (de Portugal, do Brasil e dos Algarves). Esse acontecimento teve várias consequências. Politicamente, acabaria por ser o detonador que conduziu à independência do Brasil. Por outro lado, e tal como explica José Marques de Melo (2003: 98 e ss.), foi também o factor que levou à aparição da imprensa no Brasil, cuja implantação teria sido retardada por vários fenómenos sócio-culturais, como o analfabetismo e a pobreza da maioria da população, sem excluir que a metrópole também possa ter tido razões políticas para atrasar o nascimento da imprensa brasileira.

A instalação de Dom João VI e da Corte lisboeta no Rio de Janeiro levou, por iniciativa régia, à publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro,* em 1808 (até 1822), que funcionaria como órgão oficioso do governo do Reino de Portugal e do Brasil (o Brasil foi elevado à categoria de Reino em 1815).

A expansão da aventura napoleónica por toda a Europa originou o aparecimento de uma imprensa anti-napoleónica, muitas vezes clandestina, e de outra pró-napoleónica. Nos países ocupados, as forças francesas chegaram a financiar o aparecimento de novos periódicos pró-napoleónicos, como aconteceu com o *Diário do Porto*[22], um jornal eminentemente noticioso[23], "como praticamente todos os periódicos de 1ª época da imprensa portuguesa" (Jorge, 1979: 70), publicado entre Abril e Maio de 1809, no Porto, por ocasião da segunda invasão francesa. Esse jornal estava ao serviço do marechal francês Soult, um ambicioso militar francês, comandante das forças invasoras, autocandidato ao trono de Portugal, no âmbito dos desígnios de Napoleão,

[22] Apesar da designação, o jornal não era diário.

[23] António de Resende Jorge (1979: 72), que estudou aprofundadamente o *Diário do Porto,* descobriu que 30,9% da superfície do jornal foi ocupada por notícias militares, 37,3% por notícias variadas, 14,4% por decretos assinados pelo marechal Soult e 5,6% por avisos. O jornal não incluía artigos de fundo propriamente ditos, com excepção de um artigo no primeiro número, elogioso para as tropas francesas, que se tinham abstido de saquear e destruir a cidade do Porto, apesar de, segundo o redactor, tal lhes ser garantido pelo direito de guerra.

que pretendia edificar novas casas reais nos países ocupados, sujeitas à suprema governação do imperador.

Foi no contexto da resistência contra os franceses que se assistiu, entre 1808 e 1809, à fundação de novos periódicos, alguns deles diários, como o coimbrão *Minerva Lusitana* (1808-1811). Aliás, tendo sido Portugal sujeito às invasões napoleónicas, cedo apareceu uma imprensa anti-napoleónica, como o *Diário Lisbonense*, lançado a 1 de Maio de 1809

É de notar, como descreve Tengarrinha (1989: 62), que **a maioria dos periódicos que apareceu em Portugal durante as invasões francesas** era de **natureza estritamente noticiosa,** publicando notícias sobre a guerra peninsular traduzidas de periódicos espanhóis e ingleses. Por outras palavras, nunca se perdeu a intenção noticiosa no jornalismo português, por muita força que tivesse a imprensa política. Aliás, **mesmo a imprensa política "de partido" ("party press") era, normalmente, de cariz misto, política e noticiosa,** publicando um ou mais artigos de fundo de cariz político e combativo, mas também notícias (às vezes seleccionadas e interpretadas em função da linha política do periódico).

A partir de 14 de Junho de 1809, a *Gazeta de Lisboa*, até então de periodicidade trissemanal, passou também a publicar-se diariamente. A periodicidade diária do *Diário Lisbonense* e da *Gazeta*, entre outros, indicia que em Portugal, apesar do crónico atraso e subdesenvolvimento do país, já havia condições para o aparecimento de jornais diários, embora mais de um século depois deles terem surgido noutros pontos da Europa. Apareceram, aliás, vários outros jornais de periodicidade diária, embora de vida efémera, como o *Novo Diário de Lisboa, o Jornal de Lisboa, o Correio da Tarde e O Mensageiro.*

O jornalismo diário terá, certamente, aprofundado o interesse pelo que havia de novo no país e no mundo, tanto mais que a guerra desestabilizava e ensanguentava a Europa, onde novas ideias se propagavam, sentindo-se necessidade de informações. Esse constante aumento da necessidade de informações e do interesse pelo que se passava no mundo retroactivamente aprofundará a necessidade social de jornais, enquanto veículos de ideias e informações, tal como promoverá o interesse pela imprensa.

Durante as invasões francesas, floresceu, também, uma imprensa clandestina anti-napoleónica no Portugal ocupado, incluindo várias publicações manuscritas e de pequena tiragem, como a *Gazeta de Almada,* lançada a 25 de Agosto de 1808, por vezes distribuídas pelas tropas ingle-

sas e portuguesas para incitar o povo à sublevação contra os ocupantes. Mas também apareceram vários periódicos pró-napoleónicos de iniciativa privada, pois as ideias de Napoleão para uma Europa unida à luz dos princípios das Luzes e da Revolução Francesa encantavam alguns sectores burgueses de Portugal. Tengarrinha (1989: 61) inventaria 24 jornais surgidos em Portugal, só em 1809, durante a segunda invasão francesa, "o que dá uma imagem expressiva da efervescência dos ânimos e do dinamismo e combatividade da opinião pública", acicatada contra o invasor.

A expulsão definitiva dos invasores franceses de Portugal, com o auxílio de Inglaterra, não levou à liberdade de imprensa. Pelo contrário. Anacronicamente, as autoridades reforçaram os dispositivos da censura e das licenças prévias para impedir a propagação das ideias liberais, contrárias ao Absolutismo Régio e ao Antigo Regime. Entre 1810 e 1820, são relativamente poucos os periódicos a surgirem, e os que apareceram, como diz o principal estudioso contemporâneo da história da imprensa portuguesa, José Manuel Tengarrinha (1989: 73), seguiam um modelo de jornalismo erudito, versando as letras e as artes, ou então obedeciam a um modelo de jornalismo noticioso, havendo ainda a registar publicações humorísticas e de entretenimento (que dificilmente se podem considerar "jornalismo" como hoje o entendemos).

Segundo Tengarrinha (1989: 73), o único periódico legal publicado em Portugal no período que se seguiu às invasões francesas foi o oficioso *Gazeta de Lisboa*, controlado pelo Governo, que praticava uma espécie de jornalismo político "de partido". Porém, nessa mesma época surgiram também em Portugal folhas volantes e jornais políticos provenientes do estrangeiro, pois vários liberais portugueses exilados procuraram fazer chegar ao país publicações liberais redigidas e impressas em Inglaterra e França. Todavia, essas publicações cedo contaram com a oposição do regime, que as ilegalizou e ameaçou com várias penas, da multa à prisão e ao degredo, aqueles que as comprassem, vendessem ou conservassem. São exemplos o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*[24] (publicado entre 1808 e 1822), O *Campeão Português ou O Amigo do Rei e do Povo (Jornal Político, Publicado Todos os Quinze Dias para Advogar a Causa e o Interesse de Portugal), O Observador Lusitano em Paris ou ainda O Investigador Português em Inglaterra*. Este último, essencialmente científico, literário e noticioso, chegou a contar

[24] *O Correio* é considerado o progenitor da imprensa brasileira.

com subvenções do representante de Portugal em Londres, para se opor à influência do *Correio Braziliense*, mas, a partir de Janeiro de 1814, o jornal adquiriu um rumo editorial independente, que levou à suspensão do apoio governamental e à morte do periódico (Tengarrinha, 1989: 87). Há ainda que dizer que a periodicidade desses jornais era variada, havendo jornais quadrimestrais (como *O Observador Lusitano em Paris*, lançado em 1815), mensais (como *O Português*, de 1814) ou quinzenais (*O Campeão Português*, que depois passou a mensal, em 1819). O seu formato era similar ao dos livros (15 x 20 cm), fazendo lembrar pequenos opúsculos ou mesmo livros noticiosos (como no caso de *O Observador Lusitano em Paris).*

3.1 A imprensa no período subsequente à Revolução Liberal de 1820

Em 1820, deu-se em Portugal a Revolução Liberal e Constitucionalista. As novas Cortes obrigaram D. João VI a regressar ao país, a 26 de Abril de 1821. As Bases da Constituição estabeleciam, logo no seu número 8, o princípio da liberdade da comunicação dos pensamentos, sem censura. A 12 de Julho de 1821, foi aprovada a primeira lei sobre liberdade de imprensa, que previa mecanismos jurídicos para condenar os abusos dessa liberdade. A Constituição liberal de 1822 reforçou o direito à liberdade de expressão e de imprensa.

O triunfo liberal criou condições para o aumento do número de jornais (publicados, essencialmente, no Porto, em Lisboa e em Coimbra) e permitiu o regresso de exilados, que importaram para Portugal as técnicas, tácticas, tendências e estratégias do jornalismo europeu da época.

Embora intervenientes, os periódicos eram escritos numa linguagem simples e directa, o que facilitava a difusão das novas ideias junto da população (Vargues, 1997). O *Astro da Lusitânia*, surgido a 30 de Outubro de 1820, foi um dos jornais nascidos nesse contexto.

A partir de 1822, também surgiram em Portugal periódicos contra-revolucionários, ferozmente antiliberais e truculentos, como o *Gazeta Universal, o Braz Corcunda e o Trombeta Lusitana*, entre muitos outros. Foi, então, promulgada legislação repressiva da liberdade de imprensa, ainda em 1822, passando o editor ou impressor a ser responsável pelos escritos dos autores e punindo-se os ataques ao Estado.

É interessante notar que a Revolução Liberal, a promulgação da Constituição (1822) e da Lei de Liberdade de Imprensa (1821) também impulsionaram o jornalismo nos territórios ultramarinos. Apareceram, por exemplo, jornais em Goa (*Gazeta de Goa*, de 1821) e em Macau (*Abelha da China*, 1822). Surgiram, igualmente, novos periódicos no Brasil, que deram uma força determinante às reivindicações que acabaram por conduzir à independência brasileira, em 1822, como o *Revérbero Constitucional Fluminense.*

Durante o período de instabilidade política e de rebeliões que agitou Portugal após 1822, tornou-se inconstante a velocidade a que apareciam, anualmente, novos periódicos. O triunfo do golpe absolutista e miguelista da Vilafrancada, a 3 de Julho de 1823, provocou a queda do regime constitucional e restabeleceu a censura e o regime de licenças para a fundação de jornais. Inclusivamente, entre 1823 e 1826 apenas se publicaram em Portugal periódicos miguelistas, mas vários liberais exilados procuraram introduzir jornais clandestinos em Portugal, animando a causa liberal.

Em 1826, Dom João VI morreu, possivelmente envenenado, o que agravou as tensões e confrontos na sociedade portuguesa entre absolutistas e liberais. A própria Família Real estava dividida. Ao contrário do Rei, a Rainha Dona Carlota Joaquina tinha-se recusado a jurar a Constituição liberal de 1822 e chegou a unir forças com o infante Dom Miguel nos levantamentos absolutistas, o que acabaria por ditar o exílio de Dom Miguel em Viena.

Na sequência da morte do monarca, Dom Pedro I, Imperador do Brasil, filho primogénito de Dom João VI, foi proclamado Rei de Portugal, a 20 de Março de 1826. Ainda no Brasil, Dom Pedro outorgou a Portugal uma nova Constituição, a Carta Constitucional, a 29 de Abril de 1826. A Carta devolvia ao Rei vários poderes e privilégios que lhe tinham sido retirados pela Constituição de 1822, através da instituição, na Lei Fundamental, de um poder moderador, atribuído ao monarca. O Soberano podia, nos termos da Carta Constitucional, intervir sobre os restantes poderes. Três dias após a promulgação da Carta, Dom Pedro abdicou do trono português em favor da sua filha, a Rainha Dona Maria II.

A Carta Constitucional parecia assegurar a liberdade de imprensa, mas sucessivas leis e decretos posteriores coarctaram-na. A censura prévia nem sequer se chegou a extinguir. Não obstante, a promulgação da Carta Constitucional criou condições para a aceleração do ritmo de aparecimento de novos periódicos.

A promulgação da Carta Constitucional originou divisões entre os liberais que defendiam a Constituição de 1822 ("progressistas", em que alinhavam, especialmente, membros da baixa e média burguesia) e os liberais que defendiam a Carta ("conservadores", que agrupavam, essencialmente, membros da alta burguesia). Mais tarde, as divisões no campo liberal originaram, inclusivamente, uma forte instabilidade política e militar.

A partir de 1827, com a conivência de Dom Miguel, deram-se novas sublevações absolutistas. Nesse mesmo ano, Dom Pedro nomeou Dom Miguel regente de Portugal. Em 1828, Dom Miguel regressou a Portugal, aceitando, previamente, casar-se com Dona Maria e governar de acordo com as leis liberais, tendo mesmo chegado a jurar a Carta Constitucional. Porém, traindo a confiança de Dom Pedro, convocou as Cortes e, em 1828, condicionou-as a declará-lo Rei absoluto, iniciando um novo período de instabilidade e de revoltas, que culminou na Guerra Civil.

A proclamação de D. Miguel como rei absoluto e antiliberal, em 1828, e a sanguinolenta perseguição que ele encetou aos liberais asfixiaram, novamente, a imprensa nas malhas da censura (a cargo da Mesa do Desembargo do Paço), das licenças prévias e da repressão. Vários cidadãos-jornalistas foram presos (como Almeida Garrett, editor de *O Português*), outros tiveram de exilar-se. Pelo menos um jornalista e político liberal foi condenado à morte: José Sousa Bandeira, editor de O *Azemel Vimaranense*, de Guimarães (acabou por não morrer na forca devido à entrada providencial do exército liberal em Lisboa, já no fim da guerra civil).

Os escassos jornais que se publicaram legalmente em Portugal no período miguelista enalteciam sem reservas a figura de D. Miguel. Distinguiram-se, nessa tarefa, o padre José Agostinho de Macedo, editor de *A Besta Esfolada* e *O Desengano*; o padre Alvito Buela Pereira de Miranda (editor de *O Cacete* e *A Defesa de Portugal*); e ainda outro religioso, Frei Fortunato de São Boaventura, editor de *A Contra Mina* e de *O Mastigoforo*. Apesar disso, algumas publicações de cariz liberal continuaram a surgir no território português, em especial nas ilhas atlânticas (*Crónica Terceira,* nos Açores; *O Defensor da Liberdade*, na Madeira), controladas pelos liberais. Essas publicações circulavam clandestinamente no Portugal amordaçado e digladiavam-se verbalmente com os jornais pró-absolutistas.

As perseguições políticas desencadeadas em Portugal pelos absolutistas originaram, por outro lado, uma segunda emigração de intelectuais e burgueses liberais. Alguns desses novos exilados liberais que rumaram a Espanha, França e Inglaterra elaboraram jornais políticos (alguns deles também satíricos) e político-noticiosos, que enviavam clandestinamente para Portugal. São exemplos destes jornais *O Correio Interceptado (1825-1826), O Cruzeiro ou Estrela Constitucional dos Portugueses (1826-1827) e O Português Emigrado (1828-1829).*

Em 1831, Dom Pedro abdicou do trono do Brasil em favor do seu filho, Dom Pedro II, e pôs-se à frente das forças liberais, que invadiram Portugal e derrotaram definitivamente os absolutistas, em 1834. Nesse mesmo ano, Dom Miguel partiu para o exílio e não mais regressaria ao país, mas Dom Pedro morreu.

3.2 O jornalismo português no período de instabilidade (1834-1851)

O triunfo das forças liberais não significou o fim da instabilidade política e militar em Portugal. Nesse contexto, surgiram no país vários jornais políticos "de partido", alguns clandestinos, outros legais, que ajudaram a consolidar o papel da imprensa portuguesa como espaço público e arena pública, embora a leitura de jornais e a participação no processo decisório estivesse circunscrita, nessa época, à minoria alfabetizada e detentora do poder económico. Ainda em 1834, aliás, foi promulgada uma nova Lei da Liberdade de Imprensa, relativamente permissiva, que suscitou um reflorescimento da imprensa portuguesa.

Nessa época, o factor talvez mais interessante para o desenvolvimento futuro do jornalismo português não veio do jornalismo estritamente político e erudito, mas sim do jornalismo político-noticioso e "popular", pois, em 1826, tinha aparecido o primeiro diário "popular" português de sucesso, o *Periódico dos Pobres*, vendido a dez réis, o que o colocava ao alcance de um maior número de bolsas (os jornais políticos das elites praticavam preços que algumas vezes atingiam 60 réis ou mais). O *Periódico dos Pobres* foi publicado até 1846 e chegou a ter pelo menos cinco mil assinantes (Tengarrinha, 1989: 141). Tratava-se de um jornal essencialmente noticioso, escrito numa linguagem simples e que manifestava uma certa independência política, embora alinhasse pela defesa da Carta Constitucional. O seu aparecimento mostra que algumas das

ideias que estavam, na mesma época, a permitir a lenta transformação "industrial" da imprensa norte-americana e europeia também ecoavam em Portugal.

Vários outros jornais "populares", inspirados no modelo do *Periódico dos Pobres*, surgiram em Portugal antes do aparecimento do primeiro jornal noticioso "industrial" (o Diário de Notícias), como o *Periódico para os Pobres* (Lisboa, 1827), o *Periódico dos Pobres no Porto* (Porto, 1834), o Periódico do Pobre (Lisboa, 1837), o *Dez Réis − Jornal de Utilidade* (1841) e o *Jornal de Utilidade Pública* (1841). Surgiu ainda, efemeramente, um pequeno jornal mais barato, *O Cinco Réis.*

Se a Lei de Imprensa de 1834 criou condições para o aparecimento de jornais políticos e político-noticiosos, de várias cores políticas, incluindo periódicos críticos para com todas as posições (como *O Azorrague,* de 1838), o triunfo da Revolução de Setembro (10 de Setembro de 1836) e o restabelecimento da Constituição de 1822, bastante mais liberal do que a Carta Constitucional, deram novo alento à criação de jornais em geral. Porém, e como diz Tengarrinha (1989: 156), "A partir de 1838 acentua-se a decadência do setembrismo e toma ascendência crescente o cartismo. Em 1840, da ordem estabelecida pela Revolução de Setembro já pouco restava." Assim, após 1840, o ritmo de criação de jornais diminuiu, até porque uma nova lei, promulgada em Novembro de 1847, criava novas restrições ao exercício da liberdade de imprensa e obrigava os editores de jornais a preencher requisitos cívicos extraordinários e a terem bens avaliados em pelo menos um conto e duzentos mil réis, para sustentar indemnizações e multas em juízo. Aumentou, também, a perseguição aos jornalistas e aos jornais, nomeadamente sob o governo de Costa Cabral, que tinha reposto em vigor a Carta Constitucional, em 1842. Essa situação repressiva e censória (actos administrativos, julgamentos sumários por abuso de liberdade de imprensa, impedimento de circulação por correio, pagamento a arruaceiros que destruíam as tipografias, etc.) manteve-se, de resto, até 1851, apesar de não ter impedido por completo a edição de jornais oposicionistas, ainda que, em alguns casos, clandestinos. *O Procurador dos Povos, A Lança, O Atleta* e *A Revolução de Setembro* são apenas alguns exemplos de jornais políticos surgidos nesses tempos conturbados do meio do século XIX. Muitos deles, por falta de assinantes, tiveram existência efémera, mas outros chegaram a tiragens de dois mil exemplares e superiores (Tengarrinha, 1989: 150-151) e duraram vários anos, o que mostra que os burgueses da época estavam,

de facto, engajados na actividade política, o que se reflectia na leitura de jornais. A imprensa configurava, assim, **um novo espaço público**, mais simbólico do que material e entendido, essencialmente, como **arena pública.**

A revolta popular da Maria da Fonte, em 1846, e a guerra civil da Patuleia, entre 1846 e 1847, levaram à interdição dos jornais de combate político, embora vários se publicassem clandestinamente, como *O Espectro,* redigido por António Rodrigues Sampaio, que sucedeu ao *Eco de Santarém* e se tornou o principal jornal oposicionista. Tratava-se de um jornal **gratuito**, antigovernamental.

O termo da guerra civil da Patuleia, graças à Convenção de Gramido, a 29 de Julho de 1847, não pôs fim à instabilidade e à violência. Pelo contrário, tornaram-se frequentes os assaltos a jornais e tipografias. A implantação da República em França (1848) e a difusão das ideias revolucionárias agudizaram o clima de instabilidade que se vivia em Portugal. Além disso, as eleições de 1848 reconduziram Costa Cabral ao poder. O governo cabralista apresentou, logo nesse ano, um projecto de lei que restringia a liberdade de imprensa. Embora duramente criticada por cidadãos-jornalistas como Alexandre Herculano e Almeida Garrett, a nova legislação foi promulgada a 3 de Agosto de 1850, tendo ficado popular e simbolicamente conhecida por *Lei das Rolhas.*

A promulgação da *Lei das Rolhas* originou protestos em todo o país, mesmo entre os jornais mais neutros ou que alinhavam comedidamente pelas posições governamentais, pois o diploma definia tão vagamente os crimes e delitos por abuso de liberdade de imprensa que facilmente as autoridades podiam incriminar quem quer que fosse que tivesse a veleidade de criticar o Governo. As infracções à lei eram punidas com penas de prisão e multas, proibindo-se as subscrições públicas para as pagar.

A *Lei das Rolhas* também dificultava a fundação de jornais, pois obrigava os editores a depositarem previamente avultadas quantias. Porém, foi revogada em Maio de 1851, na sequência de um golpe militar que conduziria à Regeneração, período de acalmia e de rotativismo na governação. A estabilidade política, o crescimento económico baseado na industrialização e a permissiva legislação reguladora da liberdade de imprensa permitiram, finalmente, o desenvolvimento da imprensa portuguesa e o aparecimento dos primeiros jornais portugueses "de massas".

3.3 O jornalismo português na fase final da Monarquia

Em 1851, um levantamento militar protagonizado pelo marechal Saldanha conduziu à queda do governo ditatorial de Costa Cabral. Após a normalização da situação política (entrada na Regeneração), criaram-se, novamente, condições para o florescimento da imprensa, até porque, entre 1851 e 1866, se desmantelou o edifício legislativo que condicionava a liberdade de imprensa[25]. No entanto, se bem que a imprensa opinativa e combativa continuasse a ter um lugar relevante no campo jornalístico português, até porque, apesar do rotativismo dos principais partidos no Governo, a situação política se manteve instável, rapidamente alguns empresários portugueses se aperceberam do lucrativo negócio que constituía a imprensa popular noticiosa, neutral, de baixo preço e difusão massiva já existente noutros países. Por mão da iniciativa privada, Portugal viu, assim, transfigurar-se o cenário jornalístico. Começaram, então, a reaparecer em Portugal jornais populares noticiosos, direccionados para toda a sociedade, com meios técnicos e financeiros que propiciavam grandes tiragens (à escala do Portugal de então), baixo preço por exemplar (custos sustentados pela publicidade), linguagem clara e acessível, que não discutiam nem polemizavam, que não seguiam qualquer linha política, antes procuravam relatar factos importantes ou simplesmente interessantes, com a verdade e a objectividade possíveis. Com esses jornais, de que o *Diário de Notícias* é o primeiro expoente, inaugura-se, em Portugal, a fase do jornalismo industrial (a imprensa é vista como um negócio, como uma *indústria* semelhante às demais), que dará a matriz para os tempos vindouros.

Com o advento da imprensa industrial, o trabalho nas redacções alterou-se substancialmente. As redacções "artesanais" de dois ou três elementos, que escreviam, maioritariamente, artigos políticos, deram, gradualmente, lugar a redacções com várias dezenas de profissionais, nas quais o *repórter* adquiriu importância crescente em contraponto ao "escritor de jornal", isto é, ao articulista que escrevia os artigos políticos. Se *noticiar* era a principal incumbência dos jornais industriais, então as

[25] Logo em 1851, foram mandados arquivar os processos por abuso de liberdade de imprensa pendentes; em 1856, estabeleceu-se que as leis de liberdade de imprensa se observassem também no ultramar. Em 1862, amnistiaram-se os crimes de liberdade de imprensa em que o acusador era somente o Ministério Público. Em 1863, publicou-se uma lei sobre os direitos dos jornais. Finalmente, em 1866, aboliram-se, por lei, "todas as cauções e restrições estabelecidas para a imprensa periódica".

técnicas de redacção rapidamente foram contaminadas pela busca da factualidade, pela separação entre informação e opinião, pelo predomínio do objecto sobre os sujeitos que o enunciam (objectividade). Essa opção editorial foi incrementada quer pela omnipresença do telégrafo, que incitava à manutenção de um estilo factual, simples e sintético, quer pela actividade das agências noticiosas, que davam, então, os primeiros passos.

O primeiro número do *Diário de Notícias* surgiu a 29 de Dezembro de 1864 (número de apresentação). Era um jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (noticiosos), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma, nomeadamente no aspecto (paginação a quatro colunas), na dimensão (que já era de *jornal*, sensivelmente semelhante aos actuais tablóides), e ainda no preço (dez réis por exemplar, menor ainda quando vendido por assinatura). A sua concepção era empresarial, buscando lucro nas vendas e na publicidade (logo no primeiro número, o jornal anunciava que se recebiam anúncios a vinte réis a linha). Esta renovada e contemporânea perspectiva do jornalismo noticioso, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado essencialmente como negócio, era, de resto, clara aos olhos dos investidores no projecto, que na primeira página do primeiro número, anunciavam "Ao Público":

> "*O Diário de Notícias* − o seu título o está dizendo − será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo fácil, e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas, literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Registra com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor. Escrito em linguagem decente e urbana, as suas colunas são absolutamente vedadas à exposição dos actos da vida particular dos cidadãos, às injúrias, às alusões desonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos − para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos.

> Todos os países ilustrados possuem publicações deste género, e nomeadamente a Inglaterra, a França, a Bélgica, e ainda a nossa vizinha Espanha, publicações que têm atraído considerável número de simpatias, leitores e subscritores. A ideia não é pois original nossa, senão imitada ou traduzida, como melhor quiserem, para preencher uma notável lacuna do nosso jornalismo. E os meios de publicação que a empresa do *Diário de Notícias* adopta, embora pareçam singulares, são também uma cópia fiel do que se usa nesses países onde se compreendem e exploram todos os meios de publicidade."

Após a aparição do *Diário de Notícias*, a intenção comercial (o jornalismo voltado para o *negócio* e não para a política) e a ambição informativa da imprensa alastraram-se. O público estava ávido de notícias relevantes e interessantes, como prova a fundação de vários jornais dentro da mesma linha editorial noticiosa, como o *Diário Popular* (Lisboa, 1866) e o *Jornal de Notícias* (de 1866), do Porto.

O sucesso dos jornais noticiosos generalistas "industriais" obrigou alguma imprensa a adaptar-se à nova situação, reorientando a sua linha editorial. Dois casos sintomáticos ocorreram no Porto. *O Comércio do Porto*, que tinha nascido, em 1854, essencialmente para veiculação de informação comercial e industrial, abriu-se a novos conteúdos noticiosos, transformando-se, gradualmente, num jornal de informação geral. Por seu turno, *O Primeiro de Janeiro*, fundado em 1869, cujo título evoca a Revolta da Janeirinha, no Porto (1 de Janeiro de 1868), contra o imposto de consumo decretado pelo Governo, nasceu como órgão simultaneamente político e noticioso, mas também evoluiu para um diário generalista comercial.

Outros jornais nascidos no final do século XIX adoptaram a mesma filosofia do *Diário de Notícias*, com destaque para *O Século,* fundado, em 1881, por um grupo de republicanos. O seu primeiro director foi Magalhães Lima, substituído, em 1896, por Silva Graça. Dando grande espaço à informação, embora sem abandonar totalmente as suas preocupações políticas, com um grafismo inovador e praticando receitas copiadas da imprensa estrangeira, como o lançamento de edições ilustradas e a promoção de concursos, o *Século* tornou-se o jornal mais lido do país, com uma tiragem diária de 80 mil exemplares, suplantando o paradigmático *Diário de Notícias*, que se ficava pelos 70 mil (Carvalho, Cardoso e Figueiredo, 2005: 22). Para o sucesso do *Século* terão também contribuído os folhetins e os números especiais ilustrados de oito páginas,

aos domingos (Tengarrinha, 1989: 237).

A rápida expansão do jornalismo noticioso objectivo, neutral e independente trouxe várias consequências, como sejam:

1) A **rápida expansão do número de jornalistas (noticiaristas) profissionais,** de perfil **técnico**, apesar do **mais elevado estatuto que continuavam a ter os jornalistas "eruditos"**, muitos deles também engajados no combate político ou, pelo menos, ligados a determinados partidos (casos de Emídio Navarro, António Enes, Mariano de Carvalho, Barbosa Colen, Eduardo Noronha, Cunha e Costa, António Rodrigues Sampaio, José d'Alpoim, etc.) e do trunfo que, ontem como hoje, consistia a **colaboração** dos grandes nomes das Letras, Artes, Ciências e Humanidades num determinado jornal, nomeadamente nos **folhetins**;

2) A **divisão de trabalho nas redacções e a fixação de uma hierarquia profissional** (director; editor – co-responsável pelo conteúdo à luz da Lei de Liberdade de Imprensa; secretário de redacção; redactores; repórteres; informadores);

3) A **fixação do vocabulário específico e das competências e conhecimentos técnicos associados à profissão**, o que origina frequentes apelos à formação específica − e até superior − dos jornalistas;

4) A **diferenciação entre o "estilo literário, erudito ou persuasivo" e o "estilo jornalístico"**, apesar da grande consideração pública que tiveram publicistas e jornalistas formados na escola do jornalismo combativo e partidário, como França Borges, Raul Proença, Brito Camacho, Trindade Coelho, João Chagas e outros;

5) A **fundação de organizações de classe**, como as associações de jornalistas de Lisboa e Porto, que seriam o embrião do sindicalismo jornalístico;

6) A **mobilidade** dos jornalistas entre os órgãos de comunicação social, para ascenderem profissionalmente, por motivos salariais ou ainda porque, num país pobre e analfabeto como era Portugal, era comum os projectos jornalísticos ruírem com facilidade.

No entanto, o aumento do número de noticiaristas e a diminuição proporcional do número dos restantes colaboradores dos periódicos fez **decair o prestígio da profissão de jornalista,** crescentemente encarada como uma **profissão técnica**, apesar da mais-valia que para o jornalismo representou, ao longo de todo o século XIX, a colaboração de vários nomes ilustres das Letras e das Humanidades portuguesas com os jornais, como comentadores políticos, cronistas, ou mesmo autores de folhetins. Entre os vultos da cultura portuguesa oitocentista que colaboraram com jornais contabilizam-se, por exemplo, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, etc.[26]

Enquanto os altos vultos da cultura e da política portuguesa tinham por missão persuadir eruditamente o público ou então entretê-lo, adornando estilisticamente os periódicos com crónicas e folhetins, os noticiaristas tinham, como se referiu, atribuições essencialmente técnicas, nomeadamente elaborar notícias e reportagens objectivas sobre a vida quotidiana e traduzir notícias relevantes publicadas na imprensa estrangeira ou que (mais tarde) chegavam pelas agências. Assim, enquanto os altos vultos da cultura e da política praticavam, normalmente, um estilo profundo e complexo, por vezes de difícil apreensão, os noticiaristas cada vez mais se assumiam como os "verdadeiros" jornalistas, enquanto classe profissional autónoma com um conjunto de competências, conhecimentos e atribuições sociais específicas. Os noticiaristas consolidavam-se, assim, como um **corpo de redactores técnicos, capazes de procurar, seleccionar, processar e difundir ágil, rápida e eficazmente informações úteis e socialmente relevantes**, em textos simples e acessíveis. Eram autênticos *profissionais da comunicabilidade dos acontecimentos*. Eram, enfim, **repórteres**.

A industrialização da imprensa e a profissionalização dos jornalistas também provocou mudanças no tecido empresarial da imprensa e na organização social do trabalho dentro dos órgãos de comunicação. O lançamento de novos periódicos passou, gradualmente, a ser da responsabilidade de grupos de indivíduos que, por motivos de negócio ou por comungarem das mesmas ideias políticas, constituíam sociedades por acções para o lançamento de jornais e revistas. O jornal lançado romanticamente pelo indivíduo isolado que nele fazia quase tudo

[26] Ao contrário daquilo que tinha acontecido no século XVII e XVIII, em que os grandes vultos da cultura e da política se tinham mantido arredados da actividade jornalística.

deixava, passo a passo, de ter condições para competir e subsistir. As redacções alargaram-se para albergar os noticiaristas, passando a necessitar, além do editor ou director, de um coordenador (o chefe de redacção), a quem Tengarrinha (1989: 190) atribui o papel de alma do jornal português do final de Oitocentos. Normalmente, havia também nas redacções um folhetinista, quase sempre uma personagem prestigiada das Letras, que elaborava os folhetins e redigia crónicas de literatura, artes e espectáculos. A redacção completava-se com os colaboradores, incluindo os informadores, cuja missão era essencialmente a de informar do que acontecia. O crescimento das redacções provocará, mais tarde, a sua divisão em secções (ou editorias).

A orientação lucrativa das novas empresas jornalísticas "industriais" oitocentistas também obrigou os periódicos a terem crescentemente em conta os interesses e necessidades informativas dos leitores. O jornal já não era feito apenas para quem escrevia e seus mais próximos correligionários, mas sim para a generalidade dos cidadãos. Assim, o leitor passou a figurar na lista de preocupações dos jornalistas e dos jornais, sendo sintomática a crescente apetência dos periódicos para a publicação de notícias enviadas pelos leitores (como já vimos anteriormente, em exemplos recolhidos do *Diário de Notícias*) e para a abertura de espaço editoriais dedicados às "cartas dos leitores".

Apesar de nos termos detido, essencialmente, sobre o jornalismo noticioso generalista e sobre o jornalismo político e político-noticioso no Portugal de Oitocentos, é de referir que durante todo o século XIX surgiram publicações especializadas, que, inclusivamente, beneficiavam de um certo beneplácito por parte da censura (nos tempos em que esta existiu). Segundo Henrique e Carvalho Prostes e Brito Aranha (*cit. in* Tengarrinha, 1989: 184-185; 231-234), Portugal tinha também jornais médicos e farmacêuticos; científicos; comerciais e industriais; literários; militares; satíricos; agrícolas; culturais, femininos[27], desportivos[28], etc.

Ao longo do século XIX, também se assistiu ao aparecimento de um vasto número de jornais regionais e locais (Tengarrinha, 1989: 185-189), alguns de feição política, outros de orientação político-noticiosa e noticiosa. Segundo Eduardo Coelho (*cit. in* Tengarrinha, 1989: 231),

[27] Como curiosidade, a imprensa feminina portuguesa surgiu em 1807, com o lançamento de *O Correio das Modas* (Tengarrinha, 1989: 52-53).

[28] O primeiro jornal desportivo português foi *O Velocipedista,* de 1893. Seguiram-se-lhe jornais como *O Tiro Civil* (1895) e *Tiro e Sport* (1904).

existiam, em 1880, cerca de duzentos periódicos em Portugal, que tiravam diariamente cerca de cem mil exemplares.

O aparecimento de jornais republicanos, com orientação editorial estritamente política ou político-noticiosa, a partir de 1843 (como *O Tribuno*), foi, dentro do percurso da imprensa ideológica portuguesa Oitocentista, uma das principais novidades. Esses jornais, surgidos um pouco por todo o país, em especial a partir de 1873 (ano da proclamação da República em Espanha), terão contribuído para a propagação da causa republicana e, finalmente, já em 1910, para a instauração da República. *O Século*, por exemplo, que se tornou um dos mais importantes diários portugueses do final de Oitocentos e do século XX, foi fundado, em 1881, como órgão do Partido Republicano, embora tenha evoluído, posteriormente, para um jornal "industrial" de perfil essencialmente noticioso (como sucedeu, aliás, com outros periódicos políticos). *O Mundo,* fundado a 16 de Setembro de 1900, e assumindo, desde o primeiro dia, uma orientação editorial político-ideológica, foi, de entre os diários republicanos radicais, o que maior sucesso teve até já bem entrado o século XX.

Será útil relembrar, igualmente, a aparição de jornais operários a partir do início da segunda metade do século XIX, como *A Federação, O Protesto Operário, O Pensamento Social, A Voz do Operário e A Sementeira*. Todos eles eram jornais mais opinativos do que noticiosos, estranhamente escritos mais por burgueses ideologizados do que por operários. Todos eles visavam a adesão do operariado às lutas pela melhoria das condições salariais e profissionais e pela protecção social. Numa segunda fase, os jornais operários tentaram levar os operários à militância socialista ou anarquista. Assim, esses jornais estavam, de algum modo, desalinhados com as principais correntes políticas na sociedade portuguesa de então: os republicanos, por um lado; e, por outro lado, os "partidos da situação", de natureza liberal-conservadora e defensores da Monarquia. Prova disso está na discreta notícia que, já em Outubro de 1910, dava conta, na *Voz do Operário*, da implantação da República, intitulada apenas "Os Últimos Acontecimentos na Capital". O título, quase irrelevante, talvez procurasse transmitir que viver em República ou Monarquia era perfeitamente inconsequente para o operariado.

Deve recordar-se que, a partir do final do século XIX e até à queda da Monarquia, a liberdade de imprensa foi, novamente, cerceada em Portugal, passo a passo, pelos últimos governos monárquicos, face ao

aumento da instabilidade e ao desafio colocado pela acção de republicanos, socialistas, anarquistas, operários em luta, maçónicos e outros, por vezes reunidos em sociedades secretas, como a Carbonária Lusitana. O humilhante Ultimato inglês de 1890 contra as pretensões portuguesas de unir os territórios coloniais de Angola e Moçambique contribuiu para acirrar os ânimos contra a Monarquia.

A legislação de imprensa aprovada na fase final do período monárquico instituiu, de facto, um regime severamente repressivo da liberdade de imprensa. Uma portaria de 1881 impedia o acesso às notícias policiais. Um decreto de 29 de Março de 1890 facilitava a repressão judicial sobre a imprensa e a prisão de jornalistas, ao suprimir a intervenção do júri nos julgamentos por abuso de liberdade de imprensa e ao alargar do autor ao editor ou, na sua falta, ao dono da tipografia a responsabilidade criminal em matéria de abuso de liberdade de imprensa. Um decreto de 1896 proibia que se dessem notícias sobre anarquistas. Em 1898, foi revogado o decreto de 1890, mas isso não impediu a continuação dos processos contra os jornais e os assaltos violentos da polícia ou de bandos populares com a cobertura das autoridades contra as suas sedes e contra as tipografias onde eram impressos. O juiz lisboeta Francisco António da Veiga tornou-se conhecido pela sua particular animosidade contra a imprensa e não se coibia de proibir os jornais de abordarem certos assuntos sob pena de suspensão, apreensão ou mesmo encerramento.

A 11 de Abril de 1907, durante o Governo autoritário de João Franco, um novo decreto alargou os delitos de abuso de liberdade de imprensa. Criaram-se os alcunhados "gabinetes negros", reuniões semanais dos agentes do Ministério Público das comarcas judiciárias, destinadas a examinar os conteúdos dos jornais. Nesse mesmo ano, a 20 de Junho, um novo decreto atribuiu aos governadores civis a faculdade de apreenderem e suspenderem jornais. Tornaram-se frequentes a prisão ou mesmo o degredo de jornalistas, as multas, "as perseguições, processos e suspensões de jornais" (Tengarrinha, 1989: 47) e até as apreensões de todos os exemplares de determinadas edições (Tengarrinha, 1989: 251).

Apesar da conjuntura relativamente adversa, segundo Brito Aranha (*cit. in* Tengarrinha, 1989: 233), em 1900 havia 583 jornais em Portugal, incluindo territórios ultramarinos, o que daria um título de jornal para 6500 habitantes, estatística ao nível dos países mais desenvolvidos de

então[29]. Alguns dos jornais generalistas mantinham um formato próximo dos actuais tablóides (cerca de 50 cm x 35 cm), mas outros já exibiam, orgulhosamente, o grande formato (cerca de 72cm x 50 cm)[30]. Embora conservassem um *design* vitoriano, com as notícias a sucederem-se umas às outras, verticalmente, coluna a coluna, todos publicavam ilustrações, não apenas retratos, mas também caricaturas (nomeadamente no Carnaval, sendo regularmente evocada a figura do Zé Povinho, de Bordalo Pinheiro) e mapas, o que mostra que a informação visual tinha chegado já à imprensa diária noticiosa e generalista portuguesa. Os meios técnicos (a rotativa tinha sido introduzida em Portugal em 1890 e a linotipia na viragem para o século XX), a procura da informação e o lucro sustentaram a firme expansão da imprensa portuguesa na transição para o século XX.

Em 1885, foram inseridas pela primeira vez fotogravuras num periódico ilustrado português, *A Ilustração Portuguesa* (que apareceu em 1884), mas só a partir de 1890 é que começaram a ser publicadas com regularidade em Portugal fotogravuras em *halftone*.

No final do século XIX, a ilustração − principalmente o retrato executado a partir de fotografias − começou a sua lenta invasão dos jornais diários portugueses. A imagem informativa deixava, em Portugal, de confinar-se às revistas ilustradas...

O jornalismo português começou o século XX sob o signo da intensificação da censura à imprensa e da repressão sobre os jornalistas e jornais que desafiavam o poder, em particular sobre os republicanos. Os jornais incómodos eram judicialmente processados ou apreendidos, textos ou partes de textos censurados, alguns jornalistas e editores presos (por vezes em situação de incomunicabilidade) ou degredados. A vigilância policial parecia omnipresente. Por vezes, as instalações dos jornais e as tipografias eram assaltadas pela polícia ou mesmo por bandos afectos ao poder, como aconteceu com os jornais *O Século, O Mundo, A Vanguarda e O Progresso*. Para protestarem, em determinadas ocasiões os jornais deixavam em branco as partes censuradas (Tengarrinha, 1989: 254), para que o público se apercebesse da acção da censura. Sucediam-se, infrutiferamente, abaixo-assinados, manifestos, comícios e conferências

[29] Segundo Tengarrinha (1989: 233-234), esta conclusão pode ser enganadora, pois não leva em linha de conta a tiragem global dos jornais, que em Portugal era mais baixa que nos países mais desenvolvidos.

[30] Os jornais de grande formato nasceram no Reino Unido para contornar as "taxas sobre o conhecimento", pois os jornais eram taxados em função do número de páginas. Com páginas maiores, podiam editar-se mais conteúdos e mais publicidade sem se pagar mais ao Estado.

a favor da liberdade de imprensa, alguns deles promovidos pelas várias associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, fundadas no século XIX (indiciando a profissionalização da classe), bem como pela Liga das Empresas Jornalísticas de Lisboa, grémio dos editores.

A já referida legislação de Abril de 1907 e o decreto da Ditadura de Junho desse mesmo ano, também já citado, agravaram ainda mais as condições em que operava a imprensa. Por causa da situação vigente em Portugal, alguns jornalistas exilaram-se, como aconteceu com o republicano Freitas Borges, que lançou, em Espanha, o jornal *O Espectro do Mundo,* que circulou clandestinamente em Portugal até 1908, ano em que esse jornalista regressou ao país, sendo preso.

Entre 1908 e 1909, houve um curto período de abrandamento da repressão sobre a imprensa e vários jornalistas presos foram amnistiados e postos em liberdade, mas, em 1909, já sob o governo de Campos Henriques, restabeleceram-se as medidas repressivas, que se mantiveram até à queda da Monarquia, a 5 de Outubro de 1910.

Verdade seja dita que, a partir de 1906/1907, a exemplo do que sucedeu com a deriva nacionalista da imprensa europeia continental e norte-americana, se assistiu a uma radicalização das posições das diferentes tendências ideológicas existentes na sociedade portuguesa, o que teve eco nos jornais. O campo monárquico e conservador ganhou o importante apoio da Igreja Católica, enquanto pelo campo republicano alinhou a Maçonaria. Segundo Tengarrinha (1989: 239), os jornais republicanos converteram-se, nessa época, em meios autenticamente revolucionários.

Pode, assim, dizer-se que a imprensa portuguesa da fase final da Monarquia ecoava fortemente as tensões sociais de uma época em que se digladiavam os monárquicos, os republicanos, os socialistas, os trabalhistas (alguma imprensa operária) e os anarquistas. Esses campos nem sequer eram monolíticos, apresentando várias tendências que também competiam umas com as outras na *arena pública* em que se tinha tornado o campo jornalístico.

Nesse contexto, alguns jornais noticiosos, como o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*, procuravam assumir-se como independentes, enquanto outros equilibravam as notícias com uma postura ideológica bem determinada. O jornal republicano *O Mundo*, fundado a 16 de Setembro de 1900, é um bom exemplo deste tipo de periódicos político-noticiosos, provando que mesmo a imprensa ideologicamente alinhada e partidária já não subsistia sem notícias. Por isso, alguns jornais que

nasceram inicialmente vinculados a um campo político, como *O Primeiro de Janeiro,* do Porto, vinham reorientando a sua linha editorial para uma postura eminentemente noticiosa e independente desde o final do século XIX.

4. Portugal e o seu jornalismo durante a I República (1910-1926)

Na fase final da Monarquia tomaram-se várias medidas legislativas de controlo e censura da imprensa. As instalações de vários jornais e tipografias chegaram a ser assaltadas e destruídas por bandos populares e mesmo pelas forças da ordem. Muitas vezes os jornais eram apreendidos. A instauração da República permitiu uma ampla recuperação formal da liberdade de imprensa. A Constituição republicana de 1911, inspirada na francesa, garantia a liberdade de imprensa e impunha um regime parlamentar. Porém, logo em 1911 bandos de arruaceiros, desta vez a soldo dos republicanos, assaltaram e destruíram, com a conivência da polícia, as instalações dos jornais monárquicos de Lisboa. Esse episódio, várias vezes repetido, foi, aliás, apenas o primeiro indício das violações e restrições à liberdade de imprensa que os sucessivos governos republicanos foram adoptando, num clima de grande instabilidade política e militar, marcado por tentativas de golpes de Estado (ataque monárquico a Chaves, 1912; tentativa de imposição de uma ditadura com a conivência do Presidente Manuel de Arriaga, 1915; revolução e demissão do Presidente Manuel de Arriaga, 1915...).

Ao garantir o direito à greve, o novo regime teve de enfrentar uma onda grevista logo a partir de 1910. O operariado, de facto, via agravar-se a sua situação, devido à crise económica e financeira. "Perturbado pela agitação quase permanente nas ruas, pela violência de uma imprensa desenfreada e por uma crescente instabilidade governamental, o regime parlamentar, impotente para resolver os problemas postos pela situação crítica em que se encontravam a economia e as finanças do país, resultou rapidamente desacreditado." (Bourdon, 1973: 178)

As dificuldades aumentaram quando o Governo português apresou os navios alemães fundeados em Lisboa e declarou guerra à Alemanha, em 1916. As intenções portuguesas seriam as de beneficiar com o provável colapso da Alemanha e proteger as colónias portuguesas em África, mas

o país acabou por não tirar grandes benefícios da sua participação na I Guerra Mundial. Pelo contrário, o tesouro público ficou depauperado pelo esforço de guerra. Criaram-se, assim, condições para o triunfo de uma revolução liderada por Sidónio Pais, que depôs o Governo, a 5 de Dezembro de 1917, e instaurou uma ditadura, tendo-se feito nomear Presidente da República. No entanto, Sidónio, que tinha uma concepção presidencialista do regime, revelou-se incapaz de controlar a situação e foi, progressivamente, sendo abandonado pelos seus apoiantes, à medida que o autoritarismo aumentava, sucedendo-se as medidas repressivas e censórias das quais por vezes o próprio Presidente nem sequer tinha conhecimento (Bourdon, 1973: 171). Sidónio Pais foi assassinado em 1918, retornando-se ao parlamentarismo. Porém, o agravamento da situação financeira e económica do país fez recrudescer as tensões sociais, multiplicando-se as greves e a violência nas ruas, os assassinatos e mesmo as tentativas de golpe de Estado, como o episódio da Monarquia do Norte (1919). Data desses anos o primeiro fenómeno de emigração massiva após os descobrimentos e do esforço colonizador dos finais do século XIX[31]. Assim, a população portuguesa, maioritariamente analfabeta e iletrada, sem educação política e espírito cívico, vivendo maioritariamente na miséria, foi-se revoltando contra os partidos políticos e o regime democrático e parlamentar.

O resultado directo da insatisfação crescente com as instituições democráticas da República foi a ocorrência de vários golpes militares, em 1925 e 1926. A 28 de Maio deste último ano, um golpe, finalmente, teve êxito. Foi, então, imposta a Ditadura Militar ao país.

Um dos primeiros actos do poder republicano, instituído pela Revolução de 5 de Outubro de 1910, foi a revogação da lei restritiva da liberdade de imprensa de 11 de Abril de 1907. A 10 de Outubro de 1910, a imprensa readquiriu as suas liberdades, reguladas por um decreto de 28 de Outubro de 1910. As novas leis promoveram a criação de novos periódicos, alguns deles politicamente alinhados, mas também noticiosos, como o *República*, de 1911, num movimento impulsionado pela instabilidade política e social, de que os distúrbios nas ruas eram sintoma (a República não resolveu nenhum dos reais problemas do povo e do país). No entanto, passado pouco tempo, foram sendo introduzidas

[31] Consequência directa da Conferência de Berlim, que impunha a efectiva ocupação dos territórios pelos colonizadores para que esses fossem considerados colónias, não bastando o "direito histórico".

pequenas alterações à legislação. Era a vez dos republicanos, antes tão ciosos da liberdade de imprensa, procurarem evitar a difusão de informações e ideias contrárias aos seus pontos de vista, quer dos monárquicos, quer da extrema-esquerda e dos anarquistas. Assim, no final de Janeiro de 1912, foi suspensa a liberdade de imprensa e instituída a censura por 30 dias, devido à instauração do estado de sítio em Lisboa, na sequência de uma greve geral. A 9 de Julho desse mesmo ano, nova legislação permitiu a apreensão de jornais por motivos tão vagos como "linguagem despejada e provocadora". Sucediam-se, também, as acções violentas sobre os jornais monárquicos, com o beneplácito das autoridades. Em Janeiro de 1911, por exemplo, populares destruíram as instalações do *Correio da Manhã, do Diário Ilustrado e d'O Liberal*. No rescaldo do golpe monárquico falhado de 21 de Outubro de 1913, sucedeu o mesmo à *Nação* e a *O Dia*, e na sequência do golpe de 14 de Maio de 1915, foi destruída a sede de *O Intransigente.*

Em 1914, começou a Grande Guerra. A I Guerra Mundial acabou por dar aos governos republicanos o pretexto para, em tempo de guerra, restringirem ainda mais a liberdade de imprensa e imporem a censura, através da Lei 495, de 28 de Março de 1916.

O Governo Republicano terá visto na participação portuguesa no conflito não apenas uma maneira de unir a Nação mas também de vir a obter benefícios no pós-guerra, em especial em África, mas até 1916 não se envolveu no conflito, apesar dos combates travados entre tropas portuguesas e alemãs em Angola e em Moçambique. No entanto, não foi preciso haver envolvimento directo de Portugal para a imprensa portuguesa dedicar grande atenção à guerra desde a primeira hora, devido à forte noticiabilidade do acontecimento e à probabilidade de envolvimento de Portugal.

Os jornais eram alimentados pelas agências noticiosas, em particular pela Havas, e pelos enviados especiais e correspondentes, o que gerou um certo enviusamento noticioso a favor dos Aliados. Notava-se, não obstante, uma forte intenção noticiosa de seguir o conflito a par e passo.

O envolvimento directo de Portugal na I Guerra Mundial e a partida do Corpo Expedicionário Português para a Flandres tiveram por consequência o aumento generalizado das tiragens e da circulação de jornais e revistas informativas, embora as notícias da frente de batalha, em alguns casos elaboradas pelos enviados especiais, fossem sujeitas à censura militar. No país, as opiniões também eram díspares, opondo os germanófi-

los aos anglófilos e francófilos, correntes que acentuavam as divisões já existentes entre republicanos, monárquicos, socialistas e outros, que se digladiavam na imprensa (e não só).

A instabilidade política, social e militar que agitou Portugal durante os anos Dez e Vinte teve por contrapartida a contínua aparição de novos periódicos e o aumento sustentado das tiragens e da circulação de jornais. A ditadura de Sidónio Pais, entre 1917 e 1918, instituiu, em decretos sucessivos (9 de Janeiro e 13 de Abril de 1918), o licenciamento prévio e a censura à imprensa, mantendo a suspensão de publicação de jornais já encerrados e a possibilidade de se suspenderem publicações por motivos vagos como o recurso a "linguagem despejada".

A efémera proclamação da Monarquia do Norte, a 19 de Janeiro de 1919, deu novo pretexto ao poder para controlar os jornais. O fim da Grande Guerra, o assassinato de Sidónio e o regresso ao Parlamentarismo acabaram por reconduzir a imprensa às liberdades do período anterior, salvo a suspensão temporária *d'O Século* por ocasião da tentativa de golpe de Estado de 18 de Abril de 1925. Mas foi sol de pouca dura...

5. O jornalismo português sob o signo do Estado Novo

A 28 de Maio de 1926, teve sucesso uma nova tentativa de golpe de Estado, liderada, em Braga, pelo general Gomes da Costa, antigo comandante-chefe do Corpo Expedicionário Português em França durante a I Guerra Mundial, e em Lisboa pelo almirante Mendes Cabeçadas, um republicano convicto.

O sucesso do golpe de Estado levou o Presidente Bernardino Machado a conceder a chefia do Governo a Mendes Cabeçadas, a 31 de Maio. Cabeçadas sucedeu, assim, ao demissionário António Maria da Silva, assumindo, igualmente, a Presidência da República, por demissão de Bernardino Machado. No entanto, apesar de terem sido bem sucedidos, os vencedores do 28 de Maio eram um grupo heterogéneo, que incluía monárquicos, republicanos amantes da ordem, sindicalistas, etc. Durante dois anos, o novo regime teve vários líderes e diferentes orientações políticas. Mendes Cabeçadas, por exemplo, foi afastado do poder, sendo substituído por Gomes da Costa, num golpe ocorrido a 17 de Junho.

Manifestamente incapaz de governar o país, Gomes da Costa também não viria a durar muito tempo na Presidência da República e

na chefia do Governo, já que, a 9 de Julho, foi substituído pelo marechal Óscar Carmona. A instabilidade continuou. Uma revolta republicana, em 1927, quase conseguiu derrubar a Ditadura. O fracasso dessa revolta originou o exílio do escol das hostes democráticas e facilitou o caminho aos adeptos da Ditadura.

Um dos sintomas da profunda divisão ideológica entre os revoltosos foi a legislação sobre liberdade de imprensa, pois enquanto uns, como Mendes Cabeçadas, a desejavam, outros pretendiam institucionalizar o regime censório que se abatia sobre a imprensa, nem sempre com cobertura legal. Estes últimos viram as suas posições triunfar quando Salazar emergiu como governante máximo do país.

De facto, a Ditadura, inicialmente, não exerceu qualquer tipo de censura sobre os jornais. Foi um período breve, durante o qual os republicanos liberais liderados por Mendes Cabeçadas controlaram o poder. Porém, a substituição de Cabeçadas por Gomes da Costa levou à instauração da censura através de uma carta dirigida pelo segundo-comandante da polícia de Lisboa aos directores dos jornais. Gomes da Costa, periclitante no poder, tentou sedimentar a sua posição e popularizar-se prometendo a abolição da censura, pelo que, a 5 de Julho de 1926, chegou a promulgar um decreto em que se garantia a liberdade de imprensa. Depois de assumir a Presidência, Óscar Carmona reforçou, legalmente, o princípio da liberdade de imprensa, a 29 de Julho. Estranhamente, ou talvez não, a prática da censura continuou, sem respeito pelo preceituado legal.

No meio destes acontecimentos, em Junho de 1926 a Ditadura Militar entregou a pasta das Finanças a um jovem professor de economia política na Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar, mas este demitiu-se passado treze dias por não conseguir levar por diante o seu plano económico. A 27 de Abril de 1928, após a eleição de Óscar Carmona para a Presidência da República, Salazar reassumiu o cargo, depois de lhe ser dada carta branca para controlar despesas e receitas de todos os ministérios. Impondo medidas de grande austeridade, Salazar conseguiu equilibrar as contas públicas, em 1929, e acabou por tomar totalmente as rédeas do poder. Em 1930, criou a União Nacional, partido único. Em 1932, foi nomeado presidente do Conselho de Ministros (chefe do Governo), cargo que manteve até que um acidente o incapacitou, em 1968. Para assegurar definitivamente o novo regime, Salazar procurou dar-lhe uma base constitucional. Assim, em 1933, fez plebiscitar

uma nova Constituição que pôs fim à Ditadura Militar e deu início ao Estado Novo, que impôs uma ditadura de carácter civil ao país. Criou-se uma temível polícia política, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), depois redenominada Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e DGS (Direcção-Geral de Segurança).

A Constituição de 1933 assegurava, teoricamente, a liberdade de expressão e de imprensa, conferindo-lhe o estatuto de direito individual, mas, ao mesmo tempo, explicitava que o exercício dessa liberdade seria regulado por leis especiais para impedir "preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos". Mais adiante, a Constituição impunha, também, a publicação de notas oficiais pela imprensa. A Constituição, ao instituir o conceito vago de que a censura se destinava a evitar a perversão da opinião pública, dava, na falta de regulamentação, um tão grande espaço de manobra aos censores que estes podiam agir arbitrariamente.

A Constituição de 1933 dotou, assim, o Estado Novo de um instrumento jurídico que lhe permitiu a institucionalização da censura prévia. Esta foi materializada através de um decreto de 11 de Abril desse mesmo ano, data em que entrou em vigor a nova Constituição portuguesa. Assim, a censura à imprensa (que nunca tinha deixado de existir) continuou, desta vez alicerçada na Lei Fundamental.

As comissões de censura, inicialmente na dependência do ministro do Interior, passaram, em 1944, para a dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros, através do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, inicialmente denominado Secretariado da Propaganda Nacional (1933), dirigido por António Ferro, o grande estratega da propaganda do novo regime e do Estado Novo.

Um decreto de 14 de Maio de 1936 obrigou os proprietários de empresas mediáticas a possuir "idoneidade intelectual e moral" e a fazer prova dos meios financeiros das empresas para abrir novos jornais, sob pena de multa, suspensão das publicações e apreensão dos jornais, o que ressuscitou o mecanismo do licenciamento prévio, uma das medidas que os governantes seiscentistas tinham começado a tomar para controlar o jornalismo emergente. A partir de 1945, os crimes por abuso de liberdade de imprensa passaram a ser julgados pelos tribunais plenários de Lisboa e Porto, que também julgavam os crimes políticos. A repressão sobre a imprensa adquiriu, em concomitância, um sentido vincadamente ideológico. Para além disso, o regime mandava inserir publicidade

apenas nos jornais seus apoiantes, o que agravou as difíceis condições em que sobreviviam os jornais mais ou menos oposicionistas, muitos dos quais acabaram por desaparecer.

Há que dizer que o regime corporativo de Salazar nunca regulamentou o funcionamento da censura. Os censores agiam discricionariamente, pois o único documento com instruções era uma carta de 28 de Agosto de 1931 da Direcção-Geral dos Serviços de Censura às delegações. Em algumas ocasiões, os Serviços de Censura davam instruções informais aos jornais. A recusa de publicação de uma notícia, ou de um comentário, sugerida pelas comissões de censura podia, aliás, dar sérios problemas aos jornais. Diga-se, porém, que a suspensão de um jornal raramente ocorria, provavelmente por ser um acto que poderia ter um negativo efeito de *feedback*.

A propaganda do regime atingiu o seu ponto alto em 1940, com a Exposição do Mundo Português, que celebrava o tricentenário da Restauração da Independência. Durante a II Guerra Mundial, Portugal manteve-se neutro, apesar de ter colaborado com os Aliados, em especial a partir de 1943, ano em que se começou a adivinhar o colapso alemão. Apesar da hábil política diplomática de Salazar, provavelmente a principal razão para Portugal não ter sido invadido pelos alemães foi a incapacidade italiana de dominar a Grécia, que obrigou a Alemanha a desviar tropas para os Balcãs (Oliveira Marques, 2006: 630). De qualquer modo, a colónia portuguesa de Timor-Leste foi invadida pelos australianos (1941) e pelos japoneses (1942), que a ocuparam até 1945, tendo matado milhares de pessoas, sem qualquer protesto por parte do regime salazarista, que manteve relações diplomáticas com o Japão. A administração portuguesa do território chinês de Macau também foi virtualmente controlada pelos japoneses durante a guerra.

A partir de meados dos anos Quarenta, o regime foi sendo crescentemente ameaçado. Em 1943, fundou-se o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF). O fim da guerra na Europa foi festejado nas ruas e, por pressão de Inglaterra e dos Estados Unidos, o regime aceitou mesmo organizar eleições livres e abrandou a censura. A oposição criou, então, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), mas este foi incapaz de se estruturar devidamente no tempo de que dispunha até às eleições. O pedido do MUD de adiamento das eleições foi rechaçado por Salazar e assim apenas foram eleitos deputados da União Nacional para o parlamento. Aliás, as eleições, viciadas à partida, repetiram-se de quatro em quatro

anos. "As campanhas eleitorais tornaram-se uma questão de estratégia para a Oposição e a sua própria razão de existência; mas tornaram-se também uma hábil válvula de escape para Salazar e o regime poderem dominar o país e uma excelente arma de propaganda para convencerem as nações estrangeiras de que a situação política portuguesa (...) contava com o apoio popular" (Oliveira Marques, 2006: 633). Ainda assim, as campanhas do general Norton de Matos (1949) e, principalmente, do general Humberto Delgado (1958) para a Presidência da República constituíram ocasiões visíveis para a expressão do descontentamento das populações, em especial das urbanas.

No pós-guerra, o país aderiu à NATO, à EFTA, às Nações Unidas e a outras instituições internacionais, mas a partir dos anos Sessenta foi ficando crescentemente isolado, devido, em especial, à sua política colonial e à manutenção de um regime ditatorial no seio de uma Europa Ocidental que, com excepção de Espanha, apenas tinha regimes parlamentares. Nessa época, inclusivamente, a aliança de interesses com o regime espanhol de Franco substituiu o tradicional alinhamento de Portugal com a Inglaterra.

Para além de tudo o mais, o regime do Estado Novo teve de enfrentar crises graves, como a invasão dos territórios portugueses na Índia pelas tropas da União Indiana, o detonar da Guerra Colonial devido ao surgimento de movimentos anticolonialistas e independentistas nas colónias africanas, o assalto ao paquete *Santa Maria* por um grupo de oposicionistas, capitaneados por Henrique Galvão, e mesmo cíclicas (embora sempre contidas) revoltas militares, desde 1946. Mas o regime viu-se a braços, em especial, com a crescente insatisfação da população civil, nomeadamente da população urbana, cada vez menos isolada devido quer aos fenómenos emigratórios quer à acção dos meios de comunicação social. O povo via partir os seus filhos para combaterem numa Guerra Colonial ao arrepio dos tempos e para procurarem noutros países aquilo que o seu não lhes garantia, pesem embora os esforços do Governo, em especial já na governação de Marcelo Caetano, para a instituição de um verdadeiro sistema de solidariedade social, sustentado por uma economia em crescimento, e para a introdução de gradativas melhorias no sistema educacional, como a ampliação da escolaridade obrigatória para seis anos, a criação de escolas técnicas e liceus e a reorganização do ensino superior (criação, por exemplo, da Universidade Técnica de Lisboa).

Até à Revolução de 25 de Abril de1974, sob a governação de Salazar (até 1968) e, seguidamente, de Marcelo Caetano, mantiveram-se a censura à imprensa e os constrangimentos à liberdade de expressão. O Governo de Marcelo Caetano ainda promulgou uma nova lei de imprensa, em 1971, e deu à censura a designação "Exame Prévio", mas a cosmética nada mudou de essencial. Aliás, um projecto alternativo de lei de imprensa apresentado pelos deputados da Ala Liberal, Sá Carneiro e Pinto Balsemão[32], não chegou sequer a ser discutido pelo Parlamento.

A chegada de Marcelo Caetano ao poder foi, de qualquer modo, acompanhada de uma certa abertura do regime, de tal modo que se falava da Primavera Marcelista. A censura amenizou-se. Porém, as revoltas militares, o mal-estar no seio das Forças Armadas e a intensificação da Guerra Colonial e dos protestos estudantis levaram o regime a suspender a política de abertura, o que conduziu ao endurecimento da censura.

As dificuldades para o jornalismo durante o Estado Novo não se limitavam à censura e a medidas repressivas como a suspensão da publicação por um determinado período de tempo, apreensão de exemplares, multas e mesmo a prisão para jornalistas, editores e vendedores. Por vezes, os órgãos jornalísticos viam-se, também, impedidos de enviar jornalistas ao exterior para cobrir determinados acontecimentos, nomeadamente quando em causa poderiam estar as posições oficiais do regime. Apesar de tudo, alguma imprensa conseguia, insinuantemente, fazer algumas críticas ao regime, ajudada por uma censura exercida por funcionários nem sempre suficientemente cultos e inteligentes para se aperceberem do alcance de determinadas palavras. De qualquer modo, o balanço para o jornalismo nacional no período do Estado Novo é mau:

> "O jornalismo decaiu com o estabelecimento da censura e as dificuldades sistemáticas levantadas à criação de novos periódicos. O número de publicações periódicas aumentou até 1933, decrescendo depois. Embora se tenha ainda elevado posteriormente, jamais pôde atingir o seu anterior nível em relação à população alfabeta e ao impacte sobre a opinião pública. Mais reveladora ainda se mostrou a estatística dos jornais diários, que baixaram de 47 (1925) para 30 (média a partir de 1929). Em Lisboa, os diários diminuíram de 26 (1926) para 10 em média. As razões políticas desempenha-

[32] Depois de 1974, já em democracia, ambos vieram a exercer os cargos de presidente do Partido Social-Democrata e de primeiro-ministro de Portugal. Sá Carneiro morreu em funções, vítima de um acidente de avião (presumivelmente resultado de um atentado). Pinto Balsemão tornou-se um dos principais patrões do sector dos *media* em Portugal.

> ram, mais uma vez, o papel principal no desencorajamento de todas as espécies de actividade literária." (Oliveira Marques, 2006: 674)

Embora a censura e as dificuldades colocadas à fundação de periódicos tenham provocado a diminuição do ritmo do aparecimento de novos jornais e revistas em Portugal, opinião corroborada por Pena Rodriguéz (1994: 344 e 345) e mesmo o desaparecimento de jornais históricos como *O Mundo*, nos anos Sessenta alguma coisa mudou no panorama jornalístico português. Num mundo em mudança, *O Primeiro de Janeiro,* jornal de referência no Porto, bem como o Diário de Lisboa, o República e o *Diário Popular*, jornais da capital, conseguiram ser, de algum modo, vozes da oposição democrática ao regime, apesar de serem ultrapassados, em tiragens e circulação, pelo *Século* e pelo *Diário de Notícias*, formalmente independentes, mas situacionistas.

O lançamento do semanário *Expresso*, em 1973, por sectores da chamada Ala Liberal (que mais tarde, após a Revolução de 1974, se aglutinariam no Partido Social-Democrata), encabeçados por Francisco Pinto Balsemão (um dos actuais "patrões" do sector mediático português), deu mais uma machadada no autoritarismo do regime sobre a imprensa (a manchete do primeiro número do *Expresso* era, sintomaticamente, sobre os portugueses que nunca tinham votado), já minado por várias publicações clandestinas, como o jornal *Avante*, do Partido Comunista Português. O jornal oficioso do regime, subvencionado pelo Ministério do Interior, o *Diário da Manhã*, não tinha circulação significativa.

De referir, igualmente, que datam do período marcelista do Estado Novo as primeiras tentativas de posicionamento dos grandes grupos económicos no sector da comunicação social, substituindo-se às famílias tradicionalmente proprietárias dos negócios mediáticos.

Apesar de a imprensa ter constituído o principal agente jornalístico em todo o período do Estado Novo, é preciso não ignorar que o regime também autorizou outros media jornalísticos e até se serviu deles, sendo, nesse contexto, particularmente importante a rádio e, bastante mais tarde, a televisão.

Os primeiros esforços para a criação de rádios estáveis em Portugal ocorreram nos anos Vinte, graças à iniciativa privada. Em 1928, já em plena Ditadura, foi fundado o posto emissor CT1DY, que viria a tornar-se o Rádio Clube Português, uma das emissoras mais relevantes no Estado Novo.

O Governo da Ditadura Militar procurou controlar e censurar a rádio desde o início. Com o advento do Estado Novo, o Governo, que via na rádio um útil instrumento de propaganda, instituiu, por um decreto de 1930, o monopólio estatal dos serviços de radiodifusão. Porém, o diploma permitia, igualmente, a concessão de licenças a operadores privados. Ao abrigo dessa prerrogativa legal, Jorge Botelho Moniz fundou, com outros empresários, o Rádio Clube Português.

O Governo de Salazar também criou uma emissora estatal, a Emissora Nacional – EN (1932), destinada a difundir as ideias do regime e a oferecer uma programação que não colocasse em risco as suas estruturas fundacionais. A EN começou a operar regularmente em 1933.

Em 1936, o regime permitiu a exploração de publicidade pelos operadores privados de radiodifusão, o que possibilitou a fundação de várias emissoras locais e regionais. Nesse mesmo ano, foi autorizada a Rádio Renascença/Emissora Católica Portuguesa (emissões experimentais em 1936, regulares em 1938). A partir do início dos anos Trinta, a rádio portuguesa começou, assim, a emitir radiojornais periódicos, alinhados pela política do regime e que, no início, pouco mais eram do que a leitura de notícias da imprensa oficiosa e de telexes das agências de notícias, sempre sob a vigilância dos censores. Ainda nos anos Trinta começaram a ser realizadas reportagens a partir do local dos acontecimentos. No entanto, a rádio que se fazia, e cujo estilo perdurou em Portugal até aos anos Setenta, era extremamente formal e direccionada para uma audiência colectiva (até meados dos anos Setenta, a rádio tinha, em muitos dos lares portugueses, o papel que hoje em dia tem a televisão). Contudo, a audição mais ou menos clandestina de rádios estrangeiras, como a BBC (particularmente importante na II Guerra Mundial) e, a partir de 1963, da Rádio Voz da Liberdade, fundada por Manuel Alegre e outros portugueses fugidos da ditadura, tornou-se um hábito e constituiu uma oportunidade para se escutarem vozes alternativas à tendência monocórdica das rádios do regime.

No que respeita ao jornalismo audiovisual, deve referir-se que em 1918, a produtora e distribuidora Castello-Lopes iniciou a produção do *Jornal do Condes*. Em 1919, a Secção Cinematográfica do Exército iniciou a produção das *Actualidades Portuguesas*. Nesse mesmo ano, também a Secção Cinematográfica do *Diário de Notícias* começou a produzir as *Actualidades Cinematográficas*. A partir dessa altura, são vários os exemplos de cinejornais que aparecem e desaparecem no país.

O *Jornal Português* foi o primeiro cinejornal produzido com continuidade em Portugal. Foi projectado nos cinemas nacionais, antecedendo a projecção do filme principal, a partir de 1938. Era dirigido por António Lopes Ribeiro e promovido pelo Secretariado da Propaganda Nacional. Reportava as comemorações de efemérides, os eventos políticos, os desfiles militares, as inaugurações e outros acontecimentos, numa lógica de propaganda do Estado Novo. Em 1951, o *Jornal Português* foi substituído pelas *Imagens de Portugal,* que acentuou as reportagens sobre o progresso económico do país (novas fábricas e empreendimentos, inaugurações de barragens e hospitais, etc.). Em 1957, começaram as emissões regulares de televisão, cedo aproveitadas para propaganda do regime, como o comprova o programa do próprio Marcelo Caetano na Rádio-Televisão Portuguesa (RTP) e os telejornais, cheios da cobertura de cerimónias de "corta-fitas".

De relembrar, finalmente, que, em 1944, foi criada a Agência de Notícias e Informações (ANI), por Dutra Faria e Barradas de Oliveira. Embora privada, estabeleceu um contrato de prestação de serviços com o Estado, pelo que se tornou, essencialmente, em mais uma voz da máquina de propaganda do regime. Nesse mesmo ano, foi fundada a agência de notícias Lusitânia, por Luís Lupi, vocacionada para a troca de informações entre Portugal e as colónias e que acabou, também, por se integrar no sistema propagandístico salazarista.

6. Os jornalistas em Portugal

Até quase aos finais do século XIX, os jornalistas, em Portugal, eram, essencialmente, cidadãos que escreviam para os jornais. Inclusivamente, muitos deles, com ambições políticas, fundavam jornais "de partido" ou colaboravam com eles. Ser *redactor*, isto é, articulista, tendo a missão de redigir os artigos políticos, era, assim, a grande ambição de muitos dos que se diziam jornalistas. Outros ainda ambicionavam tornarem-se conhecidos como *publicistas*, isto é, como divulgadores das novas ideias que surgiam no mundo, como Sampaio Bruno, Bulhão Pato e Latino Coelho. Esses "escritores de jornais" não tinham sentido de classe. Aliás, muitas vezes digladiavam-se politicamente entre eles, através dos periódicos, o que destruía, à partida, qualquer sentimento gregário que pudessem alimentar. Os *repórteres*, categoria profissional

que se foi estabelecendo a partir do final do século XIX, graças à industrialização da imprensa, eram vistos como uma espécie de jornalistas de segunda categoria. Os *informadores* eram ainda menos considerados, constituindo a "ralé" do jornalismo nacional: como a sua denominação indica, a sua missão essencial era informar os repórteres e os redactores do que acontecia.

Foi em 1880, por ocasião das comemorações do tricentenário da morte de Camões, que pela primeira vez se constituiu uma associação de jornalistas em Portugal: a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. A denominação dessa associação indica a grande identificação entre os que se diziam jornalistas e os escritores. Bastante elitista, foi presidida por António Rodrigues Sampaio, redactor principal do jornal *Revolução de Setembro.* Entre os fundadores estavam Ramalho Ortigão, Magalhães Lima, Pinheiro Chagas e Eduardo Coelho e a ela aderiram, posteriormente, muitos dos jornalistas de elite lisbonenses, como Emídio Navarro, Mariano de Carvalho, Brito Aranha, Latino Coelho, Mendes Leal e outros. A Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, apesar de uma tentativa de revitalização desencadeada por uma revisão estatutária, em Janeiro de 1885, acabou por desaparecer com poucos projectos realizados e sem conseguir cativar jornalistas de fora de Lisboa (Cunha, 1941).

Outras associações "de classe" foram formadas no final do século XIX, dando conta da progressiva consciencialização profissional dos jornalistas e da sua crescente identificação como grupo profissional autónomo. A Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, por exemplo, foi fundada em 1882, por jornalistas, literatos e publicistas como Henrique Carlos de Miranda, João de Oliveira Ramos, Gaspar Borges de Avelar e outros, fundindo, mais uma vez, o espírito do jornalismo com o da literatura. Sem rumo definido entre a cultura e a representação "sindical" da classe, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, embora ainda exista, o acabou por se tornar, com o tempo, essencialmente um grémio mutualista e cultural, tendo publicado, durante anos, o jornal *Gazeta Literária.*

Dentro do mesmo espírito de confluência entre o jornalismo e a literatura, foi fundada a Associação dos Jornalistas de Lisboa, em 1896, por Alfredo da Cunha, Trindade Coelho e Lourenço Cayolla, a que se juntaram Magalhães Lima e Brito Aranha. Também de carácter elitista, a Associação dos Jornalistas de Lisboa chegou a enviar delegados a vários congressos internacionais de jornalistas, que então se iam realizando um

pouco por toda a Europa e nos Estados Unidos. Como coroa de glória, essa associação organizou, em 1898, um Congresso Internacional da Imprensa, em Lisboa, certame que reuniu 343 jornalistas de 18 países e no qual se debateram temas profissionais que ainda hoje teriam grande actualidade, como o ensino universitário do jornalismo, os direitos de propriedade intelectual, o direito (e a liberdade) de imprensa, a criação de carteiras de identidade dos jornalistas, etc. (Cunha, 1941). Apesar desses pontos altos, as actividades da Associação dos Jornalistas de Lisboa decaíram e nem a remodelação dos estatutos, em Fevereiro de 1907, nem a alteração da denominação para (segunda) Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, constante nos novos estatutos, nem sequer a realização de um congresso de jornalistas, em 1909, a salvaram da extinção, provocada, em grande medida, pelo seu carácter elitista, já que, como afirma Alfredo da Cunha (1941: 24-25), "só intentava congregar (...) escritores tirocinados e categorizados, de reputação feita no meio literário português – a aristocracia da imprensa."

Em 1897, por iniciativa dos jornalistas Alberto Bessa, José de Lemos, Vieira Correia e Ludgero Viana, foi fundada a Associação da Imprensa Portuguesa. Ao contrário das outras organizações de classe, das quais se tornou rival, admitia informadores e repórteres entre os seus membros. De acordo com Alfredo da Cunha (1941), distinguiu-se pelo mutualismo, pela luta pela liberdade de imprensa e ainda pela organização de eventos.

Em 1905, foi fundada a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, depois renomeada Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, em 1921, no rescaldo da primeira greve dos jornalistas (e tipógrafos), organizada por essa associação. No alvorecer do Estado Novo, o Sindicato, obrigado pela nova legislação corporativa do regime, teve de encerrar as suas portas, para dar lugar ao Sindicato Nacional dos Jornalistas.

A Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa não atraiu as elites jornalísticas, mas, nas palavras de Alfredo da Cunha (1941), foi a entidade que mais se distinguiu no socorro mútuo, tendo no seu seio nascido aquela que se viria a tornar a Casa da Imprensa, associação mutualista que ainda hoje subsiste. Os textos dos *Boletins* da Associação/Sindicato contribuíram, no dizer de Alfredo da Cunha (1941), para explicitar quem se devia considerar profissional da imprensa, por motivos de atribuição de carteira de identidade, mas tam-

bém discutiam outras questões relevantes para os jornalistas da altura, como o contrato de trabalho, as condições de exercício da profissão, as condições de subsistência dos jornalistas activos e aposentados, a criação de uma escola de jornalismo, etc.

Segundo Cunha (1941), no primeiro *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, datado de 1926, mostra-se que, segundo um documento da Direcção dos Serviços das Associações Profissionais, apenas tinham existência legal, em Junho de 1925, o próprio Sindicato e a Casa dos Jornalistas, que tinha sido fundada em 26 de Março de 1921, devido a uma dissidência de sócios da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa que se tinham oposto à sua transformação em sindicato. A Casa dos Jornalistas teve, porém, vida curta e acabou por fundir-se com a Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, processo concluído em 1931.

De acordo com Alfredo da Cunha (1941: 34), entre 1880 e 1924 os jornalistas fundaram onze organizações de classe. Embora muitas tenham tido vida curta, esse dado permite observar, como sustentámos em tese, a crescente consciencialização profissional e de classe dos jornalistas portugueses entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Mais do que isso, a fundação de entidades como a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa/Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa denuncia a crescente proletarização da profissão de jornalista, num quadro de industrialização da imprensa, e a preponderância, também ela crescente, dos repórteres sobre os redactores, como bem documenta o êxito do "Repórter X", pseudónimo do jornalista Reinaldo Ferreira e título do semanário sensacionalista e popular que ele criou. Nesse quadro, as rivalidades internas nas organizações e entre estas ilustram a divisão entre aqueles que se consideravam jornalistas profissionais ("proletários"), mais gregários, e os que se consideravam "cidadãos jornalistas" ou, mais concretamente, "escritores de jornal", mais individualistas e que se veriam a si mesmos como uma espécie de "aristocratas" do jornalismo, uma elite de literatos e publicistas.

Em 1934, foi criado o Sindicato Nacional dos Jornalistas, com fins de previdência, formação profissional e, especialmente, de representação da classe dos jornalistas, tendo lugar na Câmara Corporativa. O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e outras organizações jornalísticas foram, então, extintas. Embora, por razões ideológicas, no início vários jornalistas tenham resistido a incorporar-se no novo sindi-

cato, acabaram, maioritariamente, por se acomodar à situação (Sobreira, 2003: 50-51). O Sindicato dos Jornalistas é, ainda hoje, a principal entidade representativa dos jornalistas portugueses, ainda que subsistam clubes e grémios profissionais.

Os Estatutos do Sindicato dos Jornalistas explicitavam, no artigo 2, que o reconhecimento do estatuto de jornalista profissional dependia do "exercício continuado" do jornalismo como actividade remunerada. A Carteira de Identidade do Jornalista, também instituída em 1934, era atribuída, em consonância, a quem fazia do jornalismo a sua "profissão dominante" enquanto "actividade permanente e remunerada". Alterações posteriores, como as de 1941, não afectaram muito essas definições de base sobre quem era e quem não era jornalista profissional. Diga-se, no entanto, que durante muitos anos (até 1972) o Sindicato não aceitou a filiação de radiojornalistas, cinejornalistas, jornalistas da imprensa desportiva e outras especializações profissionais, limitando o ingresso, essencialmente, aos profissionais da imprensa diária e semanal nacional. Em 1943, foi regulamentado o exercício da profissão de jornalista, por decreto-lei.

Fernando Correia e Carla Baptista (2007) dissecam muito bem as principais transformações ocorridas no jornalismo nacional a partir dos finais dos anos Cinquenta. Lendo o livro desses autores, conclui-se que ocorreu um rejuvenescimento da classe profissional dos jornalistas, provocado pelo ingresso de jovens na profissão. Como e stes tinham mais habilitações académicas do que os seus antecessores, verificou-se, também, uma melhoria nos índices de escolaridade dos jornalistas. Os novos profissionais viam-se cada vez menos como "escritores de jornais", cada vez menos como boémios "desenrascados" que exerciam o "sacerdócio" jornalístico frequentemente a par de outras profissões, e cada vez mais como *profissionais*. O espírito empresarial que tomou conta do jornalismo português foi, em consonância com aqueles autores, o principal factor por trás dessa transformação e conduziu, ainda, à modernização tecnológica das empresas jornalísticas. Surgiram, por outro lado, insistentes vozes clamando pela institucionalização do ensino superior do jornalismo (algo que, de resto, a classe já reivindicava desde o final do século XIX) e alguns jornalistas foram mesmo fazer licenciaturas em Jornalismo noutros países, tendo o primeiro sido o jornalista João Gomes, do *Diário de Lisboa*, que obteve a sua graduação na Universidade de Lille,

na década de Sessenta. A entrevista e a reportagem ganharam protagonismo face ao artigo, o que contribuiu para separar as águas entre os "escritores de jornal" e os jornalistas profissionais. A subserviência ao regime e a censura eram, também, crescentemente contestadas pelos jornalistas, em consonância com a evolução das correntes de opinião pública. As mulheres começaram a afluir às redacções, até então quase inteiramente dominadas por homens. Assim, os jornalistas portugueses terão chegado a 1974 com a consciência, e também com o orgulho, de constituírem uma classe profissional autónoma, cada vez mais bem formada, mais *profissionalizada* e em sintonia com o seu tempo.

CAPÍTULO 2

O advento do estudo do jornalismo em Portugal: 1644 – 1910

Jorge Pedro Sousa, Nair Silva, Mônica Delicato, Patrícia Teixeira, Patrísia Ciancio, Carlos Duarte e Eduardo Zilles Borba

Foram vários os autores portugueses que reflectiram e pesquisaram sobre jornalismo desde o século XVII e publicaram, em livro ou similar, o resultado dessas reflexões. Este texto procura resgatar alguns dos contributos de teóricos portugueses para a teoria do jornalismo, lançando alguma luz sobre as preocupações dos pioneiros dos estudos jornalísticos em Portugal. Temporalmente, é delimitado a montante pela primeira reflexão sobre jornalismo que encontrámos num livro português (1644) e a jusante pelo ano da implantação da República (1910), correspondendo, portanto, grosso modo, a quase toda a época em que a Dinastia de Bragança ocupou o Trono de Portugal.

1. Os primeiros passos

Tanto quanto se pode observar pelas pesquisas desenvolvidas em livros existentes nas bibliotecas públicas portuguesas, os primeiros passos do jornalismo português não foram imediatamente acompanhados pelo "pensamento jornalístico nacional". De facto, as primeiras manifestações nacionais de cariz jornalístico, como as *relações* de acontecimentos[1] e as *Relações* de Manuel Severim de Faria (1626 – 1628)[2], não

[1] Devem relembrar-se, em especial, as *relações* de naufrágios, que surgiram, em Portugal, no século XVI.

[2] As *Relações* partilhavam muitas das características das *gazetas*, em particular a sua intenção noticiosa e de venda para dar lucro.

encontram paralelo na produção de livros que teorizem ou reflictam sobre jornalismo, presumivelmente inexistentes até 1644. Porém, não se andará longe da verdade ao sustentar-se que o estudo das *artes* retóricas e da *gramática*, a que eram sujeitos todos os letrados da época durante o período de frequência escolar, influenciou o jornalismo, já que os gazeteiros e "escritores de jornal" estudavam, nos bancos das escolas e das universidades, não só a forma de melhor persuadir, mas também a maneira de melhor contar as novidades. Eram, então, analisados manuais retóricos como, em Portugal, o de António Soares Barbosa (1839), autor que, tal como Peucer (1690), se baseou nas *Instituições* de Quintiliano para se referir à disposição dos discursos e às questões a respeitar para bem contar novidades (*Quis? Quid? Ubi? Quibus Auxiliis? Cur? Quomodo?)*. As gramáticas também eram estudadas, formatando estilos jornalísticos e contribuindo para normativizar e unificar a língua, sendo relevantes, desde logo, as primeiras gramáticas da língua portuguesa, nomeadamente a de Fernão de Oliveira (1536), a de João de Barros (1540) e a de Pedro de Magalhães Gudavo (1591)[3], mas também, por exemplo, as de Lobato (1771), Figueiredo (1799), Fonseca (1799), Sousa (1804) ou Barbosa (1822). Em consequência, pode afirmar-se que o estudo da **retórica** terá, a seu modo, contribuído indirectamente para o desenvolvimento dos formatos e dos estilos jornalísticos.

Além da retórica, e tal como é comprovado pela pioneira tese de Tobias Peucer (1690) e outros escritos, o jornalismo emergente também foi influenciado pela **historiografia**. A arte clássica de fazer história, de narrar a história, da forma como foi proposta, na Grécia Antiga, por autores como Tucídides e Xenofonte, emprestou ao jornalismo emergente os valores da *verdade* e da *fidelidade ao facto*. A discussão sobre a *verdade* ou, mais precisamente, sobre a *falta de verdade* do jornalismo alimentou, subsequentemente, os primeiros escritos de autores portugueses (e estrangeiros[4]) que, conscientes dos crescentes efeitos sociais do jornalismo e do impacto das gazetas na sociedade seiscentista, inauguraram a tradição de pesquisa genericamente

[3] Este texto, diga-se, tem duas partes: um elenco de regras ortográficas do Português e um discurso em defesa da Língua Portuguesa, crescentemente diluída no seio do castelhano, falado pelas elites assimiladas no período filipino (de 1580 a 1640, Portugal e Espanha estiveram unidos sob um mesmo Rei).

[4] Lembre-se, por exemplo, Ahasver Fritsch, um dos autores seiscentistas que primeiro reflectiu sobre o jornalismo emergente, num tom *apocalíptico.*

conhecida por **crítica dos media,** ou, neste caso, **crítica do jornalismo**. A própria tradição legal refere-se à verdade ou à falta dela como motivo para constranger o jornalismo emergente[5]. Portanto, não é de espantar que aquele que aparentemente é o primeiro registo documental de uma reflexão crítica sobre jornalismo elaborada por um português discuta, precisamente, a alegada falta de verdade das publicações jornalísticas.

2. As primeiras manifestações de uma crítica portuguesa ao jornalismo

As primeiras manifestações de estudos e reflexões sobre jornalismo em Portugal circunscreveram-se à esfera crítica.

Na verdade, foi no contexto das guerras da Restauração da Independência, que opunham, desde Dezembro de 1640, Portugal a Espanha, que o capitão português Luís Marinho de Azevedo, destacado no Alentejo, reflectiu, num opúsculo publicado em 1644, sobre a verdade e a mentira jornalísticas, a propósito das alegadas falsidades propagandeadas pelas "relações[6] de Castela" e pela *Gazeta de Génova*, que classificavam o resultado da batalha do Montijo (Espanha), travada entre os exércitos de Portugal e de Castela, como uma vitória espanhola. Escreve Luís Marinho de Azevedo (1644):

> "Não há coisa no mundo mais poderosa do que a verdade. (...) Querer obscurecê-la com uma mentira é como tapar a luz do sol com uma pequena nuvem. (...) Mas quis a política humana que fosse mais sustentável colorir uma mentira do que acreditar numa verdade (...), apesar de contra esta não prevalecerem, na opinião de Séneca, artifícios retóricos, palavras artificiais nem relações sofísticas. Destas usou sempre Castela para vulgarizar as mentiras que publica e as verdades que oculta com dialo-

[5] Basta recordar que um dos primeiros documentos reguladores da imprensa portuguesa é a Carta Régia de D. Filipe III ao chanceler-mor do Reino, Cristóvão Soares, datada de 26 de Janeiro de 1627, na qual o Soberano impõe a censura e o licenciamento prévio das "relações de novas gerais" em Portugal por nelas se escrever "*com pouca certeza* [itálico nosso] e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes". D. João IV, por seu turno, proibiu a circulação de gazetas a 19 de Agosto de 1642, "em função *da pouca verdade de muitas* [itálico nosso] e do mau estilo de todas elas".

[6] As relações tanto podiam ser monotemáticas (espécie de *livros-reportagem*) como pluritemáticas (incluírem notícias variadas, como as gazetas), como se observou nos capítulos dedicados à história do jornalismo.

> gismos e admoestações loquazes. (...)
> Nasceu a verdade nua (...) e os vestidos com que a quiseram adornar (...) só servem de remendos (...), como sucedeu com as relações que imprimiu Castela. (...) Publicou Castela que se havia levantado o sítio (...) como sempre faz quando toma alguma praça, mas procura sempre desmentir as perdas consideráveis (...), distraindo o povo com relações ridículas para que este não sinta [essas perdas]. E ainda que um político tenha dito que não há ofensas que mais se devam ignorar que as das línguas, penas e imprecisões, para nos podermos empenhar em defendermo-nos de outras maiores, por justiça se antepõem as nossas verdades às suas [de Castela] mentiras; nossa sinceridade aos seus enganos; nossa circunspecção aos seus embustes. (...) Querem os castelhanos torcer e adulterar a verdade como sempre fizeram (...). E ainda que o sargento-mor Dom António Pardo, que foi autor da *relação* que se imprimiu em Sevilha, [tenha dito algumas verdades], ocultou a maior parte, para não deslustrar a reputação de Castela. (...) E que assombração provocou António Pardo ao que escreve gazetas em Génova (...) para este dizer disparates sem pés nem cabeça e escrever mentiras (...), falseando (...) a verdade. Porque tudo (...) o (...) gazeteiro genovês escreve ao contrário. (...) Poderiam os senhores genoveses manter a neutralidade. (...) Se o autor da gazeta [genovesa] dissesse o seu nome poder-se-lhe-iam esgrimir os nossos argumentos (...). Gastem muita arrogância os castelhanos nas suas *relações* e dêem os genoveses muitas falsidades nas suas gazetas que apesar disso do dito ao feito vai grande distância (...) apesar das *relações* caluniosas escritas com penas mendigantes."

Podemos observar pelo excerto de texto acima como já estavam, de facto, fortemente vinculados ao jornalismo seiscentista os valores da *verdade e da fidelidade aos factos* que provinham da Grécia Antiga, desde que os primeiros historiadores, nomeadamente Tucídides e Xenofonte, começaram a escrever uma história descontaminada de mitos e lendas.

Luís Marinho Azevedo denuncia ainda, indirectamente, quanto o jornalismo emergente servia para *propaganda*[7], tornando evidente o

[7] Tengarrinha (1989: 38-39; 2006: 28-30) esclarece, por exemplo, que o primeiro periódico português, a Gazeta "da Restauração", propagandeava a causa independentista da Casa de Bragança. Segundo o principal historiador da imprensa portuguesa, essa Gazeta visava "contrariar o efeito negativo dos boatos postos a circular pelos espanhóis (...), destacar as vantagens militares e diplomáticas alcançadas sobre a Espanha, exagerar as dificuldades que estava a experimentar a monarquia espanhola, animar os que duvidavam do bom desfecho da iniciativa restauradora, influenciar as cortes europeias sobre a legitimidade da nova monarquia e a possibilidade de esta dominar o conflito. Tratava-se, pois, de um empreendimento jornalístico com um objectivo político circunstancial e bem determinado".

crescente impacto do jornalismo nas sociedades seiscentistas europeias.

Curiosa também é a designação "*gazeteiro*" para apelidar o "escritor de gazetas" ou "autor de gazetas". Os gazeteiros eram já, de certa forma, profissionais à parte. O seu aparecimento e autonomização no seio das classes *profissionais* contribuiu para que o *jornalismo se fosse formatando como profissão.*

Indirectamente, o texto de Luís Marinho de Azevedo confirma, também, que as gazetas seiscentistas circulavam por toda a Europa, contribuindo para a formatação de um espaço europeu de informação internacional – muitas das notícias publicadas nesses periódicos eram internacionais. Luís Marinho de Azevedo lia e conhecia, de facto, não apenas as relações publicadas em Espanha, país com o qual Portugal estava em guerra, mas também a *Gazeta de Génova.*

Em resumo, e isso é extremamente importante, pode concluir-se que *a reflexão sobre jornalismo em Portugal nasce com a crítica à imprensa*. A **crítica do jornalismo** é, assim, se quisermos, a primeira linha de pesquisa e reflexão sobre jornalismo que surge em Portugal, continuando até aos dias de hoje.

No século XVIII, a crítica ao jornalismo manteve-se no mesmo tom que se nota no texto seiscentista de Luís Marinho de Azevedo. Ela serviu, essencialmente, para acusação ou rectificação de informações dadas pelas gazetas, ou para contraposição de argumentos. Alguns dos opúsculos que se publicaram nesse período são, de facto, meros ataques a artigos editados nas gazetas, elaborados por pessoas que se sentiam atingidas ou revoltadas com o que era escrito, mas também se encontram folhetos de contra-ataque a outros entretanto publicados (ver, por exemplo: Lima e Lima, 1762 vs. Leandro Moniz da Torre, 1763).

No início do século XIX, a **crítica do jornalismo** não fugia do tom dos anos anteriores. Assim, em 1808, José Acúrcio das Neves, no contexto das invasões francesas, voltava, novamente, a reflectir sobre o jornalismo e a verdade, desta vez para se queixar das imposições propagandísticas dos invasores franceses sobre os gazeteiros nacionais, que atraiçoavam, precisamente, os valores da *verdade e da fidelidade aos factos,* crescentemente reivindicados pelos "jornalistas" como seus. Interessante também é apercebermo-nos da clara consciência de Acúrcio das Neves sobre o impacto do jornalismo na sociedade oitocentista (os jornais amplificam as vozes dos actores sociais), que levava os poderosos a aproveitarem os periódicos para fazerem propaganda e travesti-

rem a mentira de verdade, usando para isso vários artifícios, claramente descritos pelo referido autor:

> "[As invasões] trouxeram consigo privações imensas, e principalmente a do pão (...); e quando mais se experimentavam faltas tão sensíveis, Junot e Lagarde [comandante das forças francesas e da polícia] publicavam em nome do gazeteiro de Lisboa grandes abundâncias de todos os géneros por preços cómodos e anunciavam esta cidade [Lisboa] devastada como uma habitação de delícias.
> Pobre gazeteiro, a quantas imposturas, a quantas velhacadas não fizeram aqueles monstros prestar o teu nome! Quantas vezes te não obrigaram eles a dizer o contrário do que pensavas e do que vias? Quantas injúrias não vomitaram pela tua boca contra o nosso amabilíssimo Príncipe [D. João VI] e o seu Conselho? Quantas vezes não suprimiram as próprias gazetas que tinham formado, para em outras de novo formarem novas tramas? E com que desaforo o não faziam? Não chegaram eles a mandar suprimir e [substituir] por outra a de 17 de Julho deste ano de 1808, depois de publicada, vendida e distribuída pelos assinantes? E para quê? Para mentirem à-vontade sobre os públicos sucessos (...), para taparem os olhos do Povo de Lisboa e enganarem o resto da Nação. Quando te faziam copiar, adicionar e variar de mil maneiras as mentiras do *Monitor* e do *Diário do Império,* aumentar e diminuir cifras, publicar revoluções na Inglaterra, perdas de esquadras e quanto lhes fazia conta, não conhecias tu a falsidade e o fim fraudulento de semelhantes contos. E aquela célebre expedição dos cinco pinques carregados de ingleses que vieram atacar a corveta Gaivota no porto de Lisboa, em que de um golpe de pena mataste quarenta ingleses, incluindo o comandante, cujos corpos foi necessário lançarem-se ao mar!... Não sabias que os cinco pinques se reduziam a um ou dois escaleres, que a resistência dos bravos franceses foi tal que deixaram a sua lancha, e se deixariam levar a eles próprios e à corveta se não fosse a rede que os defendeu, que os quarenta ingleses mortos consistiram em um chapéu que estes deixaram, único sinal desta assinalada vitória da guarnição francesa? Quando tantas vezes te fizeram repetir os evidentes testemunhos de amor e afecto que todo o Povo de Lisboa professava pelo nosso Governo, e ao intruso governador de Portugal, não presenciavas tu que Governo e Governador eram geralmente olhados com a execração que merecem as suas máximas tirânicas; que toda a indústria e todas as manhas de Junot não puderam ainda procurar-lhe um sinal de alegria da parte do Povo Português? Quando te faziam preconizar tantos bens e tantas vantagens aos povos que viviam debaixo de tal governo, deixavas tu de presenciar o abatimento, a opressão, a

> miséria de todo o Portugal, e especialmente da própria Lisboa, onde se publicavam tais imposturas? Não sabias que todo o Norte de Portugal e todo o Algarve estavam em armas para sacudir o jugo da tirania, quando ainda te faziam dizer que todo o Reino estava tranquilo? Podias acaso ignorar que regimentos inteiros de espanhóis tinham executado (...) o projecto de se irem incorporar aos seus compatriotas, para restaurarem a sua Monarquia, quando te faziam reduzir essa gente valorosa a uns cem desertores (...)?
> (...)
> O usurpador francês, para destruir monarquias e roubar nações aliadas, serve-se (...) das gazetas e de quantas baixezas lhe ministra a sua imaginação fecunda." (Neves, 1808: 7-28)

Em suma, pode dizer-se que os autores que directa ou indirectamente escreveram sobre jornalismo em Portugal durante o Século das Luzes e no início do século XIX, a exemplo daqueles que reflectiram sobre jornalismo antes deles, se serviram da pena essencialmente para denunciar alegadas falsidades propagandeadas pela imprensa, antepondo-lhes sempre o valor da verdade (ver, por exemplo: Lima e Lima 1762; Neves, 1808) e por vezes também o da imparcialidade, conforme se revela nos ataques ao *Correio Braziliense ou Armazém Literário* escritos por mão anónima, em 1810[8]. Por vezes, nesses textos dão-se versões alternativas de factos narrados pela imprensa, ou propõem-se ideias alternativas, frequentemente numa matriz *escrito – resposta – escrito – resposta – etc.,* à semelhança do que sucede com as *cartas dos leitores* (ver, por exemplo: Anónimo, 1809). Aliás, é ilustrativo que o texto de Lima e Lima (1762) acima referido tenha merecido resposta de Leandro Moniz da Torre (1763), tornando notório que, em alguns casos, a crítica descia ao ataque pessoal. De qualquer maneira, esta espécie de pingue-pongue argumentativo nada trouxe de novo, durante o século XVIII e primeiros anos do século XIX, à crítica à imprensa. Aliás, num país vigiado e de regime absolutista como era Portugal, em que, durante grande parte do século XVIII e início do século XIX, se sentiu a governação do marquês de Pombal e a repressão do intendente da polícia Pina Manique,

[8] *Provas da Falsidade e Injustiça com que o editor do Correio Brasiliense Intentou Desacreditar a António de Araújo de Azevedo e Álgumas Reflexões Acerca desse Jornal Oferecidas aos Seus Leitores (Lisboa: Impressão Régia, 1810) e Exame do Artigos Históricos e Políticos que se Contêm na Colecção Periódica Intitulada Correio Braziliense ou Armazém Literário no que Pertence Somente ao Reino de Portugal* (Lisboa: Impressão Régia, 1810, 2 volumes).

as publicações eram alvo de censura, pelo que tardaram a ecoar nas publicações portuguesas os ecos das revoluções Americana e Francesa e as ideias revolucionárias do Iluminismo e do Racionalismo. Porém, se para alguma coisa serviram, as invasões francesas[9] contribuíram para espalhar em Portugal as ideias que agitavam o Velho e o Novo Continente, pondo em causa o Antigo Regime e as ideias hiper-conservadoras que o sustentavam, pese embora a vigilância e a propaganda exercida pelos invasores sobre a imprensa portuguesa.

3. O vintismo e a crítica ao jornalismo

Em 1820, estava D. João VI no Brasil, a Revolução Liberal eclodiu em Portugal, no Porto, no dia 24 de Agosto. Esta sublevação, encorajada pelo exemplo espanhol, país onde o Rei, D. Fernando VII, tinha sido obrigado a aceitar uma Constituição liberal, representou o fim do Antigo Regime no País, apesar do curto período de retoma do Absolutismo, protagonizado por D. Miguel, desde 1828 até à sua derrota, no desfecho da Guerra Civil, em 1834.

Os revolucionários vintistas procederam com cautela em relação às

[9] Em 1806, Napoleão decretou o bloqueio continental dos portos aos navios ingleses. Porém, Portugal, sob o governo do regente e futuro Rei D. João VI, manteve os portos abertos ao comércio com Inglaterra, vital para a economia do país. Inclusivamente, Portugal e a Inglaterra estavam unidos pela mais antiga aliança do mundo. Em 1807, Napoleão exortou Portugal a fechar os portos à Inglaterra. Como Portugal não obedeceu, as forças francesas, sob o comando de Junot, invadiram Portugal pela primeira vez, nesse mesmo ano. Junot instalou-se em Lisboa, mas a Família Real portuguesa, símbolo e encarnação da Independência Nacional, conseguiu fugir para o Brasil, o que constituiu um rude golpe para os franceses. Em 1808, revoltas no Porto e noutras terras contra os invasores franceses acabaram por facilitar o desembarque de tropas inglesas em Portugal. Os exércitos luso-britânicos comandados por Wellesley, duque de Wellington, que mais tarde seria o carrasco de Napoleão em Waterloo, derrotaram os franceses nas batalhas da Roliça e do Vimieiro. O exército francês retirou, mas, com o consentimento de D. João VI, foi instituído um governo inglês em Portugal, encabeçado por Beresford. Em 1809, os franceses invadiram Portugal pela segunda vez, mas foram derrotados no Porto e tiveram de retirar. Em 1810, os franceses invadiram Portugal pela terceira vez. Também, então, foram derrotados na batalha do Buçaco e, ao prosseguirem para Lisboa, deram de caras com as linhas defensivas de Torres Vedras, que lhes impossibilitaram o acesso à capital pelo Norte (a sul, Lisboa era defendida naturalmente pelo rio Tejo, onde pontificava a marinha britânica). O exército francês teve de retirar nova e definitivamente de Portugal. Aliás, acossado por Wellington, perdendo batalha após batalha, o exército francês retirou não apenas de Portugal, mas também de Espanha. Os exércitos aliados de Wellington chegaram mesmo a ocupar parte da França até à celebração das pazes e ao (primeiro) derrube de Napoleão.

instituições herdadas do Antigo Regime. Afinal, e na sequência das invasões francesas e do domínio britânico, herdavam uma população pobre e esfomeada e um país fracturado entre um povo maioritariamente tradicionalista e católico e uma burguesia maioritariamente racionalista, progressista e liberal (Oliveira Marques, 2006: 448; Labourdette, 2003: 495). A censura prévia aos jornais, por exemplo, manteve-se. No entanto, o Governo Provisório de Lisboa[10] promulgou, a 21 de Setembro de 1820, uma portaria que instituía o princípio da liberdade de imprensa, embora, ao mesmo tempo, regulasse o exercício da censura prévia e nomeasse uma Comissão de Censores. De qualquer modo, por força dessa portaria, passou a ser aceite a publicação de todo o tipo de escritos que não desrespeitassem o catolicismo, o Rei e a Dinastia de Bragança, a futura Constituição, as nações estrangeiras e, de forma geral, os bons costumes.

As novas condições legais permitiram o aparecimento de dezenas de novos jornais políticos e político-noticiosos em poucos meses, maioritariamente de perfil liberal, distinguindo-se, entre eles, o *Astro da Lusitânia*, de Joaquim Maria Alves Sinval, e *O Independente*, do patriarca da Revolução de 1820, Manuel Fernandes Tomás, e de José Joaquim Ferreira de Moura. O *Mnemosine Constitucional*, de Pedro Alexandre Cavroé, não foi tão influente quanto os outros dois, mas deve ser citado porque foi a esse panfletarista que José Agostinho de Macedo, nome importante da crítica vintista ao jornalismo, redigiu várias *Cartas*, referidas neste trabalho.

Os partidários do Antigo Regime absolutista reagiram à proliferação de jornais liberais. Vendo neles uma ameaça à sua ideologia, autores como o padre José Agostinho de Macedo e frei José Machado (apelidado de Batalha) lançaram vários opúsculos virulentos contra eles. Macedo escreveu, comprovadamente, entre outras obras, os opúsculos *Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro; Reforço ao Cordão da Peste; e Exorcismos contra Periódicos e outros Malefícios*, todos de 1821 e de títulos eloquentes; Machado terá escrito, sob anonimato, também em 1821, entre outros, os opúsculos: *Novo Mestre Periodiqueiro ou Diálogo de um Sebastianista, um Doutor e um Ermitão sobre o Modo de Ganhar Dinheiro no Tempo Presente; Segunda Parte do Novo Mestre Periodiqueiro ou Segundo Diálogo de um Sebastianista, um Doutor e um Ermitão sobre o Modo de Ganhar Dinheiro no Tempo Presente; e A Forja dos Periódicos ou o Exame de Aprendiz de Periodiqueiro.*

[10] Antes mesmo da sua fusão com a Junta do Porto, responsável pelo detonar da Revolução.

Ainda em 1821, e beneficiando do decreto de 4 de Julho, que estabeleceu em Portugal, pela primeira vez, o direito legal à liberdade de imprensa, os absolutistas apostólicos "adeptos do Trono e do Altar" começaram, também eles, timidamente, a lançar jornais políticos, como *O Patriota*, mas esse movimento intensificou-se em 1822, ano da promulgação da Constituição Liberal[11], com o surgimento de jornais como *A Trombeta Lusitana, O Braz Corcunda* e, principalmente, a *Gazeta Universal*, no qual colaborava José Agostinho de Macedo.

3.1. A crítica política conservadora ao jornalismo vintista (1820-1823): O caso de José Agostinho de Macedo

O polemista conservador José Agostinho de Macedo destacou-se como um dos primeiros críticos sistemáticos do jornalismo português. Para além de ter sido um homem de partido, defensor violento da causa absolutista, olhou para os jornais panfletários como objectos de crítica, tendo identificado vários dos problemas que, mais tarde, haveriam de promover o fim do jornalismo "de partido", panfletário e artesanal, e a entrada em cena do jornalismo noticioso e industrializado.

São vários os textos de Macedo em que se assiste a uma crítica ao jornalismo, mas entre os mais conhecidos avultam, pelos seus títulos sugestivos, *Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro; Reforço ao Cordão da Peste; e Exorcismos contra Periódicos e outros Malefícios*. De particular interesse são ainda as cartas que escreveu ao jornalista panfletário liberal Pedro Cavroé (*Cartas a Pedro Cavroé,* 1821).

Apesar de ter sido, na designação de Hernâni Cidade (1929), um jornalista panfletário, recorrendo, portanto, às armas que criticava nos seus adversários, José Agostinho de Macedo distinguiu-se como crítico

[11] Nos seus artigos 7º e 8º, também a Constituição de 1822 consignava o direito à liberdade de expressão, nos seguintes termos:
Art.º 7º A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o português põe, por conseguinte, sem dependência de censura prévia, manifestar as suas opiniões em qualquer matéria, conquanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e pela forma que a lei determinar.
Art.º 8º As Cortes nomearão um tribunal especial para proteger a liberdade de imprensa e coibir os delitos resultantes do seu abuso (...).

do jornalismo polemista e político que emergiu em Portugal a reboque da Revolução Liberal e da instituição constitucional e legal do direito à liberdade de imprensa.

No dizer de Carlos Olavo (1938: 185), são os textos de polémica de José Agostinho de Macedo os que "perduram mais na memória dos homens". Porém, Olavo não poupa nas palavras para caracterizar esses textos: "longos arrazoados, em prosa e verso, em que se traduziam as violentas explosões do seu temperamento plebeu (…), grossa literatura feita de todas as sujidades da língua, de todos os detritos do estilo, de todas as aparas do mau gosto. (…) O seu processo literário era o vomitório." Para Olavo (1938: 188), Macedo "imaginava-se um homem de espírito e não hesitava em comparar-se com os melhores espíritos da humanidade". Aliás, no seu *Motim Literário*, periódico de 1811 que despudoradamente plagiou da *República Literária*, do padre espanhol Diogo de Fajardo, o próprio Macedo diz mesmo que escreve com elegância, erudição e jocosidade, embora também com "respeito à religião, (…) ao trono [e] (…) à sociedade."

Oliveira Martins (*cit. in* Olavo, 1938: 188) também é esclarecedor:

> "Nunca houve homem mais plebeiamente popular. Nenhum dos nossos caceteiros da pena lhe deitou a barra adiante na impudência, no descaramento, na desfaçatez. A sua veia (hoje diz-se *verve*), a sua fecundidade, eram inesgotáveis. Sabia a linguagem das colarejas e rameiras porque as frequentava; e o calão dos cárceres e das enxovias porque passou por lá. O seu estilo era torrente, mas jorro que sai de um cano: um enxurro violento de imundícies. Criou um género, que se nacionalizou português".

O que fez de Macedo um alvo de tantas críticas, muitas delas feitas mais de uma centena de anos depois da sua morte? Por um lado, a linguagem violenta e insolente, a petulância e o carácter hipócrita, contraditório e baixo de que deu prova em múltiplas ocasiões. Por outro lado, as suas ideias políticas e, no que a este trabalho diz respeito, a sua oposição à liberdade de imprensa e ao espírito das Luzes.

De facto, os liberais defendiam a liberdade de imprensa como forma de controlo e vigilância do poder, em particular do poder político. Joaquim Maria Alves Sinval, por exemplo, escreveu no *Astro da Lusitânia*, a 18 de Novembro de 1820: "(...) sem imprensa livre não há liberdade civil; todos conhecem que o exercício de tal liberdade é quem faz conter (...) [o] despotismo, os ministros (...) e os administradores da Fazenda

Pública que não desejam dar conta das suas administrações." Macedo, pelo contrário, era um feroz adversário da liberdade de imprensa, apesar de ele próprio não se ter coibido de, ao longo dos anos, publicar folhetos e periódicos que outra finalidade não tiveram do que insultar determinadas personagens e combater as ideias liberais e maçónicas. Para ele, devia ser combatido tudo o que fosse contrário à livre governação de um Rei absoluto, cuja legitimidade adviria directamente de Deus.

Em 1812, no prólogo da *Resposta aos Dois do Investigador Português em Londres*, já se nota algum do ódio de José Agostinho de Macedo à imprensa livre, detonado pelas críticas que os redactores do *Investigador* fizeram ao poema *Gama*, do autor, que se julgava superior ao próprio Camões:

> "Virem dois jornalistas, com duas penadas, derrubar tudo, e dizer com o magistério e a arrogância de um periodista sabe-tudo: – Isto não presta! (...) Deus me não mate sem ver resolvida esta questão: "Por que razão quem faz jornais sabe tudo, e quem não faz jornais é um asno? Outra: Quem deu poder a um (...) jornalista para governar (...) a República das Letras?" (Macedo, 1812a: 4-5)

O pequeno excerto de texto anterior, mais do que identificar uma das fontes do ódio de Macedo à imprensa livre – afinal tratava-se da mesma imprensa que o criticava – é interessante por outro motivo: no alvorecer do século XIX, em Portugal já se apelidavam de "jornalistas" os redactores de jornais.

Ainda nesse ano, na *Carta de um Pai para Seu Filho Estudante na Universidade de Coimbra*, o autor também se manifestava contra a liberdade de imprensa e o espírito das Luzes, ao salientar que, por paternalismo protector, se deveria tirar "dos olhos do povo quanto lhes puder despertar ideias de novidade, ou inovações" (Macedo, 1812b: 3).

Em 1818, na *Carta de Manuel Mendes Fogaça escrita a seu Amigo Transmontano sobre uma Coisa que Observou em Lisboa Chamada O Observador,* nota-se, também, alguma animosidade de Macedo contra os jornais, fossem os de ilustração (literários, científicos e de ideias), fossem os políticos. O autor considera-os irrelevantes para o progresso, não só por não se substituírem ao estudo dos livros (recorde-se que uma das polémicas da época se centrou na interrogação sobre se o jornalismo viria a substituir a literatura), mas também por serem feitos por personagens pouco ilustradas que apenas quereriam ganhar dinheiro com eles:

> "Nem cuideis (...) que eu me entretenha em ponderar (...) a mentirosa asserção de que na Alemanha, na França, na Inglaterra, o progresso das ciências se deva à proliferação dos jornais. Se há peste que ponha mais peias ao progresso (...) é a praga infinita dos jornais. São diametralmente opostos ao estudo dos livros, fomentam a preguiça, obrigam os homens a se contentarem com magos extractos, feitos por sabichões repentinos, que não querendo curvar o corpo para cavar com uma enxada, e não encontrando na voluntária malandrice, e ociosidade, um recurso para a subsistência, em duas horas se fazem homens de Letras e autores. Junta-os a fome, e para irem à noite à taverna, fazem (...) de dia um jornal (...). E assim (...) os que os escrevem se fazem sábios em uma hora, e num quarto de hora ficam sábios os que os lêem.
> (...)
> Também (...) não me ocuparei em reflexões que merecia o motivo pelo qual os observadores publicam os seus científicos extractos, que vêm a ser – facilitar ao povo miúdo o conhecimento das ciências, coisa muito interessante para o povo miúdo. (...) E na verdade, que mais é preciso saber (...) que um catálogo exacto das aranhas e das grandes coisas que a química pode tirar das suas engenhosas teias?" (Macedo, 1818: 8-9).

Foi a partir da Revolução Liberal de 1820 que a voz reaccionária de José Agostinho de Macedo se intensificou, clamando contra a proliferação de periódicos desencadeada pela institucionalização legal do direito à liberdade de imprensa. Um ano depois, Macedo tornou-se colaborador da *Gazeta Universal*, jornal político e panfletário dos partidários do Absolutismo Apostólico. Nesse mesmo periódico, em 1821, vilipendiou a liberdade de imprensa e a proliferação de periódicos, nos seguintes moldes:

> "Nenhuma coisa se deve temer tanto (…) como a anarquia. Se a não há, felizmente, no Governo, encontra-se de cara descoberta na tipografia. O estado dos papéis públicos é um estado perfeitamente anárquico. Estão divididos entre si e dividem as opiniões. O seu fim devia ser instruir; o seu fim, por encontrados caminhos, é descompor, insultar, indispor. Não só escandalizam os homens honrados, para quem a virtude tem preço, a religião respeito, a Pátria valia, os legisladores poder e os magistrados autoridade, mas expõem à irrisão dos estrangeiros a totalidade da Nação. Onde quer que chegue o conhecimento da língua portuguesa, que não está tão pouco estendido como se julga, se dirá que os escritores públicos portugueses são todos filhos das regateiras da ribeira e irmãos uterinos

> dos gaiatos das caixas de açúcar. Assim parece, porque não há discursos, há insultos; não há respostas, há repostadas."

Observam-se, no excerto de texto anterior, os paradoxos de Macedo. Ele que tanto insultava (aliás, nesse mesmo texto cobre de insultos o liberal Pato Moniz), não se coibia de criticar outros insultadores. Interessante, também, é notar o tipo de enquadramento que então se aplicava ao conceito de jornalista panfletário: era *um escritor público*, designação que subsistirá ao longo do século XX, em Portugal, sob a forma de "escritor de jornal", como contraponto à noção de "jornalista profissional" (Sousa, 2008: 117).

Não é que Macedo não tivesse razão em algumas das críticas que dirigiu aos periódicos vintistas, tal como explicaram Silva e Braga (1898: 117-118):

> "Desde os primeiros dias do novo regime tinha aparecido em Lisboa um aluvião de folhas periódicas, quase todas diárias, mais bem ou mal redigidas, conforme o talento dos seus autores, que eram, na maior parte, indivíduos de (...) acanhadas luzes. Por isso, os tais periódicos não passavam de confusos amontoados de notícias vagas, falsas e contraditórias, a que se juntavam mal alinhavados discursos (...) quase sempre enunciados com frases ruins e pior gramática. Todavia, não deixavam de ser (...) procurados e lidos com avidez pelo povo".

O mais importante historiador da imprensa periódica portuguesa, José Manuel Tengarrinha (1993: 34-35), passados quase dois séculos, também concorda, em alguns pontos, com José Agostinho de Macedo:

> "É certo que o aparecimento de alguns jornais se deve sobretudo a motivos de natureza económica: quem quisesse ganhar a vida (...) não tinha mais que fundar um periódico. Não surpreende, pois, que o nível de muitos jornais fosse baixo, tentassem ganhar público seguindo-lhe o gosto (...), enveredassem com frequência pelo insulto e a chicanice pessoal, abusassem de populismos e expressões vulgares, quase sempre estivessem em doloroso impacto com a sintaxe.
> (...)
> Esta quase generalizada vulgaridade da imprensa teve uma directa incidência nos critérios da censura: as matrizes ideológicas dos jornais não se apresentavam com nitidez, sendo muitas vezes difícil definir com rigor se eram adversários do regime ou apenas críticos do moderantismo

> dos governantes. De resto, não se desenvolvia debate sobre os sistemas políticos, havendo acordo, na aparência, sobre as vantagens do constitucionalismo."

O primeiro opúsculo que José Agostinho de Macedo lançou especificamente contra a liberdade de imprensa e a proliferação de jornais panfletários intitulou-se *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios* e foi editado em Fevereiro de 1821. Nele, Macedo desenvolve as ideias que já tinha exposto na *Gazeta Universal*. Volta, em especial, ao tema da profusão de periódicos, cujas posições diferenciadas contribuiriam para instaurar a anarquia e impediriam a necessária obtenção dos consensos e da tranquilidade que a governação exigiria.

> "Costuma-se chamar flagelo, ou praga, tudo aquilo que consigo traz calamidades para os Povos (...). Ao século da Política, que outra praga se devia adoptar que não fosse a dos periódicos políticos? (...) Portugal está coberto, alastrado, entulhado de periódicos, como o Egipto e mais que o Egipto, de rãs, de gafanhotos, de moscas, de diabos. Apareceu um Astro maligno [referência ao jornal liberal *Astro da Lusitânia*] (...) que multiplicou (...) os soltos vendavais dos periódicos, dos flagelos, das pragas que nos apoquentam. Não há forças humanas que se oponham e contrastem os lastimosos estragos desta febre-amarela. Não há cordão que lhes vede a passagem. São precisas forças sobrenaturais, Exorcismos com eles (...) e (...) por virtude do exorcismo (...) diminuirá a praga dos periódicos. Terão ao menos os tristes censores um bocado de tempo para comer, e para dormir?
> (...)
> Com efeito, é triste a condição das coisas humanas! Não há um bem puro sem a mistura de algum mal! (...) A multidão dos faladores fez parar a majestosa Torre da Babilónia: onde todos falam ninguém se entende. A confusão (...) deitou aquela grande fábrica a perder (...). O falatório era de alto a baixo e como ninguém se entendia, todos desampararam o edifício, até que se abateu de todo (...). Calem-se diabos (...) que se malogra a obra da prometida ventura aos portugueses.
> (...)
> Quem não conhece o peso desta praga devastadora (...) quando pela manhã (...) uma nuvem de rapazes, ministros executores da praga, levanta as desconcertadas vozes e grita (...): "Quem leva o Astro? Quem vem ao Liberal? (...)". Isto em todos os becos, em todas as alfurjas, às portas de todas as tabernas. (...) E que dizem estas pragas, estes periodiqueiros? Todos aflige o mesmo, que não haja Frades.

> (...)
> Mentem, tanto dizem, tanto desdizem, tão mal, tão fora do tempo querem propor coisas, demolindo em lugar de consertar, que o povo alucinado (...) cuida que se obra no Governo e no Congresso, como os periodiqueiros falam, que têm as mesmas ideias incendiárias, subversivas, destampadas, que há impressas nos periódicos (...), revoltam e desorientam a Nação (...). É justo ganhar dinheiro (...), mas três vinténs por parvoíces... " (Macedo, 1821a: 1-14)

No mesmo opúsculo (*Exorcismos*), Agostinho de Macedo critica, ainda, os que abandonavam os seus ofícios para se consagrarem a um periodismo de fraca qualidade. Em acréscimo, dá pistas não só para se perceber a origem social e cultural de muitos dos "jornalistas" portugueses das primeiras décadas de oitocentos, mas também para se compreender como funcionavam e eram vendidos (aos incautos) os periódicos de então:

> "Mas quem são os periodiqueiros? É preciso conhecer o género, ou a casta de diabos, para se lhes fazer o competente exorcismo. No Evangelho se fala de um género de demónios que não se iam embora senão com o jejum, e eu creio que o jejum, ou a barriga vazia, é quem acarretou sobre as nossas cabeças a nuvem periodiqueira. (...) Sapateiros (...), livreiros, passamaneiros, cabeleireiros (...), (...) a quem se lembraria que no momento em que Portugal mais necessitava de mais luzes, mais ciência, mais conhecimentos, que coadjuvassem a mais árdua e difícil empresa, (...) tudo seria desamparado e (...) os seus cultores se convertiam em periodiqueiros? Parece que para a grande arte de Escritor se não necessita de outra coisa mais que saber formar bem ou mal, tortos ou direitos, os caracteres do alfabeto. (...) Fugi diabos, ide para as vossas oficinas, tornai para a enchó, para o sarrafo. Se podes fazer bem uma cadeira, para que te metes a fazer tão mal um periódico?
> (...)
> Ora se é praga deixar o próprio ofício para ser periodiqueiro, ainda é maior flagelo não ter ofício nenhum, senão o de periodiqueiro. Vivia um ocioso pelos cantos dos botequins (...) e de repente salta ao mundo com um periódico (...). Que quer este diabo com a folha diária ou semanária? Ilustrar a Nação? Como? Copiando muito mal da aluvião dos periódicos castelhanos (...), retalho aqui, fala acolá, reflexão além, mas tudo sem ordem, sem uma ideia dominante, sem um fim, e quando este devia fixar a opinião sobre um objecto único, grande, público, vantajoso à causa, não faz mais que desvairá-la de tal maneira que ninguém se entende (...).

> O pior é abrir as portas às correspondências, ou reais, ou fantasiosas, e transcrever quantos desaforos lhe enviam, ou fingem que lhe enviam. Que vantagens tem tirado a Nação desta praga periodical (...)? Talvez maiores males, do que bens. Segue-se a uma mal entendida liberdade de falar uma mais mal entendida liberdade de pensar, e obrar.
> (...)
> É preciso ilustrar a Nação (...), é preciso que o povo conheça o que se faz, para aprovar o que se faz, (...) porém os meios são os periódicos? Basta que qualquer diabo (...) pegue na pena e escreva um periódico (...) e o último diz o mesmo que o primeiro, e todos com uma linguagem avessa (...) e (...) parvoíce em política. Eu os tenho observado (...), são verdadeiros camaleões, tomam a tintura do ar que respiram. Nove meses os vi franceses de gema, nunca falavam em Napoleão que não viesse o trambolho "O Grande" (...). Pois este (...) periodiqueiro apenas aí aportaram os ingleses parecia um cidadão de Londres." (Macedo, 1821a: 3-8)

Por isso, para finalizar o seu opúsculo *Exorcismos Contra Periódicos*, José Agostinho de Macedo (1821: 13-14) pede o confinamento dos periódicos por um cordão sanitário: " Eu não ataco nenhum em particular (...), falo em geral, exorcismo à praga. Portugueses, fazei um cordão (...) a esta peste (...). Fugi de periódicos (...)."

Os jornais políticos, que apareciam às dezenas, eram, assim, para José Agostinho de Macedo, uma verdadeira "peste", que causava o pernicioso efeito de confundir as mentes, como escreve, igualmente, no texto *O Cordão da Peste ou Medidas Contra o Contágio Periodiqueiro,* o segundo que escreveu em 1821 sobre o mesmo tema, e que, tal como o primeiro, teve grande sucesso. Nele, o autor defende que se deveriam impedir os jornais lisboetas de saírem para a província e para outros países, propondo, por isso, um cordão sanitário à volta de Lisboa, que abrangesse o porto.

No texto em causa, Macedo começa por dizer que a "peste" dos periódicos é "coisa mais terrível" do que uma bateria de cem canhões, desenvolvendo, em seguida, outro dos seus temas predilectos: o da ignorância de grande número de redactores de jornais, quer sobre a alma dos portugueses, quer sobre os mecanismos da governação, sobre os quais sentenciavam sem sequer a sua vida saberem gerir:

> "Eu não falo daquela ignorância que provém da absoluta carência de luzes, de instrução e conhecimentos, que provém da instituição de alguns nos ofícios braçais, tão úteis à Pátria (...); nem falo daquela

> ignorância que noutros provém da ociosidade e pobreza (...); falo daquela ignorância em que os (...) da política e publicitismo [outro sinónimo então usado para jornalismo] exibem a respeito da índole, do carácter e dos sentimentos da Nação para quem escrevem e que eles querem, ou dizem que querem, ilustrar. (...) Eis a primeira bostela, a ignorância do carácter geral da Nação (...).
> O que estes homens (...) querem é governar. E a si sabem eles governar-se? Alguns conheci eu, antes de rebentar a Peste, e que agora dão grandes *planos* de economias, de *finanças* e melhoramentos, que não digo que sabiam governar a sua casa, porque não a tinham, nem eira, nem beira, nem ramo de figueira." (Macedo, 1821: 9-15)

Um segundo ponto que merece, novamente, a atenção de José Agostinho de Macedo no *Cordão da Peste* prende-se com a nefasta influência dos jornais sobre a opinião pública. Para o autor, o público é iludido pelos jornais, "cuidando que os periodiqueiros são os órgãos (...) do Governo e que o Governo quer fazer o que os periodiqueiros dizem. (...) Não só querem ser os mestres da Nação, mas os mestres do Governo" (Macedo, 1821: 12 - 14). Essas breves frases têm ainda outra leitura. Macedo notava já que a imprensa tendia a substituir-se aos mecanismos próprios da democracia representativa – ou seja, ao Parlamento – no processo decisório e que cada jornal se arrogava ser o representante da Nação. Diga-se, contudo, que, paradoxalmente, o próprio Macedo, como se leu acima, não hesitava em autopropagandear-se como verdadeiro intérprete do sentimento colectivo, tal e qual como faziam a generalidade dos periodistas de então (e, porventura, alguns dos de hoje).

Um outro problema trazido pelos periódicos, segundo Agostinho de Macedo, era o de alarmarem as pessoas, que ficariam a pensar que o Governo se preparava para fazer o que os jornalistas pediam: "Que será de nós? diz a gente das províncias. Isto que está impresso vai executar-se? E o Governo, que consente estes planos, também quererá que se cumpram?" (Macedo, 1821: 16)

O *Cordão da Peste* também toca num outro tema caro a Macedo: os periódicos promoveriam o afastamento entre as pessoas e o Catolicismo: "A religião cristã faz o homem bom (...). É a única religião verdadeiramente moral, e podem acreditar isto ao cidadão açoitador, que sabe mais de moral e legislação que todos os tarecos periodiqueiros deste hemisfério" (Macedo, 1821: 25).

Verifica-se, igualmente, pela leitura do *Cordão da Peste*, que Macedo considerava os periódicos liberais semelhantes entre si. Pior, procurou desmascarar os redactores que remetiam a si mesmos cartas elogiosas, posteriormente publicadas nos seus próprios jornais, tema a que já tinha, de resto, aludido no opúsculo *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios:*

> "E qual o olhinho que tem reparado bem nestas cartas? Consideremo-las primeiro na sua forma, depois na sua matéria, e logo depois nos seus fins. É tanta a amizade e a intimidade dos correspondentes com os correspondidos, que de todo se identificam, têm os mesmos hábitos, os mesmos sentimentos, as mesmas ideias, e o que é mais milagroso ainda, o mesmo estilo. (...) O correspondente e o correspondido são a mesma coisa, não só nas ideias, mas no estilo. (...) Cartas escritas deles para eles. (...) Isto para quê? Para sustentarem a bazófia de homens ilustrados a quem os outros se dirigem como oráculos do politiquismo." (Macedo, 1821: 29-32)

O tema da falsa correspondência publicada nos jornais é, aliás, um filão crítico que José Agostinho de Macedo explora noutros panfletos, como acontece na *Carta ao Senhor Redactor do Patriota*, escrita sob anonimato, e nas *Cartas a Pedro Alexandre Cavroé*: "Abro o seu Patriota (...) e leio (...) que não recebe cartas senão assinadas e reconhecidas. (...) Vou olhar para o artigo *Correspondência* e vejo em baixo – seu *Leitor*. Não há homem que assim se chame (...)." (Macedo, 1821: 1).

Macedo sentencia, para terminar o seu *Cordão da Peste:*

> "A Pátria (...) está (...) oprimida com o pestilencial flagelo dos periódicos. (...) Como se pode combinar a estabilidade do Governo, o sossego público, o amor da ordem, a observância das leis do novo regime, com a inquietação que nos ânimos derramam tantas ideias destampadas, tantas notícias falsas, tantos projectos loucos, tanta flutuação de ideias, tanta contrariedade de doutrinas e tão encontrados gritos dos incansáveis periodiqueiros? Quem por eles saberá o que deve pensar e o que deve fazer? A censura olha para os papéis e olha para os rostos dos autores e perdoa a miséria de uns pela fome que descobre nos outros." (Macedo, 1821: 43-44).

Embora, no *Reforço ao Cordão da Peste*, José Agostinho de Macedo ataque vários jornais, referindo-os pelo título, e em especial ataque o *Amigo da Ordem*, o autor, essencialmente, repisa os temas dos seus textos anteriores, insistindo, por exemplo, ironicamente, no aparente mono-

pólio da sabedoria que os jornalistas liberais gostavam de exibir:

> "Quanto é grande e terrível o flagelo da peste! (...) mas este é o carácter dos periodiqueiros, fazerem tudo por amizade. Por amizade nos comunicam as luzes que nós não tínhamos, porque as luzes foram exclusivamente depositadas no entendimento dos periodiqueiros" (Macedo, 1821: 1-6).

Outro tema que José Agostinho de Macedo vinca no *Reforço ao Cordão da Peste* é o da anarquia gerada pela proliferação de jornais: "Onde está esta desordem? Esta peste periodical, por certo, a vem fazer!" (Macedo, 1821: 11). No texto, mostra, também, como vários jornais – e em especial *O Amigo da Ordem* – eram feitos "às três pancadas", bastando, para os redigir, segundo ele, juntar pedaços de textos de vários autores e algumas coisas que se iam ouvindo aqui e ali.

Na *Carta ao Senhor Redactor do Patriota*, são mais uma vez os temas dos excessos verbais e da anarquia alegadamente promovida pelos jornais que lhe merecem atenção, embora na obra em causa Macedo também questione o carácter ilustrador dos periódicos:

> "Eis aqui de que estão servindo os papéis periódicos: de canais de impropérios, de calúnias, de vilipêndios, acendendo uma guerra entre todos os cidadãos (...), juntam ao crime da maledicência o da venalidade (...). Vem a corte vândala dos periodiqueiros e nos rouba o dinheiro [o autor refere-se ao negócio dos jornais] com o mais pesado de todos os tributos que se tem imposto à Nação. Rouba-nos a paz, pois andam os cidadãos em guerra (...). Rouba-nos a reputação de homens de bem, pois dão a conhecer que existe uma imoralidade pública que nem respeita a coisa mais sagrada que há, o bom nome de um homem (...). E luzes para a Nação? As das velas de sebo que têm os livreiros à noite em cima do balcão para impingirem ao povo os periódicos do dia. Por mais que folheie as páginas da história, não encontro (...) um quadro de corrupção como ao presente nos está oferecendo este recanto da Europa. E esta desgraça só tem por autores os periodiqueiros." (Macedo, 1821: 6-7).

Numa carta dirigida ao redactor da *Gazeta Universal*, o seu amigo Joaquim José Pedro Lopes, José Agostinho de Macedo enuncia o que em seu entender seria fazer um jornalismo útil. As suas palavras nessa *Carta*, publicada sob a forma de opúsculo, provam que Macedo não só tinha noções de "jornalismo" e de "liberdade de imprensa" próximas das

actuais, como também percebia qual é o papel do jornalismo em democracia e antevia as transformações que este viria a sofrer ainda no seu século. Outro aspecto interessante dessa *Carta* é, mais uma vez, o recurso ao substantivo "jornalista" para designar os redactores de periódicos, o que permite afirmar que o conceito se ia entranhando e operacionalizando na língua portuguesa, pese embora a coexistência de outras definições ameaçadoras à estabilidade do conceito, como a designação "escritores públicos", que Macedo também emprega no seu texto. Leia-se, então, o seguinte excerto da *Carta ao Redactor da Gazeta Universal:*

> "(...) Direi somente que o seu papel é honrado (...) porque não sai da esfera da verdade, da sinceridade e da imparcialidade. Os periódicos fizeram-se para anunciar o que vai, não para descompor e insultar o que está. São cânones das novidades políticas, não são veículos de personalidades escandalosas, de infâmias revoltantes, de insultos vergonhosos, de instrumentos de vinganças particulares e que, quando se escudam com a liberdade de imprensa, dão a conhecer que entendem por isto um descarado e absoluto desenfreamento de costumes, chegando a imoralidade neste ponto a tal excesso que metade da Nação está desconfiada da outra metade (...) e insultada por uma troca (...) de escritores venais (...), obrigando homens de bem a retirarem-se da sociedade, temendo (...) em cada jornalista um carrasco. (...) Os indivíduos (...) insultados pelos jornalistas jornaleiros conservam não só a eles um ódio implacável, mas também ao Governo (...), persuadidos de que o consente.
> (...)
> O estado dos papéis públicos é um estado perfeitamente anárquico. Estão divididos entre si e dividem as opiniões. O seu fim deveria ser instruir; o seu fim (...) é descompor (...). Não só escandalizam os homens honrados (...), mas expõe ao riso dos estrangeiros a totalidade da Nação. Onde quer que chegar o conhecimento da Língua Portuguesa (...) se dirá que os escritores públicos portugueses são todos filhos das regateiras da ribeira.
> (...)
> Não é novo (...) que um jornalista sirva a um partido político. (...) Nada conheço mais útil nos Governos (...) representativos que um partido de oposição e que deste e do outro partido sejam trombetas os jornalistas. Aclaram-se as questões (...) da política e por estes canais julga (...) o povo do estado dos negócios públicos. (...) Mas conspirarem os jornalistas para a ruína da moral pública com os seus desvairados escritos... só em Portugal." (Macedo, 1821d 1-3)

O excerto de texto atrás inserido apela ainda a outra conotação: Ma-

cedo tinha uma ideia nítida de que o jornalismo tem efeitos pessoais e sociais, ao nível dos afectos e dos comportamentos, e não apenas ao nível das cognições, conforme postula o Modelo da Dependência de Ball-Rokeach e De Fleur (1976). Aliás, mais à frente, nesse mesmo texto, o autor desenvolve esse raciocínio, explicando que o jornalismo intensifica as emoções e impele à acção: "a imoralidade dos escritos jornalísticos passa para os sentimentos, os sentimentos transformam-se em acções" (Macedo, 1821d: 4), escreve ele.

Noutras pequenas obras, como na *Carta ao Senhor Redactor do Diário do Governo* e nas sete *Cartas a Pedro Alexandre Cavroé*, "mestre examinado do ofício de carpinteiro de móveis". José Agostinho de Macedo, além de voltar repetitivamente aos temas da sua crítica ao jornalismo, zurze a sua pena sobre os jornalistas que inventam informações, publicam nos seus jornais cartas do seu próprio punho como se tivessem sido escritas por leitores e falam de acontecimentos e problemáticas que não conhecem nem dominam como se os conhecessem ou dominassem. Nelas, Macedo ataca a proliferação de periódicos e a liberdade de imprensa, que para ele apenas produziam anarquia e alarmismo social e expunham o bom-nome dos cidadãos aos insultos dos jornalistas.

As sete *Cartas* de José Agostinho de Macedo a Pedro Alexandre Cavroé são documentos relevantes para se entender a conjuntura vintista no que ao jornalismo e à liberdade de imprensa diz respeito.

Antes de mais, é necessário explicitar que as *Cartas* foram impressas e vendidas como se de um periódico se tratassem, tornando-se, portanto, públicas. Porém, o carácter de discurso público que as mesmas possuem não deve obscurecer o facto de serem respostas aos ataques políticos e pessoais que Pedro Cavroé dirigia a Macedo nas páginas do seu jornal *Mnemosine Constitucional* e ainda em dois panfletos que publicou autonomamente: *Resposta ao Papel Intitulado "Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios" com o Responso de Santo António Contra a Descoberta da Malignidade dos Aleijões Solapados* (1821) e *Resposta à Carta do Reverendo Senhor José Agostinho de Macedo Publicada na Segunda-Feira da Semana Santa 16 de Abril de 1821*. Assim sendo, a maioria do texto das referidas *Cartas* é usada por Macedo para se defender das acusações de Cavroé e, por sua vez, a atacar este último. Contudo, em variadíssimos excertos desses documentos transparece o pensamento de José Agostinho de Macedo sobre o jornalismo político de partido, que então emergia em Portugal, mesmo quando as ideias do

autor se misturam, com muita ironia, com o discurso acusatório ou defensivo em relação aos textos de Cavroé.

Na primeira das *Cartas* (Macedo, 1821e), Macedo atenta num dos temas que mais explora noutros escritos (por exemplo: Macedo, 1821; 1821a; 1821b; 1821c): o da ignorância dos jornalistas, quer em relação ao conhecimento das problemáticas abordadas, por muito que se arrogassem de perseguirem o espírito iluminista, quer mesmo em relação ao domínio da Língua Portuguesa e do Latim. Escreve ele a Pedro Cavroé:

> "V. m., pelo que ralha no seu impresso da tradução das Odes de Horácio, parece que entende a língua dos romanos. Mas isto em v. m. é bazófia. Nem v. m. sabe que coisa é ode, quanto mais que coisa é Horácio. Mas para ser escritor público não devia ser tão ignorante. (...) Uma coisa é o nosso mestre Pedro, outra são os escritos com que o nosso mestre Pedro tem engrossado a fama literária de Portugal e servido (...) a Pátria, pelo Oceano de luz que nela tem derramado. (...) V. m. tem alguma luz da Língua Portuguesa, isto é, fala esta língua, como falam (...) os que aqui nasceram." (pp. 1-6)

É interessante notar no texto acima, e noutros excertos de outras *Cartas*, que nos tempos de Macedo ainda não existia um conceito estável de "jornalista". Macedo usa nas *Cartas* e em vários outros dos seus textos (Macedo, 1821; 1821a; 1821b; 1821c), indistintamente, os termos "jornalista", "escritor público", "periodiqueiro", "gazeteiro", "publicista" e outros.

O segundo tema forte na primeira *Carta* é o da intemperança verbal dos jornalistas, que gera processos judiciais e afecta o bom-nome dos cidadãos em colisão com o espírito que deveria presidir ao usufruto do direito constitucional e legal à liberdade de imprensa:

> "Como se serve a Pátria na sua crise com escritos que produzem demandas [processos judiciais]? (...) Nos países em que a imprensa é livre, sempre há a expressa restrição dos ataques pessoais (...), a censura é para qualificar os escritos e não para facilitar atentados (...). Porque se a nova ordem de coisas é manter não só a ordem pública como também a segurança individual, como pode o cidadão estar seguro, se há liberdade na censura para se lhe atacar o que é mais precioso do que a vida, quero dizer, a reputação, a fama e o bom conceito em que naturalmente desejamos permanecer entre os nossos semelhantes? (...) Por isso mesmo temos uma Constituição liberal. Devem os cidadãos ser mais respeitados

> e ter mais força o freio da moral pública, para se não dizer que a bondade (...) das novas leis produz crimes e autoriza desaforos." (pp. 7-9)

Um terceiro tópico do raciocínio de Macedo tem a ver com o "excesso" de periódicos, até porque todos diriam o mesmo, sendo parcos em novidades:

> "(...) só o catálogo exacto de todos os periódicos daria mais volumes do que os que formavam a biblioteca de Ptolomeu (...). O dilúvio dos periódicos tanto atafulha a oficina que não se pode imprimir mais nada (...). Todos os dias chuva de *Mnemosine*, chuva de *Astro*, chuva de *Patriota*, chuva de *Constitucional*, chuva de *Diário*, e (...) não trazem mais que as sessões do Congresso (...). Os que v. m. lembra do periodiquíssimo, (...) sempre traziam coisas novas, mas agora Cortes a *Mnemosine*, Cortes o *Patriota*, Cortes o *Astro* (...). Pois se as Cortes são umas, (...) não bastava um [periódico] (...)?" (pp. 17-18)

Finalmente, é interessante notar na primeira *Carta* que Macedo tinha uma consciência clara da capacidade de amplificação das mensagens trazida pelos jornais: "Um sermão ouvido chega a duzentas ou trezentas pessoas (...), um só periódico impresso (...) chega a todos os habitantes do Reino" (p. 19).

No que à teorização do jornalismo diz respeito, o tema forte da segunda *Carta* de Macedo a Cavroé, também presente noutros textos do autor[12] (por exemplo: Macedo, 1821; 1821a; 1821b; 1821c), é o da anarquia gerada pelos jornais:

> "Ser inimigo dos periódicos não é ser inimigo da Constituição, antes é ser mais seu amigo, porque (...) os periódicos dividem e a Constituição une. Os periódicos confundem, a Constituição ilustra. Os periódicos são obra sua e dos seus colegas, e isto basta, e a Constituição é (...) o resultado das mais eminentes cabeças (...). Os periódicos são (...) uma salgalhada, a Constituição é a ordem (...). Os periódicos são os filhos, ou os pais, da mentira, a Constituição atenta sobre bases de eterna verdade e sobre firmíssimos princípios de eterna justiça. Logo, quem é inimigo dos periódicos, é o amigo nato da Constituição. Os periódicos têm por fim apanhar dinheiro, e a Constituição tem por fim a felicidade pública. (...). Quando os *Exorcismos* anatematizam os periódicos fazem um grande serviço à Constituição, porque nela não estando, como andam

[12] Ele refere-se, nomeadamente, ao Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios (1821).

> nos periódicos, as opiniões divididas, conservam-se os cidadãos na unidade" (pp. 9-10).

A falta de humildade intelectual dos jornalistas, que se considerariam donos da verdade, constitui o segundo tema forte da *Carta Segunda a Pedro Alexandre Cavroé, Mestre Examinado do Ofício de Carpinteiro de Móveis*. Sobre isso, interroga-se Macedo: "será possível que para tudo se julgue autorizado um homem unicamente porque faz periódicos para vender ao povo todos os dias?" (p. 11)

A terceira das *Cartas* de Macedo a Cavroé pouco ajuda a traçar o pensamento macedístico sobre jornalismo, pois o autor perde-se a retorquir aos ataques de Cavroé. Uma única passagem do texto é relevante, embora o tema a que alude, o do excesso de jornais e da falta de qualidade dos mesmos, seja recorrente em Macedo: "tem prosperado (...) o ramo da indústria que se chama escrever e *imprimir* a torto e a direito" (p. 6).

A quarta *Carta* também é parca em ideias que contribuam para a teorização do jornalismo em Portugal. Porém, uma acusação de Macedo a Cavroé sobre desenhos de edifícios de Lisboa que este último tinha feito para publicar no *Mnemosine Lusitana*, seu primeiro jornal, merece alguma atenção:

> "Fez-se V. m. desenhador e escritor público, mas (...) a benefício seu ou a benefício da Pátria? Fez a sua especulação comercial, buscou os seus assinantes, meteu mãos à obra, tinha papel daqui, papel d'além, imprimiu, vendeu, guardou o seu dinheiro. Nós ficámos vendo em maus desenhos os edifícios que vemos sempre como eles são, pois ainda daqui se não foram". (p. 6)

Conforme se observa na frase acima, para Macedo os jornalistas panfletários vintistas eram interesseiros, uma vez que o que quereriam era ganhar dinheiro com os periódicos que redigiam e publicavam, por muito que se reclamassem do espírito das Luzes e publicitassem o desejo de ilustrar a Nação. Para além disso, segundo Agostinho de Macedo, os jornalistas panfletários do vintismo também eram incompetentes e fariam jornais de má qualidade.

No texto da quinta *Carta* ao "carpinteiro de móveis" Cavroé, José Agostinho de Macedo faz uma crítica irónica e mordaz ao liberalismo em geral e a Cavroé, autoproclamado "publicista", em particular, já que

o considera um símbolo daquilo que combate: periódicos mal escritos, incontidos e irreflectidos, feitos por pessoas sem preparação para o ofício e ignorantes.

A maior parte do texto é consumida em ataques meramente pessoais do autor a Pedro Cavroé, sendo reduzido o espaço dedicado a reflexões sobre o jornalismo. De qualquer maneira, numa passagem em que ironiza com uma inábil utilização da palavra "requerer", o autor, mostrando o seu desprezo pelos periódicos artesanais mal escritos por pessoas mal preparadas e ignorantes, diz:

> "Com efeito, se aqueles homens ilustrados de que tanto abunda a nossa amada, e idolatrada Pátria, que tem encanecido no estudo, e porfiadas aplicações e que tanto se distinguem em conhecimentos políticos, se atrevessem a requerer para redigir um Periódico, não nos causaria admiração, porque neles não seria um atrevimento, mas um acto de justiça, que se fariam a si mesmos, e até a nós, para merecerem a nossa aprovação, à vista do emprego a que se davam, cujo desempenho nos ficava afiançado nos próprios e conhecidos talentos. Mas vermos que se abalançam a este ofício um Mestre Pedro, ainda que examinado no ofício de móveis, um mestre artista, o desdichado! (...) V.m. tem razão em dizer: - Atrevi-me a requerer - porque se para fazer uma cadeira, e um assentosinho para um *Bidé*, é preciso dar cinco e mais anos de ofício, quantos serão preciso de estudo para escrever dignamente para o público?" (pp. 10-11).

O autor ironiza, seguidamente, com a fama e riquezas imediatas que podem provir da publicação de um periódico, mas também com a semelhança de conteúdos entre eles e com a falta de notícias (novas) que todos denotariam:

> "Faço um Periódico a trinta réis, fica-me a algibeira pejada, e a fama estabelecida; assim o disse, e assim o tem feito. Resulta daqui mesmo uma questão importante, que por si se resolve. Convém a saber: Se com a notícia da navalhada do Frade de Aranzazí fica a Pátria ilustrada, os cidadãos conhecedores dos seus deveres para com o Governo, para consigo mesmos, e para com os seus semelhantes? Até aqui, Mestre Pedro, vamos nós concordes e amigos. Basta isto para redigir magistralmente um Periódico. Porque os outros pouco mais adiantam e os que estão mais aliançados com as Potências estrangeiras apenas trazem alguma coisa da folha que vem fora da mala, e que adianta meio-dia. Outros

> dizem que não vem na folha ou o contrário do que vem na folha. Ponha v.m. ponham eles o que quiserem, ilustrem a Nação, e sirvam a Pátria como bem lhes parecer, eu não o hei-de sentir, porque real não mo levam!" (pp. 11-12)

Após estas considerações, José Agostinho de Macedo interroga o visado, Pedro Alexandre Cavroé, carpinteiro convertido ao jornalismo que se teria em maior conta do que era, intitulando-se de "publicista" apesar de o seu periódico trazer notícias irrelevantes, como o caso da "navalhada de Aranzazú":

> "Diga-me, assim o nosso senhor lhe dê boa venda aos tamboretes, diga-me Gazeteiro, e ser Publicista é a mesma coisa? Por isso o Couto dizia: Ui! Naquelas grosas de palmatoadas, tão bem merecidas, e tão bem dadas! É v.m. João Jaques, é v.m. Mably, é v.m. Algernon Sidney? É v.m. Grocio, Cumberlan, Pufferdorfio, Humberto Ulrico? Não, v.m. é Mestre Pedro, e estes são Publicistas, uns mais antigos, outros mais modernos. Será v.m. Bonald? Nem Bemjamim Constant v.m. é. Só se v.m. julga que eles redigiram *Mnemosines* com a navalhada de *Aranzazú*, e não aquelas obras imortais de Jurisprudências, Legislação, e alta Politica, que foram sempre a honra e o assombro do engenho humano. Pois porque, se há-de v.m. chamar Publicista, se v.m. apenas existe na ínfima relé dos Gazeteiros Portugueses! Porque v.m. saberá o que é no ofício, muito honrado, e louvável, o que é uma junteira, um rebote, uma goiva, e uma enchó. Mas o Publicista não sabe o que é, porque não é o seu ofício, e não lhe está mal esta ignorância. Cuidou que ser publicista era escrever diariamente para o Público. Não é, Mestre Pedro! Isto é uma ciência nova, apenas entrevista na Antiguidade por Aristóteles nos seus livros de Política, por *Platão* na sua Republica ideal, e por Marco Túlio nos livros até agora sumidos, e agora achados no Vaticano pelo Abade Mayo, que se dizem também *De República*. Gazeteiro, Mestre Pedro, é outra coisa. Isto é, não ciência, mas ofício, que tem o berço mais miserável que podemos imaginar." (pp.12-13).

O autor dá também uma explicação sobre a origem do termo "gazeta", realçando com o seu suposto saber[13] a ignorância do "periodiqueiro" Pedro Alexandre Cavroé, que o que pretendia seria unicamente enriquecer ("apanhar *gazeta*") à custa dos incautos compradores do seu jornal:

[13] Um saber equivocado. No texto, Macedo explica que o primeiro gazeteiro português teria sido António de Sousa de Macedo, ignorando o contributo dos autores da Gazeta "da Restauração".

> "Havia um homem pobre em Veneza no tempo das Guerras do *Doge Morosini* com os Turcos: O que fez este homem falto de pão, e de macarrão? Escrevia um papel por semana, ou Diário, porque a História é nisto obscura, e o enchia das notícias que traziam aos galés da Senhoria das proezas dos *Morosinis*. Este papel era vendido (oh Tempora, oh! Mores!) pela moeda mais baixa que havia na República, como v.g. entre nós agora a moeda de três reis, e que a língua Veneziana chamava *Gazzéta* – como Basaruco em Goa, Chavo em Espanha e Quatrini na florescente Itália. Os livreiros de Veneza que tinham seu balcão à porta (não tão cheios de periódicos como os nossos, porque já ali não têm ferramentas, têm papéis), quando chegavam os Fregueses a buscar papelinhos de notícias por carta do ofício, os tais livreiros de Veneza, creio que os mais seguros nas encadernações que os nossos, pegavam em papelinho e antes de o entregarem ao freguês, ou ao gondoleiro, que o ia buscar, diziam – *Gazzétta, Gazzeta!* – e sem tinir no balcão a *Gazzétta*, não ia o papelinho. A especulação foi boa, porque pegaram as bichas, ou a tinha, pois quando em França os franceses pelejavam por Luís XIV contra o Cardeal Mazzarini, que sendo de Palermo não o era, outro podre também se lembrou de fazer papelinhos por carta de oficio como se haviam começado a fazer em Veneza, e se lhe havia de dar outro título, deu-lhe o mesmo porque já eram conhecidos na Itália – *Gazzétta*. A Portugal, como já era moda francesa, passou a mesma mania, ou comichão de noticias, e um grande homem por certo, chamado António de Sousa de Macedo, que foi secretário de Estado e primeiro enviado em Londres, foi o primeiro entre nós que nas porfiadas guerras da Aclamação fez também – *Gazzéta* – os curiosos as conservam. Ora se fazer papelinhos para apanhar – *Gazzéta* – baixa moeda de cobre, é ser publicista… Ah! Mestre Pedro, v. m. enganou-se, quis dizer novelista." (pp. 13-14)

De notar, também, no texto, a instabilidade do conceito de "jornalista". Cavroé intitulava-se "publicista", mas Macedo recusava-lhe essa denominação, propondo, ironicamente, a de "novelista".

Na penúltima das *Cartas*, a sexta, um único excerto de texto contribui para a aclaração do pensamento jornalístico de José Agostinho de Macedo:

> "Quem se não há-de indignar com a praga periodiqueira? Consenti-la é querer a divisão, a divergência e o desvario da opinião pública. Que temos feito e que temos aproveitado até aqui com os periódicos? Que melhora-

> mento se tem sentido depois do derramamento das luzes periodicais? Todo o homem sensato tem levantado a voz contra o dilúvio incessante (...). Estes denodados campeões que vestem de armas brancas e pretas, quero dizer, papel e tina, apareceram em campo contra o chuveiro do dia, são os verdadeiros amigos da Pátria (...), porque fazer odiosos os periódicos é fazer amável a obra da nossa política de Regeneração." (p. 8)

Analisando-se o texto anterior, pode dizer-se que Macedo reforça a sua convicção de que o alegado excesso de periódicos, todos eles almejando irradiar Luzes sobre a obscurantista sociedade portuguesa, apenas gerava a anarquia e a divisão dos portugueses.

Na sua última *Carta* a Cavroé, Macedo volta ao tema do alegado tom insultuoso e atentatório da dignidade e do bom-nome das pessoas patente em vários jornais, nomeadamente na *Mnemosine Constitucional,* de Cavroé:

> "V. m. pôs em marcha uma coluna de escandalosas personalidades, mas negou-lhes a passagem pelos territórios da razão e da justiça (...). Inumeráveis papéis insolentes e desaforados têm aparecido nestes últimos tempos, (...) aluvião de injúrias que os desaçaimados periodiqueiros têm dito contra o que havia de mais respeitável em todas as classes de cidadãos" (pp. 4-6)

Para terminar, Macedo relembra que jornalistas como Cavroé se tinham em mais conta do que mereciam, até porque nem sequer saberiam escrever bem em português e davam erros. Por essa razão, apelida, satiricamente, Cavroé de ser, de acordo com os próprios escritos deste último, "Escritor público (...), escritor de alta política, (...) derramador de luzes, (...) luminar do século, (...) um mnemoseiro" (p. 7).

Já na *Resposta aos Colaboradores do Infame Papel Intitulado Correio Interceptado n.º 6 Impresso em Londres* (*Segundo o Costume*), Macedo também se queixa da "tempestade de jornais (...) que se encaminham a perverter a moral, a confundir a política e desorganizar a sociedade, a indispor os povos contra os Reis, a fazer odiosos os Soberanos às suas próprias nações" (Macedo, 1821f: 1-2). No mesmo panfleto, Macedo (1821f: 2) acusa os jornalistas de inventarem títulos para enganarem os incautos.

Em 1823, no ensaio *Mania das Constituições,* Macedo dirá, aprimorando a sua visão da liberdade de imprensa, que o maior serviço que

pode ser feito ao país é o de dirigir a opinião pública para o bem, o que significa, em última instância, *dirigi-la* bem.

Em conclusão, pode dizer-se que José Agostinho de Macedo foi o primeiro autor português a tecer uma crítica estruturada e sistemática ao jornalismo, apresentando, igualmente, alternativas para o desenvolvimento da comunicação social. Nesse sentido, ele pode considerar-se como um precursor da teorização crítica portuguesa do jornalismo.

A crítica de José Agostinho de Macedo ao jornalismo político (e não só) do seu tempo permite, em segundo lugar, perceber que este autor tinha uma ideia clara sobre a influência do jornalismo na formação de correntes de opinião e sobre a repercussão das mesmas na ordem política e na governação. Macedo, sem empregar os conceitos que hoje em dia empregaríamos, percebeu que o espaço público se estava a politizar, não apenas por força dos jornais, mas também pela institucionalização da democracia representativa e pelo alargamento do direito de voto. Percebeu, também, que o jornalismo, ultrapassando o espaço interpessoal da comunicação directa, se tornava o mais importante agente de segmentação das opiniões a nível nacional.

Em terceiro lugar, pode dizer-se que José Agostinho de Macedo percebeu que o jornalismo panfletário não respondia às necessidades informativas da população, apontando a necessidade de se desenvolver um jornalismo de cariz informativo, como aquele que seria protagonizado, em Portugal, pelo *Diário de Notícias*, 33 anos depois da morte do autor. Paradoxalmente – coisa que não é de admirar em quem viveu uma vida de paradoxos – o próprio Macedo foi um dos mais lídimos praticantes do panfletarismo.

Para sistematização, pode, finalmente, dizer-se que a crítica de José Agostinho de Macedo ao jornalismo português do início do século XIX assentou nos seguintes eixos temáticos, repetidos até à exaustão nas suas diversas obras:

1. Os jornais, opinativamente segmentados, e em cada vez maior número, fomentam a anarquia e a divisão do Povo e da Nação e geram emoção, podendo desencadear acções. O jornalismo tem, portanto, efeitos pessoais e sociais, em especial ao nível da opinião pública.

2. Os jornais providenciam ao Povo apenas o conhecimento de inutilidades e irrelevâncias, e desviavam-no da fé católica e da verdadeira

ilustração, que exige daquele que quer conhecer um esforço pró-activo muito maior do que o gesto preguiçoso de ler um jornal em 15 minutos. A ilustração pessoal exige que se leiam mais livros e menos jornais.

3. Os jornalistas são maioritariamente pessoas incultas e impreparadas, muitas delas semianalfabetas e, frequentemente, desviadas de outros ofícios onde seriam mais úteis, que encontram na publicação de jornais uma fonte de rendimento à custa dos incautos que os compram.

4. Os jornalistas não hesitam em ajuizar e sentenciar em todos os assuntos como se todos os assuntos dominassem por igual. Querem, ilegitimamente, governar a Nação, ou representá-la, quando não sabem sequer governar-se a si mesmos nem têm conhecimentos ou aptidões para o fazerem. Arrogam-se, ilegitimamente, de serem os legítimos intérpretes dos anseios da Nação, quando nem sequer a compreendem.

5. Muitos jornalistas pouco mais fazem do que copiar-se uns aos outros e copiar os jornais estrangeiros julgando que em Portugal ninguém os lê. Por isso, os jornais são semelhantes uns aos outros e quem lê um, lê todos.

6. Defraudando o público e tirando partido da sua ignorância, são os redactores dos periódicos a fabricarem cartas para os seus jornais como se fossem cartas de verdadeiros leitores, o que acentua a sensação de semelhança entre os jornais, mas a sua leitura também gera a sensação de irrealidade. Uma outra fraude cometem os jornalistas quando escrevem sobre assuntos que não conhecem e sobre acontecimentos longínquos como se deles estivessem a par. Inventar notícias e fugir à verdade são pecados maiores do jornalismo.

7. Os jornalistas, maioritariamente, não sabem escrever. Desrespeitam a gramática e a ortografia e não sabem estruturar um texto, dando-lhe um fio condutor.

Bem vistas as coisas, as críticas de Macedo ao jornalismo oitocentista, em vários aspectos, não se afastam muito das críticas que contempo-

raneamente continuam a ser feitas ao jornalismo. Em suma, é possível afirmar que muitas das críticas que hoje em dia se fazem ao jornalismo têm, afinal, raízes no passado...

De qualquer modo, apesar do intenso e polémico debate sobre o papel da imprensa no Portugal vintista, deve dizer-se que os portugueses entraram na terceira década do século XIX a fazerem a "aprendizagem da cidadania", como lhe chamou Isabel Vargues (1997), graças aos jornais que transformaram o país ao dar-lhe uma espécie de fórum nacional permanente.

3.2 Mais achas para a fogueira

São muitos e variados os folhetos críticos do jornalismo vintista publicados entre 1821 e 1822. Fazendo-se um levantamento das principais ideias críticas desses folhetos ao jornalismo doutrinário e polémico vintista, no seio do qual se fazia a aprendizagem da cidadania democrática, observa-se que se repetem muitos dos argumentos já usados por Macedo para combater a explosão vintista do número de periódicos doutrinários: (a) os jornais servem unicamente para enriquecer os seus autores e não têm utilidade social; (b) promovem a cacofonia social com a sua gritaria, com as mentiras que propagam, com as inversões de rumo discursivo que manifestam e com as polémicas que alimentam; (c) denigrem os frades, que praticam o bem; e (d) basta um bom título e conteúdos desbragados e contra os frades para assegurar o êxito de um periódico. No entanto, alguns vão mais longe. Por exemplo, na *Resposta de João Carapuceiro Compadre de Lisboa às Cartas do Compadre de Belém Dirigidas ao Astro da Lusitânia*, o respectivo autor não hesita em classificar a "inteira liberdade de imprensa" como uma "arma considerável" que Portugal ainda não teria nem suficiente instrução nem calma para usar sem perigo (p. 6).

O autor desse mesmo panfleto ridiculariza os periódicos liberais, e em especial o *Astro da Lusitânia*, assegurando, ironicamente, que os governantes não seguiam as doutas sugestões do jornal, que quereria governar em substituição do legítimo Governo do país (p. 8) e que prometia incautamente aos portugueses o melhor dos mundos se estes seguissem as suas ideias destemperadas (p. 14). Pior, o jornal julgava fazer luz nas mentes dos portugueses, pensando, erradamente, que estes teriam

as "ideias presas" antes do *Astro* surgir para lançar "luzes" de "importantíssimo préstimo" sobre a Nação (pp. 10-12). Todavia, uma parte do panfleto em causa incide sobre uma possível influência dos periódicos e do teatro sobre a opinião pública: "Se (...) influenciam (...), ensinam o republicanismo e louvam os assassínios dos Reis (...); e se não influem, para que lhes dá tanto peso na nova ordem das coisas?" (pp. 20-21). Infere-se, assim, das palavras do autor, que este advoga a censura prévia aos jornais e às peças teatrais, para evitar a intensificação do "ódio" contrário ao "bem público" (pp. 27-28).

O redactor da *Resposta de João Carapuceiro* assegura ainda, mantendo a ironia, que não ficava mais sábio ao ler o jornal, mas unicamente mais confuso (pp. 8-9). Atesta, igualmente, que pelo menos os livreiros e redactores de periódicos estavam mais ricos com a intensificação do comércio jornalístico (p. 9).

Fora a componente crítica, há um episódio interessante na *Reposta de João Carapuceiro* que ilustra a forma como, ainda no início do século XIX, se difundiam publicamente muitas das ideias e notícias que vinham nos jornais:

> "Há em Lisboa um pobre homem coxo, que para ganhar a sua vida costuma sentar-se em algumas das praças, a ler em voz alta os papelinhos que correm, o que é de grande benefício para aqueles que passam e que não sabem ler. Na ocasião em que ele estava lendo o *Astro* n.º 14, passava um grupo de trabalhadores que saía das obras públicas. Parou o grupo e ouviu a nota. O leitor (...) repetiu-a três vezes, o que fez com que todos a decorassem. Seguiram o seu caminho." (p. 35)

Não é efectivamente de admirar que a maioria da população do Portugal oitocentista tivesse de ouvir os jornais, em vez de os ler, pois numa época em que a Holanda, a Suécia e outros países do Norte da Europa já tinham a maioria da população alfabetizada, Portugal mantinha os cidadãos bem longe da aprendizagem das letras.

Noutro panfleto, intitulado *Carta Apologética e Analítica ao redactor do Periódico Intitulado o Português...*, escrito por Joaquim Navarro de Andrade, director da Academia da Marinha e Comércio do Porto, a crítica ao jornalismo oscila entre as acusações de impreparação do redactor para falar dos assuntos de que fala – argumento usado, aliás, por outros autores, como Macedo, na crítica ao periodismo panfletário vintista – e de uso das ideias de outros como se fossem próprias:

> "V. m. não tem a provisão científica indispensável para compor uma obra que transmita o seu nome à posteridade (...), e muito mais tendo tanta sobra de artigos que o avolumem, já feitos por outros, e que basta simplesmente copiar de centenas de gazetas, de diários, de correspondências, acrescentando-lhes apenas de sua casa reflexões insignificantes e alguns traços malignos, satíricos, subversivos, que muito fácil e quase espontaneamente acodem à pena, quando predomina (...) perversidade (...) e fel" (p. 32).

3.2.1 O Novo Mestre Periodiqueiro

No folheto *Novo Mestre Periodiqueiro ou Diálogo de um Sebastianista, Um Doutor e um Ermitão Sobre o Modo de Ganhar Dinheiro no Tempo Presente*, sob a forma de farsa, o autor, anónimo (provavelmente, frei José Machado), critica, como outros autores da mesma época, os periódicos que então proliferavam e os seus autores. Para ele, redigir periódicos seria, apenas, uma forma de obter um lucro fácil e rápido, fazendo uso da palavra difamatória e colérica: "É de ser redactor de um periódico, este é o melhor meio de fazer fortuna (...). Perguntai aos livreiros os lucros que com esta especulação têm feito os *Astros, os Patriotas, os Amigos do Povo, os Portugueses Constitucionais, as Menemosines, os Tempos da Memória, os Diários, as Minervas, os Pregoeiros e toda a caterva de periodiqueiros,* que são mais do que sardinhas na costa" (p. 7).

Três personagens surgem na farsa. O sebastianista é um saudosista do passado; o eremita é um sábio que preza a ordem do Antigo Regime; o doutor é um liberal progressista. É este que anuncia, em tom de conselho, os factos irónicos que estariam na génese do sucesso dos periódicos.

Assim, ao ser aconselhado a criar um periódico para a resolução dos seus problemas financeiros, o sebastianista alega que não o pode fazer, uma vez que não possui conhecimentos: "como poderei eu ser redactor se não tenho engenho (…) e profunda sabedoria?" (p. 7), ao que o doutor contrapõe: "enganai-vos: vós podeis fazer o mesmo que os outros fazem... recolhendo na bolsa o que desejam" (p. 7). O sebastianista refere, também, que lhe falta capacidade para: "fazer discursos, formar planos de economia política... antes fome que vergonha." (p. 7). O doutor insiste que para

ser redactor não é necessário dar ouvidos aos críticos, o importante é que os folhetos se vendam e que ele participe na "gritaria" jornalística: "Um escritor deve ter ouvidos de mercador (…) e ralhe quanto quiser." (p. 8) Acerca da pouca preparação dos redactores: "Não temais o não saber fazer discursos, hoje ninguém há que os não faça". (p. 8)

O doutor enumera, também, os passos necessários para pôr em marcha um jornal, referindo a escolha do título como algo fundamental: "A primeira coisa (…) é um bom título (...). O público julga das obras pelos títulos, e basta um bom título a uma obra para logo se julgar boa" (p. 8).

Refere, igualmente, que os proprietários dos jornais não devem dar a conhecer ao público que o seu verdadeiro objectivo é enriquecer, mas sim esconder essa intenção mediante uma falsa atitude de imparcialidade e altruísmo: "Para evitar esse dano, intitulareis vosso periódico *O Neutral* (…) e com este chamariz, cairão muitos melros na esparrela, e a vossa bolsa engrossará" (p. 9).

É também necessário, segundo o doutor: "alguma boa epígrafe, para seguir a moda" (p. 9) e deve ser de algum "poeta francês, italiano ou inglês, porque os portugueses sempre tiveram em maior apreço os génios estrangeiros que os nacionais" (.p. 9). Caso os "periodiqueiros" optem por um poeta português, melhor que seja Camões, porque: "quem cita Camões é logo considerado como um grande literato." (p. 9). E continua o doutor: "Deveis procurar atrair a atenção do público (…) fazendo uma confissão humilde de que não tendes luzes e talentos bastantes para o desempenho da nobre tarefa que tomastes de ilustrar, mostrando que todo o cidadão é obrigado a empregar os seus poucos ou muitos talentos em benefício da sua pátria" (p. 9)

Para melhores resultados, um "periodiqueiro", de acordo com o doutor, deve ainda falar mal dos antigos governos e dos opositores, sem se esquecer de divulgar os locais onde é possível adquirir o folheto e "prometendo logo um suplemento para a tarde." (p. 9). Para manter a publicação, é possível que o periodiqueiro tenha de publicar informações já inseridas noutros jornais, ainda que sejam de cariz público, mas a cópia, segundo o autor, seria um procedimento habitual no meio.

Outra forma de conseguir êxito é "bradar continuamente contra o despotismo e a tirania (…) e se possível for em todos os números" (p. 10).

O doutor também faz referência ao facto das publicações liberais insistirem em ocorrências passadas que, se não acrescentam nada, são sempre do agrado do público: "será apetitoso, terá extracção e irá corren-

do o coco" (pp. 10-11). Na falta de assuntos, o redactor deve inventar: "fingi cartas anónimas (…) sem que ninguém vos tenha encomendado tal sermão" (p. 11). A mudança de opinião também está permitida: " Não duvideis dizer hoje uma coisa (…) e amanhã o contrário" (p. 11). Para exemplificar, o doutor diz que os redactores dos periódicos tanto aplaudem a liberdade de imprensa, como a classificam de exagerada e opinam que deveria existir maior controlo: "levantai hoje até às estrelas (…) o que lhe vem à cabeça" (p. 11). A mentira também seria comum nos jornais vintistas, segundo a crítica do autor do folheto: "Menti quanto quiseres e desempenhareis o ofício de redactor de um periódico" (p. 11).

Os litígios e desavenças com outras publicações também servem, segundo o doutor, para alimentar os periódicos. Entre acusações e respostas, dão assunto para vários dias e são seguidas com interesse pelo público. Melhor ainda é quando o caso chega à barra dos tribunais: "se os redactores vos arguirem, (…) desta sorte desafiareis o apetite do público e terá melhor venda o vosso periódico" (p. 12).

Neste ponto da obra, o doutor explica que um dos assuntos obrigatórios para qualquer periódico que queira ser bem sucedido é vilipendiar os frades e apelar à extinção das ordens religiosas: "o falar de frades está na moda (…) sem isto não há periódico. (...) Não se trata aqui do que é decoroso e honesto, trata-se de ganhar dinheiro. O melhor meio de redigir um periódico que agrade, para que agrade, é conveniente invectivar contra frades, dizer abertamente que se devem suprimir os mosteiros. Isto é o que apregoam os políticos e o que todos desejam." (p. 12 e p. 25). Um dos exemplos de periódicos que apelavam à extinção das ordens religiosas era o *Astro da Lusitânia*, que teria encontrado "a pedra filosofal (...) para fazer fortuna" (pp. 22-23).

O doutor faz também referência a feitos pouco credíveis mas que, por virem publicados, são totalmente aceites pelo público, sobretudo se forem estrangeiros: "da feliz descoberta do bálsamo (…) aprovada pelo *Jornal das Ciências* (…), de um espanhol para ser coisa boa" (pp. 18-19).

O doutor defende que os redactores não devem apurar a verdade do que publicam. A sua obrigação é dar ao público o que o público quer ouvir: "Não nos metamos nessa questões (…) e as portas dos livreiros se encherão de gente que correrá a comprar o vosso periódico" (p. 16). Reitera que o importante é acompanhar os tempos que correm, sem dar ouvidos à razão: "Assim será: mas estas não são as ideias do tempo (…)

e como o povo gosta falai-lhe a seu gosto" (pp. 17-18).

3.2.2 A Segunda Parte do Novo Mestre Periodiqueiro, o Exame do Aprendiz e O Periodiqueiro por Força

Outros textos seguem no mesmo sentido do *Novo Mestre Periodiqueiro*. Na *Segunda Parte do Novo Mestre Periodiqueiro ou Segundo Diálogo de um Sebastianista, um Doutor e um Eremitão sobre o Modo de Ganhar Dinheiro no Tempo Presente*, a personagem doutor mais uma vez salienta que "a (...) palavra periódico significa que se deve falar para acabar com tudo (...) porque é uma palavra que se compõe de dois verbos latinos, (...) *pereo*, que significa perecer (...) e (...) dico, que significa falar. (...) Se no vosso periódico não entornardes todo o fel (...) ninguém o comprará." (p. 8) Assim, "o meio de utilizar, de poupar, ou ganhar dinheiro, é carregar sobre os frades" (p. 6).

A cacofonia social resultante das diferenças de opinião entre os periódicos também fica registada: "dos periódicos, nada se pode coligir pela contradição em que estão uns com os outros" (p. 4). No entanto, a polémica e as promessas permitiriam, segundo o autor, pela voz da personagem doutor, o enriquecimento dos "escritores públicos", uma das designações então em voga para os polemistas-jornalistas:

> "Pelo que pertence às contradições dos periódicos, nelas se encerra um grande bem. O ouro acrisola-se no fogo e a verdade apura-se nos combates das opiniões. (...) Um escritor público deve sempre fazer planos da maior perfeição, seja no ramo da economia, ou no ramo da polícia, ainda que nunca se possam realizar. (...) Deixai pois aos periodiqueiros formar esses planos de uma perfeita administração política, sem que vos importe se podem ou não realizar-se. O que o público quer é ser feliz (...). Quando lê planos que lhe prometem uma próxima e abundante felicidade, alegra-se, exulta de júbilo, compra os papéis que lhe prometem semelhantes venturas, e raras vezes se demora no exame da sua possibilidade ou impossibilidade." (pp. 7-8)

No mesmo tom, merece censura a crítica social exacerbada protagonizada pelos escritores de jornal:

> "Os periodiqueiros só se calarão quando virem acabrunhados os grandes, exaltados os pequenos, saciados os famintos e os ricos despojados

> dos seus bens. Que digo! Nem então se calarão, porque sempre acharão matéria para as suas invectivas, e o mesmo há-de acontecer a estes gritadores por condição e por ofício, sempre terão motivo de queixa (...), sempre se há-de clamar que não há justiça, que os costumes estão perdidos, que tudo vai de mal a pior e as coisas hão-de estar sempre no mesmo estado com mais ou menos alterações" (p. 17).

Diga-se que as mesmas personagens dos opúsculos do Novo Mestre Periodiqueiro surgem, também, no folheto *A Forja dos Periódicos ou o Exame do Aprendiz Periodiqueiro*, no qual são arremessados novos e velhos argumentos contra o jornalismo doutrinário vintista.

Inicialmente, a crítica do autor da *Forja dos Periódicos* dirige-se à prolixa imaginação do candidato a periodista, que se imagina grande ilustrador e educador dos cidadãos pelo simples facto de redigir um periódico e que não cabe em si de contente com a sua obra impressa. Também é criticado o facto de muitas das opiniões que circulavam nos periódicos liberais advirem dos debates superficiais travados nos cafés por pessoas incultas e impreparadas. Quando o periodista se aventura, como educador, a aprofundar os temas da política e da economia, mas chega à conclusão de que não tem capacidade para tal, o remédio seria ironicamente simples: "ponha ponto final onde se sentir atrapalhado e então comece com as suas correspondências (...) pois (...) a gente, quando não entende os discursos dos periódicos, atribui isso à sua rudez e não à incapacidade daqueles" (p. 10). Outra solução seria colocar reticências: "Isto vale muito. Lá se tornam uns a queixar da Censura que o embatucou, alguns pretenderão adivinhar o que falta e, finalmente, outros, pensando que a prudência o susteve, não cessarão de lhe louvar a modéstia" (p. 13). Por outras palavras, facilmente o público comeria gato por lebre: "Em cada palavra, acham um mistério, em cada discurso que não entendem, uma sátira fina (...) que o autor não pôde descobrir por causa (...) da Censura, e isto redunda em dobrado valor para a obra." (p. 10) Aliás, o engano do público resultaria, igualmente, do facto de os periódicos escreverem "mais o que se deseja que nas Cortes se diga do que o que na verdade se disse" (p. 15).

O público também seria atraído pelo insulto fácil. Um dos conselhos da personagem doutor ao candidato a periodista para este conseguir vender jornais e enriquecer é: "chame corcundas a todos, diga que são inimigos da Pátria!" (p. 16) O enriquecimento, aliás, é repetitivamente escarnecido pelo autor como sendo o verdadeiro propósito

dos redactores de jornais, por muito que estes assegurassem que apenas pretendiam ilustrar o público. Mas para isso, seria necessário: "excitar a curiosidade, para que haja concorrentes, e (...) excitar a cobiça, para que avancem" (p. 23).

Outra crítica dirige-se à insignificância de muitos dos assuntos abordados nos periódicos: "Há-de saber quem, por exemplo, dá suas mortificaçõezinhas à mulher por vir às duas horas da noite para casa (...). Com a imprensa livre, já tem assunto para oito periódicos. Expõe os seus juízos na matéria (...) e nesse dia há-de vender mais periódicos do que bacalhau na Quaresma." (pp. 11-12). Por isso, a liberdade de imprensa é entendida como algo negativo, pelo potencial subversivo que encerra, por poder fazer crer que as opiniões publicadas estão sintonizadas com as correntes de opinião pública e por desviar as atenções para minudências em vez de gerar preocupação pelos problemas centrais do país e do povo:

> "(...) não podem fazer com que os (...) escritos sejam ignorados, porque já ficam públicos, e lá vão sem embaraços procurar o seu fim. (...) O que é certo é que essa (...) liberdade [de imprensa] seria o pior mal que pode acontecer à sociedade. Que Governo poderia conservar o seu respeito? Que leis poderiam existir? Que moral (...), que tranquilidade haveria nas famílias e no Estado? (...) Os periódicos (...) têm declarado guerra à ordem (...) para conseguirem (...) com *doce lábia* os mais arriscados intentos. (...) Eis aqui o que (...) maliciosamente ocultam os escritores revolucionários, que escandalosamente descobrem com o título de ilustradores do povo. Quando se diz que a liberdade de imprensa é o meio de conhecer a opinião pública, que será de nós se se entender por ela as opiniões subversivas dos compositores de tais periódicos e memórias? Que maior liberdade podem esperar do que a que têm já tomado em matérias de tanta consequência e respeito? Nação heróica (...), quem os ouvir detalhar em vosso nome, que ideia poderá fazer de vós?" (pp. 12-47).

Ideias interessantes e bem contemporâneas criticadas na *Forja dos Periódicos* são a confusão entre *opinião publicada* e *opinião pública* e o *desejo fantasioso de que a opinião própria traduz a opinião pública*. O autor do opúsculo (provavelmente frei José Machado) é claro quanto a estas matérias e até diz, pela voz da personagem eremita:

> "Se pela imprensa se usa julgar da voz pública, escrevei, falai de toda a parte (...). Estes bandos, que tomam sempre o seu pelo público interesse, são como as fabulosas sereias, que com harmonias pérfidas, fazendo per-

> der o rumo aos navegantes, causavam a sua perdição. (...) São sempre os mesmos (...) periodiqueiros (...) fingindo manifestar a opinião pública com o fim de condecorar com ela a sua, que sem este roubo se acharia logo proibida." (pp. 47-48)

Com base nas palavras anteriores, discerne-se a crítica do autor à pretensão de que os periódicos *dirigem a opinião pública*. No entanto, pela voz do eremita, personagem que claramente vinca os pontos de vista do autor, há a possibilidade de existirem bons jornais e bons jornalistas:

> "Digo que o ofício de periodiqueiro é decente e útil quando defende a ordem, inculca o respeito às autoridades e às coisas graves, aconselha a prudência, conduz com modéstia e receio a opinião pública, aponta as reformas sem atacar a decência e produz as suas análises com honra; e finalmente quando trabalha com *fins conseguíveis* que são aqueles que só pelo útil e honesto se alcançam. Mas se, pelo contrário, como fazem os nossos, só se ocupam em descrições vãs e impraticáveis, em formar divisões, inventar epítetos, atacar, injuriar e escarnecer tudo o quanto se tem respeitado (...), chamar (...) escravidão à obediência, despotismo à ordem (...), semelhante emprego é desonroso e sumamente prejudicial ao público." (p. 60)

Censurável também, segundo o autor, mais uma vez pela voz do eremita, seria a paradoxal perspectiva dos jornalistas doutrinários liberais, que defendiam a liberdade de imprensa para si mas desejavam que as obras que desacreditavam os periódicos fossem proibidas: ""Nós intitulamos por *incendiárias e anti-constitucionais a todas as obras que podem desacreditar os periódicos* (...). Os censores devem regular-se pelos nossos ditos. Quando não, nós lhes chamaremos também anti-constitucionais, mas é provável que não se exponham aos nossos juízos." (p. 70)

Em conclusão, os periódicos, na sua maioria, seriam, na visão do autor, mais parte do problema do que da solução: "os mais desembaraçados periódicos (...) insultam as nações estrangeiras, (...) chamam papões de crianças aos mais poderosos monarcas do mundo, (...) prometem aos vadios os espólios dos mosteiros" (p. 31).

Finalmente, no panfleto *O Periodiqueiro por Força ou Diálogo de um Tio e um Sobrinho*, igualmente uma obra dialógica, um tio liberal tenta convencer um sobrinho conservador a enveredar pela profissão

de jornalista, ou *periodiqueiro*, como era usual dizer-se no início do século XIX ("Periodiqueiro e gazeteiro são palavras sinónimas", p. 3). O tio imaginava a profissão de periodiqueiro como "a mais honrosa e de maior interesse" (p. 1), mas o sobrinho não se convencia. Os argumentos do tio são os mesmos que os da personagem doutor das obras *Forja dos Periódicos, Novo Mestre Periodiqueiro* e outras já referidas: a prática do jornalismo doutrinário é fácil, permitiria o enriquecimento em pouco tempo e seria uma forma de ilustrar a nação, prestando um serviço de utilidade pública, mesmo que o periodista fosse um ignorante:

> "Há hoje ocupação melhor do que a de periodiqueiro? Passar publicamente por homem de talento e erudição, sendo verdadeiramente um impostor? Estimado e admirado pela rude e ignorante populaça, sofrido e tolerado pelos sábios, que desculpam a ignorância e se calam? Há coisa melhor do que por meia dúzia de novidades tiradas das gazetas espanholas, seis planos de economia, política e indústria, outros tantos de reforma e melhoramento, copiados dos autores que tratam destas matérias, e por uma fingida correspondência (...) adquirir grandes vinténs com que se vista à moda, coma ao gosto e se visitem os ociosos?" (pp. 7-8)

Indo mais longe, o tio explica ao sobrinho como se faz um periódico:

> "Não contar a coisa como na verdade é, mas aumentá-la ou diminuí-la (...), prometer e faltar, fingir cartas que se não receberam e responder-lhes, dizer mal de tudo e de todos (...). De quando em quando, inseri no vosso periódico pedaços sublimes, mesmo alheios (...), e formai (...) palavras que façam estrépito nos ouvidos, ainda que nada queiram significar, nem se entendam (...), porque há muita gente que o que não entende é o que mais gosta e o que mais admira. (...) Antes, porém (...) havíamos de tratar se (...) havia de ser diário ou semanal. Eu, que sendo amigo da honra, o sou mais do dinheiro, queria que fosse diário. (...) O título (...) é a primeira e principal coisa que se deve cuidar. Há (...) o *Astro da Lusitânia*. (...) Deveis pôr ao vosso periódico o título *Lua da Lusitânia* (...) para que também nos alumie de noite" (pp. 4-5; 13 e 18)

O sobrinho objecta que a longo prazo o ofício de periodista não tinha sustentação, já que os jornais duravam pouco tempo; e que a Nação estaria cansada de tantos periódicos, que a dividiam, ainda para mais sendo eles escritos por ignorantes, como ele próprio. Além disso, interroga-se: "E se o público amanhecer um dia (...) e perceber que os periódicos não

são mais do que uma armadilha (...) para apanhar-lhe o dinheiro, deixar de os comprar, (...) então em que me hei-de ocupar?" (p. 5)

3.2.3 A(s) Carta(s) do Novo Mestre Periodiqueiro

Noutro folheto, desta vez intitulado *Carta do Novo Mestre Periodiqueiro ao Autor do Diálogo Intitulado Resposta ao Novo Mestre Periodiqueiro*, mais uma vez o mesmo autor (presumivelmente, como se disse, frei José Machado), anonimamente, relembra que os periódicos são exacerbadamente críticos, em especial dos frades: "alguns periodiqueiros (...) contra tudo clamam, contra tudo berram, principalmente contra frades (...), procuram fazê-los odiosos, iludindo o povo crédulo" (p. 7) Segundo o autor, esses redactores de periódicos seriam inimigos da monarquia e encheriam os seus jornais de "disparates e sátiras" (p. 8).

A forma como o autor caracteriza a sua personagem doutor, que insere nas publicações já anteriormente referidas, e que personificaria os jornalistas liberais de oitocentos, é eloquente quanto à forma como os absolutistas olhavam para os liberais redactores de periódicos: "é um embusteiro, traidor, arroz, rebelde, cavalo branco, maroto, tratante, velhaco, homem de péssimas intenções, mau em pensamentos e em palavras, perverso, descarado, sedicioso, monstro que escreve as mais pestilentas máximas, a mais venenosa doutrina, os princípios mais incendiários e tudo isto diz com a sua costumada civilidade" (p. 8).

Os absolutistas também cuidavam de colocar em causa a acção dos periodiqueiros, invocando, inclusivamente, o princípio da liberdade de imprensa, tão caro aos liberais, conforme se intui das palavras da *Carta do Novo Mestre Periodiqueiro* atrás referida: "as opiniões dos periodiqueiros não são decisões do Soberano Congresso, que todos devem respeitar. Elas podem ser refutadas sem ser inimigo da nossa liberdade" (p.11).

Em obras similares, as acusações continuam no mesmo tom. Por exemplo, na *Carta do Novo Mestre Periodiqueiro ao Autor da Resposta à Segunda Parte do Mestre Periodiqueiro*, o autor, mais uma vez sob anonimato (embora, decerto, fosse perfeitamente identificável pelos seus contemporâneos), acusa os liberais de quererem silenciar as vozes incómodas, contradizendo o princípio muito liberal da liberdade de imprensa: "confundindo (...) os delírios dos periodiqueiros com as sábias

decisões do Congresso tapas a boca a todos os que quiserem falar contra a peste periodiqueira" (p. 5).

3.2.4 Corcundas e Braz

São muitos os folhetos que se propõem combater a proliferação de periódicos (como *O Almocreve das Petas*), mas os argumentos são repetitivos. Entre eles, os diálogos teatrais *O Braz Corcunda e o Verdadeiro Constitucional e O Braz Já Sem Corcunda,* ambos escritos, possivelmente, por Elisário António de Sousa, distinguem-se pela sua fina ironia e comicidade, embora, também, pela defesa dos frades e dos valores do Antigo Regime.

No *Braz Corcunda*, a personagem Braz queixa-se de que os periódicos apenas serviram para o levarem à bancarrota: "Enganaram-se. Disseram-me que me queriam instruir e afinal, três vinténs hoje, três vinténs amanhã, exauriram-me a bolsa e eu fiquei em pior estado a respeito de notícias!" (p. 4)

Outro dos aspectos conjunturais referidos no folheto *Braz Corcunda* prende-se com a falta de solidez dos projectos jornalísticos vintistas. É, mais uma vez, a personagem Braz a denunciá-la: "Tenho todos os periódicos, ou quase todos, e não sei se ainda me faltam, porque uns morreram à nascença, outros acabaram em poucos dias, apesar de virem tão fortes como a espada de Alexandre, e um houve que, sendo anunciado, nunca viu a luz do mundo, mas se não me engano, ainda assim, excedem o número de trinta." (p. 9)

A personagem Tito, por seu turno, também relembra que os periódicos se alimentam uns aos outros com as polémicas que levantam e que dar-lhes resposta em folhetos, mesmo que do campo conservador, apenas servia para agravar a situação: "Esse foi o passo errado que se deu. Responder a periodiqueiros é dar-lhes matéria para aumentarem os seus periódicos. (...) Responder a periódicos é ser mais pateta que os periodiqueiros." (pp. 10-11).

No mesmo tom, o autor do *Braz Corcunda* acusa os periodiqueiros liberais vintistas de inventarem cartas de alegados leitores para alimentarem polémicas nos seus jornais, uma acusação, de resto, repetidíssima em vários panfletos absolutistas: "Quem dera que só existisse o *Diário da Regência* (...) e não é preciso mais nada. Oxalá que só houvesse esse

periódico (...). Quem tem atrapalhado tudo são esses diabos periodiqueiros, com cartas anónimas feitas por eles mesmos para infamarem os seus semelhantes e encherem papel" (pp. 24-25).

Em *O Braz Já Sem Corcunda Por Diante e Por Detrás ou O Verdadeiro Constitucional*, outro diálogo cómico, o autor, mais uma vez pela voz de uma personagem, alcunha os periódicos de "guardanapos periodicais" que apenas serviriam para "limpeza" e critica o alegado enriquecimento dos redactores dos jornais liberais à custa dos incautos que os compram: "ainda encontrei alguns que (...) caíram no logro (...) de dar dinheiro por periódicos" (p. 10). Adiante, o mesmo autor caracteriza os jornais liberais da seguinte forma: "pobres de notícias, infiéis no relato das mesmas, insípidos, insultuosos e até maldizentes (...), magros" (pp. 11-12). Haveria, por isso, na sua versão, de mostrar "a ruindade dos periódicos, o mal escrito neles, que em nada correspondem ao fim para que se fazem, e por conseguinte desacreditam os seus redactores e a Nação" (p. 13).

Em várias falas das personagens do diálogo *O Braz Já Sem Corcunda*..., são repisados os argumentos absolutistas contra os periódicos liberais:

> "os redactores de periódicos (...) em vez de se empregarem em estabelecer, firmar e dirigir a opinião pública, ocupam-se de detalhes e planos que ou não podiam ou não deviam pôr-se em execução. (...) Em lugar de ilustrarem o público com ideias justas e liberais e fazer-lhes conhecer as vantagens gerais que lhe hão-de resultar desta ordem de coisas, à custa de pequenos sacrifícios pessoais, o entretinham com a maldita correspondência periodical (...), em vez de concorrerem para a união das pessoas, e classes delas, fomentavam a desunião, supondo, ou antes, inventando, partidos e facções (...), dizendo sempre mal de tudo e de todos (...) sem respeito algum. (...) Os que compõem o Soberano Congresso são homens de muitas luzes e por isso não carecem das poucas que têm a maior parte dos periodiqueiros (...) e nenhuma necessidade têm dos periodiqueiros, dos quais alguns nem a si próprios se sabem regular. E finalmente nada a bem da Nação fazem às escondidas, mas tudo às claras, e para lho participar, mandam exarar dois diários, um da Regência, outro das Cortes, e nem mesmo para isso dependem dos periodiqueiros. E por conseguinte esta gente veio com a nossa venturosa Regeneração só ao fim de ganhar dinheiro mal, e individualmente, e com restituição, porque é mal levado" (pp. 16-21).

Em suma, portanto, ambos os folhetos repetem os argumentos usados noutros ataques ao jornalismo panfletário liberal: os periódicos dividiriam os portugueses, quando estes deveriam estar unidos na obra de regeneração nacional, e apenas serviriam para enriquecer os redactores e empobrecer os leitores que os compravam.

3.3 A reacção liberal

O debate sobre os periódicos e as funções do jornalismo foi muito vivo entre 1821 e 1823. Não foi apenas o campeão do absolutismo, José Agostinho de Macedo, a escrever sobre jornais e jornalistas. Os liberais também o fizeram. Há variadíssimos testemunhos sobre o que se passava nessa época, alguns sérios, como o do autor da *Carta a Sua Majestade a Opinião Pública Rainha do Mundo* (1823), que se diz propagandista da liberdade, outros deles cómicos, mas, em resumo, pode dizer-se que os liberais viam na imprensa um veículo de ilustração dos povos e de emancipação política, de penhor das liberdades cívicas conquistadas, enquanto os absolutistas, como Macedo, olhavam para os periódicos, muitos deles escritos, mal, por pessoas impreparadas, como uma praga que confundia e dividia o povo português. O "diálogo" entre ambos os partidos fazia-se através dos jornais e folhetos que funcionavam como verdadeiro espaço público, imaterial e simbólico, onde, de certa forma, se fazia a aprendizagem da democracia.

Assim, em folhetos como *Resposta ao Novo Mestre Periodiqueiro: Ou Abjuração do Sebastianista, e do Ermitão: Confundindo o Doutor Periodiqueiro e Resposta à Segunda Parte do Novo Mestre Periodiqueiro* (todos de 1821, todos anónimos, mas provavelmente da autoria do redactor do *Astro da Lusitânia*, Joaquim Maria Alves Sinval, conforme é insinuado nos folhetos dos absolutistas), são apresentadas algumas razões para a intervenção cívica dos redactores de periódicos liberais. Por exemplo, no segundo desses folhetos, escreve-se sobre as intenções dos periodistas de então:

> "(...) o trilho que vamos seguir é tão diverso (...) quanto diferem entre si os princípios que nos regem e os fins a que aspiramos. Os vossos são os de alucinar a multidão, os nossos de a manter em bom espírito; os vossos de excitar a desconfiança, os nossos de consolidar a boa fé; os vossos de perverter os incautos, querendo santificar abusos; os nossos desterrar

> abusos e santificar a boa ordem; os vossos de inventar crimes religiosos, para favorecer vossos interesses contra os interesses da Nação; os nossos promover os interesses e patentear os vossos erros; os vossos, finalmente, são para rebelar a Nação contra a mesma Nação, para marchar ao vosso intento; os nossos, destruir o vosso intento, para que a Nação possa prosperar." (pp. 3-4).

É ainda no mesmo folheto que o autor tenta expor o que estaria por trás da crítica absolutista à proliferação de periódicos liberais:

> "Eis aqui (...) o vosso plano (...). Daqui nasceram os *Novos Mestres Periodiqueiros, os Exorcismos, a Carta do Barbeiro d'Aldeia, o Cordão Contra a Peste* e o que mais vier. Foi adoptado o plano de invectivar contra periódicos porque preenche duas indicações: 1º, o meter a ridículo as verdades que eles dizem, e que vos não convêm; 2º, o de poder caluniar as determinações do Congresso Nacional, com o disfarce de somente atacar os periodiqueiros. E na verdade, debaixo deste véu tendes cometido os crimes mais atrozes (...). O assunto da primeira parte do Novo Mestre Periodiqueiro não era o de incriminar as eleições dos deputados por não serem admitidos os regulares? E tal deliberação foi tomada pelos periodiqueiros? O negócio de se abolir a Inquisição tem sido porventura tratado em algum periódico tão vigorosamente como se tem tratado na sala das Cortes? (...). Não é agora mesmo por tais pretextos que aparecem nos *Novos Mestres Periodiqueiros, Exorcismos, Cordão Contra a Peste, Barbeiro d'Aldeia* e outros papéis semelhantes as doutrinas mais erradas e fanáticas?" (p. 9 e p. 14)

Para os liberais, os polemistas do partido absolutista eram "servis" e mentirosos, conforme acusa o autor da *Resposta ao Novo Mestre Periodiqueiro e da Resposta à Segunda Parte do Novo mestre Periodiqueiro* (p. 10). Macedo, chefe de fila dos absolutistas, chega mesmo a ser alcunhado de "relaxado e sedicioso" e "homenzarrão" (p. 12 e p. 22 da *Resposta à Segunda Parte...*). Para os liberais, em suma, os jornais permitiam ilustrar a Nação e combater o despotismo, pelo que o princípio da liberdade de imprensa teria acolhimento constitucional; os inimigos dos jornais, em consequência, seriam inimigos da Constituição e, portanto, da Nação.

Um outro autor liberal, também ele anónimo, mas que seria parlamentar e se intitula "inimigo da escravidão", escreve, no folheto *Destroço em Ataque do Cordão da Peste Periodiqueira com a Ordem do Dia*

do Corcunda de Má Fé... que os polemistas absolutistas são uma "peste de servis" enquanto os periodiqueiros liberais "escrevem só por fartura, e não por interesse" (p. 12). Aliás, para ele, "Se os periódicos não merecem fé, menos fé merece o que um ou dois corcundas [apelido dado aos absolutistas] escrevem com o ferrete de sábios" (p. 12). Por isso, o referido autor interpela directamente os leitores: "se os conheceis, desconfiai ainda mais deles do que dos periodiqueiros, examinai as acções destes corcundas e vejam quem eles são" (pp. 12-13). O autor também salienta, no mesmo folheto, tal como outros liberais o tinham feito (o argumento é repetitivo), que os ataques aos jornalistas liberais seriam, antes de mais, ataques camuflados ao Parlamento (p. 17).

Finalmente, comparecendo no tribunal por crime de abuso de liberdade de imprensa, a 11 de Abril de 1823, Joaquim Maria Alves Sinval, redactor do influente jornal liberal *Astro da Lusitânia*, terá redigido, ou alguém o fez por ele, o folheto *Defesa do Redactor do Astro da Lusitânia.* O articulado legal e constitucional é várias vezes citado no panfleto, pelo que o conteúdo da obra oscila entre o jurídico e o posicionamento doutrinário em favor da liberdade de imprensa.

Sinval, definido como "escritor público" (p. 11), mas também "homem livre, cidadão português" (p. 2), "homem verdadeiramente livre" (p. 8) e "cidadão corajoso e firme, que exorta o povo a garantir-se da opressão e a sustentar os seus direitos" (p. 18), classificativos muito próprios da auto-imagem identitária dos liberais, que viam nos conservadores absolutistas "inimigos da liberdade" (p. 13) "tiranos" e "déspotas" (p. 18), foi acusado de "promover os povos à rebelião", num artigo inserido no n.º 33 do *Astro*. Segundo a defesa do autor, tratava-se apenas de uma acusação de quem procuraria "vingança" (p. 6) e pretenderia a adopção de "medidas restritivas da liberdade de imprensa" (p. 8). Para ele, embora o artigo versasse a acção governativa, o Governo não tem mais "garantias que o ponham a coberto das censuras dos escritores públicos" do que as oferecidas aos vulgares cidadãos (p. 10).

De algum modo, Sinval também retira de cima dos ombros dos jornalistas doutrinários a responsabilidade pelas interpretações individuais que o público faz dos seus escritos: "Em verdade (...), um bem funesto presente nos daria a nossa Constituição na liberdade de imprensa, se um escritor fosse responsável por todas e quaisquer consequências que cada um, a seu modo e jeito, quisesse deduzir dos escritos impressos?" (p. 12).

3.3.1 Pedro Cavroé contra Macedo

Pedro Cavroé (1821), na *Resposta ao Papel Intitulado Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*, acusava o autor anónimo do folheto *Exorcismos*, nada mais, nada menos, do que José Agostinho de Macedo, de cair em contradição ao condenar os periódicos quando usava as mesmas armas: "compor os seus *Exorcismos* em papel pardo para os vender nas mesmas [lojas] e a par dos mesmos [periódicos] e pelo mesmo preço de três vinténs (...) é além de incoerente, pouco escrupuloso." Cavroé critica, ainda, a presunção de Macedo, que se tomaria pelo guia da Nação, quando não seria mais do que um periodiqueiro entre iguais, que vendia folhetos polémicos para se sustentar, tal e qual como os restantes; satiriza, igualmente, a parcialidade de Macedo, que atacaria os jornais liberais, esquecendo os do seu próprio campo; e ainda relembra que se os periodistas liberais exerciam outras profissões, todas elas honradas, sendo o próprio Cavroé sapateiro, o autor do Exorcismos seria ocioso, algo muito pior.

Eis como termina Cavroé o seu folheto:

> "(...) se os periódicos são inúteis, o seu papel (...) inútil é. Se os periódicos de papel pardo custam três vinténs, o papel pardo dos seus *Exorcismos* três vinténs custa (...). Se os periódicos são como pragas, o seu folheto pragas tem. (...) Se nos periódicos há confusão de ideias, nos seus *Exorcismos* há confusão de coisas. (...) Se os periódicos são como diabos, V. m. fala como os diabos. (...) Se os periódicos revoltam e desorientam a nação, V. m. desorienta e revolta a nação contra periódicos e periodiqueiros. (...) Finalmente, se os periódicos são pragas, ao menos sabe-se donde elas vêm, e o seu papel, uma verdadeira calamidade, ignora-se quem o produziu".

Por seu turno, o autor anónimo do folheto *Carta do Compadre de Lisboa em Resposta a Outra do Compadre de Belém, ou Juízo Crítico sobre a Opinião Pública Dirigida pelo "Astro da Lusitânia*" reflecte sobre as relações entre jornalismo e opinião pública. Para o autor, os jornais conseguiriam dirigir a opinião pública, embora, por vezes, isso provocasse discórdia. De qualquer maneira, o autor diz que os jornais podem contribuir para "conduzir a opinião pública a um mesmo fim", desde que mostrassem os "verdadeiros interesses" às pessoas (p. 5), funcionando, tal como o jornal *Astro da Lusitânia* poderia funcionar, como

"lanternas". Assim, indirectamente o autor expressa a sua fé na liberdade de imprensa.

3.4 A crítica independente em Já Fui Corcunda

No folheto *Já Fui Corcunda ou a Zanga dos Periódicos* encontram-se os mesmos argumentos contra a proliferação de periódicos e de panfletos a que Portugal assistiu no período vintista. No entanto, este traz uma novidade: critica todos os autores, com independência, embora usando, essencialmente, os argumentos do campo absolutista.

O respectivo autor, também encoberto pelo anonimato, realça que os redactores de jornais escreviam futilmente e apenas contribuíam para a desorientação dos portugueses com as disputas que mantinham entre si:

> "Na época em que tudo anuncia uma futura felicidade, a liberdade do cidadão e a independência, não sei porque fatalidade os homens de letras se têm desorientado a ponto de quererem fazer de Portugal a casa dos doidos. Nunca em Portugal se escreveu tanto e tão futilmente, nunca se viram tão estouvados escritores (...). Parece que alguns (...) espíritos malfazejos se apoderaram das caximónias dos tais escritores para nos zangar com um enxame de impressos, mais prejudiciais do que a peste." (p. 3)

A novidade trazida pelo autor de *Já Fui Corcunda* é que tanto zurze nos periódicos liberais como nos absolutistas e tanto censura os polemistas de um como de outro campo, fazendo, inclusivamente, referência aos vários folhetos já aqui abordados:

> "Finalmente, *Compadres, Comadres, Periodiqueiros, Exorcistas, Razão e Nada Mais, Razão e Mais Razão, Barbeiros, Artistas, Acólitos, Contágios* etc. etc. e outros escritos de igual estofa têm empestado a Nação, reduzindo-a a uma (...) Torre de Babel.
> Bem conheço que o sórdido interesse é quem dirige estes escritores e que o povo, que nem todo pode ir ao teatro, se diverte com os tais bufões por pouco dinheiro. Porém, não posso levar à paciência que alguns dos tais escritores, podendo ser úteis à Nação, tenham adoptado a chocarrisse para falarem em objectos (...) sérios (...). É inegável que a multiplicidade de tais folhetos só prova o grande número de ociosos (...) e (...) à medida que se multiplicam tais folhetos e tais periódicos, os costumes corrompem-se e os ódios multiplicam-se." (pp. 4-5)

No meio da chusma de jornais e panfletos, o autor do *Já Fui Corcunda* considera-se o único polemista razoável: "Só este velho autor (...) é capaz de achincalhar este aluvião de maníacos escritores que fazem gemer todas as prensas de Lisboa com ninharias ou impropérios (...) e sarcasmos, ao mesmo tempo que não há uma prensa livre onde se imprimam obras sérias." (p. 5)

Para o polemista do *Já Fui Corcunda*, o jornalismo vintista português, devido à sua falta de profundidade, perdia na comparação com a imprensa de outros países europeus: "Que vergonha não é para os nossos periodiqueiros as *Folhas de Espanha,* bem como o *Universal*, a *Miscelânea*, o *Jornal dos Debates?* Que folhetos, cheios de erudição (...), não se imprimem continuamente em Espanha? Com que força de raciocínios, de argumentos e de provas não sustentam a razão?" (p. 6)

Repetindo um argumento já usado por José Agostinho de Macedo, também o autor do folheto *Já Fui Corcunda* se interroga sobre a falta de preparação de certos redactores de periódicos, que poderiam ter singrado nas suas verdadeiras profissões:

> "Nem tudo é para todos, nem todos são para tudo, e eis porque vemos mau escritores (...) os que, se não fugissem da órbita que a providência lhes destinou, seriam bons pasteleiros, excelentes alfaiates, hábeis carpinteiros e até bons gregos. Mas para tudo isto, é preciso dar anos ao ofício, aturar mestres (...), o que não sucede a todos os nossos actuais periodiqueiros. Alguns há que se destinaram às letras, os quais, em lugar de insulsos periódicos, deviam lançar mão de alguma obra digna do saber (...), a qual lhe daria crédito e mesmo daquilo com que se compram os melões. Porém (...), deixaram-se conduzir pela mania popular, adoptaram o método dos charlatães, entulharam as lojas de periódicos e fizeram com que o papel subisse de preço." (p. 7)

Em conclusão, portanto, o autor do *Já Fui Corcunda* salienta que o povo não tirava dos periódicos polemistas do vintismo "nem o arrependimento de seus antigos erros, nem a instrução de que tanto necessita".

4. Da crítica do jornalismo à teorização sobre a liberdade de imprensa

A teorização do jornalismo em Portugal até 1910 reflectiu as condições e vicissitudes da época em que foi produzida, mas uma grande parte dos livros e folhetos publicados traduz a passagem de uma crítica intempestiva e pessoal do jornalismo para uma crítica baseada em discussões de cariz essencialmente jurídico ou sociológico sobre a imprensa. Nesse contexto, nasceu uma terceira tradição de pesquisa e reflexão sobre o jornalismo em Portugal, a da discussão sobre **liberdade de imprensa**, que depois se alargaria à reflexão sobre os efeitos sociais do jornalismo, em particular dos efeitos do jornalismo sobre a opinião pública.

Foi no início do século XIX que em Portugal se começaram a publicar com regularidade textos que abordavam a questão da *liberdade de imprensa*, no calor da luta ideológica e política que opôs os conservadores absolutistas aos constitucionalistas liberais. Em grande medida, essa discussão deriva da penetração, em Portugal, dos valores iluministas e revolucionários desde o século XVIII. Conforme se viu, vários desses textos são anónimos (Anónimo, 1810; Anónimo 1821 a; Anónimo, 1821 b; Anónimo, 1822 a; Anónimo, 1822 b), enquanto outros são da autoria de conhecidos polemistas, como os religiosos conservadores Frei Joaquim de Santo Agostinho (1809) e Padre José Agostinho de Macedo (1812; 1821 a; 1821 b; 1821 c; 1821 d; 1821 e) ou os liberais Pedro Cavroé (1821) e Fernandes Tomás (1821), bem como de outros autores (por exemplo: Sá, 1810; Campos, 1810). Neles não se faz qualquer discussão profunda sobre jornalismo. Alguns são mesmo meros duelos pessoais e ideológicos travados com a pena e não com a espada que extravasam o campo do jornalismo para entrarem no campo da política e do regime que mais interessaria a Portugal (veja-se, por exemplo: Silva, 1821; Andrade, 1822; Costa, 1826 b; Macedo, 1821 a; Macedo, 1821 b; Mendonça, 1823). Num país que, a partir de 1820, graças à Revolução Liberal, descobriu a *liberdade de imprensa* e assistiu a um movimento de fundação de periódicos como até então nunca tinha sido visto, esses escritos do início do século XIX, nomeadamente os da primeira época da emigração de exilados liberais em Londres e do período pós-Revolução Liberal, para além das questões políticas (veja-se, por exemplo, Mendonça, 1823; Macedo, 1825), criticavam ou defendiam a liberdade de imprensa, a proliferação de jornais e a propagação das ideias liberais e

constitucionalistas.

Os conservadores absolutistas viam a liberdade de imprensa e a propagação das ideias liberais através dos jornais como um ataque à Monarquia de direito divino e à Igreja Católica, que consideravam o melhor dos regimes. Mais, os conservadores olhavam para os periódicos, em particular para os periódicos políticos, como instrumentos de confusão dos povos e de manipulação das gentes para as levar a seguirem projectos insensatos (ver, por exemplo: Macedo, 1821 c; Macedo, 1821 d). No pólo oposto, os liberais defendiam a liberdade de imprensa e a publicação de jornais como decorrentes do direito natural do homem à comunicação dos pensamentos e opiniões, como factores de progresso, de difusão de ideias e de conhecimentos, de acompanhamento dos actos políticos e de contenção do poder político para não se cair novamente no despotismo (por exemplo, Cavroé, 1821; Fernandes Tomás, 1821). O principal historiador "comunicológico" português da imprensa Oitocentista, José Manuel Tengarrinha (1993: 35), assume, aliás, juízo semelhante:

> "Uma linha de separação (...) poderemos divisar: os que atacavam sobretudo as Cortes, defendiam o Trono e a superioridade do Governo (que exercia o poder executivo em nome do Rei ou, após 4 de Julho de 1821, sob a sua directa nomeação e dependência), em regra exageravam os perigos externos e acusavam com violência, não raro descabelada, os dirigentes liberais ou responsáveis do regime (eram, em geral, os antiliberais); e os que defendiam a superioridade das Cortes como directa emanação da Nação e desferiam ataques pessoais mais comedidos (eram, em geral, os liberais menos moderados)."

Um autor que clamou contra o "excesso" de periódicos foi José Daniel Rodrigues Costa (1826 a; 1826 b; 1826 c), redactor do satírico periódico antiliberal *Almocreve das Petas*, mas, interessantemente, fê-lo (também) em verso, bradando contra a agressividade fundamentalista dos "jornalistas", ou antes, com mais propriedade, dos "escritores de jornal" ou ainda, se se quiser, dos "políticos de jornal":

> "Fora com a profusão de tais periódicos!
> Isto sonho não é, nem é quimérico!
> Com eles anda o povo cadavérico
> Apesar de ainda terem preços módicos.

> Poucos folhetos há sendo metódicos,
> Porque os autores têm génio colérico
> (...)" (Costa, 1826 b: 2)

O mesmo autor vaticinava, embora erroneamente: "as lotarias e os periódicos hão-de acabar muito antes do que se pensa, as lotarias como esponjas por não terem já que chupar ao povo, os periódicos por lhes faltar matéria para encherem a folha" (Costa, 1826 a)

Pelo contrário, em 1823, uma "testemunha ocular" (presumivelmente, o próprio acusado) anónima, escrevia no *Relatório da Acusação Intentada (...) Contra (...) Luís António Ferreira Reis:*

> "A livre comunicação dos pensamentos por via da imprensa é um dos direitos mais apreciáveis que nos afiança a sagrada Constituição da Monarquia. Só por este modo podemos pôr (...) ante os olhos do público os abusos do poder, as prevaricações dos empregados e as fraudes e embustes dos malévolos perturbadores da tranquilidade." (p. 3)

Apesar do intenso e polémico debate sobre o papel da imprensa, os portugueses entraram na terceira década do século XIX a fazerem a "aprendizagem da cidadania", como lhe chamou Isabel Vargues (1997), graças aos jornais que transformaram o país, ou pelo menos as elites do país, numa espécie de fórum. Tengarrinha (2006: 117 e 157), por seu turno, expressa assim a sua perspectiva:

> "O "espaço público" torna-se um "espaço público politizado" quando, além da influência dos media, nele concorrem factores de três naturezas: por um lado, a existência de instituições de governo representativas e formas de representação relativamente amplas; por outro, o espaço, a dinâmica e o sentido que as múltiplas formas de comunicação abriram, conducentes à formação dos consensos que materializavam a expressão da vontade colectiva; e ainda os novos espaços de sociabilidade que se alargavam na sociedade. Isto é, quando o direito de voto é ampliado (...); quando a opinião pública passa a ser influente na ordem política; quando é mais diversificada a origem social e cultural dos intervenientes; quando os conflitos (...) não apenas são mais intensos, mas se apresentam com maior visibilidade; quando a expansão da sociedade exige meios de comunicação mais vastos que não se reduzem aos meios escritos mas se alargam a instrumentos, dispositivos e actores de não menor efeito (...).

> (...)
> É óbvio que o alargamento da participação política directa das populações pelo exercício do direito de voto teve importância fundamental na ampliação constante, ao longo do século XIX, do "campo político" em Portugal. Mas este fenómeno capital não poderá ser compreendido em toda a sua extensão se não for considerada a influência de uma comunicação mais fluida, geral e regular, que ultrapassou os particularismos e contingências da comunicação directa, interpessoal. Apesar de todas as limitações, foram assim os jornais os meios que em Oitocentos estiveram em condições de melhor cumprir esta função. São eles, pois, um dos principais factores de abertura e dinamização do espaço público politizado não apenas pela comunicação que estabeleceram como pela sequente mobilização que provocam."

No decorrer dos tempos, continuaram a publicar-se opúsculos onde a reflexão sobre jornalismo desceu, essencialmente, ao nível do ataque e defesa em relação ao que se escrevia nos periódicos. Esses textos, porém, não acrescentam nada de especialmente relevante ao conhecimento do jornalismo (por exemplo: Anónimo, 1836; Barreto, 1861).

De qualquer modo, a teorização sobre liberdade de imprensa em Portugal, depois da intempestiva fase inicial do período 1820-1823, foi ultrapassando a crítica pessoal e panfletária para, gradualmente, ir assumindo contornos *jurídicos e sociológicos*. Teóricos como Silva Ferrão (1850), Paiva (1850), Vieira (1850) e Trindade Coelho (1897) teceram considerações jurídicas e de outra natureza sobre os regimes legais da imprensa em Portugal e noutros países, procuraram definir, justificar ou criticar a liberdade de imprensa e a censura, historiografaram os regimes legais a que a imprensa foi sujeita em Portugal e ainda tentaram discutir as imposições jurídicas e as implicações sociais das sucessivas leis que regularam o jornalismo português.

A preocupação com as consequências da censura transparece, por exemplo, da obra de França Borges (1900), escrita a propósito das consequências do ultimato inglês de 1890 e das notícias sobre o reatamento da aliança luso-britânica em 1900. O autor defende na obra que a apreensão e suspensão de jornais impedem o público de conhecer acontecimentos "gravíssimos".

Uma variante nos trabalhos sobre liberdade de imprensa é a compilação, anotada ou não, de legislação (Anónimo, 1889; Silva Pereira, 1901; Luciano de Castro, 1859). A. Xavier da Silva (1901: 28), por exemplo,

numa obra descritiva e historiográfica sobre a legislação de imprensa, nota que a legislação reguladora da liberdade de imprensa seria mais bem apelidada de "legislação repressiva da imprensa", tantos foram os obstáculos colocados, desde o reinado de D. Sebastião, à liberdade de prelo e, mais tarde, à acção jornalística livre, apesar de, segundo ele, ser a imprensa "o regulador de todos os governos livres" e "a glória de um povo".

Alguns dos escritos sobre liberdade de imprensa que foram publicados em Portugal são cópias dos documentos jurídicos de defesa de jornalistas e jornais acusados de abuso de liberdade de imprensa ou de declarações (também jurídicas) de protesto contra a apreensão de jornais (Anónimo, 1840; Anónimo, 1850; Silva, 1852; Coelho, 1891; Barbosa de Magalhães, 1894; Boto Machado, 19__ a; Boto Machado, 19__ b). Neles se teoriza, quer num tom jurídico, quer num tom doutrinário, sobre liberdade de imprensa – as mais das vezes para a defender quer como uma modalidade da liberdade de pensamento, indissociável da condição humana, quer como garante do controlo de poderes e dos equilíbrios nos estados de direito democráticos.

Por exemplo, logo em 1840, autor anónimo, num opúsculo relatando o *Processo de Arresto na Tipografia Onde se Imprime "O Atleta" ou Alguns Monstruosos Atentados do Ministério Público Contra a Liberdade de Imprensa*, escrevia o seguinte:

> "A liberdade de imprensa é o escolho em que os déspotas costumam naufragar, e por isso é que a guerra que estes lhe fazem é tão cruel! Um governo representativo sem liberdade de imprensa seria o mais despótico e tirano de todos os governos – as prevaricações e torpezas dos governantes ficariam em tal caso cobertas com o véu da obscuridade e assim poderiam eles caminhar desenfreados na estrada do crime, livres das censuras da imprensa, e a coberto dos tiros da opinião pública!" (p. 4)

Em 1861, num folheto dedicado a uma polémica irrelevante sobre a forma como um padre tinha conduzido a sagração de uma igreja (*O Noticiarista do Jornal "A Liberdade" e o Autor do Presente Opúsculo*), João Augusto da Graça Barreto (1861: 4) reconhece que "A imprensa (...) é uma instituição altamente proveitosa à civilização dos povos (...), um tribunal venerando que julga em última instância os reis, as nações, as leis, os costumes, as instituições e os indivíduos", mas adverte que também deve ser julgada pelo povo e, portanto, em nome do povo.

Aníbal Augusto da Fonseca Magalhães Coelho (1891), numa minuta de defesa de um jornal acusado de abuso de liberdade de imprensa por ofensa ao Real Chefe do Estado, assume convictamente a defesa do princípio desta liberdade e a ideia de que os crimes de abuso da mesma deveriam ser julgados pelas leis particulares e não pelas leis comuns, já que "Crimes desta natureza relacionam-se directamente com o direito de liberdade, e o manifestar publicamente o (...) pensamento e as (...) ideias é uma das fórmulas dessa liberdade." (p. 1)

Por seu turno, Fernão Boto Machado, nos seus libelos do início do século XX contra as sucessivas apreensões, suspensões e censuras do jornal republicano *O Mundo* durante a fase final da Monarquia, em que se assistiu a uma intensificação do autoritarismo governamental, acusa a polícia de estar "ao serviço do despotismo" e os tribunais de abusarem, contra o espírito e a letra da Carta Constitucional, da interpretação de que determinados escritos contra o Rei e a Família Real seriam ofensivos para a chefia do Estado e, portanto, configurariam crimes de abuso da liberdade de imprensa. Para ele, os tribunais deveriam, isso sim, pugnar por ela, enquanto preceito constitucional, e proteger os cidadãos, empresas e instituições dos actos arbitrários, como seriam, em seu entender, as penas de suspensão ou apreensão de jornais ou ainda a censura. Mas, conforme afirma, os tribunais portugueses estariam longe de ser independentes naquela época do final da Monarquia. Antes tomariam o partido das autoridades contra a liberdade de imprensa, a única que, na opinião de Machado, comungada por vários autores nacionais e estrangeiros, "assegura a moralidade e garante a boa administração (...), e (...) arranca a máscara dos (...) malvados (...), corruptos e infames". Buyn, por exemplo, citado por Boto Machado (19__a: 14) escrevia que "a liberdade de imprensa é apenas uma das formas da liberdade de pensar", concluindo, em consequência, que deveria ser ilimitada. Também Stuart Mill, igualmente referido por Boto Machado (19__a: 15), dizia: "o que há de pior ao impor silêncio à expressão do pensamento é que isso constitui um roubo à espécie humana".

Outros textos resultaram dos pareceres jurídicos sobre a punição dos crimes de liberdade de imprensa elaborados a pedido das próprias organizações de classe dos jornalistas (Associação dos Jornalistas de Lisboa, 1902 a; 1902 b), até porque, de certa forma, os jornalistas tendem a valorizar "intuitivamente" a liberdade de expressão, já que "exprimirem-se" é a sua principal ferramenta.

Entre a produção intelectual portuguesa sobre liberdade de imprensa, encontram-se, também, intervenções e relatórios de deputados (por exemplo: Cabral, 1850; Ribeiro, 1898).

A reflexão sobre os efeitos sociais do jornalismo, em grande medida articulada com a discussão académica, política e ideológica sobre liberdade de imprensa, conduziu à teorização sobre opinião pública, como o fizeram autores como Coelho (1871).

É interessante notar, finalmente, que a produção intelectual sobre liberdade de imprensa foi mais intensa em períodos em que o país procurava encontrar um rumo (como no início da Regeneração e no início da República) ou estava em crise, havendo forte censura, como durante a fase final da Monarquia (1890 a 1910). Por exemplo, no texto da conferência *O Governo e a Imprensa*, proferida na Associação da Imprensa Portuguesa, em 1907, António Macieira expressa a opinião de que Portugal teria regredido em matéria de liberdade de imprensa, apesar de "a liberdade de expressão do pensamento pela imprensa" ser "um direito absolutamente incontestável que é necessário manter-se para bem da civilização e do progresso" (p. 4). Ironicamente, escreve Macieira (1907: 4-5 e 15), vincando a contradição entre uma prática governativa que embora diga governar de acordo com a opinião pública silenciava a imprensa para não ler opiniões divergentes:

> "Há apenas um momento em que a liberdade de imprensa não tem existência possível. E vem a ser aquele em que um governo berra aos quatro ventos (...) que está governando com a opinião pública, tentando, por outro lado, abafar a opinião pela imprensa, para que esta não diga como pensa a seu respeito! (...) Governar com a opinião pública [não] é querer amordaçar essa mesma opinião, atacando a principal forma por que ela se manifesta e expande – a imprensa. (...) Mais vale o despotismo ostensivamente proclamado do que a reacção tendo no rosto afivelada a máscara da liberdade."

Indo mais longe, Macieira (1907: 5) acusa o Governo de hipocrisia política e legal, pois ofereceu à imprensa "uma lei reguladora (...) em que a liberdade e a defesa lhe são dadas com a mão direita e (...) lhe são furtadas com a esquerda numa desenvoltura de prestidigitador". Essa lei tornaria difícil criticar ou discutir a acção política "dos que exercem funções públicas e fazem da política o seu único modo de vida". Por isso, o autor culpa o governo de legislar em benefício próprio e não em

benefício dos cidadãos em geral.

António Macieira também se manifesta contrário à incriminação dos editores junto com os autores dos textos quando em causa estavam processos por abuso de liberdade de imprensa e contra a possibilidade de o autor de um texto não receber intimação para comparecer em juízo, bastando a intimação entregue ao jornal.

4.1 Todos (quase...) contra os constrangimentos à imprensa (1850)

São bastantes as obras portuguesas que discutem a liberdade de imprensa. Quando o perigo de imposição de novos constrangimentos ao jornalismo aumenta, aumenta também o número de obras que defendem essa liberdade. Foi o que aconteceu em 1850, quando se ergueram várias vozes contra os projectos de restrição da liberdade de imprensa acalentados pelo Governo conservador de Costa Cabral (conde de Tomar) e do seu irmão Silva Cabral.

No libelo *A Imprensa e o Conde de Tomar*, José Maria do Casal Ribeiro (1850) escarnece do primeiro, que intentou processos contra a imprensa por esta ter revelado favores pessoais que este terá feito em troca de recompensas. O autor relembra que o processo, inclusivamente, poderia colocar em causa a Rainha, por quem o conde de Tomar, ou seja, Costa Cabral, alimentaria "sentimentos imorais". De qualquer modo, o panfleto serve, nomeadamente, para criticar um projecto de lei de imprensa elaborado por uma comissão onde pontificava o conde de Tomar, vaticinando Casal Ribeiro que "a imprensa livre vai acabar" (p. 7), pois a proposta de lei "imagina crimes", "assassina o júri, destrói as garantias" dos réus, "ergue a censura" sob a forma de "prevenção administrativa" (p. 10), abole "as garantias à livre comunicação dos escritos" (p. 12), impede a críticas às acções dos governantes, dos titulares do poder judicial e dos funcionários públicos (pp. 12-13), prevê suspensão de jornais pela simples decisão de um ministro e obriga a garantias pecuniárias insuportáveis para quem queira fundar jornais políticos. No entanto, a imprensa não se renderia facilmente:

> "Há-de erguer a sua voz. Há-de denunciar ao país e à Europa o laço grosseiro que lhe urdira. Há-de estampar os nomes do conde de Tomar e dos seus colegas no pelourinho de uma publicidade vergonhosa. Há-de desentranhar desse montão de disposições caóticas a que chamaram

> proposta de lei a vexação inútil, a monstruosidade legislativa, a inconstitucionalidade flagrante, a pequenez da vaidade ofendida, o ridículo da ignorância pedante." (p. 7)

O autor relembra que embora o projecto de lei considere que a liberdade de imprensa "é útil à civilização", se propõe constrangê-la quando "degenera em licença", usando para tal "processos arbitrários e inquisitoriais" e recorrendo a uma "lei penal absurda e reaccionária". (pp. 8-10) Na verdade, segundo Casal Ribeiro, para a imprensa ser "comedida e atenciosa" bastaria que os agentes de poder fossem "honestos e decentes", pois "a linguagem que se emprega com um adversário respeitável não é a mesma que se dirige a um agressor insolente" (p. 8). Aliás, o autor interpela o visado, o conde de Tomar:

> "Como entendeis vós que os actos do Governo, de um ministro, de um magistrado (...) possam discutir-se sem o atacar ou defender *por qualquer modo directo ou indirecto* [conforme previa o projecto de lei]. A censura do abuso não envolve um ataque ao prevaricador? A condenação da imoralidade não contém a sentença do devasso? Julgais-vos superiores à discussão. Acobardais-vos com uma inviolabilidade de papel. Os vossos pensamentos são muito curtos para que possam ser examinados, as vossas inteligências muito obcecadas para que possam sofrer a luz. As vossas vidas muito impuras para que tolerem a biografia pública." (p. 13)

Por outro lado, José Maria do Casal Ribeiro defende que a liberdade de imprensa deveria ser antidogmática, razão pela qual ataca uma cláusula da proposta de lei do conde de Tomar que impedia qualquer discussão sobre "o dogma político da legitimidade do chefe de Estado" (p. 13). Para ele, é necessário convencer com inteligência acerca das questões políticas, e não proibir a discussão. Do mesmo modo, critica o "exagero" da citada proposta de lei, que impediria as críticas ao carácter dos cidadãos, a publicação de extractos de sessões parlamentares relevantes, a tradução de artigos críticos para Portugal publicados na imprensa estrangeira, etc.

Para Casal Ribeiro (1850: p. 17), "A imprensa é para o povo. É ao povo só que compete o direito de a interpretar. E toda a causa de imprensa se reduz a uma simples interpretação". Por isso, o autor defende a existência de tribunais de júri nos processos de abuso de liberdade de imprensa.

Expondo, por outro lado, o seu ponto de vista doutrinário em matéria de liberdade de imprensa, o autor explica:

> "Há dois sistemas opostos em relação à comunicação dos pensamentos – o da censura e o da liberdade. O primeiro nega o direito; o segundo exige responsabilidade ao exercício dele. O primeiro previne e impede; o segundo pode castigar. O primeiro é estacionário e falso, conduz (...) ao obscurantismo; o segundo é amplo e progressista, o seu fim é a ilustração. No primeiro sistema, o escrito não tem garantia que lhe assegure a publicidade (...), o escritor tem a certeza de não ser punido; no segundo, o escrito é livre (...), o escritor responde perante a lei pelo uso que faz dessa liberdade. A carta Constitucional adopta o segundo sistema, e rejeita completamente o primeiro. Nada porém mais absurdo, nada mais iníquo, nada mais despótico do que um misto dos dois sistemas. Embaraçar por todos os modos a publicação dos escritos, cercar a imprensa de peias e estorvos, impedir directa e arbitrariamente pela acção administrativa a comunicação do pensamento, e redobrar depois a responsabilidade do escritor, é revestir o poder de uma armadura impenetrável e, ao mesmo tempo, armá-lo com uma espada de dois gumes." (Casal Ribeiro, 1850: 23)

O jornalismo político seria, portanto, indispensável à democracia:

> "O jornal político é (...) o que mais pode prejudicar um governo imoral, assim como é o mais firme esteio de um governo justo. É a sentinela constante do poder, que lhe vigia os passos, que lhe segue os movimentos, que os discute diariamente, que o entrega à admiração ou ao desprezo, à estima ou ao ódio da opinião pública." (Casal Ribeiro, 1850: 24)

Pelo que se infere das palavras de Casal Ribeiro, a liberdade de imprensa seria, em conclusão, não apenas antidogmática, mas também fundamental para o controlo dos poderes, para o controlo da licitude e legitimidade dos actos políticos, para combater a corrupção, expondo os prevaricadores, e para evitar que o uso do poder se convertesse em abuso. Ou seja, a meio do século XIX, trinta anos passados sobre a Revolução Liberal, já havia plena consciência dos valores que norteiam a aceitação do princípio da liberdade de imprensa.

É de referir que as intenções – que vieram a ser concretizadas em 1850 – de alteração das leis de imprensa, acentuando o carácter repressor sobre a liberdade de imprensa, também foram questionadas pelos

professores de Coimbra, num documento intitulado *Defesa da Representação dos Lentes da Universidade de Coimbra contra o Projecto de Lei Acerca da Liberdade de Imprensa* (Neto Paiva *et al.,* 1850), que combate argumentos usados, entre outros, pelo jornal *Estandarte*. Para os antidogmáticos lentes conimbricenses, o projecto restritivo da liberdade de imprensa aplicar-se-ia à leccionação, sendo, portanto, contrário ao progresso científico, pois poderia colocar fora da discussão científica "muitas doutrinas" que pretenderiam passar por "dogmas infalíveis", "tornando os professores responsáveis pelas opiniões" que emitissem contra eles, e pretenderia "forçar os espíritos a admitir como princípios doutrinas que não livremente discutidas e evidentemente demonstradas (...), aterrando os professores com o medo das penas. É o crê ou morre do Alcorão!" (Neto Paiva *et al.*, 1850: 6). Mais: a lei tornaria dogmaticamente a moral pública e religiosa referência para as discussões científicas e medida do conhecimento (Neto Paiva *et al.*, 1850: 21). Os professores dão, sobre isso, abundantes exemplos, muitas vezes com ironia.

Segundo os académicos de Coimbra, os abusos de liberdade de imprensa deveriam ser combatidos pela moderação e moralização dos jornais e pelo exemplo, não pela censura (Neto Paiva *et al.*, 1850: 20).

Também Silva Ferrão (1850), em *O Uso e o Abuso da Imprensa*, discute os novos constrangimentos à imprensa, em virtude da promulgação de uma nova lei. Ele considera que "Na ordem política, a imprensa é para as Nações modernas o mais poderoso e talvez o único baluarte das liberdades pátrias." E o autor recorda, citando Lemontey e Rodrigues de Bastos, que ainda não apareceu um governo que não tivesse tentado "escravizar" a imprensa. Defende, a propósito, "a maior liberdade na comunicação das ideias, dos pensamentos (...) por meio da imprensa" (p. 8). Escreve ele:

> "Não há (...) nação alguma (...) em que não exista um tribunal (...) da opinião pública. Se o povo é ignorante e corrompido, (...) desconhece (...) os seus (...) interesses e, pela omnipotência dos decretos, perpetua o mal e impede o bem. Mas se o povo se acha precavido contra o erro (...) será sempre justo e esclarecido (...). Mas de que maneira poderá esse tribunal ser instruído da instrução de uma lei, dos vícios de outra, dos erros da administração, do mal que o Governo tem feito ou que media fazer? Como poderá reunir-se nele o sufrágio universal a favor de uma medida útil? Como poderá ele conhecer os projectos de um ministério iníquo ou os abusos de autoridade de um magistrado? (...) Por nenhum

> outro meio (...) que pela liberdade de imprensa, que as leis devem (...) proteger (...). Assim o exigem (...) o interesse público [e] (...) a justiça." (Silva Ferrão, 1850: 10-11).

Para o referido autor, a liberdade de imprensa seria fundada no *direito natural* de cada membro da sociedade pensar e contribuir para o seu bem comum. Reconhece, porém, que há quem abuse dessa liberdade e que pela imprensa, em vez de se ilustrar o povo e guiar a opinião pública, se propagam "doutrinas subversivas", a desunião e a maledicência (Silva Ferrão, 1850: 14-15). Ainda assim, diz que "a liberdade de tudo escrever será sempre mais vantajosa do que as falsas restrições", pois "o que é bom, razoável e útil triunfará sempre" (Silva Ferrão, 1850: 17). E recorre a uma citação de Pinheiro Ferreira (*cit. in* Silva Ferrão, 1850: 49) para explicitar ainda melhor o seu ponto de vista: "É tão absurdo fazer leis contra (...) abusos da palavra ou da escrita como contra os abusos de qualquer outra faculdade".

Do lado oposto às posições atrás expressas, José Bernardo da Silva Cabral (1850), irmão do chefe do Partido Conservador, Costa Cabral, considera que é preciso regular a liberdade de imprensa para não se cometerem abusos no exercício dessa liberdade. O autor inscreve entre os abusos de liberdade de imprensa atacar o Chefe do Estado, constitucionalmente inviolável, injuriar e difamar cidadãos, fomentar o caos e a dissolução das nações e blasfemar contra Deus.

4.2 Luciano de Castro (1859) e Trindade Coelho (1897): o comentário jurídico à liberdade de imprensa

O advogado e jornalista Luciano de Castro deu à estampa, em 1859, uma *Colecção da Legislação Reguladora da Liberdade de Imprensa* na qual, como introdução, faz um comentário jurídico à mesma.

O autor parte de um princípio básico: "Há na sociedade um direito que não se discute – é o direito de pensar" (p. 7). Pensamento, liberdade e responsabilidade, segundo o autor, andam juntos: "Temos, pois, o pensamento, que discute e aprecia; a liberdade, que manifesta e reproduz o pensamento; e responsabilidade, que põe balizas aos arrojados voos da razão desvairada ou deploravelmente desencaminhada" (p. 8). Por seu turno, a sociedade e os indivíduos, de acordo com Luciano de Castro

(1859: 8), têm o direito de se defenderem dos pensamentos desvairados e ofensivos livremente expressos com irresponsabilidade:

> "todos se devem sujeitar às moderadas e racionais prescrições impostas pela lei aos desvairamentos da razão e da liberdade, porque a sociedade, que não pode punir os crimes no secreto do íntimo pensar, tem o direito de exigir condições à manifestação das ideias e de reprimir (...) os actos criminosos que (...) podem perturbar (...) a sua conservação ou invadir-lhe a esfera da sua justa actividade.
> O direito à legítima defesa é sagrado assim no indivíduo como na sociedade. O pensamento manifestado pela liberdade pode produzir um atentado à ordem social. A responsabilidade, neste caso, não pode declinar-se. A sociedade ofendida singular ou colectivamente tem o direito de punir o delinquente e de obrigar o crime à devida reparação."

O fundamento da regulação legal da liberdade de imprensa e da repressão dos abusos, de acordo com Luciano de Castro, encontra-se nesses princípios.

Quais eram, à época, os crimes de abuso de liberdade de imprensa, os mesmos que José Maria do Casal Ribeiro, no seu libelo panfletário contra o conde de Tomar, criticava que fossem considerados crimes? Luciano de Castro inventaria-os: 1) Colocar em causa os dogmas da Igreja Católica e blasfemar; 2) Ofensas aos bons costumes e moral cristã; 3) Incitamentos à rebelião e anarquia; 4) Ataques à Constituição (Carta Constitucional); 5) Ataques ao Rei e Família Real; 6) Injúrias a chefes de Estado estrangeiros e representantes de nações estrangeiras, câmaras legislativas, tribunais ou autoridades; 7) Imputação de acções ou omissões criminosas a funcionários públicos sem prova em julgado; 8) Invasão da vida privada, se do facto publicado resultar infâmia, desonra ou injúria.

O autor questiona, por outro lado, o Código Penal então em vigor, por equiparar os crimes de abuso de liberdade de imprensa, portanto os crimes que decorrem da acção jornalística, aos crimes que decorriam da publicação de panfletos propagandísticos, bem como por equiparar os crimes de abuso da liberdade de expressão cometidos através da palavra oral aos crimes de abuso da liberdade de expressão quando em causa estava a palavra impressa. Para o autor, os crimes de abuso de liberdade de imprensa, quando cometidos por um periódico regular, seriam menos graves do que os cometidos por panfletos singulares; do mesmo modo, os crimes de abuso da palavra oral seriam menos graves, porque teriam

menos impacto social, do que os crimes cometidos por abuso da palavra impressa (Luciano de Castro, 1859: 12-13).

Relembra o autor, por outro lado, que a intenção de publicar um escrito abusador da liberdade de imprensa não era entendida como crime; só a efectiva publicação, segundo a legislação então em vigor, configurava a prática de um crime – para haver crime, ontem como hoje, é preciso intenção e facto (Luciano de Castro, 1859: 13-14 e 18).

O autor manifesta-se, ainda, contra a possibilidade, que teria sido aberta por um processo judicial considerado procedente, de os crimes de abuso da liberdade de imprensa serem julgados pelas leis comuns e não pelas leis específicas e particulares que existiam (Luciano de Castro, 1859: 14-15). E questiona, igualmente, a co-responsabilidade do editor de um periódico nos crimes de abuso de liberdade de imprensa, mesmo quando o editor não tenha tido intervenção na publicação (Luciano de Castro, 1859: 20-21).

Pronunciando-se a favor da revisão da legislação reguladora da liberdade de imprensa, o autor não deixa de reconhecer que, à época, se abusava dela:

> "Muitas vezes, a paixão substitui a fria imparcialidade da razão esclarecida e a voz dos interesses políticos ou pessoais levanta-se sobre os ditames da verdade e da lógica dos factos. (...) Nem sempre a imprensa (...) tem em consideração os seus deveres de rigorosa imparcialidade na justa apreciação dos homens e das coisas, e (...) por vezes o amor imoderado a exaltadas convicções e a demasiada fé nas ideias (...) encaminham-na para (...) excessos (...). Daqui têm deduzido argumento contra ela os seus numerosos adversários (...). E foram logrando os seus intentos, porque (...) as leis repressivas da liberdade de imprensa (...) revestiram sucessivamente mais austeras feições (...)." (Luciano de Castro, 1859: 26-27)

Pior ainda, o público também estaria ressabiado contra os abusos de liberdade de imprensa;

> "Cansado o público de contemplar muitas vezes a razão casada à injustiça, a paixão no lugar da verdade, a mentira e a calúnia no lugar da rectidão do julgar, e da imparcialidade no descriminar a inocência e o crime, confunde no mesmo sentimento (...) os bons e os maus jornais (...). A indiferença geral pelo que se diz (...) na imprensa (...) é a (...) consequência desta situação". (Luciano de Castro, 1859: 28)

Portanto, para Luciano de Castro, se a imprensa quisesse influência teria de usar a sua força moderada e discretamente.

Por seu turno, Trindade Coelho (1897), em *Liberdade de Imprensa: Proposições Apresentadas ao Congresso da União Internacional de Direito Penal*, parte do princípio que o abuso de liberdade de imprensa é um delito singular porque é um delito de opinião, marcado pela forma (normalmente exagerada) do que é dito:

> "Se o abuso de liberdade de imprensa é um delito, havemos de reconhecer, em todo o caso, que é um delito muito singular. O que se procura punir num delito de imprensa? Quase sempre (...) um exagero. (...). Mas já afirmava Schopenhauer que «o exagero em todo o sentido é tão essencial ao jornalismo como o é a arte dramática» – sendo de notar, ademais, que não é jornalista, na verdadeira e nobre acepção desta palavra, quem o quer ser, mas quem, por temperamento, tem de o ser, isto é, quem é dado a essa estranha (...) luta (...) em que o pensamento impresso (...) teria substituído a pólvora (...). A milícia moderna (...) está (...) nas redacções (...) e (...) não é mais (...) do que a intérprete de pensamentos, de opiniões e de ideais". (Trindade Coelho, 1897: 11)

É interessante notar, pela leitura do parágrafo atrás citado, que Trindade Coelho, um dos expoentes da vida intelectual e literária portuguesa da viragem do século XIX para o XX, por um lado apenas considerava verdadeiro jornalista não o repórter, que gradualmente se afirmava como verdadeiro profissional do jornalismo, mas sim o "escritor de jornal" polemista, que lutava, com palavras, pelos seus pontos de vista; por outro lado, o autor tinha clara consciência de que grande parte das discussões simbólicas se haviam transferido para os jornais, que se configuravam como novo espaço público, conforme, mais tarde, pretenderia Habermas, embora de uma forma idealista.

Para Trindade Coelho (1897), a natureza específica do delito de abuso de liberdade de imprensa mereceria, portanto, leis particulares reguladoras e tribunais de júri específicos.

O autor manifesta-se, também, contrário à co-responsabilização, como co-autor, dos editores dos periódicos pelos escritos delituosos de terceiros publicados nos jornais, excepto quando, em julgado, o editor não revelar o autor. Aliás, Trindade Coelho (1850: 6-9) explica que o cargo de editor se tinha transformado num "modo de vida", pois os editores não seriam mais do que os testas-de-ferro dos indivíduos que efec-

tivamente mandavam nos jornais, mas que não queriam dar a cara pelo que se escrevia nos seus jornais, inclusivamente para evitarem processos judiciais.

Para Trindade Coelho (1897: 10), o jornal é um "órgão de opinião, ser moral e pensante", mas também "propriedade industrial que mira ao lucro". Por isso, para ele, é necessário que os indivíduos lesados pelos abusos de liberdade de imprensa tenham direito a indemnizações que penalizem a propriedade do jornal.

4.3 A teorização de Bento Carqueja (1893) sobre a liberdade de imprensa

A obra *A Liberdade de Imprensa,* de Bento Carqueja, publicada em 1893, é extremamente interessante, pois condensa a percepção liberal portuguesa sobre a matéria.

Nesse livro, e em plena época de crise monárquica e de endurecimento das medidas repressivas contra os jornais, Bento Carqueja, professor e director do jornal *O Comércio do Porto,* apresenta o direito à liberdade de imprensa como sendo um direito natural do homem, decorrente do direito à livre comunicação dos pensamentos e das opiniões, benéfico para a sociedade no seu conjunto, embora traga consigo idêntica dose de responsabilidade por parte de quem o exerce. Salienta, aliás, que "a imprensa vive pela liberdade e para a liberdade" (Carqueja, 1893: 10).

Para o autor, é errado pensar que a manutenção do equilíbrio social pressupõe a repressão da liberdade de discussão e de crítica. "A ideia voa através de todos os obstáculos, vence todas as distâncias; é arrastada, como semente, de cérebro para cérebro", diz Bento Carqueja (1893: 12), para se referir àquilo que a liberdade de imprensa significa: um direito acessível a todos porque o conhecimento deve ser acessível a todos. "Pretender cortar essa soberba corrente equivale a perverter as leis da Natureza", acusa Carqueja (1893: 12), que, inclusivamente, vê as tentativas de cerceamento da liberdade de imprensa como inúteis, já que, mais tarde ou mais cedo, este direito acaba por triunfar. O autor enumera a censura, a prisão, a multa, entre outros métodos, como instrumentos descabidos "dos carrascos políticos" para fomentar "o empenho em asfixiar a opinião" e evitar a difusão da verdade (Carqueja, 1893: 14).

O autor reconhece, porém, que a liberdade de imprensa carece,

igualmente, de deveres que a Lei deve definir, pois esta existe, defende, para prevenir e resolver problemas, devendo ser protectora dos direitos do Homem e protectora da liberdade. Dessa forma, preconiza o autor, será possível atingir um verdadeiro equilíbrio social. A nível de responsabilidades, o jornalismo é mesmo comparado a um sacerdócio por Carqueja, comparação que, de resto, é comum nos autores portugueses com experiência profissional de jornalismo.

O autor escreve, ainda: "Se um Governo merece o apoio do país, a liberdade de Imprensa consagrar-lhe-á esse apoio; se mantém o poder contrariamente à opinião pública, é verdadeiro usurpador e, nesse caso, o bem público exige que se substitua." (Carqueja, 1893: 19)

No resto do livro, Carqueja defende a abolição de vários constrangimentos legais à liberdade de imprensa, propõe medidas específicas para o reforço dessa liberdade e para a punição dos seus abusos e compara o regime legal da imprensa do país com aquele que vigorava noutros países, com o objectivo de mostrar quanto o Governo português estava errado ao reprimir a liberdade de imprensa.

5. A história do jornalismo

O interesse de autores portugueses pela história do jornalismo, em particular pela história da imprensa e da tipografia, data do século XIX. O primeiro indício que se pode recolher sobre esse interesse, tanto quanto se pôde apurar, data de 1857. Trata-se de um pequeno livro, intitulado *Ensaios Sobre a História da Imprensa*, escrito por Tito de Noronha, sobre a introdução e evolução da tipografia em Portugal. Nele, colateralmente, são apresentados dados sobre as primeiras relações[14] e folhas noticiosas bem como sobre os primeiros jornais portugueses (onde foram impressos, quem os imprimiu, etc.). José António Ismael Gracias (1880) desenvolveu o mesmo tipo de pesquisa, mas circunscrevendo-a à Índia Portuguesa, concretamente a Goa.

Foi a partir das duas últimas décadas do século XIX que se tornou constante o interesse pela história do jornalismo em Portugal. Eduardo Coelho (1881) evocou o nascimento e desenvolvimento do jornalismo

[14] Por exemplo, fala da relação Naufrágio e Lastimoso Sucesso da Perdição de Manuel de Sousa de Sepúlveda, por Jerónimo Côrte-Real, impressa em Lisboa, em 1594, por Simão Lopes. Esta indicação contradiz informações posteriores sobre a mesma obra.

em Portugal numa comunicação apresentada ao Congresso Literário Internacional de Lisboa, tendo feito o mesmo em 1898 (Coelho, 1898), por ocasião da celebração, também na capital do país, do V Congresso Internacional da Imprensa, evento em que foi acompanhado, no tratamento do mesmo tema, por Alfredo da Cunha (1898). A partir do final do século XIX, há várias orientações no tratamento da história do jornalismo. Alguns autores publicam obras sobre a história do jornalismo português em geral (por exemplo: Pereira, 1895; Pereira, 1897; Cunha, 1898; Bessa, 1904); outros debruçam-se sobre a imprensa e o jornalismo nas colónias ou em regiões e cidades do país (por exemplo: Aranha, 1885; Cunha, 1893; Silva Leal, 1898; Aragão, 1900; Fernandes, 19__; Freitas, 1908); outros ainda resgatam para a memória colectiva o percurso das publicações especializadas (por exemplo: Lopes, coord. e pref., 1897, no campo da medicina) e generalistas (Marques Gomes, 1897).

Descobriram-se, ainda, catálogos que descrevem jornais, como o de João Pereira da Silva (1892) e o de José Luciano Castro (1897), preciosos auxiliares para o estabelecimento de uma história do jornalismo em Portugal.

Para Marques Gomes (1897), na sua compilação de textos do *Conimbricense* relevantes para a história pátria, os jornais são um precioso auxiliar do historiador: "a história contemporânea de Portugal não pode fazer-se com segurança sem a consulta prévia da colecção do *Conimbricense* (...) de (...) Joaquim Martins de Carvalho".

5.1 O caso de Augusto Xavier da Silva Pereira no final do século XIX

A. Xavier da Silva Pereira é talvez o primeiro caso particular de historiadores do jornalismo. Embora cheios de incorrecções, os seus catálogos sistemáticos e hemerográficos dos jornais portugueses (Pereira, 1895; Pereira, 1897) representam o resultado de um esforço pessoal hercúleo, nunca feito até então, de inventariação de todos os jornais publicados em Portugal até à data, com indicações preciosas sobre os fundadores, anos de publicação, etc.

Os dois livros publicados foram extraídos da obra maior manuscrita, nunca impressa (pesem embora os esforços do autor), *Dicionário Jornalístico Português*, conservada na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Essa obra foi recentemente digitalizada em DVD e distribuí-

da por algumas bibliotecas públicas e universitárias portuguesas.

O Dicionário de Xavier da Silva Pereira é o mais relevante levantamento de periódicos portugueses realizado até ao final do século XIX. É constituído por 13 volumes e identifica cerca de seis mil periódicos portugueses publicados ou em circulação até ao final do reinado de D. Luís I, em 1889, englobando os publicados no estrangeiro, nos territórios ultramarinos e no Brasil até à independência. Inclui, igualmente, uma história cronológica da legislação da imprensa portuguesa até 1898.

O autor identifica sete períodos na história do jornalismo português, inserindo os jornais em cada um deles: Infância do Jornalismo Português (1625 a 1750); Época Pombalina (1750 a 1807); Dominação Estrangeira (1807 a 1820); Lutas entre Absolutistas e Constitucionais (1820 a 1833); Lutas entre Cartistas e Setembristas (1833 a 1851); Regeneração (1851 a 1861); e Reinado de D. Luís I (1861 a 1889).

Os dados avançados por Silva Pereira para cada jornal, embora com bastantes imprecisões e erros, dizem respeito ao título, índole, datas de fundação e término de publicação, fundadores, proprietários, directores, redactores, administradores, localidade e tipografia onde se imprimiu, formato, mudanças de título e formato, etc. Em alguns casos, o autor reporta o papel dos jornais referenciados, na política, artes e letras, ciências, economia, etc. São, assim, um importante apoio para os estudos históricos.

Em 1901, A. Xavier da Silva Pereira publica uma memória historiográfica descritiva, abundante nos dados aduzidos, sobre a legislação da imprensa, desde 4 de Dezembro de 1576, quando, durante o reinado de D. Sebastião, se instituiu a censura prévia, até uma portaria ministerial de 4 de Outubro de 1899 que suspendia os jornais que afirmavam que uma epidemia de peste bubónica no Porto teria cessado. No final da sua historiografia legal da legislação aplicável à imprensa, o autor nota, e muito bem, que esta legislação seria mais bem apelidada de "legislação repressiva da imprensa" e não de legislação sobre liberdade de imprensa. Para ele, "a imprensa (...) é o regulador de todos os governos livres" e a "imprensa livre é a glória de um povo". Exige, por isso, que não toquem na liberdade de imprensa.

5.2 Alfredo da Cunha (1898) lança bases para a elaboração futura de uma história da imprensa portuguesa

Em 1898, o jornalista director do *Diário de Notícias*, Alfredo da Cunha, apresentou, no 5º Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa, uma comunicação intitulada *La Presse Periodique en Portugal*, que logo deu à estampa. Ele ainda não o sabia, mas essa obra seria o embrião de muitas outras sobre a história da imprensa portuguesa, nomeadamente sobre a génese do jornalismo em Portugal, entre as quais o livro referencial *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa,* editado em 1941.

O autor divide, então, em três períodos a história do jornalismo em Portugal:

> *1. De 1626, ano da publicação das Relações de Manuel Severim de Faria, até ao regime liberal*
> Este foi um período histórico, segundo o autor, marcado pela inconstância, ocasionalidade e irregularidade das publicações jornalísticas, que, ademais, necessitavam de licenças de publicação, por privilégio real, para serem editadas. Foi, igualmente, caracterizado pela censura; pela imperfeição dos sistemas tipográficos; pela circulação restrita e elitista dos jornais.
> São exemplos deste primeiro período do jornalismo português a *Gazeta* "da Restauração"; o *Mercúrio Português*; a *Gazeta de Lisboa;* e a *Gazeta Literária* e o *Jornal Enciclopédico*, mais livres e dedicados às letras, ciências, artes e ideias, no âmbito do espírito da Ilustração.
> Portugal, de acordo com Cunha, introduziu o jornalismo ao mesmo tempo que outros países da Europa central, tendo-se mesmo antecipado a países como a Suécia, a Dinamarca ou a Noruega.
> De acordo com o autor, o primeiro anúncio publicitário publicado na imprensa portuguesa surgiu na *Gazeta de Lisboa*, a 31 de Agosto de 1715.
>
> *2. Anos de instabilidade desde as invasões napoleónicas até à estabilização do regime liberal (meados do século XIX).*
> Os jornais portugueses deste período são essencialmente políticos, combativos e mesmo revolucionários, mas coexistem com

publicações literárias e científicas, como a revista coimbrã O Instituto. O número de publicações explode, devido à Revolução Liberal de 1820, que institui a liberdade formal de imprensa, e isto apesar do interregno miguelista, das convulsões cabralistas e das guerras civis.

Regista, ainda, Alfredo da Cunha que após 1834, com o regresso dos exilados liberais, o jornalismo português "recebeu um impulso vigoroso", por causa dos artigos de grandes nomes das letras e da política que se tornaram escritores de jornal, como Garrett e Rodrigo da Fonseca.

São exemplos de publicações deste segundo período do jornalismo português os jornais *O Espectro* e o *Revolução de Setembro,* de José Estêvão, Mendes Leite e – do mais conhecido – António Rodrigues Sampaio, e as revistas *Panorama* e *Revista Universal,* redigidas, essencialmente, por Alexandre Herculano.

De acordo com o autor, "a criação de um grande número de folhas políticas (...) concorreu para tornar influente a classe dos jornalistas, fosse pelo seu nome, fosse pelo seu valor (...), mas ainda hoje, para um grande número de escritores de jornal, o jornalismo é apenas a abertura de um caminho para um assento no Parlamento ou para um emprego na administração pública" (Cunha, 1898: VIII).

Materialmente, neste período, segundo Alfredo da Cunha, houve grandes progressos nos sistemas de impressão e na execução de gravuras ilustradas.

O mais antigo jornal português em circulação ininterrupta, *O Açoreano Oriental*, é deste período (aparece em 1835).

3. Novo Jornalismo[15] motivado pela industrialização da imprensa, aferida pela importância dos capitais investidos, pelo emprego de meios mecânicos consideráveis e pela vocação para a notícia e o *fait-divers.*

Na versão de Cunha, o surgimento do DN, fundado por Eduardo Coelho, em Dezembro de 1864 (número-programa), assinala a entrada de Portugal no Novo Jornalismo. Neste período, a difusão de informação noticiosa substitui, gradualmente, o combate político como objectivo dos jornais. A *reportagem* é introduzida, ganhando

[15] A expressão é mesmo do autor, que a recolhe de um escritor francês. Portanto, já se falava de Novo Jornalismo em Portugal na viragem do século XIX para o XX.

> em importância ao artigo de fundo, e o *repórter* substitui o polemista que escrevia em jornais.
> O principal jornal deste terceiro período histórico do jornalismo português é, segundo Alfredo da Cunha, o *Diário de Notícias*, jornal de que era director, vendido a dez réis, graças ao afluxo de anúncios, o que permitiu a sua popularização.
> Não menos importante, neste período, nas palavras taxativas de Alfredo da Cunha (1898: VIII), "abriu-se uma época de prosperidade para o jornalismo de profissão", pois os jornalistas "começaram, em Portugal, a ser pagos menos mesquinhamente, permitindo a muitos viver exclusivamente do jornalismo".
> Diga-se, no entanto, que o autor regista que o jornalismo industrializado não substituiu de todo a imprensa política, que "conta(va) com jornalistas eminentes, muitos dos quais se tornaram ministros da Coroa (...), como Mendes Leal; Casal Ribeiro; Latino Coelho; Andrade Corvo (...); Pinheiro Chagas; Oliveira Martins (...); A. de Serpa Pimentel (...) do *Jornal do Comércio*; António Enes, presidente do comité local executivo do congresso e antigo director do *Correio da Noite* e do *Dia*; Mariano de Carvalho, director político do *Popular*; e Emídio Navarro, director e fundador do *Novidades*." (Cunha, 1898: IX).
> Ao descrever o panorama do jornalismo português no final do século XIX, Alfredo da Cunha (1898: IX-X) realça que para além dos jornais noticiosos e políticos e das revistas ilustradas e especializadas havia ainda em Portugal variadíssimos periódicos burlescos, onde se destacou Rafael Bordalo Pinheiro na caricatura, e publicações similares, sendo de destacar *As Farpas*, de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós.

Alfredo da Cunha (1898: VIII) assinala, e muito bem, que os jornais noticiosos, como o *Diário de Notícias*, são, na sua essência, a "ressurreição dos velhos jornais de novidades" de que a *Gazeta* "da Restauração" foi exemplo pioneiro em Portugal. Eles "abrem o período de (...) educação popular", graças à "vulgarização dos leitores" conseguida através dos baixos preços, da moderação dos artigos, da publicação de romances sob a forma de folhetins e da crítica social (p. VIII).

> "O hábito de ler jornais afirma-se (...) no público, as tiragens crescem

> continuamente, seja na imprensa de ideias avançadas, como no *Século* (...) de Magalhães Lima, seja na imprensa moderada, como o *Comércio do Porto*, decano respeitável da imprensa do Norte, e o *Primeiro de Janeiro*, também surgido na segunda cidade do Reino. Isso obriga ao aperfeiçoamento dos processos mecânicos de impressão." (Cunha, 1898: VIII).

Assim, segundo Alfredo da Cunha (1898: X), se em 1880 Eduardo Coelho tinha inventariado 200 jornais portugueses, que ascendiam já a 400 em 1894, em 1898 esse número seria certamente mais elevado, sendo a tiragem média de cem mil exemplares.

Os princípios legais da liberdade de imprensa também favoreciam o jornalismo português, cujos jornais, como disse Eduardo Coelho (*cit. in* Cunha, 1898: X), "dizem o que querem e talvez um pouco mais do que deviam". Porém, o autor condena os governos portugueses tardo-oitocentistas que restringiram essa liberdade, de que "não tiram nem vantagem, nem honra", pois constrangeram "uma das formas mais nobres [o jornalismo] de exercer uma das liberdades mais fundamentais – a liberdade de pensamento".

5.3 Augusto de Lacerda (1904): uma história canónica do jornalismo

O livro de Augusto de Lacerda (1904) é consagrado ao papel do jornalismo na "irradiação do pensamento", mas a primeira parte, justamente intitulada "Através do Passado", amarra-se à história do jornalismo, a pretexto da tendência do homem em exprimir o seu pensamento por escrito desde que a escrita apareceu.

Mergulhando, como outros, na tese da origem sócio-cultural do jornalismo no Mundo Antigo, o autor relembra os escritos historiográficos de babilónios e gregos, as *Efemérides* gregas, segundo ele instituídas por Alexandre, o Grande, e ainda o discurso de Demóstenes contra Filipe da Macedónia, amplamente copiado e distribuído na Grécia Antiga. Conclui Augusto de Lacerda (1904: 11), assim, que na "infância do jornalismo" estiveram "três aspectos capitais: histórico, noticioso e político". Pode, pois, dizer-se que, segundo a visão do autor, na génese do jornalismo se encontra a historiografia, a necessidade de transmitir notícias à distância e ainda a política. Recorde-se, a propósito, sobre este último aspecto, que no início do século XX muitos jornais eram políticos, pelo que o

texto de Augusto de Lacerda reflecte o contexto da época.

Augusto de Lacerda detém-se, em particular, sobre as *Actas Diurnas* romanas, salientando que historiadores como Du Cange, Beckmann e Victor Le Clerc "fazem datar das Acta Diurna a existência do jornalismo", devido à função noticiosa e pública que elas tinham. *As Hebdomadae* de Varrão também são relembradas por Lacerda como uma espécie de protótipo de revista ilustrada.

Seguidamente, o autor passa em revista os fenómenos medievais que contribuíram para a génese do jornalismo, como sejam as crónicas, os registos historiográficos diários dos frades dietários e ainda Pasquim e Marfório, considerados por ele precursores do jornalismo satírico. O autor conta que Pasquim era um sapateiro conhecido pelas suas tiradas humorísticas, mas "a sua popularidade generalizou o nome aos que usavam e abusavam da graça pesada" (Lacerda, 1904: 13). E continua: "No pedestal de uma estátua, Pasquim afixava pequenos cartéis com perguntas maliciosas; as respostas, ainda mais maliciosas, apareciam no pedestal de outra estátua baptizada com o nome de Marfório" (Lacerda, 1904: 13-14).

As folhas volantes renascentistas e os panfletos são, igualmente, considerados pelo autor como fenómenos jornalísticos, até porque o aparecimento da tipografia de Gutenberg potenciou a sua afirmação. Seguidamente, o autor relembra as gazetas e mercúrios do século XVII, primeiros jornais. Refere, em particular, mas nem sempre com rigor, alguns dos periódicos mais conhecidos dessa época, como a *Gazette* de Renaudot. Relembra que Manuel Severim de Faria publicou as suas *Relações*, "primeira folha de feição jornalística" portuguesa, mas erra ao dizer que eram mensais (na realidade, só foram impressos dois números e uma reedição do primeiro número, intervalados por cerca de um ano cada um). Recorda, também, a *Gazeta* "da Restauração", que se iniciou em 1641 e que foi o primeiro periódico português. Diz, ainda, que após a Gazeta surgiram em Portugal "mais ou menos regularmente várias folhas impressas, umas com feição jornalística, outras que tinham por fim tornar conhecidos certos e determinados factos isoladamente (...) e que à falta de melhores documentos são muitas vezes valiosos auxiliares históricos." (Lacerda, 1904: 24-25) Fala, depois, dos periódicos portugueses setecentistas e ainda dos jornais que surgiram em Portugal graças à Revolução Liberal de 1820. Recorda, também, que antes da independência surgiram no Brasil vários jornais políticos nos quais pre-

dominava o ideal separatista.

O autor considera que as convulsões políticas foram "a legítima e poderosa força que daria decisivo impulso ao jornalismo" (Lacerda, 1904: 25), devido ao aguçar das necessidades informativas da população em situações de crise. Destaca, nesse âmbito, a Revolução Francesa e os conflitos entre absolutistas e liberais em Portugal, mas, reflectindo a francofilia da época, nada diz, por exemplo, sobre a evolução da imprensa inglesa, bastante mais relevante para a emergência do modelo Ocidental de jornalismo.

Encerrando a primeira parte do livro, o autor diagnostica os factores que propiciaram o desenvolvimento do jornalismo em Portugal. Classicamente, evoca o Correio, que a partir de 18 de Janeiro de 1797 deixou de ser entregue a particulares e passou a ser um serviço público oficial; os caminhos-de-ferro, que potenciaram a circulação de notícias e permitiram uma melhor e mais rápida distribuição de jornais; o telégrafo, que tornou célere a transmissão de notícias; e ainda as medidas legislativas que facultaram a criação de jornais e instituíram e regularam a liberdade de imprensa.

5.4 Alberto Bessa (1904): a primeira história internacional do jornalismo publicada em Portugal

O Jornalismo – Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias, de Alberto Bessa, prefaciado por Edmundo d'Amicis, editado em 1904, é o primeiro exemplo de uma verdadeira história (internacional) do jornalismo publicada no país, embora o autor, como outros da mesma época, extravase o seu objecto de estudo para desenvolver, por exemplo, várias considerações sobre o jornalismo nacional e estrangeiro que se praticava na altura.

No seu livro, Bessa passa em revista a génese e desenvolvimento do jornalismo na Europa, perfilhando a tese da origem *sócio-cultural* do jornalismo, uma vez que considera as *Actas Diurnas* romanas, as *Efemérides* gregas e ainda fenómenos como o dos pregoeiros como dispositivos de natureza jornalística ou, pelo menos, pré-jornalística.

O autor consagra particular atenção ao aparecimento e desenvolvimento do jornalismo em Inglaterra, Espanha, França, Itália, Rússia e Portugal. Fala, também, do jornalismo nos Estados Unidos, China, Ja-

pão, Uruguai e Argentina. O Brasil merece-lhe, igualmente, particular atenção. Surge mesmo no livro uma resenha cronológica e alfabética dos jornais brasileiros com uma adenda sobre os jornais publicados no Estado de São Paulo. Bessa também inclui várias referências aos jornais portugueses publicados nos territórios coloniais e noutros países, como a Inglaterra (em particular durante a emigração liberal), o Uruguai, a Argentina, os Estados Unidos e o Brasil.

Transparece do livro uma certa indistinção entre jornalismo e literatura, jornalista e literato, o que não é de estranhar tendo em conta que o jornalista português do início do século XX era, essencialmente, um "escritor de jornal" e que nos periódicos colaboravam, como folhetinistas e redactores (de artigos de fundo), altos vultos da intelectualidade e da política da época. Por exemplo, para o autor, o jornal *L'Echo de Paris*, surgido em 1884, conseguiu "democratizar a literatura", graças às colaborações de grandes nomes das letras francesas. No entanto, o autor também dá repetidamente conta de que existia tensão entre o que o público queria e o que alguns entendiam dever-lhe dar. Por isso, os "pessimistas" diziam, segundo Bessa (1904: 178), que o jornalismo português tinha "falseado a sua missão, descendo a satisfazer o gosto depravado do grande público e esquecendo o seu papel de guia da opinião". O povo, descreve Bessa (1904: 178-179) quer "a notícia desenvolvida e ridiculamente pormenorizada de uma cena de facadas na rua Suja ou de um caso de adultério na Baixa" e não os artigos dos "escritores consagrados", "por melhor escrito e melhor pensado", excepto nos poucos casos em que o artigo se notabilize pela "virulência da linguagem, pela revelação grosseira do escândalo ou pelo ataque descabelado e irrespeitoso a qualquer dos poderes do Estado".

A consideração de Bessa pelo jornalismo norte-americano e por alguns jornais ingleses, como o próprio *Times*, era ambivalente. Para ele, os jornalistas americanos, sob a pressão exacerbada do tempo [o autor estava perfeitamente consciente dos constrangimentos que o *factor tempo* provoca na actividade jornalística], tinham de fazer notícias "breves, sérias e secas, a não ser que se trate de casos verdadeiramente sensacionais" (Bessa, 1904: 208), o que obviamente "escandalizava" um autor, como Bessa, habituado ao artigo grave, solene, profundo e sério que constituía uma das imagens de marca de algum jornalismo português. O *Times*, por seu turno, "dá por uma insignificância a parte que pode chamar-se intelectual" (Bessa, 1904: 71). No entanto, o autor manifesta

a sua admiração pelo número, dinamismo, poder, número de páginas, capacidade de cobertura e recursos humanos e tecnológicos (Bessa enfatiza a importância do telégrafo e, em menor grau, do telefone) dos jornais britânicos e americanos, graças à riqueza proporcionada pelas enormes tiragens, muitas vezes alimentadas pelos brindes distribuídos aos assinantes, pelos concursos e pela massiva inserção de anúncios publicitários. De qualquer maneira, o autor não via o jornalismo português como "inferior ao das restantes nações da Europa", pelo menos nos jornais politicamente independentes e "pelo que respeita ao seu pessoal que chamarei graduado" (Bessa, 1904: 183).

Em variadíssimas passagens, Bessa mostra, também, o seu assombro pela capacidade de improviso e "desenrascanço" dos seus colegas estrangeiros para obtenção das melhores informações em primeira-mão, qualidade que considera internacionalmente apreciada em qualquer repórter. A capacidade de envio de correspondentes para várias partes do mundo demonstrada pelos maiores jornais e o engenho por estes revelado para obterem e mandarem exclusivos para os seus jornais, escapando à censura, mesmo em situações de guerra, também são realçados pelo autor.

Outra qualidade que Bessa considera importante nos repórteres é a capacidade de dissimulação quando tomam contacto com uma informação importante, referida indiscreta ou imprevistamente. O repórter, para Bessa, não deve, nessas ocasiões, dar ao seu interlocutor a ideia de que este lhe ofereceu matéria relevante, para que, na sequência da conversa, novas informações possam vir à superfície.

Uma das passagens mais interessantes do livro diz respeito a um jornal telefónico que Bessa diz que existia em Budapeste, que antecipa os radiojornais:

> "Chama-se *Telefon-Hirmondo* e (...) [foi] criado em 1893. A empresa tem uma rede telefónica que distribui um fio e um aparelho auditor a cada assinante.
> (...)
> Na sala de redacção, os empregados (...) têm o seu serviço perfeitamente detalhado (...). Um tem o artigo de fundo, outro a crítica teatral, a científica, a literária, a secção de modas, a de desporto e assim sucessivamente, uma secção a cargo de cada pessoa. Outros redactores classificam e redigem os telegramas, as notícias políticas, militares ou sociais, as observações meteorológicas (...). O *Telefon-Hirmondo* substitui os jornais

> impressos, não tendo leitores mas tendo ouvintes.
> A leitura dos manuscritos é feita diante de dois poderosos microfones, colocados a par um do outro e que não oferecem senão pequenas modificações em relação aos aparelhos ordinários. Para a música, os receptores acham-se munidos de pavilhões e a transmissão do canto realiza-se do mesmo modo que a da palavra. A sucessão das diversas secções acha-se perfeitamente determinada e todos os dias se reproduz pela mesma ordem. O jornal telefone funciona para todos os assinantes desde as 8 horas da manhã até às 11 da noite, podendo deste modo os respectivos subscritores, quando se deitam, ter já conhecimento das novidades que os assinantes dos jornais impressos só conseguem conhecer na manhã seguinte. Às tantas horas, ouve-se o artigo de fundo, querendo ouvir-se; porque não querendo é só fechar a comunicação e esperar a hora em que deva ouvir-se a secção que mais agrade ou que mais directamente interesse a cada um dos assinantes.
> Se há algum acontecimento de particular alcance (...) não se demora um momento a sua transmissão. Um sinal especial de alarme repercute nas campainhas e o assinante fica logo sabendo, sem se incomodar, que faleceu a rainha Vitória, que foi eleito enfim um novo papa ou que rebentaram as hostilidades entre a Rússia e o Japão.
> A assinatura do jornal-telefone, que tem sobre os jornais impressos vantagens relativas em muitos pontos, custa apenas três francos por mês. Nada custa ao assinante a instalação do aparelho em sua casa, como também nada precisa despender quando há qualquer desarranjo. Tudo corre por conta da empresa (...).
> Não só nas casas particulares, como nos bancos, companhias, hotéis, cafés, casas de espectáculos, etc., o jornal-telefone tem larga aplicação. Enquanto se espera uma visita, o resultado de uma transacção, ou enquanto decorre o intervalo de um espectáculo, quantas novidades e quantas delas de particular interesse não podem saber-se por intermédio do jornal falado. E nos hospitais e consultórios de médicos e advogados, quantas aplicações pode ter e quantos minutos de aborrecimento fazer passar ligeiramente!" (Bessa, 1904: 279-281)

O futuro do jornalismo também não passa em branco a Bessa, mas o autor cinge-se, nesta matéria, aos avanços tipográficos, que permitiriam aumentar as tiragens, e à crescente proliferação de jornais em todo o mundo.

6. Conjuntura jornalística

Os textos sobre a conjuntura jornalística dão pistas preciosas para se perceber a situação do jornalismo português em cada época. São, no entanto, de múltipla natureza. Encontram-se publicações descritivas de jornais preparadas para exposições ou para servirem de suplemento a determinados números comemorativos (*Diário de Notícias*, 1865), relatórios sobre a gestão e actuação de organizações jornalísticas – com considerações sobre defesa da liberdade de imprensa, dignificação do jornalista, mutualismo, etc. (Bessa, 1898; Bessa, 1899; Associação dos Jornalistas de Lisboa, 1903), comunicações em congressos sobre a situação e a evolução do jornalismo português (Aranha et al., 1894; Aranha, 1900; Cabreira, 1902), etc.

A brochura de 1865 sobre o *Diário de Notícias*, preparada para a Exposição Internacional do Porto, revela que o primeiro jornal "industrial" português tirava 7800 exemplares diários e que se considerava a si mesmo como "o primeiro diário que saiu dos prelos portugueses em condições económicas e literárias próprias para levar quotidianamente às camadas ínfimas da nossa sociedade o eco dos acontecimentos do mundo, numa multiplicidade de pequenos e singelos artigos escritos em estilo comezinho, ditados pela voz da moral e da justiça" (p. 5). Reconhece, ainda, que as publicações semelhantes de outros países, como a França, a Espanha, a Bélgica e a Inglaterra, lhe serviram de modelo, por publicarem textos acessíveis e serem baratas, podendo ser adquiridas por todas as classes (p. 6).

Mariano Pina (1894), que explorou comercialmente o *Diário Popular* até ter sido impedido de o fazer por um despacho judicial, narra vários incidentes ocorridos no jornal e motivados pela acusação, que o autor reputa de "falsa e odiosa" (p. 5), de que teria tentado expulsar o jornalista e conselheiro Mariano de Carvalho do referido periódico. O autor inclui no folheto cartas, conversas, artigos e relatos de diferentes intervenientes, com os quais procura atestar a sua versão dos acontecimentos, que resultaram, antes de mais, dos desequilíbrios orçamentais do jornal – um de muitos exemplos de como vários jornais políticos da época viviam, financeiramente falando, no filho da navalha, sendo os seus crónicos défices de exploração comercial sanados pelos sócios capitalistas, que definiam a linha política de cada periódico. No entanto, terão ocorrido outros mal-entendidos: por exemplo, Mariano de Carvalho não terá gos-

tado de saber que Mariano Pina tinha ido ao congresso internacional da imprensa de Anvers, tendo escrito no próprio jornal que este último não representava o *Diário Popular.*

6.1 As associações de imprensa e de jornalistas

Alberto Bessa (1898; 1899), nos dois relatórios sobre a Associação da Imprensa Portuguesa (AIP), fundada em 1897, descreve a forma como a associação foi criada, os seus fins e a forma como actuou nos primeiros anos de vida. No relatório de 1898, ele escreve que a ideia da criação de uma associação que reunisse os profissionais da imprensa em Lisboa, à semelhança do que já sucedia com a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, foi sua (Bessa, 1898: 6-7), mas considera um "milagre" que o tenha conseguido, porque os jornalistas seriam "uma classe ordinariamente insubmissa" (p. 9): "Muitos dos que compartilham connosco o exercício da profissão jornalística tiveram sempre por sonho (...) a ideia de manter unidos (...) os trabalhadores da imprensa (...). Ordinariamente, o jornalista que todos os dias moureja na defesa dos interesses e dos direitos das outras classes, esquece por completo os seus próprios direitos e interesses" (Bessa, 1898: 5).

A associação, pelo que se infere do relatório de 1898, prosseguiu prioritariamente fins mutualistas e culturais, mas também se distinguiu na defesa dos jornalistas e da liberdade de imprensa, tendo assumido posição contra um ensaiador de uma companhia de teatro que tinha promovido uma acção judicial por causa de uma crítica que lhe tinha sido feita por um jornalista e contra um assalto de que o *Jornal de Notícias,* do Porto, foi alvo, do qual resultou ferido um jornalista. Em matéria de liberdade de imprensa, tomou posição contra "o odioso e antiquado sistema de censura prévia" (Bessa, 1898: 26), mas essa posição não foi oficial já que os estatutos da associação ainda não tinham sido aprovados pelo governador-civil de Lisboa.

O relatório de 1899 dá conta da prossecução das actividades de benemerência e culturais (como uma exposição de jornais), da instalação de uma biblioteca, da aprovação dos estatutos – o que oficializou a Associação da Imprensa Portuguesa, em 1898 –, da participação no 4º Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa, em 1898, etc. Neste congresso, a Associação da Imprensa Portuguesa, embora não

tivesse tido representação oficial, dirigiu aos jornalistas presentes um apelo à união internacional da classe, no qual estabelece uma posição doutrinária:

> "No começo do século XX, a imprensa universal afirmar-se-á como um força todo-poderosa. A imprensa, que representa na sua essência, a luz e o progresso, fará (...) a propaganda do Bom, do Verdadeiro e do Justo. Seguramente, a imprensa (...) não poderá ser unânime no seu modo de ver, político e social, mas se se unir, poderá encontrar, sob o ponto de vista moral, uma orientação comum, que a torne respeitável e respeitada. A liberdade de consciência, a mais bela e a mais pura de todas as liberdades, não é ainda admitida como um princípio universal, e a liberdade de escrever e de falar, que dela deriva, é constrangida pelas consequências da sua regulamentação, por vezes absurdas, injustas ou anacrónicas. É preciso que o ponto de vista do escritor, sob o ponto de vista político, social ou religioso, possa livremente produzir-se e manifestar-se, sem outros entraves que aqueles impostos pelo respeito por si mesmo e pela sociedade.
> É preciso que a imprensa se compenetre dos seus direitos e deveres." (Bessa, 1899: 21)

Em consequência, a Associação da Imprensa Portuguesa exigia aos países uma revisão da legislação repressora da liberdade de imprensa e uma amnistia dos crimes de abuso de liberdade de imprensa. Aliás, deve relevar-se que a AIP tomou posição pública contra os processos que, em Portugal, foram levantados a vários jornais por crime de abuso de liberdade de imprensa, considerando a AIP que com eles começava uma época de perseguição ao jornalismo. No documento, entregue aos representantes e governantes da Nação, a AIP considerava que se assistia a uma tentativa de "restaurar (...) o velho e obsoleto sistema da censura prévia para a expressão do pensamento" e relembra que a liberdade de palavra é aquela que permite "reconquistar todas as outras" liberdades (Bessa, 1899: 25). No mesmo documento, a AIP continua a expressar uma posição doutrinária:

> "As grandes nações (...) poderiam caracterizar-se (...) pelo carácter do seu jornalismo. Mas, através das variedades que o diversificam, das especialidades que o enriquecem, das excentricidades que o desnaturam, a origem do seu valor, do seu poderio, da sua resistência indestrutível está na transparência (...) da sua acção sobre a sociedade, na sua corres-

> pondência com os sofrimentos populares, na sua solidariedade com as reivindicações do direito, na irreconciliabilidade da sua existência com a da ignorância, da mentira e ainda com a da torpeza (...).
> Com todos os seus descontos, é fácil a persuasão de que a imprensa é um grande bem, talvez a mais forte alavanca do bem no mundo moderno. (...) As nações mais bem governadas são exactamente aquelas onde é maior a frutificação e a pujança do jornalismo, flora intelectual que só vive renovando o oxigénio à atmosfera política e absorvendo-lhe os elementos irrespiráveis (...).
> Poderá ser diversa a maneira de influir da imprensa, ou diversos os canais por onde influi, sob este ou aquele sistema de governo, mas seja ele qual for, a intensidade da influência deve ser a mesma. (...) Uma imprensa incapaz não logrará sustentar-se num país instruído e sadio. (...) Já o lembrava Girardin, em 1863 (...): 'o jornalismo mostra o perigo, não o cria'. E a prova é que os perigos sempre cresceram, para os governos, com a supressão ou a restrição da independência da imprensa. De todas as liberdades, é a de imprensa a mais necessária (...). Cabe-lhe (...) representar todas as outras (...). Sempre foi gémea do governo representativo a crença de que não se pode levantar a mão contra a liberdade de imprensa sem abalar a segurança do Estado".

Em síntese, pode concluir-se que a auto-representação dos jornalistas portugueses do final do século XIX os fazia verem-se a eles mesmos como paladinos morais do bom, do belo, do justo e da verdade, defensores de todas as liberdades e garantes do progresso e do bom governo. A defesa da liberdade de imprensa era, assim, indissociável da condição de jornalista.

Também a direcção da Associação dos Jornalistas de Lisboa (AJL), mais elitista do que a sua congénere Associação da Imprensa Portuguesa, publicou um relatório da gerência de 1902, provavelmente escrito por Alfredo da Cunha, que dá conta, tal como os relatórios da AIP, de "um agravamento súbito das perseguições dirigidas contra a imprensa, tanto da capital como da província" (p. 3). A AJL queixava-se, assim, de que "a classe jornalística se viu (...) afrontada e sujeita a vexames" (p. 3) e de que as suas reclamações tinham sido ineficazes, pelo que se via impotente para parar os "violentos processos de repressão" que, por vezes, tinham gerado a interrupção da publicação de jornais ou a sua apreensão. O relatório traz a troca de correspondência entre a Associação de Jornalistas de Lisboa e os órgãos de governo e de representação dos cidadãos respeitante a essa matéria, extractos de actas das Cortes

onde o problema da repressão sobre a imprensa foi debatido.

6.2 Intervenções em congressos de imprensa

A primeira obra de autores portugueses que dá conta de intervenções em congressos internacionais da imprensa é o *Raport de la Section Potugaise – 1er Congrès International de la Presse (1894-Anvers), de 1894,* escrito por Brito Aranha, Eduardo Coelho e outros. Trata-se, essencialmente, de uma exposição sobre a história e expansão da imprensa portuguesa, na qual surge, como apêndice, uma lista dos periódicos publicados em Portugal de que a delegação nacional ao congresso tinha conhecimento. No entanto, os delegados portugueses também reconhecem, no documento, que "os jornalistas representam (...) a classe mais pujante da sociedade, tendo, como outros trabalhadores, interesses morais e materiais a defender", pelo que defendem a criação de uma federação internacional de jornalistas, que, ademais, permitiria "aproximar os vários países do mundo e contribuir extraordinariamente para o progresso e o desenvolvimento de cada um" (p. 7).

Mesquita, Parreira e Costa (1903) descrevem, por seu turno, a sua participação no Congresso Internacional da Imprensa de Berna (1902) em representação da Associação de Jornalistas de Lisboa. Embora a maior parte da obra narre unicamente a forma como decorreu a estadia dos jornalistas na Suíça, na primeira parte os autores centram-se no que se passou no evento, chamando a atenção para os discursos que relevavam a necessidade de moralização e contenção verbal dos jornalistas, a proposta de criação de tribunais "de classe" para regular as questões relacionadas com a falta de ética dos jornalistas e a necessidade de os abusos de liberdade de imprensa serem julgados por tribunais específicos e especializados. Os autores registam, por outro lado, as propostas sobre a instituição, na Europa, da formação superior universitária dos jornalistas. Estas, porém, merecem-lhes um comentário que poderá indiciar a sua falta de acordo com elas (muitos jornalistas portugueses, como veremos posteriormente, discordavam de que fosse necessário um curso de jornalismo para se ser jornalista): "Mencionamos o facto não na esperança de que ele possa constituir estímulo entre nós, mas no propósito de assinalar todas as novas ideias (...) a despeito de todas as descrenças". Mesquita, Parreira e Costa dizem, finalmente, que durante o congresso

se discutiram ainda questões como a propriedade intelectual, as indemnizações aos jornalistas em caso de despedimento, as garantias aos profissionais pela mudança da propriedade de um jornal, as obrigações de um jornal para com os jornalistas condenados por abuso de liberdade de imprensa, o estatuto dos jornalistas desenhadores, etc.

Por seu turno, António Cabreira (1902), delegado da Associação da Imprensa Portuguesa ao mesmo congresso de Berna, publicou o discurso que, em defesa da liberdade de imprensa em Portugal, fez no evento. O autor relembra que a actividade jornalística é uma actividade industrial lícita que "tem razão de ser como um direito e como uma vantagem", pelo que "a sua liberdade é inviolável" (Cabreira, 1902: 3). Aliás, o mesmo autor defende que "essa liberdade resulta (...) da faculdade de sentir e pensar (...), manifestação natural", razão pela qual, "desde que se harmonize com a consciência, deve impor-se ao respeito" (Cabreira, 1902: 4). Por essa razão, na versão de Cabreira (1902: 4), "o jornalista pode expender quaisquer doutrinas (...) e comentar os factos sociais, políticos e económicos, segundo o critério que estabelecer.".

Qual é, então, a vantagem da existência de um jornalismo livre, na versão de Cabreira? São os "benefícios de carácter prático e imediato, porque elucida os governos bem intencionados, corrige os desmandos e os arbítrios dos que antepõem aos interesses do país os negócios particulares e constitui um primordial factor educativo" (Cabreira, 1902: 4).

Indo mais além, o autor defende que os jornalistas processados por abuso de liberdade de imprensa sejam julgados pelos seus pares, para garantir a independência da classe face aos poderes (Cabreira, 1902: 8-10).

Pode concluir-se, portanto, que num clima de ofensiva contra a liberdade de imprensa, conforme se nota nas diversas intervenções desveladoras da conjuntura jornalística portuguesa na viragem do século XIX para o XX, a sua defesa se tornou ponto de honra para os jornalistas portugueses.

6.3 Brito Aranha (1900) e a imprensa periódica portuguesa

Em *Mouvement de la Presse Périodique en Portugal de 1894 a 1899,* parecidíssimo com o já referido relatório da delegação portuguesa ao Congresso Internacional da Imprensa em Anvers, publicado em 1894,

Brito Aranha (1900) procura dar notícia dos jornais portugueses existentes em território nacional e além-fronteiras entre 1894 e 1899. O trabalho encontra-se redigido em francês, pois destinava-se a marcar presença na Exposição Universal de 1900, em Paris. Apesar dos esforços tendentes a apresentar uma lista exaustiva dos periódicos nacionais em circulação, o autor adverte para a possibilidade de existirem lacunas, por alguns jornais poderem ter cessado a publicação ou assumido outras formas. O autor aponta "as flutuações políticas ou o capricho dos proprietários" para explicar essas eventuais lacunas.

Sobre o formato e tipo de impressão dos jornais portugueses, Aranha (1900) regista que, normalmente, os diários políticos têm 48 cm de altura por 34 de largura, 54 por 35 ou ainda 58 por 42, enquanto as publicações especializadas têm menor formato (*in*-quarto ou mesmo *in*-octavo, entre outros) e os grandes diários podem atingir 72 cm de altura por 51 de largura. Regista, ainda, que "é difícil precisar as dimensões de forma perfeita" por causa "dos caprichos e conveniências particulares de editores e autores". Além disso, o autor salienta que as dimensões dos jornais, bem como o número de páginas, podiam variar, em função do volume de anúncios e também do número e da qualidade dos textos a inserir em cada número e do prestígio dos respectivos autores.

Brito Aranha comenta, seguidamente, que, considerando o número de habitantes, Portugal poderia ombrear com os países mais avançados da Europa em número de jornais publicados (583), até porque estes existem em todo o país, nas colónias e alguns são mesmo editados no estrangeiro.

A segunda parte da obra de Brito Aranha é uma compilação, ordenada por distritos, ilhas, possessões ultramarinas e estrangeiro, dos jornais portugueses em circulação, incluindo nos dados disponibilizados o local de edição dos periódicos, a data de fundação, a periodicidade e ainda o nome dos editores, redactores principais, proprietários ou outros responsáveis.

Na terceira parte da obra, Brito Aranha compara a situação portuguesa em 1894, ano em que fez uma comunicação do mesmo teor ao Congresso Internacional da Imprensa de Anvers, na qual tinha inventariado 389 jornais, com a situação em 1900, pelo que considera que o desenvolvimento do jornalismo em Portugal foi "maravilhoso", sobretudo tendo em linha de conta que a população era "pouco considerável" e que o país era atrasado quando comparado com outros países europeus (Aranha,

1900: 47). Assim, no que ao jornalismo respeita, Aranha diz que Portugal se igualava aos países mais desenvolvidos, uma vez que tinha um jornal para 6500 habitantes, enquanto nos EUA a média era de um para sete mil habitantes, na Suíça de um por oito mil habitantes, na Bélgica, de um por 15 mil habitantes, etc. Porém, aqui Aranha, diga-se, tem um raciocínio equivocado, pois não entra em linha de conta com as tiragens, apenas com o número de títulos de jornais em circulação.

O autor regista ainda quais eram, na altura, os mais antigos jornais portugueses em circulação: o *Jornal do Comércio* (47 anos de existência); o *Diário de Notícias* (36 anos); o *Comércio do Porto* (fundado em 1854), *O Primeiro de Janeiro* (fundado em 1868), *O Conimbricense* (53 anos), *O Instituto* (47 anos) e, finalmente, o mais antigo de todos [e que ainda circula]: o *Açoreano Oriental*, fundado em 1834. Brito Aranha salienta que mesmo nos territórios coloniais a imprensa teve grande vitalidade, pois em 1821 foi publicado um jornal em Goa e em 1822 já existia um jornal político em Macau.

No fim da obra, o autor inclui uma lista alfabética dos jornalistas, editores, administradores e proprietários dos jornais listados.

7. Jornalistas e vida profissional

As biografias, memórias e colectâneas de textos de jornalistas e ainda os elogios fúnebres e discursos de homenagem constituem a maioria dos textos[16] que se podem incluir nesta categoria de reflexão e pesquisa sobre jornalismo. Eles dão pistas para a compreensão do que se entendeu por "jornalismo" e por "jornalista" ao longo dos tempos, para a percepção dos valores profissionais e dos temas que foram sendo discutidos no seio da classe e para o entendimento das rotinas produtivas em cada época histórica. De uma forma geral, pode dizer-se que nos primeiros textos eram elogiadas as competências literárias e a capacidade retórica e persuasiva dos polemistas e políticos que por escreverem em jornais ou por os manterem se intitulavam jornalistas (por exemplo: Fonseca, 1874; Anselmo, 1882; Figueira, 1882; Vários Autores/Imprensa do Porto, 1882; Ribeiro, 1884; Aranha, 1886; Pereira, 1890; Cunha, 1891; Bessa – dir., 1899; Aranha, 1907/1908; Sampaio Bruno, 1906).

[16] Só o livro de Sampaio Bruno (1906) escapa a essa lógica. É essencialmente uma apresentação dos publicistas, suas acções e pensamento.

Em certas passagens, são exuberantemente laudatórios, como acontece no seguinte excerto de uma obra de homenagem ao jornalista e político António Rodrigues Sampaio, escrita por Manuel Ferreira Ribeiro (1884: 5-6):

> "São de finíssimo quilate os dotes do grande atleta da imprensa, e muito ambicionávamos um lampejo do seu fecundo talento (...). Conhecíamo-lo (...) e mal sabemos dizer se era mais adorável pelas nobres qualidades do seu coração se pelas brilhantes manifestações do seu belo espírito. O jornalismo, na sua forma mais animada – a política – merecia-lhe atento cuidado. De tarde, quase sempre depois do jantar, é que escrevia para a Revolução de Setembro os artigos em que resumia toda a sua alma e onde se manifestavam esses resplandecentes clarões que, do alto da sagrada tribuna da imprensa, iluminavam o país inteiro."

Os textos atrás referenciados mostram, também, como os primeiros "jornalistas", ou antes, "escritores de jornal", fundavam jornais com facilidade, em função das suas conveniências políticas de cada momento; revelam, ainda, como eles circulavam desembaraçadamente entre jornais; e como usavam os jornais como suporte para as suas ambições políticas ou até literárias. Noutro texto, é o próprio redactor de jornais como *O Português* que justifica, por mão própria, a sua actuação político-jornalística anterior (Rocha, 1838).

Embora os valores profissionais sejam constantemente referidos pelos diferentes autores em todas as épocas históricas (em especial, o apego à verdade, à liberdade e a integridade), observa-se, nos já referidos livros, uma evolução no conceito paradigmático de jornalista que acompanha a marcha dos tempos. Em termos simples, *o polemista, político e literato* dá lugar ao *publicista* e este ao *repórter boémio*. Se, primeiro, o jornalismo é visto, predominantemente, como uma ocupação de "escritores de jornal", polemistas e políticos, que usam as suas capacidades retóricas "inatas" para persuadir um reduzido número de leitores e que, frequentemente, nem sequer auferem qualquer remuneração (por exemplo: Aranha, 1886), num segundo momento é já a figura do publicista, divulgador e debatedor de ideias, que desponta (por exemplo, Sampaio Bruno, 1906), e este dá lugar ao repórter, de vida boémia (por exemplo: Cunha, 1891).

Um caso particular de indivíduos biografados foi o do padre José Agostinho de Macedo, um "escritor de jornal" de vida polémica e disso-

luta, expulso da ordem religiosa que professou, ladrão, mas com extraordinária queda para o discurso propagandístico, panfletário e polémico, por vezes insultuoso, mas também algo divertido. Este truculento personagem do jornalismo português do início do século XIX, tornado, como já vimos atrás, campeão do absolutismo e feroz adversário da liberdade de imprensa e da proliferação de periódicos, foi biografado por vários autores. Debruçaram-se sobre ele Joaquim Mello (1854), de um ponto de vista positivo, e ainda Inocêncio da Silva e Teófilo Braga (1899), num tom mais crítico. Escreve Teófilo Braga (*in* Silva e Braga, 1899: XXI):

> "Os despeitos pessoais levam-no a seguir a restauração do absolutismo (...), tornando-se o mais ardente caudilho do velho e decadente regime católico feudal, sendo o maior instigador das perseguições políticas. De 1826 a 1831, em que o absolutismo político se transforma no despotismo miguelista, Macedo acompanha o sistema em todos os seus exageros e crimes, sendo propriamente o elemento doutrinário dessa terrível época, o polemista furioso contra todos os ideólogos do constitucionalismo, crendo num único remédio para a salvação da religião e da pátria – a *forca e o cacete* contra os liberais. Os exageros da sua propaganda faziam o efeito contrário e o próprio partido lhe impôs moderação".

Um outro caso ilustrativo que pode ser citado entre os muitos dos que se intitulavam jornalistas em oitocentos é Mendes Leal Júnior, biografado por Brito Aranha (1886). Foi político, fundador e redactor de jornais políticos, mas também se aplicava nas belas letras, em prosa, poesia e drama. É também um entre vários casos de pessoas oriundas de famílias humildes para quem o jornalismo, as letras e a política funcionaram como meios de promoção social, num país em que quase 80% da população era analfabeta e onde, por consequência, quem tinha alguma instrução triunfava com facilidade.

Rodrigo Veloso autor de seis mini-biografias de jornalistas políticos (mais propriamente "escritores de jornais" ou "cidadãos jornalistas") portugueses tardo-oitocentistas, via o jornalismo como uma *arte liberal* (1910) que exigiria ciência, talento, ilustração, conhecimentos sociológicos e políticos profundos, capacidade de observação desapaixonada, coragem, organização, independência e obediência exclusiva à voz da consciência, competência retórica e persuasiva, tanto quanto se deduz pelos atributos positivos que ele entende terem contribuído para a no-

toriedade dos seus biografados (Veloso, 1910 a; 1910 b). Aliás, Veloso dividia os jornalistas entre os "jornaleiros", profissionais do jornalismo que auferiam salários, e os outros, os jornalistas do tipo dos seus biografados, que o autor tinha, certamente, em mais alta conta, por divulgarem "a boa doutrina, lições proveitosas para instrução e educação do povo" e verem o jornalismo como "sacerdócio". Esta ideia do jornalismo como *sacerdócio*, quase em oposição ao conceito de jornalismo como *profissão*, foi, sublinhe-se, recorrente na reflexão sobre jornalismo feita por jornalistas até meados do século XX (Sobreira, 2003).

7.1 O fundador do Diário de Notícias, Eduardo Coelho, biografado por Alfredo da Cunha (1891)

A biografia de Eduardo Coelho, fundador do *Diário de Notícias*, elaborada por Alfredo da Cunha (1891), documenta a aparição da imprensa "imparcial e independente" em Portugal (Cunha, 1891: 10) e evoca toda uma época, dando lições importantes para a história do jornalismo no país, não se constrangendo, portanto, ao simples relato da vida de um jornalista empresário e escritor. Constata-se, aliás, nessa biografia (ver Cunha, 1891: 10-28; 53 e ss.), que o DN procurou, de acordo com o próprio Eduardo Coelho, copiar jornais populares como o francês *Le Petir Journal* e o espanhol *Correspondencia de España,* assumindo um modelo jornalístico e empresarial com as seguintes características:

a) Privilégio à notícia e ao *fait-divers* em detrimento dos artigos de fundo;

b) Recurso a uma linguagem simples, capaz de cativar e ser entendida por pessoas com pouca instrução, como era a generalidade dos poucos portugueses alfabetizados de então;

c) Baixo preço (o jornal é sustentado pela *publicidade,* incluindo muitos pequenos anúncios);

d) Iniciativa jornalística e produção própria de informação (no DN, são documentadas, por exemplo, pelo inquérito à indústria nacional, uma série de reportagens analíticas sobre empresas portuguesas);

e) Recurso aos *folhetins*, escritos por nomes grandes das letras portuguesas, como Guerra Junqueiro, Eça de Queirós ou Ramalho Ortigão, para captação e fidelização de novos leitores;

f) Envolvimento directo do jornal em campanhas de socorro aos pobres e solidariedade, que, por sua vez, servem de matéria-prima exclusiva para notícias;

g) Envolvimento directo do jornal em certames (designadamente exposições industriais e agrícolas), o que promove as vendas e a notoriedade e permite a obtenção de informações para a elaboração de notícias; envolvimento também em congressos de jornalistas e de associações profissionais;

h) Protecção social aos trabalhadores do próprio jornal, num tempo em que a Segurança Social do Estado não existia e os trabalhadores apenas podiam contar com associações mutualistas;

i) Oferta de brindes aos assinantes (especialmente livros), para garantir a sua fidelidade;

j) Produção sustentada pela introdução constante de novos meios tipográficos, a gás e energia e já não a vapor, como máquinas de composição e impressoras capazes de tirar mais jornais em menos tempo, a menor custo por exemplar e com melhor qualidade de impressão.

A eleição do *Petit Journal,* de Girardin, como modelo para o *Diário de Notícias* foi, segundo Alfredo da Cunha (1891: 56-57), um sinal dos tempos, o do triunfo do jornalismo informativo, da reportagem e do repórter, em desfavor do jornalismo exacerbadamente polemista e doutrinário:

> "Este programa (...) importava (...) uma completa inovação de princípios na imprensa portuguesa.
> Estávamos, na verdade (...), no tempo do jornalismo (...) doutrinário, em que eram tão grandes os artigos como pequenas eram as tiragens. Porque ainda (...) não havia chegado (...) o período em que a literatura [folhetins] e as notícias deviam começar a preponderar nos periódicos, cedendo a política, a pouco e pouco, o passo à *reportagem* e à crónica.

> É certo que nem todos reconhecem nesta evolução um verdadeiro progresso, e que, bem ao contrário, muitos lhe atribuem o que vulgarmente se chama 'a crescente decadência do jornalismo', mas não é menos certo também (...) que uns filiam essa mesma decadência, por um lado, na exploração da imprensa pelo desenfreado *affairismo* da política e da finança, que a escravizam a interesses pessoais, nem sempre escrupulosos, e por outro, no desbocamento das polémicas jornalísticas, nessa frequente inobservância duma simples regra de bom viver, por Henri Maret definida nestes justíssimos termos – o não escrever cada um aquilo apenas que seja capaz de dizer cara a cara e de viva voz.
> É facto, porém, que (...) do jornalismo popular e noticioso, imparcial e moderado, inofensivo na propaganda e incolor em política, há-de ficar, distinto entre todos, um modelo no género – o *Diário de Notícias*".

A aparição do *Diário de Notícias* popularizou a imprensa em Portugal, mas colocou em risco o *statu quo* jornalístico de então e ameaçou de extinção os periódicos políticos panfletários e quase artesanais, até porque, provavelmente, teriam visto a maioria da publicidade que lhes permitiria sobreviver ser desviada para o novo diário noticioso e apolítico. Por isso, a crescente aceitação do DN, revelada nas crescentes tiragens e no crescente afluxo de publicidade (em particular pequenos anúncios) suscitou fortes reacções e até conspirações, bem como a replicação do modelo do DN por outros jornais. Por exemplo, Silva Pinto (1872: 8-9), no folheto *Sobre a Questão da Imprensa: Aos Jornalistas Futuros*, acusava o DN de mercantilismo (revelado, por exemplo, no avassalador número de anúncios publicados) e de se ocupar de irrelevâncias noticiosas, manifestando-se, em consequência, contra o programa, ou seja, a linha editorial, do novo periódico. Eis como Alfredo da Cunha (1891: 58-61) conta o que se passou nesses tempos conturbados entre 1865 e 1885. Ficam-se a saber coisas curiosas, como o facto de se ter chegado a ponderar, com um século de avanço, a aparição da imprensa gratuita em Portugal, bem como de que já existiria, nessa altura, no país, um *jornalismo de denúncia*, alicerçado, eventualmente, em investigação jornalística, tal como já existiria o conceito de "furo jornalístico":

> "(...) uma tão rápida prosperidade despertou (...) invejas (...). Mês e meio depois da fundação do *Diário de Notícias,* uma folha de Lisboa tomava, como título suplementar, o de *Jornal de Notícias,* facilmente confundível com aquele, adoptando idêntico programa, formato semelhante e semelhante forma de venda.

> Simultaneamente, propalavam-se contra o *Diário de Notícias* falsidades de toda a ordem (...) e a perseguição chegava a ponto de se pensar em constituir uma liga de todas as administrações dos principais periódicos de Lisboa, com o fim de publicarem uma folha igual ao Diário de Notícias, destinada a distribuição gratuita, e cujo intuito seria aniquilá-lo de vez. Malogrou-se o plano, denunciado pelo correspondente, em Lisboa, do *Diário Mercantil*, do Porto, e pela imprensa das províncias (...).
> Em 27 de Março de 1866, a empresa prevenia os seus leitores do aparecimento de uma outra folha (*As Notícias*) da mesma índole e de título que, pela semelhança, parecia escolhido de propósito para se confundir com o do *Diário*, e que no dia seguinte noticiava que não só diversas pessoas haviam sido enganadas, mas até lhe haviam faltado vendedores, que a empresa do outro periódico conseguira assalariar, para irem dar morras ao *Diário de Notícias*, em frente das janelas dos escritórios."

Diz Cunha (1891: 64-73) que o DN era, pois, um jornal que, de acordo com os seus princípios editoriais, suprimiu o artigo de fundo, onde os jornais se definiam politicamente, retirou das suas páginas as notícias que invadiam a esfera da vida íntima e privada dos cidadãos e criou secções dedicadas à instrução popular. No entanto, também escreve o autor, defendendo a opção, que o DN publicava abundante noticiário sobre crimes, incêndios e temas semelhantes, muitas vezes identificando os envolvidos – opção que já ao tempo era questionável, havendo jornais que apenas inseriam as iniciais dos nomes de presumíveis criminosos, vítimas, etc.

A biografia de Eduardo Coelho por Alfredo da Cunha (1891) revela, também, o engenho de um *self-made man* que, por necessidade, foi caixeiro comercial, tipógrafo (muitos jornalistas portugueses de oitocentos e novecentos passaram pelas tipografias) e preceptor, e que, por talento, foi poeta, romancista, dramaturgo, noticiarista e redactor de vários jornais, incluindo *A Revolução de Setembro*, antes de se aventurar na instalação de uma tipografia e na fundação do primeiro grande jornal informativo português – o *Diário de Notícias*. De acordo com o seu biógrafo, "pelo trabalho" Eduardo Coelho ascendeu "de compositor duma imprensa pobre a proprietário e chefe do mais importante jornal do país, (...) da humildade do noticiarista e (...) secretário de escritores ilustres a director de um periódico" (Cunha, 1891: 15-16). O jornalismo podia, portanto, nos idos de Oitocentos, ser uma via de promoção social.

7.2 Sampaio Bruno (1906): a apresentação dos publicistas portugueses tardo-oitocentistas

Em *Os Modernos Publicistas Portugueses,* Sampaio Bruno apresenta vários dos jornalistas e escritores das últimas décadas do século XIX que dedicaram a sua vida a divulgar as novas ideias, descobertas, invenções e conhecimentos. O autor designa por "publicistas" estes intelectuais que procuravam ajudar a formar os indivíduos e a promover o progresso. Assim sendo, o livro inclui vastas referências aos "escritores de jornal", às suas obras e aos periódicos da época. O texto acaba por ser também um hino à liberdade de imprensa, pois proporciona a "irradiação do pensamento".

Para Sampaio Bruno, o publicista tem por dever "caminhar, ensinar, civilizar" e ocupar-se "dos interesses vitais da Pátria", tornando-a "conhecida". Mas os novos publicistas também eram cidadãos que se revoltavam contra os "monstros conservantistas" do velho Portugal, que, na sua óptica, retardavam o progresso do país. Em consequência, para o autor os publicistas tinham de informar, criticar e, se necessário, divergir, pois "o processo moral não pode dar-se desde que as almas só conheçam os preceitos do respeito e de obediência." Conta, assim, que ele próprio, por exemplo, expôs as suas teorias sobre o federalismo ibérico nas colunas do jornal *Folha Nova*, numa série intitulada *O Federalismo.*

O autor não deixa de se referir às maneiras de agir dos publicistas, dando a perceber que a sua acção ultrapassava os limites das páginas de jornal. Sampaio Bruno relembra, por exemplo, as Conferências do Casino, organizadas por Antero de Quental, mas também as discussões em cafés e noutros locais, onde "se resolvia este mundo e o outro (...) em polémicas infindáveis (...) a berrar de Proudhon, Bastiat, Karl Marx, a Internacional, a Comuna". Desses meios, de acordo com Sampaio Bruno, saíram personagens importantes na luta contra o conservadorismo, que escreveram a favor da liberdade e da democracia em jornais, folhetos e livros. Porque, afirma ele, para que a democracia e liberdade existam é preciso educar o povo. Aliás, conforme ele próprio afirma, "a ignorância do povo português, é, infelizmente, incontestável!"

Segundo Sampaio Bruno, apesar de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós terem escrito n*'As Farpas*, "crónica mensal de política, das letras e dos costumes", que os intelectuais portugueses são "pequenos, obscuros, sem nenhuma (…) influência no movimento das ideias (…) ou no movimento dos factos universais", o autor realça a influência "positiva" dos novos

publicistas portugueses nos movimentos ideológicos de vanguarda.

A coragem dos publicistas ao desafiarem o conservadorismo legal e ideológico reinante na sociedade portuguesa também é posta em destaque por Sampaio Bruno. Com vários exemplos, ele procura mostrar, ao longo do livro, como no período conturbado do final do século XIX e início do século XX os publicistas eram perseguidos, precisamente por serem lidos, o que os tornava incómodos. Um dos vários exemplos que o autor usa para fundar a sua tese é o de José Falcão, "ameaçado de ser expulso da sua cátedra" e censurado por espalhar novas ideias.

Sendo os publicistas diferentes, pensando de maneira diferente, também diferente é o seu jornalismo. Sampaio Bruno observa, em consequência, por exemplo, a parcialidade jornalística de José do Patrocínio; o jornalismo propagandístico de Xavier de Carvalho em *O Estado do Norte*; o jornalismo elegante, embora com pouca popularidade, de Casal Ribeiro, em artigo publicado na *Revue Lusitanienne;* o jornalismo pedagógico em revistas como *O Ensino,* dirigida por Eduardo Falcão, e Ensino, de Teodoro Fernandes; e o jornalismo polémico, em vários opúsculos e jornais, como num folheto saído no Porto, onde um autor anónimo, que se designa a si mesmo "um português", contesta a memória *A Ibéria*, apelidada de "perigosíssima". O jornalismo político de cariz democrático, afirma Sampaio Bruno, estava patente, por exemplo, no *Eco Popular*, periódico fundado por José Lourenço de Sousa, que tinha como colaborador Rodrigues de Freitas. Era considerado "o órgão da mocidade possuída das ideias novas e intrépida na sua propaganda dentro duma sociedade estagnada" (p. 280).

O autor também referencia Teófilo Braga, que ao publicar *Traços Gerais da Filosofia Positiva* abriu caminho ao influxo das novas ideias do Positivismo e do Darwinismo, com reflexo imediato nos jornalistas e nos jornais, ou até nos publicistas em geral. Surgiram assim, explica Sampaio Bruno, jornais e revistas difusores das novas ideologias científico-filosóficas. Segundo o autor, Ramalho Ortigão, nos folhetos mensais d'*As Farpas,* disse que essas publicações "eram (…) uma janela aberta, por onde entravam para o país grandes rajadas de civilização e de educação (…) varrendo os miasmas e trazendo sempre alguma boa semente." No entanto, os conservadores também expressavam o seu pensamento através da imprensa. Conta Sampaio Bruno, por exemplo, que *O Besouro,* semanário humorístico, caricaturou Correia Barata, químico e biólogo, defensor das teses darwinistas. Contudo, o Darwinismo, se-

gundo Sampaio Bruno, teve também eco em periódicos sérios e abertos às novas ideias, como a revista *Actualidade*, do Porto; a *Renascença*, de Joaquim de Araújo; a *Museu Ilustrado*, de David de Castro; a *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós; a *Revista Científica*, de Ricardo Jorge"; e ainda a *Revista Ocidental*, orientada por Oliveira Martins, que "chasqueou" João Bonança e a sua *Reorganização Social.*

A admiração de Sampaio Bruno por Rodrigues de Freitas nota-se nas abundantes páginas que lhe reserva, contando que ele escreveu para jornais como *O Comércio do Porto* acerca de assuntos económicos e de administração pública, bem como para *O Jornal do Comércio, O Século, Discussão e Voz Pública.* (pp. 281-282)

Relembrando, individualmente, os contributos de outros publicistas para o debate intelectual em Portugal, Sampaio Bruno evoca, por exemplo, António Feliciano de Castilho, que escreveu uma "página indignada e comovida" sobre o "feitio inquisitorial das escolas primárias" – "em Portugal, a palmatória continua ser o troféu do nosso ensino (…) desde pequeninos, os portugueses são educados no terror, na humilhação, na covardia" (p. 223).

O autor recorda, também, que o publicismo português não se esgotava no território continental. Do próprio Brasil, por exemplo, vinham jornais que contribuíam para que novas ideias chegassem e fossem discutidas em Portugal. Sampaio Bruno relata, para fundar o seu raciocínio, o caso do periódico republicano *País*, do Rio de Janeiro, dirigido por Quintino Bocaiúva e que tinha por primeiro redactor Eduardo Salamonde, português naturalizado brasileiro.

7.3 Brito Aranha (1907/1908) e os homens do seu tempo

Em *Factos e Homens do Meu Tempo*, Pedro Venceslau de Brito Aranha regista traços biográficos de várias personalidades ligadas à escrita, jornalismo e política do final do Século XIX e início do Século XX, sendo um livro indispensável para se entender a percepção que a intelectualidade portuguesa tinha do conceito de "jornalista" no período tardo-oitocentista e para se compreender o ambiente boémio das redacções da época. Jornalistas, para Brito Aranha, poderiam ser quer os publicistas das novas ideias quer ainda os políticos que gostavam da pena e se metamorfoseavam em "escritores de jornal", que por vezes precisavam de ter singular coragem.

As pequenas biografias são minuciosas, registando, por exemplo, a filiação familiar dos jornalistas, locais de nascimento, etc., dados que

podem ser interessantes para se perceber como através da política e do jornalismo (ou melhor dizendo, da escrita em jornais) certos indivíduos ascenderam socialmente. Na verdade, durante o regime Cartista democrático, o jornalismo e a política, mesclados no contexto da Regeneração e do Rotativismo, permitiram a promoção social e a notoriedade pública de pessoas que antes, no Antigo Regime, teriam sido irrelevantes. O próprio Brito Aranha, por exemplo, evoca que deu os primeiros passos no jornalismo não como jornalista, mas sim como operário tipógrafo. Registe-se, no entanto, que, devido à sua proximidade com as letras e o jornalismo, os tipógrafos se contavam entre os mais cultos e politizados representantes do operariado.

Entre os biografados, merece particular destaque António Rodrigues Sampaio (1806-1882), jornalista e político português que, entre outras funções, foi deputado, ministro e presidente do Ministério (Governo). Como jornalista, "conquistou o titulo adequado de mestre, que lhe pertencia pelo valor de seus artigos e das suas controvérsias e a qualificação de patriarca do jornalismo que lhe davam todos os que viam nele talento e qualidades para o seu na mais selecta grei dos periodistas." (p. 58). Como redactor principal do periódico *A Revolução de Setembro,* "demonstrou a pujança do seu talento, do seu valor de combate e onde ele chegou ao apogeu do periodismo, sem competidor na sua altura no discorrer do Século XIX" (p. 71). Diga-se, em acréscimo, que os elogios de Brito Aranha à coragem jornalística de Sampaio são também um louvor ao valor jornalístico da *liberdade de imprensa*, de que os jornalistas são quase unanimemente "naturais" defensores, já que lidam com a publicitação da palavra.

Aranha regista que a maioria dos jornais políticos portugueses oitocentistas, de que a *Revolução de Setembro* era expoente, tinham poucos recursos, vivendo, sobretudo, de uma espécie de carolice interessada de alguns para quem a pena era um instrumento de notoriedade pública e intervenção política. Contudo, em certas situações, como durante a ditadura de Costa Cabral, os políticos jornalistas tinham de ter coragem:

> "(...) todos ali andavam receosos, porque ninguém contava com um momento de tranquilidade e era vulgar perguntarmos uns aos outros, os que tínhamos por dever permanecer no escritório ou nas oficinas, quando seria assaltada a nossa casa (...) ou quando entraríamos na cadeia do Limoeiro, onde jaziam tantos presos políticos (...). De uma vez (...) tivemos que pôr nas oficinas algumas espingardas carregadas com que contávamos (...) repelir o ataque e a afronta." (p. 67)

António Rodrigues Sampaio foi, na versão de Aranha, um cultor da coragem política e jornalística, de que deu especial mostra durante o Cabralismo, quando publicou clandestinamente *O Espectro,* num período durante o qual "aumentaram os meios repressivos contra a imprensa (...) política (...) vexada e oprimida" (p. 71):

> "(...) durante o regime cabralino, com os espiões que o seguiam e não se ensaiavam para o desfeitiar, receávamos que o assaltassem e insultassem. Bem sabíamos que ele, como era enérgico e vigoroso com a pena, porque a cobardia nunca lhe fez riscar a frase mais acerada ou acerba, também era desembaraçado dos braços e pesado das mãos, e com aquele corpo agigantado e hercúleo facilmente derrubaria qualquer esbirro (...), mas nas encruzilhadas, nem os gigantes podem livrar-se de golpes traiçoeiros." (p. 70)

Recorda ainda Brito Aranha que António Rodrigues Sampaio foi um dos promotores da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, grémio elitista cuja fundação, a 10 de Junho de 1880, denuncia que se insinuava entre os periodistas portugueses uma certa ideia de classe profissional, não obstante os laços que os "escritores de jornal" de então conservavam – e pretendiam conservar – com a literatura e a política.

Ao recordar Rodrigues Sampaio, Brito Aranha evoca, também, várias personagens que com ele se cruzaram no jornalismo. Alguns registos são curiosos, pois documentam a diversidade de profissionais que, politicamente engajados, se digladiavam nesse espaço público imaterial e simbólico constituído pelos jornais da época. São os casos, por exemplo, do farmacêutico Silva Branco, colaborador do *Revolução de Setembro,* que polemizou, entre outros, com Sebastião Bettamio de Almeida e com Mendes Leal, que se contavam entre os mais conceituados periodistas portugueses da época; do médico militar Cunha Belém; e do oficial de artilharia e professor João Carlos Rodrigues da Costa, entre outros.

Um segundo biografado por Pedro Venceslau de Brito Aranha em *Factos e Homens do Meu Tempo* foi o político e jornalista José Estêvão Coelho de Magalhães (1809-1862), mais conhecido simplesmente por José Estêvão. Brito Aranha considera-o "um vulto notável" do jornal *Revolução de Setembro*, que ajudou a fundar e no qual escrevia os artigos de fundo, alternando com António Rodrigues Sampaio.

Segundo Brito Aranha, os escritos de José Estêvão tinham "assombrosa e convincente eloquência, lhe davam força e prestígio" (p. 73). O biografado era, aliás, também o exemplo do político-jornalista boémio,

que ia ao teatro e só depois se dirigia ao jornal, por vezes somente à uma da manhã, onde, por causa sua letra ininteligível, ditava para um secretário o artigo de fundo que o jornal traria no número seguinte. O autor menciona, a propósito, que "quem lia a *Revolução de Setembro* não podia apreciar as ralações porque passara o pessoal operário para o dar ao público, mas regalava-se com o artigo enérgico, fogoso, que tinha saído do cérebro privilegiado de José Estêvão" (p. 75).

Também biografado por Aranha foi o jornalista António Augusto Teixeira de Vasconcelos, fundador da *Gazeta de Portugal*, cujo primeiro número foi lançado em 1862. O seu plano "era fundar um periódico diferente dos que então circulavam e moldado pelos de grande formato e bem delineados que existiam em Paris" (p. 153).

O processo de fundação da *Gazeta de Portugal*, tal como é narrado por Brito Aranha, dá ideia do amadorismo e do interesse político com que eram fundados jornais em Portugal. Teixeira de Vasconcelos teve a ideia, foi a Lisboa, onde recebeu os conselhos de Aranha, procurou uma tipografia que lhe imprimisse o jornal (de quatro páginas), arregimentou alguns colaboradores da política, literatura e "jornalismo" portugueses, como António Feliciano de Castilho, Silva Túlio, Gouveia Homem, Manuel Pinheiro Chagas e, mais tarde, Mariano de Carvalho, e pronto – o jornal nasceu, político e interventor, sem plano de negócio, apenas com a vontade de obter o número suficiente de assinantes para cobrir as despesas e ganhar influência nos negócios do Reino, garantindo notoriedade aos colaboradores. Uma notoriedade, diga-se, intrinsecamente lisboeta e elitista, pois na realidade cerca de 80% da população portuguesa era analfabeta (quando em Espanha o analfabetismo já só rondava apenas 50%).

Num tempo em que o jornalismo era mais *ofício e ocupação do que profissão*, Brito Aranha narra que trabalhavam também no jornal um funcionário superior das alfândegas, o almirante Joaquim Pedro Soares, e o conservador da biblioteca da Escola Naval (tradutor das notícias das gazetas estrangeiras, processo que vinha desde a *Gazeta* "da Restauração" do século XVII e que permitia a inserção de noticiário internacional nos jornais nacionais). O ambiente era, conforme foi regra no jornalismo português até meados do século XX, bastante boémio:

> "Quando nalgum intervalo do trabalho, o Severo, com o seu monóculo característico, queria medir-se, nos gracejos e anedotas, com Teixeira de Vasconcelos, que era um conversador dos mais chistosos que tenho conhecido e tratado; era de ver, qual dos dois havia de ser mais largamente

> peteiro e havia de mostrar-se mais copioso em narrativas apimentadas. Riamo-nos todos a fartar, riamo-nos até nos saltarem as lágrimas. E assim decorriam horas. Se aparecia Júlio César Machado, imagine-se o que seria. Isto, às vezes, passava no gabinete do António Augusto, onde nos reuníamos todos."

É de dizer que nessa época de indefinição do território do profissionalismo jornalístico, também os valores jornalísticos profissionais por vezes eram esquecidos, mesmo por alguns daqueles que ainda hoje são considerados nomes insignes das letras portuguesas. Conta o autor, por exemplo, que na *Gazeta de Portugal* por vezes se inventavam notícias. Pinheiro Chagas, por exemplo, terá confidenciado, um dia, a Brito Aranha: "Um dia inventei a história dos amores trágicos de um soldado da guarda municipal com uma sopeira, e pus alguns pormenores que podiam passar por verdadeiros" (p. 122).

No mesmo tom, são também brevemente relembrados por Brito Aranha, em *Factos e Homens do Meu Tempo*, jornalistas como o brasileiro José Carlos Rodrigues, director do *Jornal do Comércio,* considerado "a folha que maior lustre e honra tem dado no longo lapso de quase um século à imprensa brasileira" (p. 186), que contaria com "colaboradores de máxima selecção, entre o que há mais distinto e afamado no mundo intelectual assim no Brasil como em Portugal" (p.200); Manuel de Jesus Coelho, classificado como publicista e activo político ligado ao jornal *Revolução de Setembro*, que, como o próprio Brito Aranha, trabalhou como tipógrafo antes de se aventurar na edição de periódicos políticos como *O Patriota*; José António do Nascimento Moraes, o "Mantas"; Sousa Neves, jornalista que editou o jornal revolucionário *Lanterna*; e outros. O tomo II da obra, por exemplo, é totalmente dedicado à evocação dos "publicistas" Victor Hugo e Alexandre Herculano. Os últimos dias e o funeral do segundo foram, inclusivamente, cobertos por Brito Aranha, para o *Diário de Notícias*, serviço que lhe foi atribuído pelo director Eduardo Coelho. O episódio é interessante para compreender como se cobria um acontecimento em 1877: o autor foi de comboio até Santarém, onde se hospedou, e todos os dias ia a pé ou de carruagem à residência de Herculano, a cinco quilómetros de distância, enviando despachos diários para Lisboa (não diz, porém, como o faria, mas provavelmente seria por comboio). No dia do funeral, Brito Aranha enviou três despachos para o *Diário de Notícias*, reproduzidos na íntegra no seu livro *Factos e Homens do Meu Tempo*. No primeiro, escreveu o seguinte:

> *"Santarém, 15, às 10h38 da manhã* – (Ao *Diário de Notícias,* Lisboa) – O túmulo do general Gorjão, em que ficará depositado o corpo de Alexandre Herculano, é situado no adro, à entrada da Igreja da Azóia. Aos lados do féretro estão quatro mancebos de brandões acesos. Algumas pessoas do povo se viam ali. A oficialidade de artilharia vai a pé; e às 11 horas marchará com a força. O destacamento de caçadores, que está na cidade, dará as descargas da ordenança."

Esse como os restantes despachos, semelhantes no estilo, embora mais ricos de pormenores, destacam-se pelo pendor descritivo, escritos a pensar num leitor que tinha de imaginar como foi a cerimónia num tempo em que não existia televisão, em que o *halftone* – que permitiria a fácil inclusão de fotografias nos jornais – também ainda não tinha sido inventado e em que a reportagem ilustrada pouco era usada pela imprensa diária.

8. Ensino do jornalismo

Pelo menos desde 1898 que, por ocasião da realização, em Lisboa, do Congresso Internacional da Imprensa, se debate em Portugal sobre a necessidade, ou não, dos cursos de jornalismo. No entanto, já um ano antes, em 1897, Trindade Coelho admitia a fundação de uma escola de jornalismo em Portugal, sinal de que entre a classe a discussão já existia: "(...) uma escola de jornalismo – (...) é absolutamente necessário que exista pelo menos uma, anexa ao Curso Superior de Letras ou que as Associações de Jornalistas de Lisboa e Porto as criem nas suas sedes" (Trindade Coelho, 1897: 10) Para ele:

> "Da criação dessas escolas, mais do que toda a legislação sobre liberdade de escrever, depende, no futuro, a correcção da imprensa periódica. Não me cansaria de o repetir; e, bem assim, que é inadmissível e absurdo que a mais nobre das profissões, e porventura a mais complexa, seja a única, precisamente, para que não se requer aprendizagem. No interesse tanto da imprensa como do Estado, urge como primeira e mais grave necessidade nesta matéria, remediar semelhante falta" (Trindade Coelho, 1897: 10-11)

Diga-se, no entanto, que sobre a obrigatoriedade de um diploma em jornalismo para o exercício da profissão, temática que, tal como é indiciado pelo texto, também animaria as conversas dos jornalistas portu-

gueses da viragem do século XIX para o XX, Trindade Coelho (1897:11) é taxativo: "Fique, porém, declarado que não é ideia minha que o diploma seja condição indispensável para o exercício profissional da liberdade de escrever em jornais. Mesmo sem isso, ele valeria o que houvesse de valer – e directa e indirectamente viria a valer muitíssimo."

A reflexão produzida especificamente sobre o ensino do jornalismo até 1910, embora de pequena monta, é uma das facetas da teorização sobre jornalismo em Portugal. Ela circunscreve-se a duas grandes questões:

1) O jornalismo pode aprender-se? (Jornalista "faz-se" ou "nasce feito"?)

2) Faz sentido fundarem-se escolas de jornalismo? A serem fundadas, que tipo de escolas deverão ser e que tipo de curso deverão possuir?

Alberto Bramão (1899: 16), um dos primeiros autores a referir-se ao tema, considera inútil ter uma escola superior de jornalismo num país onde esta actividade não era vista como "verdadeira profissão". Outra razão avançada por Bramão para a não criação de um curso superior de jornalismo tem a ver com a impossibilidade de ensinar tão vasta matéria: "dentro do jornalismo cabe o universo inteiro" (Bramão, 1899:15). Além disso, para ele, "a prova do valor jornalístico não pode ser tirada em exames (…) porque sendo o jornalismo constituído por empresas particulares, de nada valeria o diploma de jornalista conferido pelos júris, a coacções e a erros. A prova do valor jornalístico só se verifica como a prova do valor guerreiro – no campo de batalha." (Bramão, 1899: 15). Segundo Alberto Bramão, não é, portanto, "com diplomas de bacharelato que os jornalistas podem autenticar as suas faculdades" (Bramão, 1899: 16). Pelo contrário, as virtudes de um jornalista, segundo Bramão (1899: 16), são o talento e o trabalho: "Já o disse um poeta (...): com talento e um caderno de papel, está um homem armado para a imortalidade."

Por seu turno, António Cabreira (1902: 8-12), numa compilação dos discursos que, enquanto delegado da Associação da Imprensa Portuguesa, fez no congresso jornalístico de Berna, nesse mesmo ano, tem posição oposta à de Bramão: "A necessidade [de um curso para jornalistas] (...) cada vez se impõe mais". Porquê? São várias as razões que o autor aduz ao debate:

> "Na economia social, cabe à imprensa um papel importantíssimo (...). É ela que interpreta, perante a consciência nacional, todos os factos sociais, polí-

> ticos e económicos, e que, portanto, devem os seus membros estar convenientemente habilitados para proceder à crítica dos diversos assuntos.
> (...)
> Além disso, convém ver que a educação e a instrução (...) podem (...) reduzir muito os abusos da liberdade de imprensa que tanto desprestigiam a classe.
> Os bons caracteres e as lúcidas inteligências nascem com os indivíduos. Todavia, a escola tem soberana influência sobre a sua formação." (Cabreira, 1902: 8-9)

Cabreira (1902: 9-12) defendia, assim, que os candidatos a jornalistas aprofundassem o conhecimento da língua nacional e das mais importantes línguas estrangeiras, da geografia, da economia política, da filosofia social e da história, aprendessem taquigrafia, estudassem a legislação e reflectissem sobre a moral no exercício do jornalismo, para não vexarem terceiros, respeitarem as instituições e discutissem as acções públicas dentro dos limites da decência e do bom-senso. Como não haveria escola existente capaz de formar jornalistas com esse perfil, o autor aconselha claramente a fundação de escolas específicas de jornalismo em cada país, resultando, eventualmente, da iniciativa de particulares, protegida e apoiada pelos estados.

9. Teoria do jornalismo

A grande dificuldade de seleccionar obras que se enquadrem no tema genérico da "Teoria do Jornalismo" reside no facto de todos os livros referenciados, de uma ou de outra forma teorizarem sobre jornalismo. Assim, todos os livros aqui teriam lugar, pelo que, necessariamente, incluímos aqui apenas as obras que, teorizando sobre jornalismo, não se enquadram melhor nas restantes categorias de classificação, sem excluir, em alguns casos, menções particularmente relevantes a obras já referidas anteriormente.

Pode dizer-se que os livros sobre teoria do jornalismo em geral, em Portugal, tendem a ser desenvolvimentos da crítica ao jornalismo do início do século XIX e assumem, predominantemente, quatro dimensões:

1) O estabelecimento do *território* do jornalismo, da *natureza*, *funções e papéis sociais* da actividade, das *transformações* desta e dos seus principais agentes: os jornalistas;

2) A intenção de *moralização* e *dignificação* das práticas profissionais jornalísticas e da própria *profissão* (para uns) ou *ocupação* (para outros);

3) A crítica aos *media* (já abordada anteriormente);

4) A perspectivação da influência do jornalismo na sociedade;

É de referir que de uma teorização de natureza meramente intuitiva, se passará, progressivamente, a uma teorização de natureza mais sociológica, em que são visíveis várias influências estrangeiras, até pela diversidade de fontes citadas.

9.1 O território do jornalismo e os jornalistas

São muitas as descrições do território do jornalismo e dos jornalistas na produção intelectual portuguesa ou referenciada por portugueses.

Edmundo de Amicis, ao prefaciar o livro de Alberto Bessa (1904: VII), escreve que o jornal é "um livro impresso sobre uma folha (...), um livro volante" que coloca os leitores a par dos grandes e pequenos acontecimentos do quotidiano, aconselha nos negócios, anuncia produtos e serviços e oferece empregos, oferece passatempos e folhetins e entretenimento para as crianças, mas que "na manhã seguinte está sepultado e esquecido" (Amicis, *in* Bessa, 2004: VIII).

Para Alberto Bessa (1904: 29), a imprensa "é um grande bem (...) porque é a palavra organizada em instituição, tornada eco da multidão (...), servindo, com a sua voz, de válvula de segurança". Estas palavras de Bessa demonstram que em Portugal já se tinha espalhado, pelo menos desde o final do século XIX, o conceito sociológico da imprensa como *instituição social*, caro aos pioneiros oitocentistas alemães da sociologia.

Apesar de o jornal sair para a rua todos os dias, conserva, para determinados autores, algo de mistério romântico (o que certamente atraiu para o jornalismo muitos jovens ao longo do tempo):

> "Dos milhões de homens que lêem diários (...), uma grande parte não faz ideia da vasta complexidade do trabalho de que o jornal é a resultante, da grande variedade de cooperadores, da rigorosa economia do tempo, da admirável complicação de auxílios mecânicos que ele requer. (...) A fo-

> lha sai, segundo eles pensam, de uma oficina misteriosa (...).” (Amicis, *cit. in* Bessa, 1904: XI)

A citação anterior mostra que Amicis já tinha, ademais, no advento do século XX, uma noção clara da *pressão do tempo* sobre a complexa actividade jornalística.

Também se observam entre os autores portugueses, por vezes com o apoio de citações de autores estrangeiros, várias tentativas de circunscrever o território do jornalista.

Uma concepção comum do jornalista nos autores portugueses, na sua luta pela *dignificação* e *justificação* da profissão, é a do jornalista *paladino*, espécie de *cavaleiro andante.* Alberto Bessa (1904: 26) escreve: “O jornalista deve sentir todas as dores, revoltar-se contra todas as injustiças, aplaudir todas as boas acções, opor-se a todas as vilezas (...), só deve ferir combates cuja vitória nobilite e enalteça o vencedor”.

O conceito mais vezes repetido pelos autores portugueses para caracterizar o verdadeiro jornalista é o do *jornalista sacerdote.* “O jornalismo é um sacerdócio”, regista Bessa (1904: 36). Para este autor, essa frase é “velha”, mas “justa, porque o sacerdócio (...) significa (...) o exercício de todas as funções elevadas, de todas as profissões nobres, e aplica-se a todos os misteres que demandam dedicação e desinteresse absolutos” como, para ele, sucedia com o jornalismo.

Um binómio igualmente presente nos escritos dos autores portugueses que se debruçaram sobre o jornalismo é o da *máxima liberdade – máxima responsabilidade*, como é o caso de Bessa (1904: 36). Por outras palavras, os jornalistas deveriam beneficiar da máxima liberdade, assumindo a máxima responsabilidade pelos seus actos.

O cruzamento entre jornalismo e democracia também vem de há muito tempo. Em 1904, por exemplo, Alberto Bessa escrevia que o jornalista é o “catedrático de democracia em acção”.

Outras funções atribuídas aos jornalistas e que fazem parte do *território* jornalístico tal como foi pensado pelos teóricos portugueses são, como também discrimina Alberto Bessa (1904: 36), ser “mestre das primeiras letras” (dimensão pedagógica oculta do jornalismo), “advogado e censor, familiar e magistrado”.

9.2 Moralização e dignificação do jornalismo e dos jornalistas: ética e deontologia

São também várias as considerações dos autores portugueses sobre os jornalistas e o jornalismo que enaltecem ou criticam a actividade e os seus agentes com fins de moralização e dignificação. Essas considerações desembocam, portanto, em grande medida, no campo da *ética* e da *deontologia*.

As elegias ao jornalismo e aos jornalistas, quando feitas, não são gratuitas. Alberto Bessa (1904: 27), por exemplo, associa o mérito do jornalismo ao respeito pelo histórico valor da *verdade*: "embora as maiores instituições humanas se alienem ou enxovalhem, restará sempre uma nova – a imprensa, capaz, por si só, de reconquistar todas as outras quando associada à (...) verdade" (Bessa, 1904: 27).

9.3 A influência social da imprensa: efeitos do jornalismo

Os efeitos sociais do jornalismo constituem outra das vertentes exploradas pelos autores que o pensaram antes de 1910. Amicis *(cit. in* Bessa, 1904: IX), sustenta, por exemplo, que o jornalismo influencia o processo de instrução, alimenta debates e intensifica as polémicas, descrevendo esses processos de forma concreta, ao dizer que o jornal, além de colocar as pessoas a par do que acontece, pode ajudar o criminoso a fugir, o negociante a fechar um negócio, um cidadão a decidir; pode convocar o ódio ou o amor dos atingidos pelas suas notícias, provocar discussões e originar desmentidos, etc.

Verifica-se, nas palavras de Amicis, aproveitadas por Alberto Bessa, que as ideias principais, sistemáticas e contemporâneas sobre os efeitos pessoais e sociais do jornalismo estão presentes nos textos dos primeiros autores do campo dos Estudos Jornalísticos, embora estes últimos as tenham formulado de forma concreta e seja desejável caminhar no sentido da abstracção. Assim, formulando-se, em abstracto, as situações concretas descritas por Amicis, verifica-se, em consequência, que os jornais, para ele, têm exactamente os mesmos grandes tipos de efeitos em que hoje em dia se segmentam as consequências do consumo das mensagens mediáticas:

a) *Cognitivos*: Os jornais fazem as pessoas *conhecer* o que acontece e *ali-*

mentam as conversas, ou seja, *agendam* temas, tal como sustenta Amicis. Amicis (*in* Bessa, 1904: XVI) diz mesmo: "Suprimi o jornal e suprimireis entre milhões de homens a discussão dos negócios públicos"!

b) *Comportamentais*: Uma notícia pode, por exemplo, originar que alguém a desminta, como dizia Amicis.

c) *Afectivos*: Os conteúdos podem gerar ódios e rancores, mas também paixões, conforme refere Amicis.

Interessantemente, Amicis (*cit. in* Bessa, 1904: XI) também explica que os "ingénuos (...) formam um conceito quase fabuloso da força do periódico". As palavras do autor documentam que alguns teóricos já no início do século XX tinham a percepção nítida de que certas pessoas, nomeadamente ao nível do senso-comum, têm tendência para exagerar os efeitos (perversos?) da comunicação social, ideia relevante da hipótese actual do *third person effect*[17]. Porém, esse autor também estava consciente da capacidade de, a médio e longo prazo, o jornal, como diríamos contemporaneamente, não apenas inscrever *temas* na agenda pública, mas também agendar os *enquadramentos* propostos para esses temas (ou seja, a comunicação social, junto de certas pessoas e em determinadas circunstâncias, pode ter idêntico êxito não só em levar as pessoas a pensar sobre certos assuntos mas também em fazê-las pensar de determinada maneira acerca desses mesmos assuntos): "Que interessante estudo poderia fazer-se sobre a lenta infiltração de ideias, sobre a gradual modificação de juízos e de convicções que realiza o jornal em grande número de homens, os quais, a pouco e pouco, acabam por não raciocinar senão com o raciocínio daquele" (Amicis, *cit. in* Bessa, 1904: XIII).

O prefácio de Edmundo d'Amicis no livro de Bessa evidencia, por outro lado, que os autores portugueses liam e conheciam obras referenciais dos estudos jornalísticos. Bessa (1904: 31), aliás, cita Gabriel Tarde e o seu importante livro *L'Opinion et la Foule* para diferenciar entre *público* e *multidão*. Relembra, identicamente, o brasileiro Medeiros e Albuquerque (*cit. in* Bessa, 1904: 33), segundo o qual cada pessoa "pertence simultaneamente a diversos *públicos*". No entanto, de acordo

[17] Sinteticamente, as pessoas têm tendência a menosprezar os efeitos da comunicação social em si e a exagerá-los nos outros.

com Bessa (1904: 33), "Esta *interpenetração* de públicos, sem a imprensa, não seria susceptível de se estender, porque cada um não teria tempo nem meios de procurar todos os que se ocupassem dos mesmos assuntos (...). É por isso que o jornal, grande formador de públicos, se constituiu (...) um verdadeiro dissipador de multidões."

Também é notório que, conforme tendência geral da imprensa do final do século XIX e princípios do século XX, alguns autores vêem o jornalismo como uma espécie de representante não eleito do público. É o caso de Alberto Bessa (1904: 35), que reflecte o pensamento do teórico brasileiro Rui Barbosa: "(...) [deve] o jornal dirigir a vontade, a resolução e os actos; reflectir a impressão, o sentimento, as emoções; dirigir o protesto, a reclamação, a queixa; reflectir a agressão, a injustiça, o sofrimento; dirigir a iniciativa, o movimento, a liberdade; reflectir a ameaça, a opressão, a tirania."

Silva Pinto (1872: 14-15), no folheto *Sobre a Questão da Imprensa: Aos Jornalistas Futuros,* escreve que quando o jornalismo é servil, mentiroso, exaltado, sórdido, escandaloso, incapaz de crítica, não só presta um mau serviço à população como também a deixa indiferente: "O veredicto da opinião pública (...) manifesta-se pela indiferença. Paira sobre o jornalismo a desconfiança perpétua." No entanto, Silva Pinto (1872: 14-15) adverte, alimentando o legado do medo à comunicação social, mas também uma visão profundamente elitista sobre a imprensa:

> "A indiferença pela imprensa, pela parte mais ilustrada dos leitores, não exclui a influência nefasta de uma propaganda inconsciente sobre as classes onde a escassez de crítica predomina. O homem do povo vai procurar nessas fontes impuras a noção do direito e do dever. A acusação que sobre ele pesará mais tarde pela interpretação falsa do evangelho social deve recair sobre os apóstolos da mentira e do erro. O elogio constante aos devassos de todos os partidos, a exploração espirituosa dos delitos de toda a casta, o sangue-frio revoltante na enumeração dos crimes mais atrozes, o mercantilismo abjecto como programa, a colocação da imprensa ao serviço de vinganças pessoais, a escassez absoluta de competência que implica a imposição de conhecimentos enciclopédicos a qualquer localista – eis o quadro!"

Indo mais longe, o mesmo autor lança várias questões que mostram a sua preocupação antecipada com uma temática que só bem mais tarde

viria a ocupar a atenção dos teóricos – a construção social da realidade:

> "É o jornalismo revelação do meio social? Este produz aquele? É o segundo modificado e preparado e conduzido pelo primeiro? Não será a imprensa mais do que o registo de uma evolução (...)? A exemplificação não resolve o problema. É ela também modificada pelos contendores. (...) Não creio que possamos declinar a responsabilidade dos nossos actos sobre a influência dos *meios*." (Silva Pinto, 1872: 14)

Portanto, de certa forma, no Portugal oitocentista, entre os preocupados com o jornalismo, já circulavam algumas das ideias que parecem ser tidas como recentes.

9.4 Alberto Bramão (1899): a distinção entre jornalistas e os políticos que escrevem em jornais

O *Jornalismo*, de Alberto Bramão, publicado em 1899, é um livro central para se compreender a produção intelectual tardo-oitocentista portuguesa sobre jornalismo e os debates que ocorriam no seio dos estudiosos nacionais do jornalismo.

O *Jornalismo* é a versão escrita de uma conferência que Alberto Bramão fez a pedido da Associação dos Jornalistas de Lisboa, à qual pertencia, para definir o "honesto equilíbrio entre a missão moral do jornalista e o seu interesse prático" vencendo a grande dificuldade que representa "sustentar a equidade profissional dentro da necessidade financeira". (Bramão, 1899: VI)

Ainda na "Explicação", primeiro ponto do seu texto, o autor começa por definir o jornalismo como uma "gloriosa instituição" com "alta influência social" (Bramão, 1899: VII), remetendo, portanto, para a ideia do jornalismo como instituição social proposta pelos autores alemães oitocentistas que primeiro propuseram esse foco de análise.

Seguidamente, Bramão tenta reflectir sobre a questão "Qual a maneira de elevar o jornalismo?". Para lhe responder, Bramão começa por assinalar o debate que se fazia na altura sobre a conveniência de uma escola de jornalismo em Portugal, à semelhança do que acontecia no estrangeiro. No entanto, sem aprofundar a questão, parte logo para a distinção entre os jornalistas portugueses e os estrangeiros, pois, diz ele, não havia "salvo algumas poucas excepções, jornalistas portugueses à maneira dos

jornalistas estrangeiros" (Bramão, 1899: 13). E porquê? O autor responde: "Alguns dos mais brilhantes espíritos da nossa imprensa diária, os que não desanimaram diante das asperezas da profissão, circunscreveram o seu talento ao único ramo jornalístico capaz de compensar a enormidade dos seus esforços: a politica. O artigo de fundo passou a ser quase a única aspiração dos trabalhadores da imprensa diária. E assim acontece com alguns dos nossos mais afamados jornalistas: são simplesmente políticos que escrevem, e que norteiam as questões ao sabor de interesses mais ou menos partidários ou pessoais" (Bramão, 1899: 13).

Ao contrário do que sucedia em Portugal, prossegue Bramão (1899: 13-14), em vários países estrangeiros os jornalistas, muitas vezes especializados, já definiam a sua profissão pela capacidade de reportar os mais diferentes tipos de acontecimentos, revelando o entendimento de que o jornalista profissional se define como *repórter*:

> "Os verdadeiros jornalistas, nos países em que esta profissão verdadeiramente existe, têm, como principal característica a faculdade de urdir, em boa prosa, impressões sobre todos os acontecimentos, o que não quer dizer que se não dediquem de preferência, para maior intensidade da sua obra, a uma ou outra especialidade. São homens de instrução variadíssima, embora, às vezes superficial, de rápido golpe de vista sobre os factos, de inteligência poderosamente assimiladora e de prontas faculdades de trabalho."

Assim, para se triunfar no jornalismo no estrangeiro, era preciso, salienta o autor, "possuir uma completa vocação, (...) talento, e (...) ter uma contínua aplicação ao trabalho, que absorve o tempo todo, não deixando grande margem para acumulação de profissões". Infere-se, em consequência, das palavras de Bramão que os jornalistas portugueses, na viragem do século XIX para o XX, eram pessoas que acumulavam uma outra profissão com o jornalismo. Porém, ter em Portugal jornalistas inteiramente dedicados a essa profissão seria, à época, "impossível, pela razão única e suficiente de não haver jornal que pague aos seus redactores o indispensável para eles viverem exclusivamente disso" (Bramão, 1899: 14).

Diagnosticando a situação do jornalismo nacional, Alberto Bramão reflecte sobre as reduzidas tiragens dos jornais e sobre a concorrência exacerbada entre eles, ironizando ao salientar que "Há jornais que chegam quase a esta coisa fantástica – de terem mais colaboradores do que

leitores" (Bramão, 1899: 17). A taxa de analfabetismo, que, segundo o autor, rondava 80% da população, também não contribuía para a prosperidade das empresas jornalísticas.

Esta situação trazia consequências, de acordo com o autor:

> "Desta forma, o dono do jornal pensa apenas numa secção, a única de que o jornal é pretexto: o artigo político. Todas as outras secções merecem-lhe maior desprezo. Portanto, em vez de escolher para elas homens com habilitações especiais, com ilustração e talento, a quem teria de dar uma remuneração condigna, aceita para cooperadores os primeiros microcéfalos que lhe aparecem com desejo de dizer tolices gratuitamente, e com a única aspiração de bilhetes de teatro e regalias vaidosas de redactores." (Bramão, 1899: 19)

Resultado dessa política? "Uma rumorosa desordem de notícias sem importância, escritas com má ortografia e impressas em péssimo papel." (Bramão, 1899: 20).

A falta de recursos e a deficiente qualidade dos colaboradores, segundo Bramão, punham o problema da qualidade jornalística. "Porque também é este um caso muito curioso e creio que peculiar do nosso país: não é o jornal que dirige a opinião pública; a opinião pública é que dirige o jornal. O proprietário orienta-se pelo gosto da multidão." (Bramão, 1899: 20). E o que a multidão quer, interpretando o autor, é sensacionalismo, que não é sinónimo de qualidade, pois o jornalista, na visão de Bramão, deveria procurar não deixar "a impressão sugestionadora", mas antes "lograr a que o sereno espírito dos leitores meça friamente até que ponto vai a verdade" (Bramão, 1899: 27).

"Qual a maneira de remediar o mal? Se a deficiência jornalística provém principalmente da deficiência financeira, visto que a colaboração gratuita nos jornais é o único recurso que os proprietários encontram para manter a propriedade, a maneira de remediar o mal seria uma única: valorizar licitamente todos os elementos de que o jornal dispõe", explica Bramão (1899: 21). Ao jornalista compete, assim, "dar todo o relevo do seu talento e do seu carácter à obra que produz"; ao empresário do jornal compete "desenvolver os recursos financeiros, de forma a assegurar ao jornalista uma remuneração que o livre de contingências menos dignas", pois "não pode haver independência sem lastro na algibeira". (Bramão, 1899: 29) "A economia encerra a independência e a dignidade" (Bramão, 1899: 37), exclama o autor.

Em termos práticos, como é que Bramão pretendia que os jornais se tornassem em prósperas empresas jornalísticas? Através da venda de "artigos ou notícias de carácter mercantil" (Bramão, 1899: 34) e publicitário.

No final do seu texto, o autor recorda, em jeito de síntese conclusiva, que só empresas jornalísticas financeiramente saudáveis podem pagar a bons jornalistas que se dediquem exclusivamente ao jornalismo e se pautem pela independência, "atmosfera em que se mantém e se desenvolve a delicada flor da verdadeira dignidade" (Bramão, 1899: 41).

9.5 Augusto de Lacerda (1904): o papel do jornalismo na "irradiação do pensamento"

A *Irradiação do Pensamento*, de Augusto de Lacerda, é outra obra central entre a produção intelectual portuguesa sobre jornalismo. É um livro dividido em duas partes. A primeira é dedicada à história do jornalismo, e a segunda, intitulada "A Imprensa de Hoje", é consagrada àquela que o autor considera ser a maior vantagem da imprensa: a capacidade de irradiar o pensamento (o jornalismo teria, portanto, *efeitos cognitivos*).

Augusto de Lacerda procura demonstrar, em primeiro lugar, que alguma da crítica ao jornalismo é exacerbada, pois exigir-se-ia do jornalismo um grau de perfeição que está longe de constituir atributo das actividades humanas e exigir-se-ia dele também que corrigisse os erros sociais que não provoca. Aliás, Lacerda interroga-se sobre "como se pode exigir que a imprensa exerça nas sociedades uma missão de contrariedade à corrente geral, sendo, como é, uma parcela no conjunto das manifestações sociais"? Diga-se que nesta questão, como noutras que também coloca, o autor parece sugerir que o jornalismo é, em cada época, regido pelo respectivo contexto histórico-cultural, uma ideia cara a grande parte das correntes teóricas actuais sobre jornalismo.

O autor reconhece, também, nesta parte da obra, que a competição entre jornais se assemelha à luta pela vida (concorrência vital) que Darwin identificou como mecanismo que baseia a evolução das espécies.

Augusto de Lacerda fala, igualmente, dos defeitos do jornalismo português da sua época, enunciando três grandes razões para os mesmos: a política, os anúncios publicitários e a febre de informação. A política, ao invadir o jornalismo, tê-lo-ia feito "participante nos defeitos" da mesma,

sendo notórios a irresponsabilidade e os agravos pessoais, mas também, noutro plano, a censura. Por outro lado, "O interesse do público de hoje está em informar-se do que se passa, para aparentar depois, em frases de chapa, um sistemático desinteresse", observa Lacerda (1904: 41). A publicidade exacerba o "louvor em causa própria" de estabelecimentos, bens e pessoas (Lacerda, 1904: 45). A febre de informação potencia a "bisbilhotice" e a divulgação de informação irrelevante, "para satisfazer o espírito do público" (Lacerda, 1904: 53). Assim, "O repórter viu-se, portanto, em face destas duas obrigações: encher as colunas do jornal e bisbilhotar" (Lacerda, 1904: 53). Este diagnóstico evidencia que as discussões sobre sensacionalismo jornalístico não são de agora...

É interessante a forma como Augusto de Lacerda se refere à ascensão do repórter e de outra categoria profissional de então, o informador, nas redacções, inicialmente dominadas pelos "jornalistas de secretária", ou seja, por aqueles que redigiam os grandes artigos, os "escritores de jornal". O repórter, diz o autor,

> "Começou por ser nas redacções jornalísticas uma criatura à parte: mais do que o revisor, menos do que o jornalista; o que quer que fosse semelhante a uma ave de arribação, que só aparecia se o calor de uma notícia sensacional o chamava para a mesa de trabalho. Da argúcia, precisão nos termos, riqueza de pormenores, colorido no descritivo, e quejandas qualidades requeridas para a sua profissão, nasceu a rivalidade entre os repórteres; e quanto mais a rivalidade aumentava, mais subia de ponto na classe o apuramento daquelas qualidades. Se uma parte do público é adversa a semelhante género de noticiarista (...), a parte máxima, que infelizmente é menos ilustrada, tem pelo pormenor uma verdadeira mania (...). O repórter tornou-se rapidamente uma instituição; e assim passou à categoria de jornalista. Na América e em França, e depois em todas as nações europeias, o *interview* [entrevista], como fórmula interessante, impressionista e de atraente leitura, deu ao repórter foros especiais em matéria jornalística; e a profissão generalizou-se até a alguns indivíduos de elevada cultura intelectual. No nosso país, o repórter ficou sendo o jornalista das ruas e das antecâmaras, com o seu lugar perfeitamente demarcado no corpo da redacção, gozando da consideração que, em certos jornais, chega a ser superior à de alguns jornalistas de secretária; e como a profissão criou uma categoria distinta, logo exigiu a de alguns auxiliares secundários, que modestamente foram chamados «informadores»." (Lacerda, 1904: 53-54)

Na sequência do seu raciocínio, o autor relembra que a aspiração do informador é, logicamente, tornar-se repórter, pelo que procura "colher o maior número possível de notícias, de boatos, de pormenores, de pequeninos nadas muito fúteis" (Lacerda, 1904: 55). Augusto de Lacerda salienta, neste ponto, que a ilustração não apenas tornou o jornal mais atraente a todos os públicos como também aumentou o valor da reportagem.

Apesar dos defeitos do jornalismo, o autor considera que o jornal, barato e transclassista, prestou "um altíssimo serviço" à "irradiação do pensamento" (Lacerda, 1904: 57), com resultados superiores aos do livro, caro e elitista (estas comparações entre livros e jornais e as discussões sobre se o jornal eliminaria o livro eram recorrentes desde o século XIX e prolongar-se-iam pelas primeiras décadas do século XX). Mesmo "A mania política e a febre de informação (...) deixam de ser (...) um mal, porque se transformam num atractivo que desenvolve nas classes pobres o gosto pela leitura e até o reconhecimento de que ela é hoje uma necessidade imprescindível", afirma Lacerda (1904: 78). Inclusivamente, o autor salienta que através dos folhetins publicados nos jornais os mais pobres têm acesso à literatura.

O autor procura, igualmente, evidenciar que o jornalismo deu um contributo positivo a "todas as manifestações (...) da inteligência e da actividade humana", porque "nele se debatem os assuntos que vão servir os interesses dessas manifestações" e se recorre ao anúncio publicitário para promover e divulgar pessoas, bens e serviços (Lacerda, 1904: 65-66). A publicidade, aliás, é vista, genericamente, como benéfica por Lacerda, já que, na sua visão, promove a concorrência e informa o público.

A impressão industrial não passou ao lado do autor, que faz uma referência aos benefícios que as rotativas emprestaram ao jornalismo, permitindo aumentar as tiragens, colocar mais cedo o jornal nas ruas e diminuir o preço por exemplar.

Outra reflexão que o autor faz é sobre os vários jornalismos existentes em Portugal: o da capital do Reino (Lisboa), o da capital do Norte (Porto) e o das províncias. Lacerda procura caracterizá-los e compará-los, começando pelos protagonistas do processo: os jornalistas.

O autor observa, assim, em primeiro lugar, que o jornalista de Lisboa, no início de Novecentos, se caracterizava por levar uma vida boémia, ter outros empregos e, em vários casos, também por se dedicar à política. Era um "frequentador de tabacarias célebres, de cafés ruidosos, de teatros, de centros onde se discutem os acontecimentos políticos da última hora, onde

encontram primeiro eco, ou onde se forjam, os boatos que à noite ou no dia seguinte farão as delícias dos que se comprazem nas notícias de sensação.'' (Lacerda, 1904: 74) Já muitos dos jornalistas portuenses, segundo o autor, viviam exclusivamente do jornalismo, eram pessoas graves e laboriosas, conscientes e metódicas, pelo que se contariam no Porto "mais jornais bem feitos do que em Lisboa" (Lacerda, 1904: 75), que "conseguem oferecer leitura mais atraente" (Lacerda, 1904: 76). Finalmente, o jornalista da província, "talentoso e distinto", era caracterizado pela "sinceridade inata ao homem mais em contacto com o campo (...) e por uma maneira muito sua de apreciar os casos da alta política, evidenciando a influência das discussões nos pequenos centros, onde os ditos casos parecem ser vistos por vidros esfumados" (Lacerda, 1904: 76). Os jornais de província, porém, procurariam imitar os lisboetas ao trazerem uma secção dedicada à "vida mundana". "Em algumas terras de província, o jornalista apresenta um aspecto muito simpático (...). É pobríssimo, vive apenas do que independentemente chama a sua profissão, e alguns escrevem, compõem, imprimem e distribuem aos vendedores o jornal que é obra deles e só deles" (Lacerda, 1904: 77), continua o autor. Nesse mesmo capítulo, Augusto de Lacerda não esquece os correspondentes brasileiros, que contribuem para manter as boas relações materiais e intelectuais que unem o "pequeno" Portugal ao "grande" Brasil.

Antes de concluir, o autor defende que "o jornalismo moderno é o mais sólido esteio dos direitos do Homem, a sentinela vigilante da sua liberdade, o propagador dos seus ideais e das suas aspirações" (Lacerda, 1904: 79), mostrando, nesta passagem, convicções de tom bem contemporâneo na liberdade de imprensa. Mais, para Augusto Lacerda nenhuma outra "instituição" (o jornalismo como instituição social é uma noção que provém do pensamento dos primeiros cientistas sociais alemães, do século XIX) "manifesta com mais justeza (...) o estado intelectual e moral de um povo, num dado momento, nem regista as tendências da humanidade" (Lacerda, 1904: 80). Além disso, o autor desconfia da omnipotência que alguns atribuem a determinados jornais na condução da opinião pública, relembrando a pluralidade de jornais existentes: "A opinião pública, se por momentos é ofuscada (...), a breve trecho se orienta, não pelo que afirma este ou aquele jornal, mas pelo que (...) conclui das afirmações colectivas do jornalismo" (Lacerda, 1904: 82).

Em conclusão, para o autor "Não há interesses sociais, dos mais simples aos mais complexos, que não dependam do jornalismo (...), intenso

foco de luz (...) irradiando a jorros (...) o fulgor do pensamento humano" (Lacerda, 1904: 83-84).

9.6 D'Armelim Jr. (1909): as funções do jornalismo

Em *O Papel da Imprensa na Grande Obra de Regeneração Nacional,* Manuel Veloso d'Armelim Júnior considera que o jornalismo é uma obra de "instrução e educação públicas" influente na "marcha ascensional e progressiva da civilização e na de todos os progressos científicos, industriais, artísticos, literários, económicos, morais, jurídicos e sociais e da grande obra da regeneração e progresso dos povos e dos estados" (D'Armelim Jr., 1909: 3).

Segundo o autor, a imprensa tem, assim, o direito, e dever, de reivindicar o seu "lugar de destaque", devido ao seu potencial político, social, moral e jurídico; ao papel que tem percorrido e aos progressos que tem realizado, tornando-se um dos esteios da *democracia moderna.* No entanto, relembra d'Armelim Júnior, a força da imprensa impõe-lhe grandes responsabilidades, para que possa falar das "grandes conquistas em honra da glória da humanidade", sua missão social e histórica. A informação jornalística, frisa o autor, deverá, em consequência, ser sempre correcta, pois a imprensa deve ser portadora da verdade e pôr sobre foco as coisas positivas. Mais, na versão do autor, o jornalismo tem de aportar um certo "espírito de tolerância", contrapondo-se aos "fanatismos e facciosismos" exacerbados que "impelem e arrastam a lutas e polémicas bem encarniçadas, cruéis e iníquas, em que a verdade, a justiça e a bondade sangram" (D'Armelim Jr., 1909: 4). Manuel Veloso d'Armelim Júnior defende, em consequência, que a imprensa necessita de precisar, definir e afirmar a sua missão e o seu direito e, só depois, reivindicá-los para os poder exercer livremente. Considera a imprensa uma arma que deve ser sempre do bem e nunca do mal, da justiça e não da mentira. De vida e não de morte. Só assim, diz, virá o respeito.

Quais são, segundo V.M. d'Armelim Júnior (1909: 5-8), as funções "orgânicas" da imprensa na "grande obra da regeneração nacional"?

1. Função de Informação: A imprensa deve informar com "precisão e rigor" para corresponder a um "espírito público, sempre e cada vez mais ávido de notícias", numa sociedade em rápida transformação

em que a informação circula a rápida velocidade, graças a tecnologias como o telégrafo e o telefone e ao incremento das comunicações em geral. Para o autor, porém, os efeitos do jornalismo sobre pessoas predispostas a cometer crimes ou a serem protagonistas de escândalos obrigam os jornalistas a serem contidos nas notícias e a realçar "alguma coisa útil para a moralidade pública", pois "A narração descarnada, (...) a poetisada do escândalo, do facto vicioso ou criminoso, pode ser, e é bastas vezes, (...) incentivo a novos escândalos e exemplar de (...) novos crimes".

2. Função de Vulgarização: A imprensa deve vulgarizar o conhecimento científico, artístico, industrial, económico-social, económico-doméstico, bem como "noções e ensinamentos morais e religiosos".

3. Função de Instrução: A imprensa deve facultar um ensino público e útil.

4. Função de Educação: A imprensa deve dar noções que elevem a inteligência, transmitam valores e fortaleçam o carácter das pessoas.

5. Função Critica: A imprensa deve ter uma visão crítica em todos os temas.

6. Função Económico-Social: A imprensa deve promover instituições de assistência, caridade e higiene públicas.

7. Função Exemplar: A imprensa deve contribuir, com o seu exemplo, para criar um ambiente de dignidade e moralidade.

Para que as funções orgânicas da imprensa se exerçam e contribuam para a "regeneração nacional", o autor considera que é necessário:

a) Assegurar a formação moral, física e educacional do jornalista;

b) Promover o associativismo jornalístico, para que os jornalistas percebam a força do jornalismo e as suas inerentes responsabilidades;

c) Obter remunerações justas e equitativas para todos os trabalhadores da imprensa, assegurando-lhes "independência económica e moral";

d) Defender a propriedade intelectual de jornalistas e escritores por meio de tratados internacionais.

e) Promover a instrução nacional, para que aumente o consumo dos livros e jornais e, consequentemente, a remuneração dos escritores e jornalistas.

O autor remete ainda para o facto de o jornalismo ser, no seu entender, um "sacerdócio" (D'Armelim Jr., 1909: 8). Segundo ele, o ideal do jornalismo como sacerdócio não deve ser imposto pela violência, mas sim pela "evangelização" e pelo "exemplo", embora existam algumas publicações que o ponham em causa.

A finalizar, o autor professa a sua fé na "mais ampla e absoluta" liberdade de imprensa, "contra todas as leis de excepção que a regem" (D'Armelim Jr., 1909: 8).

10. Conclusões

Várias ideias que servem de conclusão a este trabalho já estão alinhavadas no texto anterior. De qualquer modo, em síntese, talvez seja possível esboçar as seguintes considerações finais:

1) O jornalismo foi considerado um fenómeno social e cultural suficientemente relevante para merecer que vários autores, muitos deles engajados nessa estratégica actividade de comunicação social, o pensassem e discutissem. Teoriza-se sobre jornalismo em Portugal pelo menos desde o século XVII, conforme se demonstrou.

2) Embora num universo unitário todas as delimitações das suas partes tenham o seu quê de artificial, pode dizer-se que as áreas principais em que os primeiros autores portugueses pensaram o jornalismo foram as seguintes: crítica à imprensa; liberdade de imprensa; opinião pública; conjuntura jornalística; jornalistas e vida profissional; história do jornalismo; ensino do jornalismo; e teoria do jornalismo em geral, incluindo-se aqui as ideias sobre os efeitos do jornalismo, também relacionadas com a teorização da opinião pública. Embora não se tivesse observado a existência de estudos específicos sobre retórica jornalística, é preciso dizer-se que as teorias da retórica tiveram a sua influência no mundo jornalístico, devido à importa-

ção de várias noções retóricas pelas teorias da expressão jornalística e dos géneros jornalísticos.

3) O pensamento jornalístico português teve origem na crítica à imprensa, na qual a discussão em torno dos paradigmas da *verdade jornalística* e do *uso* e *abuso* da imprensa foram centrais. A partir, sensivelmente, do meio do século XIX o pensamento jornalístico português foi-se estendendo, gradualmente, a outras áreas, como a liberdade de imprensa, a história do jornalismo, o ensino do jornalismo, etc. Foi ainda possível observar a ocorrência de variadíssimos cruzamentos entre as diferentes áreas do pensamento jornalístico português.

4) Alguns dos autores que pensaram o jornalismo português até 1910 conheciam alguma da reflexão sobre a actividade realizada no estrangeiro e essa situação até evoluiu positivamente à medida que o tempo passava, isto é, em Portugal aumentou, ao longo do tempo, o conhecimento e a referenciação de autores estrangeiros que escreveram sobre jornalismo. Porém, por limitações políticas (censura intelectual e legal), culturais (francofilia) e linguísticas (recorde-se, nomeadamente, que o inglês apenas começou a substituir o francês como língua estrangeira mais falada em Portugal a partir dos anos Setenta do século XX), os autores estrangeiros mais citados são brasileiros, espanhóis e franceses ou, pelo menos, francófonos, havendo referências esparsas às obras de ingleses e norte-americanos. Não se encontram referências aos teóricos alemães que fizeram derivar os estudos jornalísticos para a esfera da sociologia no século XIX e inícios do século XX, como Bücher, Knies, Schäffle, Weber ou Tönies, apesar de o conceito do jornalismo como *instituição social* que nasceu na Alemanha oitocentista estar presente em vários dos trabalhos de autores portugueses. Mesmo alguns autores francófonos oitocentistas, como Tocqueville ou Tarde, foram pouco ou nada citados pelos pensadores portugueses. Assim, pode concluir-se que o pensamento jornalístico português até 1910 tem características *autóctones* bastante vincadas, mas pode questionar-se se esse exacerbamento do carácter nacional do pensamento jornalístico português foi útil ou prejudicial para o desenvolvimento do mesmo. Quiçá tenha sido mais prejudicial do que útil, pois transformou o pensamento jornalístico português num pensamento com o seu quê de *paroquial*, modelado por doutrinas *provincianas*, no sentido de serem pouco abertas ao mundo – de que é exemplo o debate inconsequente sobre o jornalismo como "sacerdócio".

Deve dizer-se, no entanto, que muitas das questões jornalísticas de-

batidas em Portugal também o eram noutras partidas do mundo. Havia, portanto, um efeito de contágio nessas discussões, como aconteceu, por exemplo, com a polémica sobre a criação de uma escola de jornalismo em Portugal (O jornalista *faz-se*? Ou nasce *feito*?).

5) Observa-se no pensamento jornalístico português uma certa dificuldade em delimitar o território do jornalismo e em definir o conceito de jornalista. A título de exemplo, o jornalismo foi considerado, ou não, um ramo da literatura ou mesmo como um prolongamento da política; foi visto como sendo uma ocupação (principalmente de políticos que lutavam pelo poder e pelo triunfo das suas ideias) ou, em alternativa, uma profissão; e foi entendido como passível de ser ensinado e aprendido por certos autores, enquanto outros defendiam a existência uma espécie de predestinação para o exercício da actividade jornalística. Para estes últimos, o jornalista seria mais aquele que faria uso das suas capacidades argumentativas pessoais nos jornais, em artigos persuasivos e profundos de fino recorte literário (apesar de muitos dos artigos de então serem profundamente ofensivos e coléricos mais do que literários), e não tanto o que *aprenderia* as técnicas apropriadas para reportar a realidade, fazendo uso das mesmas como *profissional.*

CAPÍTULO 3

A teorização do jornalismo em Potugal: I República (de 5 de Outubro de 1910 a 28 de Maio de 1926)

Gabriel Silva

O regime republicano surge na fase final de um processo de crescente implementação da imprensa como factor social essencial e politicamente fulcral, que ocorreu na sociedade portuguesa entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A partir da década de 60 do século XIX, a actividade jornalística teve um enorme crescimento fruto de vários factores entre os quais se contam a crescente industrialização, sobretudo nas grandes cidades, a maior alfabetização das populações urbanas, a introdução de inovações técnicas, como a rotativa, o telegrafo, os anúncios como suporte financeiro das publicações, o caminho-de-ferro, um novo sistema de distribuição baseado em vendedores de rua, etc.

O regime republicano implanta-se em Portugal fruto de uma revolta militar na cidade de Lisboa e consequente apatia geral da sociedade. Apatia essa que vinha sendo patente no regime monárquico, incapaz de se regenerar e de dar resposta aos anseios da população. Ainda assim, a formação política republicana, concorrendo em eleições de grau de democraticidade em tudo semelhante às que o seu regime veio a implementar, não passou, a nível nacional dos 7%, embora com vitórias significativas nas duas principais cidades de Lisboa e Porto.

Sintomaticamente, durante a fase final regime monárquico, embora se gozasse de uma aparente liberdade de imprensa (que se reflectiu no surgimento de um elevado número de publicações, incluindo de oposição republicana), foi o regime paulatinamente exercendo controle sobre a mesma, fosse a pretexto de pequenas revoltas militares, a moral dos

costumes, ou pura repressão ideológica, introduzindo a censura prévia e formas administrativas e policiais de controle. Ou, meramente dispensado tais «formalismos», optando pela via «de facto», com a utilização e instrumentalização de grupos de sicários ao seu serviço, destruindo redacções, queimando edições, ameaçando, prendendo e agredindo jornalistas, enfim, coagindo a liberdade de imprensa.

Ora, o regime da I República, de apenas 16 anos de duração, embora formalmente quase sempre apresentando-se como um regime democrático, foi no entanto entrecortado por diversos períodos de ditadura política, tendo-se mesmo iniciado com uma feroz perseguição religiosa a que posteriormente acresceram várias revoltas e conflitos militares, incluindo, também, a participação na Grande Guerra.

Tais factores em muito contribuíram para que a liberdade de imprensa não tivesse conhecido os dias de glória e plena liberdade que os fundadores da república apregoaram desejar. Com efeito, a perseguição religiosa foi motivo para inúmeros encerramentos de jornais, fosse por via «legal» emanada de autoridade administrativa ou judicial, fosse pelo recurso aos métodos dos finais da monarquia, os ditos sicários, que para meros fins políticos destruíam, impediam e ameaçavam não apenas os opositores do novo regime, mas igualmente as próprias facções republicanas que estivessem momentaneamente na oposição.

Já a forçada participação de Portugal na I Guerra Mundial foi pretexto para a introdução da censura prévia devidamente legalizada, sob alegação de «segurança nacional» (invocação argumentativa aliás comum a quase todas os países participantes que igualmente recorreram à censura), mas que se revestiu de um carácter eminentemente político, pois que o regime se alicerçou na exaltação do sentimento patriótico como forma de se legitimar, num momento que se encontrava ainda fragilizado junto da população.

De igual forma, a instabilidade política, à qual a mudança de regime não conseguiu pôr cobro, de alguma forma intensificou-se, levando a que o regime, de quando em quando, adoptasse períodos de pura ditadura política, sendo que, obviamente, a imprensa era sempre uma das principais visadas.

Não admirará, portanto, que no período em análise, a produção de livros relacionados com o jornalismo não tenha sido das mais intensas, atendendo à virulência e mesmo alguma insegurança existentes na sociedade. Assim, pode-se afirmar que foram publicadas essencialmente

obras de carácter «neutro», nomeadamente diversas biografias de jornalistas do período político anterior ou referentes à história dos principais jornais da época. Com efeito, é nos anos da República que termina aquele que se poderá considerar o primeiro período de ouro do jornalismo português, decorrente das transformações na imprensa iniciadas na década de 60, nomeadamente com o surgimento do *Diário de Notícias, O Comércio do Porto, O Primeiro de Janeiro* e outras publicações de igual filosofia, que vieram a transformar o panorama jornalístico português. E uma vez que foi na primeira República que tal geração se encontrava em processo de desaparecimento e aquelas publicações, certamente das mais populares e influentes das então existentes, assinalavam faustosamente as suas 4 ou 5 primeiras décadas de sucesso, daí se poderá explicar o carácter essencialmente historicista da produção e reflexão jornalística deste período.

1. O jornalismo

Rodrigo Velloso, publicista e biógrafo de vários jornalistas da geração precedente ao período analisado, vê o jornalismo como o «quinto poder do Estado» (Velloso, IV:1911, 7), sendo que a sua dedicação às letras e ao jornalismo que levava já por mais de cinquenta tinham como pano de fundo a tentativa de «compreender qual poderia ser a sua influência sobe a sociedade, sua evolução e modo de ser.» [ib.,6].

Em tom crítico reflecte mesmo se o jornalismo «se compenetrasse bem e sempre da missão que lhe cabe» se poderia afirmar ser «a imprensa periódica o primeiro dos mesmos poderes» [ib., 7]. No entanto, para este autor, uma das questões que impediam essa almejado papel da imprensa periódica seria o elevado número de jornalistas existentes pois que «à quantidade por forma alguma corresponde, *pari passu* a qualidade» [ib.,8], sendo que muitos encarariam a sua profissão como mera forma de alcançar um salário, sem que tenham a pretensão, que do seu ponto de vista deveria ser exigida de «professando nos seus escritos a boa doutrina lições proveitosas para instrução e educação do povo, constituindo-se, no exercício deste como sacerdócio, estrelas por que ele se guie para alcançar a maior soma de bem possível neste mundo»[ib.,9]. É portanto uma visão romantizada, idílica, bem na linha do período que se vivia em finais do século XIX em todas as formas sociais (política,

economia, trabalho, religião, literatura), com uma visão das actividades humanas simultaneamente negativistas (por partir sempre de um ponto critico, do nunca alcançado) para uma ansiada superação e endeusamento e uma desejada condição humana desligada das naturais imperfeições e limitações.

É aliás tal visão utópica bem patente no retrato que enuncia as qualidades e atributos daqueles a que idealmente se dedicariam a «tão augusta tarefa», como sejam os «longos e demorados estudos abrangendo o campo quase inteiro dos conhecimentos humanos [….] especialmente as ciências sociais, a mais atenta e criteriosa observação das coisas e factos políticos [….] e ânimo desprendido de afeições e paixões e isento de conveniências e interesses, só e tão só obedecendo em seus juízos à voz da própria consciência e às leis reguladoras do mundo social, colhida sua essência no atento estudo do passado» [ib.,9 e 10].

Face a tal perfil ideal, obviamente conclui que «pouquíssimos são os que nestas condições no nosso país» se poderiam considerar no «número dos verdadeiros jornalistas» [ib.,10].

É dentro dos parâmetros descritos que Velloso traçará o perfil de alguns dos jornalistas que, no seu entender, cumprem em bom rigor os elevados requisitos por si exigidos. Assim será com Barbosa Collen (1849-1917), o qual exerceria a profissão «como um sacerdócio, e como tal a outras leis não sujeita, e por outro norte não orientada que não sejam os ideais sacratíssimos da justiça, da verdade e do bem, sem receio das consequências de sua prédica, sem obsecação dos afectos ou paixões, sempre, ou quase, isento e libérrimo em seus juízos» [ib.16].

Será de destacar que alguns valores surgem aqui melhor explícitos, como sejam o da justiça, da isenção, e do não receio de consequências na sua acção, como atributos necessários para um bom jornalista. Será de realçar igualmente o seu longo elogio ao recurso à ironia nos escritos do biografado, como arma «que tão amiúde usa, e com que tão intensa e dolorosamente contunde e aniquila seus adversários» [ib.19].

Por contraste a tal exigência profissional, compare-se com o que Camilo Castelo Branco, umas décadas antes, diz da sua prática de jornalismo: «Dava-me este pequeno trabalho duas horas de diversão em cada dia. E a diversão me bastava como estipêndio: nenhum outro pedi, nem aceitei, quando mo ofereceram.» (Cunha:1925, 4).

Por seu turno, Eduardo Noronha afirma, sobre o jornal *Novidades* e o seu intrépido director e fundador Emídio Navarro, que «Ali se fa-

zem e desfazem ministérios» (Noronha:1913, 11), tal seria a influência daquele popular diário lisboeta. Com efeito a própria redacção do jornal era como um fórum ou tertúlia de debate, ainda que não necessariamente de facção, mas de carácter abrangente e plural: «A sala de redacção, o gabinete do director e a sala de visitas enchiam-se das personalidades mais em evidencia na política, nas letras, nas artes, na ciência, na finança, na aristocracia, na democracia, enfim, podia considerar-se um verdadeiro campo neutro onde se discutiam os problemas mais transcendentes e se defendiam as doutrinais mais paradoxais.» [ib. 250].

2. Liberdade de imprensa

Conta José Augusto Sousa Moreira, veterano jornalista portuense (Gomes:1925, 26), que antes de 1880 «época em que começou a desenvolver-se o jornalismo portuense, o trabalhador da imprensa pouco divergia do «servo da gleba», a ponto de se dizer que era menos que um «forçado das galés» (…) pelo seu quotidiano trabalho afanoso e escassez de remuneração».

Às difíceis condições de trabalho à época, acresciam as dificuldades de uma actividade literária numa sociedade também ela sem grandes condições para crescimento: «a minguada receita administrativa, em virtude de várias causas, como analfabetismo, pouco interesse, e a vaga compreensão publica na vantagem do anúncio, etc., não davam margem a "salário" compensador, dizendo-se até, por ironia, que o jornalista não passava de um "jornaleiro".» Alguns houve, no entanto, que tentaram minorar as condições dos jornalistas, deitando mão aos instrumentos da época para alguma solidariedade e apoio: «O único jornal que reconheceu quão minguado era o "salário" que não dava sobre de migalhas, foi *O Comércio do Porto*. À falta de uma associação de classe, metia os seus empregados da redacção (...) e todo o pessoal do quadro tipográfico, irmãos da Ordem de S. Francisco, não os deixando morrer na enxerga áspera do abandono.» [ib.] Com efeito, a Ordem Terceira de S. Francisco do Porto proporcionava aos seus membros alguns serviços de apoio, como fossem despesas de enterro, vestuário para os indigentes, apoio médico, e apoio na velhice. Eram tais associações de fiéis dignas antecessoras das futuras associações mutualistas, sendo que estas se revestiram de carácter, já não religioso, mas de classe ou popular, tendo

tido sucesso e relevante papel social até à sua nacionalização, durante o Estado Novo.

Desse esforço de solidariedade entre a classe jornalística dá conta o testemunho do jornalista Sousa Moreracomo um dos fundadores da associação de classe portuense, com o seu carácter social «em cujo estatuto se afirmava a obrigação moral do auxílio mutuo na doença ou falta de trabalho» [ib.32].

Diz Alberto Martins de Carvalho (Carvalho:1924, XVI) que nos tempos da República já não seria possível a existência de um periódico que atacasse o «chefe de Estado e o ministério» da forma, como, por exemplo, fizera Rodrigues Sampaio com o seu *Espectro* durante a governação de D. Maria II, pois que «aparecia logo uma denúncia a troco d'algumas notas ou d'algum emprego», e em nome dos imortais princípios que garantem a liberdade do pensamento, as costas dos almocreves seriam convertidos em tambores, onde se executaria com força e brilho o hino nacional e em nome dos mesmos princípios a redacção e tipografia seriam invadidas por grupos de ardentes liberais que deitariam a mobília pela janela fora, queimariam os papeis que encontrassem, dariam cabo das letras do estabelecimento, reduziriam a um pequeno feixe os ossos do redactor e lançariam a penna d'ele ao Tejo» [ib.XVI].

Embora analisando factos passados na Índia portuguesa, encontra-se em António Maria da Cunha (1923), e face a uma proibição, de 1895, de publicação de periódicos naquele território, uma das mais interessantes proclamações sobre a liberdade de imprensa, ao classificar aquela medida censória como «uma medida despótica com que de uma penada se deliu um dos princípios mais nobres da consciência humana, a liberdade de imprensa, proclamada por Mirabeu a seguir à queda da Bastilha, que tornara o jornal o espelho das ideias, dos costumes, das paixões, dos interesse, da vida pública, em suma, dum povo» (Cunha:1923, 16).

Faz o autor ainda referência, embora em tom compreensivo, às «ligeiras restrições impostas durante as duas sublevações dos Ranes de Sataria, em 1903 e 1912, e a censura prévia imposta em quase todos os países beligerantes durante a grande guerra de 1914-1918», tal como sucedeu em Portugal.

Por seu turno, Eduardo Noronha refere-se, longamente, a limitações sofridas pela imprensa aquando de várias complicações políticas por volta de 1896, relacionadas com agitação militar e a oposição republi-

cana, tendo mesmo sido foi instaurada a censura prévia e decretada a suspensão de alguns jornais, como *A Vanguarda e O Dia*. Embora diga respeito ao período político anterior, o autor não deixa de elogiar, já em plena República, o pensamento e prática de Emídio Navarro, director do influente *Novidades*, o qual publicou vários artigos em defesa de tais restrições à liberdade de imprensa: «Uma lei aprovada este ano pelas cortes, impôs à imprensa certas reservas, que na experiência de alguns países foram julgadas indispensáveis, ou pelo menos de grande utilidade, como correctivo de propaganda de determinadas desordens sociais. Alguns periódicos, imbuídos da convicção de que as restrições impostas à imprensa ficam sempre em letra morta, não fizeram caso, e incorreram na sanção penal, que fora editada para quem transgredisse aquele preceito. Desta vez, o snr. Juiz Veiga não esteve com contemplações, nem fez aplicação do lápis azul: aplicou a lei. Não temos de censurá-lo por isso; e, lastimando sinceramente o percalço sofrido por aqueles colegas, não podemos contudo deixar de aplaudir uma orientação, que aprece indicar o propósito de regresso ao caminho legal» (Noronha:1913, 263).

Ou seja, na medida em que o fomento de certas «desordens sociais» se entendam como de evitar quando instigadas ou defendidas pela imprensa, e conquanto o seu sancionamento ou supressão sejam determinados por via legal e jurisdicional legítima, o director de um dos mais influentes jornais do final do período monárquico defende a sua estrita aplicação. Ele mesmo indica que não se trata de mero legalismo, «o cumprimento da lei só porque é lei», mas sim de evitar as «deploráveis consequências, que em nosso parecer provêem da falta de cumprimento das leis que regulam a liberdade e as responsabilidades da imprensa» [ib.263 e 264], pois que a sua aplicação é necessária e «de utilidade pública». E porquê? Porque, na sua visão, «reconheceu-se que há uma doença, que lavra nos espíritos, que os perturba e dementa, que ataca a sociedade nos seus fundamentos e a moral e o direito nos seus princípios mais elementares» [ib.264]. É portanto tal pensamento que classifica de anti-social que justificará a sua supressão do espaço público, nomeadamente da imprensa. Trata-se de uma aceitação bem explícita do condicionamento da liberdade de expressão por esta poder colocar em causa os fundamentos sociais e políticos da sociedade. O que certamente demonstrará a fragilidade da sustentação da mesma e o reconhecimento do efectivo perigo do seu desmoronamento, na medida em que a livre

argumentação e debate já não seria possível de tolerar, por manifesta fraqueza dos apoiantes do *statu quo*, a quem restou apenas a utilização da força e da coação.

A liberdade de imprensa deveria ter limites. Bastantes mesmos: «que resultados esperam escolher de uma imprensa, que todos os dias agride os mais altos poderes públicos, procurando desprestigiar por todos os modos aqueles que os exercem?» [ib.265], «que ataca o chefe do Estado, os ministros, as câmaras legislativas, a religião e os seus sacerdotes, o exército, a magistratura, a polícia, tudo e todos os que representam uma superioridade ou um elemento de ordem» [ib.].

Para este prestigiado jornalista tal será intolerável, sentenciando: «Depois proíbe-se severamente, que se dêem certas noticias e informações, para que o mal não alastre por contágio. O que nos parece bem» [ib.266]. Mas nem tal será suficiente, haveria que ir mais longe pois que «à imprensa não é permitido noticiar o mal, mas deixa-se-lhe liberdade amplíssima para o criar! (…) Ou há liberdade de menos, ou abuso de mais. Opinamos pela segunda, que é a verdadeira». [ib.].

Foi este período, como já se indicou, agitado em matéria de imprensa: «então, como agora, andava em moda apreenderem-se os jornais, de todos os matizes.» [ib.318]. Mais parecendo que tal se tinha instituído como prática corrente, ainda que de forma hipócrita: «toda a imprensa protestava, mas o governo, regenerador ou progressista, pouco se importava com tão platónicos protestos. Às vezes os jornais assim sequestrados à circulação apenas se limitavam a transcrever doutrinas do órgão oficioso do gabinete. O presidente do Conselho e ministro do Reino, quando interpelado no Parlamento, respondia invariavelmente que tudo se fizera sem ser consultado e prometia dar as mais terminantes ordens para que o gravâme se não repetisse, o que tanto significava dizer que à noite ou pela manhã sucediam os mesmos factos com a mais aborrível e monótona pontualidade». [ib.318].

Não deixa de ser interessante a discrição pormenorizada de como se procedia a tais apreensões de jornais: «à porta da casa da venda de qualquer jornal, três ou quatro homens da secreta, o Fagulha, o Sacarrão, etc., de grossos bengalões suspensos nos braços, bigodes hirsutos, chapéus moles e caras de poucos amigos. Logo o primeiro número saía da máquina, corria ao governo civil, mostrava-o ao juiz Veiga e aguardava ordens. (…) Sucedia com frequência que, quando já havia alguns exemplares na rua, chegava a ordem de apreensão, e então é que eram elas!

Pobres beleguins! Ei-los, como uma fúria, atrás dos gaiatos, deitando os bofes pela boca. Ofegantes, apoplécticos, jogando a mão a este deixando fugir aquele; apoderando-se de um jornal para deixar escapar dez; doidos, irascíveis, sentindo a incongruência do seu mister, encolerizando-se pela consciência da pouca simpatia da empreitada; lançados na via pública como o toiro numa praça, molestando os pequenos por não poderem espancar os adultos que os olhavam com curiosidade» [ib.319].

Mesmos os jornalistas eram revistados à saída da redacção, a fim de se verificar se não levariam algum exemplar com eles. «Horas depois abrandava a violência da perseguição. À noite, nos cafés, à porta dos estabelecimentos, vendiam-se os números por preços que variavam conforme a quantidade que escapara à colheita». [ib.320]. Mas «o resultado de toda esta farsa, era que o governo consentia em mais uma ilegalidade, a polícia deixava-se exautorar pelo gáudio do rapazio, o público, o grande juiz, comentava e ria».

3. Os leitores

Rodrigo Veloso traça um panorama geral sob a forma como, na sua visão, os leitores liam os jornais: «passando em claro os artigos denominados de fundo, apenas devora o noticiário e as novas escandalosas ou de sensação, e fora delas divaga apenas distraídos olhos pelos anúncios, reservando-se a leitura do folhetim para o deitar da cama» (Velloso II: 1911, 8 e 9), modelo de leitura e atenção que lhe merece crítica, pois que «os artigos de fundo, esses principalmente, embora de boa doutrina, nem um olhar convidam» [ib.9].

Por seu turno, já no final do período analisado, Victor Falcão igualmente se insurge face à atitude perante a imprensa por parte de um tipo característico de leitores: «os pataratas que, às mesas dos cafés, se referem com desprimor e falta de sensatez a todas as iniciativas da imprensa, são, em geral, leitores impenitentes dos periódicos e, se eles lhes faltassem, morriam de tédio, tão afeitos estão a colher nessas fontes milagrosas os temas necessários aos seus aranzeis quotidianos» (Falcão, 1926:119).

4. A independência jornalística

João Paulo Freire (1926), em artigo, curiosa e sintomaticamente intitulado «A Independência Jornalística…Santíssima Laracha!», em comentário a alguém que lhe perguntara porque não escrevia ele diariamente um artigo no *Diário da Noite* que dirigia (o designando «artigo de fundo», de carácter político), confessa não poder dar-se a tal luxo, na medida em que o jornal tem uma situação financeira débil, levando, inclusive, a que ele tenha de se desdobrar em múltiplas funções, para além da de director, também lhe cabendo «cuidar da redacção e da administração, da tipografia e da casa da máquina" [ib.161]. Salienta, aliás, que «não há em Portugal independência jornalística» [ib.161] pois, para se livremente poder criticar algo ou alguém, sempre será necessário ter os meios e a autonomia financeira suficiente para se suportarem as consequências desses actos.

Na sua visão, a designada «independência jornalística» [ib..162] só teria existido no tempo em que os jornais representavam apenas e só as vontades e os pensamentos particulares de um único homem, dando como por exemplo o jornal *Novidades*, de Emídio Navarro. Faz no entanto uma interessante ressalva, afirmando que não é suficiente deter-se uma elevada riqueza para se poder obter um jornal independente, pois que este sempre estará ligado ao sucesso junto do público, adindo mais facilmente a independência por via do número de assinantes, esses sim, que asseguram a existência, a liberdade e as vendas de um jornal.

Em trabalho colectivo (AA.VV:1925)], sintomaticamente saído da pena da «Secção de Expansão e Propaganda», o *Diário de Notícias*, no final do período analisado, vê-se a si mesmo como tendo «direito a ser considerado imprescindível, pois é o grande jornal português» [ib.31], sendo que se assume de forma engajada de forte nacionalismo, pois será «jornal notoriamente consagrado a todas as questões de interesse geral, à propaganda do bom nome de Portugal entre nós e lá fora, e ao justo reconhecimento dos valores portugueses» [ib.11].

No cinquentenário desse jornal, o seu director, Alfredo da Cunha, enuncia os propósitos de tal publicação: «Criado principalmente para prestar serviços que nada têm com os de ordem política, no apoucado sentido que costuma dar-se a esta palavra, para educar as classes menos ilustradas, auxiliar os desprotegidos da fortuna, estimular as forças produtoras da nação, ser enfim um instrumento de beneficência e um ele-

mento de regeneração de costumes e de propaganda útil e civilizadora». (Cunha:1924, XII). É sintomático que nenhum desses propósitos possam com propriedade ser considerados dentro do âmbito da função estrutural jornalística, genericamente definida como a de informar, mas, pelo contrário, todos se inserem em intentos de cariz programático, ainda que cívico e social. Apresentados desta forma, caberia, porventura, questionar se tais propósitos seriam em alguma forma distintos de uma associação de beneficência, tão correntes e populares à época.

No entanto, se efectivamente se verificar os propósitos iniciais do *Diário de Notícias*, poderá, ao invés, comprovar-se que tal publicação pretendeu fazer jus ao seu título pois que «será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo fácil e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à ultima hora todas as novidades politicas, científicas, artísticas, literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas, etc.» (Cunha:1924, 7). Assim, ao contrário do que o seu director, em 1924, pretende que fosse, o *Diário de Notícias* de 1864 surge como um projecto jornalístico. Tal publicação terá surgido, não apenas correspondendo a uma real necessidade, mas fruto da «persistência, pela excelente orientação seguida, por corresponder a uma necessidade, ou pela sua muita vontade de ser útil, o que é certo é que o jornal de 10 réis ficou lançado e tantos e radicou e caiu no agrado do publico que, a despeito de quantas imitações têm aparecido, aí vemos ainda hoje o hoje o mesmo *Diário de Notícias*, mantendo a linha de conduta audaciosamente traçada pelo seu benemérito fundador, gozando de geral estima, exercendo activa influencia e apresentando, enfim, todos os melhoramentos do jornalismo moderno» (Cunha:1924, 14).

O *Diário de Notícias*, na senda de uma nova forma de jornalismo, pretendia distinguir-se ainda por não dar atenção «a exposição dos actos de vida particular dos cidadãos, as injúrias, as alusões desonestas e reconvenções insidiosas, preceituando a correcção duma linguagem decente urbana» pelo que se distinguira «com vantagem do caminho trilhado pelos periódicos da época» [ib.16], o que o levaria a «eximir-se a contendas acaloradas». Foi mesmo expedida uma nota pública de que não se admitiam «casos de vida particular ou publicações infamantes, quer para o corpo da redacção, quer para a secção de anúncios, não tomando conhecimento de cartas anónimas» [ib.21].

O reflexo das preocupações socais do DN manifestou-se desde o seu primeiro número mediante o apelo para que «um dos mais nobres deveres da nossa missão é promover o alívio dos que padecem» [ib. 27], sendo que, ao longo dos anos de publicação, sempre se caracterizou por promover campanhas públicas de auxílio aos mais necessitados, fossem casos particulares ou subscrições públicas, chegando a montar um «serviço regular de recepção e distribuição de donativos» [ib.29], a construção do Bairro do *Diário de Notícias* em Benavente, destinado às vítimas do terramoto de 1909 no Ribatejo [ib.32], entre outras inúmeras iniciativas.

Também este jornal alterou de forma radical o sistema de distribuição e difusão da imprensa utilizado até então. De forma geral, os jornais, depois de impressos, eram vendidos directamente nos seus escritórios, tendo o DN introduzido o sistema de venda directa nas ruas por intermédio de um grupo de jovens rapazes que o apregoavam e o distribuíam directamente junto do público, sendo que em 1865 eram já mais de 100 [ib.,39]. De igual forma, o modelo de negócio foi alterado, sendo que o preço de capa era significativamente mais barato (10 réis, face aos concorrentes de 30 e mais réis), e pela introdução do «anúncio» que, se no primeira edição eram apenas 4, no dia 13 de Dezembro de 1913 atingiu o record de 1395 anúncios numa única edição [ib., 56]. Tal forma de captação de receitas não apenas permitia uma boa performance financeira da empresa editora, como possibilitava a rápida expansão do jornal, pela manutenção de um baixo e acessível preço de capa, compensado pelas receitas publicitárias. Modelo este que vigou entre nós precisamente desde o início da publicação do Diário de Notícias até ao final do século XX. Tal modelo de sucesso, a que se juntaram outros factores como a crescente industrialização e aumento de alfabetização, foi prontamente aproveitado por outros empresários, coincidindo com um surto de novas publicações (33 nos primeiros dez anos do DN [ib.72]), todas se reclamando de «programas» e intenções semelhantes, como que tornando o jornalismo apregoado pelo Diário de Notícias como que um «padrão» jornalístico. Tal surto de nova imprensa é bem patente nos dados apresentados por Alfredo Cunha: «publicando em Lisboa, em Janeiro de 1865, quando se fundou o *Diário de Notícias*, perto de 40 folhas de várias naturezas e fins, à data daquela representação [1881] a cifra acima indicada pode dizer-se que duplicara na capital, crescendo o movimento jornalísticos paralelamente em todo o resto do país, e

calculando-se em aproximadamente 200 os periódicos que se imprimiam em Portugal e nas colónias» [ib.73] e que novamente duplicará até 1913, pois que, e de acordo com os dados oficiais [ib.] existiriam «457 revistas e jornais impressos em Portugal».

Se vão surgindo projectos jornalísticos predominantemente noticiosos e politicamente independentes, como é o caso do DN, por outro lado mantém-se, senão é mesmo intensificada, a presença da imprensa política, abertamente parcial, seja a das duas principais correntes do regime monárquico – progressistas e regeneradores – seja a do republicanismo, da qual Magalhães Lima e o jornal *O Século* terão sido os seus expoentes e que, sem rebuço, defendiam: «cumprimos o dever de jornalistas, encaminhando o povo para a sua felicidade, para a sua emancipação, para que vote em deputados republicanos, para quem enfim alcance as ideias da república democrática descentralizadora» (Lima: 1911, 168).

5. A imprensa na guerra

Embora relativas apenas à imprensa francesa, por a ter acompanhado directamente durante o conflito mundial, Victor Falcão [Falcão:1926], director da Revista Portuguesa, de carácter integrista e tradicionalista, aduz reflexões do que, na sua visão deverá ser o papel dos jornais durante uma guerra.

Falcão explicita o papel relevante que a imprensa assume nas sociedades do seu tempo, seja por força do relevo dado a «todas as grandes desgraças, todos os cataclismos, todas as injustiças» [ib.,122], seja pelas «iniciativas conducentes a activar a prosperidade dos povos [ib.], ou mesmo pelo «o sport como factor de desenvolvimento físico». Reconhece, ainda, que os «grandes progressos científicos têm sido facilitados pela jornais», bem como que «a imprensa tem contribuído eficazmente para o estreitamento das relações entre os povos», sem deixar de notar a «expansão das redes telegráficas», graças às quais «toda a gente tem hoje a possibilidade de acompanhar, espiritualmente, o movimento internacional e de aquilatar, pelo confronto, da influência civilizadora de cada nação» [ib.124]. Declara, igualmente, que «a acção contínua da imprensa tem dado origem a reformas que minoraram o fatalismo das desigualdades humanas» [ib.125], pois ela é «porta-vos de todos os humildes».

Os jornais seriam «as sentinelas vigilantes das nações» [ib.126], mas para Victor Falcão dentro de certos parâmetros, pois que os mesmos têm uma função social e mesmo política. Com efeito, para esse autor, a imprensa não deveria deixar de fortalecer «nobremente o patriotismo individual pela defesa porfiada do bem-comum», acção essa que implicará que se todas «as ideias políticas expostas pelos jornalistas podem ser divergentes», nem por isso deixará de levar os jornalistas a comungarem de uma finalidade de «engrandecer» e «dignificar a terra onde nasceram».

Face a essa finalidade «patriótica», se assim se pode considerar, não surpreender que em face de «épocas excepcionais» em que «uma nação está em perigo», a imprensa se converta ela mesma em «propulsora de exércitos», pois «incute-lhes combatividade e confiança, prepara-lhes as almas para todos os sacrifícios, impele-os para os mais arrebatados actos de heroísmo» [ib.127].

Assim, no contexto da I Guerra Mundial (1914-1918), Victor Falcão enaltece a acção da imprensa francesa por esta ter protagonizado um «esforço titânico realizado, sem intermitências, pelos jornais (...) dos vários matizes políticos, no sentido de conservar a unidade nacional e de obter o esmagamento dos exércitos inimigos» [ib.127 e 128]. Com efeito, e numa descrição pormenorizada e abrangente, Victor Falcão revela o estado calamitoso da situação militar e económica da França ao longo de todo o conflito [ib., 128 a 135], questionando-se «por que é que os franceses se mantiveram impávidos perante tantas calamidades?» [ib.135 e 136]. E dá a resposta: precisamente «porque a imprensa francesa, admirável de intuição, foi além do cumprimento do seu dever» [ib.135]. Ou seja, aquele autor e também jornalista exalta, sem qualquer pudor, o facto de toda a imprensa ter, se não escondido, certamente escamoteado as dificuldades, perigos e mesmo desastres militares que a realidade impunha, optando, ao invés, por transmitir e construir uma «realidade alternativa». A imprensa francesa, na sua generalidade, ter-se-ia portado durante o conflito como mero agente de propaganda ao serviço da causa do Estado: «Todos eles serviram sem constrangimento, sem perfídia, a causa da nação, perfilhando com boa-fé os ditames governativos e abdicando sem azedume das ideias próprias».

Temos já aqui a perfilhação bem explícita de uma visão societária totalitária, no sentido de um todo uno e indiviso, partilhando intencionalidades supostamente acima de interesses individualizados e em que os

diferentes agentes sociais agiriam como corpos corporativos ao serviço de hipotéticas ou alegadas «causas comuns».

Essa particular visão ideológica da sociedade assenta, obviamente, em certos pressupostos, dos quais a imprensa, como relevante corpus social, não fica de fora. Pelo contrário, será mesmo um elemento essencial, na medida em que «o povo, a massa anónima da população, não dispõe de tempo, nem de cultura intelectual que lhe permita formular sobre os acontecimentos principais um juízo próprio e acertado» [ib.142], bem esclarecendo o autor que o domínio da imprensa é factor fundamental para a acção política do estado, pois que «se os jornais de grande tiragem quisessem tornar-se elementos de subversão social, se intentassem destronar a burguesia (….), a estrutura política do mundo seria instantaneamente modificada». [ib.142] Tal seria, na versão de Falcão, o poder da imprensa.

De notar que o autor, em momento algum, refere que a imprensa, durante a Grande Guerra, tenha estado sujeita a censura prévia por parte das autoridades políticas e militares e a severos condicionamentos, nomeadamente em termos de acesso à matéria-prima informativa, cujo fornecimento dependia, em exclusivo, da boa vontade e favor das autoridades, pelo que o «louvor» colectivo acima expresso pelo autor, sempre teria de ser atenuando por, certamente em muitos casos, não ter o resultado sido fruto de acto voluntário.

CAPÍTULO 4

A teorização do jornalismo em Portugal: Estado Novo - 1ª parte (de 29 de Maio de 1926 a Maio de 1958)

Mário Pinto

Sequência lógica e cronológica dos precedentes, o capítulo ora iniciado tem como objectivo prioritário, nat perspectiva da temática que imbui o todo em que se insere, a disquisição de um lapso temporal concreto, impregnado de peculiaridades várias que o tornam *sui generis* e delimitado por duas datas de inconcutível simbolismo ("talefes" de dois acontecimentos idiossincrasicamente antitéticos).

Antes, porém, de iniciarmos a explanação do que constitui o verdadeiro objecto do nosso contributo para o presente estudo, no período a cuja dissecção procedemos e ecfrasticamente aduzimos, impõe-se identificá-lo, contextualizá-lo e, ademais, fazer um breve ponto da situação tendente a destacar os aspectos que durante a investigação prévia realizada reputámos mais relevantes e a explicitar as razões por que nos chamaram a atenção (seja pela positiva, seja porque menos agradáveis).

Respeitando a ordem antes enunciada, comecemos então pela identificação. Trata-se de um período cujo início e fim coincidem, respectivamente, com a eclosão de um acto insurreccional e a realização de um acto eleitoral, de objectivos diametralmente opostos – de cerceamento, de abolição da liberdade o primeiro; de potencial recuperação dessa liberdade (pelo menos era esse o anelo subjacente, o desiderato visado) o segundo –, balizado por dois marcos de inquestionável peso histórico: por um lado, um movimento militar de má memória, o 28 de Maio de 1926, que derrubou a República liberal e implantou em Portugal a Ditadura Militar, que, poucos anos mais tarde (em 1933) iria dar lugar ao Estado Novo liderado por Salazar; e, por outro lado, a campanha elei-

toral de Maio de 1958 para o Presidente da República (cuja eleição veio a realizar-se em 8 de Junho seguinte), em que a vaga de fundo gerada em torno do General Humberto Delgado foi duramente penalizada e (fraudulentamente) derrotada.

Do que resultou, como é consabido, a procrastinação do regresso da liberdade, continuando a sua ausência a imperar em todos os domínios (mormente no de expressão e, em particular, da imprensa, do que se tornou paradigma pela negativa), com reflexos óbvios e irrefragáveis aos mais variados níveis (e de que a própria produção de livros se ressente, autolimitando-se).

Todavia, não estando no âmbito deste trabalho – que tem como tema central o jornalismo e a sua teorização – proceder à exaustiva caracterização do contexto epocal, independentemente da crucialidade da sua vertente política, passemos ao que constitui o âmago da presente reflexão.

Reflexão para cuja concreção se revelaram fulcrais as leituras efectuadas – nas quais, globalmente consideradas, se incluem, dos livros editados no citado período, todos os compulsados (e referenciados na bibliografia geral anexada no fim) –, leituras de que emergem dois aspectos prioritários, que, conquanto de diferente sentido, nos chamaram igualmente a atenção: o inesgotável manancial de elementos contextualizadores e caracterizadores disponibilizados (que, dada a sua índole diversa nos dotam de uma panorâmica epocal assaz poliédrica); e a dificuldade de, em semelhante prodigalidade, proceder à imprescindível triagem para posterior aproveitamento em cada uma das rubricas propostas.

Com efeito, ao contrário do que é usual acontecer com a proverbial escassez de dados relevantes com que a investigação costuma debater-se, aqui é considerável a quantidade de material disponível, o que acabou por se revelar uma das dificuldades com que nos deparámos aquando da compulsação e triagem da ubertosa bibliografia seleccionada. Uma das dificuldades, dizíamos, mas não a maior. "Privilégio" reservado a outra: ser escasso (quase residual) o número de livros que se cingem a um único assunto, sendo a norma antes versarem sobre vários, focarem aspectos contempláveis em diferentes rubricas, o que levantava a delicada questão de saber onde os referir e, ademais, como distribuir o mais pertinente para cada item. Porque paradigmático (embora não isolado) salientemos o caso de duas rubricas cuja fronteira é assaz ténue: a "História do Jornalismo", em que não hesitámos em registar, por nela os reputarmos enquadráveis, numerosos tópicos de inequívo-

ca pertinência neste âmbito, mas que, como depois tivemos possibilidade de confirmar, teriam outrossim pleno cabimento, porque totalmente consentâneos e adequados, na "Vida Profissional".

Situação que, apesar de configurar um caso anómalo, é - em vez de esporádica, como seria expectável, dada a sua atipicidade -, a prevalecente. Mas que, curiosamente, não acarreta problemas de maior, porquanto, em lugar de potenciadora de quiproquós, é, pelo contrário, propiciadora da prodigalidade adveniente dessa possibilidade de alternância na distribuição dos dados, que vai justamente viabilizar a interligação com outros, o que tem reflexos no todo. E neste domínio em particular, destaque para alguns dos livros compulsados, cuja leitura propicia - quer pela cópia de pormenores carreados quer pela fiabilidade dos relatos - além de uma visão assaz documentada e, *ipso facto,* fundamentada do jornalismo propriamente dito, polícromos frescos do *modus vivendi* da época, o que nos permite a reconstituição dos tópicos mais relevantes que plasmavam o quotidiano de uma classe.

Nos antípodas dos livros antes referidos, cuja riqueza conteudística é inconcutível - no fundo, expressiva tela cuja concatenação permite uma ampla panorâmica e, daí, um expressivo repositório da vivência desse tempo -, posiciona-se substancial número de outros, cujo interesse é de somenos. No essencial, por versarem sobre temas de âmbito local, regional, sectorial ou, ainda, por se destinarem a dirimir questões pessoais, entre outros igualmente anódinos. Mas que, apesar deste *handicap*, sempre aduzem qualquer contributo, pobre que seja, para ajudar à integral compreensão da época a que se reportam.

No que à metodologia a adoptar concerne, e atinente a diversidade de parâmetros em questão, todos outrossim merecedores de serem equacionados, afigurou-se-nos que, com vista à sua cabal dilucidação, o procedimento mais curial seria seguir a compartimentação preconizada, acatar a distribuição pelas várias rubricas sugeridas, única forma passível de nos permitir aflorá-las a todas. As quais vão da teoria do jornalismo *tout court*, a vertentes correlatas, como a respectiva história, passando pela liberdade de expressão, pelo ensino do jornalismo, pela imbricação deste com a educação, pela ligação umbilical com a vida profissional e pelo inter-relacionamento com a conjuntura.

É o que nos propomos levar à prática a partir da pluralidade de prismas de abordagem reputada necessária, como a seguir (no *corpus*) se poderá confirmar.

1. Teoria do Jornalismo

Quer pelo seu posicionamento, que nada tem de anódino, quer pelo quadro referencial para que remete ("Teoria de") e em que o presente estudo se vai desenvolver, a rubrica em epígrafe indicia, *ab initio*, não se cingir a ser apenas mais uma, amorfa e indiferenciada, do conjunto mais lato em que se insere. Trata-se, pelo contrário, de uma rubrica dotada de especificidades que não só legitimam a sua colocação (porta de acesso ao trabalho) como também lhe permitem subjazer a todas as outras que, com ela, constituem o *corpus* deste trabalho e, *ipso facto*, a delas participar.

Destaque que explica e justifica a copiosa bibliografia a propósito coligida. O que, por seu turno, aumenta o grau de dificuldade da triagem a efectuar sobre os livros a referenciar *hic et nunc*, dado todos os compulsados no âmbito da pesquisa efectuada para nos documentarmos com vista ao cumprimento desta tarefa teorizarem, directa ou indirectamente, sobre jornalismo e, como tal, serem passíveis de inclusão nesta rubrica em particular. Acontece, contudo, é, na sua larga maioria, serem outrossim - e, amiúde, mais ainda - enquadráveis no domínio de uma ou várias das outras em presença, com as quais apresentam maiores afinidades conteudísticas. Daí que, confrontados com a questão, tenhamos optado por distribuí-los pelas restantes, onde se nos afigura poderem ter mais pertinência e maior proficuidade, porque veiculadoras de informação preferencialmente sectorial e não tanto de âmbito geral, reservando para aqui aqueles em que prevalece a teoria pura e dura, portanto, os mais específicos da matéria a versar.

Matéria que nos propomos equacionar sob duas vertentes: a da teoria propriamente dita e a relacionada com o nível de linguagem usado. No que à primeira concerne, cingir-nos-emos, pelos motivos supracitados, a uns quantos testemunhos, essencialmente contextualizadores e demonstrativos de quão imprescindível é a existência de um mínimo de teoria regulamentadora - necessidade sentida, aliás, já desde os primórdios, como as datas dos livros em que se inserem permitem confirmar –, testemunhos que se debruçam sobre aspectos de inconcussa pertinência. Quanto à segunda, preferencialmente relacionada com a qualidade da escrita - do rigor da construção frásica ao respeito pela gramática -, coligiremos alguns depoimentos corroboradores das preocupações à época vigentes neste domínio (e que são, concomitantemente, apodixe de quanto regredimos). Passemos então ao primeiro testemunho.

Quando Victor Falcão (1932: 202) fala dos "maníacos que labutam intelectualmente nos periódicos, a troco de soldadas inferiores às que aufere qualquer limpa-chaminés analfabeto" está, obviamente, ainda que de forma um tanto prosaica, a reportar-se à franja mais pura de profissionais/jornalistas acerca de quem Hugo Rocha (1946: 45) acentua que:

> empunhando a pena, que tanto pode ser látego para castigar os maus, gládio para defender os bons, como cáustico para cicatrizar chagas […], farol para guiar nas trevas, bordão para amparar na jornada, como instrumento de divinas mensagens, balança de grandezas e misérias humanas, são dignos de figurar entre os melhores, mais eficazes e mais úteis obreiros da civilização e da cultura, porque a sua profissão não é só um modo de vida, é, também, um apostolado.

Vasta plêiade (imbuída de polivalência funcional) que não está imune (e de que não exclui, devido aos "créditos periclitantes da nossa confraria"), à prática de "pecadilhos" (explicitamente assumidos, como a seguir se confirma), para os quais o autor solicita antecipada indulgência (Falcão, 1932: 207):

> Estabeleçamos, por optimismo […], uma conclusão atenuante dos nossos pecados. É o máximo que podemos fazer, sem deslavamento de pudor, para alcançarmos das pessoas de bem um pouco de indulgência. Mas desprendermo-nos completamente das nossas culpas, apresentarmo-nos como juízes severos, nós que somos réus iniludíveis, seria o cúmulo do atrevimento.

Pretensão justificada, aliás, com vista à promoção e dignificação da profissão jornalística e à consecução do lugar especial a que tem direito numa sociedade bem organizada. Ou, como, discreteando acerca do jornalismo ("atraente profissão" lhe chama), Victor Falcão (1946: 19-20) preconiza: "A profissão é nobre. Exige desinteresse e devoção ao bem comum, sinceridade e probidade integrais. Só é digno de exercê-la quem tiver espírito de justiça e sentir, ininterruptamente, a sedução moral da verdade." Postulado que clarifica (*id.: ibid.*):

> É preciso saber combater o pessimismo, o pirronismo […] conter os impulsivos, desmascarar os maus cidadãos, proteger os fracos, impedir os abusos dos que se julgam privilegiados socialmente, estimular quem merece estímulo, aplaudir sem favoritismo, criticar com isenção, escla-

> recer sem petulância, informar com exactidão - e, ao mesmo tempo, ser sensato, cortês e, sobretudo, incorruptível e anti-subserviente."

Emitidos os primeiros acordes do polifónico coro teorizador que nos propusemos congregar para divulgar alguns dos seus mais marcantes números, deixemos ao mesmo Victor Falcão o ónus de, através da sua própria experiência, dar o mote de como agir tendente à obtenção de uma eufónica orquestração. O qual, depois de assinalar (1932: 204) "Entrei no jornalismo profissional como se entra na tropa - como recruta, como soldado raso.", e de alijar o recurso a métodos menos ortodoxos para progredir na carreira - "Não me servi de empenhos para me isentar das empreitadas duras e modestas, para irromper de chofre do anonimato, que é o inferno de todos os literatos incipientes." -, aduz os motivos porque agiu destarte, o que, ao mesmo tempo que nos dilucida acerca da metodologia corrente à data, torna arquetípico o seu comportamento (*id.: ibid.*):

> Para trepar de entrada ao mastro de cocanha da notoriedade, ser-me-ia necessário lustrar, com a humildade de um limpa-botas, a presunção elástica de certos papagaios das letras. Como não tinha, nem tenho, fôlego moral para esfregar pomada sobre as penas de semelhantes passarões, fui obrigado a subir a escada de caracol da minha profissão, lentamente, com longas paragens em todos os degraus.

Acrescentando (*id.:* 204) mais uns quantos dados referentes a esta fase incipiente – designadamente, "Comecei no jornalismo por escrever a lápis, como se escreve o rol da roupa suja…", ter palmilhado "quilómetros e quilómetros" seja "na peugada dos próceres da nossa terra" seja "atrás de bombas e bombeiros", tarefas que, com notável ironia, rotula de "a minha nobre missão intelectual" e que, no essencial (*id.:* 205), "consistiu em inscrever em tiras de papel, nomes, números, horas, minudências, como qualquer máquina registadora." –, chega por fim à almejada promoção (1932: 205): "Depois fui promovido, passei a emendar, reduzir, anodizar, a prosa verrinária ou enfática dos solícitos correspondentes […]. Em seguida, por *étapes*, fui entrevistador, cronista parlamentar, chefe de secção, chefe de redacção, chefe de mais isto e de mais aquilo…"

Percurso lento mas seguro (que devia, aliás, ser exigência comum a todos os aspirantes à profissão) *et pour cause* susceptível de lhe permitir

legitimamente ufanar-se de um perfeito domínio mesmo dos mais recônditos cantos do *métier* (1932: 205: "Todo este arrazoado autobiográfico quer dizer que nenhum dos escaninhos da imprensa me é desconhecido. Em todos meti o bedelho por dever do ofício"), que, peremptório, conclui, nem sempre se afigura assaz recomendável ("e bastas vezes, sobretudo nos períodos de aprendizagem, o que vi e o que adivinhei me deram ganas de renunciar"), situação que de imediato desdramatiza (*id.: ibid.*):

> Não depreendam, porém, destas palavras que o ambiente jornalístico é dissoluto, mesquinho, incompatível com a sensibilidade das pessoas decentes de inteligência e de moral. Ao invés, uma sala de redacção, mesmo em periódicos pobretões, é uma espécie de arcádia despretensiosa e atraente, onde o espírito esfuzia, de parceria com o talento (…).

Com uma dilação pouco superior a uma década, e de uma perspectiva dissemelhante da precedente, mas inquestionavelmente mais profunda, também Hugo Rocha teoriza sobre jornalismo. Conquanto aceitemos que, como diz (1946: 10), "Ao escrever para o público, por mais dependente que a sua pena seja, o jornalista comunica o fogo da sua personalidade às ideias e às palavras transmitidas às tiras de papel.", o que lhe confere, *ipso facto*, o direito de exigir a consideração que nem sempre os leitores demonstram ter, permitimo-nos discordar da asserção (*id.:* 11) segundo a qual "É, pois, bem compreensível o pesar que o jornalista experimenta, ao verificar quão pouco dura a vida daquilo que escreveu e o jornal tornou público." Desde logo por o jornalista nem por momentos poder obnubilar, antes ter de estar plenamente cônscio, da efemeridade do seu texto, do carácter evanescente que é apanágio da sua obra. Independentemente dos condicionalismos que rodeiam a sua concepção, produção e posterior recepção, ou, como afirma Rocha (*id.:* 11):

> Para redigir um artigo de fundo, substancioso de doutrina, belo de forma literária, rico de expressão e intenção, gastou, não só o tempo preciso para o escrever, mas também o tempo indispensável à cultura, à preparação, à armazenagem de conhecimentos necessários ao jornalista e, em particular, ao jornalista de opinião. Para o ler, como o público, em geral, lê um artigo de fundo – enquanto saboreia o pequeno ou o grande almoço, viaja no carro eléctrico ou se prepara para o primeiro sono – bastam alguns minutos. E, a não ser que o artigo tenha objectivos políticos, prin-

> cipalmente se estiver em desacordo com as opiniões do leitor, ou trate de qualquer caso muito escandaloso ou muito sensacional, é certo e sabido que o seu conteúdo, pouco tempo após a leitura, evaporou-se, já, na mente de quem o leu.

Comentário de inconcusso realismo, por duro que seja, e a que nem a dicotomia com que encerra serve de lenitivo - (*id.: ibid.*): "Refiro-me, como deveis entender, ao leitor citadino, absorvido pelas suas ocupações […]. O leitor provinciano, para quem o jornal constitui, quase sempre, um acepipe cultural e uma respeitável bíblia que importa consultar, para poder orientar-se e formar opinião, não lê, levianamente, o seu jornal." -, mas que a nosso ver não colhe, pois tal destino é-lhe imanente, é da própria natureza do texto jornalístico. Outro tanto acontecendo com a percepção de a sua maior virtude consistir (Rocha, 1946: 12),

na coragem com que espreme, dia a dia, o cérebro e o coração, transmitindo o suco dessas vísceras vitais à tinta que leva o pensamento e o sentimento para os quartos de papel. E essa coragem é tanto mais valiosa quanto é certo ser consciente, isto é: representar o deliberado propósito de, todos os dias, imolar, estoicamente, à curiosidade, à futilidade, à insensibilidade do leitor o produto de um esforço mental digno de maior consideração.

Tanto mais que, como Hugo Rocha (*id.:*14) demonstra saber, "Dos milhares de leitores dum jornal, a maioria - posso afirmá-lo - é constituída por indivíduos que sabem ler, apenas, com os olhos.", justificação bastante para, "Parafraseando o autor de «Literatura, Música e Belas-Artes» [José Maria de Andrade Ferreira]", ser (*id.:*ibid.)

lícito acentuar que essa maioria, a dos que adquirem o jornal para passar os olhos por ele, não quer assunto que a obrigue a pensar e a sentir, porque não possui sensibilidade nem reflexão. Assim, quando possa supor-se que um artigo conceituoso em que o jornalista estuda e apresenta a solução para determinado problema […], uma crónica moldada em boa forma literária, incisiva na exposição dos factos ou cativante pelo brilho e a cor das imagens, uma reportagem notável pela minúcia, pela fidelidade, pela graça descritivas, deixem no espírito dos leitores o sedimento de concordância, de admiração, de emoção que o autor considera o melhor prémio moral do seu trabalho, é, geralmente, passa-

geira a impressão resultante da leitura desse artigo, dessa crónica, dessa reportagem.

Surpreende é o facto de, consciente destas peculiaridades, Rocha (*id.: ibid.*) ousar formular as duas perguntas a seguir reproduzidas e, mais ainda, afirmar que elas "surge[m], portanto, naturalmente": "Valerá a pena ao jornalista pôr amorosos cuidados de artista na sua obra? E estoutra: Não será preferível dar ao público, correntemente, vulgarmente, *telegraficamente*, a notícia do acontecimento e o respectivo comentário, quando seja mister comentá-la?"

E nem mesmo as explicações que, de imediato, aduz (*id.: ibid.*) - a de que "a resposta seria negativa, se a convicção do jornalista fosse a de ser a sua obra lida, apenas, pelos tais indivíduos que adquirem o jornal para passar os olhos por ele.", bem como a de, sendo ele (jornalista) "um ser humano integral", poder estar "sujeito à ilusão" de se julgar, "por vezes, compreendido e, o que é muito pior, admirado e louvado, não só pelo *auditório*, mas também pela *chusma*" - se afiguram muito curiais. Razão que, cremos, o leva a descer ao pormenor explicativo e impositivo (Rocha, 1946: 14-15):

> Pois bem: convencido, medularmente, de que não é a maioria amorfa, anódina e irresponsável a depositária da verdade e preferindo, para a obra intelectual, o critério aristocrático do escol, entendo que o jornalista, longe de pactuar com a turba e lhe lisonjear os gostos e as maneiras, deve, enérgica e vigorosamente, procurar remar contra a maré da estupidez, da grosseria e do mau senso imperantes. Dignificando a sua missão intelectual, o jornalista deve trabalhar com zelo de verdadeiro artista, impondo a sua cultura e o seu bom gosto […]. Vou, mesmo, mais longe: o jornalista deve ser literato, tanto quanto possível. A sua obra não deve cingir-se à sistematização crua, fria, inexpressiva da notícia, do relato, do comentário. Importa que ela seja o reflexo duma inteligência e duma sensibilidade requintadas, capaz de contagiar o espírito do leitor. E importa, sobretudo, que, ao escrever para o público o jornalista não se preocupe com a quantidade e a qualidade dos leitores. […] É para si que o jornalista deve escrever. […] Digo e repito que o jornalista deve escrever para si, no sentido de dar à sua consciência a categoria de tribunal, o mais rigoroso e recto dos tribunais. É ao seu próprio critério que o jornalista deve, antes de mais nada, submeter a sua própria obra. E, dizendo critério, digo, por extensão, bom senso e bom gosto, virtudes

> indispensáveis a quem trabalha para os outros.

Ciente de quão polémicas podem ser algumas das opiniões por si emitidas, condescende (*id.:* 15: "Dir-me-ão, talvez: Mas, ninguém é juiz em causa própria."), embora discorde ("Não está certo. O espírito bem informado pode e deve julgar as suas próprias causas."), menos do que destoutro reparo: "Dir-me-ão, ainda, porém: Mas, no jornalismo, como em qualquer outra profissão, não pode admitir-se uma totalidade, nem, mesmo, uma maioria de bons, de perfeitos profissionais. Sem dúvida."

Ademais, sendo o (*id.:* 16) "jornalismo, como as chamadas profissões liberais, essencialmente individualista", cada "jornalista deve procurar fazer sempre mais e melhor do que o seu colega.", critério que, conquanto admita "antipático", é o "justo", porque (*id.: ibid.*), "bom profissional da Imprensa não é aquele que, em presença de determinado acontecimento jornalístico, não se deixar empolgar pelo sagrado dinamismo da emulação e se julgar sozinho em campo a trabalhar, logo desobrigado de todo o esforço no sentido da perfeição."

Identificando o "individualismo do jornalista" como "por certo, a maior virtude e o maior defeito do profissional.", concretiza (Rocha, 1946: 17):

> É a maior virtude porque, sendo o jornalismo, bem compreendido, uma profissão caracterizadamente activa, renovadora, dinâmica, por mais isolado que o profissional esteja no seu gabinete, a noção de que não deve produzir o mesmo que os outros, de que deve ser diferente na forma e na substância da obra realizada, de que não deve confinar o seu sentimento e o seu pensamento nos limites dos cânones consuetudinários, implica a valorização permanente do seu trabalho e, portanto, a impossibilidade de cristalizar, a menos que renuncie […] às prerrogativas da dignidade própria, o maior bem humano.

Requisitos que têm, como é óbvio, custos - desde logo, que "O jornalista […] não deve, quando subordinado, limitar-se a fazer o que lhe mandam, a cumprir as missões que lhe competem" –, e implicam o fazimento de opções (*id.: ibid.*):

> O jornalista não é, de modo algum, aparentado, profissionalmente, com o burocrata, embora, sobretudo em Portugal e na capital da República, haja alguns jornalistas que acumulam os modos de vida, actuando, efec-

> tivamente, à banca duma redacção e à banca duma repartição pública, o que é derivado de circunstâncias económicas […]. Ora não sendo, não devendo o jornalismo ser profissão para burocratas […] é mister que o jornalista vá em procura do assunto, não esperando que o assunto vá ter com ele.

Razão por que (Rocha, 1946: 18) preconiza:

> Compete ao jornalista coordenar e distribuir, mergulhar no pélago de inquietações, horrores, utilidades, ansiedades, lutas, interesses os mais antagónicos, que constituem o seu material de trabalho, e dar ao público uma visão, mais ou menos pormenorizada, mais ou menos rigorosa, mais ou menos sugestiva, desse mundo agitado e antipático, bom e mau, generoso e mesquinho, digno e indigno – que sei eu? – que as exigências da profissão lhe põem, todos os dias, ao alcance dos olhos e dos ouvidos, do coração e do cérebro.
> Ora esse mundo díspar, complexo, rico de motivos para exploração […], não está, de modo nenhum, catalogado nas agendas da redacção […]. É mister que o jornalista, armado de abnegação, coragem, paciência, tenacidade, curiosidade, sobretudo, se vote a conquistá-lo, para, depois, o poder mostrar ao público, revelado, explicado, interpretado pela inteligência e pela sensibilidade do conquistador…

Revelação (a desse mundo) que não constitui privilégio dos que fazem o trabalho externo, pois (*id.: ibid.*) "qualquer jornalista, dentro das funções que, habitualmente, desempenhe, está apto a dar aos leitores aspectos sempre novos e sempre sugestivos dos assuntos sobre que incide a sua acção." Inaceitável é "o rotativismo, o ramerrão, a rotina" que, no dizer de Hugo Rocha (*id.: ibid.*) "não são, de modo nenhum, imanentes ao jornalista, ao contrário do que acontece com os trabalhadores doutras profissões."

Conjunto de afirmações que não só ajudam a sustentar a posição de Hugo Rocha ao reconhecer (*id.:* 19): "é o que acontece, hoje, neste tempo em que o jornalismo, para dirigentes ou para dirigidos, absorve as melhores energias e impõe os maiores sacrifícios.", como, ademais, conferem maior ênfase a este seu comentário (*id.:* 22): "O jornalismo é uma profissão absorvente e exigente, talvez, como nenhuma outra."

Retomando a questão do individualismo (agora pelo lado negativo), explica o autor (*id.:* 20):

> Este individualismo, fundamental e essencial na profissão jornalística, tem, também, como já disse atrás, o lado prejudicial. Na verdade, se é a maior virtude, é, também, o maior defeito do profissional. Porquê? Porque o jornalista, convencido de que o seu trabalho não é um trabalho de *clan* e depende mais da iniciativa própria do que - como direi? - dos cânones gerais da profissão e da classe, esquece-se, frequentemente, das vantagens do critério de corporação e isola-se, constituindo uma espécie de *blokhaus* inacessível às solicitações da camaradagem, isto é: da sociedade e da solidariedade jornalísticas.

Quase a concluir o seu excurso pelos meandros da profissão, se lamenta que "o demónio do sensacionalismo teve, tem e terá sempre influência inelutável sobre o espírito do verdadeiro profissional da Imprensa", Hugo Rocha (1946: 43) também não se coíbe de manifestar a sua concordância "até certo ponto, com os que entendem que o profissional da Imprensa, como o sacerdote católico (ambos são apóstolos, embora sejam diferentes os seus apostolados), deveria manter-se em regime de celibato.", tomando, inclusive, a "liberdade de condensar [num] decálogo os deveres do jornalista", decálogo de que destacamos os seguintes tópicos, em nossa opinião os principais (mormente o último, pela preocupação que revela com a pedra de toque deste discurso):

> 2º Defender os honestos e legítimos interesses do público.
> 3º Pensar, ao escrever, no bem ou no mal que os seus escritos poderão fazer ao indivíduo ou à sociedade.
> 4º Não explorar a credulidade pública com narrativas fantasiosas ou tendenciosas informações.
> 9º Impor sempre, através de tudo e contra quem quer ou que quer que seja, a dignidade da sua profissão.
> 10º Observar, escrupulosamente, as regras da gramática.

Prosseguindo o breve périplo que nos propusemos por alguns dos estudiosos (ou, por vezes, meros profissionais) que teorizaram sobre a matéria em apreço, detenhamo-nos em Brás Medeiros (1956: 5) que, começando por aludir à demarcação de campos ("É clássica a distinção entre jornais de opinião e jornais de informação, ou, se preferirmos, entre Imprensa de ideias e Imprensa industrial."), e debruçando-se mais em particular sobre os segundos (*id.:* 6: "numa tentativa de diagnóstico do mal, chega a altura de entrarmos na análise mais aprofundada dos

jornais de grande informação."), postula: "Qualquer jornal deste tipo deve impor-se três funções, de grau diferente, é certo, mas conciliáveis todas: a) Divertimento; b) Expressão da opinião; e c) Educação."

No que à primeira destas funções concerne – e acerca da qual, assertivo, diz ser "por sem dúvida, a menos nobre" – faz questão de recordar "uma verdade elementar" ("o leitor espera do *seu* jornal certa dose de amizade (quase ia dizer intimidade), conjugada com algum entretenimento."), ao mesmo tempo que refuta opiniões divergentes: "segundo me diz a experiência, evidencia perigoso desconhecimento da indústria quem emite a sentença (aliás douta…) de se dever excluir da Imprensa quanto reveste o ar ligeiro ou cria uma possibilidade de evasão."

Refutação que sustenta através da adução de diversos exemplos de alterações já efectuadas e de que resultou o aumento da tiragem (a crónica hípica, as páginas desportivas, o quadro de honra dos estudantes, a Volta a Portugal) e em cujo abono, descendo à casuística, mais concretamente ao periódico em que exerce funções, Brás Medeiros (1956: 8) acrescenta:

> Suprem, no «Diário Popular», esta função de entretenimento, além de outras secções menos regulares: o conto, os folhetins e as séries; as palavras cruzadas e trocadas; os problemas de damas e xadrez; «Esta semana aconteceu…» e «Caixa de surpresas»; concursos; Suplemento Desportivo e Sábado Popular.
> Acresce, no entanto, que o folhetim ilustrado, por exemplo, tanto pode ter por assunto crimes célebres como um episódio da história trágico-marítima ou as vicissitudes de uma grande descoberta, conjugando-se então o divertimento com o papel educativo.

Acerca da segunda das funções enunciadas, a de representação da opinião, postula Brás Medeiros (1956: 8): "cremos fora de dúvida que uma Imprensa liberta de interesses está em condições excepcionais de a traduzir e representar. Melhor do que ninguém, um jornal com razoável massa de leitores conhece os sentimentos que, em determinado momento, dominam o público."

Sublinhando depois ser a de informar "A tarefa primeira da Imprensa diária", adverte, no entanto para o risco de "Mas a informação, mesmo abundante e exacta não chega. Pode afirmar-se até, sem cair num paradoxo, que grande cópia de informações pode corresponder a ausência de *informação*.", situação cujo culpado Medeiros (1956: 11) identifica: "E a causa é só uma, no parecer de Gallup: ser o noticiário mal apresentado

na generalidade dos jornais, que sobrevalorizam os conhecimentos do público ao mesmo tempo que subestimam a sua capacidade reflectiva."

O que tem como repercussão evidente (Medeiros, 1956: 12-13) "a queda", "só devida a quebra de prestígio", a qual pode também decorrer de outros motivos. Se é inquestionável que "ele só pode adquirir-se e manter-se através de uma atitude viril e coerente", havendo mesmo "acontecimentos de cuja previsão ou simples relato advém um crédito suplementar para o jornal.", a verdade, porém, é não serem despiciendas as consequências dessas antecipações (1956: 14-15):

> É por demais conhecido o fracasso em que incorreu um jornal de Marselha, em 1934, ao dar a reportagem completa da chegada do rei Alexandre da Jugoslávia, com discursos e tudo. Simplesmente, acontecera o imprevisível, que subverteu o relato, feito todo por antecipação: um «ustachi» assassinara o visitante e o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Barthou. De sorte que o número do jornal assim posto à venda, em contraste flagrante com a verdade, constituiu fiasco tremendo. E o pior é que estes fracassos são levados a débito da Imprensa no seu conjunto.

Passando agora ao segundo dos ângulos de abordagem assinalados no início desta rubrica, o que concerne ao nível de linguagem usado, não pode deixar de ser reputado sintomático de um estádio de profundo respeito pelo idioma e de concomitante preocupação com o seu aprimoramento (bem nos antípodas do laxismo vigente no linguajar dos media hodiernos) que, ao referir-se ao grupo de colaboradores da *Tarde*, Jorge de Abreu (1927: 27) tenha escolhido, para destacar um (na circunstância, Pedro Gaivão), invocar como marca distintiva o seu "recorte literário, o que lhe permitia escrever sobre coisas muito áridas, de forma que toda a gente o lesse sem enfado."

O mesmo anelo enforma o seu pensamento quando, após enfatizar (*id.:* 61-62) os dotes de outro, Manuel Caria ("e, o que é para salientar e admirar, extraordinária facilidade em redigir uma crónica de impressões, apertado pela tirania da última hora, conservando sempre um estilo primoroso de elegância e apurado como uma página de Flaubert."), não hesita em o arvorar em modelo de futuros profissionais: "Dum passeio a Outão […] e do qual regressámos quase ao fim da tarde, Manuel Caria escreveu no *Dia* duas colunas de prosa que deviam figurar numa selecta para uso de aprendizes jornalistas. E, nem por isso, o jornal saiu à rua atrasado." Ou ainda quando, a propósito de um terceiro (Urbano de Cas-

tro), cujo brilhantismo e polivalência realça, Abreu (1927: 21) afirma:

> A falar, esgrimia do mesmo modo certeiro e hábil que a escrever. Tinha uma grande leitura dos clássicos e apropriava-os tão bem à sua produção jornalística, que as evocações que deles frequentemente fazia perdiam nos bicos da sua pena aquela *patine* da linguagem de outros tempos e eram como se acabassem de jorrar, límpidas e frescas, de escritores da actualidade. Com igual rapidez e justeza alinhava um artigo político (um artigo sério, que traduzia admiravelmente as ideias do partido regenerador e do seu chefe) e um *suelto* humorístico duma graça espontânea e inexcedível. Citam-se, de sua autoria, inúmeros trechos do jornal em que o bom humor saltita como um vinho espumante.

Preocupação de rigor que também Fernanda Reis (1943: 6) revela, quando, discorrendo acerca da "alarmante abundância de matéria puramente especulativa" existente na maioria dos nossos jornais, afirma ser a mesma "nem sempre apresentada com preocupações de fidelidade às regras da gramática e aos princípios da estética literária.", o que lamenta, pois (*id.:* 16), "o facto de se elaborar um trabalho literário ou científico, uma reportagem ou uma investigação histórica em moldes simples e em forma acessível não é incompatível com a profundidade dos temas, nem com a elevação de quem sobre eles escrever."

Asserção que ilustra recorrendo ao exemplo das comunicações (monólogos?) de Salazar (*on y soit qui mal y pense*), que Fernanda Reis (1943: 17) diz proferidas "numa linguagem com beleza formal, com autêntica perfeição de estética literária, mas que toda a gente entende e assimila sem dificuldade."

Mas, mais explícitas ainda (se tal é possível), quanto à crucialidade deste assunto e aos requisitos a preencher para a sua consecução, são as palavras de Eduardo Schwalbach (1944: 11-12): "assim, ao dedilhar as cordas musicais da frase, é preciso muito ouvido para lhes dar a devida força, muita arte para lhes insuflar, por assim dizer, a alma que, na escultura, anima as mãos das figuras de Teixeira Lopes, (…)". Analogia que remata (1944: 12) com uma imagem não menos pregnante: trabalhar com as palavras implica "ter o cuidado de toda a mulher elegante ao vestir-se, porque a escrita é a *toilette* da palavra.", e para cujo alcance fornece a receita (*id.: ibid.*): "adaptando-a [a linguagem] o melhor possível ao assunto, variando-a, modelando-a, indo ao extremo […] de ajardinar um plebeísmo ou criar uma acepção herética".

Último dos testemunhos coligidos, o de Carvalhal Ribas (1953: 325), que preconiza:

> Depois de obtidas as notícias, redija-as o jornalista em estilo peculiar à imprensa. «O estilo jornalístico deve ser conciso, vivo, brilhante – preconizam Wolseley e Campbell. Sem deixar de ser sucinto, cabe-lhe ser acurado e bastante completo. O que precisa ser dito, seja-o em espaço tão pequeno quanto possível, pois o repórter não tem tempo para escrever longas histórias, o jornal não tem espaço para publicá-las, nem o leitor tem paciência para lê-las». «No jornal, compreende-se o escrever de modo diverso do que se entende literariamente (…)».

Aspecto merecedor de não menor destaque é o que respeita às preocupações com a revisão, precioso auxiliar da concreção do rigor da expressão, patentes desde logo em Abreu (1927: 20) que, ao reportar-se à redacção do *Novidades,* sublinha nela todos se regerem pela tradição do jornal: "ser elegante aos olhos do leitor, simplificar as notícias e dedicar todo o cuidado ao trabalho."

Secção cujas profícuas repercussões na sua formação Abreu (1927: 72) enaltece: "Refiro-me ao *gabinete da revisão*, porque foi aí que passei os meus três anos de noviciado […]", mas cuja dureza tampouco escamoteia:

> E Silva Graça só lá ia para uma observação ríspida, uma censura violenta, que nos punha a todos – quatro revisores e um chefe – em atitude de furiosa rebeldia… depois de ele voltar costas. O trabalho da revisão do *Século* alongava-se, geralmente, até manhã clara. Quanta energia não era precisa para que a essa hora ainda nos conservássemos de memória fresca e vista bem afinada em termos de matar as gralhas ou cortar uma duplicação de notícia!"

Aliás, Abreu não se inibe de contar (1927: 53) que pouco depois de se ter juntado à sua equipa, foi repreendido por Emídio Navarro por ter introduzido "num artigo um fracasso que justamente o incomodou", ou de que era Melo Barreto que presidia "ao arranjo do texto", embelezando as notícias com "títulos vistosos e graficamente bem dispostos" assim persuadindo os leitores e valorizando o trabalho dos seus colegas.

Também a João Paulo Freire não passou despercebida a importância desta secção - ou, mais do que isso, quão fulcral ela é. Assim, após reconhecer (1936: 22-23) que "Não basta hoje, para a confecção dum

jornal, o conjunto mais ou menos harmónico de boas vontades. É necessário que a essas boas vontades presida o saber, a competência, a cultura." - desde logo por o jornal ser (*id.:* 26) "uma máquina muito complicada, que exige muita competência e muita ciência." - e admitir a existência de diferentes graduações de exigência ("não se exige que um simples informador […] tenha uma cultura excepcional. Mas requer-se que um chefe de secção, um redactor categorizado, seja um jornalista com uma cultura geral e uma especialização, tanto quanto possível, perfeita."), postula (*id.:* 26): "Uma outra secção de jornal existe que deve merecer um carinho e um cuidado muito especiais: a Revisão. […] entendo que o revisor dum jornal, não pode ser uma criatura semi-analfabeta que tenha essa função como um «ganchinho» a auxiliar o seu orçamento."

Não pode por isso constituir surpresa que, sendo esta a tónica prevalecente, existissem reacções como a que Eduardo Schwalbach (1944: 217) relata:

> De coração afectivo, visão larga e grande empreendedor, Silva Graça foi sem dúvida um jornalista que revolucionou o jornalismo. […] Além duma rigorosa censura, apresentada mal ele entrava no seu gabinete e se sentava na sua cadeira [no Século], trazia outra consigo – pedaços do jornal que lhe tinham desagradado, a atafulharem-lhe as algibeiras, arrancados com as unhas, por os seus nervos não lhe tolerarem a demora de lançar mão duma tesoura. Assim, num instante, a sua mesa coberta daquela farraparia tomava o aspecto de lhe terem despejado em cima um cesto de papéis inutilizados, quando a verdade era que dentro daquelas pilhas amarrotadas iam valiosas advertências, moldes diferentes de apresentar factos e até o germe de várias inovações.

2. História do jornalismo

Conquanto parte dos livros compulsados, alusivos ao período em apreço, tenham subjacente motivos de âmbito estritamente local ou específico (que, de facto, não excedem) ou meras efemérides, directa ou indirectamente ligadas ao universo jornalístico - caso em que amiúde constituem a versão escrita de comunicações a propósito apresentadas -, a verdade, porém, é não só serem bem mais vastas e de índole diversa essas motivações como também não ser possível restringir o conteúdo de um número não negligenciável de outros desses livros a tão exígua

dimensão, visto ultrapassarem largamente esse âmbito, digamos, quase paroquial.

Reconhecida esta peculiaridade e, outrossim, tratar-se de uma rubrica para cuja disquisição foi possível coligir a mais vasta bibliografia - da qual, muitos dos livros que a integram, participam, e com inquestionável adequação, de outros parâmetros analíticos - afigurou-se-nos que o mais adequado, porque mais consentâneo com o fim em vista, seria proceder a rigorosa triagem, remetendo para outras rubricas parte deles, segundo (e seguindo) o critério da temática prevalecente, aproveitando para aqui apenas os mais específicos, ou seja, aqueles em que a história é, de facto, o tema central (quando não, hegemónico).

Ademais, e dado estar em causa uma rubrica que, conquanto sob a aparência de inquebrantável homogeneidade, comporta, na génese, uma multitude de ramificações e admite variadíssimos prismas de abordagem, reputámos de toda a pertinência subdividi-la - registando, na primeira parte, os livros mais ubertosos de informação crucial, e, na segunda, os de âmbito mais restrito -, bem como inserir, a concluir, dois itens corroboradores da existência dessa mesma variedade: o jornalismo colonial e o jornalismo médico.

Voltando à confinação a que antes aludimos, a qual, se se verifica em quantidade assinalável de livros - por exemplo, no despretensioso *A Imprensa no Distrito de Castelo Branco*, expressamente redigido (1929) para apresentação num congresso local (o IV Congresso Beirão), livro em que João Mourato Grave refere explicitamente visar, no essencial, coligir o vasto material por si recolhido, um conjunto de notas bibliográficas que, deseja, venham a constituir incentivo para futuros trabalhos sobre o assunto, para o que contribui ainda com uma listagem dos jornais surgidos na região (por concelho e com as datas do primeiro número de cada um) e o mesmo acontece com *Jornalismo Escolar Figueirense,* de Armando Dias Coimbra (1934), pormenorizada descrição dos jornais escolares editados na Figueira da Foz desde 1903 – sem menosprezo, importa sublinhar, da utilidade que possam ter para outros estudos casuísticos (como os dois aqui citados), o mesmo não é, com rigor, possível afirmar acerca de tantos outros, cuja riqueza conteudística excede em muito o reduzido interesse destes. Apesar de detentores, por vezes, de títulos por demais vagos, imprecisos relativamente à matéria neles versada. O que legitima a inferência de os títulos nem sempre primarem pela objectividade, tampouco pela explicitude, ou serem mui-

to felizes, porque carentes de rigor em relação à verdadeira uberdade endógena das obras que anunciam.

É, de certo modo, o caso de *O Tricentenário da Publicação do Primeiro Periódico Português – As «Relações» de Manuel Severim de Faria e as «Gazetas» da restauração* (Separata do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, nova série, volumes I e II, pp. 358-371), de 1930, que, partindo de um objectivo tão limitado e comezinho, acaba por se revelar - e, dada a ênfase com que Alfredo da Cunha, o autor, argumenta em defesa da sua tese, consubstanciar - um imperdível contributo para a solução de uma questão nunca por demais debatida (nem, tampouco, esclarecida), a da lídima e irrefutável data do início do jornalismo em Portugal: 1626 ou 1641. Correspondendo a primeira destas datas à do aparecimento do primeiro número das *Relações*, de Manuel Severim de Faria, tal precedência bastaria, na perspectiva de muitos (do Sindicato inclusive), que, fazendo prevalecer o critério temporal priorizam a antiguidade, para lhe outorgar a honra de ser reputada marco do início do jornalismo em Portugal.

Opinião não subscrita pelos que, questionando a genuinidade das Relações como um verdadeiro jornal, classificação em seu entender só aplicável à *Gazeta* "da Restauração", postulam que seja a data de apresentação desta a assinalar o início do jornalismo entre nós. Tese entre cujos prosélitos pontifica Alfredo da Cunha, que a sustenta fervorosamente - através da adução de vários argumentos, os mais ponderosos dos quais enumeramos a seguir - em detrimento das *Relações*:

> - faltar-lhes (1930: 360) "em primeiro lugar, para serem periódicas… a periodicidade, quer no aparecimento, quer no tocante aos períodos de tempo a que respeitavam." Afirmação que, de imediato, pormenoriza e explicita: quanto ao aparecimento, por a primeira haver sido "aprontada para a impressão em Outubro de 1626, e a segunda em Setembro de 1627, mas só impressa em 1628"; quanto aos períodos por cada uma delas abrangidos, "porque a primeira compreendia 19 meses (Março de 1625 a todo o Setembro de 1626), e a segunda ano e meio (Março de 1626 a Agosto de 1627)", com a agravante de a segunda repetir integralmente "os meses de Março a Setembro de 1626";
>
> - faltar-lhes (*id.: ibid.*) a "frequência e a continuidade, porque não se sabe senão da existência das duas mencionadas";

> - não serem "originariamente destinadas ao público", mas, antes "para gozo ou distracção pessoal de um indivíduo", a primeira, e, "dirigida, especialmente, ao cavaleiro francês Gil de Nicola" a segunda;
>
> - não apresentarem "perfeita identidade de denominação no título – que é, para os jornais, o que o nome de baptismo é para as pessoas" (*id.:* 360-361). Com efeito, se a primeira se designa *Relação Universal,* já a segunda é titulada *Relação* do que sucedeu (…).
>
> - não haver "identidade de lugar de impressão, porque a primeira foi impressa em Lisboa e reimpressa em Braga, e a segunda em Évora."
>
> - e, por último, pela circunstância de carecerem (*id.:* 361) "de publicação oportuna, de actualidade nas informações, de aparecimento quási imediato, aos sucessos", lacuna de que resultava a ausência "desse viço ou dessa frescura nas novidades, que é também uma das características essenciais dos jornais modernos". O que é fácil de confirmar, como diz o autor (*id.:* 361), se atentarmos em que "a primeira Relação foi impressa muitos meses depois dos primeiros factos que noticia", sendo maior ainda a dilação verificada na segunda.

Argumentos *de per si* assaz convincentes, tendentes a demonstrar enfermarem as *Relações* de diversos vícios inviabilizadores do integral cumprimento dos requisitos essenciais exigíveis para serem consideradas um jornal na verdadeira acepção do termo, razão que leva Alfredo da Cunha a propor que seja a Gazeta da Restauração (que, pelo contrário, os preenche totalmente) reconhecida como o primeiro periódico português. Panóplia argumental a que aduz, à exaustão (ou *ad nauseam*), mais e mais elementos

Voltando ao tema anos mais tarde, em «*OLISIPO*» Berço do Periodismo Português – onde começa justamente por sublinhar (1939: 3) a importância que "para a história da literatura nacional, representa o apurar-se qual foi o primeiro periódico português" –, recorda que já em 1891 escrevera haver sido a Gazeta ("embora já antes dela houvesse os chamados *papéis volantes, relações ou notícias avulsas,* que todavia não apresentavam, quanto à sua publicação, a periodicidade que caracteriza o jornalismo"), opinião que mantém (id.: 3-4: "E dela me não desviaram pareceres contrários, poucos, é certo, mas alguns de reconhecida autoridade."). O que, aliás, defendera na tese apresentada ao Congresso de Lisboa (a Gazeta como "o mais antigo dos três patriarcas do jornalismo

nacional, sendo os outros dois o *Mercúrio Portuguez* e a *Gazeta de Lisboa*.")

Reportando-se depois ao "capítulo respeitante ao Jornalismo do século XVII" (que escrevera para a *História da Literatura Portuguesa*, Ilustrada) e, mais concretamente, aos "dois pontos principais" que ali discute (1939: 10), a saber:

> 1. As duas *Relações* publicadas como sendo da autoria de Francisco de Abreu, pseudónimo de Severim de Faria […] teriam sido realmente os primeiros periódicos portugueses, dignos deste nome, o «protótipo dos jornais modernos», como lhes chamou o Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos? Ou deverá datar-se do aparecimento da primeira *Gazeta da Restauração* o começo do periodismo entre nós?
>
> 2. Dando (apenas por hipótese) como inaceitável esta última conjectura, deverá ter-se a *Relação* de Severim de Faria, impressa em 1626, pela primeira publicação portuguesa de *novas gerais*, que é o único ponto de contacto que ela poderá apresentar com os periódicos modernos? (…)

- pontos que "minuciosamente" aprecia, reitera (1939: 11) que:

> Como simples *Cartas de notícias*, sem nenhuma das características dos jornais modernos, considerei as *Relações* de Severim de Faria. Basta, para de tal nos convencermos, ler o começo e o final da que se julga ter sido a primeira das publicadas, pelos quais se vê que ela era endereçada, não ao público, em geral, mas especial e determinadamente a alguém, que o autor não nomeia, mas que lhe pedira «novas do reino, corte e mundo».

Asseveração que justifica exaustivamente - afirmando (1939: 13), por exemplo, que, "As *Relações*, como é sabido, davam conta de guerras, viagens, mortes e nascimentos, incêndios e naufrágios, prodígios e aparições, havendo até algumas já ilustradas com estampas." - para daí inferir: "Era uma forma de fazer história, e não de fazer jornalismo, como o não fazem essas folhas avulsas que ainda presentemente ouvimos apregoar pelas ruas, e que tomam por objecto algum recém-ocorrido caso «sensacional», para me servir do termo corrente na gíria da reportagem moderna." Ilação que lhe permite encerrar a questão de forma peremp-

tória (1939: 20-21):

> A admitirmos o critério de que as *Relações* de Severim de Faria são os *avós* dos jornais hodiernos, seríamos logicamente forçados a aceitar que as gazetas de hoje tiveram como bisavó a gazetilha de Garcia de Rezende. E então, para não sermos inconsequentes, deveríamos fixar a data de 1954 para se comemorar, não o terceiro, como se projectou fazer em 1926, mas sim o quarto centenário do primeiro jornal português! Com o que muito se envaideceriam certamente os que, acima do rigor histórico, põem a vanglória das jactâncias patrióticas, visto que, a ser tudo assim, Portugal, neste particular, levaria a palma, em primazia, às outras nações da Europa.
> «Eis a que longínquas eras (escrevi em tempo, e vem agora a propósito repeti-lo) e a que género de publicações se teria de remontar para descobrir os primórdios do nosso jornalismo, se se atender apenas à índole noticiosa das relações ou escritos congéneres, e não a outros requisitos que melhor definem e caracterizam o periodismo, como bem se notava num artigo do *Panorama* atribuído a Alexandre Herculano».

Peremptoriedade que, ainda assim, o não exime de aduzir mais um argumento, apodíctico este (Cunha, 1939: 21-22):

> O argumento documental decisivo contra os que pretendem que a primeira *Relaçam* publicada de Severim de Faria seja o *primeiro jornal português*, é fornecido pela citada *Carta Régia* de 26 de Janeiro de 1627. Induz ela à convicção iniludível de que, segundo já deixei notado, *anos antes* daquela *Relaçam,* publicada em fins de Outubro ou Novembro de 1626 (isto é, *dois ou três meses* apenas antes de tal diploma) já tinham aparecido impressas outras análogas.

Era concebida nos seguintes termos essa providência do rei intruso:

> «De alguns anos a esta parte, se tem introduzido nessa cidade (Lisboa) escrever e imprimir relações de novas gerais – e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes, ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias, e que antes de as dar, se revejam e examinem com particular cuidado».

Silva Túlio cortou todas as dúvidas quanto a não terem sido as duas *Relações* publicadas de Severim de Faria as primeiras, impressas, de

novas gerais, neste comentário à *Carta Régia* citada:

> «A r*elação de novas gerais* que daquele tempo se conhece é a do nosso clássico Manuel Severim de Faria, publicada em 1626, com o título de Relação Universal, etc.
> Dizendo, porém, a citada carta régia que o uso de escrever e imprimir tais *relações* se havia introduzido *de alguns anos a esta parte,* referindo-se ao ano de 1627, em que foi datada, é claro que não aludia só à de Severim de Faria publicada em Lisboa no ano antecedente, porém a outras *alguns anos mais antigas*.»

Retomando (em *Jornalismo Nacional, das Malogradas Associações de Imprensa à Alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*) a questão que tão cara lhe é, a "celebração tricentenária da primeira *Gazeta* portuguesa. Cognominada «*Da Restauração*»", mas virando um pouco a "agulha" (1941: 8) - "Porque essa pequena e modesta folha foi criada para auxiliar, pela propaganda das vitórias do exército nacional, a consolidação do trono do monarca Restaurador." – Cunha (*id.:* 9), conquanto insista no *leitmotiv* da sua argumentação, opta por se estear em opiniões abalizadas ("limito-me a assinalar que, no juízo de inconcussas autoridades, a criação do periodismo em Portugal, foi - senão uma das consequências imediatas - pelo menos, um dos imediatos adjuvantes da Restauração, em via de comemorar-se."), corroboradoras da sua tese:

> A primeira publicação periódica portuguesa, com todas as características do que veio, talvez, em certos casos, menos rigorosamente, a chamar-se - jornal - nasceu e sustentou-se para auxiliar a consolidação daquele patriótico movimento.
> À nossa Imprensa jornalística não podem ser indiferentes nem passar agora despercebidos estes dois factos capitais da sua história: que a Gazeta de 1641 foi fundada e mantida como instrumento de propaganda e fortalecimento da Restauração recém-conquistada, e que foi a mesma Gazeta também a primeira publicação nacional caracteristicamente periódica.
> Quanto a esta prioridade, podem citar-se as opiniões unânimes de historiadores como Herculano, de bibliógrafos como Inocêncio e Brito Aranha, de jornalistas como Teixeira de Vasconcelos e Eduardo Coelho, (…)".

E é de tal índole a obsessão de Alfredo da Cunha por este tema (ou será, antes, o desejo de, *à outrance*, impor o seu ponto de vista?), que

qualquer pretexto lhe serve para o recuperar: mesmo em contextos improváveis, ou quando menos se espera, ele emerge e, obsessivo e obsidiante, impõe-se. Como na situação vertente (1941: 27-28), a propósito dos desentendimentos entre as duas Associações (de Jornalistas e da Imprensa Portuguesa), em que tudo aconselharia elidi-lo (antes de mais, pelo modo pouco abonatório como é aflorado):

> E reconheçamos também que os grandes diários noticiosos modernos não fizeram senão regressar ao tempo dos primórdios da imprensa periódica e reavivar as características essenciais com que ela nasceu e se radicou.
> Já não quero remontar ao que chamarei o *pré-jornalismo*, isto é, por exemplo, as *acta diurna* dos romanos, cujos *diurnari* se chamariam hoje informadores ou repórteres.
> Mas que foram as nossas *Gazetas* seiscentistas senão, como se lê no frontispício da mais antiga, de 1641, folhas «em que se relatam as novas todas que vieram de várias partes», ou sejam periódicos de notícias que, para em tudo se parecerem com os actuais, até acolhiam os mais inverosímeis comunicados e davam curso aos mais fantasiosos boatos?
> Sirva de exemplo o que Herculano aponta quanto às primeiras *Gazetas*, que habitualmente encobriam, no que respeitava às guerras com Castela, as nossas perdas, e exageravam as do inimigo, mentindo assim por patriotismo.

Imputação de maior tendenciosidade que a precedente, era difícil. Não obstante ser, a de adulteração dos factos, prática recorrente e, *ipso facto,* a justificar aqui um sucinto parêntesis comprovativo, como este pequeno extracto do testemunho de Carvalhal Ribas (1953: 323):

> Na estagnação da Idade Média, abandonou-se a transmissão escrita dos factos: o jornalismo reduziu-se ao relato oral dos acontecimentos pelos viajantes, músicos ambulantes, mensageiros oficiais, etc. Quando pernoitavam nas casas, os peregrinos pagavam a hospedagem revelando aos moradores as ocorrências de outros lugares. Não deturpariam provavelmente os acontecimentos mais do que muitos jornais contemporâneos…

Fechado o parêntesis precedente, retomemos a afirmação de imposição que baseamos em outro depoimento de Alfredo Cunha (1941: 33-34), que, mesmo para aludir, *en passant*, à origem do quiproquó não prescinde de vincar a primazia da sua posição:

> A um alvitre […] desejo referir-me, porque se liga a ele um interessante ponto a discutir quanto à época em que se iniciou a imprensa periódica em Portugal.
> Aludo à sugestão do Sr. Dr. Jorge de Faria, em Julho de 1925, para que se comemorasse condignamente o tricentenário do primeiro jornal português, que se reputava ser a primeira *Relação* de Manuel Severim de Faria, aparecida em 1626. Em nome da Direcção do Sindicato, ofereceu este todo o apoio à ideia, em carta publicada na imprensa, pelo sr. Jaime Brasil.
> Foi até, na entrevista em que este jornalista desejou ouvir a minha opinião acerca da comemoração projectada, que eu apresentei dúvidas quanto às razões com que se pretendia considerar aquela *Relação* como o primeiro periódico português. Porque sempre me pareceu, e assim o declarei àquele meu distinto entrevistador, que mais legitimamente deveria considerar-se tal a *Gazeta* de 1641, como é hoje geralmente reconhecido e aceite.

A questão não é, contudo, assim tão linear, nem pacífica a aceitação da solução preconizada. E a demonstrá-lo temos, entre muitos outros que, dado o seu número seria fastidioso enumerar aqui, os posicionamentos de Adolfo Andrade (1937, em *Dos Jornais*), de J. Fernando de Souza (1941, em *Jornais No Tricentenário da «Gazeta»)*, de Rocha Martins (1941, em *Pequena História da Imprensa Portuguesa*), de Luís Pina (1945, em *Isagoge Histórica do Jornalismo Médico*) e de Joaquim Salgado (1945, em *Virtudes e Malefícios da Imprensa*).

O primeiro, depois de um breve excurso pelos primórdios do jornalismo - em que identifica as *Acta Diurna* como o seu embrião, alude às *fogli d'avvisi* que circulavam livremente pela República Veneziana e aos *foglietti* (onde (1937: 5) o "Senado de Veneza redigia as questões importantes do Estado, enviando-as aos seus agentes diplomáticos para os esclarecer nas negociações internacionais"), recorda a precedência, neste sector, da China (onde existiu, durante mais de um milénio, um jornal impresso em papel de seda) sobre a Europa e enumera, situando-se nesta, as datas de aparecimento dos primeiros jornais nos diferentes países, referindo, para Portugal, o ano de 1641 – após um breve excurso, dizíamos, formula a pergunta (a que se encarrega de responder), que consiste em saber (*id.:* 10) "Qual é o mais antigo periódico português?" A resposta, segundo o testemunho da "maioria dos bibliógrafos portugueses", que invoca (1937: 10-11), é a "'Gazeta em que se relatam as novas todas que ouve n'esta corte e que vieram de várias partes no mês de No-

vembro de 1641 também conhecida por Gazeta 'da Restauração'", à qual se segue, em 1663, (*id.:* 11), o "«Mercúrio Portuguez» com as novas de Portugal e Castela".

Recorrendo a uma argumentação apodíctica em jeito de suporte do seu postulado - "Basta ler a primeira folha de cada uma destas publicações, para se verificar a flagrante evolução de processos jornalísticos operada entre uma e outra" (1937: 11) - reproduz em seguida, como aqui fazemos e pela mesma ordem, a primeira página de cada uma delas.

1ª Pagina da "Gazeta"

"Pelejou a armada de Olanda com huma esquadra da armada real de Castella, em que vinhão muitas fragatas de Duquerque: durou a pendência mais de vinte, & quatro oras; foise a pique hum galeão dos Castelhanos, & ficarão alguns destroçados, & todos com muita gente morta. O Olandez com algum dano se retirou a este porto, donde está guardando a que elRey nosso Senhor lhe de socorro para sair outra vez a atemorizar os portos de Andaluzia.

O Conde de Castanheira, que estava preso numa torre de Setuval pedio a elRey nosso Senhor que lhe mudasse a prisão por quãto estava indisposto: & elRey nosso Senhor usando de sua natural benignidade o mãdou trazer para o castello de Lisboa.

Num lugar da Beira se afirma que ouve hum ome, que ouvindo dizer numa cõversação de amigos que na felice aclamação delRey nosso Senhor, fizera o crucifixo da Sé o milagre que a todos he notório disse que podia acaso a imagem do Senhor despregar o braço; & assim como acabou de dizer estas palavras cahio huma parede junto da qual estavão todos da conversação, & só a elle matou." (*id.:* 11-12)

1ª Página do «Mercúrio Portuguez» Novas do mez de Janeiro de 1663

"Saber os successos de outros Reynos, & Províncias, não he só curiosidade, mas necessidade aos Políticos; porque de mais do que se aprende pelos exeplos (que sendo do mesmo tepo, são melhores mestres) o estado em que se achão os outros, principalmente se são vesinhos, ou interessados, he medida per que se regulao, & encaminhão os meios da conversação, & utilidade própria.

Este serviço puderão fazer ao bem commum os Castelhanos melhor que os Portugueses, porque os seus ingenhos sempre se aplicárão mais a escrever como os Portuguzes só a obrar o que deo matéria aos Scriptores

mais insignes.

Porém, ou pouco informados, ou muito ligeiros, ou com demasiada paixão, referem as cousas tão erradamente, que fica a relação sem alma, que he a verdade, &sua lição muito prejudicial a quem lhe dá credito, & o peor he, que não sei por que fatalidade, o tem com os estrangeiros tão grande, que na opinião mais que nas forças os atemorisa Castella." (*id.:* 12-14)

Transcrição que, sustentada por argumentos técnicos, lhe permite, com indisfarçada convicção, concluir (1937: 14): "Como facilmente se pode verificar, ao passo que na «Gazeta» se apresentava ao leitor um feixe de notícias variadas, despidas de qualquer comentário e sem arrumação de assuntos, o «Mercúrio» abre com um artigo doutrinário, em tudo semelhante aos modernos editoriais ou artigos de fundo."

Impõe-se, em abono da verdade, referir que Adolfo Andrade (1937: 14-15) não elide outras opiniões, divergentes da sua – "julgam outros ilustres investigadores, entre os quais A. X. Silva Pereira, o Prof. Leite de Vasconcelos e o sr. Matos Sequeira, que muitos anos antes, em 1626, aparecera o primeiro jornal - a «Relação do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Ocidente & Oriente, de Maio de 1625 até todo Setembro de 1626» - mas a que ele levanta objecções de vulto. Designadamente, como diz Inocêncio da Silva, que cita (*id.:* 15), não poderem "classificar-se como jornais as relações avulsas, e sem dependência entre si, que uma ou outra vez se imprimiam com a narrativa de sucessos marítimos ou terrestres", e, daí decorrente, faltarem-lhe as "características indispensáveis, quanto a mim, para a existência do jornal: a regularidade e a periodicidade da publicação." (*id.:* 16)

Convicção que J. Fernando de Souza, à data decano do jornalismo, não perfilha, pois, como explicitamente refere no seu testemunho (sintomaticamente intitulado "O Tricentenário do Jornalismo em Portugal Lamentos de Uma Vítima" (1941), com que prefaciou a "colecção de miniaturas comemorativas dos jornais" (volume editado por ocasião das comemorações deste tricentenário), "como sucede a tantas outras celebrações suscitadas pela paixão dos centenários […] também o que celebramos se acha envolvido nas nuvens incertas das origens."

Razão por que, indo directamente ao cerne da questão, pergunta: "Foi a *Relação* avulsa ou a Gazeta periódica o início do jornalismo entre nós? Podemos firmar-nos na data de Novembro de 1641 para o seu início?" Questionando depois "quem foram os iniciadores", insiste ventilando

uma outra hipótese: "Foi a *Gazeta* ou o *Mercúrio Portuguez* de António Sousa Macedo o genuíno iniciador do jornalismo periódico?" E embora não ponha em causa a "sólida e copiosa erudição" nem a exaustividade dos estudos de Alfredo da Cunha, cujas conclusões aceita, não se coíbe de sublinhar não terem as mesmas, visto serem "um tanto dubitativas", logrado "dissipar inteiramente as nuvens".

Também Rocha Martins se debruçou sobre esta candente questão. Começando por uma divagação (1941: 9) em que sugere que "A primeira notícia do Mundo devia ser o «Fiat Lux», mas o Criador não tinha a quem a comunicar" e que "Os homens escutaram, depois, o noticiário tonitruante dos profetas" que também "Não era jornal, visto não ser diário; tampouco periódico, pois estava longe de sair em dias certos. O primitivo escrito tem mais o ar de panfleto", só a seguir (1941: 10) identifica "O verdadeiro jornal iniciador foi obra de César; teve por título *Acta Diurna* e publicou-se, em Roma, no ano de 131 antes de Cristo." Genuíno precursor do que viriam a ser muitos dos seus continuadores pelo tempo fora (*id.: ibid.*), "Noticiava tudo quanto dizia respeito à família imperial, aos magistrados, à alta sociedade, às novidades políticas, às festas, quanto podia interessar ao mundo culto e abonado.", exemplo fielmente seguido a rigor, pois nela "inseria-se só o que era conveniente conhecer-se". Alude, en *passant*, (*id.:* 11) à "descoberta da aplicação dos caracteres gráficos, a da Imprensa, realizada em 1440, por Johans Gensfleisch, o celebrado Guttenberg", às folhas volantes (*avisii*) que "teriam o ar de periódico, em 1583, com a *Relatio Histórica* de Aitzing, publicação semestral de noticiário importante.", à *Gazette*, de Théophraste Renaudof, para, só então, chegando até nós, dizer (*id.:* 13): "Cinco anos antes, publicara-se em Portugal um ensaio noticioso em forma de carta, dirigida a um desconhecido e que se intitulava: *Relação Universal do que sucedeu em Portugal e nas mais províncias do Ocidente e Oriente desde o mês de Março de 1625 até todo o Setembro de 1626*". Acrescentando que, visto tratar-se de "uma resenha de largo período", "não podia considerar-se uma publicação de novidades frescas" esclarece que, no entanto, "constituía, indubitavelmente, um arquivo com propósitos de noticiário." E para que não subsistissem dúvidas acerca da intenção do seu autor (Francisco de Abreu, pseudónimo de Manuel Severim de Faria), aduz que este "persistia com a *Relação Universal do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Ocidente e Oriente desde Março de 1626 a Agosto de 1627*." O que permite a Ro-

cha Martins (*id.: ibid.*) afirmar que este "Arvorava o mesmo propósito, ou seja a recolha de notícias", e concluir, ao vincar "a tendência para dar relevo aos factos que decorriam", que, se ele (*id.:* 13-14) "não foi um periodista com a mira de informar os acontecimentos, uma semana ou um mês depois, definiu, marcadamente, o seu propósito nos ensaios: não queria ver perdidas as novas. Era o cronista dos factos, o seu cultor e até comentador." Ao que aduz (*id.:* 14) que "Severim de Faria iluminava o seu espírito com o sentido que o jornalismo teria muito mais tarde: revelar os sucessos e, por vezes, explicá-los ou interpretá-los sob um critério.", razão por que, equacionada a questão deste ponto de vista, "pode considerar-se […] um noticiarista, embora de largos períodos, e o iniciador das publicações do género em Portugal."

Referindo-se depois em concreto às *Relações* - a primeira das quais "era um folheto de cinquenta e duas páginas de composição cheia", em cuja capa se lia "*contém muitas particularidades e curiosidades*" e chancelada ("*Lisboa, 1626*" e a segunda "*Em Braga. Impresso por Francisco Lourenço de Basto, anno del 1627*") - postula Rocha Martins (*id.:* 15): "São estas as folhas noticiosas mais antigas de Portugal." Asseveração que justifica, copiosa e pormenorizadamente -

> "Não escasseavam o que hoje se denominaria «Notícias Militares»; "Nas notícias, que podiam ser coloniais, informava"; "A necrologia também não lhe escapava"; "Seguiam-se mais notícias"; "Sucedia-se outro noticiário, no qual, para secção elegante só faltavam os bons adjectivos"; "Depois, tratava do que sucedia pelo estrangeiro"

- para, taxativo, concluir: "Existia nas «*Relações*» a massa de diverso noticiário, que só faltava arrumar por secções." Falha para a qual aduz uma explicação: "O autor preferia seguir os acontecimentos cronologicamente, com o intuito evidente de os sistematizar". Daqui inferindo (*id.:* 17) não se poder com propriedade dizer, acerca do "notável antepassado da informação impressa em Portugal", que "fosse um qualquer adventício o primeiro noticiarista de Portugal".

Prosseguindo a disquisição dos antepassados do jornalismo coevo, Rocha Martins (1941: 17-18) situa-nos num período (1641-1662) posterior à ocupação e domínio filipinos, referindo o aparecimento de "um periódico, que devia ser, ao mesmo tempo, de incitamento aos combatentes e noticioso" Publicou-se então a "*«Gazeta» em que se relatavam as novas*

todas que ouve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641.", que era "um folheto que devia sair periodicamente" e cuja licença (do primeiro número) foi paga em "em Lisboa 5 de Dezembro de 1641", o que permite a Rocha Martins (*id.:* 18) assegurar: "Foi, pois, naquela data, […] que se publicou o número da *Gazeta* relativo aos sucessos de Novembro, o primeiro periódico português." *Gazeta* que "aparecia atulhada de notícias preciosas para a história do seu tempo", no dizer de Martins - que aproveita o ensejo para comentar (*id.:* 19) serem "elementos magníficos os jornais desde que dêem só notícias, e quanto mais completas e esmiuçadas forem melhor servirão os investigadores" - e na qual "As notícias da guerra nas raias ocupavam grande espaço." Mas não só. Também as "notícias diplomáticas não eram menos claras e elucidativas" (constituíam, inclusive, "bases de tão boas informações como as que hoje se publicam" (*id.:* 20)), havendo mesmo "uma secção, se assim se pode chamar, que se intitulava *Novas de fora do Reino"* (que corresponderia à hoje designada Internacional).

Apesar de a sua publicação ter prosseguido (mas "cuja rota foi incerta") - razão subjacente à crença (decorrente de a confundirem "com os *Mercúrios*") de a António de Sousa Macedo se dever a sua continuidade, facto que Rocha Martins (*id.:* 21) desmente, afirmando: "sente-se que os encarregados da sua redacção […] só amontoavam notícias", pelo que o diplomata "não podia ter [tido] qualquer acção no periódico" - até Julho de 1642, no mês seguinte foi proibida "em virtude de faltar à verdade e ser mau o seu estilo, mas o autêntico motivo deve ser diferente." Designadamente, aventa, o receio de que (*id.:* 21-22), indo a guerra activar-se, "o inimigo beberia indiscretas informações no periódico, pois era tão grande a febre de minudências", que reiteradamente deixava escapar inconveniências perigosas; mas também para obstar a que, à medida que "aumentava a maior cópia do noticiário", aumentassem as "indiscrições, se reteria a publicação da Gazeta". Reapareceu (*id.:* 22) em Outubro de 1642, "sendo um pouco mais comedida no noticiário", e com "novas suspensões, paragens, adiamentos" - inferência resultante das "grandes lacunas [que] se encontraram em várias colecções do periódico" -, "Chegou até Setembro de 1647."

António de Sousa Macedo (*id.:* 23), secretário das mercês em 1663, desejoso de que "existisse em Portugal uma imitação dos órgãos de publicidade já notória no estrangeiro" e que (*id.:* 24) "sabia muito bem quanto valia uma gazeta bem manejada", "fundou o «*Mercúrio Por-*

tuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castela. Começa no princípio do ano de 1663 (…).», que "constava de seis páginas" e "que só acabou quando a desgraça atingiu o político": a hostilidade da rainha, que desde o princípio sentiu, e o levou ao exílio. Mas a quem Rocha Martins presta homenagem (*id.:* 26): "Fora grande político e jurisconsulto este antepassado do periodismo português, o seu cultor que mais intensamente o fizera vingar."

Luís de Pina (no início da sua *Isagoge Histórica*) é outro dos que afloram a questão. Partindo de um postulado médico, pretexto para uma retrospectiva que o conduz aos primórdios do jornalismo da área, Pina relembra (1945: 17), entre vários outros dados de maior ou menor relevância – designadamente, que alguns autores fazem remontar a história dos jornais ao tempo do romano Júlio César, que seria o criador do *Diário romano (Diurna urbis acta)*." - que (*id.:* 20) "cinco anos antes da *Gazette de France*, isto é, em 1626, publicava-se no nosso país a Relação Universal (…)". Relação que, citando Rocha Martins, classifica como "ensaio noticioso em forma de carta, não publicação de novidades frescas, mas *arquivo com propósitos de noticiário*".

E, detendo-se neste aspecto não muito consensual, pergunta (depois de aludir à primeira *Relação* (a de Lisboa) e à segunda (a de Braga)): "Serão estes os mais antigos jornais portugueses, anteriores, como se viu, à *Gazette de France*, de 1631?" Questão a que ele próprio se incumbe de responder (*id.: ibid.*), invocando o testemunho de Alfredo da Cunha, que, por seu turno, as considera "semelhantes às *Cartas de Notícias* espanholas, de 1621-1626, ou repositório de notícias, posto que sem periodicidade ou oportunidade." Afirmação que Luís de Pina explicita: "Em seu entender não são jornais, nem tampouco os mais antigos, pois parece indubitável ter havido outras *Relações de novas gerais* antes daquelas, embora não se encontrem." Razão que o leva a formular (*id.:* 20-21) nova questão: "Será ilógico incluir nestas primitivas formas de noticiário certos escritos portugueses dos séculos XVI a XVIII, tais como a *Carta das Novas* do Preste João, de Pedro Gomes Teixeira (?), datada de 1521, e algumas das nossas *Relações* ultramarinas?" - questão essa, que, no entanto, fica a pairar, pois, de imediato, remata em jeito de conclusão (1945: 21): "A *Gazeta em que se relatam as novas todas que ouve nesta corte,* etc., de 1641 e o *Mercúrio Portuguez*, de 1663, foram, na verdade, «as principais, senão as únicas publicações periódicas portuguesas» seiscentistas."

Quinto e último testemunho, o de Joaquim Salgado, que, após afirmar peremptoriamente (1945: 19), "Em Portugal, a criação da imprensa periódica data de 1625", pormenoriza (*id.: ibid.*): "Asseveram os autores que do tema se ocuparam, e alguns brilhantemente, que o iniciador do jornalismo no país, foi Manuel Severim de Faria, que lançou à publicidade a *Relação Universal do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Ocidente e Oriente.*" Referindo depois o número de páginas ("Cada Relação apresentava cinquenta e duas páginas de composição cheia"), a heterogeneidade dos respectivos conteúdos (notícias oficiais, militares, coloniais, do exterior, mundanas e necrológicas") e a organização (*id.:* 19-20), ("A matéria publicada não se agrupava por secções, mas a natureza dela separava-a naturalmente, permitindo ao leitor fazer, a preceito, a sua classificação."), conclui sucintamente: "A Relação Universal expirou em 1627." Só "Volvidos catorze anos, em 1641, surgia nova publicação", esta com seis páginas, cuja maior particularidade parece ser, para Salgado (*id.:* 20-21), o título, que "nada tinha de sintético, pois se chamava *Gazeta em que se relatam as novas todas que houve nesta corte e que vieram de várias partes."*, que, segundo Rocha Martins, citado pelo autor (*id.:* 21) "foi proibida de circular em 14 de Agosto do referido ano [1642]" por motivos pouco abonatórios: "em virtude de faltar à verdade e ser mau o seu estilo". Reaparecida em Outubro do mesmo ano, "a sua publicação foi até 1647". Decorrido um hiato de sensivelmente vinte anos (*id.:* 22) "sem que qualquer outra iniciativa jornalística se verifique", "Só em 1667, António de Sousa Macedo, […] traz à luz da publicidade o *Mercúrio Português*", *ab initio* hostilizado pela rainha (*id.: ibid*.): "mas tanto o jornal como o jornalista encontram da parte da Rainha a mais enérgica oposição."

Sintetizando tudo o atrás dito, afigura-se-nos que, sem chegar a constituir uma discussão aporética - dada a falta de assertividade e o tom dubitativo que imbuem a maior parte dos pontos de vista coligidos e concatenados, bem como a heterogeneidade pontificante nas conclusões do conjunto -, a precedente também não pode ser reputada genuinamente apodíctica, visto serem ainda demasiadas as pontas soltas de tão intricado novelo, *et pour cause*, não ficar assaz perspícuo, tampouco passível de uma identificação peremptória, qual a publicação merecedora do encómio de ser reputada o primeiro jornal português.

No essencial – e não é pouco - pela questionabilidade endógena (e pela dubiedade que lhe é inerente) à decisão de equacionar algo de

antanho à luz de critérios presentes (coevos do autor, Cunha), postura refutável e refutada por proficientes experts da matéria em apreço. Depois, por, subliminarmente, traduzir um conflito laboral entre uma entidade patronal (que, convém não o elidir, além de estudioso, Alfredo Cunha também era) e um sindicato da área. Do que resulta, a nosso ver, antes decorrer o imbróglio de duas diferentes posturas, se resumir tudo a uma questão impositiva, por parte de uma das opiniões em presença (a de Cunha), da sua tese, e concomitante rejeição liminar da outra (subscrita pelo Sindicato), o que cremos inferência demasiado óbvia desta transcrição (1939: 4-5):

> (…) quando em Julho de 1925 foi lançada a ideia, sugerida pela direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, de se comemorar o tricentenário da publicação do primeiro periódico português, se aplaudi essa lembrança incontestavelmente feliz, já do mesmo modo não aprovei a data proposta para a comemoração projectada – Setembro de 1926 – , nem a razão, que se alegou, de haver sido em Setembro de 1626 que se imprimira ou publicara em Lisboa a primeira *Relaçam* de Manuel Severim de Faria, a qual, seguramente, nem sequer nesse mês podia ter sido impressa ou publicada.
> Fez-me então uma folha vespertina da capital a distinção de destacar um dos seus redactores para me ouvir sobre o assunto. E, em 22 de Agosto de 1925, lia-se nela o seguinte: […]
> «Não é a altura de se fazer a história da Imprensa periódica em Portugal. De resto, ela está feita. […] o jornalista Sr. Dr. Alfredo da Cunha […] é de opinião que o primeiro periódico que se deve considerar como o avô dos jornais portugueses é a *Gazeta* de 1641, que era mensal e já nesse tempo estava sujeita à censura régia.
> No entanto, se a *Gazeta* foi o avô, a primeira *Relação* publicada em Lisboa foi, sem dúvida, o bisavô dos actuais órgãos de informação.»

Notícia cujo conteúdo Alfredo Cunha (*id.:* 5-6) rebate com o argumental já por demais conhecido, afirmando, com inusitada modéstia, ter-se limitado a juntar apenas "algumas notas soltas de arqueologia jornalística". Obnóxio desmentido que não obnubila a conclusão a que chegámos (e que vale o que vale).

Concluído o breve excurso a que procedemos, retomemos o fio condutor do discurso (e, tanto quanto possível, a perspectiva diacrónica) que nos propusemos, tendente à dissecção da rubrica em apreço, a história do jornalismo.

História para a qual também Bento Carqueja - paradigma de simplicidade que, não obstante membro de várias academias e institutos estrangeiros e de ter protagonizado múltiplas iniciativas (desde as culturais às de solidariedade social, passando pelas desportivas), sempre recusou honrarias (como a condecoração que lhe foi atribuída) e cargos públicos (designadamente o de ministro, para que foi várias vezes convidado) - a pretexto de assinalar o octogésimo aniversário de *O Comércio do Porto* (1934), dá inestimável contributo, precipuamente no que à compreensão da vertente humanitária e da dimensão social dos jornais concerne.

Abstraídos certos aspectos alusivos ao passado - como, por exemplo, quando desce ao pormenor de referir a exiguidade das suas oficinas ("modesto barracão feito de taipa"); de ser nos primórdios vendido apenas na sede, entre vários outros de discutível relevância e pertinência - bem como os referentes à vida interna, e abstraído ainda o tom compreensivelmente laudatório que embebe o texto (*noblesse oblige*), detenhamo-nos (até para estabelecer, e vincar, o contraste com o que hodiernamente acontece neste âmbito) na acção humanitária desenvolvida pelo jornal em prol dos pobres e para acudir aos estragos causados por calamidades públicas.

Mesmo consabido o considerável desafogo económico de que o periódico gozava, é da mais elementar justiça que se dê a merecida ênfase à forma como parte não despicienda dos lucros era aplicada na prossecução de um limiar de dignidade para os mais desfavorecidos. O que se materializou quer na construção de bairros operários (aquando da grave crise de 1889), quer no fornecimento de lanchas à comunidade piscatória da Afurada (por ocasião da catástrofe marítima de 1892), quer ainda na criação da Sopa Económica, iniciativa com que a partir de 1914 procurou fazer face à excruciante situação do operariado.

Acções levadas à prática a par de tantas outras de apoio à instrução - a criação de diversos prémios (*Camões, O Comércio do Porto e Xavier da Mota*), o incremento das Escolas Móveis Agrícolas que visavam o "ensino elementar e prático dos modernos processos agrícolas, em contacto com o lavrador" - assaz elucidativas de não se confinar o objectivo prioritário à mera obtenção do lucro, antes evidenciando preocupações de carácter social em relação à comunidade em que se insere.

Periódico (*O Comércio do Porto*) cuja fundação - relatada noutro livro, curiosamente também de âmbito local, pelo menos a crer no título (*As Três Fases do Jornalismo Portuense*), mas que, não obstante,

constitui imperdível contributo para a cabal intelecção da rubrica em apreço – ocorre num contexto muito peculiar. No dizer de Artur de Magalhães Basto (1939: 18), numa época em que "Os ódios políticos cegavam! As pessoas desapaixonadas começaram a sentir-se fartas de jornais assim!".

Afirmação que o autor faz depois de enumerar a panóplia de títulos que entre 1846 e 1854 se publicaram no Porto: A Coallisão, A Columna, O Nacional, O Periódico dos Pobres no Porto, A Pátria, Estrella do Norte, Noticiador Commercial Portuense, O Eco Popular, O Progressista, A Concórdia, O Correio do Norte, O Defensor, Informador, A Monarchia, O Jornal do Povo, O Portugal, O Porto e Carta, Puritano, O Braz Tizana, O Espectador Portuense, O Repertório Cómico, O Industrial Portuense, Jornal da Associação Industrial Portuense, A Gazeta Médica do Porto, A Gazeta Homeopática Portuense, A Carapuça, A Pega, O Pirata, Bico do Gaz, A Cruz, O Curioso, Jornal dos Operários, Omnibus, A Península, A Lyra da Mocidade, Miscelania Poética, O Respirador Literário, O Bardo, A Grinalda e A Rosa (este destinado às senhoras). O que remete para um contexto em que não pode causar perplexidade que alguém comece a equacionar (como aconteceu com Manuel Carqueja e Henrique Carlos de Miranda) o imperativo da criação (id.: 18) "duma nova folha que fosse independente, ponderada, séria, um jornal destinado ao Comércio, Indústria e Agricultura", desiderato materializado no aparecimento, em 2 de Junho de 1854, de O Comércio do Porto.

Informação que, conquanto relevante, não é, no entanto, a única (nem sequer a mais determinante) de um livro imprescindível para a compreensão de uma época que, como o próprio título refere, abrange três fases.

Livro em que o autor, figura de referência das letras portuguesas, explana, de forma sucinta, a história do jornalismo portuense ao longo do século XIX, a partir da Revolução Liberal. E no qual começa por assinalar que antes de 1820 "quase não houvera jornalismo no Porto", cingindo-se as publicações à data existentes (com este cariz ou, tão-só, a veleidade) quase exclusivamente à medicina ou à ciência em geral (Zodíaco Medico-Portuguez ou Lusitano Délfico, Diário Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmácia e o Anno Medico) de que a Gazeta Litteraria, do Cónego Francisco Bernardo de Lima, era excepção.

Panorama que a Revolução Liberal veio alterar, surgindo então diversos periódicos - Diário Nacional, Regeneração de Portugal, Correio

do Porto, O Patriota Portuense, O Imparcial, O Paquete Estrangeiro, A Borboleta dos Campos Constitucionais, o Annalista Portuense, Os Palradores no Café, A Coluna de Pasquim, O Velho Liberal do Porto e, por último, o Notícias - de pendor inequivocamente político e cujo objectivo, assumido, era, na pitoresca expressão de Magalhães Basto (1939: 9), "soprar ao fogo da revolução liberal". Ou, como sem subterfúgios postulava (*id.: ibid*) um dos melhores, o Patriota Portuense, "criar e orientar a opinião pública, *demonstrando*, segundo anunciava, as vantagens dos governos constitucionais e os danos inerentes ao despotismo". Conjunto de publicações de que o Diário Portuense constitui excepção, por ter como objectivo preferencial a publicação de anúncios, o que o torna, no dizer do autor (*id.: ibid*), o primeiro jornal nacional a explorar o "rendoso negócio dos anúncios".

Mas com o início da "aventurosa e agitada vida política" de D. Miguel tudo regressa "à antiga", no Porto. E é só após a morte de D. João VI e o posterior restabelecimento do Absolutismo em Portugal que o movimento conhecido por Belfastada leva (id.: 11) "para os cárceres do Porto alguns dos mais notáveis jornalistas desse tempo", entre os quais o Padre Inácio José de Macedo (proprietário e redactor de O Velho Liberal do Porto), e um jovem clérigo - que, por não ter cometido qualquer crime, foi libertado ao fim de dois anos, o que não obstou a que houvesse desistido da carreira eclesiástica e enveredado pelo jornalismo -, António Rodrigues de Sampaio, de que falaremos adiante.

O autor aborda depois a segunda fase do jornalismo portuense, cujo início situa entre 1880 e 1882, relembrando (*id.:* 18) quer quão dividida se encontrava, à data, a sociedade portuguesa ("conservadores a um lado, radicais a outro; monárquicos à direita, republicanos à esquerda."), quer as razões de tal extremar de posições (a Escola Coimbrã e a campanha contra D. Luís e Fontes Pereira de Melo). Fase esta em que se publicava na cidade grande variedade de jornais[1] – O Comércio do Porto, o Jornal do Porto, O Primeiro de Janeiro, O Comércio Portuguez, A Actualidade, A Folha Nova, A Luta, O Dez de Março e A Palavra - de que Magalhães Basto (*id.:* 21) destaca O Primeiro de Janeiro ("um dos grandes órgãos da Imprensa portuguesa" no dizer de Gaspar Baltar).

[1] Asseveração que não pode deixar de induzir à reflexão e, daí, à ilação de quanto regrediu a cidade neste âmbito: com "O Comércio do Porto" definitivamente enterrado e "O Primeiro de Janeiro" em estado comatoso (profundo), resta-lhe o "Jornal de Notícias" que, entretanto, perdeu o honroso lugar de ser o primeiro (o de maior tiragem) a nível nacional.

Por último, a terceira das fases assinaladas, na qual pontifica um acontecimento – a comemoração do centenário do Marquês de Pombal, referida em toda a imprensa, mas que, dada a forma depreciativa como tal é feito em alguns periódicos (mormente, *A Palavra*, que, entre outros epítetos, o apoda de uma "pandorga da rapaziada republiqueira" ou uma "corja de faias e das vadias republicanas", pelo que lhe foi exigida a retractação), põe em confronto (*id.:* 23) as "duas vivíssimas correntes de ideias - a radical e a conservadora - então dominantes na sociedade portuguesa" - que permite ao autor concluir (*id.:* 26): "vê-se perfeitamente que, tanto a organização como a condenação dos festejos de Pombal eram inspirados por motivos de ordem política e são um exemplo do aguerrido combate e intensa renovação de ideias, em Portugal, na última década do século XIX".

E, a concluir o testemunho de Magalhães Basto, a referência por ele feita a uma figura que, em seu entender, personifica a intensa actividade jornalística que se viveu no Porto durante este período: o recluso do Aljube da cidade, a quem antes aludimos, António Rodrigues Sampaio, que, apesar de ao longo da vida ter sido chamado a ocupar os mais altos cargos da Nação, morreu pobre, assevera o autor, que aproveita o ensejo para, ao sublinhá-lo, o elevar a arquétipo da classe (1939: 27): "Ele foi bem a encarnação do verdadeiro jornalismo, no seu melhor sentido do verdadeiro jornalismo dessa época e de todos os tempos".

Cabe a propósito abrir aqui um breve parêntesis para, *en passant,* aludir a outra obra (*Os Jornalistas do Porto e a Sua Associação,* 1925) em que Luiz Ferreira Gomes descreve pormenorizadamente os passos que conduziram à fundação da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a partir de uma reunião a convite dos redactores de *O Comércio do Porto*, reunião onde foram aprovadas duas propostas - uma a promover condigna manifestação de pesar pela morte de António Rodrigues Sampaio e a instituição de um prémio para o melhor aluno da escola da sua terra (S. Bartolomeu do Mar); outra, a sugerir o lançamento das bases de uma associação de jornalistas que tivesse como objectivo prioritário a criação de um montepio destinado a socorrer as famílias dos jornalistas que falecessem em circunstâncias precárias – cujo nexo de causalidade com a situação económica de Rodrigues Sampaio por ocasião da sua morte é, mais do que óbvia, irrefragável. Anelo concretizado menos de um mês decorrido, como refere o autor: "Foi assim que, para honrar a memória de António Rodrigues Sampaio, insigne jornalista por-

tuguez, benemérito da pátria e da liberdade, se instituiu no Porto, no trigésimo dia do seu passamento, a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto".

Do mesmo ano (do de Magalhães Basto, 1939) e de âmbito outrossim circunscrito, embora com diferente determinante visto ter na génese uma celebração, é o livro de João Paulo Freire, *O Diário de Notícias – da Sua Fundação às Suas Bodas de Diamante. Escôrço da Sua História e das Suas Efemérides*.

Edição comemorativa, não surpreende a sua dimensão valorativa - de que, entre tantas outras, é paradigmática a iniciativa da distribuição gratuita da edição popular de *Os Lusíadas* - nem o tom laudatório que o imbui nem, tão-pouco, que o fio condutor não se afaste acentuadamente, ao longo dos seus dois volumes, da determinante que lhe subjaz. Vale, ainda assim - para além das referências às inovações técnicas (que permitem a reconstituição de um percurso inovador) ou à censura (que, ao reflectir os acontecimentos noticiados e os vetados, acaba por revelar a história do país, com especial relevo para a primeira metade do século passado) - vale, dizíamos, pelas considerações que o polvilham e em que pontifica a objurgação de alguns vícios congénitos do português - a inveja, a maledicência e o anonimato da crítica: "Um dos grandes vícios do português foi sempre o uso e abuso da carta anónima, arma infame e infamante de que se servem todos quantos não conseguem estabelecer na sua atrasada mentalidade o predomínio da dignidade e da honra."

Diferente do anterior, mais próximo do que o antecede e, ademais, assaz elucidativo do que à inopinada explosão de periódicos respeita, é o livro de Rocha Martins (*Pequena História da Imprensa Portuguesa,* 1941, já referido a outro propósito[2]), ubertoso de informação diversa e que, após uma entrada dedicada aos primórdios do jornalismo, logo no terceiro capítulo põe a tónica no desmesurado florescimento de periódicos entre 1715 e 1832.

Período em que destaca a *Gazeta de Lisboa*, que, no seu número inicial (10 de Agosto de 1715) ainda se denominava *Notícias do Estado do Mundo,* designação que, com a "Vilafrancada" e a proclamação do regime liberal, passou a *Gazeta Constitucional do Governo* e, mais tarde (1942: 37), "Em 1834, a folha oficial denominou-se *Diário do Governo*", ocupando-se então "da publicação das leis", função que motiva a Rocha Martins o seguinte comentário (mordaz): "Para aquela

2 Cf pp. 11-13.

tarefa não eram precisos jornalistas." Gazeta cujo organizador e redactor era José Freire Monterroyo Mascarenhas e que, no primeiro número (*id.:* 27), "abria por um relato das diferenças entre a Alemanha e a Turquia", mas que "gozando de privilégio que lhe fora concedido, e auferindo os réditos com as notícias do Estado", era de pendor "semi-oficial" e cuja publicação impulsionou a criação de outros jornais, quase todos de vida fugaz (excepto o *Folheto de Lisboa*, que durou oito anos, pois (*id.:* 29) "saiu desde 2 de Janeiro de 1740 a 28 de Dezembro de 1748").

Efemeridade comum a muitos outros periódicos que continuaram a surgir e, ao mesmo ritmo, a extinguirem-se, como *verbi gratia* aconteceu no Porto, onde "aparecera uma gazeta, a primeira de ar científico", intitulada *Zodíaco Lusitano*, que apenas "viveu de Janeiro a Março de 1749". Destaque, ainda a norte, para o despontar de um semanário de índole diferente, intitulado a *Gazeta Literária*, "iniciador de outras produções espirituais" (*id.:* 30).

Outrossim marcante foi a criação do primeiro jornal publicado no Brasil, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, que assumiu especial relevância devido à circunstância de ser "o autêntico *Diário do Governo*" (id.: 33). Brasil em que saíram ainda o *Idade de Ouro do Brasil* e o *Correio Brasiliense,* e, em Londres, *O Campeão Português*. Mas foi a revolução "Vintista" que, no dizer de Rocha Martins (id.: 34), "deu origem a verdadeiro enxame de publicações, que deviam ser periódicas" da mais variada índole, tais como: Diário Nacional, A Regeneração de Portugal, o Português Constitucional, o Amigo do Povo, o Génio Constitucional, a Minerva Constitucional. Também os "absolutistas não se coibiram e tiveram o seu órgão denominado Correio do Porto." Surgiram ainda o Astro da Lusitânia e o Patriota e, dedicados às senhoras, o Periódico das Damas e o Toucador.

Prodigalidade que não pode deixar de causar estupefacção (ou talvez não…), precipuamente no contexto em que ocorre, e que Rocha Martins (*id.: ibid*.) retrata de forma lapidar: "Os periodistas de talento viviam afastados das folhas, onde pontificavam os estafetas que, recebendo ordens, as exageravam. Não existia ainda o jornalista na acepção da palavra, o que veio depois a entregar-se à missão de esclarecer e batalhar, deixando de ser artífice para fazer obra de missionário e paladino."

Relatando em seguida o que designa por "Período Romântico da Imprensa (1833-1850)", o livro não elide a contribuição da Revolução Francesa, que (1942: 37) "provocara um grande movimento

jornalístico" ("a imprensa era mais poderosa do que os exércitos"), não obstante se estar "ainda longe do [seu] desenvolvimento sob o ponto de vista da informação universal", porquanto "os jornais eram políticos e polemistas". Inicia esta época (do liberalismo) o Crónica Constitucional do Porto (1832), a que se seguiu o Chronica Constitucional de Lisboa (1834); o Nacional ("que se publicou de 1834 a 1842, foi um diário importante"), o Periódico dos Pobres e o Jornal do Comércio. Também os "miguelistas tinham o seu órgão, o *Echo*" (*id.:* 38); os cartistas, o *Diário do Povo*; os setembristas, o *Povo Soberano*, existindo ainda, no dizer do autor (*id.:* ibid.) "numerosas folhas-relâmpagos que faiscavam e se sumiam", de que A Aurora é exemplo. Referência especial para o *Grátis*, sobretudo pela forma como (*id.:* 39) "previa o futuro da publicidade, verdadeiro sustentáculo dos jornais."

Não é, por isso, descabida a afirmação do autor (*id.: ibid*.) de que "as publicações eram avalanche neste período romântico", pois "havia-as de todas as especialidades", inclusive de teatro ("que começava a apaixonar os lisboetas e os portuenses") e as satíricas. Começaram também a aparecer e a proliferar as gazetas (*id.:* 40), "rurais, médicas, militares e de jurisprudência", e a aumentar a "tendência para o género de publicidade" (Avisador Lisbonense, Noticiador e o Pregoeiro, "que se distribuía grátis"). Tratava-se, no fundo, de "folhas sustentadas pelo comércio, e que publicavam romances, notícias, versos", entre outros e em que a habilidade residiria "em juntar a esse género o noticiário quotidiano […] e conseguir leitores pagantes." Ou seja: "Viver-se-ia do público em geral, em vez de ser-se sustentado por facções", ainda que para tal fosse condição sine qua non "ser incolor". A *Revolução de Setembro* foi, neste período, o jornal que mais destaque assumiu, porque, concomitantemente, o "de maior sensação e de larga longevidade" (52 anos), tendo para tal superado várias fases (*id.: ibid.*): "paladino do Setembrismo, da revolta de Passos, o radical, passando, depois, a regenerador e à Esquerda Dinástica."

O capítulo seguinte, o quarto, que começa (*id.:* 46) por enfatizar a força emergente da imprensa (tanta, que mesmo "a religião, que até àquela data não precisara de defesa" vem apoiar-se nos prelos), procede à disquisição de dois movimentos marcantes da imprensa portuguesa: por um lado, as publicações jornalísticas católicas (em número assaz pregnante, mas efémeras, "como sucedia à mor parte dos outros") - cuja acção foi muito movimentada e em que se destacou o *Correio Nacional*

(que, nas palavras de Rocha Martins (*id.:* 49), "era um diário com a sua evolução para moderno, inserindo noticiário e despertando as atenções"), desiderato não conseguido por outros (*A Cruz, A Ordem, O Portugal, A Liberdade e As Novidades*) - e, por outro lado, os periódicos operários. Os quais deram inegável contributo para o *volte-face* ocorrido. Com efeito, se nos regimes precedentes pontificara o abulismo ("o proletariado labutava fora de todo o campo idealista"), foi o "Constitucionalismo", que "levou os trabalhadores às lutas partidárias", não obstante o grande *handicap* de que enfermou a propagação de jornais deste tipo: "o proletariado não sabia ler". Tendo existido vários - tantos "que é impossível citá-los" (*id.:* 56) pelo que se referem apenas os principais: *Eco dos Operários, Jornal do Centro Promotor, Tribuna dos Operários, Federação, Jornal dos Operários)* - nenhum outro periódico conseguiu vingar como *A Voz do Operário*, que, nas palavras de Rocha Martins (*id.: ibid.*), "tem cumprindo a sua missão desenvolvendo, extraordinariamente e em equilíbrio, a acção educativa e associativa, sem especular politicamente".

"Evolução da Imprensa" é o título do quinto capítulo, que logo no primeiro parágrafo (1942: 57) se refere ao *Jornal do Comércio*, à data decano dos jornais metropolitanos ("que nasceu do *Paquete Comercial,* fundado em 1852, tomando depois o título de *Folha Comercial da Praça de Lisboa*") como "o primeiro diário português que conseguiu manter-se dos seus próprios recursos e prolongar a existência" (viveu essencialmente de anúncios e de assinaturas), e que uma vez mudada a designação primava por "mais leve, rápido e captador".

Não é este, no entanto, o único exemplo de sucesso. Pelo contrário, são vários os mencionados: "Outro jornal que teria também carreira vitoriosa nascera no Porto, em 25 de Junho de 1854, sob o título o *Comércio*", denominação que em 1856 mudou para *Comércio do Porto* (e acerca do qual o autor diz (1942: 59) que "continua a representar um grande papel na Imprensa Portuguesa"); *A Revolta de Janeiro*, jornal progressista que saiu em 1 de Junho de 1868 para celebrar a «Janeirinha» (movimento de protesto contra os impostos) não conseguiu subsistir e sucedeu-lhe *O Primeiro de Janeiro* (que vingou, tornando-se "uma folha de grande voz" e um "atraente colosso da imprensa"); o *Diário de Notícias* (cujo primeiro número apareceu em 1 de Janeiro de 1865, com o subtítulo *Noticiário Universal*) que "manteve o seu equilíbrio, sendo apenas noticioso, e inaugurou o sistema de anúncios acessíveis, o que deu óptimo resultado", pois, diz Rocha Martins (1942: 63), "mantendo

o seu equilíbrio, sério e grave, alheio a campanhas, continuou a atrair as atenções do público e a ser o preferido para a publicidade"); e o *Jornal de Notícias* – saiu em 3 de Abril de 1865, "viveu até 25 de Agosto de 1887 e fundiu-se com o *Primeiro de Janeiro*" e só "em 2 de Junho de 1888, se lançou à publicidade o actual *Jornal de Notícias* – "que defendia o partido regenerador". Fundado por um grupo que rodeava o líder deste partido no norte, foi dirigido por Aníbal de Morais, que cumpriu integralmente o seu programa (*id.:* 64): "Havemos de estar sempre ao lado dos que mais do que ninguém, têm direito a não ser ludibriados, dos que labutam eficaz, mas ingloriamente, do povo enfim".

Mais tarde (1876) apareceu (a partir de *A Discussão*) o *Correio da Manhã*, periódico que passou por algumas vicissitudes, mas que com a proclamação da República ganharia enorme relevo ("o êxito do periódico foi assombroso"); também as *Novidades*, de Navarro (cujo primeiro número saiu em 1 de Janeiro de 1885), "representaram um grande papel"; e, por último, o *Diário Ilustrado* (1872), regenerador, que "embora se trate dum jornal especial […] teve a sua aura", adquiriu notoriedade, sobretudo graças à secção *High-Life*, "onde se inscreviam todas as notas da sociedade" (*id.:* 72).

"Fases da Imprensa Republicana e Doutrinária", assim se designa o sexto capítulo da obra de Rocha Martins, que revela, logo a abrir (1942: 73), haver sido pela mão de João Cândido de Carvalho que surgiu o primeiro jornal republicano português: "Publicou o *Cortador* (1837) e, dois anos depois, o *Azorrague*, a que se seguiu o *Democrata*, provando-se assim a tendência revolucionária antidinástica." Por influência da revolução que proclamou a República em França, foram depois postos a circular, clandestinamente, *A República, O Republicano, Alvorada, o Regenerador e a Fraternidade*, para só citar alguns da quantidade que ia surgindo.

Entretanto (1872) foi fundado oficialmente o partido republicano, sob cuja "égide republicana-democrata" João Bonança lançou o periódico *O Trabalho.* Muitos outros foram os jornais que continuaram a surgir, apesar de, paradoxalmente, não haver ainda "público para sustentar periódicos republicanos" (*id.:* 75), razão por que "todas as tentativas falharam". A excepção foi *A Liberdade* (ainda assim só entre 1879-1885) e, mais tarde (1881), o *Século*. A nível regional sobressaiu o *Povo de Aveiro* – semanário cujo fundador e director, "Jornalista de raça" no dizer de Rocha Martins (*id.:* 79), "possuía todos os predicados da profissão:

boa prosa, […] estudioso, sabedor" – que "atingiu tiragens formidáveis no período do regicídio e no reinado de D. Manuel II, pois proclamava verdades que ninguém se atrevia a escrever, nem mesmo a balbuciar". Outro jornal de grande popularidade foi *A Folha do Povo* (1881), o oposto de *A Luta* (1900), que (*id.:* 82) "pretendeu ser o jornal republicano intelectual por excelência"; um dos jornais "de maior êxito, talvez porque pouco o preocupava a política e muito a informação sensacional" foi *A Capital* (1907), que tem a particularidade de incluir na sua redacção, além de vários jornalistas de renome, a primeira mulher jornalista em Portugal (Virgínia Quaresma). Mas "o jornal republicano de maior publicidade, no período revolucionário, foi o *Mundo*" (1900), que "se tornou órgão avançado do partido republicano" e cuja secção «Diz-se» teve êxito de escândalo. A *Vanguarda* foi também "um dos jornais republicanos de categoria". Lugar de destaque na imprensa republicana "compete, indubitavelmente, à doutrinária *República* (1911). E dado serem inúmeros os jornais e outras publicações republicanas, citaremos, a concluir, apenas o *Portugal*, o *Popular* (doutrinário), a *Pátria*, o *Diário de Lisboa* ("um jornal da tarde, republicano independente, equilibrado, moderno e literário") e, "no campo propriamente doutrinário, social e literário", onde tem um grande papel, a *Seara Nova.*

O sétimo capítulo da obra detém-se sobre "Outras Folhas de Combate", com especial enfoque naquele que foi (*id.:* 91) "um dos jornais combativos monárquicos, no período agitado da República", o *Diário Nacional*. Além do qual apenas são referidos o *Pátria* (Porto), o *Liberal* e o *Diário da Manhã* (que viria a tornar-se órgão do Estado Novo).

"Periódicos da Província, Açores, Madeira e Colónias" é o título do capítulo em que Rocha Martins enumera, de forma não exaustiva, os periódicos que foram saindo pelo país. A começar por Coimbra (1942: 93), que "publicou periódicos literários em avalanche, e fugazes", o primeiro dos quais foi o *Jornal de Coimbra*, em 1812, seguido do *Despertar Nacional*, em 1821 e, mais tarde, em 1856, *O Conimbricense* (doutrinário liberal). Mas outras cidades se foram dotando dos seus próprios jornais, de que referiremos uns quantos, exígua percentagem da listagem coligida e aduzida pelo autor. Tais como: Aveiro (*Distrito de Aveiro, Campeão das Províncias, Campeão do Vouga*); Santarém (*Eco de Santarém, Scalabitano*), Viseu (*Viziense, Viriato*), Lamego (*Lamecense*), Setúbal (*Setubalense*), Figueira da Foz (*A Voz da Justiça*), Braga (*Diário do Minho*), Elvas (*Voz do Alentejo*), Caldas da Rainha (*O*

Caldense), Tomar (*A Verdade*), Vila Real (*O Transmontano*), Águeda (*Soberania do Povo*), Évora (*Diário do Alentejo*), Leiria (*Leiriense*), Abrantes (*Jornal de Abrantes*) e Tavira (*A Província do Algarve*). Movimento que se estendeu não só às ilhas – onde, nos Açores em particular (*id.:* 97-98), "houve sempre muitos periódicos, sendo o mais antigo das ilhas e do País o *Açoreano Ocidental* 18 de Abril de 1835)" – como também às colónias "onde começou a desenvolver-se a Imprensa, sobretudo nas do Oriente".

"Periódicos satíricos houve muitos […] mas, propriamente de crítica pela caricatura, só se iniciaram com os maus desenhos de *O Procurador dos Povos* (1838-1848)", afirma Rocha Martins (1942: 100) a iniciar o nono capítulo, no qual se debruça sobre esta modalidade peculiar de crítica, âmbito em que o criador do "Zé Povinho", Rafael Bordalo Pinheiro – igualmente responsável pela fundação de vários periódicos *(Mapa de Portugal, O António Maria e A Paródia)*, destarte fazendo "mais para o advento da República com os seus jornais do que outros jornalistas do partido" –, "artista e fundador de uma dinastia de talentos" foi, mais do que uma das figuras de destaque, "o verdadeiro mestre da caricatura em Portugal".

No décimo e último capítulo, subdividido em duas partes, o autor tece diversas considerações em torno da Imprensa, identificando, na primeira, os principais panfletários - José Agostinho de Macedo e Frei Fortunato de S. Boaventura, a que junta Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, cujas *Farpas* "constituíram trabalho demolidor mas literário e de alta influência nos costumes"), Fialho de Almeida, João Chagas, José Caldas e Manuel Ortigão Burnay) - cuja função explica (1942: 107): "deve ser um escritor em ataque aos regimes, correndo perigos e nanja os que alvejam os adversários à sombra do poder". No que à segunda parte respeita, são exploradas diferentes variedades de periódicos: preferencialmente ilustrados - o primeiro dos quais se intitulava *Armazém Interessante* (1807), a que se seguiu o *Panorama* e, três anos depois, o *Arquivo Pitoresco* (que, diz o autor (1942: 109), "acusava já um grande progresso gráfico"); a *Ilustração* (também designado *Jornal Universal* (que "era propriamente o primeiro ensaio no género periódico" e reflexo dos entretanto surgidos em Londres e Paris); a *Ilustração* ("uma tentativa coroada de êxito"), "os semanários notáveis de *Leitão de Barros, Domingo Ilustrado, Notícias Ilustrado e Século Ilustrado*", e a *Vida Mundial Ilustrada*, categoria em que nem todas as tentativas efectua-

das foram bem sucedidas – além de "outros periódicos interessantes e de muita leitura" como os desportivos, com êxito uns, efémeros outros. O mesmo podendo dizer-se em relação aos de cinema e de teatro, aos infantis (numerosos) e (*id.*:113) "bem assim aos de toureio, hipismo e também às centenas de periódicos de especialidade, os de agricultura, medicina, jurisprudência, militares […] e de anúncios."

Deste mesmo ano (1941) é o livro *Relances sobre os Três Séculos do Jornalismo Português: Conferência Proferida na Câmara Municipal de Lisboa, em 29 de Novembro de 1941* – na essência, versão escrita de uma conferência, identificada no título, pelo autor proferida – em que, amplificando a dimensão temática do de Magalhães Basto (que se cinge ao portuense), Alfredo da Cunha discorre, delimitando-as e caracterizando-as, sobre o que considera serem as três épocas do jornalismo em Portugal.

Começando por um exercício, misto de crítica (àqueles que haviam prometido escrever a história do jornalismo português até à data) e de auto-elogio congratulatório (por ter sido ele próprio a fazê-lo e, ademais, a vê-la publicada, pela Academia das Ciências, sob o título *Elementos para a História da Imprensa Portuguesa*), Alfredo da Cunha passa em seguida ao que considera serem as três épocas do jornalismo em Portugal:

- a época *antiga*, "ou sejam os 180 anos decorridos desde o aparecimento da *Gazeta* de Novembro de 1641, até à promulgação da Lei que em 1821 instituiu no país o novo regime legal para a imprensa, preceituando a sua liberdade, e, com esta, a abolição da censura prévia" (1941: 4);

- a época *moderna*, que decorre entre 1821 e 1890, "ano em que terminou o período de mais ampla tolerância de que até agora [o jornalismo] gozou" (id.: 5); convém, no entanto, não elidir ser também deste período a Lei (de 17 de Maio de 1866) "que concedeu à imprensa periódica regalias que nunca, antes nem depois, foram igualadas."

- e, por último, a época *contemporânea*, que se iniciou com o reinado de D. Carlos e (id.: 5) "a primeira reacção do poder contra a acção demolidora e revolucionária da imprensa, parte da qual atacava violentamente as próprias instituições e a pessoa do seu mais alto representante."

Segundo o autor, a época *antiga* foi vivida em tempos de conflito, no reinado de D. João IV, o qual, reconhecida a falta de apoio do povo para lutar contra Castela - importa não escamotear (1941: 6) "a acção dos corruptores de consciências, de dentro e de fora de fronteiras", bem como o "facto de não poucas gerações terem sido nadas e criadas sob a influência do domínio estrangeiro." -, sentiu a necessidade de fazer chegar a sua mensagem ao povo. Conhecidos que eram "os efeitos persuasivos que as relações e outros papéis volantes tinham operado no espírito do povo", pensou-se que uma folha seria de grande "utilidade para a causa dos patriotas portugueses" (*id.:* 7). Assim surgiu a *Gazeta* "da Restauração", cujo primeiro número documentado é de Novembro de 1641 e que foi publicada pelo menos até 1647. Esta, que era essencialmente noticiosa, destinava-se, de começo, a relatar "as novas todas que ouve [sic] nesta Corte, e que vieram de várias partes." Novas que a partir de Outubro de 1642, "deixaram de ser do reino e limitaram-se […], às de fora dele". Apenas em 1663 surgiu um novo periódico – o *Mercúrio Português* – (redigido pelo Dr. António de Sousa de Macedo), que desapareceu de circulação em 1666. Com o regime de censura então vivido em Portugal, apenas em 1715 surge um outro periódico digno de menção – *Notícias do Estado do Mundo* (título do primeiro número e que no segundo ostenta já o de *Gazeta de Lisboa)*, que sofreu algumas interrupções e viria a desaparecer de circulação a 24 de Julho de 1833, com a entrada das tropas libertadoras em Lisboa, embora na altura já sob o título único *Lisboa*. Tratava-se de uma "folha semi-oficial, sempre portanto subordinada à vontade de quem governava", "Literariamente, quase toda sem merecimento", constituindo, no entanto, "um valioso repositório de elementos e subsídios para a história pátria." (id.: 9). Outras publicações surgiram neste período, mas das quais "pouco há a dizer" além de, por norma, terem existência fugaz.

Finda a contextualização histórica da época *antiga*, Alfredo da Cunha passa à seguinte, a época *moderna*, acerca da qual, premonitório, assevera (1941: 16), "muito longe me levaria historiar, posto que resumidamente, o que foi o jornalismo de 1821 a 1890." Alerta pleno de pertinência e propriedade, pois se, como o autor diz (1941: 16), a "revolução de 1820 […] trouxe a instituição legal do novo regime regulador da Imprensa.", e é um dado factual que as Cortes Constituintes, em 1821, "discutiram e aprovaram as bases da Constituição que D. João VI veio a aceitar em 1822", não menos verdade é também que o soberano as veio

"a rejeitar em 1823". O que "durante algumas interessantes sessões" constituiu o "objecto dos primeiros trabalhos das Cortes de 1821", sessões "em que se fizeram ouvir", "combatendo a censura prévia […] ou defendendo-a", "os mais eloquentes membros do Congresso". Acontece, contudo, que, apesar da "urgência que se reconheceu na resolução do assunto", certo é que (*id.: ibid.*) "durante os seguintes anos de absolutismo e de liberalismo, ficou apenas na letra, quer das mencionadas bases […], da mesma forma que na da Carta Constitucional de 1826, a abolição da censura prévia, que só entrou na prática depois da lei de 22 de Dezembro de 1834." Por outras palavras: se "até então, os absolutistas mantiveram-na, como era lógico", também "os próprios constitucionais, que proclamaram o seu banimento, não deram execução ao que decretaram." (*id.: ibid.*). Os argumentos é que, de patéticos, não podem deixar de causar estupefacção: no dizer de "um dos cotados, o deputado vintista Inocêncio António de Miranda, Abade de Medrões", "Os portugueses têm os olhos ainda muito doentes para verem de repente tanta luz». (*id.:* 17).

E, segundo Alfredo Cunha (1941: 17), "Nesse ambíguo regime de temor e de desejo de dar largas às regalias outorgadas, de medo e de ânsia de abolir a censura preventiva se viveu durante os 12 ou 13 anos consecutivos ao das Constituintes." Porém, após a "lei de Dezembro de 1834, de acentuado cunho liberal" (*id.: ibid.*), o número de publicações periódicas aumentou exponencialmente (17), passando para 54 no ano seguinte e para 67 em 1836, tendência que se manteve "até 1850, ano da lei de Costa Cabral alcunhada - «das rolhas» - em que desceram a 15." Continuando as "oscilações da produção jornalística" a acompanhar "as da tolerância ou intolerância com que era tratada a Imprensa" não surpreende que o ano de "1866, em que foi promulgada a mais amplamente liberal de todas as leis portuguesas que a tem regulado" (*id.: ibid.*), tenha sido aquele em que o número de periódicos fundados atingiu os 80, "chegando a mais de 200, vinte anos depois."

Cabe ainda referir, a concluir a apreciação deste segundo período, ser o mesmo caracterizado por Alfredo da Cunha (1941: 19) não só como o da "mais perfeita segurança dos processos jornalísticos" mas também aquele em que "começaram a ser tratadas, com mais desafogo e elevação, as grandes questões políticas e sociais." E, no que à parte material respeita, aquele em que "é considerável o aperfeiçoamento nos sistemas de impressão e nos trabalhos de gravura que ilustram diversas publica-

ções literárias." Razão por que, com plena propriedade, o autor, invocando um escritor francês, pode afirmar (*id.:* 24): "O antigo jornalismo, era apenas um agente de propaganda, uma arma de combate; o novo jornalismo tornou-se ao mesmo tempo uma indústria, pela importância dos capitais nele empregados e pela adopção de processos mecânicos consideráveis." Papel inovador que entre nós coube a Eduardo Coelho, o mesmo que neste período foi precursor "até quanto ao sistema de se oferecer ao público, o inovador processo de venda ambulante que com tão bons resultados adoptou" (*id.:* 24), os 'ardinas', os quais apregoavam os títulos dos jornais pelas ruas dia e noite.

Quanto à época *contemporânea*, que tem início com o decreto de 29 de Março de 1890 - onde "textualmente se declarava que os governos se viam obrigados «ou a recorrer continuamente às disposições extremas da legislação respectiva, como a apreensão dos jornais, ou a sair para fora da lei, estabelecendo de facto a censura prévia»." (1941: 5) - Alfredo Cunha (*id.:* 31) diz apenas nela não se deter, "Não só, [porque] por muito chegada a nós, ela é suficientemente conhecida, mas também acho cedo de mais para a apreciar e criticar." Razão por que, explicita (*id.: ibid.*), se limitará a recordar que esse período principia com o decreto antes citado, "que, justificando a providência com os excessos e desmandos dos jornais políticos, suprimiu o júri nos julgamentos dos crimes de abuso de liberdade de imprensa, o que se reputou ser contra esta o mais grave dos golpes que lhe podiam ser vibrados." Golpe que não foi, contudo, o único: a ele sobrevieram, em 7 de Julho de 1898 e a 11 de Abril de 1907 (portanto, ainda em tempo de Monarquia), as leis gerais, e, "já em República, a de 28 de Outubro de 1910"; ao que acresce (*id.:* 32), "mais tarde, por ocasião e motivo da grande guerra dos quatro anos, os decretos sobre censura prévia".

Paradoxalmente, contudo, mantinha-se ainda em vigor "o decreto nº 12.008, de 29 de Julho de 1926, com o qual […] se "pretendeu apenas dignificar o exercício (da liberdade de imprensa) colocando-o à altura das profissões mais nobres." O que leva Alfredo Cunha (*id.:* 32) a comentar:

> O certo é que, presentemente, ao mesmo tempo que aos jornalistas se lhes exalta e prestigia a profissão, concedendo-lhes regalias especiais, constituindo-os em sindicato e dando-lhes representação na Câmara Corporativa, à imprensa, por um lado, aplica-se-lhe o regime – curiosa antinomia de dois vocábulos homógrafos! – da licença (permissão)

> como preventivo contra a licença (abuso), e por outro, atribuindo-se-lhe «uma função de carácter público», confia-se-lhe o honroso papel de auxiliar dos governantes no que respeita aos assuntos de interesse nacional. Assim é nobilitada e lhe é reconhecido o préstimo pela Constituição vigente.

Diferente dos anteriores quanto ao ângulo escolhido para perspectivar o tema e pouco extenso (visto tratar-se da versão escrita de mais uma conferência proferida pelo autor, desta vez na Sociedade de Geografia de Lisboa), mas outrossim crucial para a compreensão da matéria em apreço nesta rubrica, é o livro *Jornalismo Nacional: das Malogradas Associações de Imprensa à Alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses* (1941) de que, embora a outro propósito, já falámos no início desta rubrica. Livro que Alfredo da Cunha organiza em torno de quatro tópicos-chave: o desenvolvimento do associativismo jornalístico no país; as tensões e discussões que dividiam os jornalistas portugueses entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX; os processos de profissionalização e os de busca de prestígio e relevância sociais dos jornalistas.

Começando por um tópico que, de tão recorrente nele, se crê aprouver-lhe particularmente – a celebração do tricentenário da *Gazeta* "da Restauração", et maxime o seu papel nessas comemorações - , diverge depois para temas "colaterais" e só mais adiante (1941: 10) chega ao que consubstancia o propósito da conferência (e do livro): "recordar como o jornalismo se tornou profissão e os jornalistas constituíram classe, com fins também de cultura e de propaganda patriótica" em Portugal.

O que permite confirmar não ser a história da profissionalização dos jornalistas um tema desdenhado pelos primeiros teorizadores do jornalismo em Portugal, conquanto, como Alfredo da Cunha (*id.:* 10-11) afirma, a propósito:

> Só no século XIX o jornalismo chegou a ser verdadeira profissão e os jornalistas formaram classe e tiveram consciência do prestígio que resulta da sua união e da força que representa a sua acção colectiva. Nem o sentimento gregário podia manifestar-se nos escritores de jornal, nos dois séculos precedentes, em que, por vezes, não havia periódicos durante largos períodos, ou os havia em tão limitado número, que todos os seus redactores e colaboradores caberiam juntos à volta de uma pequena mesa de redacção. Bastará notar que, enquanto nos últimos 28

> anos do século XVIII, se regista o aparecimento apenas de 18 folhas periódicas, durante o mesmo número de anos, no reinado de D. Luiz, de 1861 a 1889, fundaram-se em Portugal mais de 3.000.
> O espírito associativo não podia revelar-se com o aparecimento esporádico ou isolado dum Franco Barreto, ou dum Sousa Macedo, no século XVII, […] ou dum Félix Castrioto no século seguinte. E mesmo depois deste, as folhas periódicas levaram tanto tempo a adquirir foros de jornalismo como hoje em dia o compreendemos, que Teixeira de Vasconcelos, mestre no assunto, ao traçar a biografia de António Rodrigues Sampaio, avançava que em 1820, elas «ainda não eram jornais no verdadeiro sentido da palavra, posto que diariamente se publicassem. Eram gazetas.» Isto embora fosse nas *Gazetas* imediatamente posteriores à independência da nação, e não em publicações anteriores à dinastia de Bragança, que ele próprio filiasse o jornalismo em Portugal.
> Foi no primeiro quartel do século XIX que os jornais e os jornalistas aumentaram em número e a imprensa periódica progrediu e se desenvolveu rapidamente em quantidade e qualidade. Assinalaram-se então escritores como José Agostinho de Macedo […] e outros de somenos valor, mas que deram movimento e vida ao periodismo da época. Essa vida e movimento foram-se acentuando a tal ponto, que habilitaram, em 1880, os promotores das festas comemorativas do tricentenário da morte de Camões, a criar em Lisboa a primeira *Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses.*

O autor acrescenta ainda (*id.:* 11) haver sido improfícuo o primeiro esforço associativo dos jornalistas - tentado por António Augusto Teixeira de Vasconcelos, que, em 28 de Julho de 1870, num jantar de escritores e jornalistas, propôs a criação de uma Sociedade de Homens de Letras (à imitação da francesa) - e que só dez anos volvidos, Eduardo Coelho renovara essa iniciativa, sugestão acolhida e sintetizada por Mendes Leal que veio a pronunciar-se a favor desse associativismo, nestes termos (Cunha, *id.:* 12): «O ascendente influxo da *imprensa-instrumento,* deu origem à *imprensa-instituição*; e «do desenvolvimento da *imprensa-instituição*, com suas contingências e riscos, espontaneamente brotou a *imprensa-associação*.»

Digna de registo é também a evocação, feita por Alfredo da Cunha, do percurso das diferentes associações e grémios profissionais dos jornalistas portugueses fundados em Lisboa, a saber, por ordem cronológica:

1. *Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses.* Fundada,

segundo o autor (*id.:* 14), "pelas 10 horas da manhã do dia 10 de Junho" de 1880 (aquando das festas comemorativas do tricentenário da morte de Camões), e tendo como objectivos prioritários (*id.:* 13) "estabelecer uma biblioteca do jornalismo português, um cofre de coadjuvação editorial, um júri de honra para os conflitos de Imprensa e organizar cursos livres de ciências naturais e sociais", viu os seus estatutos serem aprovados a 14 de Outubro de 1880. Estatutos em que se explicitava (*id.: ibid.*) que a colectividade tinha por fim "promover e defender os interesses legítimos, morais e materiais, das colectividades ou corporações formadas pelas classes que a constituem, e individualmente os interesses dos seus associados, em tudo ao que diga respeito ao exercício da sua profissão". António Rodrigues Sampaio, redactor principal do, à data, jornal mais antigo do país (o *Revolução de Setembro*), decano dos jornalistas portugueses e, no dizer de Cunha (*id.:* 14), "a mais veneranda figura da Imprensa daquele tempo", foi o seu primeiro presidente. Entre os fundadores pontificavam jornalistas como António Enes, Emídio Navarro, Brito Aranha, Urbano de Castro; publicistas como António Coelho, Adolfo de Serpa e Luciano Cordeiro; poetas como Tomaz Ribeiro, Gonçalves Crespo, Bulhão Pato; professores como o Conde de Ficalho, Fonseca Benevides, elite a que aderiu, posteriormente, parte não despicienda dos mais reputados jornalistas e outros, "enfim, o escol da literatura, da ciência e do periodismo da capital naquela época" no dizer de Cunha (1941: 14). O que não obstou a que a associação "Longe e muito abaixo dos altos fins almejados" - apesar de alvo (em Janeiro de 1885) de uma tentativa de revitalização desencadeada por uma revisão estatutária - viesse a extinguir-se (com escasso número de projectos concretizados e, ademais, sem conseguir cativar sócios ou, como Alfredo da Cunha (id.: 16) assegura, "nenhum outro jornalista de fora de Lisboa conseguiu alistar, além do respeitável portuense […] Manuel de Sousa Carqueja").

2. Associação de Jornalistas (de Lisboa), depois também designada por (segunda) Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. De acordo com Lourenço Cayolla (citado por Cunha, 1941: 18), esta associação foi fundada por ele próprio, Trindade Coelho (pai) e Alfredo Cunha - quando, em 1896, "três amigos dedicadíssimos, nos consagrámos a ressuscitar a antiga Associação dos Jornalistas, considerando uma vergonha que uma classe de tanta força e poderio continuasse a existir sem sombra de organização, nem agremiação que a representasse." - a

que se juntaram Magalhães Lima e Brito Aranha, que já tinham estado na Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. Com objectivos mais ambiciosos que os da anterior, os desta eram (Cunha, 1941: 20) «pugnar pelos direitos e interesses da Imprensa periódica, da literatura, arte e ciência da pátria, e promover os seus progressos», podendo «proteger e auxiliar os seus associados quando circunstâncias especiais, reconhecidas pela Associação, os colocassem em situações de precisarem de protecção e auxílio».

Em termos de longevidade, "Durou esta Associação quase o dobro do tempo da primeira", sendo também "muito maiores [os] serviços [que] prestou à classe" - que Cunha (*id.: ibid.*) especifica: "defendendo os jornais e os jornalistas, num período agitado de frequentes ataques, por parte dos governos, à liberdade de Imprensa" –, tendo o seu momento alto ocorrido em 1898, quando organizou o Congresso Internacional da Imprensa, que reuniu em Lisboa Cunha (*id.: ibid.*) "a maioria dos mais notáveis vultos do jornalismo europeu, e alguns também da África e da América" num total de 343 jornalistas (102 dos quais franceses) de 17 países estrangeiros e de diferentes ideologias políticas. No evento foram discutidos "temas de inegável importância para a Imprensa periódica de todos os países", para o jornalismo da época, como as teses constantes da ordem do dia confirmam (*id.:* 23):

a) Tarifas telegráficas internacionais;
b) Criação e funcionamento do *Bureau* Internacional dos correspondentes;
c) Propriedade literária dos artigos políticos;
d) Ensino profissional do jornalismo;
e) Criação e atribuições de um tribunal de arbitragem internacional;
f) Relatório comparativo acerca das diversas legislações da imprensa;
g) Criação de cartões de identidade para servirem aos jornalistas no estrangeiro.

A Associação enviou também, conta ainda Alfredo da Cunha, delegados a vários congressos de jornalistas realizados no exterior. Todavia, apesar do dinamismo evidenciado – e de que estas iniciativas são cabal demonstração - , as suas actividades foram decaindo e nem a remodelação dos estatutos, em Fevereiro de 1907, nem a alteração da denominação para *Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*, cons-

tante nos novos estatutos, a salvaram da extinção, corolário, em larga medida, do seu carácter elitista, já que, como afirma Alfredo da Cunha (1941: 24-25), "só intentava congregar [...] escritores tirocinados e categorizados, de reputação feita no meio literário português – a aristocracia da imprensa."

3. Associação da Imprensa Portuguesa. O carácter acentuadamente elitista da associação precedente é, segundo Cunha (1941: 25), a causa imediata do aparecimento de outra "colectividade de mais democrático recrutamento de sócios e menos onerosa quotização" ou seja, menos elitista, pois não só permitia que também os informadores e os repórteres (duas das categorias profissionais dos jornalistas de então) acedessem à condição de sócio como cobrava uma quota mensal cujo valor era pouco mais de metade do praticado pela Associação de Jornalistas. A *Associação da Imprensa Portuguesa*, assim se chamava (*id.: ibid.*), "a cujos estatutos o alvará de 14 de Julho de 1898 deu aprovação, embora se considerasse fundada, desde 6 de Setembro do ano anterior, por iniciativa dos jornalistas Alberto Bessa, José de Lemos, Vieira Correia e Ludgero Viana." Se as duas razões invocadas não eram as únicas, a verdade é que foram determinantes para a rivalidade em que ambas as associações acabaram (*id.:* 25):

> a considerar-se rivais ou émulas, e os seus membros em lugar de, associativamente, viverem como, uns com os outros, viviam nas redacções dos jornais, de que todos, ou como dirigentes ou como dirigidos, eram cooperadores, cada vez mais seguiam direcções diversas e concorriam para formar na imprensa de Lisboa duas correntes, se não contrárias, pelo menos separadas e enfraquecedoras daquela almejada união que a todos daria prestígio e força.

Apesar da dispersão que uma 'conflitualidade' como a antes referida não pode deixar de implicar, são inquestionáveis, na perspectiva de Alfredo da Cunha (*id.:* 26), os aspectos em que a Associação da Imprensa Portuguesa mais se distinguiu, os "apreciáveis serviços" que "esta associação prestou à classe. Além dos socorros pecuniários que distribuiu a associados, ou a viúvas e órfãos por eles deixados na miséria, e da acção exercida a favor da imprensa em assuntos que à liberdade e regalias desta mais interessavam, realizou uma curiosíssima exposição de imprensa (…)".

4. *Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa* (mais tarde, a partir de 1924, *Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa*). Fundada em 1904, visava, segundo Alfredo da Cunha (1941: 29), "o estudo e defesa dos interesses económicos comuns dos seus associados, a organização de uma biblioteca e a fundação de aulas para sócios e seus filhos.", e foi, ainda na opinião de Cunha (*id.:* 30), "a que mais anos viveu, melhor compreendeu e executou a sua missão de previdência, e mais avultada soma conseguiu recolher no seu cofre, para aplicações de utilidade comum", pese embora ter sido (*id.:* 29-30) a "que mais despretensiosamente se apresentou, e que menos favorecida foi pela adesão dos maiorais do jornalismo". Os textos dos seus *Boletins* contribuíram (como acontece logo com o primeiro), no dizer de Alfredo da Cunha (*id.: ibid.*), para explicitar "o que seja profissional da imprensa, por motivo da concessão da *Carteira de identidade*: «é redactor, repórter, informador, fotógrafo ou desenhador que trabalha na imprensa diária e pela profissão aufira todos ou uma parte importante dos seus proventos» mas também discutem outras questões relevantes para os jornalistas da época, como o contrato de trabalho, as condições de exercício da profissão, as condições de existência dos jornalistas ou a criação de uma escola de jornalismo. Aliás, deste primeiro *Boletim do Sindicato,* datado de 1926, consta ainda um documento (id.: 33) emanado da Direcção dos Serviços das Associações Profissionais, que mostra que em Junho de 1925 apenas a *Casa dos Jornalistas* (que tinha sido fundada em 26 de Março de 1921) e o próprio Sindicato (dos Profissionais da Imprensa de Lisboa) tinham existência legal. Referindo ainda Cunha (id.: ibid.) a propósito da primeira: "Entre os fins desta agremiação [a *Casa dos Jornalistas*], figurava a fundação duma *Casa de Repouso* para velhos, inválidos e doentes e a aquisição dum edifício para sede social".

5. Finalmente, por alvará de 16 de Outubro de 1940, foi instituído o *Sindicato Nacional dos Jornalistas*, cujos "fins são de três ordens: morais, culturais e materiais" (1941: 35), respeitando os últimos (*id.:* 36) "às condições económicas, de higiene, de segurança e de assistência dos associados;" e tendo os outros "por objecto o seu aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional, organizando, para tal efeito, círculos de cultura apropriados" e de representação da classe dos jornalistas, inclusive na Câmara Corporativa, onde tinha lugar reservado.

É a agitação ao longo de vários anos verificada que permite a Alfredo Cunha (*id.:* 34) tecer o seguinte comentário: "Do que tenho dito […] conclui-se que muito agitada e muito cortada de incidentes tem sido a vida associativa dos escritores e jornalistas de Lisboa". Com efeito (*id.: ibid.*), "Nem menos de onze associações, que eu saiba, ali se projectaram e se fundaram – e perdoe-se-me o jogo de palavras - ali se afundaram!" ou, como diz depois, "Projectaram-se ou morreram à nascença". É o caso da Sociedade de Homens de Letras, em 1870, e da Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses, que, crê-se, teve uma única assembleia-geral.

No que ao Porto concerne, o autor não deixa de lembrar (*id.:* 35) que, "Ali fundou-se em 13 de Outubro de 1882, […] a única associação de imprensa que em Portugal logrou viver mais de meio século, numa progressão constante de préstimo e de prestígio, e chegar a ser uma força social e um baluarte de defesa dos interesses dos seus associados - a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.", à qual (*id.: ibid.*) "se deveu a notável obra da *Casa dos Jornalistas*, obra, ao mesmo tempo, de inteligência e de coração […] em que se realizou um alto ideal de previdência, de incentivo aos que trabalham e de amparo aos que se invalidam (…)."

Quase a concluir, Alfredo da Cunha (*id.:* 36) destaca que "De certa data em diante, os legisladores começaram a ocupar-se frequentemente com os trabalhadores da imprensa periódica, para lhes conferirem regalias e proporcionarem facilidades no exercício dos seus misteres", legisladores que criaram uma carteira de identidade de jornalista (22 de Dezembro de 1924); um bilhete de identidade dos jornalistas da pequena imprensa e da imprensa regional (1931); e a carteira profissional (Janeiro de 1941). Sugere ainda (Cunha, *id.:* 36), *ab initio* lhe manifestando o seu apoio, a instituição de uma "Ordem dos Jornalistas, disciplinadora e orientadora". [aspecto por nós equacionado na rubrica "6. Jornalistas e Vida Profissional"]

E para encerrar com chave de ouro (como se de um soneto se tratasse), Cunha (1941: 38) tece os maiores encómios aos que ("Ao fim de dois séculos e meio de imprensa periódica em Portugal") nela trabalham, os quais "caracterizaram e definiram uma profissão *sui generis*, e constituíram uma classe das mais numerosas, e, manifestamente, também das indispensáveis hoje à vida e às exigências das sociedades modernas.", sublinhando ainda ter sido com o intuito de os proteger e dignificar a

profissão e a classe que foram instituídas as agremiações por ele antes referidas. Justificações bastantes para o alerta final (*id.: ibid.*):

> Ora […] o que é essencial para a sua reputação e influência, é que a imprensa periódica não justifique nem legitime as afrontas que lhe têm dirigido homens de universal renome, como Lamartine, ao acusá-la de, em cada linha, destilar ódio, calúnia e ultrajes, transudando corrupção e anarquia. O que é preciso é que a profissão de jornalista não se preste a ser incluída, como fez um professor da escola de medicina de Besançon, ao dissertar acerca da influência do *Jornalismo sobre a saúde do corpo e do espírito*, entre as profissões insalubres, e, como tal, sujeita a apertadas restrições que a impeçam de prejudicar, física e moralmente, pela perturbação e intoxicação dos leitores, os milhares ou milhões de indivíduos sobre quem exerce influxo e acção. E, como consequência, esse clínico receitava, em nome da medicina e da moral, e para cumprimento do aforismo – *mens sana in corpore sano* – a substituição, no jornalismo, das ideias desmoralizadoras e malsãs, pelas saudáveis, que são as verdadeiras e honestas.

E, daí, para o voto - em jeito de peroração (a conclusão do sermão, em que o pregador refere o que pretende que os ouvintes sigam como norma de vida futura) - que a fechar formula (*id.:* 39): "Seja pois, a imprensa periódica - hoje a primeira força impulsionadora do bem e do mal, a mais eficaz sugestionadora dos espíritos, e, por isso mesmo, a principal responsável pelas aberrações em que eles se transviem - que concorra para que as almas se elevem à altura das conquistas da inteligência e do saber (…)".

Ainda de 1941 e, no essencial, subordinado à mesma temática, é outro livro de Alfredo da Cunha (*Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*), onde o prolífico escritor se debruça sobre a história do jornalismo – mormente ao longo de três séculos (XVII, XVIII e XIX), a cada um dos quais dedica um capítulo (I: 35/63; II: 65/120 e III: 121/162, respectivamente) - livro amiúde citado noutras rubricas ao longo deste estudo, razão por que aqui lhe fazemos apenas esta referência.

À semelhança de vários outros livros do autor (mas não só dele), também o intitulado *Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiaristas* (1942) é a versão escrita de mais uma das conferências proferidas por Alfredo da Cunha no âmbito das comemorações do tricentenário da

imprensa portuguesa (1941). Não surpreende, por isso, que, no texto, em que passa em revista a génese da imprensa periódica portuguesa, defenda, uma vez mais, a tese (a sua) de esta ter nascido com a *Gazeta* "da Restauração", cujo primeiro número é de Novembro de 1641, argumento que evoca, e invoca, para demonstrar quão acertada foi a decisão, por si próprio proposta, de o tricentenário da imprensa portuguesa - comemoração que, como faz questão de relembrar, o Sindicato Nacional dos Jornalistas tomou a seu cargo - dever ser celebrado em 1941 (1942: 6): "de Novembro de 1641, mês a que a primeira *Gazeta* diz respeito, ou de Dezembro seguinte, em que provavelmente foi publicada".

Referindo depois a contradição entre ser "pouco habitual", à época, ler gazetas, e, devido ao "desejo de saber", crescerem as bibliotecas particulares, detém-se nas características físicas desta (formato exíguo, impressa em papel ordinário, num prelo manual rudimentar) e alude aos conteúdos (não ostentava artigos científicos ou literários) bem como à inexistência, entre os colaboradores (que, com segurança, nem sequer se pode afirmar quem foram, por acerca deles mais não haver que conjecturas) de grandes escritores da época.

No que ao motivo central da comemoração concerne, o autor relaciona-o (*id.:* 8) com o papel social do jornalismo, que permite ao público "ser alimentado na sua nunca saciada curiosidade, satisfazendo-se-lhe o natural anseio de saber novas e [...] de adquirir ilustração e conhecimentos [...] não por acaso ou fortuitamente mas com a regularidade e frequência de que lhe adveio o hábito [...] de se pôr ao corrente [...] do que vai pelo mundo", desiderato inexequível com as relações (inclusive nas de Severim de Faria), por lhes faltar esta periodicidade, razão invocada por Cunha para se opor aos que pretendiam comemorar o tricentenário da imprensa periódica portuguesa em 1926.

Discorrendo sobre a génese do jornalismo em Portugal, Alfredo da Cunha interroga-se sobre quem deve ser considerado o primeiro "gazeteiro"[3] português, mérito que retira a Manuel Severim de Faria, por existirem pelos menos duas publicações anteriores ao primeiro número das suas Relações: a *Relação da Enfermidade e Morte de El-Rei D.*

[3] Termo cuja afinidade com o vocábulo jornalista o autor comenta (em Jornalismo Nacional, das Malogradas Associações de Imprensa à Alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses) de forma que não deixa margem para dúvidas quanto à estreita relação entre ambos (1941: 17): "E tanto estiveram sempre ligados entre si [os que escreviam jornais e os que os vendiam] por uma colaboração íntima, que, nos primeiros tempos do periodismo em França, gazetier significava igualmente o escritor e o vendedor das gazetas."

Filipe III Com Todas as Novidades Que Sucederam na Corte Até Agora, de 1621, e a *Memorável Relação da Perda da Nau Conceição*. Além de que na perspectiva de Cunha, também Pêro Vaz de Caminha (1500), Fernão Mendes Pinto (1614) ou Garcia de Resende (1550) seriam excelentes candidatos a esse título (pp. 13-15).

A concluir, e referindo-se ao significado das comemorações, o autor salienta que o que se comemora é "o predomínio da imprensa periódica na maneira de sentir, de pensar e de agir", facto tão irrefragável que se a sua influência sobre os que "conduzem as nações" se extinguisse, o resultado seria "como que a paralisação ou o colapso de algumas das mais activas manifestações da vida social moderna."

Entrando agora no que de início designámos segunda parte, a que se reporta aos livros de âmbito mais confinado (porque, por norma, local), impõe-se, no entanto esclarecer, e desde já, que, *lato sensu* considerados, todos eles são, ainda assim, merecedores de uma referência, sucinta que seja, na medida em que cada um representa uma peça (mínima, eventualmente) imprescindível para a completude do imenso *puzzle* que é a cabal intelecção do jornalismo e da sua função numa época tão *sui generis* quanto a que constitui objecto deste estudo. Desiderato cuja consecução passa também pelo esquadrinhar dos mais recônditos cantos de cada um dos elementos do todo, entrando, inclusive, em domínios sectoriais cujo menor caudal produtivo não é sinónimo de menor qualidade: é o caso do jornalismo colonial e do médico, com que encerramos esta rubrica.

Porém, na impossibilidade, por demais óbvia, de, compulsada a bibliografia coligida, registar aqui a infinitude de notas concatenadas, tarefa cuja inexequibilidade ninguém questionará, detenhamo-nos sobre uns quantos exemplos, de *per si* elucidativos, começando, dado o seu lugar de destaque (além do de Mourato Grave já mencionado), pelos próximos, apresentados por ordem cronológica de edição:

1937
Imprensa Regional: Comunicação Apresentada ao Congresso Nacional da Imprensa Regionalista

Livro que é, no fundo, a comunicação apresentada ao Congresso Nacional da Imprensa Regionalista, em Mafra – congresso em que Carlos Galrão depositava grandes esperanças no que à valorização do

papel da imprensa regional respeita – e no qual o autor faz o historial da imprensa local: do primeiro semanário, a *Gazeta do Campo* (surgido em 1 de Janeiro de 1866), passando pelo *Jornal Noticioso, Agrícola e Literário,* cujo fim foi determinado pela saída de Mafra do principal redactor do semanário, do que resultou um hiato de vinte anos sem qualquer tipo de publicação até que, em 3 de Junho de 1887, nasceu o *Jornal de Mafra,* que, no entanto, devido ao seu acentuado pendor crítico levou ao aparecimento, em 25 de Dezembro de 1887, de outra publicação, *O Mafrense,* destinada a combatê-lo, mas que não teve muito sucesso (terminou em 1894). Conseguiu, ainda assim, estar na génese de um movimento pícaro: em consequência da causticidade de alguns dos seus artigos, o povo revoltou-se contra a vereação municipal e, em 1 de Julho de 1896, invadiu os Paços do Concelho. O que tornou necessária a existência de um semanário que informasse a população da "justiça das medidas camarárias". Assim sendo, começou a publicar-se, a 16 de Agosto de 1896, a *Folha Mafrense* (que terminou em Fevereiro de 1898).

O *Concelho de Mafra* foi outra das publicações da vila, tal como *O Despertar, o Liberal* (nascido em 1920 e extinto em 1924) a que se seguiram muitas mais, todas, no entanto, de existência fugaz (sendo por isso *O Concelho de Mafra* a publicação mais duradoura).

1943
Subsídios para o Estudo do Jornalismo Eborense

Após uma breve introdução, em que explica os motivos da sua luta em prol do engrandecimento e do prestígio do jornalismo eborense - não esquece o exemplo de Eça de Queiroz, que ali iniciou, como jornalista, o que viria a ser a sua carreira literária - o autor refere não ser o trabalho apresentado algo definitivo, antes esperando que se arvore em (mais um) incentivo para que a ideia não esmoreça, de modo a que Évora se possa afirmar e mostrar o que de importante tem, não só pela quantidade, mas sim pela qualidade do jornalismo português.

No primeiro capítulo, Câmara Manuel procura esclarecer de forma assaz pormenorizada, documentada e técnica - recorrendo, inclusive, à distinção entre o *Boletim* (posto em circulação em 1846) que não tinha feição de jornal nem passava de um simples comunicado, porquanto

se referia apenas e exclusivamente a assuntos de guerra, e a *Chrónica* (surgida em 1847) que, saindo às segundas, quartas e sábados, além da denominada *Parte Oficial* (inserida para publicitar as ordens da Junta Governativa) publicava notícias dos triunfos partidários e tinha uma reduzida secção de anúncios - a razão por que atribui o título de primeiro jornal eborense à *Chrónica Eborense* e não ao *Boletim Eborense.*

O segundo capítulo, constituído pela listagem de todas as publicações impressas em Évora a partir do ano 1847, representa o produto da bem sucedida (assinale-se) tentativa do autor de disquisicionar a produção periodística da cidade ao longo de mais de 50 anos. Enumeração em que faz acompanhar cada um dos títulos aí presentes de anotações da maior utilidade (até para futuros estudiosos) - e que vão da data de aparecimento/desaparecimento dos periódicos à sua periodicidade e classificação (literário, político, religioso, outros), passando pelas áreas de interesse (agricultura, comércio, indústria, outros) -, além de outras mais específicas (como abaixo se pode confirmar, amiúde precursoras de métodos pouco ortodoxos hoje recorrentes). Tónica dominante é a fugacidade da quase generalidade das publicações, muitas das quais não completam um ano de vida (algumas não passam mesmo do primeiro número).

Eis a lista antes referida: Periódico Recreativo, Gazeta Eborense, Plástico Eborense, Pharol do Alentejo, A Voz da Infância (no número 15 publicava a seguinte informação: "A Voz da Infância começará no seguinte número a intitular-se Folha do Sul"), Jornal de Évora (no número 388, de 28 de Dezembro de 1867, participou suspender temporariamente a sua publicação, não voltando, porém, a aparecer), Gazeta do Meio-dia, Eborense, Amor Artístico, Alentejano, Perfil de Portugal, Sileno, Districto de Évora, Perseverança, Manuelino de Évora (folha política, literária e humorística que tinha como divisa "*Amicus Sócrates, Amicus Platos, Sed magis amico verita*". Começou em 1 de Dezembro de 1880 e publicou-se com regularidade até 1 de Dezembro 1903; em 1931 reaparece o Manuelino de Évora, 2ª Série, que nesta segunda fase se publicou durante um ano como semanário), Monitor Transtagano, Sul, Progresso do Alentejo, Correio Académico, Diário do Alentejo, Imprensa Livre, Escola, Correio de Évora (fundado em 6 de Maio de 1888, terminou em 5 de Agosto do mesmo ano), Ordem, Évora Académica, Operário, Anunciador do Alentejo, Monitor, Folha de Évora (não passou do primeiro número, publicado a 1 de Dezembro de 1890), Academia, Geraldo sem Pavor,

Espectro do Pagador, Revista Bibliográfica (de que só saíram dois números: Fevereiro e Março de 1895), Jornal das Obras Públicas, Postal, Jornal de Évora, Eborense, A Má Língua, Pandora Farmacêutica, Jornal do Alentejo, Rabeca, Papagaio (diário satírico de curtíssima duração: apenas seis dias, de 11 a 16 de Maio de 1897), Diário Transtagano, Reclamo, Eborense, Transtagano, Notícias de Évora, Democracia do Sul, Telefone, Semana de Évora; Portugal, Voz Pública, Avante, Alvoradas, O cidadão, Carbonário, Terminar, A.E.I.O.U., Jornal Democrático, Alentejo, O Académico, Jornal de Évora, Animatógrafo, Revista Académica, Sul Desportivo, O Lyceu, Alentejo, Democrático, Voz da Verdade, O Corvo (revista académica, apareceu em 1 de Dezembro de 1921 e foi desaparecendo e ressurgindo por várias vezes), A Defeza, União Charadística, A Terra Alentejana, Ilustração Alentejana, O Alentejano, O Renascimento, Revista Transtagana, A Cidade de Évora.

1952
O Centenário do Campeão do Vouga

Homenagem, mas, sobretudo, comemoração do centenário de um jornal – o *Campeão das Províncias*, inicialmente chamado *Campeão do Vouga* – que na história da imprensa periódica aveirense ocupou um lugar destacado, este livro visa vincar o seu papel preponderante, durante largas décadas, na vida pública de Aveiro, quer no ponto de vista da doutrinação e acção política, quer na propaganda e defesa dos problemas regionais ou na divulgação dos seus motivos de prestígio e das suas glórias. Papel que residiu, segundo Eduardo Cerqueira, na revelação dos seus valores intelectuais e espirituais ou nas iniciativas que tomou e preconizou. *O Campeão* que, segundo o autor, foi um repositório e testemunho dos acontecimentos locais, teve ainda mais acentuada relevância como actor na cena pública da cidade e do distrito. Nasceu de gente nova, que vogava nas águas do romantismo e do liberalismo. Com o fim do cabralismo novos horizontes se abriram aos moços irrequietos e inconformistas. A imprensa, solta das peias do cabralismo, era o campo propício para um jovem provar e exercitar as suas faculdades. O jornal seria o veículo das suas doutrinas. Até então, o país não contava com mais de uma vintena de folhas periódicas (editadas, apenas, em Lisboa, Porto e Coimbra), e em Aveiro, até essa altura só se publicara o *Boletim*

de Notícias. Manuel Firmino lança a ideia do jornal por meados de 1851 e em fins de Agosto distribui o prospecto anunciando a saída do *Campeão do Vouga – Jornal Literário e Político*, que se publica uma vez por semana (1952: 5-8).

Apesar de escassearem os profissionais gráficos para trabalhos de tamanha responsabilidade e faltarem os recursos financeiros para lançar a publicação e sustentá-la com normalidade, Manuel Firmino e José Luciano conseguiram tipógrafos e, graças à generosidade da mãe do segundo, foi solucionada a questão económica. *O Campeão do Vouga* (subintitulado "Jornal Político, Literário e Comercial") veio, assim, a publicar o primeiro número a 14 de Fevereiro de 1852 (completou-se um século na altura em que esta obra foi escrita 1952), permanecendo pelo tempo adiante a primazia dada à política a razão dominante do periódico que, em lugar de se publicar uma vez por semana, como era intenção inicial, saiu como bissemanário, com uma edição aos domingos e outra às quintas-feiras (*id.:* 9-10).

A posição que assumia, demonstrada no primeiro número - que se propunha dar a conhecer o que seria o jornal no futuro: "*O Campeão do Vouga* é um periódico de tolerância e de independência. Havemos de apresentar os actos da administração pública" (*id.:* 11-13) - , fixava-se no campo das ideias liberais.

Foram muitos os nomes que deram o seu contributo ao *Campeão*, que, como o nome aliás inculcava, vinha com assomos de ardoroso defensor de um ideal e de uma região, e para prosseguir a sua missão orientadora e informativa. Mas o jornal, que estava no início e desejava singrar e criar raízes, necessitava, para esse fim, de usar de uma cauta moderação, de captar e não desagradar. O que ocorreu. Por isso, um suplemento ao n.º 37, de 22 de Junho, anunciava a sua suspensão, assim justificada: "os compositores do jornal eram, até agora, cumulativamente empregados do governo civil, já se vê por esta circunstância que nem o jornal podia ser imparcial, como há-se ser infalivelmente, nem ser publicado com a regularidade necessária, visto que aqueles empregados têm no governo civil obrigações diárias a que satisfazer" (id.: 16-17).

Na sequência de uma campanha implacável contra o governador civil da altura, o *Campeão* (já antes, de 9 a 23 de Agosto, forçado a crismar-se com o nome de *Aveirense*) sofreu uma suspensão por sentença judicial. O jornal passara a hostilizar o governo que sustentava o malquisto governador civil e veio a sofrer as consequências da sua intransigência.

Manuel Firmino toma então o comando da táctica política a adoptar e da orientação geral a ministrar-lhe, e *O Campeão,* que, em boa verdade, não era só propriedade sua, apenas construção sua, deixava de ser partilhado por outras inteligências, ganhava unidade e tomava a feição definitiva, alargava cada vez mais o círculo de influência, tornava-se maior a audiência das opiniões que expendia e, o prestígio do seu director. A defesa dos problemas locais atrai-lhe simpatias entre os conterrâneos, razão por que, em 1860, aquando da sua primeira eleição para presidente do município aveirense, Manuel Firmino obtém uma vitória natural e lógica, assumindo durante quatro biénios consecutivos a gerência da Câmara Municipal da sua terra.

Em 12 de Novembro de 1859 o *Campeão do Vouga* mudou o título para *Campeão das Províncias*, mas "era o mesmo denodado bissemanário, ao atingir uma expansão que excedia as regiões compreendidas no «pátrio do Vouga». Esta substituição […] é o reflexo da aceitação que esta folha tem granjeado dentro e fora do país". Quanto ao mais, não havia qualquer mudança: a própria numeração seguiu a do *Campeão do Vouga* e o aniversário do jornal foi sempre assinalado em 14 de Fevereiro. O reputado jornal foi singrando, criando e engrossando a corrente dos adeptos e em Outubro de 1872, lança uma edição quinzenal para o Brasil que sustentou durante cinco anos.

Por morte de Manuel Firmino, em 30 de Julho de 1897, seu filho (Firmino de Vilhena de Almeida Maia) ocupa a direcção do jornal que, tendo militado por muitos anos no partido progressista, veio a evolucionar no sentido da política republicana e a alinhar nas fileiras "democráticas". O novo director, formado na escola de seu pai, mantém o jornal num elevado nível, a par dos mais conceituados da província. O último período do *Campeão*, contado a partir do falecimento de Firmino de Vilhena (a 5 de Outubro de 1922), é a fase fugaz da direcção do Dr. Manuel de Vilhena e não ultrapassa o ano seguinte. Dificuldades ocasionais não permitiram ao derradeiro director conservar a honrosa herança do avô e do pai. Quebrado o impulso do seu animoso iniciador, mudadas as circunstâncias e determinantes, o *Campeão* veio a extinguir-se com o n.º 6.879, de 26 de Janeiro de 1924. Mas se cessou a publicação, deixou um nome vincado na imprensa nacional e, particularmente, na história do jornalismo aveirense, onde não ficou apenas como o periódico mais duradouro, mas, incontroversamente, como dos mais notáveis e representativos. Por isso Eduardo Cerqueira relembra, no final, a histó-

ria do *Campeão das Províncias* com as seguintes palavras: "Ao terminar este bosquejo da existência do *Campeão das Províncias* – que, vai para o meio século, mereceu ao município ser inscrito nas designações toponímicas aveirenses – ocorre lembrar que há muito existe um busto de Manuel Firmino, que se destinava a perpetuar a sua memória numa praça pública" (*id.:* 24).

1955
Imprensa Periódica Tirsense (1882 – 1954)

Após uma sucinta nota introdutória, Alexandre Lima Carneiro inicia de imediato uma resenha histórica e cronológica dos jornais e revistas publicados no concelho de Santo Tirso, de 1882 até 1954, que acompanha cada um dos títulos referidos de notas de reputada pertinência no que respeita à área de interesse abrangido, periodicidade, longevidade, entre outras. São as seguintes as revistas publicadas entre 1886 a 1954: *Álbum do Minho, O Ave, Mensageiro de S. Bento, Brotéria – Série Científica, O Nosso Colégio, Liturgia, O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural, Ora & Labora.*

Quanto aos jornais, são os a seguir indicados os que constam da relação cronológica de 1882 a 1954: *O Jornal de Santo Thyrso, Aurora Thyrsense, Semana Tirsense, Lucta Operária, O Democrata, O Peto, O Gaio, O Rebate, O Povo, O Espião, O Progresso da Trofa, Boletim Paroquial, O Dever, Eco de Negrelos* (que passou depois a chamar-se *Ecos do Ave), O Agricultor, Ecos do Ave, O Trofense* (que suspendeu a publicação com este título no nº 8, passando a intitular-se *Ecos da Trofa*, sendo que desta nova série foram publicados seis números. Regressou em 1928 O Trofense e o nº 194 é o último da colecção da Biblioteca do Porto).

Por fim, a obra refere ainda as publicações únicas da imprensa de Santo Tirso: *Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, Estrela das Aves e Desportivo das Aves.*

1956
Jornalismo Campomaiorense

No capítulo introdutório, Eurico Gama após reconhecer que, até à data, Campo Maior apenas tivera dois jornais - *O Campomaiorense* e o *Noticias de Campo Maior* - ambos com "uma vida atribulada, por isso, efémera", refere o motivo das dificuldades para manter vivo um jornal na vila: a falta de uma tipografia, e não de leitores, jornalistas capazes (de que aponta, como exemplo, os nomes de alguns que pelo seu talento se impuseram a nível nacional) ou capital. Razão bastante para manifestar esperança de que um dia a vila recupere os seus periódicos: "espero que, ambos ou um só, voltem um dia a ver a luz da publicidade, para bem de *Campo Maior*, do Alentejo e da Nação" (1956: 8).

Passando ao capítulo seguinte, Eurico Gama aborda aquela que é considerada a primeira fase da vida de *O Campomaiorense*. São apresentados os seus criadores e os objectivos: divulgar as notícias da terra e da nação e que adoptasse uma atitude de total independência em termos políticos: "*O Campomaiorense* não está filiado em nenhum dos partidos monárquicos, republicanos ou socialistas" (1956: 15). Era um jornal de 4 páginas e 4 colunas cada, normalmente em corpo 10, cuja suspensão (em 30 de Outubro de 1923), devido a problemas financeiros, é anunciada no fim do capítulo.

É no terceiro capítulo que o autor trata da segunda fase da vida de *O Campomaiorense*. Começa por afirmar que este foi um periódico que deixou saudades ao seu público – "a suspensão do simpático jornal foi lamentada por todos os campomaiorenses que […] sentiam agora a sua falta" (*id.:* 21) –, mas que felizmente veio a reaparecer em 24 de Fevereiro de 1924. Todavia, continuava a haver uma enorme instabilidade em termos do local de impressão do jornal, das suas linhas editoriais e dos directores, o que afectava a regularidade da sua publicação e comprometia a sua continuidade. Razão por que, apesar de se ter centrado em aspectos interessantes do quotidiano, *O Campomaiorense* veio a desaparecer novamente em 15 de Abril de 1927.

É no capítulo IV que Eurico Gama faz a primeira referência ao outro periódico que circulou na vila, o *Notícias de Campo Maior*, de que apenas no próximo se saberá mais. Porque o autor centra a sua atenção naquela que considera ser a terceira e última fase da vida de *O Campomaiorense*. Com efeito, é dito que *O Campomaiorense* reapareceu em

31 de Março de 1933, tendo como tipografia a Tipografia Popular, em Elvas. O formato era, agora, mais pequeno, dividindo-se as páginas por quatro colunas.

Na opinião de Eurico Gama, "sem abertamente se declarar um jornal político, não era difícil verificar, pela sua orientação, que representava mais um baluarte do Nacionalismo" (*id.:* 34). Acrescenta ainda (1956: 35-36) que "Até à suspensão deste periódico, saíram 31 números regularmente (…). O número 31 só veio a lume em 20 de Janeiro de 1935", e com ele terminou a vida do jornal. Digna de referência é a crença inabalável de Eurico Gama de que um dia Campo Maior voltará a ter um periódico, convicção vincada pelo autor ao longo de toda esta obra.

O quinto capítulo dá conta que *O Notícias de Campo Maior* – jornal que se constituiu alicerçado nos elementos que haviam estado na génese de *O Campomaiorense* – surgiu (em 1 de Junho de 1926) num período coincidente com a segunda interrupção deste. O novo periódico, que tinha a redacção e administração em Évora e uma direcção e colaboradores bastante numerosos – o que "daria logo a sensação de que se tratava duma iniciativa em que nem um só pormenor teria sido descuidado. Afinal, em três anos de publicação, só saíram 38 números." (*id.:* 40) – apresentou-se com um aspecto gráfico bastante arejado e publicou quase sempre 6 páginas (por vezes 8), dedicadas a assuntos locais e à literatura. Afirmava-se independente politicamente. Eurico Gama chama a atenção para o facto de este jornal se caracterizar por alguma irregularidade na sua publicação. "O último número publicado foi o 38, em 1 de Junho de 1929" (*id.:* 43).

O sexto e último capítulo resume-se, em traços gerais, a dois artigos: um, retirado de *O Campomaiorense*, versa sobre a actividade de contrabando preponderante entre a população da vila; o outro, extraído do *Notícias de Campo Maior*, é uma evocação de Campo Maior, em que se fala de um percurso pessoal e de recordações da região.

1943
O Jornalismo Colonial na Metrópole

Variante peculiar do jornalismo - a cujo historial, *lato sensu* considerado, temos vindo a proceder ao longo deste capítulo - é a do "jornalismo colonial na Metrópole", nas palavras de Fernanda Reis, uma das suas maiores entu-

siastas e a mais empenhada na sua criação.

Imbuída de uma visão assaz crítica do jornalismo que à época se fazia entre nós, não se coíbe de denunciar a falta de qualidade do mesmo, que diz ser facilmente comprovável passando "os olhos, mesmo de relance, pela maioria dos nossos jornais", em que a par de "uma desoladora falta de substância" pontifica uma "alarmante abundância" de especulação, onde não escasseiam os serviços "tendenciosos" e as "notícias clamorosas sobre insignificâncias".

Caldo de cultura suficiente para Fernanda Reis (1943: 8) imputar a semelhante *statu quo - et pour cause* garantir nele radicar - a inexistência da modalidade por cujo estabelecimento se bate: "Temos, pois, de compreender […] que a organização da nossa imprensa explica - só por si - a deplorável ausência de um jornalismo colonial na Metrópole." E, concomitantemente, razão bastante para crer "Chega[da], portanto, a altura de perguntar: -Será inviável a criação de um jornalismo de feição colonial - ou melhor Imperial, na capital portuguesa? Um exame atento e desapaixonado da questão conduz-nos a uma resposta negativa."

Inferida a exequibilidade do projecto, de imediato aduz uma condição (*sine qua non*?) para o incremento do mesmo: "Mas, para dar-lhe vida e resistência, será necessário lutar contra a rotina, os interesses, as vaidades, os planos gananciosos, as especulações grosseiras. Depois disto creio ser possível […] levar a luta a bom termo. É uma questão de perseverança, de inteligência e de dedicação."

Passando à contextualização epocal, Fernanda Reis (1943: 8-9) destaca o mau ambiente imperante - quer generalizando ("É vulgar encontrarmos nos jornais de Angola e Moçambique amargas queixas a respeito do silêncio dos grandes jornais metropolitanos sobre alguns dos maiores problemas coloniais."), quer pormenorizando ("outras vezes, as queixas transformam-se em sangrentas ironias, a propósito de erros cometidos pela Imprensa da Metrópole, na localização de uma cidade, na grafia do nome de uma região ou de um rio dos territórios ultramarinos.") – clivagem de que a autora não hesita em culpar a imprensa generalista entre nós publicada (*id.:* 9): "Cumpre confessar que os jornais de Angola e Moçambique têm razões esmagadoras. A imprensa metropolitana, sempre que mete a fouce em terras coloniais, pratica erros flagrantes e deslizes que descem ao ridículo mais confrangedor.", imputação que ilustra copiosamente.

No que aos objectivos deste jornalismo concerne - jornalismo que (*id.:*

11) "constitui factor indispensável para o esclarecimento e orientação da nossa opinião pública, a respeito das coisas imperiais." -, Fernanda Reis, (1943: 11-12) preconiza que "deve ser - tem de ser! - um jornalismo de divulgação e de orientação: divulgação do acessível […], orientação da mentalidade metropolitana […]." Porém (Reis, *id.:* 12), "visto a sua missão nada ter de comum com as gazetas que vivem do *«fait-divers»*, dos telegramas do estrangeiro e das sombrias notícias da rua", o que importa destacar é que deve estar (*id.:* 12)

fundamentalmente, integrado na noção de «utilidade pública», isto é, do bem da comunidade, do progresso moral, intelectual e social da Nação. A missão e a projecção desse jornalismo necessário não podem ficar à mercê de um industrialismo mais ou menos hábil, mas também mais ou menos nefasto. A sua missão terá de ser exercida livre de influências e de sugestões que não sejam exclusivamente as indicadas pelos interesses nacionais. É uma missão de esclarecimento, de elevada divulgação, de ensino, até.

Razão por que terá, preferencialmente, de (*id.:* 13)

incidir nas camadas populares e, simultaneamente, em todas as que, pela sua cultura ou condição social, possam vir a ser chamadas a desempenhar uma missão qualquer no Império. Só assim seria possível alcançar, ao mesmo tempo, a generalização e a especialização necessárias. Junto do grande público – das massas mais humildes de condição e de conhecimentos – o jornalismo colonial terá de empregar brandos sistemas quase didácticos, mas sem qualquer feição de prolixidade. Deve ser simples, atraente, servido por uma forma literária correcta e facilmente assimilável.

Sem elidir, como Fernanda Reis (*id.: ibid.*), citando, faz questão de recordar: "Dizia, há meses, no Diário de Lisboa, o sr. Pedro Mayer Garção, que: «o pensamento de todo o jornal, por mais elevada ou pragmática que seja a missão que se imponha, consiste evidentemente em ser compreendido do público a que se destina»."

Quanto às bases em que a preconizada modalidade jornalística devia radicar, Fernanda Reis (1943: 14), é peremptória:

> As bases indispensáveis desse jornalismo teriam de ser: capacidade de sugestão pela prosa e pela imagem, simplicidade de forma, cuidadosa selecção dos assuntos, perfeito sentido da oportunidade, aspecto gráfico atraente, preço acessível de cada exemplar. Com tais alicerces, e com bons colaboradores, o jornalismo colonial na Metrópole seria rapidamente um facto (…).

Questionando as publicações generalistas existentes (*id.:* 15) - "satisfarão por completo aquilo que constitui missão do jornalismo? […] serão acessíveis ao grande público cuja mentalidade imperial urge elevar e esclarecer? A resposta é francamente negativa." - Fernanda Reis (*id.:* 16) define objectivos bem perspícuos: "Ensinar, cultivar, cimentar uma consciência, fortalecer as energias intuitivas, atrair a juventude para os temas imperiais sem correr o risco de a fatigar com exposições desusadas e massudas, eis o que o jornalismo colonial poderia fazer (…)."

Conjunto de requisitos que urge preencher (1943: 18), pois "Desse jogo combinado de esforços, dessa permuta intensa de saber teórico e de conhecimentos práticos, muito teria a lucrar a Nação.", e que constituem, no fundo, condição *sine qua non* para alcançar o seu desiderato (Reis, 1943: 20): "Estas certezas demonstram a inadiável necessidade de um jornalismo colonial na Metrópole"

1953
Qual foi o Primeiro Livro Impresso em Moçambique?

De interesse (muito) restrito - como, aliás, a questão formulada no título (*Qual foi o primeiro livro impresso em Moçambique?*), e em torno da qual gira, indicia - , o livro começa por um pequeno excurso em que Almeida de Eça apresenta um sucinto perfil demográfico de Moçambique, a história do aparecimento da imprensa na província e uma breve abordagem ao estado da censura em Portugal. Esclarece depois as condições em que a imprensa surgiu em Moçambique: quando, em 1854, a fragata que trazia o novo Governador-Geral e o Governador do novo distrito de Tete, trouxe também um prelo e material tipográfico que permitiram estabelecer a primeira tipografia no país (a imprensa nacional).

De acordo com Almeida de Eça, 13 de Maio de 1854 é a data de publicação do primeiro jornal impresso em Moçambique: o primeiro número do *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique,*

gazeta oficial de 4 páginas, que continha um artigo de fundo (provavelmente do Governador-Geral) bastante encomiástico para a imprensa: "um dos melhores inventos do espírito humano [que] tem prestado os mais importantes serviços ao comércio, à indústria, aos interesses, e à civilização duma grande parte dos povos do universo". Em seguida, é apresentado o primeiro folheto (de 18 páginas) impresso na província, intitulado *Regulamento Geral das Alfândegas da Província de Moçambique*, que teria surgido em Setembro de 1854.

Quanto ao primeiro livro aí impresso, surgido apenas no final de 1959 (apesar de previsto pelo autor que fosse publicado em finais de 1858 ou no início do ano seguinte), foi o *ALMANCH / CIVIL ECCLESIASTICO HISTORICO-ADMINISTRATIVO / DA / PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE / Para o Anno de 1859, 3.º depois do Bissexto. / Por / J. V. da Gama / Vinheta com as armas reais portuguesas / MOÇAMBIQUE / IMPRENSA NACIONAL / 1859 /,* que continha as efemérides de cada dia do ano, além do orçamento geral de Moçambique, de um artigo sobre a plantação de mandioca na província e de dados sobre a população, entre outras coisas. Como diz o autor da obra: "é um valioso repertório de notícias históricas".

1957
A Imprensa Periódica em Moçambique: 1854-1954 – Subsídios para a sua História

Neste livro, que se reporta à imprensa periódica em Moçambique durante o período de 1854 a 1954, de que constitui, no essencial, um catálogo hemerográfico, Raul Neves Dias – que cita, logo na introdução, a sua monografia intitulada *Quatro Centenários em Moçambique*, subordinada ao tema da Imprensa Periódica em Moçambique – frisa a dificuldade de fazer uma enumeração tão completa quanto possível de todos os jornais publicados, visto só se encontrarem elementos de informação nos *Anuários de Moçambique.* Elementos que, no entanto, o autor procurou exaustivamente no Arquivo Histórico, para elaborar a pretendida resenha, e conseguiu obter, do que resultou a copiosa listagem a seguir anexa.

De acordo com o autor, a imprensa periódica em Moçambique foi, no passado, empenhadamente combativa, mas, a par das campanhas bem intencionadas outras houve, de cariz pessoal, pouco dignificantes. Daí o

desaparecimento de vários jornais ou a sua substituição.

Em seguida, Raul Neves Dias enumera algumas das leis a que a imprensa periódica em Moçambique esteve sujeita, legislação que era comum à Metrópole e Ultramar. Em 1926, o ministro das Colónias publicou um decreto regulador da liberdade de imprensa nas colónias, revogando toda a legislação em contrário. Com o decorrer do tempo, e devido a um caso marcante, entrou em vigor legislação que estabelecia pesadas sanções para os abusos de liberdade de imprensa. Meses antes da sua visita ao ultramar, o ministro das Colónias proclamou um decreto-lei com vista a dispensar os directores de imprensa periódica da exigência do diploma de curso superior ou especial e de, na falta desse diploma, demonstrarem a sua capacidade técnica no exame de provas públicas.

Por último, outro ministro das Colónias publicou, no *Boletim Oficial*, legislação relativa ao exercício da liberdade de imprensa nas colónias. Os fundamentos para tal invocados foram a necessidade de reunir num só diploma a legislação para as colónias sobre o exercício da liberdade de imprensa e refundir alguns dos seus preceitos, de modo a adaptá-los melhor ao Ultramar, dotando os governos locais de meios mais eficientes. Contudo, houve vários decretos e artigos reguladores da liberdade de imprensa nas colónias que modificavam e aperfeiçoavam algumas das disposições dos decretos anteriores.

Raul Neves Dias enumera a seguir alguns contributos de vários autores (entre os quais se destacam Brito Aranha, Sousa Ribeiro, Lourenço Marques, Rocha Martins e Maia Costa) para a construção da história da imprensa periódica de Moçambique. Relativamente à questão de saber qual o primeiro jornal publicado em Moçambique, acreditou o autor, de início, e porque não havia notícias da existência de qualquer outro, que tivesse sido uma gazeta intitulada *O Progresso* (surgida em 9 de Abril de 1868). Porém, mais tarde, o Baluarte veio a ser reconhecido como o primeiro jornal aí publicado. Mais adiante, Raul Neves Dias deixa aos leitores uma história moçambicana de título "O Nascimento de *O Progresso*", ilustrada com artigos retirados do mesmo e, como conclusão da sua reflexão, um texto denominado "Como Foi Comemorado o Primeiro Centenário da Imprensa Periódica em Moçambique ", em 1954. Eis os dois períodos - o primeiro dos quais, de 1854 a 1898, e, o segundo, de 1898 a 1954 - em que autor divide a história do jornalismo moçambicano, como na listagem que se segue se pode confirmar:

» Primeiro Período, 1854 – 1898

- 1854: Boletim do Governo da Província de Moçambique (foi o boletim oficial da província).
- 1860: *O Baluarte* (foi, supostamente, o primeiro jornal publicado em Moçambique).
- 1866: O *Clamor Militar* (jornal que foi dado como publicado em Moçambique, e que teria sido dos primeiros jornais da província se, de facto, tivesse nela sido publicado, foi *Clamor Militar*. Mas o seu prazo foi expirado devido à falta de provisões).
- 1868: *O Progresso* (hebdomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola): o primeiro número sai em Moçambique a 9 de Abril segundo os seus redactores. Brito Aranha classifica este jornal em 1868, Rocha Martins e Mário Costa desconhecem-no, mas Mário Costa dá conta de um jornal, o Progresso Colonial. Mais tarde, por mais ninguém é citado, havendo possivelmente confusão com o Progresso.
- 1870: A imprensa (Brito Aranha não dá conhecimento deste jornal, enquanto Rocha Martins e Mário Costa dão como tempo de publicação entre 1870 a 15 de Março de 1873. Também Almeida de Eça diz que em Moçambique se publicou A Imprensa, semanário político, literário e noticioso).
- 1871: A *verdade* (Brito Aranha e Mário Costa situam-no em 1880, enquanto Rocha Martins o situa em 1871. Almeida de Eça refere que saíram por duas vezes jornais com o título A Verdade, um 1871 e outro em 1880).
- 1872: *Noticiário em Moçambique* (bissemanário)
- 1873: *Jornal de Moçambique* (semanal).
- 1876: *Africa Oriental* (semanal; jornal noticioso e literário, com características governamentais).
- 1877: *O Africano* (semanário).
- 1879: *Ilustração*: Na África oriental passavam um comunicado que indicava que em Agosto de 1879 se publicava em Quelimane um periódico intitulado Ilustração.
- 1880: *A Verdade* (político, literário e noticioso, publicado entre 10 de Abril e 2 Maio do mesmo ano), *O Gato* (hebdomadário).
- 1881: Revista Africana (mensário de instrução e recreio; durou apenas um ano, reaparecendo em 1885), O Correio de Moçambique.
- 1882: O Quelimanense (semanal; órgão dedicado aos interesses da Zambézia), O Vigilante.

- 1885: Imparcial (apenas saíram 3 números).
- 1886: Civilização Africana, O progresso colonial, Correio de Zambézia.
- 1888: Districto de Lourenço Marques (o primeiro jornal não oficial publicado em Lourenço Marques).
- 1889: Boletim Oficial do Governo de Districto de Lourenço Marques (o primeiro jornal oficial em Lourenço Marques).
- 1890: A Situação (semanário).
- 1891: Gazeta do Sul.
- 1892: Clamor Africano, A Beira (primeiro jornal oficial na Beira), Commercio de Lourenço Marques (semanário).
- 1893: *Correio de Beira.*
- 1894: O Futuro de Lourenço Marques (semanário), Echo da Zambézia.
- 1897: Boletim Municipal do concelho de Lourenço Marques (primeiro e único jornal municipal na Província), Boletim da Companhia do Niassa (primeiro jornal oficial no Niassa).
- 1898: *The Beira Post* (título) e Correio da Beira (subtítulo), O Futuro (trissemanário, sucessor de O Futuro de Lourenço Marques, suprimido em 1885)

» Segundo Período (1898 – 1954):

- 1898 a 1905: O Português (semanário), Portuguez (sucessor de O Portuguez, suprimido em 30 de Novembro de 1900), O Progresso de Lourenço Marques (semanário, sucessor de O Portuguez e do Portuguez, ambos suprimidos), A Portugueza (semanário, sucessor de O Portuguez, do Portuguez e de O Progresso de Lourenço Marques, todos suprimidos) Imparcial (semanário), O Mignon (semanário humorístico, ilustrado), Boletim das Alfândegas, O Ideal, The Delagoa Gazette (Diário), Jornal do Commercio (semanário), O Districto (diário), Diário de Notícias, Boletim da Repartição de Agricultura e Boletim Agrícola Pecuário.
- 1906 a 1910: Boletim dos correios, dos correios e telégrafos e dos correios, telégrafos e telefones, Vida Nova (bissemanário), A Tribuna (diário), O Macaco, Delagoa Bay Gazette – Mozambique Gazette – Gazeta de Moçambique (sucessoras de " the Delagoa Gazette"), O Inconditional (semanário), A Portugueza, Era Nova.
- 1911 a 1920: A Republica, Heraldo (Semanário), O Despertar (semanário), Os Simples (destinado à defesa de todos aqueles que, usur-

pados nos seus direitos, tenham fome e sede de justiça), *O Graphico,* Província de Moçambique, Africano, O Intransigente (suplemento humorístico e ilustrado), O Zabumba (quinzenário humorístico), O Jornal do Comércio, Germinal (jornal operário), Boletim dos Portos e Caminhos de Ferro, Pró-Pátria (semanário), O Ferroviário, A Cidade, O Riso, A Província (semanário, órgão da sociedade de propaganda Colonial), O Brado Africano (semanário), Emancipador, O Oriente, O Estudante (educação e trabalho), Boletim Sanitário (publicação dos serviços de saúde da província, que dava conta do seu estado sanitário).

- 1921 a 1925: Dambu de África (sol de Africa), Moçambique (revista mensal de propaganda da província), Correio de Moçambique (semanário), A Colónia (jornal republicano, defensor dos interesses da Província), O Colonial, Semana Desportiva, Imparcial (semanário), O Direito, O Comércio, Brado do Comércio, Boletim Económico e Estatístico e Boletim Mensal e Trimestral de Estatística, Correio de Lourenço Marques, A Voz do Comércio, O Radical (órgão da Sociedade de Propaganda Colonial "Pró-pátria" – Jornal republicano, defensor dos interesses da Província de Moçambique, Portugal (semanário), O Sol (revista quinzenal – critica, propaganda, arte, sport), Algodão de Moçambique (revista quinzenal agrícola), Província de Moçambique.
- 1926 a 1930: A Liberdade, O Jornal, Acção Nacional, Notícias (diário), Agulhas e Alfinetes (humorístico), A Luz, O Despertar do Interior, O Indo-português, O Miúdo da Província de Moçambique, O Funcionário (boletim da Associação dos Funcionários Civis da Província de Moçambique), Imprensa de Lourenço Marques, O Evangelho (jornal de propaganda religiosa), O Zoófilo, Boletim dos Portos, Caminhos-de-ferro e Transportes, Miragem (revista), Gazeta da Relação de Lourenço Marques (revista critica dos tribunais), Boletim da Sociedade de Estudos da Província de Moçambique.
- 1931 a 1935: Moçambique (órgão da Liga de Defesa e Propaganda da Província da Moçambique), Republica (Pela Liberdade – Pela Democracia), Semana Desportiva, O Oriente de África (sucessor do Oriente), Clamor Africano: em prol dos interesses dos naturais das Colónias Portuguesas, Cine-África: cinema, teatro, musica, literatura, humorismo, desporto (revista quinzenal), O Ilustrado (edição gráfica do Notícias), Africana (revista mensal ilustrada),

Democracia (semanário republicano), União (semanário), O Casapiano, África Médica (revista mensal de higiene e medicina tropicais), Boletim Mensal das Observações Meteorológicas, Moçambique (documentário trimestral), Leituras, Piri-Piri, Rádio Moçambique (revista mensal), Lusitânia, Ordens da Província.

- 1936 a 1940: África (revista quinzenal de cultura e propaganda colonial), O Jornal (diário da manhã), Primeiro de Maio, Anseio (folha de literatura e critica), Boletim dos Serviços de Indústria e Geologia, Boletim do Clube dos Lisboetas, Q.R.V (boletim da liga dos Radioemissores de Moçambique), Eco dos *Sports*, O Diário, O Desportivo, Boletim da Costa das Beiras, Boletim Sanitário dos Serviços de Veterinária e Pecuária, Boletim dos Organismos de Coordenação Económica da Colónia de Moçambique, Jornal da Criança.
- 1941 a 1945: Itinerário, Sentinelas do Império, O Diário, Alvorada (revista de cultura e propaganda dos alunos da Escola Técnica Sá da Bandeira), Noticias (número extraordinário de domingo), Horizonte (revista da actualidade), África Ilustrada (revista gráfica mensal de propaganda e intercâmbio colonial, estudos, cultura e critica), O Ferroviário (órgão Clube de Moçambique)
- 1946 a 1950: Ritmo (revista da actualidade), Boletim Mensal da Associação Comercial de Lourenço Marques, SNECI (Boletim de Informação e Propaganda), Jornal da Mocidade Portuguesa, Vida Académica, Ao Serviço da Eucaristia (Órgão de propaganda da Guarda de Honra do Santíssimo Sacramento), Agora (semanário), Manifesto: Liberdade pela autoridade, Gazeta do Agricultor: (publicação mensal de divulgação dos conhecimentos agrícolas e veterinários), Tribuna, Jornal dos Farmacêuticos, A Voz de Moçambique: Boletim Noticioso da Casa da Metrópole, Elo: revista tentativa de novos.
- 1951 a 1954: Império (revista mensal), Guia dos Exportadores e Importadores de Moçambique, O Nosso Jornal: Boletim do Grupo Desportivo Organizações Pendray, Boletim da Casa do Porto, Noticias da Tarde (diário), Voz da Munhuana (mensal), Actualidade (revista), Sol e Touros, KuriKa (semanário infantil), Guardian Desportivo, Boletim do Clube Naval (anual), Nauticus: Jornal de Seguros, Espectáculo: Semanário de divulgação e critica – Cinema, Teatro e Música, *Union: political and cultural information. A Portuguese bimonthly journal,* A Imprensa de Mozambique, O Zé dos Pobres.

Inhambane

- 1912: A Alvorada, Correio da Beira e Beira *Post*, Notícias da Beira, Manica e Sofala, Jornal de Minas da Companhia de Moçambique, Imparcial, Pátria, Tempo, Espectro, Comércio da Beira, O 19 de Junho, Missão Africana, Voz Africana, Vanguarda, O Piririsca, Aqui Beira CR7IB, Centro Recreativo Indo-português, Arauto, Diário de Moçambique, O Domingo, O *Echo* de Moçambique, O Moçambique, Avante, O Nacional, O Distrito, O Norte

Outras Publicações Periódicas, embora, com propriedade, não possam ser classificadas como pertencentes à imprensa periódica: *The Delagoa Bay Directory – Anuário de Lourenço Marques, O Africano* (almanaque).

1945
Facetas do Jornalismo Médico Português

Conferência - apresentada na sessão de encerramento da Exposição de Periódicos Portugueses de Medicina e de Ciências Subsidiárias, na Faculdade de Medicina do Porto, em 11 de Abril de 1945 - em que Costa Sacadura (1945: 6) faz, quase a iniciar, a apologia de Manuel Gomes de Lima (ou Manuel Gomes de Lima Bezerra), médico nortenho: "foi um homem inteligente e culto, ousado e combativo", que "conseguiu elevar-se à categoria de Cirurgião da Real Casa e Família de Sua Majestade; Lugar-Tenente do Cirurgião-Mor do Reino na cidade do Porto e seu distrito, sendo também sócio de várias agremiações científicas estrangeiras.", e que, além do Zodíaco, fundou, no Porto, "várias Academias". Uma personalidade acerca de quem Mestre Silva Carvalho, citado pelo autor, disse: «foi-lhe preciso um trabalho hercúleo, para se elevar de simples e prático a personagem de vulto, alicerçando-se em produções científicas e honrarias».

Prosseguindo a explanação das vertentes mais relevantes da acção de Gomes de Lima, acrescenta Costa Sacadura (*id.:* 7) que só não foi um dos fundadores da Real Academia Cirúrgica Proto-Tipo-Lusitânica Portuense visto dela se ter afastado "por desavenças com os seus confrades", academia que teve uma "duração efémera" não só por D. João V não lhes ter concedido "uma vantagem por eles solicitada - a de serem

preferidos nos partidos reais" como também por "entre os associados se estabelecerem discussões e intrigas, que concorreram para a ruína da referida Academia." Foi ainda o próprio quem, pouco depois, criou a Academia dos Escondidos, de onde "saiu então, como seu órgão, o tal primeiro jornal médico português" (que relatava casos concretos de tratamentos).

Segundo Costa Sacadura (1945: 8), também a Academia dos Escondidos "teve curta vida", pelo que Gomes de Lima "logo concebeu nova agremiação, e em 1749 organizava a Academia Portopolitano dos Imitadores da Natureza.", e mandava publicar o Zodíaco Lusitano Delphico, jornal que nada tem a ver com o primitivo.

Só que "As intrigas e litígios que já tinham desfeito as anteriores Sociedades Portuenses, ainda desta vez inutilizaram os esforços de Manuel Gomes de Lima, e a nova Academia morria pouco depois de nascer (…)". Aliás, as discussões entre os associados começaram logo na eleição do presidente, "Mas o «pertinácio cirurgião logo em 1757 começou a remodelar os primitivos estatutos […] que foram muito ampliados com projectos de ensino, (…)", afirma Costa Sacadura (id.: 9), que destaca os resultados das alterações operadas: "Desta Academia é que já foram notáveis os trabalhos, embora, por escassez de meios, não se tivessem levado a cabo todas as disposições estatutárias e as aspirações de Gomes de Lima". Apesar deste incumprimento, a acção da academia foi altamente profícua, pois "Contribuiu, no entanto, para funcionamento de aulas, quer dizer, para o ensino e fez-se, nela, assistência médica aos pobres. E deve salientar-se, ainda, que foi a primeira Associação de médicos consultada oficialmente pelos tribunais."

Não obstante todo o seu empenhamento, o dinâmico clínico não conseguiu evitar que da sua "acção, intervenção e produção nestas Academias" resultasse (1945: 9-10)

> para o Jornalismo Médico Português […] uma primeira faceta muito curiosa. Com efeito, criticando-se na *«Gazeta Literária ou Noticia exacta dos principais escritos modernos conforme a Analogia que deles fazem os melhores críticos e Diaristas da Europa por Francisco Bernardo de Lima,* atitudes e palavras de Manuel Gomes de Lima, isso deu azo a uma grande polémica nos arraiais médicos.

A polémica instalada, com réplicas e tréplicas, foi designada por Silva Carvalho como a «A Guerra dos Limas».

Além dos aspectos já referidos, Costa Sacadura (1945: 13) faz ainda uma incursão pela imprensa da época, designadamente "a revista «Medicina Contemporânea», que se publica desde 1883 e que tem registado […] toda a história da vida médica nacional.", detendo-se num dos seus órgãos em particular (*id.:* 11) - "não quero deixar de me referir à mais antiga revista que se publica em Portugal - «Jornal das Ciências Médicas de Lisboa» - cujo primeiro número tem a data de 1835 e continua ainda a publicar-se, embora com algum atraso." -, jornal cuja importância sublinha (*id.:* 12):

> É no Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa que se encontra arquivada – ou, mais bem, registada – a evolução da ciência e da literatura médica portuguesa durante esse tempo todo. E nas suas páginas fica exuberantemente demonstrado que os médicos portugueses sempre estiveram a par dos progressos da Medicina e da Cirurgia. E até que, por vezes, muito se antecipavam aos médicos e aos cirurgiões das nações mais progressivas em descobrimentos e aperfeiçoamentos.

1945
Isagoge Histórica do Jornalismo Médico

Luís de Pina começa o seu livro (versão escrita da Conferência lida no salão nobre da Faculdade de Medicina do Porto, no dia 29 de Março de 1945) lembrando (1945: 5) que a "História da Medicina de todos os povos do Mundo informa que é tão antiga como o Homem na Terra a prática médica e cirúrgica.", postulado que lhe serve de pretexto para uma retrospectiva que o conduz aos primórdios do jornalismo médico e do material nele usado (*id.:* 6) – "Na pedra, na lousa, no barro, na madeira ou no metal escreveram-se as primeiras notícias do mundo: entre elas, também, logo as médico-cirúrgicas." – e, daí decorrente, a um périplo pelos primeiros livros da área impressos (de que o *Regimento proveitoso contra há pestenença* ("talvez de 1496") é "o primeiro livro médico impresso em português"), bem como a uma extensa série de considerandos, nem todos outrossim pertinentes, porque, amiúde, um tanto à margem do tema central. Refira-se, entre os mais relevantes (*id.:* 15-16), a evolução dos correios e dos transportes – "que condiciona, facilita, impulsiona e quási que cria essoutro aspecto da comunicação científica, literária, artística e político-social dos povos, simpli-

ficada, especializada, reduzida, acessível a todos, pouco demorada na análise: o jornal, a revista, o periódico!" - que lhe permite estabelecer curiosas comparações: "o correio foi e é o naturalíssimo e esperado complemento da tipografia e ambos os pilares mores da intercultura mundial; de outro lado, a revista e o jornal são o admirável suplemento do livro." Tanto quanto a alusão a Weill (*id.:* 16), que, "ao discretear sobre a história do jornalismo, afirma que só a invenção da imprensa tornou possível o jornal."

Luís de Pina relembra ainda (*id.:* 17) "que alguns autores remontam a história dos jornais até longe, ao tempo do romano Júlio César, no século I antes de Cristo. Ele seria o criador do *Diário romano (Diurna urbis acta)*, destinado a manter a opinião pública bem informada sobre os negócios do Estado: era, a modos de um órgão do Governo." E, prosseguindo o seu excurso pela história do jornalismo, o autor refere (*id.:* 18) o aparecimento, no início do século XVII, dos primeiros semanários (de que existe ainda, em Heidelberga, "a colecção completa de um deles"), bem como do primeiro jornal diário, em 1702, em Inglaterra, intitulado *Daily Courant*.

Em 1626, diz também Pina (*id.:* 20), citando Rocha Martins, publicava-se em Portugal a *Relação Universal*, que classifica como "ensaio noticioso em forma de carta, não publicação de novidades frescas, mas *arquivo com propósitos de noticiário*". O autor refere-se também ao primeiro jornal português, como o classifica Alfredo da Cunha (a *Gazeta* "da Restauração") e mostra (id.: 20-21) que em Portugal existiram manifestações jornalísticas antes dessa época, mas quão "ilógico" seria, no entanto, "incluir nestas primitivas formas de noticiário certos escritos portugueses dos séculos XVI a XVIII, tais como a *Carta das Novas do Preste João*, de Pedro Gomes Teixeira (?), datada de 1521, e algumas das nossas *Relações* ultramarinas."

A partir deste ponto, Luís de Pina centra-se na história do jornalismo médico, assinalando que o mais antigo jornal médico (*id.:* 28) foi o *Journal des nouvelles découvertes sur toutes les parties de la médecine,* publicado em Paris, em 1679 pelo cirurgião real Nicolau de Blegui. Traçando a história do jornalismo médico português, o autor relembra (*id.:* 21) que o primeiro jornal médico português, intitulado *Zodíaco Lusitanico-Delphico*. Anatómico, Botânico, Chirurgico, etc. ("de que saiu apenas um número") foi criado, em 1749, pelo médico e cirurgião do Porto, Manuel Gomes de Lima Bezerra. Sendo assim, o jornalismo

médico português nasceu no Porto. O mesmo autor (Manuel Bezerra), também em 1749, abriu a *Academia Medico-Portopolitana*, de fugaz duração, pelo que, em 1759, fundou a *Academia Real Cirúrgica Portuense*. Em 1754 começou a publicar outro jornal médico, o *Diário Universal de Medicina, Cirurgia, Farmácia*, etc., em tipografia lisbonense.

Em 1835, surgiu o *Jornal das Ciências Médicas,* como órgão da Sociedade das Ciências Médicas; em 1836, apareceu *A Medicina Contemporânea*. Nas palavras de Silva Carvalho, citado pelo autor (1945: 31), " Se todos os livros de Medicina portuguesa se perdessem, salvando-se apenas este *Jornal* e a *Medicina Contemporânea,* seria possível reconstituir a parte mais importante da História da Medicina em Portugal a partir do princípio do século XIX."

O autor fala depois (*id.:* 36) no rol dos jornais médicos portugueses – em que inclui a *Biblioteca de Cirurgia* (manuscrito de 1798, arquivado na Faculdade de Medicina do Porto e que "nunca se publicou") - do *Ano Médico* (Porto, 1792), do *Jornal Médico-Cirúrgico e Farmacêutico de Lisboa* (1835), dos ("valiosíssimos") *Anais do Conselho de Saúde Pública do Reino* (1838), dos *Anais das Ciências Médicas* (1838), do *Jornal dos Facultativos Militares* (1843) e do *Escoliaste Médico* (1856, "periódico dos Médicos do Exército").

Na capital, em 1844, é lançada a *Revista Médica de Lisboa*; em 1864, fundada a *Revista Médica Portuguesa* e, em 1872, surge o precursor da Medicina Contemporânea, "no conceito de Silva Carvalho, isto é *O Correio Médico de Lisboa*" (*id.:* 37).

Luís de Pina afirma ainda (*id.: ibid.*) que a Sociedade Emulação Médico-Cirúrgica possuía a sua revista, o *Jornal de Medicina e Ciências Acessórias*, e que "três grandes médicos militares instituem, em 1877, a *Gazeta dos Hospitais Militares*." Refere também o autor quão "valiosos [são] outros jornais médicos, de títulos sugestivos e evocativos, como o *Zacuto Lusitano*, de 1849"; a *Agulha Médica*, em 1955 e o *Esculápio* em 1849.

Prosseguindo a enumeração das publicações médicas, afirma o autor (*id.:* 37) que "O Porto teve, também, a sua revistazinha da especialidade, a *A Gazeta Homeopática Portuense*, em 1853. Quatro anos depois, vinha a *Gazeta Médica do Hospital Real de Santo António do Porto*" e, em 1860, a *Gazeta Médica do Porto*", e que "em 1876 apareceram os notabilíssimos *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*, de Maxi-

miano Lemos, registo precioso para a especialidade e bem categorizado em toda a sua imprensa médica do mundo". Sendo 1880 o ano em que "saiu à luz" a *Revista de Medicina Dosimétrica.*

O autor refere depois (*id.:* 37-38) que "Coimbra pode patentear, entre mais, os Estudos Médicos, de 1878, órgão da *Sociedade dos Estudos Médicos de Coimbra*" e em 1881, é lançada a *Coimbra Médica.*

Luís de Pina acrescenta ainda (*id.:* 38) "Não passo sem aludir a curioso jornal portuense, o *O Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*" - agremiação "formada por médicos e literatos, entre os quais figurava Alexandre Herculano", que aí publicou vários artigos, "sendo o primeiro logo no primeiro número, intitulado Qual é o estado da nova literatura? *Qual o trilho que ela hoje deve seguir*?" -, aparecido em 1834.

E, quase a terminar, refere (*id.: ibid.*):

> não quero deixar de recordar (saudando todas as revistas e jornais portugueses de Medicina da actualidade, nas pessoas de seus directores e colaboradores), entre mais que já se extinguiram, *A Gazeta dos Hospitais do Porto*, começada em 1907 e a *Vida Médica e Cientifica*, antecessores do *Portugal Médico*, velho paladino da nossa classe, repositório de originais médicos e activo divulgador da Medicina,

rematando o seu testemunho a asseverar que deveria ter tratado "ainda, das muitas e variadas revistas e jornais que, não sendo criadas, nem dirigidas por médicos e para médicos, incluem, todavia, artigos mais ou menos importantes de Medicina."

3. Liberdade de imprensa

Conjugadas as especificidades do período em análise - consabidas e já por mais de uma vez sublinhadas - com as inerentes à rubrica em epígrafe, afigura-se-nos relevar do âmbito da pura utopia a inclusão deste parâmetro, a pretensão de aflorar tal temática num contexto político-social cuja principal marca genética é, justamente, a ausência de liberdade.

Tratando-se de um lapso temporal coincidente com a vigência de um regime tão *sui generis* pela negativa - autoritário, esteado numa polícia política que tudo questiona, vigia, controla e impede, em que os mais elementares direitos (incluído o de expressão) são postergados, coarc-

tados e/ou suprimidos, que faz do medo (e da delação) condição *sine qua non* da sua existência, peculiaridades que nem por momentos se pode obnubilar, muito menos elidir - pretender que durante este período a liberdade de imprensa constituísse excepção só da pura ingenuidade pode relevar.

Ausência tão óbvia que a ninguém poderá causar perplexidade a quase inexistência de referências bibliográficas a este respeito, e que, as existentes, de cariz manifestamente doutrinário, provenham, na quase totalidade, de um quadrante político (a direita) que o imaginário colectivo associa de imediato à censura, que, no entanto, nos testemunhos a seguir coligidos surge arvorada em vítima inerme. Ainda que cúmulo da impudência, assim é de facto. Por paradoxal que possa afigurar-se, é esta a tónica (dominante) que os imbui: desde um que, mais do que admiti-la, a defende em casos pontuais e em determinadas condições, passando por outro que imputa à propensão da opinião pública para a maledicência a sua justificação e, ainda, por um outro que, depois de fazer o panegírico de Salazar (cuja "louvável" acção não chega ao vulgo devido à barreira da censura), só "com pinças" alude ao flagelo, o que é sintomático do medo imperante. Duas excepções, apenas, a abominam. Curiosamente, dos que mais conhecimento de causa demonstram - um dos quais a define e faz o seu historial, enquanto o outro, perfeito conhecedor dos seus meandros (e sua vítima), explica em pormenor o seu funcionamento.

Passemos à exegese da questão, começando pelo mais antigo dos livros que sobre ela se debruçaram, *Os "Margalhos"* da Censura, de João Paulo Freire (1926).

Aludindo com q.b. de ironia à inconstância do conceito, às oscilações que ao longo dos tempos assume (1926: 7: "A Censura de hoje é como os cabelos à *garçonne*: só mudou a nomenclatura."), para além de uma característica intemporal, a hediondez, que lhe é atávica, Paulo Freire (1926: 8) começa por um esboço de definição ("É uma espécie de tampão de que o conluio monstruoso da Prepotência com a Imbecilidade vem lançando mão para obstruir o cérebro e comprimir as consciências."), antes de ir à etimologia do termo. Etimologia que, se por um lado prova a sua indefinição (*id.:* 8) – "Censura, a própria palavra o indica, vem directamente do latim *censura* que significando muita coisa, também quer dizer o exame de tudo quanto em letra de forma se publica" –, por outro lado dilucida a sua extracção ("e de *censo* veio *Censor* que come-

çou por ser um magistrado respeitado e digno") e quão desvirtuada e rebaixada esta foi (*id.: ibid.*): "acabou por este significado pejorativo: [segundo Filinto Elísio] "Um Censor é um relé, uma coisa de baixo estofo".

Passando depois (*id.:* 9), com nova nota de humor, à sua vigência ("É tão velha como a vida humana, e o seu primeiro gesto aguentou-o no Paraíso o nosso proto-parente ao tentar ler, na árvore da vida o primeiro rebate de consciência. A folha de parra não foi mais do que o lápis azul inicial."), Paulo Freire (*id.:* 9-10) traça em seguida, e de forma sucinta, o seu historial:

Na Grécia antiga, a censura não tem história que se conheça. […] Já o mesmo não podemos dizer do velho Império romano onde a censura existiu com certos rigores que a História regista. No entanto, a verdadeira censura, a censura de estadulho e moca, estava reservada para mais tarde. […] A censura organiza-se em França em 1275, e toma aspectos de compressão bravia, em 1501, sob as indicações do sinistro Bórgia (…). A Inglaterra só a teve a partir de 1637. Nós fomos mais *felizes*. E se não acordámos tão cedo como a França, tivemos essa suprema graça com a bula pontifícia de Julho de 1547.

Ao mesmo tempo que alude às primeiras demarcações (Freire, 1926: 10):

> A Censura foi, no seu início, uma arma meramente religiosa. Há indícios dessa prepotência desde a segunda metade do século XV, e o Concílio de Trento de 1545 nada mais fez do que codificar e coordenar o que Alexandre VI, nos primeiros anos do século XVI, e o Concílio de Latrão em 1517 haviam já produzido como restrição à liberdade do Pensamento.

Afirmação que Paulo Freire (*id.:* 11) corrobora através da adução de um exemplo por demais elucidativo:

> Frei Bartolomeu Ferreira, o censor de Camões […] cujos olhos se dirigiam apenas, e ainda assim tolerantemente, para as palavras que pudessem ofender a religião. Só assim se explica que o Canto IX d'*Os Lusíadas* passasse incólume sem que o bom do frade se escandalizasse com as liberdades do poeta.

E em jeito de remate do breve apanhado a que procedeu, refere Paulo Freire (1926: 11): "Mas chega D. José e com ele essa tôrva figura do Marquês de Pombal" que cria, em 1768, a Real Mesa Censória., da qual

decorre outra infausta instauração: "Estava criada a Censura Política, e o que até ali se passava apenas no puro campo do ultramontanismo religioso, alargava-se com o Conde de Oeiras, até aos confins do ultramontanismo político."

Carácter de excepção confirmado por Alberto de Monsaraz (1946: 25), que, a propósito de outra censura não menos funesta, a Inquisição ("que começou logo a examinar cuidadosamente todos os escritos originais"), assegura que o fez "Sempre, porém, com a atenta preocupação de ter esse exame carácter apenas religioso ou relacionado com matéria de fé. Quanto aos assuntos políticos, a opinião devia permanecer livre."

Concluído o (esquisso de) historial de tão sinistra instituição, Paulo Freire (1926: 12) após questionar "(…) a Censura para que serve?" - pergunta a que ele próprio se encarrega de responder, "A Censura foi, é, e será sempre, uma capa de vícios, nunca um desejo de morigeração." -, desce ao pormenor, repetindo o método (pergunta/resposta): "O que é que geralmente cortam os censores?"

O que cortaram sempre: aquilo que não convém aos seus interesses pessoais ou aos interesses da seita que representam, com a agravante de constantes inconsequências, cortando hoje o que permitiram ontem, deixando sair aqui o que além proíbem. Completa e perfeita salgalhada que só serve para rodear e encher de ridículo homens, ideias, instituições (…).

Asseveração que comprova exemplificando (*id.:* 12): "Quantas notícias «O Século» traz que a Censura não corta no «Diário de Notícias» ou que traz o «Portugal» e não deixam sair na «Época», ou que se podem publicar nos jornais do Porto e não têm ordem de sair nos jornais de Lisboa!"

Curioso, nesta demonstração dos malefícios da censura, da sua contraproducência e singularidades negativas, é o seguinte argumento de Paulo Freire (1926: 12-13):

Nunca a Censura serviu senão para aumentar o contrabando intelectual, ou melhor: o contrabando livresco, exactamente como as taxas alfandegárias desenvolvem o contrabando comercial. E se hoje esse efeito, se não produz, é porque esse contrabando livresco se não faz mister. Já não é preciso virem a ocultas os livros proibidos, e quando isto adrega de acontecer […] o efeito é contraproducente: há-os em toda a parte. O que custam é mais dinheiro. Mas se não há o contrabando livresco, há os papelinhos, panfletos e jornais clandestinos, que aparecem nas casas,

nas ruas, nos cafés, distribuídos à farta por invisíveis mãos (…).

Argumento que legitima a pergunta (*id.:* 13): "Vale a pena o exercício vergonhoso e vexatório da Censura para chegarmos a estes resultados?", à qual não tergiversa em dar uma resposta peremptória: "Não vale. Com a agravante de que um jornal livre nem todos o querem ler, mas um jornal clandestino não há ninguém que não ambicione possuir… e até coleccionar."

Aliás, a propósito da actuação destes apóstolos da "Censura estabelecimento-sanitário", como os designa o visconde de Bonald[4], aduz Monsaraz (1946: 52-53), secundando Freire:

Proibir a expansão das ideias, em princípio, é sempre um erro. Com a proibição apenas se consegue que elas, secretamente, sejam mais procuradas e que a sua difusão clandestina se torne maior e mais intensa. […]

Torna-se mais do que nunca necessário que [as ideias] sejam [livremente debatidas] sempre em idênticas condições, em perfeita igualdade de circunstâncias.

Eu me explico: Um artigo político publicado n' O Século, por exemplo, atinge e abrange invariavelmente algumas dezenas de milhares de leitores. Se, porém, lhe replicarem na Vitória - outro exemplo - jornal bem apresentado e sem dúvida bem intencionado, mas de âmbito restrito, injustamente confidencial, esse debate ideológico só poderá comparar-se a um imaginário assalto de boxe entre o «Colosso de Rhodes» e (…).

Retomando a dissecção, a que procedia, da actuação da censura (interrompida por outras considerações, facto de que o autor demonstra ter consciência quando diz "Desculpem-me o desvio"), assegura Paulo Freire (1926: 13-14):

> A censura pombalina, mais vexatória do que a anterior […], foi muito além da censura dos Margalhos[5]. Os Margalhos do Marquês […] eram de força. Até pareciam os Margalhos de hoje, com o servil e rastejante Padre Pereira de Figueiredo à frente […]! E isto durou de 1768 a 1787

[4] Cf. Monsaraz (1946: 51): "O Visconde de Bonald, eminente teórico da contra-revolução ou, melhor da anti-revolução, a quem Barbey d'Aureville chamaria prophéte du passé, opinava assim nos começos do século XIX: La Censure est un établissement sanitaire, fait pour préserver la Société de la contagion des fausses doctrines, tout semblable à celui qui éloigne la peste de nos contrées.»

[x5] Nome que tem origem no do primeiro censor, segundo João Paulo Freire (1926: 10): "O primeiro censor conhecido foi Pedro Margalho."

> (…). […]
> Mas vem o Decreto de 1793 e voltamos para o Santo Ofício, para o Ordinário e para a Mesa do Desembargo do Paço. E chegamos a Pina Manique, um dos grandes Margalhos na História da censura em Portugal (…). […]
> 1820 surge. Foi como um raio de luz (…). Durou pouco. Vieram as lutas Miguelistas, voltou a mordaça […] até que em 31 de Março de 1821 se extinguiam em Portugal todas as inquisições, sem que houvesse no entanto maneira de se extinguir a Inquisição do Pensamento. […]
> Passadas as lutas de 1820, os liberais depressa se lançaram na esteira dos absolutistas, e veio a *lei das rolhas* […] e entrou-se nos dois anos da *débacle*.
> E durante noventa anos o Constitucionalismo tripudiou sobre a imprensa republicana, suspendendo jornais, metendo jornalistas na cadeia […] exercendo a apreensão por capricho e por sistema (…).

Panorâmica de caos generalizado em que, como Freire (1926: 14) reconhece, "As leis de imprensa existiam no papel. O que reinou, no período que vai de 1834 a 1910 foi o arbítrio, o relaxamento, a perseguição e a revolta. Arbítrio das autoridades, relaxamento dos juízes, perseguição dos políticos e revolta dos avançados.", de que resulta (*id.:* 14) "chegarmos assim, desmoralizados e anarquizados, a 1910."

Data que, em vez de materializar o almejado marco salvífico, se revelou, ao contrário, mais uma decepção, como Freire (*id.:* 14-15) enfatiza:

> Passamos finalmente ao regime republicano e verificamos, com verdadeiro assombro, que a compressão, o garrote, usado para com a imprensa, aumentou, subiu de ponto! À censura mais descabelada juntou-se a apreensão violenta […] e a fúria não pára e não se limita aos jornais monárquicos. Atinge também, poucos anos depois, os jornais republicanos e socialistas (…).
> Antecâmara de mais uma sucessão de altos e baixos (Freire, 1926: 15: "Depois veio a Guerra; e, já para o fim do Grande Conflito, serenaram os ânimos, espaçaram-se os assaltos… mas voltámos ao lápis azul."), detonadores de originalidades em que tanto pontifica o grotesco (*id.: ibid.*) ("Os jornais de há dez anos são característicos e únicos. Vêm quase todos com as colunas em branco."), quanto a regressão, plasmada no retorno de velhos vícios (*id.: ibid.*): "Mas a guerra passou também, governos sucederam-se a governos, e todos os presidentes de ministério […] usaram e abusaram da censura conforme lhes apeteceu e consoante

lhes conveio."

Com uma diferença, que, conquanto não despicienda ("Em todo o caso isso era feito a medo. Havia S. Bento e S. Bento protestava." (*id.:* 15)), também não primava pela consistência: "Mas um dia o sr. General Gomes da Costa vai a Braga e vem de lá triunfante até Lisboa. O «28 de Maio» é um facto." Além de, por demais efémera e com os perniciosos resultados consabidos (id.: ibid.): "Dois meses depois o cenário muda-se […] e hoje, temos no tablado da política portuguesa, o sr. General Carmona, e com ele a censura e com a censura este Paraíso em que vivemos e em que os jornais se parecem de tal maneira que ler um é lê-los a todos."

Statu quo a que Paulo Freire (*id.:* 15) não resiste a fazer mais um comentário jocoso: "Chama-se a isto a simplificação da leitura e a homogeneidade do Pensamento. Não há espaços em branco, nem há protestos em preto! Há esta bem-aventurança em que todos nós vivemos (…)."

Singularidade a que também Alberto de Monsaraz (1946: 45) alude, não sem sublinhar os progressos entretanto verificados nas técnicas e metodologia usadas neste domínio:

> A Censura desta época, mais civilizada e mais sabida, já não consente na exibição de espaços em branco, atestando a mutilação do texto. Parece que a linguagem dos brancos suscitava hipóteses e aventava boatos, mais indesejáveis ainda do que as realidades interditas. Por isso, todos os espaços vazios têm de vir logo preenchê-los interpolações improvisadas ou ponderados acrescentos.

Autor que, mais do que perfilhar com o anterior (Paulo Freire) uma perspectiva crítica (conquanto de quadrantes políticos opostos) e de com ele ter imensas afinidades, evidencia ser detentor de um profundo conhecimento dos meandros da censura - da sua génese aos subterfúgios para a contornar ou debelar a sua sanha, como demonstra na assaz (e claramente) fundamentada explicação do seu funcionamento -, irrefutavelmente patente, porque sem ambages, quer no global quer em afirmações esparsas, do teor desta (1946: 32) "O desnecessário recurso à censura prévia, mais ainda do que um crime ou do que um erro, significa ininteligência, falta de visão, incapacidade ou medo de governar."

Definindo-a como (1946: 14) "o habitual tormento da dispneia mental, de restrições à inteligência, de falta de ar para o espírito.", que obriga, para a contornar, a que (*id.: ibid.*) "Cada qual regresse às trevas

do silêncio, ou então à hesitante e bruxuleante meia-luz das habilidades redactoriais, das prudentes metáforas, das palavras mal esboçadas, das tímidas ousadias verbais.", não se exime de, demonstrando-lhe quão mal vinda é (tampouco tolerada), a atacar directa e explicitamente (*id.:* 16):

> "O essencial é que desapareça de vez, que nos liberte desta presença indesejável, molesta, perniciosa, a que não pode habituar-se quem não renuncie ao encanto de pensar e ao deslumbramento de sentir "expansivamente", que são afinal, as mais formosas dádivas de Deus.". Garantindo (*id.: ibid.*), até, que "Não deixará saudades, estou bem certo, nem mesmo entre os raros devotos que hoje a incensam e que, por falta de reflexos morais ou frouxidão de instinto combativo, ainda julgam idolatrá-la."

Recorrendo, inclusive, para o efeito, a interrogações retóricas em que concomitantemente identifica os seus sequazes (1946: 19) - "Porque será que os Governos Ditatoriais, blasonando de fortes, sentem sempre, como se estivessem decrépitos, o pânico da Opinião e, consequentemente, se deixam arrastar para o estrangulamento progressivo de toda a crítica?" -, sequazes cuja ilegitimidade vinca exprobrando (1946: 19-20):

> Toda a autoridade, toda a força, para confessar-se legítima, precisa de ser consciente, desapaixonada, equitativa.
> A perfeita obediência exige sempre que se saiba mandar. Isto é um axioma. Logo o mando, na função de comando, tem que promover a obediência serenamente, mais pela persuasão do que pela energia.
> E, quando a energia se transmuda em violência, deixa mesmo de ser ilícita e condenável a recusa de obedecer.

No essencial por, ao extravasarem as suas prerrogativas, consubstanciarem genuínas prepotências (*id.:* 20-21):

> Os Governantes, que se assentam na cadeira curul como num trono […], acabam por considerar infalíveis os próprios pensamentos e tomam quaisquer discordâncias sobre os actos que praticam como veros delitos, para não dizer autênticos crimes, de lesa-majestade.
> Interpretam a mínima ferida no seu orgulho como ofensa atentatória, ofensa imperdoável à sua honorabilidade. […] São bem, coitados, os novos-ricos da Soberania!

Ao que contrapõe as atitudes dos monarcas, que invoca, a fim de de-

monstrar que nesses tempos - tanto quanto em outros mais recuados ainda (1946: 32) "A Censura, no seu aspecto técnico de pré-conhecimento da matéria a publicar, não a conheceu nunca a Antiguidade clássica." - ela não tinha condições de existência (*id.:* 22-23):

> Os Reis de Portugal foram sempre - exceptuando D. José - grandes amigos e naturais confidentes das alegrias e dos infortúnios do seu Povo. […] Quem hoje releia, sem ideias preconcebidas, como um Gil Vicente ou um Sá de Miranda ousavam, na presença dos Monarcas, criticar fraquezas e profligar vícios, fica verdadeiramente atónito com o espírito de liberdade e tolerância em que a realeza de Portugal desempenhava o seu ofício e exercia as suas virtudes.
> Assim, toda a nossa História, muito antes de desvirtuar-se a palavra Democracia, consiste num permanente diálogo entre o Povo e o Monarca (…).

Constatação que permite a Alberto Monsaraz (1946: 29) insistir de novo na ilegitimidade da censura - "Está provado, e bem provado, que a Censura, sob qualquer das suas formas, é ilegítima. Terá ela, ao menos, para aqueles governantes que a restauram e inquisitorialmente a utilizam, alguma utilidade? - e formular mais umas quantas questões tendentes a demonstrá-lo (id.: ibid.): "Valerá a pena infringir-se o mais elementar dos direitos naturais – o pensar-se em voz alta, que outra coisa não é afinal a expressão gráfica do pensamento? Será, de facto, necessário evitar-se, para bem da Comunidade, que o mau livro apareça e que o mau periódico circule?"

Questões cuja resposta, decretória, deixa (1946: 29) a "um alto espírito", Léon Daudet, no prefácio à sua última obra - *Sauveteurs et Incendiaires*: «C'est le livre d'abord, et en second lieu le journal, qui servent de brandon aux incendiaires. Mais le mal que les livres ont fait, font et feront, d'autres livres peuvent le combattre, comme le prouvent les Evangiles (…)».

Léon Daudet que, sendo um escritor que "sempre amou e idolatrou a polémica" (Monsaraz, 1946: 30), "também sempre soube fazer justiça aos adversários, quando lhes reconhecia talento, carácter e sinceridade", pois, justifica Monsaraz, "Deus não criou uma Humanidade de surdos-mudos.", ao que acrescenta (id.: ibid.): "Impedir que o pensamento alheio se exteriorize e publique significa, antes de tudo, falta de confiança e de coragem; dúvida na legitimidade e pureza do próprio pensamento; incerteza na sua capacidade de persuasão, no seu poder dialéc-

tico para impor-se e dominar."

E não sendo a verdade absoluta apanágio de ninguém (1946: 31), "Podem mesmo existir na crítica, quando seja sincera, elementos positivos que depurem e aperfeiçoem as ideias, que afinem e exaltem os sentimentos e a sensibilidade." Ora, se é da "livre e espontânea inter-comunhão dos espíritos" que é feito "o fluxo e refluxo permanente de ideais, de convicções" (*id.: ibid.*), "Não se deve nunca imobilizar o mundo mental, como tampouco se pode imobilizar o mundo físico.", porquanto "Ainda que seja possível, será sempre inútil ou contraproducente." Argumentação que Monsaraz completa com esta constatação (*id.: ibid.*):

> Quantas, quantas vezes, no decurso da História - gráfico dessa marcha incessante do Homem - as quedas e os retrocessos se verificaram, precisamente, por se haver pretendido interferir, de maneira artificial e mecânica, no misterioso processo das ideologias em gestação.

Vítima, ele próprio, dos métodos da censura (1946: 14) - "Encontrei-me assim com o trabalho pronto, feito e anunciado; mas sem possibilidade prática de o expor, visto as galerias editoriais se haverem recusado, timoratas, a abrir-me as portas, no justificado receio de que lhas encerrassem de vez.", ou ainda (*id.:* 39) "Ora aconteceu ter eu pretendido editar um folheto doutrinário de propaganda intitulado CARTILHA MONÁRQUICA.", opúsculo proibido (mas que "afinal sempre logrou aparecer na Primavera de 1916") -, vítima da censura, dizíamos, Monsaraz (id.: 40) pode, com plena propriedade, assegurar: "Conheço-a, permita-se-me o plebeísmo, como os meus dedos." E, por isso, fundamentadamente expor o seu modus operandi (*id.:* 41-42):

> A Censura, por via de regra, surge de improviso, sem barulho, quando uma revolta ou uma guerra nos vem impor qualquer Governo provisório ou de coligação, que logo se lembra de aproveitar as solertes manhas da Diva para obter o elixir de longa vida. É inevitável.
> De início certificam-nos, com solenidade, que somente a gravidade da Hora pode justificar tão feia anomalia. Deverá cessar, sacrificada «nas aras sacrossantas da Liberdade», desde que as circunstâncias o permitam. Para mais só há-de exercer-se em determinadas condições e apenas sobre alguns restritos assuntos. Tem de limitar-se, evidentemente, aos periódicos quotidianos.

> Pouco a pouco, porém, a aranha estende as patinhas e a teia vai aumentando a olhos vistos: os semanários são os primeiros a verem-se abrangidos e depois, logo depois, os folhetos padecem a mesma sorte, que pode tratar-se de panfletos sornas e perniciosos. Seguem-se as folhas avulsas, por se lhes misturarem, quiçá, indesejáveis manifestos. Até as inofensivas circulares do comércio e os relatórios das Companhias e Sociedades precisam de ser examinados, não vá embiocar-se neles qualquer pensamento suspeito ou qualquer alusão irreverente. […]
> É uma desconfiança permanente, a indiscrição «totalitária» de um insuperável zelo policial. Só logram escapar os bilhetes de visita. E… nunca fiando.

> Actuação cujos resultados (mediatos e imediatos) também conhece (1946: 42) - "Em face desta perfeita máquina de inconfidência, tão cuidadosamente montada, cria-se aos poucos, pelas redacções dos periódicos e pelas casas editoras, uma inevitável atmosfera de pânico. As contra-habilidades organizam-se. Os rábulas entram também a fazer teia." - tal como a forma de os evitar ou, no mínimo, debelar (*id.: ibid.*): "Urge saber-se, em primeiro lugar, quem são os Censores. São publicistas? Há que recear, além do mais, a invejasinha profissional, que nunca perdoa. São, como entre nós, militares e só militares?", então a situação muda, porque estes, além de exercerem a função "contrariados, por simples disciplina, por mero espírito de obediência", nem sempre dispõem dos conhecimentos (conquanto lhes sobre competência técnica em matéria profissional), (*id.: ibid.*) "nem sempre possuem - são eles próprios a reconhecê-lo - capacidade e cultura bastantes para poderem apreciar, com justa imparcialidade, os textos jornalísticos […] que se lhes manda submeter."

Daí que, em função dos diferentes censores, diferentes sejam as metodologias utilizáveis (*id.:* 43):

> Se o Censor é Fulano, vá de escrever à vontade, que ele não percebe patavina. Mas se for Sicrano ou Beltrano, então é preciso doirar a pílula, como soe dizer-se: talvez que, assim, dando-se-lhe uma voltinha, a coisa passe… O funcionário X, depois de jantar, vai sempre entre as dez e as onze. No turno das tantas da madrugada, o adiposo Censor H encontra-se, de certeza, a cair de sono. É alucinante!

As reacções dos atingidos por semelhantes atropelos é que divergem, e de forma substancial, podendo mesmo ser diametralmente opostas.

Enquanto os mais velhos, recalcitram - no dizer de Monsaraz (1946: 43), "Os jornalistas veteranos, por mais que queiram, raro chegam a adaptar-se. Quando a prosa lhes volta às mãos toda retalhada, protestam, vociferam, rugem…" -, já os mais novos "moldam-se" (*id.: ibid.*): "A Mocidade, porém, habitua-se a deformar o pensamento; a tornejar as arestas do assunto; a escrever, não aquilo que desejaria, mas o que julga que melhor venha a passar através de tal ou tal mentalidade censória."

E é neste aspecto em particular que Monsaraz (1946: 15) difere de Paulo Freire, pois, ao contrário deste, ele aponta culpas e identifica culpados pelo vexatório estado a que se chegou: "Que, se fora possível; se quantos vivem da pena ou para a pena se tivessem rebelado, desde o início, contra o uso e abuso de tão absurdos caprichos, nunca [a censura] haveria medrado em terra safara como medrou.". Porém, lamenta, (*id.: ibid.*), "Nem a todos é lícito inscrever, sobre o seu escudo de armas, a divisa famosa de Bayard: "*Sans peur et sans reproche*".

Diferencia-se outrossim por aventar soluções (Monsaraz, 1946: 54-55), o que Paulo Freire também não faz:

> Os periódicos de todas as categorias, representantes de todas as correntes de opinião, deveriam abrir, nas suas primeiras páginas, duas altas colunas, equilibrando o artigo de fundo, e encimadas pelo seguinte capitel, onde o velho espírito de tolerância e convivência […] da Grécia florescesse de novo: TRIBUNA DA OPOSIÇÃO.
> Nessa tribuna, sempre acolhedora, os princípios e as doutrinas, expandidas pelos jornalistas da empresa proprietária, seriam comentados, apreciados ou criticados por outros escritores ou jornalistas que pensassem de outra maneira. E o público então, senhor na generalidade de todos os elementos do debate […] poderia inclinar-se livremente, fora de qualquer ideia de monopólio de ideias, para um lado ou para o outro.

Proposta que ilustra (1946: 56) com o exemplo do que já então se passa em França, onde:

> nas últimas décadas, em matéria penal, já os periódicos processados por delito de calúnia eram legalmente coagidos a dar publicidade, na mesma página, na mesma coluna e no mesmo tipo em que aparecera a ofensa, ao acórdão passado em julgado que os condenava a repará-la.

Transpondo para a situação em apreço a solução preconizada (*id.: ibid.*):

> Este princípio de rectificação habitual pela publicidade tornava-se assim extensivo, na inovação que proponho para as esferas ideológicas, a todas as afirmações doutrinárias que, por outras opostas, se considerassem lesadas ou diminuídas. Simplesmente, nestes casos seria o público, e só o público, em última análise, árbitro e julgador.

Soluções que, complementadas por outras medidas que Monsaraz (1946: 57) também propõe -

Em torno desta ideia central […] tomar-se-iam ainda, ao redigir-se a nova Lei de Imprensa, algumas essenciais medidas de precaução, tais como a exigência de um forte depósito, para garantia de multas e indemnizações; e a obrigatoriedade impreterível de todos os artigos, crónicas, ecos, entrevistas […] virem assinados com o nome oficial, por extenso, do jornalista ou publicista seu autor.

- se aceites, culminariam no enterro, *ad aeternum*, da "cadavérica tesoura", do "sediço vocábulo censura", para sempre substituído pela "querida palavra antiga, de novo trepidante de mocidade e frescura: - POLÉMICA."

O que, segundo Monsaraz (*id.:* 47), pressupõe imensos cuidados, pois se é inquestionável que "se torna imprescindível uma nova Lei de Imprensa", não menos o é impor-se prudência, cuidar "em que moldes de aspecto moderno deverá ela ser vazada?" - já que, opina, não se pode entrar "assim de chofre, na liberdade de Imprensa absoluta, sem freio" -, precauções que a não serem tomadas, e ocorrendo uma transição brusca, podem levar a que "Passados vinte anos da dieta a mais rigorosa, seria a morte por súbita indigestão."

Ruído na comunicação - que, *ipso facto*, se revelava assaz deficiente ou era liminarmente inviabilizada - é também a tónica da tese apresentada por Luís Lupi ao IV Congresso da União Nacional, *A Imprensa e a Revolução Nacional*, um panegírico de Salazar e, concomitantemente, uma crítica suave à imprensa e, muito mais suave (adequado seria dizer "com pinças"), à censura. O que, dado o seu quadrante político (à direita), não causa perplexidade.

Começando por questionar, motivo sobre o qual há muito se interroga (1956: 6), "se a Imprensa Portuguesa tem acompanhado o êxito e progresso - evidente e inegável em todos os aspectos fundamentais - da

Revolução de Salazar.", Lupi reconhece que "Tristemente, sou forçado a concluir por uma resposta negativa." Admitindo poder não ter razão, garante (*id.: ibid.*), ainda assim, estar "convencido de que o lugar da Imprensa é na vanguarda de qualquer movimento nacional, base e índice do seu próprio progresso e que, quando isto não se verifica, o êxito de uma época […] pode ficar ameaçado." Porquê?

É que as realidades, mesmo as mais palpáveis e iniludíveis, têm de ser explicadas à opinião pública num dia a dia de informação e crítica, esclarecedoras. […]

Se o cidadão deve ser protegido das especulações e dos abusos que ponham em risco a sua saúde física, o seu bem-estar e a sua consciência política impõem igualmente que tenha ao seu dispor uma informação diária em que deposite a mais sincera confiança. Alimentar a sua curiosidade, o seu entusiasmo e interesse, e conquistar a sua participação leal e consciente na vida e no progresso da Nação, é a incontestável e nobre missão da Imprensa.

Perguntar-se-á: o que falhou, então, para que tal não se tivesse verificado ou, mais directamente (*id.:* 7), "a quem atribuir a culpa?", pergunta que não só não posterga como também não se exime a responder-lhe: "É que todos, todos sem excepção, teremos uma parcela de culpa". Salvaguardando, no entanto, que (*id.: ibid.*) "A parcela de culpa (se a houver) que cabe a Salazar […], é mínima", até porque dela o redime a preocupação, por si revelada, "sobre se terão verdade algumas críticas no que se refere à evolução da nossa vida cultural."

Explicação que induz Lupi a também isentar de responsabilidades a imprensa, afirmando (*id.:* 8): "em minha opinião, à imprensa não foi dado acompanhar o ritmo da grandiosa Revolução Nacional que se deve ao génio de Salazar."

Desresponsabilizados dois protagonistas - Salazar, por um lado, e, a imprensa, por outro - a questão da imputação de responsabilidades persiste, devendo o culpado ser procurado num outro quadrante (*id.:* 8):

> Creio que o pensamento de Salazar tem sido algumas vezes mal interpretado.
> Entre o Chefe do Governo e a opinião pública houve erros de interpretação, mais ou menos graves […], porque entre Ele e a Imprensa foram criadas barreiras que, se tiveram por vezes oportunidade e virtude, não

deixaram de ser barreiras que diminuíam a luz de uma total verdade.

Reconhecendo que a empatia que poderia ter-se estabelecido entre Salazar e os Portugueses somente a imprensa a poderia ter viabilizado, se as tais barreiras não houvessem prejudicado a sua acção, está identificado (mas, por enquanto, ainda não nomeado) o culpado (*id.:* 8):

A quase sempre estandardizada análise feita durante anos seguidos, da Obra de Salazar e da sua personalidade (a única por vezes aceite sem reparos nem dúvidas, por aqueles que, em minha opinião, mal interpretavam Salazar) fizeram avultá-las sim, mas com evidentes sintomas de falta daquela espontaneidade que teria levado à opinião pública uma mensagem muito mais real, convincente e sincera. Por seu lado, é de supor que o Chefe do Governo, por falta de elementos de análise e crítica que uma espontaneidade jornalística havia de representar, terá, por vezes e apesar da sua excepcional perspicácia, ficado com uma ideia menos exacta do ambiente que, de longe ou de perto, o cerca.

Admitindo com estas conjecturas (1956: 9) "quase entrar no domínio das almas", justifica por que o faz - "é porque me parece necessário para explicar que não cabe à Imprensa, neste aspecto, a maior culpa, como lhe não cabe em outros que, afinal, a vieram colocar no couce do cortejo glorioso da Revolução Nacional." - destarte considerando reunidas as condições para, após tantos rodeios (apodixe do medo imperante, mesmo entre correligionários), nomear finalmente o culpado (1956: 9): "Atribuo a uma exagerada acção de controlo, de propaganda oficial e de uma censura prévia que se prolonga demasiadamente, bastante da responsabilidade dos factos que afectaram e afectam a indispensável evolução e progresso da Imprensa."

Efeitos inquestionavelmente perniciosos, sem dúvida, os decorrentes deste controlo, mas que não são, no entanto, os únicos. Outras repercussões, mais nefastas ainda, daí emergem, tais como (*id.:* 9): "Uma Imprensa que não disponha de suficientes receitas normais […] não poderá cumprir inteiramente a sua alta e prestigiosa missão informativa, política e educadora e não poderá progredir. O periódico para ter venda, necessita do interesse e da confiança do público (…).", requisitos com que, por motivos demasiado óbvios, mormente a falta de fiabilidade, não

pode contar. Inferência legítima das seguintes afirmações de Lupi (id.: ibid.): "Ora, segundo parece, alguns dos principais jornais portugueses não têm elevado a sua venda na proporção do aumento do nível de vida nacional, do aumento demográfico […] e ainda do felicíssimo decréscimo […] no índice do analfabetismo, nas últimas três décadas.", quando, "Por outro lado, parece incontestável que em Portugal, e não apenas nos seus grandes centros populacionais, aumentou em proporções inconcebíveis a venda e expansão de revistas e jornais estrangeiros (…)."

Constatações que permitem a Luís Lupi (1956: 10) confirmar a perniciosidade da censura - a que eufemisticamente chama condicionalismo - plasmada quer na anulação da competitividade entre os jornais nacionais, quer na subalternização em que os coloca relativamente aos estrangeiros (independentes e, por isso, mais fiáveis):

> Verifica-se assim, em meu entender, que tendo o exagerado condicionalismo a que me referi, diminuído em grande parte a competição útil que deveria existir entre os órgãos da Imprensa Portuguesa, a colocou numa situação de ter de competir com uma imprensa extra-nacional que, por gozar da fama de independente e livre de orientações oficiais, parece por vezes merecer a preferência de importante número de leitores portugueses.

Cabe, a propósito, abrir aqui um curto parêntesis para assinalar que a solerte perplexidade de Lupi não tem fundamento, tampouco se justifica, porquanto, como Brás Medeiros (1956: 10) demonstra, as condições para a subalternização da imprensa portuguesa (e os absurdos daí decorrentes) são corolário da acção da própria censura:

A adopção do processo formulado [a liberalização da censura] evitaria muita coisa desconcertante. Assim: há pouco, quando da conferência de Londres acerca do Canal de Suez, recebemos a notícia da adesão de Portugal *directamente* do chefe dos serviços de Imprensa do S.N.I. Pois tal notícia, submetida a censura nos termos regulamentares, foi cortada! E a Nação dela tomou conhecimento através de emissoras e jornais estrangeiros. A Imprensa indígena só registou o acontecimento, ainda que relativo ao País, em segunda mão; e, assim mesmo, por obra e graça de um telegrama da Reuters, emergente de Londres!"

E a prova de quão insuspeito é Brás Medeiros, ou seja, de não poder ser propriamente apodado de prosélito das práticas censórias, dá-no-la o próprio quando, falando em nome do seu jornal, assevera (1956: 10):

"Ao «Diário Popular» já satisfaria que, como termo, se independentizasse a Censura, mas completamente, dos vários ministérios, salvo daquele em que burocraticamente se insere, e se lhe cometesse, ao mesmo tempo, uma acção cada vez menos repressiva e mais orientadora."

Fechado o parêntesis, voltemos a Lupi, que, abstraindo a vexante (porém, irrefutável) realidade descrita por Medeiros, prefere aproveitar as constatações por si feitas - ainda que para tal tenha de elidir a mínima alusão a quão indelével é a nódoa, consubstanciada na censura, que pigmenta a imprensa portuguesa - para reiterar (*id.:* 10) que semelhante *statu quo* "põe desde logo a Imprensa portuguesa, a «grande imprensa», em particular, a coberto de injustas acusações."

Imprensa essa que, contudo, não isenta de haver também cometido alguns erros (embora reparáveis): "sou de opinião que se exagera francamente no nosso País na informação do estrangeiro. No geral […] os jornais metropolitanos portugueses publicam mais notícias do estrangeiro, e com maior destaque, do que noticiário nacional."

Insuficiente esclarecimento acerca de medidas adoptadas pelos governos e as repercussões dessa lacuna na opinião pública é a tónica da palestra *A Opinião Pública*, proferida por Fernando Tavares de Carvalho[6], que começa por invocar a Constituição Política da República Portuguesa, mais concretamente o seu artigo 22º, que estabelece: "a opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, e que ao Estado incumbe defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum."

Artigo a propósito do qual o autor formula algumas perguntas - "Não é uma das garantias individuais dos cidadãos a liberdade de expressão do pensamento? Não deverá, com mais forte razão, ser-lhe reconhecido o direito dessa liberdade de expressão do pensamento «quando este é o dos homens que ajudaram a salvar Portugal?»" - perguntas, dizíamos, meramente introdutórias do tema que na verdade lhe apraz e se propõe abordar, o da impreparação dos seus concidadãos para compreenderem o alcance de certas medidas governamentais.

Concidadãos a cujo respeito afirma: "os portugueses não se entendem, às vezes, em muitos passos da nova ordem política, porque não se entendem, outras vezes, sobre o valor das palavras.", inaptidão que

[6] As páginas da separata onde esta palestra (proferida em 6 de Março de 1940, ao microfone da Emissora Nacional – a 15ª da série organizada pela Comissão de Propaganda da União Nacional) vem transcrita não se encontram numeradas, daí a sua não indicação nas citações ora feitas.

atribui a duas características congénitas - o 'falar de ouvido', ou seja, sem conhecimento de causa, e a maledicência:

A feição mental de cada português é falar, não sobre o «que o seu espírito lhe ditou», mas sobre o que, no lar, na rua ou no escritório, «ouviu dizer»; e a sua feição psíquica manifesta-se por um forte contingente de criticomania, quando não o esmaga o sentimento da paixão, da bravura ou da generosidade.

Com efeito, esclarece, se o português costuma reagir bem nas mais variadas circunstâncias e contextos - num misto de docilidade ("Diante da mulher que ama"), de valentia (perante "o perigo que o ameaça") e de prodigalidade (perante a "miséria que não se esconde") -, não consegue, no entanto, obstar a que "as virtudes se lhe transformem no hábito desatencioso da crítica impenitente, com todo o seu cortejo de ditos irónicos, gracejos mordentes ou risadas escarninhas." O que, ainda assim, faz "com habilidade tão comunicativa ou com espírito de tal forma cintilante, que não tarda em conseguir adeptos na campanha de demolição sério-cómica.", daí resultando, afirma Fernando de Carvalho:

Do entrechoque do «ouvir dizer» por sistema com o «dizer mal» por temperamento, uma das causas da «má qualidade» da nossa opinião pública: a verificação de que, quando a matéria é acessível, se faz espírito, e bom espírito - do melhor; e a de que, quando a matéria se eleva acima dos normais conhecimentos, se faz azedume, e mau azedume - do pior. Com este azedume e este espírito se tem o povo desentendido sobre o valor das palavras, e se tem construído, algumas vezes, a história de certos actos do Governo.

Por outro lado, o carácter de determinados conflitos internacionais, a que, no campo das realidades, não se tem deixado de assistir, os teoremas de certas fantasias que, no campo das hipóteses, à volta desses conflitos não se tem deixado de formular, e, sem dúvida, a desinteligência entre os que pretendem que esses conflitos venham a ser e o que outros julgam, talvez com mais razão, que eles, no seu conteúdo, têm sido – favorecem também, por igual modo, este estado doentio da opinião pública que vive, intranquila, na ignorância da resolução de várias incógnitas para que não valem perspicácia, experiência ou conhecimento prático dos homens e das coisas. E esta circunstância será talvez a única que poderá validamente desculpar o apatriotismo em que se resolve a inquietação da nossa opinião pública."

Descendo à casuística exemplificadora, aponta em seguida dois casos

concretos e diversos cujo resultado é similar ("logo se protesta contra o acto do Governo"), sem que, no entanto, o público tenha conhecimentos, isto é, literalmente nada saiba do que está a criticar, como afirma depois de formular a questão, "Que sabe o público de (…)?", à qual se encarrega de responder: "Nada, com efeito, deve o público saber acerca destes assuntos, que impensadamente discute e sobre que levianamente emite opiniões." O que lhe permite assegurar que "isto só justifica o que eu disse no princípio: o público não dispensa que o elucidem sobre o valor das palavras para que possa aperceber-se de certos actos do Governo." Para daí inferir que "enquanto este mandamento não se cumprir […], há-de continuar a nossa opinião pública em morbidez permanente – «com o pulso agitado e a língua suja»". Debalde, contudo, pois, como não se coíbe de dizer (parafraseando um conhecido aforismo, que eufemiza), "Há clamores que, por sua própria fraqueza, não têm força para subir até ao céu, e só quem ande cá por baixo lhes poderá, de igual para igual, dar ouvidos e resposta." Clamores que, na perspectiva de Fernando de Carvalho, "são mais malignos do que os outros" na medida em que se "uns produzem o estado doentio da opinião pública «em posição de causa», aqueles murmuram de boca em boca […] e produzem esse mesmo estado doentio, mas «em posição de efeito»." Pelo que conclui: "E não será preciso salientar que, se a «causa» pode pressupor uma situação de expectativa confiada do presente para o futuro, já o «efeito» não significará mais do que uma situação de certeza desiludida do presente para o passado."

"Oração de sapiência" (bajuladora) que termina com um "conselho": seríamos "infinitamente mais justos se abríssemos um pouco mais os olhos para admirarmos o que se tem feito, e se abríssemos um pouco menos a boca para repetirmos o que se tem dito."

Porque eivado de um pensamento obnóxio (que situaríamos algures entre o mimético e o sincrético, o insólito e o reaccionário) e, não menos, de perplexizante dissonância - é o mínimo que se pode afirmar acerca de um posicionamento que, sob o manto (nada diáfano) de uma aparência altruísta, o que na verdade preconiza (e de forma despudorada) é o enfreamento dos jornais (Ribas, (1953: 343): "Quando jornalistas e leitores estão educados no sentido da boa imprensa, tornam-se facilmente cumpridos os dispositivos legais promulgados no objectivo de se pôr adequado freio aos jornais."), sectarismo falacioso de insondável alcance - deixámos para o fim a "doutrinação" de Carvalhal Ribas (*id.: ibid.*):

Nos regimes extremistas, forja-se uma censura na imprensa com o fito de entoar loas ao governo totalitário e amordaçar críticas desfavoráveis. Essa repressão organizada da opinião pública, esse *regime de rolha*, mesmo em face dos maiores descalabros dos déspotas dirigentes, é um abuso de força desleal, covarde, imoral, antipatriótico.

Mas a censura da imprensa, não ao serviço de camarilhas políticas, mas no objectivo digno e imparcial de salvaguardar o bem-estar público, principalmente de acordo com critério médico-psicológico, constitui excelente higiene social, reconhecida por todos os países na vanguarda da civilização. Não se acuse de antidemocrática essa limitação de liberdade da imprensa. Nas democracias, por mais avançadas que sejam, a liberdade de cada um tende a restringir-se à medida que suas acções se tornem nocivas a outrem. Só uma interpretação vesga do regime democrático concluiria que, na vigência desse sistema de governo, se teria licença para dar posto a todos os desatinos. À vista dos perigos a que se expõe o espírito colectivo na leitura dos maus jornais, Aubry chega a preconizar leis internacionais que padronizem, no Mundo, o controle da imprensa.

Aproveitando a alusão à "lei da rolha" (antes feita por Ribas e de relativa recorrência em outros testemunhos) e procurando, concomitantemente, desanuviar o tom assaz pesado que imbui os dois depoimentos precedentes, registemos, a concluir, a solerte posição de Boavida Portugal (1948: 6) que, discreteando acerca da imperiosidade de o jornal ter de agradar (para o que se serve de imaginativa metáfora: "É necessário que suba à cabeça como o champanhe."), estabelece sugestiva comparação com a respectiva garrafa, de que faz ecfrástica descrição -

> A imagem de uma garrafa de champanhe tem, na verdade, muitos pontos comuns com o jornal. A garrafa tem uma forma - a que, no jornal, corresponde o formato. Possui marca, tal qual como o jornal possui título. O rótulo é, no jornal, o cabeçalho. Ao nome do fabricante pode pôr-se em paralelo o nome do director. O champanhe embriaga, como o jornal pode embriagar também - para, com iniludível azebre, concluir, reportando-se à censura: "O champanhe tem rolha… Ah! Mas isso da rolha é uma história comprida, que fica para outra vez…"

4. Ensino do jornalismo

Cinco testemunhos, cronologicamente distribuídos pelo período em análise e a seguir aduzidos, bastarão para se ter a percepção, ténue que seja, de quão problemática é a tarefa de equacionar a temática em epígrafe, no essencial devido ao conceito à época vigente - o de que o jornalista não se faz, antes nasce já feito - quase hegemónico como se pode confirmar:

1. João Paulo Freire (1936: 17) "Ser jornalista é uma vocação", ou como explicita (*id.:* 19): "Eu sei que o verdadeiro jornalista não se *faz*. Nasce feito.";

2. Alfredo Cunha (1941: 32): "O verdadeiro jornalista […] nasce já com determinadas faculdades", em jornalismo "a vocação é ainda o principal";

3. Hugo Rocha (1946: 16): "O jornalista, o autêntico jornalista, não se faz", "o jornalista deve nascer já dotado para a parte essencial da sua profissão";

4. Luís Quadros (1949: 19): "nasce[-se] jornalista, como se nasce pintor ou poeta";

5. Carvalhal Ribas (1953: 325): "É facto sabido: jornalistas não se improvisam, já nascem feitos."

Se a consensualidade antes expressa não deixa margem para dúvidas acerca da quase unanimidade prevalecente, afastando qualquer hipótese de refutação, outro tanto não acontece quanto às formas de ultrapassar a inexistência deste dom, situação em que emergem diferentes teses, entre as quais pontificam algumas endogenamente antagónicas, não raro nos antípodas umas das outras, o que vem reforçar o melindre da questão e contribuir para a sua aparente insolubilidade. Com efeito, se há um denominador comum - todos concluírem ser congénita esta propensão - as divergências posturais surgem quanto à possibilidade de solução: enquanto uns acham que o *handicap* é passível de ser superado (ou, no mínimo, debelado), outros excluem liminarmente tal veleidade. Os

primeiros constituem o grupo dos que, com vista à consecução de tal desiderato, advogam a premente acuidade de criação de escolas de jornalismo, tese que outros só com reservas aceitam ou, pura e simplesmente, refutam, dada a (suposta) inutilidade de tal medida.

Entre os primeiros, posiciona-se Alfredo Cunha (1941: 32), que, sublinhando a importância da componente inata (a imprescindibilidade da pré-existência de vocação e o imperativo de se nascer já com determinada proclividade), reconhece, no entanto - apesar de admitir "que tais escolas não formam, no rigor do termo, jornalistas" - a crucialidade da função destas no aperfeiçoamento (e complementaridade) da característica ingénita que as escolas mais não fazem do que adestrar.

Impõe-se esclarecer, para que não subsista o mínimo quiproquó, que, conquanto possa parecê-lo, esta posição não comporta qualquer ambiguidade. É, ao invés, assaz transparente a opinião de Alfredo Cunha (*id.: ibid.*) acerca da temática em apreço:

Congratulando-me com a uniformidade entre o meu parecer e o de quem presentemente representa a classe jornalística portuguesa, vejo com prazer que se aspira a criar, mais do que uma simples escola, uma espécie de Faculdade própria, que não ficaria mal numa Universidade, com um programa de disciplinas e um corpo docente que […] competirão com o dum instituto de estudos superiores.

Começando por aludir (Cunha, 1941: 13) à fundação (em 10 de Junho de 1880, no âmbito da celebração do tricentenário de Camões) da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, à qual competiria "organizar cursos livres de ciências naturais e sociais", curso que "seria o embrião ou precursor duma escola de jornalistas semelhante àquelas mais tarde preconizadas no Congresso Internacional da Imprensa reunido em Lisboa em 1898" (de que constituiu a 4ª das teses em discussão (*id.:* 23) "d) Ensino profissional do jornalismo"), retoma a questão mais adiante (*id.:* 30), realçando: "Alguns dos meios de que o Sindicato deveria usar para execução dos seus fins, oferecem novidade. Citarei, por exemplo, o estabelecimento de uma escola de jornalismo – escola que, por sinal, foi condenada por inútil" (por Bento Carqueja, como mais à frente referimos). A verdade, porém, é que (*id.:*31) "a utilidade dessas escolas outros publicistas a sustentam, e noutros países se reconhece." Afirmação em cujo abono invoca (*id.: ibid.*) a tese de Albert Bataille e Paul Oker, "cujas conclusões foram aprovadas por unanimidade no Congresso Internacional de Imprensa de 1898. Nela se emitia e jus-

tificava eloquentemente o voto de que, sob o patrocínio das Associações de Classe, se instituíssem em cada país cursos práticos gratuitos para o ensino profissional do jornalismo." Proposta esta cuja fundamentação radica, precipuamente, no facto de (*id.: ibid.)*,

> não ser presentemente o jornal um mero instrumento de polémica, ou um trampolim de políticos, com desprezo da matéria noticiosa, tal qual em meados do século passado. Hoje, com o aperfeiçoamento das máquinas de impressão, com o telégrafo e o telefone, com a transformação do espírito público, cada vez mais ávido de saber o que se passa em todos os recantos do mundo, o jornal é um repositório de informações e notícias, dadas com o cunho pessoal que o talento de cada colaborador lhe imprima, quer se trate de crónicas literárias, quer de crítica de arte, quer de relatos do parlamento ou dos tribunais, de viagens ou de expedições longínquas. Porque o jornalismo tornou-se uma profissão caracterizada e uma carreira ou modo de vida, com o predomínio do noticiarista e do entrevistador sobre o polemista e o articulista político.
>
> Mas para isto, concluíram os relatores da interessantíssima tese, é necessário que a educação geral seja completada pela educação profissional. E foi certamente sob a inspiração destas ideias, que o *Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa* incluiu nos seus Estatutos a criação duma escola de jornalismo, do mesmo modo que o actual *Sindicato Nacional dos Jornalistas* estabeleceu nos seus a organização de círculos de cultura apropriados, ou, como se lhes chama num programa publicado no seu primeiro *Boletim* – um *Curso de Formação Jornalística*.
>
> Tal instituição, ali explanada, em projecto, ressuscita, melhor definida e em termos de maior eficácia, a ideia dos cursos livres de ciências naturais e sociais, que foram uma das aspirações da primeira Associação dos Jornalistas, em 1880.

Assunto recorrente, o da criação da escola de jornalistas, e que, a propósito da fundação de mais uma (na Universidade de Kansas, nos Estados Unidos), esteve subjacente à abertura, "por uma folha da capital", de um inquérito que (Cunha, 1941: 32) "versava o seguinte tema: - tais escolas corresponderão a uma verdadeira necessidade, ou não serão mais do que uma manifestação de pedantismo?" Inquérito a que o próprio Alfredo Cunha (*id.: ibid.*), "Entrevistado por um redactor da aludida folha", respondeu:

> Evidentemente ao profissional da imprensa, para que possa exercer

> como deve o seu ofício, convém uma educação especial. Toda a arte tem a sua técnica, e toda a técnica exige ou, pelo menos, muito lucra com a preparação e a aprendizagem. Por isso (acrescentava eu) não se sabe bem por que é que o mister do jornalista continua sendo de simples improvisação.
> Claro que tais escolas não formam, no rigor do termo, jornalistas. O verdadeiro jornalista, como o verdadeiro actor […], nasce já com determinadas faculdades, que as escolas não fazem senão adestrar. E, em jornalismo, como noutra qualquer carreira, a vocação é ainda o principal. Mas, como dizia um nosso clássico acerca das musas, que não fazem dano aos doutores, também se pode dizer do ensino e das noções gerais de literatura, de ciência ou de arte, que não fazem senão bem aos que escrevem em periódicos.

Por isso conclui, como atrás referimos, ver com particular agrado a criação de uma Faculdade própria, dotada de um programa específico (de nível superior) e de um corpo docente condigno. Aduzindo, em abono do seu posicionamento, um ofício enviado pelo Presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas ao Subsecretário de Estado da Educação em que a organização do Curso de formação jornalística é justificada e legitimada nestes termos (1941: 33):

> O recrutamento do pessoal dos quadros redactoriais dos nossos diários faz-se, geralmente, por tentativas de experiência, incertas e pouco seguras nos seus resultados. A carreira profissional do jornalista começa com base em indícios nítidos de vocação e tendência natural, e desenvolve-se sempre ao sabor da revelação de espontâneas qualidades pessoais.
> Reconhecemos que falta o encaminhamento necessário que oriente e aproveite para uma finalidade justa o esforço do autodidacta que faz do jornalismo o seu modo de vida […]. Em muitas capitais estrangeiras preencheu-se essa falta com as Escolas de Jornalismo.

Assaz dissemelhante é o posicionamento de outros, como Hugo Rocha, que, conquanto aceite a função das escolas, o faz com inegáveis reticências. Reiterando (1946: 16) que "o autêntico jornalista, não se faz, como pode fazer-se o cantoneiro" – desde logo porque "Os mesteres intelectuais requerem uma espécie de predestinação", o que, por seu turno, implica que "o jornalista deve nascer já dotado para a parte essencial da sua profissão - vivacidade de espírito, agudeza de visão, rapidez de realização, sentido das proporções, noção da verdade, da beleza, da

justiça, intuição fecunda, etc." -, Rocha (*id.: ibid.*) não deixa, contudo, de reconhecer que, num patamar mais elevado, "o perfeito profissional da Imprensa não aparece neste mundo por obra e graça do Divino Espírito Santo… Não: esse faz-se. E faz-se, lenta, cuidadosa, perseverantemente." Como?, perguntar-se-á.

Através da adestragem, em cujo carácter prático põe a tónica ("o jornalista, decorrido o tempo de aprendizagem na redacção, curtido o «pêlo» na passagem pelos serviços internos e externos do jornal, pode considerar-se, profissionalmente, acabado e completo."), todavia sem descurar o empenhamento do próprio (*id.: ibid.*):

> É preciso que se saiba que uma prática aturada de nada valerá ao praticante, se este, por seu turno, não a completar, aperfeiçoar, valorizar com o surto da vontade própria, não se limitando a fazer o que os mestres lhe ensinam e procurando, também, criar personalidade própria. É que o jornalismo, como as chamadas profissões liberais, é, essencialmente, individualista.

Razão bastante para só nestas circunstâncias, e com este substrato, Hugo Rocha (*id.:* 23) aceitar a utilidade de tais escolas: "É por isso que, se o autêntico jornalista traz do ventre materno essa espécie de predisposição profissional, não sou contrário, em absoluto, à instituição de escolas de jornalismo, destinadas, evidentemente, àqueles que sentem a vocação para ele, factor primordial a considerar."

Pressupostos que, por não primarem pela clareza - é a nossa opinião -, nos permitem afirmar não ser muito curial (pelo menos cristalina) a sua posição. Vejamos porquê. Se, por um lado, não se coíbe de enfatizar, quase exalçar, a vertente intelectual (e elitista), excluindo de todo em todo o pendor rotineiro da função (Rocha, 1946: 10) - "Não me venham dizer […] que o jornalista mecaniza a sua profissão e chega a automatizar-se no exercício dela, como o artífice de qualquer mister. Não; a profissão de jornalista é essencialmente intelectual; direi mais: requintadamente intelectual." - posicionamento que esteia (1946: 11) na circunstância de "Cada facto sobre que tenha de incidir o foco da atenção do jornalista constituir, via de regra, um caso novo.", razão por que "o jornalista não pode repetir-se na sua obra, não pode trabalhar, todos os dias, com os mesmos dados e é forçado a uma renovação constante", peculiaridade que Hugo Rocha (id.: 12) não hesita em afirmar constituir "A sua grande, ia a dizer: a sua maior virtude", por outro lado não deixa de sobrelevar

(1946: 23) que "O jornalista carece, também, de fazer a sua cultura pessoal, tanto extensiva como intensivamente.", porquanto "Ao contrário da grande maioria das artes e dos ofícios da comunidade humana, o jornalismo impõe múltiplos conhecimentos, senão profundos, ao menos de ordem geral.", daí resultando que, em sua opinião (id.: ibid.),

> pouco afecto ao critério da especialização, o jornalista só é perfeito e completo, quando está apto a intervir em todos os sectores do jornal, desde o cabeçalho ao rodapé da última página, passando, naturalmente, pelo artigo de fundo, pela crónica literária […], pela notícia da chamada reportagem da rua, […] pelo noticiário estrangeiro (…). É fácil, pois, avaliar-se a soma de conhecimentos precisos para poder tocar - e tocar bem - todos os instrumentos da actividade jornalística.

Em suma: dando Hugo Rocha (1946: 23) tanta ênfase (quanta a que enforma a maioria das suas afirmações) à componente prática da profissão (aprendizagem e traquejo na redacção) - ainda que, impõe-se referi-lo, não em detrimento da componente científica, que não renega em absoluto - ficamos sem perceber cabalmente (embora, dadas as recorrentes 'dicas', seja, até certo ponto, possível inferi-lo) de que lado se posiciona o autor. Tanto mais que, sem ambages e sem hesitar, ele faz depender a utilidade de uma (a aprendizagem científica) da existência da outra (a vocação inata, complementada pela prática na redacção), à qual a subordina, única situação em que admite a proficuidade da primeira (como atrás assinalámos).

Proclividade tal (está-lhe iniludivelmente arreigada a propensão para superiorizar a prática à teoria livresca), que Hugo Rocha (*id.:* 25) não se coíbe de, entre tantos outros possíveis e de índole diversa, seleccionar e aduzir um testemunho - de inquestionável razoabilidade, convenhamos, o do director da escola de Buenos Aires, em entrevista à Estampa (por ele citado) - que, não se cingindo a corroborar a atractividade daquele, antes procurando justificar a existência das escolas de jornalismo, começa por exalçar a vertente teórica -

> «Ordinariamente, não bastam a vocação e a inclinação para o jornalismo, aptidões naturais que não são suficientes nesta época, em que o público, cada vez mais instruído, exige que o informem e o guiem sobre todos os assuntos que dizem respeito à sua vida privada e pública. […] Esta é a razão pela qual a profissão de jornalista é cada vez mais difícil e

> requer maiores conhecimentos. A nossa organização facilita aos jovens que sintam inclinação pelo jornalismo a possibilidade de desenvolver as suas aptidões, dentro de uma atmosfera favorável e segundo um estrito critério profissional.»
>
> - para, de forma peremptória, concluir (*id.:* 26) pela primazia da componente prática: "Os nossos jornalistas não podem ser jornalistas completos antes da «prova de fogo» de uma prática intensa e rigorosa, como só se obtém à mesa de trabalho das redacções. É uma situação melhor, contudo, do que a do simples autodidacta que se «forma» à custa de insucessos e, às vezes, a expensas das redacções." Testemunho/conclusão a que nem falta um argumento encomiástico que, afagando o ego dos jornalistas, se revelará decisivo: "Por outro lado, seria rebaixar a profissão acreditar que o seu exercício - tão delicado e importante - é simples questão de prática e que não se requerem conhecimentos ordenados e racionalizados para escrever para o público".

Transcrição que Rocha (*id.:* 26) remata com o seguinte comentário:

Ainda que não vá à escola profissional - e, entre nós, não vai - o jornalista carece, como já acentuei, de se cultivar. Além de se cultivar - como direi? - escolasticamente, precisa de andar em dia, embora superficialmente, com todos os surtos e aquisições do pensamento e do engenho humanos. Precisa de ler, de ler muito, livros, revistas, jornais.

Enviesamento ou ziguezagueado posicional que não podemos abster-nos de comentar. Ainda que sem veleidades de questionar, tão-pouco exprobrar *à outrance* Hugo Rocha - cujos posicionamentos, atrás disseccionados, se nos afiguram enfermar de notória dubiedade, carecerem de maior precisão - importa indagar das determinantes que lhes subjazem a fim de aferir da razão que ao autor assiste ou não, confirmá-la ou infirmá-la.

Tendo como *leitmotiv* do seu pensamento exaltar o trabalho dos jornalistas, mormente a vocação e a componente prática da sua formação nas redacções, em detrimento da formação científica nas escolas de jornalismo, o autor exagera, em nossa opinião, em ambas as vertentes. Mais, no entanto, no que à subvalorização das escolas concerne. Vejamos porquê.

Reconhecendo a existência dos maus profissionais, a propósito dos quais afirma (Rocha, 1946: 23): "Tem acontecido - e há-de acontecer,

ainda por muito tempo - que no grémio jornalístico ingressam, muitas vezes, os falhados das outras profissões, já das liberais, já das assala-riadas.", bem como os danos pela sua actuação ocasionados (*id.:* 24) ("compreende-se bem quanto esses profissionais, deslocados, em regra, podem ser nocivos ao verdadeiro jornalismo."), e demonstrando, ademais, também saber de onde pode vir a solução salvífica ("Há alguns países, nomeadamente os Estados Unidos da América, onde a profissão jornalística determinou a criação de Faculdades."), não se compreende a persistência da sua postura invectivante contra as escolas de jornalismo. A menos que, suposição não despicienda, ele próprio se inclua no grupo de detractores ou, no dizer de Luís Quadros (1949: 17), "dos profissionais de inferior preparação intelectual" a quem foi necessário quebrar "os receios", "resistências e más vontades".

Hipótese (não totalmente descartável) que baseamos na circunstância de nem a posse dos conhecimentos referidos o impedir de, sub-repticiamente, anatemizar essas mesmas faculdades (*id.: ibid.*) insinuando, de forma truanesca q.b., a falta de qualidade do ensino aí ministrado:

> É claro que a um sábio doutor em jornalismo pode acontecer que, em presença do acontecimento que tem, urgentemente, de relatar, se veja na situação de não saber como aplicar à prática, na emergência, a teoria que aprendeu. Isto não quer dizer, de modo algum, que o bacharel formado em jornalismo não traga do banco universitário, pelo menos, uma série de noções utilíssimas acerca de sociologia, economia política, história e geografia, sobretudo as nacionais, literatura, línguas e, principalmente, gramática. Provido de toda esta bagagem quase enciclopédica de cultura, o jornalista, com o resto - e o resto é tudo -, isto é: a tendência profissional, pode cumprir dignamente a sua missão e fazer boa figura.

Postura que, salvo melhor opinião, além de consubstanciar inequívoco *arrière-pensée*, só pode relevar de qualquer *parti pris* mal resolvido (quiçá decorrente da não frequência do ensino superior).

Novo testemunho acerca do tema em apreço é o de Luís de Quadros, que, apesar de começar (1949: 7) por se manifestar surpreendido pela receptividade dispensada a "um simples artigo de jornal", de sua autoria - intitulado "*Falta uma Escola de Jornalismo em Portugal, Senhor Ministro da Educação Nacional*", inserto no diário bracarense Correio do Minho, de 17 de Setembro de 1949 - de imediato esclarece: "Provas de interesse" vindas, no entanto, (id.: 8) "quase unicamente de pessoas

por completo ou relativamente distanciadas da profissão (como é o caso de escritores e publicistas) entre as quais, meia dúzia de jornalistas e o «Diário do Norte» constituem valiosas excepções", a quem agradece por apoiarem "incondicionalmente nosso desejo de que se funde quanto antes em Portugal uma escola técnica de Jornalismo".

Acolhimento e incentivos que acabam por ser a determinante da posterior publicação do artigo em separata (acrescida de uma curta biografia do autor), de cuja "Explicação" foram recolhidos os dados anteriores. Separata que contém uma nuance (*id.: ibid.*): "o artigo em referência […] passará, de certo modo, a valer como uma Carta Aberta" dirigida ao Ministro da Educação, perante quem se coloca "desde já desinteressadamente à sua disposição para a elaboração de um estudo sério e mais objectivo do problema em questão que reputamos de verdadeiro interesse nacional."

Mas, retomando a vetusta questão da premente necessidade de instaurar o ensino do jornalismo, basta pensarmos que já no congresso de Lisboa, conquanto não constituísse seu tema central, foi amplamente disseccionada, tendo aí conseguido significativo impulso graças às ideias de um reputado teorizador, ou, como afirma Quadros (1949: 15), foram as directrizes daí emanadas que conduziram os governos de muitas nações a transformar em realidade a tese exposta em Lisboa, em 1898, no Congresso Internacional de Imprensa, pelo grande jornalista francês que foi Albert Bataille, e que se referia exclusivamente à oficialização dos Cursos de Jornalismo, já então existentes, e à criação de escolas oficiais de jornalistas.

E, porque apodixe de quão de trás vinha a polémica, importa recordar as palavras de Quadros (*id.:* 16): "antes de Albert Bataille se interessar por este assunto, já outros jornalistas lhe haviam dedicado especial atenção, como, por exemplo, Périvier, director do Figaro; o belga Heinzman Savino e Adolf Kock, na Alemanha."

Imperativo de acurado tratamento que Bataille (citado por Quadros[7], 1949: 15-16) justificava destarte:

> «Com o aperfeiçoamento das máquinas de imprimir, com o telégrafo e o telefone, com a transformação do espírito público, cada vez mais ávido de ser informado, uma metamorfose se operou no Jornalismo: a polémica foi relegada para segundo plano, e a informação passou para

[7] Importa referir que esta citação também é feita por João Paulo Freire (1936: 10)

> o primeiro.» E acrescentava a seguir: «E quando dizemos informação, encaramo-la sob todas as suas fórmulas com a maneira pessoal que lhe possa imprimir o talento do seu autor: quer se trate de crónica literária, crítica de arte, extractos das Câmaras ou dos tribunais, viagens ou expedições.» E, assim, terminava a sua magnífica exposição: «Por isso, é necessário que a educação geral do jornalista seja completada pela educação profissional».

A que se deve então esta nova exigência? No essencial, à circunstância de terem surgido novos dados que vieram incutir renovada acuidade ao tema, ou seja, com o desenvolvimento da radiodifusão e do telégrafo (Quadros, id.: 14),

> (…) a informação atingiu um tal grau de celeridade e perfeição, impondo uma técnica assaz difícil, devido à concisão e clareza que deve caracterizar a notícia, que [...] o jornalista tem de ser, na actualidade, algo mais que um bom rapaz amparado a uma culturazinha geral de sexto ano de liceu. A sua cultura tem de ser vasta, tem que perceber de tudo e a sua técnica expressão apurada; isto é, tem que ser um autêntico profissional.

Requisito que, não elidindo o reconhecimento de ser "o Jornalismo, em essência, sinónimo de Informação", implica, concomitantemente, a assunção de que (Quadros, *id.:* 14) "tal não quer dizer que ele possa ser exercido por qualquer pessoa…", porquanto (*id.:* 14-15), "se a velocidade sempre desempenhou papel de muito relevo na informação (recordemos o desenvolvimento espantoso da imprensa depois do estabelecimento de Correios regulares na Europa), em nossos dias a notícia […] ganhou a rapidez do instantâneo." Et por cause, "impôs-se características […] a que só os verdadeiros jornalistas podem chegar com facilidade. Além disso, a estética entrou a ser factor de primordial importância na confecção de Jornais. Leis psicológicas a determinaram."

Constatações que permitem a Luís Quadros (*id.:* 19) preconizar:

> Por todas as razões expostas […] - e ainda porque se se nasce jornalista, como se nasce pintor ou poeta, não é menos certo que para se chegar a sê-lo em plenitude integral, um jornalista tem de se fazer, tem de se formar - parece-nos urgente por isso que, no nosso país, […] se encare de vez, e a sério, a fundação de uma escola oficial de Jornalismo integrada na Universidade Técnica (…).

Tanto mais que já de há muito - mesmo de antes das preocupações expressas por Bataille (Quadros, *id.:* 16) - "na América do Norte, nas Universidades de Chicago, Nebraska, Carolina do Norte e Pensilvânia, os cursos de Jornalismo ganhavam alento e estrutura pedagógica", apesar de ter sido (*id.:* 16-17)

> (…) só no corrente século [XX] que as escolas de Jornalismo adquiriram feição definida, após um longo período que podemos chamar experimental, uma vez que foi em 1908 que se fundou a primeira escola verdadeiramente digna deste nome. […] Abriu as suas portas nos Estados Unidos, em Columbia (Missouri) e o seu programa abrangia quatro anos, permitindo obter o diploma de bacharel em Ciências do Jornalismo. O seu fundador foi Walter Williams.

A esta outra se seguiu, fundada por Pulitzer, em Nova Iorque, (*id.:* 17) "E, enfim, quebrando resistências e más vontades, e até os receios dos profissionais de inferior preparação intelectual, hoje em dia as escolas de jornalistas proliferam pelo Novo e Velho Mundos." E exemplos corroboradores destas afirmações era o que não faltava (*id.:* 17-18): "Havana, Buenos Aires, Rio de Janeiro, possuem já escolas deste género;" tal como Espanha (Escuela Oficial de Periodismo) e França (Centre de Formation des Journalistes, depois École Supérieure de Journalisme, "cujo curso é de três anos, sendo o último facultativo e destinado a altos estudos da especialidade").

Todavia, e sem que tal retire mérito às suas propostas, afigura-se-nos que, no essencial, Luís Quadros acaba por se revelar mais preocupado com a falta de reconhecimento - quer académico, por não conferir título (como se depreende desta asserção (1949: 11): "sem um Curso ou Faculdade que o exalte, sob todos os pontos de vista, aos olhos da grei"), quer profissional, decorrente do desprestígio de todos terem livre acesso ao que designa de subprofissão - do que com a insuficiência (por demais óbvia) das habilitações profissionais.

Prosseguindo a dissecção dos depoimentos no início desta rubrica destacados, vejamos agora o que a propósito diz Carvalhal Ribas (1953: 341), também ele favorável à fundação das escolas de jornalismo:

> Embora a capacidade jornalística dependa muitíssimo da aptidão inata e grandes figuras se tenham imposto na imprensa somente à custa da

> experiência das redacções e do autodidactismo, os países mais civilizados já dispõem de escolas de jornalismo, onde os inscritos possam adquirir conhecimentos técnicos e gerais indispensáveis ao desempenho e ao engrandecimento da profissão.
> Exigência em cujo abono invoca o testemunho de Porter e Luxon, a que não hesita em recorrer: «O Mundo inteiro é campo de acção para o jornalismo e o jornalista cujos conhecimentos forem muito reduzidos jamais deixará de ser um pobre repórter».
> E a concluir o breve excurso por alguns dos oráculos que sobre esta matéria se debruçaram, um testemunho, não contemplado no lote inicialmente referenciado, mas que se insere na perspectiva dominante, o de Brás Medeiros (1956: 5), que, após sublinhar, "também os problemas da Imprensa revestem, hoje, complexidade tamanha que já não se compadecem com o conhecimento superficial.", preconiza, perfilhando a opinião de "alguém da mais alta responsabilidade" (id.: 17): "Parece-nos azado ensejo para uma intervenção governamental a requerer mais vastas habilitações literárias como condição de ingresso no jornalismo. E por que não um curso específico?"
> Totalmente diferente dos precedentes é o posicionamento dos que, porque mais cépticos (ou mais realistas?), rejeitam peremptoriamente o estabelecimento das escolas de jornalismo, visto não lhes reconhecerem utilidade, tampouco justificação. É o caso de Bento Carqueja, à data director do *Comércio do Porto* (citado por Alfredo Cunha, 1941: 31), "que sustentou que, assim como não há escolas de poesia, também não as pode haver de formação de jornalistas."
> Fácil de inferir, porque corolário do atrás exposto, é ser ampla a consensualidade em torno da opinião, destarte arvorada em tese prevalecente, segundo a qual os jornalistas não se improvisam, antes nascem já feitos. Sobre o que ninguém se debruçou (ou, sequer o intuiu), como Carvalhal Ribas (1953: 325), foi em aquilatar até que ponto a satisfação de semelhante vocação pode consubstanciar um profundo ónus, acarretar pesados custos, inclusive materiais, quando é consabido que número não negligenciável destes predestinados "Para satisfazerem a vocação, resignam-se muitas vezes a atravessar vidas medíocres e mal-remuneradas à sombra das redacções, condenados, conforme expressão de Humberto de Campos, a vender miolo do cérebro para comprar miolo de pão."

Demonstrado que está (pelo menos assim o reputamos) ter constituído o estabelecimento do ensino do jornalismo um anelo reiteradamente protelado - tão antigo, na génese, quão longo o período que permaneceu insolúvel -, em torno do qual se geraram tantos quiproquós, se instau-

raram tantas polémicas, a cujo propósito foram expendidas tantas e tão contraditórias teorias e cuja candência se nos afigura ninguém ter genuinamente intuído, cremos reunidas as condições de poder asseverar ser João Paulo Freire (o único, em nossa opinião, a ir ao âmago da questão e, como tal, a excepção que confirma a regra) quem, com maior profundidade, equacionou tão candente problemática.

Aliás, acreditamos haver sido precipuamente a aguda percepção das lacunas existentes e o injuntivo de as colmatar, bem como a premência da consecução de um limiar mínimo de rigor expressivo que terão estado subjacentes (e presidido) à decisão de João Paulo Freire editar, já em 1936, uma obra em que explana as suas ideias acerca da improtelável necessidade de estabelecer, com chancela oficial, o ensino de jornalismo em Portugal, questão cuja crucialidade plasma, sem ambages, na expressão (1936: 11) "o problema máximo do jornalismo".

Começando, de imediato, por questionar (1936: 9) se "deveria, ou não, existir uma escola de jornalistas?", dúvida que sustenta (*id.: ibid.*) no facto de, à data, o jornalismo se fazer "na sua maioria, ou por vocação e autodidactismo, ou por necessidade", e na constatação (*id.: ibid.*) da singularidade de que "embora haja *profissionais*, não existe ainda entre nós, para tal, aprendizagem escolar e científica, apesar de o jornalismo ser uma profissão como a medicina, o notariado, a advocacia, ou qualquer outra", recorda em seguida (*id.:* 10) "que o assunto não é novo" e identifica a data em que "foi pela primeira vez posto oficialmente em discussão": 1898 ("Já lá vão 44 anos!"[8], exclama), no V Congresso Internacional de Jornalismo, então realizado em Lisboa.

Retomando o final da exposição de Bataille[9] aí apresentada (Freire, 1936: 10): «Por isso, é necessário que a educação geral (do jornalista) seja completada pela educação profissional») e insistindo em que "não era também nova, nem como ideia, nem como realização extra-oficial", aduz (depois de referir Périvier, Savino e Tavernier), para comprovar a sua afirmação (*id.:* 11): "E antes de 1898, já a Alemanha e os Estados Unidos tinham cursos de jornalismo profissional. Na Alemanha teve fama o *Curso livre de jornalismo*, de Adolf Kock (…)". Ideia que reforça, acrescentando (*id.:* 11-12): "antes de 1898, outras sumidades de renome se haviam preocupado com o caso, existindo países, quer na

[8] Afirmação que cremos estar incorrecta (pelo menos, temos dificuldade em inteligi-la), pois, datando os seus primeiros textos de 1932, só poderá ser 34 anos (ou, sendo o livro de 1936, 38 anos).

[9] Também citada por Luís Quadros (cf. p. __).

Europa, quer na América, que já praticamente pretendiam dar ao assunto uma lógica e útil solução, ou por meio de cursos livres, como o professor Adolfo Kock, ou por cadeiras universitárias incluídas nos cursos gerais." Cursos dos quais "um dos mais notáveis" era o de Johnson (na Universidade da Pensilvânia), razão por que Freire (1936: 12) sugere "Vale a pena fixar-nos um pouco no curso jornalístico de Johnson. A sua duração era de quatro anos e obedecia às seguintes cadeiras:

> 1ª - História do desenvolvimento da Imprensa, principalmente nos últimos cinquenta anos; comparação de jornais americanos com jornais estrangeiros; deveres do jornalista; situação do jornalista em presença dos homens políticos, das autoridades civis ou religiosas; estudo de anúncios, administração, etc.
> 2ª - Legislação da Imprensa.
> 3ª - Exercícios práticos, reportagens e extractos.
> 4ª - Exercícios de crónicas, artísticas ou literárias, artigos destinados a revistas.
> 5ª - Constituição dos diferentes Estados; noções de economia política e social.
> Para exercícios práticos, Johnson mantinha um jornal que era redigido pelos seus estudantes."

Apesar de tão ampla abrangência, a verdade é que, com semelhante conteúdo - mormente a inexistência de uma disciplina referente ao ensino da língua - não pode surpreender que a composição do curso não resista a uma comparação com o que já no tempo de Paulo Freire era preconizado, o que lhe merece o seguinte comentário (*id.:* 12): "Como se vê, à primeira vista, o curso Johnson, que era o mais completo, seria hoje insuficiente para a cultura geral de um jornalista;". De facto, ainda que detentor do mérito de demonstrar (*id.: ibid.*) "que o ensino profissional do jornalismo se pode organizar, que as experiências parciais estão feitas" e que estas "deram um resultado prático", como Dick May pôde confirmar, tal não obstou a que ele mesmo (*id.:* 13) se queixasse "de que o ensino do jornalismo não existia ainda, em parte alguma, completo e independente."

Aliás, o próprio Paulo Freire (*id.: ibid.*) reconheceu que Bataille "ia muito mais longe do que Johnson. O seu programa de ensino pode ainda hoje [1936] classificar-se de completo." Porquê? Porque Bataille pro-

punha (*id.: ibid.*) um leque mais diversificado de disciplinas, queria, entre outros, "cursos e conferências anexas, dirigidas, não por jornalistas, mas por professores universitários, línguas estrangeiras, história da arte, história contemporânea e economia política, (…)" e, ademais - algo impensável e inexequível nos nossos dias, pois deixaria desertos os estabelecimentos onde os cursos são ministrados -, que (*id.:* 14) "para o curso de jornalismo se exigisse um recrutamento que além de um *mínimo* de conhecimentos gerais, o estudante apresentasse uma folha corrida da sua moralidade. Um diploma preliminar e um atestado de bons costumes."

1899 marca o início (em França) do curso de Henry Fouquier, que vale a pena, mesmo *en passant,* aflorar (não obstante, assente num "programa admirável, curto e claro", também ter falhado): distribuído por quatro anos - em que pontificavam, no segundo, a História da Imprensa; no terceiro, a Legislação da Imprensa e, no quarto, a História Contemporânea sob o ponto de vista do jornalismo político - era no primeiro, o mais ecléctico, que surgiam duas rubricas ("Curso profissional de redacção" e "Composições escritas"), que mais que todas nos aprazem (reputamo-las mesmo condição *sine qua non* da licenciatura hodierna) e cuja crucialidade é irrefragável (os resultados decorrentes da sua ausência, bem visíveis, falam por si…).

Superioridade, a deste curso, explicitamente admitida por Paulo Freire (*id.:* 17) - que, a propósito, comenta: "O avanço entre esta escola e a de Johnson é, como vêem, considerável" - não sem reconhecer que se ambas as escolas são "deficientes" nuns pontos, esta pecava, ademais, por "demasiado complexa noutros", o que o leva (*id.: ibid.*), após frisar a imprescindibilidade de uma escola de jornalismo, a explicitar: "mas uma escola de *jornalismo prático*, e não de *jornalismo de diplomas*." Motivo? "Não se fazem mister doutores em jornalismo, mas sim jornalistas completos." (*id.: ibid.*). Inopinada nota de azedume, cuja insólita recorrência – (*id.:* 19): "Arrisca-se uma pessoa a soçobrar neste mar chão de inércias lodosas onde os intelectuais germinam como cogumelos em terreno pantanoso."; (*id.:* 38): "Resta saber se entre os doutores esses Piratas não existem…" - pode configurar um *arrière-pensée* contra os académicos, dificilmente compaginável com o propalado empenhamento do autor na instituição de uma escola de jornalismo (a menos que nela não pontificassem os professores…).

Professores cuja dispensabilidade parece insinuar ao asseverar (1936: 20) que "os maiores jornalistas de todos os países não tiraram o curso de

jornalismo;" - apesar de, de imediato, ressalvar (id.: ibid.) "mas há uma grande distinção entre o que toda a gente resolveu chamar *jornalista* e o verdadeiro jornalista. […] O que ninguém pode é ser um jornalista completo, sem perceber do seu ofício." - e de, contraditando-se ou penitenciando-se (1936: 21) aduzir:

> Reconheço, no entanto, que, hoje mais do que ontem, amanhã mais do que hoje, um jornalista que se preze e preze a sua profissão não pode apenas ater-se à sua vocação, havendo mister que complete essa vocação com os conhecimentos gerais indispensáveis aos que desempenham funções de responsabilidade mental, mas ainda com uma especialização que o habilite a pronunciar-se conscientemente, segundo o sector jornalístico a que aplicou a sua actividade.

Voltando à questão de partida, verdadeiro *leitmotiv* da obra, e que se impõe, até na medida em que, conquanto seja consabido que (*id.:* 17) "Ser jornalista é uma vocação", ou como explicita (*id.:* 19): "Eu sei que o verdadeiro jornalista não se *faz*. Nasce feito. Mas […] essa espontaneidade exuberante se fortaleceria se a educassem convenientemente", outrossim consabido é (e Freire não poupa no vernáculo das palavras) que (*id.:* 19-20) "Não há nada mais perigoso do que um jornalista ignorante: mas também nada existe mais incomodativo do que um burro a julgar-se jornalista.", dados os perigos daí emergentes, desde logo porque, e não é de somenos (*id.:* 33), "um jornal é um Poder de Estado.", que importa saber como exercer.

Imperativo que, não obstante a sua premência, continuava a ser protelado, sendo generalizado o falhanço de todas as tentativas (alemãs, francesas, americanas) de criar uma escola de jornalistas (*id.:* 37): "Já vimos que onde se tem tentado a criação duma *escola especial de jornalistas*, se caiu ou no fracasso, ou na vigarice."

Curiosamente, nas então designadas "nossas colónias", já nessa altura (*id.: ibid.*) "à frente dum jornal, como seu director, não pode figurar um cidadão sem formatura." (em quê, pouco importa).

Exigência que, embora à primeira vista possa configurar um exagero, ou "um disparate", em sua opinião se justifica (1936: 37-38): "mas este disparate é filho da reconhecida necessidade de não se encontrar à frente dum jornal uma criatura semi-analfabeta." (realidade de que coetaneamente não escasseiam exemplos - e não só por, entretanto, ter deixado de existir tal óbice -, o que constitui apodixe de quanto regredimos neste

âmbito). Justificação que não o impede, no entanto, ainda que contraditando-se, de reconhecer (1936: 38) "Evidentemente um jornalista para ser jornalista, não precisa ser formado em leis, em matemática ou em filosofia; mas o que precisa é saber ler e escrever… em português - se for jornalista português."

Predicado que Freire aproveita para introduzir (*id.:* 38) a questão das categorias, que "urge estabelecer, para os profissionais da imprensa": "Uma pessoa medianamente instruída, (não digo culta) pode muito bem ser um jornalista informador, ou um jornalista-repórter. Mas se for apenas medianamente culta, já não deve aspirar a ser um jornalista-redactor e muito menos um jornalista-chefe, ou um jornalista-director." - e, a pretexto (1936: 39), insistir no improtelável imperativo da criação de "Uma escola de jornalistas [que] não pode ser um curso de tretas, nem uma academia de larachas. Tem que ser um curso especializado, não para *improvisar* jornalistas, mas para completar o jornalista." Entendendo-se por completar (*id.:* 39), "conhecer completamente o jornal na sua factura, na sua organização e na sua *arrumação*", e sendo "arrumar um jornal" paginá-lo, o que "é uma ciência que demanda arte, gosto e conhecimentos especialíssimos", pois "Nem toda a gente pagina um jornal ao agrado dos entendidos e ao agrado do público".

Requisitos que levam Freire (1936: 39) a reconhecer: "De maneira que, num curso de jornalistas, há que atender à parte *intelectual*, e à parte *técnica*." E, a pretexto desta dicotomia e da divisão da classe em três grupos (informadores, repórteres e redactores), a falar da "educação jornalística" que cada um deve ter. Por exemplo, (*id.: ibid*.) "Para um *informador*, o saber ler e escrever é o bastante."

De sublinhar (e, mais ainda, enaltecer) esta obsessão de Freire pela graduação académica e o nível de conhecimentos, reiteradamente referido, como logo na página seguinte (*id.:* 40) é visível, quer acerca do informador ("tem, pelo menos, que saber ler e escrever correctamente") quer acerca de outros, como o repórter ("Para um repórter [...] não ficaria mal se […] se exigisse o 5º ano dos nossos liceus. Não era muito e dava-lhe certas facilidades de expressão"), reservando (*id.:* 41) para o redactor ("o jornalista que, pela sua posição dentro dum jornal, necessita ser um homem culto.") o maior grau de exigência.

Cabe aqui um curtíssimo parêntesis, apenas para dilucidar que estes predicados não constituíam condição *sine quan non,* porquanto, no caso do primeiro, o próprio Freire (*id.:* 40) confessa ter conhecido

"informadores" (note-se o plural) que "não tinham sequer exame de instrução primária, liam muito mal e escreviam pessimamente. E eram, no entanto, admiráveis informadores, com o faro da notícia-sensacional e da notícia-interesse.", acrescentando (*id.:* 41), reportando-se a ambos, "Para o Informador e para o Repórter, a vocação é tudo, o resto auxilia". Já acerca do repórter, abstraindo as habilitações, sentencia (*id.:* 40-41): "Um repórter que o seja apenas por *necessidade*, ou *por modo de vida*, nunca será um *repórter*, na verdadeira e justa acepção da palavra. Será um mero rabiscador de notícias, um *profissional* de jornalismo, mas não um *repórter*."

Explanada a organização da classe nos moldes à vol d'oiseau apontados, Freire (*id.:* 41) passa ao curso e especialização que se devia exigir ao redactor "para ingressar nos quadros do jornalismo" (*id.:* 42), "um ano de preparação jornalística onde o candidato fosse obrigado a dar conta do seguinte programa:

1º Conhecimentos comuns aos jornalistas sob a factura dum jornal.

a) Sua organização.
b) Sua arrumação.
c) Deficiências a apontar num jornal moderno; o que é um jornal de informação e o que é um jornal político.
d) Como se faz um artigo; suas dimensões; exposição técnica.
e) Deveres dum redactor de jornal.

2º História do jornalismo. Suas origens. Sua evolução. Estado actual da imprensa no mundo."

Descrição que, uma vez concluída, é rematada com o seguinte comentário (Freire, 1936: 42-43):

> Isto auxiliando a vocação, bastava, quanto a mim, para dar aos componentes dum corpo redactorial a cultura média indispensável ao desempenho das suas funções.

E passava-se então, para quem o quisesse e tivesse aspirações de mando e de destaque, ao Curso Superior de Jornalismo, agregado ao Curso Superior de Letras, único curso superior que, em meu entender, devia ser a base desse curso superior de jornalismo. E esse curso constaria

apenas de três anos e obedeceria ao seguinte esquema:

> **1º ano**
> História Geral da Imprensa.
> Divisão e classificação dum jornal.
> Evolução histórica do jornalismo.
> Sua missão e sua importância no mundo.
>
> **2º ano**
> Conhecimentos técnicos:
> Parte redactorial;
> Administrativa (conhecimentos sucintos);
> Tipografia;
> Esteriotipia;
> Gravura;
> Evolução da máquina através dos tempos: da máquina manual às modernas rotativas.
> Máquinas de compor.
>
> **3º ano**
> Legislação: Conhecimentos gerais. Legislação comparada. Revisão de toda a matéria dada nos anos anteriores.
>
> **Fecho do Curso**
> Defesa duma tese, à escolha do aluno sobre jornalismo ou organização jornalística, quer sob o ponto de vista profissional, quer sobre a organização defensiva da classe perante o Estado, perante a Lei, ou perante as Empresas exploradoras."

Sugestão de organização do curso em que, com grande pesar, não detectamos qualquer alusão ao ensino da língua (variante escrita) - o que nos deixa perplexos, visto tratar-se de uma componente que o próprio Paulo Freire valoriza, como antes admitira (1936: 26) ao confessar possuir 16.000 livros: "Uma boa biblioteca é a melhor enxada, o maior auxiliar dum verdadeiro jornalista." - omissão só imputável ao facto de ele mesmo ter eventualmente considerado (e apenas nesta circunstância a compreendemos) que tal aquisição era já, neste estádio, um dado adquirido (o que, como se sabe e a experiência se tem encarregado de demonstrar, pode não corresponder à realidade).

Hipótese que se nos afigura também o autor não descartar em absolu-

to - tanto que, a terminar o seu depoimento (*id.:* 51), o admite "sujeito a modificações, a ampliações, à crítica dos componentes em matéria de tanta magnitude", confiante de que "se nem tudo for aproveitável, possível é que haja aí alguma coisa que se aproveite" - e que, a confirmar-se, constituiria uma decisão acertada. Porque embora a selecção (e seriação) de disciplinas comporte uma certa elasticidade - não podendo, como é óbvio, ser aleatória, muito menos estocástica - não menor é a delicadeza de que se reveste, como esta asseveração de Carvalhal Ribas (1953: 341) prova:

Não deixa de ser difícil a discriminação das matérias componentes de tais cursos [de jornalismo], pois o jornalista necessita dispor de noções enciclopédicas, não só para enfrentar as artimanhas da colheita, do registo e da transmissão de factos, mas ainda para a compreensão do seu papel na engrenagem social. Na opinião de Porter e Luxon, seria base indispensável ao jornalista: «saber história, emprego correcto do idioma, ter conhecimentos de literatura, economia, sociologia, ciência política e noções elementares de outras ciências tais como química, física, biologia e psicologia».

Citação acerca de cuja última parte (quão fulcral é a correcta utilização do idioma) o mesmo Carvalhal Ribas (1953: 341) aduz exemplos de passagem à prática: "Em demanda da elevação da imprensa da nossa terra, o Governo […] instituiu os Cursos de Jornalismo no Brasil, compreendendo três secções: a) Secção de Formação; b) Secção de Aperfeiçoamento; c) Secção Extensão Cultural", na primeira das quais, os cursos previstos, "com a duração de três anos", obedeceriam a uma seriação de diversas disciplinas com a particularidade de em todas as séries (seja a I, a II ou a III) as primeiras serem sempre Português e Literatura, o que é sintomaticamente esclarecedor.

5. Jornalistas e vida profissional

Dada a circunstância de esta rubrica propor, no próprio título, uma abordagem bipartida, com a ênfase colocada em dois vectores que, por seu turno, se espraiam por uma variedade de parâmetros neles incluídos, todos outrossim merecedores de serem equacionados, afigurou-se-nos que, com vista à sua cabal dilucidação, o mais curial seria, por isso, subdividi-la, nela criar vários itens susceptíveis de melhor nos permiti-

rem aflorá-los a todos.

Desde os jornalistas propriamente ditos - ângulo em que serão focadas as angústias que os afligem (excruciam o seu dia-a-dia, a sua existência), o modo como são perspectivados (maioritariamente desconsiderados), as suas relações com os políticos, e a sua aceitação (ou rejeição) enquanto *opinion makers* - à vida profissional *tout court,* na qual serão referidos exemplos de actuações positivas e de outras menos ortodoxas, a vertentes correlatas, como as condições laborais, as reivindicações delas emergentes (é notória a omnipresença de lamentos quanto aos vencimentos usufruídos), os problemas sindicais e outros adjacentes, cuja concatenação permite uma ampla panorâmica e, daí, um expressivo repositório da vivência epocal.

No fundo, expressiva tela, polícromo fresco do *modus vivendi* da época, quer pela cópia de pormenores carreados quer pela fiabilidade dos relatos (em que nem os aspectos menos abonatórios são elididos), o que nos permite a reconstituição dos tópicos mais relevantes que plasmavam o quotidiano de uma classe, a sua importância, as suas vertentes menos perspícuas.

Multiplicidade de aspectos que a próxima citação (Victor Falcão, 1946: 20-21) - transcrita do capítulo sugestivamente intitulado "Encantos e Desencantos do Jornalismo"[10] - consubstancia de forma lapidar enquanto síntese do que acima dissemos e enumeração/antecipação do que vai ser reportado nesta rubrica:

> Que atraente profissão – o jornalismo! Mas, conjuntamente, que pulve-rizador de energias, que manancial de angústias, que escola de desilusões! Faina de forçado. Improvisação constante, quase vertiginosa, que, em poucos anos, reduz a nada a mais pujante capacidade intelectual. Envelhecimento precoce. Ordenados insignificantes, às vezes inferiores aos de certos trabalhadores manuais. […] E ainda há sabichões, herdeiros de pais ricos, e analfabetos, enriquecidos pelas mais feias traficâncias, que acham insuportável o frágil enciclopedismo dos jornalistas!

Inferência legítima deste breve proémio é, pois, no que à rubrica em análise concerne, ser condição *sine qua non* para a sua cabal intelecção a utilização de quantidade não despicienda dos dados dispersos pela bibliografia coligida. Acontece, contudo, que, estes, conquanto primem

[10] *In* Água do Meu Moinho (pp. 17-21).

pela prodigalidade nem sempre o conseguem pela proficuidade, não obstante se revelarem, ainda assim, particularmente relevantes para a consecução de tal desiderato.

Antes porém de adentrarmos nesta temática, é crucial - consabida a perigosidade que todo e qualquer quiproquó pode ocasionar (está-lhe no ADN) e a que, por isso, se impõe obstar - é crucial, dizíamos, *ab initio* saber, e deixá-lo cristalino, ao que nos reportamos quando falamos de jornais e jornalistas. Sim, porque, entre, por exemplo, as definições (radicais e pouco abonatórias) vindas já de antanho (e do exterior), outras perspectivas temporalmente mais próximas (e internas) e o que a realidade coeva nos mostra, há todo um percurso e um avatar que não podem ser obnubilados, tão-pouco elididos. Até porque, conquanto parte não negligenciável dos teorizadores propendam para enfatizar uma visão apocalíptica do jornal/jornalista também não escasseiam os que exalçam as suas virtualidades.

Das afirmações radicais de um dos mais ilustres enciclopedistas, Diderot, citado por Salgado (1945: 61-62), que, discorrendo sobre os jornais afirmou serem "esses papéis o pasto dos ignorantes, o recurso dos que julgam sem ler", e de J. J. Rousseau (*id.: ibid.*) que, indo mais longe, asseverou ser o periódico "uma obra efémera, sem mérito e sem utilidade, cuja leitura só serve para dar às mulheres e aos tolos vaidade sem instrução" ou o epíteto desse espírito refinado que foi Voltaire (*id.: ibid.*) para os jornalistas seus contemporâneos ("canalhas da literatura"), passando por Luiz Veuillot (*id.:* 62-63), o mais jacobino de todos os tradicionalistas da pena - que, depois de postular «Toda a minha vida tem sido consagrada ao jornalismo e nem por isso lhe criei amor. Poderia até dizer que o odeio; trata-se porém de uma instituição que pertence à ordem respeitável dos males necessários." - nos deixou um depoimento incisivo e concludente (*id.: ibid.*): "Os jornais constituem um perigo tão grande que o remédio para ele consiste em multiplicar o seu número. A imprensa não pode ser conhecida senão por ela mesma e os seus efeitos nocivos só serão neutralizados pela quantidade de órgãos de opinião".

De idêntica contundência é o testemunho de Jaurés, o intelectual francês mais categorizado do seu tempo. Sem ambages de nenhuma espécie, o fogoso orador (citado por Salgado, 1945: 63), exprimiu esta sentença severíssima: - «A nossa imprensa está podre até à raiz. No nosso país o jornalismo é pior que a prostituição. Disfarçando-se sob o manto da moralidade e do bem público, actua como se interpretasse o

melhor da França, quando, na realidade, não é senão a expressão duma pérfida e traficante minoria de especuladores».

Entre as segundas das antes referidas, que designámos perspectivas internas, inserem-se as de grandes vultos da literatura (tais como Camilo, Eça e Fialho) - que, no dizer de Carvalhal Ribas (1953: 340), "Desde longa data, […] focalizaram os aspectos ignóbeis da imprensa e a necessidade de se lhes promover guerra de morte." -, bem como as de "outros estudiosos [que] analisaram os efeitos dos jornais no espírito colectivo e reclamaram medidas em prol do saneamento da publicidade nociva.", concluindo que "Para debelar a ralé da imprensa, promova-se a elevação do nível espiritual do povo. Quando bem formado e esclarecido, o público tende a enojar-se com o clima vicioso e sensacionalista da imprensa."

Passando agora aos que exalçam as potencialidades do jornalista, comecemos pelos que põem a tónica na consideração social de que estes desfrutam, os que sublinham quão ouvidos e respeitados eles eram. E que uns quantos exemplos (alguns dos quais meros *fait divers*), de um passado não tão recente quanto isso, permitem demonstrar.

1. Num contexto peculiar, em que, segundo Eduardo Schwalbach (1944: 75), "fortes influências iam conseguir a permissão do jogo de azar em Lisboa, energicamente combatida por Pinheiro Chagas no seu jornal; o respectivo decreto devia ser assinado daí a dias; na véspera, porém, da assinatura real Chagas termina nestes termos o seu artigo de fundo: "Vossa Majestade pode assinar o decreto, está no seu direito; mas fique certo de que dessa hora em diante deixarão na Europa de lhe chamar o rei de Portugal para lhe chamarem o rei de copas!" E D. Luís I, ao apresentarem-lhe o decreto, arredou-o mansamente com a mão e não o assinou."

2. Por ocasião da viagem da Família Real para o norte do País, "Resolvera-se que ao comboio real se atrelasse uma carruagem de primeira classe para os jornalistas", mas depois decidiu-se que não, o que causou (*id.:* 115) "Aborrecimento entre os jornalistas". Schwalbach dirige-se então à igreja onde se rezava um *Te Deum* (com a presença do Rei e de algumas pessoas do ministério) e manda um bilhete um ministro seu conhecido em que (*id.:* 116) "lhe pedia com o maior empenho o favor de vir imediatamente falar-me. O condescendente

ministro não se demorou". Explicou-lhe a situação dos jornalistas e este resolveu-a logo (passou a responsabilidade ao Schwalbach).

3. Ainda durante esta viagem ia celebrar-se uma grande festa no Clube do Porto (Schwalbach, 1944: 119) "que, por seus estatutos, não podia convidar quem não fosse sócio, ficando assim excluída a imprensa, o que muito a magoou." Foi chamada a atenção aos dirigentes do clube que, no entanto, se mantiveram irredutíveis. "Chegou aos ouvidos de El-Rei o que se passava" e ele "declarou que não iria aonde a sua imprensa o não pudesse acompanhar." Perante isto os jornalistas foram convidados e no dia seguinte pediram ao Rei uma audiência para lhe agradecerem.

Cumpre abrir aqui um breve parêntesis para salvaguardar que, segundo Carvalhal Ribas (1953: 326-327), conquanto quem está fora deste ambiente considere o jornalista um privilegiado pela forma como é tratado (por soberanos e ministros inclusive), a verdade, contudo, é bem diferente (*id.: ibid.*) – "Mas o público ignora que, no íntimo, toda esta gente o despreza, embora o trate com cordialidade aparente: […] todos pensam as piores coisas sobre o jornalista." - e nada abonatória, quer do seu carácter ("Tratam-no bem porque temem suas tremendas desforras ou pequenas insídias;") quer da sua competência: "dão-lhe, de bom grado, todas as informações que deseja, e às vezes já escritas ou ditando-as textualmente, porque, conhecendo-lhe a surpreendedora imbecilidade, receiam que lhes atribua sabe deus que despropósitos."

Deferência apenas aparente, portanto, resultante de uma mistificação (Ribas, 1953: 327: "A vida jornalística pô-lo em contacto com literatos, actores, pintores, escultores, músicos."), que não consegue dissimular o mimetismo em que assenta (*id.: ibid.*) ("Com esse constante contacto, embutiu-se-lhe na memória um cabedal de frases não muito avultado"), tampouco obnubilar a sua idiossincrasia: "porém mais que suficiente para escrever uma coluna de difamações no lombo de um homem de génio ou de elogios pomposos na fronte de um cretino." Generalização que o autor tenta evitar ("Com isto, não quero dizer que o jornalismo seja uma máquina tipográfica ao serviço da irresponsabilidade e da incompetência") sem, no entanto, se desdizer (*id.: ibid.*): "em toda a redacção há dois ou três homens inteligentes, dois ou três homens distintos, e, algumas vezes também, um ou dois que têm, ao mesmo tempo,

cérebro e consciência. Quanto aos outros…"

Fechado o parêntesis - que abríramos no final da referência às demonstrações de consideração antes coligidas, destinado a permitir um breve comentário explicativo -, retomemos a análise a que procedíamos, propiciando a Luís de Quadros (1949: 12) o ensejo de formular a questão - por ele endossada a outrem - que de há muito já se impunha, a de saber: "Mas, afinal, o que é um jornalista? - pergunta o jovem licenciado em Letras […] ou o advogado politiqueiro […]. E perguntam, por que não compreendem - confessam - o prestígio que, apesar de tudo, um ou outro jornalista usufrui."

Questão à qual ele próprio responde (*id.: ibid.*): "Jornalista é, e sempre foi, desde os tempos mais remotos do Jornalismo oral e mural, todo aquele que faz da informação remunerada norma de vida. Assim, jornalista é, fundamentalmente, todo aquele que consegue e transmite notícias, que relata factos *presentes*, que os comenta e deles tira, se quiser, todas as possíveis ilações."

Demarcando-o da Propaganda, antes põe a tónica na sua vertente utilitária (1949: 13) - "se ao seu labor puramente informativo através da notícia, da crónica, […] o jornalista junta uma actividade combativa […] utilizando o artigo ou ensaio", situações em que "substitui quer o político quer o mestre-escola", de que resulta "a aparência de versatilidade e eclectismo que o Jornalismo hoje apresenta" - para concluir (*id.: ibid.*), "só pode ser verdadeiramente jornalista aquele que for estruturalmente bom" e, daí, que o jornalismo "sempre foi e ainda há-de ser por muito tempo, a melhor arma dos fracos e oprimidos."

Visão apologética perfilhada por Victor Falcão (1946: 19-20), que, ao mesmo tempo que exclama "Que atraente profissão - o jornalismo!" e pede moderação aos que exageram no nimbar do conceito ("Há quem lhe atribua as virtudes de um sacerdócio. Não exageremos. Não sejamos enfáticos."), reconhece, no entanto, também não convir pecar por defeito ("Mas, também, não nos humilhemos demasiado."), porquanto:

> A profissão é nobre. Exige desinteresse e devoção ao bem comum, sinceridade e probidade integrais. Só é digno de exercê-la quem tiver espírito de justiça e sentir, ininterruptamente, a sedução moral da verdade. É preciso amar com paixão, para as difundir em apostolado, as ideias que mais elevam o homem, que mais o distanciam do materialismo animalesco. […]
> É preciso saber combater o pessimismo, o pirronismo […] conter os im-

> pulsivos, desmascarar os maus cidadãos, proteger os fracos, impedir os abusos dos que se julgam privilegiados socialmente, estimular quem merece estímulo, aplaudir sem favoritismo, criticar com isenção, esclarecer sem petulância, informar com exactidão – e, ao mesmo tempo, ser sensato, cortês e, sobretudo, incorruptível e anti-subserviente."

Características peculiares em cuja existência importa ciclicamente insistir, a fim de evitar sejam delidas, tantas são as vozes dissonantes. Compreende-se, por isso, a preocupação de A. Cabral, que, depois de salvaguardar (1949: 24) "Não se pode chamar jornalista qualquer indivíduo que escreve em jornais.", postula (*id.: ibid.*):

> Verdadeiro jornalista é só aquele que está habilitado, pelo seu saber, pela sua arte, pelos seus dotes de escritor, pela sua cultura, enfim, a tratar e desenvolver, prontamente, qualquer assunto, qualquer caso, qualquer questão, seja de que natureza for, que, porventura, surja na tela do debate. Este, e só este, é que pode merecer o nome de jornalista.

Conceito que acha por bem explicitar (*id.: ibid.*), de molde a não subsistir a menor dúvida:

> Autêntico jornalista é somente aquele que tem competência para, num só artigo ou numa série de artigos, explanar, estudar e esclarecer todo e qualquer problema que, de repente, provoque a discussão e interesse o espírito dos sabedores e até do grande público, incapaz de destrinçar as mais difíceis e emaranhadas teses da ciência, da arte, da religião, da política.

Razão bastante para, sendo este o seu entendimento do que "é o verdadeiro jornalista", A. Cabral (1949: 25) se apressar a garantir a raridade da "espécie": "Em Portugal, tem havido e há muita gente que escreve nos jornais: jornalistas completos, porém, tem havido poucos."

Acrescentando depois (*id.: ibid.*) serem estes quase todos seus conhecidos, o que exclui qualquer "mal-querer" subliminar, garante traduzirem os "breves apontamentos" expressos antes o seu "sincero modo de ver pessoal, que se [lhe] afigura equivalente à opinião dos que encaram os verdadeiros jornalistas como o ajustamento das regras da razão e da justiça.", e conclui (*id.: ibid.*):

> O jornalista perfeito é - repito - um ser que tem de abranger, com a sua inteligência, muitos aspectos da História, da filosofia, da política, da vida, enfim. Toda a gente, muita gente, se julga com aptidão para escrever nos jornais. Vemos aí legiões de pessoas atacadas pela doença de encher colunas e colunas de gazetas com prosa em que não reluzem ideias, opiniões justas, altos pensamentos, nobres conceitos, planos exequíveis. Falta-lhes, todavia, inspiração, prestígio, talento, estilo, o génio de verdadeiros jornalistas.
> Nunca é demais repetir esta afirmação, teimar neste propósito, insistir neste assunto.
> A grafomania alastra em Portugal como andaço pegadiço. […] A tinta corre, a torrentes, mas suja e não ensina, perverte e não educa.
>
> Não sem, porque plenamente cônscio da causticidade das suas palavras ("É isto duro de dizer, mas é, infelizmente, assim."), as fundamentar (*id.: ibid.*): "Anda mais na baila a calúnia do que a lição; a ofensa toma o passo à doutrina; […] a crítica passou a ser, quase sempre, troça ou injustiça, ou agravo, ou parcialidade. É o que por aí mais se vê."
> Importa ressaltar, contudo, que nem sempre tal acontece por culpa directa do próprio jornalista mas, antes, por, devido à sua despersonalização, ele funcionar como mero servidor de outros interesses, no dizer de Carvalhal Ribas (1953: 330) "essas aves de rapina são muitas vezes apenas instrumentos ao serviço dos donos dos jornais."

É também o que se infere do demolidor libelo de Pitigrilli (citado por Ribas, *id.:* 326):

> Os jornalistas não vivem, estão à margem da vida; devem sustentar uma opinião que não têm e impô-la ao público; […] não podem ter uma ideia própria; devem ter a do director do jornal; mas nem mesmo o director do maior jornal tem o direito de pensar com o próprio cérebro, porque, quando é nomeado pelo conselho administrativo, deve sufocar a sua opinião, quando a tem, e sustentar a dos accionistas

Objurgatória que permite a Carvalhal Ribas (1953: 331), citando, asseverar:

> «Há duas espécies de jornalistas - satiriza Balzac. Há os que escrevem e os que não escrevem. […] Nas mãos de certos proprietários […] a imprensa torna-se instrumento pelo qual aqueles se fazem populares, poderosos, temidos, vitoriosos. […] estes tornaram-se meros criados da

> administração. Criados de escrever, enquanto servem. Nada mais.»

"Criados de escrever" que servem patrões detentores de uma agenda própria, cujos intuitos pouco ou nada têm de nobre (Ribas, *id.: ibid.*):

> Os capitalistas têm um fim principal, ganhar dinheiro, e sacrificam a esse fim, se tal for necessário, o passado, o prestígio e o bem nome do jornal. Consequentemente, a política deste é determinada por móbiles de mais ou menos interesse, e essa circunstância faz-lhes baixar, logicamente, o nível do seu valor espiritual.

No que diferem radicalmente dos periódicos propriedade de uma única família, que, segundo Salgado (1945: 79), "O periódico que durante muitos anos se mantém na posse da mesma família tem uma vantagem enorme. A tradição moral e política da família dá-lhe um grande, um incontestável valor.", opinião que reforça asseverando (*id.:* 80) "os jornais de vínculo familiar são aqueles que melhor servem os fins espirituais da Imprensa", enquanto nos de diversos proprietários (*id.:* 78), «A firmeza na prossecução dum fim é pouco frequente nos periódicos editados por Sociedades por acções.", no essencial porque neles (id.: ibid.): "São muitos os participantes da Empresa e todos eles procuram exercer influência dentro dela, pois dessa maneira melhor defendem aquilo que consideram o seu interesse." Dispersão de que resulta constituírem antes um dos nefastos produtos da industrialização.

Com efeito, no dizer de Salgado (1945: 61-62):

> À industrialização da imprensa seguiu-se, era inevitável, a proletarização do Jornalismo. Menos que intelectuais, à maneira dos seus antecessores dos meados do século findo e princípios do actual, os plumitivos de hoje são mais «profissionais da imprensa» do que jornalistas. Nas redacções, a sua função está taxativamente determinada, e raro eles a excedem, não lhes competindo a faculdade de iniciativa. A própria variedade e complexidade com que o periódico é feito gerou o «especialismo», do que resultou o trabalho ser dividido por secções e realizado por um pessoal que se confina ao seccionamento estabelecido. Concordamos que o desenvolvimento que a factura do jornal tomou, aconselha e impõe esse sistema de trabalho; mas isso não nos inibe de reconhecer que tal sistema anulou, senão no todo, pelo menos numa grande parte, aquilo que no jornalismo e no jornalista havia de indepen-

> dência e de espontaneidade, ou seja a expressão mais forte e mais cara da sua inteligência e da sua personalidade.

As repercussões de semelhantes mudanças são, de acordo com Salgado (1945: 67), que:

> Desde o reinado de D. Maria II até ao de D. Carlos, o espectáculo da imprensa caracteriza-se pelo mais furibundo desconcerto. Em vez de guiarem a opinião, de esclarecerem as questões públicas, de discutirem os problemas nacionais com vista à sua solução inteligente – os jornais entregavam-se às brigas partidárias, entrando francamente pelo caminho tortuoso dos enxovalhos pessoais, de que não escapava ninguém, a começar pelos próprios Monarcas.

Desmandos de linguagem que levam o autor a questionar-se (Salgado, *id.:* 68): "Qual o resultado da liberdade que a imprensa fruiu? E seria só liberdade o direito de que usou - tão pessimamente?" e, de imediato e sem rodeios, a responder "Não! O que em Portugal existiu não foi liberdade - foi licença.", resultado que exprobra veementemente (*id.:* 69): "Postos assim os dados do problema, poderá perguntar-se se os males resultantes do condicionamento da liberdade da palavra escrita não serão superiores aos que derivam do uso da liberdade, sem restrições."

Liberdade de expressão cujo uso irrestrito pode, é consabido, redundar em situações de abuso, na discricionariedade - o que amiúde aconteceu (e continua a acontecer) - e que, mesmo quando moderada, se facciosa, tendenciosa, pode acarretar nefastas repercussões. O que nos remete para outra vertente de abordagem da questão, a da importância dos jornais/jornalistas como *opinion makers.* Item acerca do qual a adução de dois episódios, comezinhos e anódinos q.b., bastará para demonstrar quão marcante pode revelar-se.

O primeiro (Abreu, 1927: 39) ocorre quando, a propósito da estreia, no Coliseu, de "*uma companhia de cavalinhos*, o director das *Novidades* resolveu fazer a notícia" na qual só punha em evidência um aspecto subsecivo, enquanto considerava "o resto do programa […] banalíssimo e gasto". Foi o suficiente para logo após a "publicação dessa notícia" o empresário ir queixar-se (*id.:* 40) "amargamente a Emídio Navarro de que os *rapazes da gazeta* pretendiam estragar-lhe o negócio." Episódio de cariz contrário ocorreu quando (*id.:* 40-41) "Emídio Navarro espontaneamente contribuiu, com uma notícia sua, calorosa de elogio, para

que uma peça, desdenhada pelo público nas primeiras representações lograsse afinal o êxito que merecia". De facto, a má receptividade, pela crítica, e a consequente falta de adesão do público à citada peça, estavam prestes a determinar a sua saída de cartaz quando Navarro (id.: 41) "entusiasmado com a peça e indignado com a injustiça da crítica e do público" lhe dedicou "um caso do dia fremente de aplauso". Foi quanto bastou para o resultado ser o antes referido.

Conquanto de total lhaneza, as situações descritas são paradigmáticas de quão inquestionável era o poder de fazedores de opinião de jornais e jornalistas, a ponto de a opinião dominante ser a veiculada por certos periódicos (os mais respeitados). E tal aura de prestígio permitia-lhes um poderoso ascendente sobre a vida política coeva, materializado na orientação e sustentação da carreira de inúmeros dos seus fautores, que, destarte, ao jornal ficavam a dever a sua ascensão (inclusive, a saída do anonimato).

"Generosidade" - mas não altruísmo, dado serem por demais evidentes os interesses subjacentes a semelhantes posturas - que não permite delir o anverso da medalha, pois com o mesmo empenho outros políticos eram menoscabados (e, não raro, demolidos). Âmbito em que é lapidar, entre pletora de outros, o aproveitamento feito, pelo *Novidades*, do *Livro da Jungle*, de Rudyard Kipling.

Uma tarde, Abreu (1927: 47) foi chamado ao gabinete de Navarro, que lhe entregou o citado livro, pedindo-lhe que "traduzisse determinado capítulo em que vários animais discreteavam n'um solene concílio". Apesar de mal ter tido tempo de folhear o livro, Navarro (*id.: ibid.*) "com a sua extraordinária perspicácia, imediatamente apreendera o interesse e a oportunidade da adaptação que se ia fazer": substituir certos animais pelos "nomes de políticos em evidência" ("Em vez da raposa, explicava ele, põe-se o José Luciano; em vez da cegonha, o Veiga Beirão…"). Uma vez traduzido (*id.: ibid.*), "viu-se que o texto de Kipling assentava que nem uma luva no momento da vida portuguesa que então decorria", no qual "as falas da raposa, por exemplo, bem podiam ser as de José Luciano ao perorar no círculo de correligionários". Após contar este breve episódio, Abreu comenta (id.: 47-48): "Cito este facto, como seria fácil citar outros e outros, para salientar a rapidez com que o director das *Novidades* colhia um assunto e lhe dava a melhor interpretação jornalística."

Referência à política que aproveitamos para introduzir novo ângulo de

perspectivação da matéria em apreço, outrossim merecedor de particular enfoque: a inter-relação (quase imbricação de funções), no limiar da promiscuidade, entre jornalistas e políticos (*mutatis mutandis*, jornalismo e política).

Uns quantos lances (todos relatados por Jorge d'Abreu) bastarão, de tão paradigmáticos, para a demonstrar, perspícua e cabalmente. Um acontece quando o autor, peremptório, assevera (1927: 30) que "*A Tarde*, sob a direcção de Sérgio Castro, caminhou durante algum tempo no passo vagaroso que é próprio dos jornais claramente enfeudados a um partido político." Outro, quando conta (id.: 59-60) como um dia Barbosa Colen, que dirigia as "*Novidades* por morte de Emídio Navarro", o quis aliciar para o jornalismo político, a melhor forma, assegurava, para se chegar ao topo: "Uma tarde quis convencer-me de que eu devia ensaiar o jornalismo político - o meio mais rápido, acentuava, de trepar, de atingir as maravilhosas culminâncias que são vedadas aos *manga d'alpaca*, aos vermes da Imprensa." O terceiro, no momento em que, reportando-se (id.: 14-15) a Almeida Campos, um dos (cinco) redactores da Tarde, "o primeiro a aparecer", o que fazia "olhando um pouco de revés as pessoas que o procuravam e lhe pediam favores." - pessoas às quais "Almeida Campos nunca dizia que não" e que eram em número tão significativo que Abreu não se coíbe de exclamar: "E que porção de gente ele atendia diariamente no jornal!" - 'peregrinação' cujo móbil ('devoção'?) explica: "Sabiam-no relacionado na polícia, nos ministérios […]; e ele fartava-se de escrever, de telefonar, para que […] um despacho ministerial fosse dado a favor do interessado (…)." E o último quando, sem ambages, Abreu admite o ascendente de certos jornalistas sobre políticos (ou meros candidatos a) e denuncia essa mesma promiscuidade (1927: 45):

Durante muitos anos, o director das *Novidades* teve, por assim dizer, nas suas mãos os cordelinhos da política portuguesa. Não se constituía um ministério, fosse progressista ou regenerador, que a maioria dos novos ministros, antes de oficialmente tomar posse não entrasse no jornal a receber de Emídio Navarro uma espécie de beneplácito. E o Mestre jornalista, que a muitos deles amparara e guiara na ascendente carreira pública, todo se envaidecia desse beija-mão (…).

Prisma de que citaremos apenas dois episódios, de *per si* assaz pregnantes e corroboradores do antes afirmado. Tal como outros, o *Correio da Noite* (jornal para onde Schwalbach (1944: 123) fora aliciado pelo "chefe do partido progressista") defrontava-se amiúde com

problemas de tesouraria (*id.:* 126). Nestas circunstâncias "Quem acudia com mais largueza às dificuldades financeiras da gazeta, quando surgiam, era o anafado prior da Lapa", ao qual, confessa Schwalbach (*id.: ibid.*), "nunca me afeiçoara muito". Ora, aconteceu, um dia em que o director lhe recomendara "com instância que não deixasse sair no jornal nem uma só palavra sobre determinado assunto", ter o sacerdote ido directamente à tipografia levar uma local sobre o dito assunto e que ia ser publicada porque o chefe da tipografia concordava. Schwalbach (*id.:* 127) opôs-se e o texto acabou por não sair, "mas o sr. prior foi aos ares e em fúria brava, escumando de raiva" exigiu a José Luciano de Castro (responsável máximo do jornal) que o despedisse. Pretensão não deferida directamente, antes solucionada com subtil azebre: em vez do despedimento liminar, limitaram-se a reduzir-lhe o ordenado (de 45 mil para 30 mil réis), destarte lhe criando condições para ser ele a demitir-se. O que fez. Porém, Luciano de Castro não lhe permitiu sair, facto que lhe comunicou por escrito, sem que, antes, ele acabasse de pagar um empréstimo que o jornal lhe tinha concedido. Schwalbach responde-lhe com profunda ironia, de que o outro não gostou. Resultado (*id.:* 128): "romperam-se as hostilidades; daí em diante ficámos a ferro e fogo um com o outro." Obsessão de vingança que passava, na perspectiva de Schwalbach (*id.:* 128), por fundar um jornal seu onde "livremente pusesse toda a minha actividade e visão jornalística e onde pudesse à vontade beliscar o chefe do partido progressista [José Luciano de Castro]." Conquanto o motivo principal subjacente ao seu aparecimento não fosse muito curial, daí a uma semana saiu *A Tarde*.

Mais do que mera imbricação, é o que o próximo exemplo corporiza, revelador de iniludível promiscuidade. Hintze Ribeiro, à data chefe do governo (pormenor nada despiciendo), telefona para a redacção da *Tarde* para falar com Urbano de Castro. Na ausência deste, é Jorge de Abreu (1927: 25) que vai ao seu encontro, pois, tal como o primeiro lhe disse, o assunto "não podia ser tratado pelos fios". E que pretendia, afinal? 'Encomendar-lhe' uma notícia. Em virtude de o chefe do partido progressista ter reclamado quanto à forma como (*id.:* 26) "numa eleição suplementar, realizada dias antes" a votação do seu candidato "fora torpedeada pelo cacique regenerador" - reclamação aceite por ele (Hintze) que "ordenara um inquérito, absolutamente disposto a fazer justiça" -, propunha que "a *Tarde* devia noticiar o facto, em artigo de primeira página" e "salientar" que, se as posições estivessem invertidas, ou seja, se

estivesse no poder o partido progressista e o chefe regenerador reclamasse contra (*id.: ibid.*) "falcatruas eleitorais praticadas por magnates progressistas, decerto não seriam tomadas tão enérgicas providências como ele, Hintze, acabava de tomar." Estupefacto ("Ouvi, silencioso") com a sugestão/exigência, Abreu (*id.: ibid.*) não se coíbe, todavia, de considerar como "homens de uma elevada categoria mental não são isentos da mesquinhez que os pode nivelar ao comum dos mortais". Inteligindo, concomitantemente, como "aquele confronto, que Hintze Ribeiro requeria na primeira página da Tarde," tinha um duplo objectivo: destinar-se não "simplesmente a produzir um determinado efeito de política partidária" mas, outrossim, a permitir (id.: ibid.) que "o grande estadista monárquico também argumentaria quando sobre o assunto o interpelassem no parlamento."

Retomando, depois deste breve excurso por outros meandros, correlatos sem dúvida, as considerações em torno do estatuto do jornalista (ou da sua inexistência) e tudo o que menos positivo foi dito a propósito, fácil se torna inteligir, e aceitar, a próxima asseveração de Hugo Rocha (1946: 33) - por demais clarificadora e de todo em todo imprescindível para a compreensão de generalizada animosidade (amiúde no limiar da aversão) de que estes profissionais são alvo - asseveração, dizíamos, que, indo ao genuíno cerne da questão, acusa:

> Em raras profissões consegue somar-se tão elevado número de antipatias, más vontades, inimizades, ódios, como na Imprensa. É que as vaidades feridas são incalculáveis e o despeito daqueles que querem mais do que o que, sem obrigação, se lhes dá é, também, incalculável e só pode ajuizar bem dele quem milita na Imprensa, activa e profissionalmente.
>
> Não muito dissemelhante deste, é o posicionamento de Luís Quadros (1949: 9), que, não menos certeiro (embora de outro ângulo e mais contundente), também vai ao âmago da questão. Começando por imputar as recriminações, de que os jornalistas são alvo recorrente, a malentendidos (e despeitos) vários, afirma que "Existe, nos mais diversos meios, certa tendência para deturpar o sentido «profissional» que a palavra *Jornalista* encerra." Confusão cuja razão radica, para uns ("muita gente burguesa") no facto de "confundindo a missão do jornalista com a do mestre-escola", acusarem "os homens da imprensa de não se preocuparem, «como deviam», com a educação do povo"; e para outros ("professores de educação primária, boticários e curas de aldeia"), porque "por publicarem de longe em longe um enfezado artigo

> na folha da vila mais próxima", "se julgam tão grandes jornalistas como Fulano ou Beltrano".

Veredicto a que, ao mesmo tempo que nimba o métier, aduz mais umas achegas de não menor contundência (Quadros, 1949: 10):

> E, como se todo este confusionismo não bastasse por si só para amesquinhar uma das mais belas profissões que um ente humano pode exercer, há ainda toda aquela fauna […] que, ao passar os olhos piscos pelas páginas do diário emprestado no «café», julga cretinamente conseguir superioridade intelectual acusando, sem tir-te nem guar-te, os jornalistas de venais, de mentirosos, de estúpidos e ignorantes.

Statu quo que o leva a questionar-se (*id.:* 11): "Mas, por que acontece ainda isto no nosso país depois de mais de três séculos do Jornalismo?", pergunta a que de imediato responde:

> Pela simples e clara razão de que, falsamente baseadas num critério estreito, as sucessivas aristocracias mentais portuguesas, ao passo que impuseram à dignificação, uma a uma, todas as restantes «Profissões Liberais», sem se esquecerem da Agronomia, da Economia e das Finanças, dando-lhe a possibilidade de um título académico com a criação de cursos de ensino superior adequados, relegaram a um incompreensível ostracismo a actividade espiritualmente mais delicada que numa nação pode existir – a orientação da Opinião Pública…[11]

Discriminação (e imputação) que legitima nos questionemos: poderá surpreender alguém que o Jornalismo seja tão desconsiderado/anatemizado quanto o é? A crer no autor, não. Pelo contrário, Luís de Quadros (1949: 11-12) considera, inclusive, que:

> Deste modo, sem um Curso ou Faculdade que o exalte, sob todos os pontos de vista, aos olhos da grei; sem uma associação que o eleve socialmente ao nível das outras profissões de escol; vivendo um dia a dia de canseira, num trabalho a bem dizer constante e mal remunerado; contando unicamente com um sindicato nacional, legalmente igual a tantos outros, como o dos carroceiros ou bate-chapas, a que não quiseram agregar até à data outras funções mais do que a de simples defensor

[11] Acerca da qual Pascal (id.: 72) dizia: "A opinião pública é uma esfinge com cabeça de burro."

> do interesse financeiro da classe […] não é de admirar, portanto, que o Jornalismo, no nosso País e seu Império, seja tido pela maioria dos cidadãos como uma subprofissão que toda a gente, desde o engraxador ao ministro, se julga com refinada aptidão para cabalmente exercer.

5.1 Vida profissional

Se abundam os relatos assazmente demonstradores do profissionalismo de muitos jornalistas, também não escasseiam as situações elucidativas dos malefícios que podem advir de um jornalismo descuidado ou pouco escrupuloso. Exemplo dos primeiros é a desmistificação da história, evitada *in extremis,* do crime que o não chegou a ser. Expliquemo-nos. De acordo com a lacónica informação à noite chegada ao Século, "mataram um homem nos Olivais". No local, "toda a gente, horrorizada, me fala do crime, pormenorizando-o sem hesitações", confessa Abreu (1927: 75), que aduz a cópia de dados aí recolhidos: a vítima, um sapateiro, "andara a beber pelas tabernas na companhia de um compadre, homem de má fama, cadastrado por faquista" (id.: ibid.) e fora encontrado "banhado em sangue, quase no estertor - o ventre rasgado por uma tremenda navalhada!"; apareceu a guarda municipal, o sapateiro foi levado ao hospital - "onde, dizia-se, entrara já morto" (*id.: ibid.*) - e o faquista preso. Na posse destes dados, Abreu (*id.:* 76) faz "uma visita rápida à cadeia para ver o criminoso" dirigindo-se em seguida ao "hospital para ver o morto e colher o resto da notícia." Acontece que "o sapateiro, que toda a gente nos Olivais [lhe] garantira ter sucumbido por efeito da navalhada *tremenda*, conversava alegremente com o enfermeiro" (afinal, o *traço* no ventre fora superficial), e só quando lhe foi comunicado que o agressor, o seu compadre, já estava preso, ele identificou o verdadeiro culpado, destarte se desfazendo o quiproquó. Clarificação que legitima a inferência de que só o cumprimento de uma das regras básicas da profissão - a procura de confirmação dos factos noutras fontes - permitiu a Abreu apurar tratar-se de um logro, e o leva ao desabafo (*id.: ibid.*): "ainda hoje estremeço só de pensar que, por um triz, se não cometeu em Portugal, mais um erro judiciário."

Outro exemplo, não menos pregnante, da probidade e nobreza de sentimentos de um jornalista, é-nos relatado por Schwalbach (1944: 202-207) quando, ao explicar as circunstâncias em que se deu a cisão no

Partido Regenerador e como teve de optar de que lado ficar, explicita as determinantes da saída de Urbano de Castro, que deixou definitivamente a política (e o jornalismo) para não ter de escolher entre dois grandes amigos (Hintze Ribeiro e João Franco) que se posicionaram um de cada um dos lados em confronto.

Conta o autor (*id.:* 203) que "divergindo dum projecto de lei relativo à contribuição predial - pretexto para um rompimento, havia muito, a abeberar-se nos seus projectos até chegar um momento propício - João Franco [...] abria a cisão no partido regenerador que tinha à sua frente Hintze Ribeiro, e ao mesmo tempo procurava dar um golpe decisivo no rotativismo." Desiderato não alcançado devido à estratégia ("a lei eleitoral habilmente elaborada pelos dois chefes do rotativismo") de que resultou (*id.:* 204): "João Franco só dispunha dum lugar na Câmara, reservado *amavelmente* para ele que, indignado, o rejeitou". Prossegue Schwalbach (*id.:* 205): "Aberta a cisão, eu e o Urbano de Castro entre-olhámo-nos, embaraçados […] dada a conjunta amizade a Hintze Ribeiro e a João Franco. Mas, de súbito, […] o Urbano, numa decisão extrema do seu carácter nobilíssimo, renunciou o seu mandato de deputado e abandonou a política para de todo se entregar nos braços dos clássicos". Decisão irreversível, assevera o autor (*id.: ibid.*), pois "quando João Franco e Hintze Ribeiro, cada um por seu lado, quiseram intervir, já era tarde", razão por que, ambos, "acabaram por mais o prezarem."

Episódio ("a cisão do partido regenerador" a partir da "dissidência Hintze Franco") que, aliás, fora já narrado por Abreu (1927: 28), mas perspectivado de um prisma diferente (pondo a ênfase na vertente jornalística): "Urbano de Castro que de ambos era amigo, não hesita e abandona para sempre a direcção da *Tarde*. A lealdade e a nobreza do seu carácter não lhe consentiam permanecer num posto, onde, fatalmente, teria que hostilizar um dos dois políticos que, durante largo período, defendera e exalçara. Deixa a *Tarde* e nunca mais faz jornalismo." E só "poucos meses antes de morrer" haveria de voltar ao jornal para entregar um artigo que muito antes prometera e, em demorada conversa com Abreu (*id.:* 29), deixaria perceber que "andava saudoso do jornal a que dera anos e anos dum esforço intenso" e escapar (id.: ibid.) "umas frases amargas sobre a ingratidão de alguns homens públicos".

Dissemelhantes das precedentes, porém suficientemente esclarecedoras do relacionamento e interajuda entre jornalistas, são situações como a que enfatiza a camaradagem - *v. g.* a que ocorreu quando Manuel Car-

dia (do *Dia*), que ia entrevistar sozinho o director do Limoeiro, se encontrou à porta da prisão com Jorge d'Abreu (1927: 63), do *Novidades* (que o tinha seguido, sem que ele disso se apercebesse), com quem consentiu em partilhar a entrevista que se propunha fazer ("- És a minha sombra! Não há meio de arranjar uma *caixinha,* que tu não a apanhes também!"); ou quando ambos se deslocaram ao Entroncamento (*id.:* 64-67) a fim de na viagem de regresso a Lisboa entrevistarem, antecipando-se aos colegas da concorrência, "Le Bargy e Bartet, a *Divina,* […] "dois ornamentos do Teatro Francês" (que vinham à capital fazer um espectáculo) e, uma vez chegados, se dirigem aos respectivos jornais para aí redigirem as reportagens - camaradagem, dizíamos, que sobrepõe à competição entre periódicos, na qual pontificam as picardias (designadamente a sugestão de pistas de trabalho que mais não visavam do que induzir em erro os concorrentes).

No que a processos menos ortodoxos concerne, é de referir um episódio protagonizado por Jorge de Abreu (do *Novidades*) e dois colegas ("José Sarmento, pelo *Dia*, e Barreto da Cruz, pelo *Jornal da Noite*"). À data a que os factos se reportam, Rússia e Japão encontravam-se em plena guerra quando o ministro japonês passou por Lisboa. Abreu (1927: 55) e os colegas abordaram-no na estação do Rossio, pedindo-lhe informações. Este, contudo, recusando-se a falar, desaparece das suas vistas (*id.:* 56) "escoando-se como uma enguia", deixando os jornalistas desolados. Decididos a tentar falar com o ministro, Abreu e José Sarmento aguardam que o outro regresse ao jornal e, o primeiro, redige uma carta (*id.: ibid.*) "explicando, no melhor inglês que aprendi na Ilha, que eu e o meu colega não queremos importuná-lo e apenas solicitamos resposta a três perguntas". Quando recebe a resposta, fica surpreendido ao verificar que o ministro afirma pouco saber oficialmente sobre a guerra e que não pode dar "impressões". Ainda assim (*id.:* 57), "arranjo a cousa de maneira que não digo terminantemente que falei ao sr. Shiró Akabané", "O público fica sem saber se fui eu ou não quem o interrogou" e a notícia é publicada no *Novidades*, mas, continua Abreu (*id.: ibid.*), "José Sarmento, no *Dia*, não hesita e desenha uma entrevista completíssima" - veste, inclusive o ministro "d' um *kimono* riquíssimo" e "bebendo golinhos dum chá precioso", imagine-se, com o próprio jornalista "como dois amigos velhos…" - para satisfazer a curiosidade dos leitores. Resultado? No dia seguinte, ao apresentar-se na chancelaria, o ministro (*id.: ibid.*), "queixa-se amargamente de que os periódicos lhe atribuíram

declarações que não fez e até o vestiram do *kimono* que não usa. Pede providências, solicita um desmentido formal - satisfação que lhe é dada nas *Novidades*, mas em termos de não deixar a gazeta mal colocada."

Inquestionavelmente pior que a anterior, e a todos os títulos objurgável, é a situação protagonizada por um jornalista conhecido pela alcunha Saramago, saído do *Século* para o *Diário*, e que, ávido de vingança (Abreu, 1927: 77) "decidiu fazer-lhe partida grossa". Assim materializada: "Escreveu a si próprio um bilhete, fingindo que um guarda da Penitenciária de Lisboa lhe comunicava o suicídio do recluso que na véspera tentara assassinar o médico da prisão - e, simulando um equívoco, introduziu esse bilhete no receptáculo que o *Século* tinha na Mónaco." Bilhete que, fruto de um conjunto de circunstâncias anómalas, acabou por ir parar às mãos de António Maria de Freitas o qual, sem questionar a "autenticidade da comunicação, deliberou aproveitar no *Século* a preciosa caixinha aparentemente destinada ao *Diário*." Para isso, mandou apenas averiguar o "cerimonial em uso na penitenciária quando lá morria um preso" e, na posse destes elementos, disse a Abreu (*id.:* 78) (com a anotação de que "A notícia é só do Século") que fizesse o texto. Tudo isto foi depois desmistificado pelo *Diário* que, acusando o *Século* de "surripiar-lhe o noticiário", verberava o procedimento do concorrente, que se viu forçado a explicar aos leitores "o que, afinal, não tinha explicação plausível…"

Outros estratagemas - não menos demonstrativos da falta de transparência ou da pouca lisura de procedimentos - distanciados no tempo e ocorridos quando era director da *Tarde*, são referidos por Eduardo Schwalbach (1944: 133-134): "Noticiando a morte do Rei D. Luís, o jornal publicara um suplemento preparado de antemão, com um belo retrato de Sua Majestade, e de que apenas se reservava meia dúzia de linhas em branco para os últimos momentos do monarca: a tiragem excedera quanto se previra." Motivado pelo resultado obtido, tentou fazer o mesmo para a aclamação de D. Carlos, dentro de dias, mas não dispunha de foto. Foi então que, por mero acaso, deparou, à saída de uma tabacaria, com uma *Ilustração* francesa, que comprou, "com um aparatoso retrato do general Boulanger a cavalo", e em que, após substituir a cabeça do francês pela de D. Carlos, "põe-lhe um capacete e veste-lhe uma farda nossa de generalíssimo", obtendo um resultado que ele próprio (Schwalbach, *id.:* 134) comenta assim: "aqui temos um retrato do rei D. Carlos a cavalo, que ele nunca tirou, mas que eu lhe ofereço!"

Hugo Rocha, que no Antelóquio de Jornalistas (1946: 6) sublinha ser esta - que, curiosamente, é também o seu quefazer, aspecto nada despiciendo para aferir da isenção ou facciosismo das suas afirmações - "uma das profissões mais eminentemente sociais e mais supinamente desconhecidas da sociedade", de imediato remete para os constrangimentos a que os seus profissionais estão sujeitos (1946: 7):

> À hora a que a maioria, senão a totalidade, dos meus prezados ouvintes e dos meus possíveis leitores mantém a clássica posição de repoiso integral, movimenta-se por esse mundo a legião daqueles cuja missão consiste em informar, recrear, distrair, aconselhar, consolar, entusiasmar, dar a milhões e milhões de criaturas, tanto às letradas como às analfabetas (estas, não podendo ler, ouvem ler ou dizer aquilo que as outras leram) a noção, mais ou menos exacta, dos acontecimentos diários.

Meritória tarefa cujos efeitos na informação/formação dos leitores são sobejamente conhecidos, mas perante a qual pontifica generalizada indiferença, visível desde logo nos lares (1946: 8), "mercê das várias aplicações dadas ao jornal, numa casa de família […], outras mais mesquinhas e prosaicas, como as de papel de embrulho para todas as serventias e auxiliar dos combustíveis no fogão da cozinha", quando não, em situações extremas, é infligido pior destino (em utilizações menos ortodoxas) ao veículo transmissor, o jornal: "para não me referir já a outra função manifestamente anti-higiénica", "ou a imundície do cano de esgoto - o mais inglório de todos os destinos do papel impresso", que acabam por votar o produto de tanto labor "ao pior e mais humilhante dos sossegos, o do esquecimento perpétuo". Procedimentos em que Rocha (1946: 9) identifica o "espelho da vida dum povo, duma nação".

Comportamentos obnóxios que ostensivamente *delem* a infinitude de constrangimentos por que o jornalista passa para obter os dados passíveis de lhe permitirem dar cabal cumprimento ao seu quefazer, ao seu métier, e que Rocha ilustra (1946: 28) através da adução de um caso concreto, por si vivenciado:

> Uma vez, no Hotel de Santa Luzia, […] havia eu, com um camarada espanhol, burlado a vigilância do pessoal do protocolo e dos agentes da polícia, para tentar escutar a conversa entre o finado ditador de Espanha, general Primo de Rivera, e o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, general Ivens Ferraz. Não me recordo bem do motivo que me

> levantou a lamentar, perante esse colega, redactor de *El Debate*, de Madrid, a situação pouco digna em que ambos estávamos: escondidos atrás dum reposteiro, colando, alternadamente, os olhos e os ouvidos ao orifício da fechadura da porta do quarto que os dois estadistas haviam escolhido para aquela entrevista de extraordinária transcendência política. Parece-me que estou ainda a ouvir o meu companheiro, mais velho na idade e mais curtido do que eu nas grandezas e misérias da profissão: *Hombre: no tenga usted vergüenza, que un periodista puede hacerlo todo y nadie tiene que reprocharle*!

Episódio (risível e inaudito) que poderá não passar de mero *fait divers* se comparado com os próximos (Rocha, 1946: 31), esses sim a fazerem plenamente jus ao seu postulado (*id.:* 35) de que "Se há profissões arriscadas, o jornalismo é uma delas":

> Nunca olvidarei, também, os formidáveis apupos com que eu e outros camaradas fomos distinguidos, uma noite, à saída do tribunal de Viseu, onde havíamos estado em serviço profissional, durante uma das audiências do julgamento do famoso «Homem dos Bigodes» e da família, acusados de cumplicidade no famosíssimo crime da Poça das Feiticeiras, o caso que mais papel e tinta, até hoje, me fez gastar e mais apaixonou o meu cérebro e o meu coração de jornalista. Porque nós sustentávamos, fundados em argumentos de peso, a inocência dos condenados e dávamos ao acontecimento a importância merecida, os convictos obstinados da culpabilidade de Claudino Ribeiro e sua mulher, D. Silvina Trindade Ribeiro, entenderam, talvez, que estávamos vendidos a estes dois desgraçados e, não podendo agredir-nos, fisicamente, contentaram-se com uma avalanche de vaias e insultos, que tiveram o condão único de nos demonstrar, uma vez mais, a quantas penas está sujeita a profissão da pena… Por ter aludido ao crime da Poça das Feiticeiras, julgo oportuna mais esta confissão: Certa vez, obriguei-me, com outro camarada, a permanecer oculto, mudo e quedo, durante cerca de três horas, numa das enxovias do Aljube do Porto, debaixo da tarimba em que estivera o já citado «Homem dos Bigodes». Junto deste o filho (está já no outro mundo) estendia-se, também, noutra tarimba. Era preciso espiar a possível conversa entre ambos, após um interrogatório aturado a que haviam sido submetidos. O resultado desse suplício foi servir eu de bode expiatório a uma caterva de pulgas vorazes e, para remate, escapar, por um triz, a uma pneumonia…

Sacrifícios que, como antes realçámos, nem sempre os leitores reconhecem, a que tampouco dão o devido valor. Por o atribuírem ao gosto do jornalista a quem "fascina a lufa-lufa diária de colher, arrumar e dizer os factos às multidões." - ou, na análise de Galeão Coutinho (citado por Carvalhal Ribas, 1953: 325), porque este "encerra qualidades predominantemente femininas: curiosidade sempre alerta, visão maliciosa das coisas, espírito de bisbilhotice e de maledicência… Se o jornalista possui o espírito da comadre, tem-no em grau aperfeiçoado e maquiavélico." - a verdade, porém, é que amiúde o leitor não valoriza condignamente esses trabalhos (quando não os ignora literalmente).

Obnubilando que, como Jorge de Abreu faz questão de recordar, "a Imprensa raras vezes utiliza o seu poderio ou influência em benefício material" e que, quando se retiram (por aposentação, doença ou morte), os próprios jornalistas não são endeusados, antes vêem o seu (Hugo Rocha, 1946: 32) "sacrifício admirável evocado quase sempre em duas linhas, nos mesmos jornais em que eles, muitas vezes, glorificaram parasitas, néscios e ingratos.

Porque é preciso acrescentar que o jornalista, desconhecido, em regra, do grande público, faz da sua pena degrau para aqueles que são incapazes de se guindar por esforço próprio. Quantas figuras notórias das artes, das letras, […] da política - da política sobretudo - devem o seu prestígio à generosidade dos jornalistas e dos jornais, dos primeiros, principalmente! Via de regra, o jornalista é um criador de reputações, um autor de celebridades. E, via de regra, também, aqueles cujo nome ele expôs à admiração das massas, cuja obra, tantas vezes medíocre, quase sempre ignorada, exaltou e afamou, nem sequer por palavras lhe manifestam o reconhecimento devido.

Idêntica plangência é a manifestada por Victor Falcão (1932: 201) que, discorrendo sobre "a área remoidíssima dos inestimáveis e sempre mal retribuídos serviços que a imprensa presta aos magnates da terra, mormente aos homens de Estado.", e sem esconder (*id.:* 202) "o fiozinho de azedume que um facto, tão avelhentado como esse - o de a imprensa ser o ascensor gratuito que eleva ao Olimpo terreno todos os pataratas habilidosos", desabafa, recriminando-se (*id.: ibid.*):

> Os maníacos que labutam intelectualmente nos periódicos, a troco de soldadas inferiores às que aufere qualquer limpa-chaminés analfabeto, não têm o direito de se queixar do menosprezo com que são tratados

> pelos fetiches, mais ou menos quebradiços, da multidão crendeira, logo que esses furavidas cínicos se topam bem atarraxados no alto da torre Eiffel do mando.
>
> Exemplificando (Falcão, 1932: 203) a "obstinação asnática" de alguns jornalistas com o contributo para a promoção de um "amaneirado barbeiro […], homem de poucas letras e muita lábia" que ajudaram a guindar a "director de uma Biblioteca Pública, e só não foi ministro por excesso de modéstia…"

Mas, perguntar-se-á, o que é que tanto excrucia e revolta Falcão? Ele próprio, sem poupar nas palavras, nos dilucida (1932: 206):

> O que descoroçoa e repugna é o assédio que nos fazem todos os répteis, todos os bucéfalos, todos os pavões, a fauna completa dos videirinhos que, mercê das louvaminhas da imprensa, ascendem a financeiros, surgem como estadistas, vergam ao peso das comendas e passam por homens de génio. O que desespera e revolta é o compadrio que os empresários de alguns jornais mantêm com todos esses cagliostros, com todas essas sanguessugas, com todas essas alimárias guizalhantes. O que entristece e deprime é ver a facilidade com que certos directores impõem aos seus subordinados a glorificação desse enxame de bigorrilhas, que putrefazem, desacreditam e cretinizam as classes dirigentes. O que é fantástico, incrível, é a conivência de nós todos, jornalistas assalariados, homens livres, pregadores de moral, gente que não se vende, nesta obra de mercantilismo, de corrupção e de fraude.

Statu quo de que não exclui a quota-parte de culpa só aos próprios jornalistas imputável, cuja actuação verbera e pela qual se penitencia (Falcão, 1932: 206-207):

> O jovem cronista do *Intransigeant*, ao queixar-se da ingratidão que os homens célebres manifestam pelos jornalistas que os celebrizaram, vibra, sem querer, uma catanada certeira nos créditos periclitantes da nossa confraria. Os casuístas, ao verificarem os rebentos chorosos do seu despeito, podem, sem malícia, raciocinar assim: se a imprensa enaltece os méritos de quem os possui, cumpre a sua obrigação e não deve reclamar agradecimentos; se, pelo contrário, diviniza patetas e marotos e constrange o respeitável público a venerá-los, não há palavras suficientemente duras para verberar a torpeza da sua acção.

Postura penitencial que assume ("Mas desprendermo-nos completamente das nossas culpas […], nós que somos réus iniludíveis, seria o cúmulo do atrevimento."), não sem procurar atenuantes susceptíveis de, tanto quanto possível, debelarem essa culpa (1932: 207) - "Há, é claro, muitas escusas para o nosso delito. Uma delas é a perspectiva da miséria, da miséria em que seríamos lançados se nos recusássemos a obedecer aos mandarins tripudiantes da nossa majestosa instituição." -, sem, no entanto, se eximir, para tal, de, pessoalizando a questão, invocar o seu caso (*id.:* 208):

> Eu mesmo, apesar da minha indisciplina e do meu orgulho, cedi, cedi mil vezes, cobardemente, diante desse espectro apavorante. E só comecei a resistir, a revoltar-me, a cumprir o meu dever, no dia em que, depois de consultar os meus botões, compreendi que é preferível ter de vender jornais nas ruas, como os ardinas, a escrevê-los em desacordo com a consciência…

Tema (o do desemprego e da inerente miséria) a que regressa[12] anos depois - apodixe de que, mais do que incomodá-lo, a situação o obsidia -, e em que, descendo à casuística, reporta um caso (o de um jornalista sexagenário que ficou doente e implorava nos jornais um emprego de redactor) por demais elucidativo (1946: 17): "Note-se que não se trata de pessoa insignificante ou desconhecida. Pelo contrário: trata-se de alguém que sabe escrever e que, por tal motivo, alcançou notoriedade na Imprensa portuguesa. Pois não encontrou colocação." Situação cujo dramatismo Falcão (1946: 18) enfatiza, através da formulação de uma série de interrogações (retóricas, é óbvio) destinadas à reflexão - "Porquê? Por não ser moço? Por ter personalidade? Por haver cometido erros políticos? Ou, simplesmente, porque há nos jornais, neste momento, superabundância de redactores? - e conducentes à lancinante conclusão: "Por todas estas razões somadas e, ainda em cima, multiplicadas pela fatalidade."

Ilação que constitui cabal demonstração de quão periclitante e excruciante é a situação laboral da classe (Falcão, 1946: 19): "Nenhum jornalista chega a rico. Alguns mal conseguem viver em decente mediania. Muitos morrem pobres como Job. E ainda há quem julgue que

[12] No capítulo "Encantos e Desencantos do Jornalismo" (pp. 17-21), de um outro livro, Água do Meu Moinho (1946).

eles são venais."

Relato que torna, mais do que pertinente, de ingente premência a constituição de um organismo de protecção e regulação da classe. Tema caro a Alfredo Cunha, que, em *Jornalismo Nacional*, a preconiza de forma perspícua (1941: 36):

> *Jornalismo Nacional:* O desenvolvimento e fortalecimento do espírito de classe, desde as extintas e pouco bem fadadas *Associações* até aos modernos *Sindicatos,* deverão, a meu ver, em honra e proveito dos interessados, levá-los à instituição da Ordem dos Jornalistas, disciplinadora e orientadora, à semelhança das já entre nós existentes para os advogados, os médicos e os engenheiros.

Conquanto, como reconhece, a ideia não fosse original - visto que, no estrangeiro, já Emile Augier a defendera (ainda que "com manifesto exagero"), afirmando (*id.:* 37): "Se os jornalistas não constituem, como os advogados, um Conselho da Ordem, a Imprensa está perdida." -, tinha a vantagem (à época) de ter o apoio explícito de Salazar, que, numa entrevista (*id.: ibid.*) com o Director do Secretariado da Propaganda Nacional, que então era o presidente do Sindicato dos Jornalistas, quando este, intérprete do sentimento da classe, deu a entender quanto era penoso para ela o estarem os jornais sujeitos à vigilante inspecção da censura preventiva, e perguntou se não teria chegado o momento de a acabar, aquele estadista respondeu:

> «O jornal é o alimento espiritual do povo, e deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Compreendo que essa fiscalização irrite os jornalistas, porque não é feita por eles […]. Mas vou oferecer-lhes uma solução para este problema, para esse aspecto da questão: porque não se cria uma Ordem dos Jornalistas, como se criou uma Ordem dos Advogados? Dessa forma, o papel moralizador da censura passaria a ser desempenhado pelos próprios jornalistas e dentro da sua classe. Não lhe parece uma boa sugestão?»

Sugestão com que Alfredo Cunha (*id.: ibid.*) concorda, e que defende (desde logo pelos benefícios imanentes) com o seguinte argumentário -

> Efectivamente, nesta ascensão, grau a grau, na escala das categorias sociais, nesta conquista duma situação cada vez mais predominante, os

> jornalistas atingiriam o ponto culminante do prestígio, organizando-se em uma Ordem semelhante àquelas em que funcionam entre nós os grémios dos mais nobres misteres liberais. Porque tal instituto, no dizer de Georges Bourdon, significa honestidade, disciplina, fiscalização, virtude profissional.

- tendo, no entanto, a preocupação de não depreciar nem hostilizar o sindicato existente (*id.: ibid.*):

> Não quero com isto inculcar que o actual Sindicato não dará à classe uma orientação moralizadora e patriótica, mas sim que, por aquele modo, se irmanaria ela oficialmente - como já se irmana pela inteligência e pela cultura - com as classes de mais elevada hierarquia que também julgaram de vantagem organizar-se e funcionar por aquela forma.

Também Hugo Rocha (1946: 20), discreteando acerca do individualismo do jornalista e dos malefícios daí decorrentes -

> É por isso que as colectividades de profissionais da Imprensa […] não medram, em geral, nem conseguem vida fácil, desafogada e próspera. Rivalidades de opinião, emulações pessoais, desentendimentos de vária espécie, que me abstenho de enumerar, fazem com que o jornalista vote ao ostracismo, às vezes, os oficiais do seu ofício, despreze uma velha sentença da sabedoria das nações – a união faz a força – e dos humanos preceitos da camaradagem e, o que é mais e pior, chegue a esquecer-se de si mesmo…

-, defende a instituição de um organismo regulador da classe capaz de, solucionando as questiúnculas existentes, pacificar o ambiente, dando, deste modo, inestimável contributo para a sua prestigiação (1946: 45):

> Para que a defesa e o prestígio do jornalista profissional não sejam, apenas, vãs palavras, aqui junto o meu apelo aos de quantos têm proclamado a conveniência e a necessidade de se criar a Ordem dos Jornalistas […] ou um organismo em que, com a devida amplitude, se promova a dignificação da profissão jornalística e se lhe conceda o lugar especial a que tem jus numa sociedade moderna bem organizada.

Explanado que está o que se nos afigura constituir os tópicos fundamentais acerca do *modus vivendi* e do *modus operandi*, bem como dos problemas que preenchem o quotidiano do universo jornalístico - panorâmica em certos pontos estarrecedora, quiçá apocalíptica, convenhamos, e passível de transmitir a ideia de estarmos perante uma classe exautorada, eventualmente, ostracizada -, impõe-se, até por ser da mais elementar justiça, juntar alguns testemunhos que, pela pregnância que os imbui, não só desmitificam tal ilação como mostram o anverso da moeda. É o caso dos de:

> 1. Alfredo da Cunha (1941: 26-27) quando, discorrendo acerca dos repórteres, afirma: Os vitupérios de que Fialho de Almeida os cobriu em um número dos *Gatos,* […] só poderão ter cabimento quando aplicados às excepções. Porque a regra, felizmente, não é o repórter ser um consciente fabricante de mentirolas e um caluniador de ofício, nem é o entrevistador ser um *parvenu* sem educação nem inteligência. Em jornais portugueses encontram-se hoje desses colaboradores cultos e habilíssimos (…). [...]
> Cumpre portanto reconhecer, como se lê num dos Relatórios apresentados ao Congresso Internacional da Imprensa e subscrito por um dos mais notáveis jornalistas franceses daquele tempo - Albert Bataille - que essas *braves gens*, sem pretensões a pessoas de génio, «vivem dum trabalho honesto, assíduo, frequentemente difícil e, por vezes, perigoso, em que lhes sucede arriscarem a vida» (…).
>
> 2. Hugo Rocha (1946: 45), que, depois de realçar a pluralidade de utilizações (nobres ou flageladoras) que os jornalistas podem dar ao uso da pena, conclui serem "dignos de figurar entre os melhores, mais eficazes e mais úteis obreiros da civilização e da cultura, porque a sua profissão não é só um modo de vida, é, também, um apostolado."
>
> 3. Boavida Portugal (1948: 5): ao lado do director, os jornais portugueses contam com jornalistas do melhor temperamento, da mais sólida cultura, da mais cuidada formação. Estamos, felizmente, muito longe do tempo em que o jornalismo era a profissão dos falhados ou dos que nada eram capazes de fazer. Aquele jornalista boémio, desregrado, gingão, galhofeiro, que foi apontado como o

tipo da classe, desapareceu. Hoje, todas as redacções contam com profissionais preparados, muitos deles com cursos universitários ou especializações distintas, todos eles enamorados por esse ar estranho que se respira quando se vive do jornal e para o jornal.

6. Conjuntura jornalística

Ainda que não dotada de uma bibliografia específica, que, de forma explícita e exclusiva, verse a temática nela tratada, a rubrica ora introduzida esteia-se num número nada negligenciável de livros que, à semelhança do que aconteceu com alguns dos tópicos precedentes, se encontram diluídos pelo conjunto. O que, não constituindo surpresa – visto ser também a dispersão da bibliografia a tónica das restantes – se justifica, porque, tratando-se de uma rubrica que pela própria idiossincrasia participa de todas as outras, lhes é transversal, sempre que qualquer delas é disseccionada, as referências à conjuntura estão implícitas.

Destinada, prioritariamente, a fornecer-nos elementos caracterizadores e distintivos de um determinado lapso temporal em concreto, e do respectivo contexto epocal, a rubrica em apreço não gora os objectivos que presidiram à sua inclusão neste estudo: mais, graças à relevância de muitos dos dados que traz à colação (e de alguns dos já aduzidos), permite consolidar a ideia (que, aliás, documenta) de estarmos em presença de uma conjuntura *sui generis*, mesmo que pela negativa. De facto, como já foi realçado aquando da alusão à censura e a outras facetas menos ortodoxas, é, *lato sensu* considerado, um período em que não se descortinam acontecimentos merecedores de enaltecimento, um período que não prima pela existência de valores de ecuménica congratulação, que tampouco deixou saudades e que, precipuamente no âmbito da política, o imaginário colectivo rejeita (e exprobra) liminarmente, dadas as malfeitorias que lhe estão associadas.

Sem recorrer a clichés (por demais estafados) do cariz de "longa noite fascista" ou outros de igual teor é, no entanto, possível - mesmo cingindo-nos ao âmbito que nos interessa, o da Imprensa -, asseverar tratar-se de um tempo em que o País não fica bem no retrato, mormente pela ausência de liberdade de expressão, mas a que outros handicaps não tardaram a juntar-se e que, impantes (e impunemente), pontificaram: a cupidez desbragada, a avidez do lucro a todo o transe, a omnipresença,

nos jornais, de um patronato sem escrúpulos e a promiscuidade deste com políticos e outros sectores económicos.

É, no que ao primeiro e último destes aspectos concerne, o que de forma comezinha (um tanto prosaica, até), mas peremptória, garante João Paulo Freire (1934: 161):

> Não há em Portugal independência jornalística. Os jornais, todos os jornais, pela má compreensão do público, ou para respeitarem e defenderem interesses criados, vivem ilaqueados a compromissos de toda a ordem, cerceada a sua acção de análise e de crítica, amortecido o seu ímpeto de ataque ou de defesa. Os que lhe disserem o contrário disto, mentem com quantos dentes têm na boca.

Autor que não se coíbe de descer à casuística para corroborar o afirmado: sendo, à data, a Companhia dos caminhos-de-ferro, a dos eléctricos e a dos telefones consabidos potentados, não havia jornal que ousasse questionar os seus serviços - (Freire, 1934: 162): "Não há em Portugal um único jornal, um único que analise, critique ou aprecie o que se passa em matéria de caminhos de ferro." - excepto o que ele próprio dirigia (*Diário da Noite*), que assim se via compelido a ter de custear todos esses serviços (enquanto os restantes deles auferiam gratuitamente). Razão para o desabafo (*id.:* 162), "A independência jornalística é hoje uma treta, uma santíssima treta.", legitimado através da adução de exemplos esclarecedores (*id.:* 162-163): "Hoje o que vê você? Que o jornal A não ataca a moagem porque lhe pertence. Que o jornal B não ataca a pouca-vergonha dos adubos porque está enfeudado ao sr. Fulano. Que o jornal C não ataca a rua dos Capelistas, porque vive amparado pela finança."

Por culpa imputável a quem? De certo modo, ao leitor, segundo Freire (*id.:* 163): "Pouca gente, pouquíssima gente compreende e quer a independência de um jornal. Cada cidadão toma a palavra independência como sinónimo de dizer ou escrever o que lhe agrada a ele. E se assim não for, cai Tróia." Que, por isso, insiste (*id.:* 164): "Mas como pode haver tal independência, se os jornais, ou vivem ilaqueados pelo arame farpado dos seus interesses, ou alçapremados às suas dificuldades financeiras?", reiterando (*id.: ibid.*), ainda, que "A vida de um jornal pobre, é um calvário de suplícios.", para lançar (de novo aposta à expressão "A independência jornalística!"), mais uma interrogação retórica (*id.:* 165): "Mas como, se para que um jornal independente, independentemente

viva é necessário dinheiro, e dinheiro só existe cobrindo e defendendo interesses?!"

Reportando-se, porque arquetípico, ao caso de *A Capital* (que chegou a tirar 48.000 exemplares) – e acerca do qual comenta (*id.: ibid.*) "É assim, mas só assim, que se conseguem jornais livres e independentes." –, conclui, contundente: "O resto é laracha. […] O resto é o enfeudamento vil e traiçoeiro aos interesses vilíssimos do Cambão, da Alta Banca ou dos grandes monopólios."

Testemunho que encerra (*id.:*166-167) - aproveitando a resposta a alguém que o interpelara acerca dos motivos por que não escrevia todos os dias - passando, uma vez mais, a responsabilidade aos leitores (preferível seria dizer à sua escassez): "Isso não depende de mim. Depende desta pequenina coisa - o número de assinantes que me livre de mendigar todos os meses o dinheiro necessário para tapar um *deficit* que persiste, porque esse número de assinantes ainda não chegou à meta das nossas necessidades."

Do mesmo teor, isto é, outrossim negativo, porém irrefragavelmente imbuído de maior verrina, é o retrato traçado por Fernanda Reis (1943: 5-6), que, após assegurar ser "inegável" que "o jornalismo português, sem ter atingido a amplitude industrial alcançada pela Imprensa dos grandes países - sobretudo os Estados Unidos da América do Norte - não deixa, porém, de cair nos mesmos erros e de sofrer os mesmos defeitos.", razão bastante para António Sardinha haver classificado de "«industrialização da inteligência» a forma como está organizada a nossa Imprensa diária - aquela que mais interessa, quer pela sua influência em todas as camadas sociais, quer pela categoria dos seus recursos.", põe a ênfase na promiscuidade e na avidez antes referidas (*id.:* 6):

> Existe, sem dúvida, essa industrialização da inteligência, orientada, muitas vezes, por uma finalidade comercialista isenta de elevação e pouco propensa a transigir com tudo quanto não constitua interesse directo: aumento de tiragem e de venda, aumento de receitas. Para tanto, buscam-se todos os motivos susceptíveis de aguçar a curiosidade das multidões, transige-se até com as suas tendências muitas vezes erróneas e não é raro depararmos com largos espaços dedicados a assuntos de carácter obscuro tratados com um sentido oportunista sob o imperativo daquilo a que, em gíria das redacções, se chama «vender mais papel». Desta forma, atrofia-se progressivamente o sentido da verdadeira e nobre finalidade da Imprensa - divulgar cultura, informar com verdade e ponderação, esclarecer e orientar - para dar relevo a uma única preocu-

> pação: provocar a venda de maior número de exemplares e satisfazer a curiosidade, muitas vezes mórbida, dos leitores, e obter um aumento da publicidade comercial, que tende a crescer ou a diminuir de volume e de rendimento consoante um jornal tem maior ou menor tiragem. Daqui derivam desigualdades não raramente perigosas para o ambiente social e para a mentalidade colectiva (…).

Ilações que, segundo Fernanda Reis (1943: 6-7), não carecem de grande perscrutação dos dados disponíveis, antes decorrem de uma leitura de superfície, mesmo *à vol d'oiseau*, da panorâmica disponível:

> Se lançarmos os olhos, mesmo de relance, pela maioria dos nossos jornais, deparamos com uma desoladora falta de substância e uma alarmante abundância de matéria puramente especulativa, […]. Largos espaços absorvidos pelos serviços- quase todos tendenciosos - das agências telegráficas; notícias clamorosas sobre insignificâncias ou relativas a episódios provincianos de interesse restrito às camadas menos instruídas da população; correspondência destinada a ferir o sentimento ou os nervos de quem ler, reportagens de estilo fútil […] que só de longe em longe focam um assunto palpitante, um tema de projecção, um motivo elevado e digno.

Cenário tão apocalíptico quanto o descrito não deixará, por certo, de ter um responsável directo, cuja identificação a autora (ela própria jornalista, pormenor nada despiciendo), questiona (*id.:* 7) - "Defeito dos jornalistas - daqueles que queimam os olhos, os nervos, a vida, ao serviço de uma profissão que tudo lhes reclama e pouquíssimo lhes concede?" - disso eximindo liminarmente os colegas (*et pour cause,* eximindo-se também): "Não […]! Os jornalistas portugueses são pundonorosos e dignos. Em competição com grandes jornalistas estrangeiros - como na guerra de Espanha - marcaram brilhantemente a sua posição e demonstraram até admirável coragem (…)." Acrescentando, inclusive: "Nas redacções […] que Mestre Agostinho de Campos já classificou como sendo «catacumbas de talentos assassinados pelo mercantilismo do papel impresso», há gente moça ou encanecida desejosa de […] estudar e escrever sobre os problemas da Grei!". O que acontece, aduz em abono deles (e seu), é (*id.:* 7-8):

> Simplesmente, a industrialização impõe-lhes uma actividade quase totalmente oposta e veda-lhes o acesso às culminâncias que eles desejariam atingir! É que […] o jornalista português está na maioria dos casos,

> submetido a um regime de amanuense tristonho, que lhes atrofia o espírito de iniciativa, que lhes mata as criações da imaginação, que os cinge num abraço paralisador e os lança para um indiferentismo apático de burocracia morna e neurastenizante. O jornalista das redacções não escreve o que sente e o que pensa. Não pode fazê-lo. Não lho consentem. Tem de escrever e traduzir - muitas vezes contrariado - aquilo que os donos da empresa industrial querem exprimir ou julgam pensar. Esta a dolorosa verdade! Muitos dos nossos jornais - dada a feição puramente industrial dos seus proprietários - são, acima de tudo, órgãos de uma empresa, de um grupo de homens ou de um homem. Só depois buscam ser órgãos de um pensamento ou de um objectivo colectivo. Quer dizer, o seu horizonte é limitado, estreito, em função das acanhadas intenções particularistas que presidem à sua publicação. E a essas intenções comerciais adicionam-se ainda, normalmente, os resultados de amizades ou inimizades pessoais, mediante o que se exalta ou se condena uma atitude ou uma iniciativa, um trabalho literário […]. Eis outra amarga verdade!

Verdades ("irritadas e irritantes") que justificam introduzir aqui um brevíssimo parêntesis, apenas para sublinhar ser a omnipresença (asfixiante e) castradora dos "patrões" dos jornais uma referência recorrente na maioria dos teorizadores visitados, como, *verbi gratia*, Monsaraz (1946: 54-55), que assevera:

> Lembremo-nos […] que os gigantes da Imprensa se encontram todos, ou quase todos, entre as mãos de importantes empresas capitalistas. As suas páginas são, quantas vezes, simples emanações dos altos potentados da Finança, meros reflexos gráficos dos seus interesses.

Fechado o parêntesis, retomemos as razões de Fernanda Reis, que, situando a questão numa problemática muito mais ampla - a da criação de uma nova modalidade de jornalismo (o colonial), na qual está empenhada - , a levam a concluir (*id.:* 8): "Temos, pois, de compreender - fazendo justiça - que a organização da nossa Imprensa explica - só por si - a deplorável ausência de um jornalismo colonial na Metrópole.", inferência que, por seu turno, lhe permite introduzir novo e diferente prisma de observação: o da comprovada ignorância de alguns membros da classe, acrescido do pendor para o sensacionalismo a que não está imune.

Descendo à casuística, necessária para clarificar o afirmado, Fernanda Reis (1943: 10) conta que:

> O correspondente do jornal no Ambrizete enviara um telegrama nos seguintes termos: «Autoridades vão empreender campanha tendente defender população malefícios «tsé-tsé» *ponto* Chegará breve brigada sanitária».
> Pois bem: Este telegrama foi *traduzido* e publicado com a seguinte redacção:
> AMBRIZETE, tantos de tal. - As autoridades estão alarmadas com as ferozes manadas de «tsé-tsé» que atacam as populações indígenas. Os ferozes animais, cujos malefícios atingem sérias proporções, vão ser combatidos com energia. Está prestes a chegar aqui uma brigada de experimentados caçadores que, a expensas do Estado, vão proceder a batidas nos matagais até exterminar as terríveis manadas de feras».

O que a leva a questionar-se (*id.: ibid.*) acerca das repercussões, no local, de tão deplorável quiproquó (que, com indisfarçável gáudio, relata) - "Pergunto a mim própria […] que teria pensado a população de Ambrizete, ao ver a mosca transmissora da doença do sono metamorfoseada em «fera» e ao saber que «manadas» de moscas iam ser abatidas a tiro por uma brigada de «experimentados caçadores»…" -, deslize (e risível ridículo, convenhamos) que atribui (*id.: ibid.*) à desmedida "tendência para o «sensacional», bem evidente da adulteração do texto do telegrama.": "Onde aparecia no telegrama a justificação para este exagero? É evidente que se recorreu à imaginação, para atingir o sensacional, mas que a fantasia atraiçoada pela ignorância conduziu ao «esplêndido» resultado que vimos…".

Ilação que aproveita para, com inaudita causticidade - mesmo que sob angélica aparência (1943: 12): "Não vem ao caso apreciar se certos sectores da nossa grande Imprensa merecem ser considerados úteis ou perniciosos." -, questionar inclusive a justeza de "Um diploma legislativo [que] considera o jornalismo «função de utilidade pública»."

De todo em todo diferente dos precedentes é o testemunho de Costa Sacadura (1945: 4), que, aliando a circunstância de, à época, se publicarem "no Porto 2 periódicos médicos «Portugal Médico» e «Jornal do Médico»" à de (*id.:* 5) estar "averiguado ter sido o primeiro jornal médico português o «Zodíaco Lusitano», aparecido em Janeiro de 1749 […] da iniciativa de Manuel Gomes de Lima ou Manuel Gomes de Lima Bezerra, médico nortenho, exercendo a sua actividade no Porto.", sublinha poder "pois o Porto ufanar-se de ser o berço do jornalismo médico português, e do seu fundador ser um homem do Norte."

Reportando-se, de início (*id.:* 9), ao citado clínico, de cuja "acção,

intervenção e produção" em diversas Academias resultou inexcedível dinamismo, enaltece, através da sua actuação, a proficuidade do jornalismo médico português. Comprovável, desde logo (1945: 12), no Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa - "esse grande repositório da nossa melhor produção científica." - que regista e arquiva ainda hoje documentos que permitem confirmar como (*id.: ibid.*) os poderes públicos se guiaram por campanhas levantadas nas suas colunas em benefício do país e da humanidade. É que esse jornal […] por mais de uma vez se impôs a Governos, prestigiando a classe médica, como também, por mais de uma vez, levou Governos a consultar a secular Sociedade e a acatar e respeitar seus conselhos.

Dispensando-se, por isso, de acrescentar mais citações (*id.:* 14), "para mais fazer brilhar, desse nosso jornalismo, a sua faceta puramente científica", Costa Sacadura (*id.: ibid.*) limita-se a assinalar "Mostrei já como esse jornalismo soube e pôde orientar Governos a contribuir largamente para benefícios do país, fomentando medidas no capítulo assistencial, epidemiológico, sanitário, etc.", para recordar como "Muitas campanhas e polémicas de jornais médicos têm sido, pois, em Portugal, bem construtivas." (de que os exemplos das maternidades Júlio Dinis e Alfredo da Costa, que aduz, são paradigmáticos).

Acontece, no entanto, que, a par de tão prolífica e profícua produção como a das campanhas referidas, a classe médica teve ainda tempo (e ensejo) para, mostrando uma diferente faceta do jornalismo médico português, se embrenhar noutras que, nas palavras de Costa Sacadura (1945: 14), "bem inúteis […] e desairosas foram."

De facto, seja, como diz o autor (*id.: ibid.*), devido ao "irrequietismo que nos anda no sangue, à irreverência que impulsiona a nossa juventude", ou a causas menos confessáveis, a verdade é que algo fez com que não raro "o jornalismo médico perdesse a compostura necessária à sua missão e enveredasse pelos trilhos ínvios da polémica desbragada e violenta.", consubstanciada (*id.:* 15) em "pugnas" em que "nem sempre a linguagem dos médicos foi de pureza e de delicadeza". No essencial, porque "Nessas polémicas esqueciam-se os preceitos da deontologia profissional que impõem o dever de todo o médico respeitar os seus colegas (…)". O que, ao não ser observado, colidia, inclusive, com o preconizado por Grasset no Congresso de Medicina Profissional de Paris, em 1900, que (*id.: ibid.*) "afirmava que o médico maldizente de um colega seu e procedendo incorrectamente para com ele fará acreditar

que os próprios médicos formam um conceito medíocre uns dos outros e se tornará assim cúmplice, mais ou menos inconsciente, dos que se empenham em rebaixar e desacreditar a profissão médica (…)". Faceta polemística do jornalismo médico que daria ensejo a uma série de comentários para os quais não é este o local indicado.

Ainda segundo Costa Sacadura (1945: 16), não menos "violentíssimas e acaloradas [foram] as polémicas que houve no século XVIII, especialmente entre médicos e cirurgiões.", mormente "por via da distinção" entre ambas as categorias, e no decorrer das quais (*id.:* 17) "publicaram-se curiosíssimos folhetos anónimos […] em que os bravios contendores trocam, entre si, os maiores impropérios." Encarniçadas polémicas de que resultou (*id.:* 17), "Ainda como reflexo de tais lutas, em 1780 despedir-se de nós a Medicina" (numa carta com um título assaz jocoso), ideia aproveitada e seguida pela concorrente: "Mas não lhe ficou atrás a cirurgia, que em 1781, veio com o seguinte folheto:" - em que se discutia qual a mais antiga, se a medicina se a cirurgia – tendo ainda aparecido depois outros folhetos (anónimos).

E a clivagem foi tão intensa que Costa Sacadura (*id.:* 18) se permite assegurar: "Não houve, por assim dizer, jornal médico, até hoje, que não tenha abrigado, nas suas páginas contendas e polémicas de médicos contra médicos." Razão por que se abstém da respectiva enumeração (*id.: 19*): "Mas seria longa e fastidiosa a citação de tantas campanhas, mais ou menos violentas, mais ou menos humorísticas, mais ou menos pitorescas." - algumas das quais chegavam, inclusive, a propor a extinção das Faculdades de Medicina do Porto e Coimbra (ficava só a de Lisboa), enquanto outras insistiam em questionar os graus académicos, destarte perpetuando a conflitualidade ("E houve sempre atritos, rivalidades contidas ou exteriorizadas entre os três centros de ensino médico, Porto, Coimbra e Lisboa") entre estes "vultos eminentes" que não hesitavam em (nem se coibiam de) se insultar, "e em jornais médicos, em termos soezes."

Como nota final, que se nos afigura precipuamente destinada a salvaguardar a imagem da classe, a enfatizar a sua "seiva intelectual", Costa Sacadura (1945: 20) aduz "outra faceta, prova de cultura médica específica e geral - é também a vastíssima bibliografia, de que jornais médicos dão copioso e valioso registo."

Em suma: não obstante o enfoque haver sido posto, nesta rubrica, em escasso número de ângulos de abordagem - um dos quais, o jornalismo

médico, um tanto *ad laetere*, mas plenamente justificado dada a pujança pelo mesmo atingida neste período - , cremos respaldarem estes, *de per si*, a ideia de se tratar de uma conjuntura pouco dignificante, em que nem os membros de uma ilustre classe como a médica, supostamente arquetípica, se coibiram de deblaterar uns com os outros. Poderíamos, atinente as especificidades do período em apreço (1926-1958), achar mais pregnante ilustração para as imputações de João Paulo Freire, Fernanda Reis, Monsaraz, Costa Sacadura e de tantos outros, que várias das máximas com que o povo, na sua imensa sageza, as exprime (designadamente "casa onde não há pão…")? Cremos que não.

7. Conclusão

Terminada a análise a que ao longo deste capítulo procedemos, afigura-se-nos resultar cristalino, ser facilmente inferível do exposto estarmos perante um período *sui generis* (como logo na introdução o designámos, denominação confirmada, portanto), mormente devido aos condicionalismos decorrentes da omnipresença (como se de um espectro se tratasse) de um regime do cariz do então vigente, com o cortejo de nefastas repercussões dele emanantes e reflexos nos mais diversos domínios.

Período que, a despeito das limitações oportunamente referenciadas, evidencia imensos aspectos dignos de realce, ostenta ainda bolsas de inquestionável interesse em todos os parâmetros sobre os quais incidiu a disquisição de que foi alvo no presente estudo. As principais das quais são, em breve sinopse e seguindo a ordem por que foram apresentadas as rubricas:

> 1. A percepção de quão imperiosa é a existência de um mínimo de regulamentação da prática profissional, *ab initio* denunciada pela presença de tão vasta bibliografia referente a este parâmetro. Regulamentação que, por incipiente que fosse, continha já as normativas essenciais a observar com vista à promoção e dignificação da profissão e em que se insistia já no que devem ser as principais preocupações norteadoras do seu exercício, entre as quais merecem lugar de destaque as relacionadas com a linguagem e a consecução do rigor expressivo.

De salientar, ainda, serem, entre muitos outros teorizadores, os próprios jornalistas a debruçar-se sobre o tema e a evidenciar estas e outras preocupações (como as implicações do individualismo), sendo, inclusive, um deles a propor um decálogo dos deveres dos profissionais da classe.

2. Irrefragavelmente a mais bem documentada – apesar de nem todos os livros nela referenciados terem idêntica pertinência, já que muitos não excedem a dimensão "paroquial" -, ubertosa de contributos de assinalável candência, e aos mais diversos níveis, esta rubrica é a de inconcutível maior proficuidade. A profusão de dados relevantes carreados - tantos que houve necessidade de subdividir as fontes, separando dos restantes os livros de âmbito pessoal, local ou sectorial -, imprescindíveis para a compreensão (e, se necessário, reconstituição) de um período que, não obstante "pouco recomendável" (pelos motivos já aduzidos), importa conhecer na essência e em cujo âmago se deve penetrar para a cabal intelecção de muito do que hoje acontece, torna esse anelo de fácil consecução através dos elementos aqui coligidos. Da questão de saber, qual, verdadeiramente, o primeiro periódico português (que dirime com profundidade), passando pela do historial da imprensa (em que não é omitido nenhum dos periódicos à data publicados), são irrefragáveis os contributos tendentes à clarificação de um período cujos contornos não são totalmente perspícuos.

3. É sintomático que seja esta a rubrica com menos bibliografia disponível, *et pour cause*, a que menor número de testemunhos permite recolher, o que é, *de per si*, assazmente esclarecedor dos malefícios do regime político vigente à data, de que a ausência de liberdade é apanágio e o medo imperante (e generalizado) corolário. Testemunhos (metade dos quais provenientes da direita) que, no essencial, se cingem a modestos contributos para o historial da censura, de que apenas um explica em pormenor o funcionamento (ridicularizando os seus executantes, tal como a capacidade de adaptação dos mais novos a semelhante prática).

4. Rubrica quase exclusivamente centrada na "magna" questão de saber se o jornalista "nasce feito" ou "faz-se" - que, apesar da ampla

consensualidade em torno da primeira hipótese, a prevalecente e quase hegemónica, permanece inconclusiva, a nosso ver, não por força das opiniões "desalinhadas" mas por ser demasiado pífia a argumentação invocada - o que acaba por tornar subseciva outra questão mais pertinente: a do ensino do jornalismo. Em relação à qual pontificam duas correntes: uma que preconiza o premente e improtelável imperativo da criação deste ensino a nível superior, opção que sustenta através de argumentos de um pragmatismo convincente e recorrendo, inclusive, ao exemplo do que por toda a parte já se faz, e que documenta profusamente; e a outra, mais renitente, que, assente na suposta preexistência da propensão idiossincrásica, defende que esse dom ingénito apenas carece de ser aperfeiçoado, para o que a prática na redacção é suficiente.

5. Demonstra aguda percepção da importância dos jornais na informação/formação da opinião pública e do povo, e no aumento do nível cultural deste, que, quanto mais culto e mais civilizado mais se interessará por problemas de nível superior e, consequentemente, mais tenderá a desligar-se das questiúnculas e intrigas inerentes aos espíritos tacanhos. Outrossim enfatizada é a necessidade de lançamento de jornais que acudam aos legítimos anseios de ascensão do espírito público e, *en passant*, a do combate aos maus jornais, a "ralé da imprensa" (cujos riscos são enunciados).

6. Exaustiva enumeração das angústias que, a diversos níveis, excruciam o quotidiano dos jornalistas, trabalhadores de uma profissão peculiar porque, insinuam, demasiado absorvente (quase não permite vida pessoal nem familiar, daí a recorrente comparação com o sacerdócio), perigosa (comporta imensos riscos e de vária índole), ingrata (não era objecto da "devida" consideração social, os seus profissionais eram mais temidos do que respeitados) *et maxime*, mal remunerada. Lamentos pigmentados por relatos de actuações exemplares, mas também de outras, menos ortodoxas, que constituem o dia-a-dia das redacções (rivalidades pessoais, histórias mais ou menos pícaras e o promíscuo relacionamento com os políticos).

> 7. Com os patrões (donos e directores) dos jornais vinculados a compromissos de vária índole - o que, propiciando o compadrio, impede a abordagem de certos assuntos endogenamente merecedores de escrutínio, denuncia e exprobração pública - e os jornalistas enfeudados a interesses pouco perspícuos, que, empecendo a crítica abolem a mínima veleidade de independência jornalística, está criado um caldo de cultura pouco salutar (de que o povo tem nítida percepção e, por isso, descrê no que lê), reflexo, aliás, de um ambiente quezilento, de clivagens várias (em que pontificam a social e a política).

Ambiente de que o espectro da censura – omnipresente e inviabilizador, *à outrance,* da liberdade de expressão – vem a constituir o fermento, daí resultando uma conjuntura nada auspiciosa. Ao que acresce a inexistência de acontecimentos verdadeiramente merecedores de enaltecimento. Redundando tudo num contexto epocal (de conflitos, descrença e desconfiança) que afasta os leitores, destarte dando origem a outro problema: o da regressão das tiragens e, consequentemente, da subsistência dos jornais.

Sintetizando tudo o atrás dito, é possível asseverar, em jeito de conclusão das conclusões, serem facilmente identificáveis algumas linhas de força no antes disquisicionado, precipuamente nos autores (também jornalistas) mais representativos, linhas essas que de tão recorrentes (*quase ad nauseam*) configuram genuínas obsessões destes:

> - a comparação (quando não inclusão nelas) da sua com as profissões liberais – e, numa tentativa (desesperada?) de lhe conferir credibilidade, e, ainda, de a imbuir de uma aura de prestígio, de respeitabilidade (que, de facto, não tem), com o sacerdócio – e a circunstância de ser mal remunerada;
>
> - a promiscuidade relacional com os políticos, a quem se prestam a servir, mas relativamente aos quais usam de uma causticidade inimaginável (embora, paradoxalmente (ou talvez não), muitos deles acabem por enveredar (acreditamos que, de forma altruísta, com pesados custos pessoais…) pela carreira política, pela assunção de pastas ministeriais).

- a postura em relação à aquisição do *savoir faire* para o exercício profissional, na qual pontificam duas correntes: a que privilegia a prática na redacção e a que preconiza o ensino em escolas especializadas.

- e, por último, tópico que nos apraz particularmente registar, a preocupação evidenciada com a consecução do rigor expressivo e a ênfase no estilo da escrita (que, por não terem paralelo com o *statu quo*, são apodixe de quanto se regrediu neste domínio).

CAPÍTULO 5

A teorização do jornalismo em Portugal: Estado Novo - 2ª parte (de Junho de 1958 a Abril de 1974)

Jorge Pedro Sousa, Ricardo Jorge Pinto, Eduardo Zilles Borba, Nair Silva e Patrícia Teixeira.

O período entre 1958 e 1974 na história portuguesa é marcado, a montante, pela campanha eleitoral de Humberto Delgado, talvez o maior desafio de sempre a Salazar e à ordem política ditatorial do Estado Novo, e, a jusante, pela revolução de Abril de 1974. A periodização aqui tecida é, portanto, de natureza política e não de natureza jornalística. Não é objectivo dos autores estabelecer uma periodização da história do jornalismo português[1] nem sequer da história da teorização do jornalismo em Portugal.

O período entre 1958 e 1974 foi um tempo de transformações. O regime corporativo do Estado Novo dava os últimos passos, bem assinalados pela morte de Salazar e pela ascensão de Marcelo Caetano ao cargo de presidente do Conselho de Ministros (equivalente ao cargo de primeiro-ministro). O país envolveu-se numa guerra colonial, nas universidades grassava a agitação, a emigração atingiu números nunca vistos, mas a economia prosperou, devido a factores como, entre outros: a integração do país na EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre; as remessas de dinheiro dos emigrantes; e a instalação de empresas estrangeiras em Portugal, que, embora atraídas pelos baixos salários,

[1] Há várias propostas para a periodização do jornalismo em Portugal no século XX. Tengarrinha (1989: 17) sustenta que o jornalismo nesse século pode todo ele ser inserido na fase de organização industrial da imprensa. Adriano Duarte Rodrigues (1999: 73) sugere que o Estado Novo marca um período específico do jornalismo em Portugal, no que é acompanhado por Matos e Lemos (2006: 30).

introduziram no país regras e rotinas de trabalho contemporâneas. O Governo marcelista pôde, inclusivamente, desenvolver os primeiros mecanismos relevantes de um estado social de matriz europeia. Ocorreu um arejamento das mentalidades, provocada por factores como os progressos na educação, a urbanização, o turismo estrangeiro, a emigração, a intervenção cultural da Fundação Calouste Gulbenkian e a politização de vários sectores da sociedade portuguesa. Muitos hábitos mudaram, sinal dos novos tempos. Mas os sinais de abertura política do regime que pareciam existir no início do consulado de Marcelo Caetano rapidamente se esfumaram e se transformaram em frustração.

Diga-se que, na verdade, Caetano actuou num palco social em que a politização era crescente e em que a mudança de regime se adivinhava. Graças às novas dinâmicas sociais, o recrudescimento do interesse pela política acompanhou uma renovação das mundividências e mundivivências dos portugueses. Às eleições legislativas de 1969, embora sabendo de antemão que o jogo eleitoral estava viciado à partida, concorreram listas alternativas às da União Nacional, casos da CEUD, que agrupava socialistas e monárquicos democratas, da CEM, exclusivamente monárquica, e da CDE, que aglomerava marxistas, maoistas e outros esquerdistas, incluindo alguns dos chamados católicos progressistas.

Compreendendo a crescente politização da sociedade portuguesa, o próprio Marcelo Caetano, não só reflectiu, conforme se verá, sobre a influência da comunicação social na sociedade, como também propiciou ao seu Governo uma atitude comunicacional pró-activa, de que o principal exemplo são as suas célebres *Conversas em Família,* programa televisivo que teve 16 emissões, entre 8 de Janeiro de 1969 e 28 de Março de 1974[2], e que serviu para o líder do Governo dar conta à população daquilo que o seu Governo estava a fazer e comentar a conjuntura. Além disso, o Governo marcelista também mobilizou os jornalistas para os mais variados eventos e conferências de imprensa, o que fez recrudescer o interesse pelo jornalismo político.

A eleição dos parlamentares da Ala Liberal para a Assembleia Nacional, em 1969, também contribuiu para intensificar o reencontro do jornalismo português com a política, perdido após o colapso da I República.

[2] No último programa, usou-se pela primeira vez o teleponto na televisão portuguesa. Foi um programa triste em que o presidente do Conselho, a propósito de uma sublevação militar nas Caldas da Rainha, antecedente do 25 de Abril, se queixava do "mundo selvagem".

Mais próximos dos jornalistas e adeptos da democratização do regime e da liberdade de imprensa, os deputados da Ala Liberal – entre os quais Sá Carneiro e Pinto Balsemão[3] – obtiveram visibilidade para as suas propostas graças à comunicação social.

No jornalismo, o período entre 1958 e 1974 também foi de transformações. Se por um lado se assistiu à emergência do jornalismo político, por outro também se verificaram extraordinários progressos ao nível da profissionalização da actividade jornalística. Esta abandonou, na quase totalidade, a sua característica de "ocupação" ou "ofício" para ir assumindo a condição de *profissão liberal* (Correia e Baptista, 2006; 2010; Sobreira, 2003), embora, valha a verdade, esse processo não tenha sido nem fruto do momento (antes foi o resultado de uma germinação consolidada ao longo da história) nem isento de tensões.

Tal como dão conta os factos históricos conhecidos e investigações como as de Correia e Baptista (2006; 2010), baseadas em entrevistas com jornalistas portugueses que exerceram a sua actividade nos anos sessenta e início dos setenta, ou a de Sobreira (2003), ancorada, principalmente, em fontes documentais, entre 1958 e 1974 diminuiu a atitude servil dos jornalistas em relação aos políticos do Estado Novo, o Sindicato Nacional dos Jornalistas assumiu um protagonismo inaudito, lutou-se pela liberdade de imprensa e pela instituição de cursos superiores de Jornalismo[4], desafiaram-se os condicionalismos económicos com imaginação e diminuiu o carácter improvisado e "desenrascado" da actuação dos jornalistas, em favor de uma atitude mais técnica e rotinizada, mais "profissional", mais ajustada ao ambiente de mudança que se fazia sentir, inclusive no que respeita à introdução de novas tecnologias[5]. A mudança nas práticas profissionais na "grande imprensa" pode ter conduzido, porém, a uma hipotética cristalização dos procedimentos e das fórmulas narrativas que então começaram a usar-se para dar conta "do que há de novo", em eventual prejuízo de uma eventual maior latitude estilística e retórica que possa ter existido até aí.

[3] Ambos vieram a exercer o cargo de primeiro-ministro após a queda do regime.

[4] Ver abaixo, por exemplo, as referências aos projectos do Sindicato Nacional dos Jornalistas sobre a Lei de Imprensa e sobre a instituição de um curso superior de Jornalismo no país.

[5] Foi o tempo da modernização das redacções, da introdução massiva das máquinas de escrever, dos gravadores, dos telexes, da generalização do recurso ao telefone, até aí parcamente usado. Foi também o tempo da introdução do offset.

Em 1971, começou a funcionar a Escola Superior de Meios de Comunicação Social, estabelecimento de ensino privado lançado pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (primeira instituição portuguesa de ensino superior privado, fundada em 1962), um efémero um curso de Jornalismo com três anos de duração, extinto após a Revolução de 1974. Um sinal de que, em Portugal, se começava a ver com outros olhos o Jornalismo, cada vez mais perto da sua plena aceitação universitária.

As redacções também se recompuseram nos anos sessenta, apesar dos constrangimentos económicos obrigarem muitos jornalistas a acumularem empregos – nem sempre relacionados com o jornalismo. Seguindo os pioneiros trabalhos dos já citados Correia e Baptista (2006; 2010) e Sobreira (2003), ingressaram no jornalismo jovens mais qualificados e politizados do que a geração precedente, incluindo várias mulheres, propiciando a adopção relativamente consensual de valores e práticas profissionais mais actuais, em especial nos novos projectos jornalísticos que nessa altura viram a luz do dia (casos, por exemplo, do *Diário de Lisboa e do Diário Popular*). Por seu turno, a emergência do profissionalismo jornalístico em Portugal incrementou a autonomia deste campo profissional, alicerçando-a em valores comuns, regras e deveres, mas também na pugna por direitos, incluindo, obviamente, o direito à liberdade de pensamento e de expressão desse pensamento através da imprensa. Assim, no estertor do Estado Novo, os "novos" valores profissionais dos jornalistas portugueses geraram uma tensão permanente entre estes e as autoridades da ditadura.

Diga-se, no entanto, que apesar da tentativa de reforço do controlo sobre a comunicação social e a sociedade exercida pelo Governo de Marcelo Caetano após 1971, pondo fim à Primavera Marcelista, a profusão de meios de comunicação social tornou difícil a acção dos serviços de "Exame Prévio", eufemismo para a designação dos serviços de censura. Na imprensa escrita, e também na rádio, projectos jornalísticos diferenciados, com linhas editoriais politicamente matizadas, eram oferecidos aos públicos, que certamente escolhiam aqueles com os quais mais se identificavam. A televisão, cujas emissões regulares, em Portugal, começaram em 1957, foi pouco inovadora: às notícias lidas por um locutor seguiam-se alguns apontamentos de reportagem audiovisual, que copiavam o estilo das "Actualidades" cinematográficas.

O Rádio Clube Português foi a primeira emissora de rádio a criar

uma redacção, em 1957. Essa rádio inovou os noticiários, abandonando a prática até aí comum de se circunscreverem os radiojornais à leitura de resumos ou transcrições das notícias da imprensa. Os radiojornais do RCP passaram a ser elaborados por jornalistas de rádio, que adaptavam a linguagem jornalística às especificidades "orais" do meio.

Por seu turno, jornais como o *Diário Popular,* o *Diário de Lisboa* e o efémero *Diário Ilustrado* e revistas como *O Século Ilustrado*, a *Flama* e a *Vida Mundial* renovaram o panorama da imprensa. O *Expresso*, surgido em 1973, pela mão de Pinto Balsemão, será, possivelmente, um excelente exemplo do dinamismo empresarial no campo do jornalismo impresso e da aparição de novos títulos no final do Estado Novo. Outros jornais, porém, ficaram pelo caminho, porque, embora dificultada, a censura não deixava de agir. O semanário *Actividades Económicas,* fundado, em 1973, pelo grupo Torralta, para competir com o *Expresso*, foi sucessivamente boicotado pela censura, o que não é de admirar, dados os temas que procurou tratar (o primeiro número, por exemplo, seria sobre a carestia de vida e logo na primeira página a manchete era "Vida Cara"). Assim, apesar de ter a redacção em plena laboração e de ter lançado uma campanha de publicidade para anunciar a sua saída, o jornal apenas produziu números zero e acabou por ser encerrado. Foi um exemplo concreto de como a censura emperrava o dinamismo da sociedade civil e do jornalismo e prejudicava a própria economia.

1. A teorização sobre a liberdade de imprensa

A teorização do jornalismo em Portugal entre 1958 e 1974 reflectiu as condições da época em que foi produzida. Nomeadamente, ao cercear a liberdade de imprensa, a ditadura detonou nos meios jornalísticos (e não só) uma grande preocupação pela expressão do pensamento e pela transmissão de informações através da palavra pública. Alguma da discussão sobre liberdade de imprensa foi enquadrada numa reflexão sobre os efeitos sociais do jornalismo, em particular sobre os efeitos do jornalismo sobre a opinião pública.

Parte significativa da produção intelectual produzida sobre liberdade de imprensa em Portugal teve contornos *jurídicos e sociológicos.* Brochado (1960), Matos e Lemos (1964), Moura, Neves, Fernandes e Zenha (1968), Neves (1968), Azevedo (1969), Rêgo (1969; 1974),

Borges Coutinho (1969), Araújo (1969), Carvalho e Cardoso (1971), Osório (1971), Vasconcelos (1972), Carvalho (1973), Magalhães Godinho, (1971 e 1974), Silva e Sousa (1974) e Ventura (1974) teceram considerações jurídicas e de outra natureza sobre os regimes legais da imprensa em Portugal e noutros países, procuraram definir, justificar ou criticar a liberdade de imprensa e a censura, historiografaram os regimes legais a que a imprensa foi sujeita em Portugal e ainda tentaram discutir as imposições jurídicas e as implicações sociais das sucessivas leis que regularam o jornalismo português. Em certos casos, a intenção "pedagógica" e descritiva é notória (por exemplo, Gonçalves, 1965a); noutros casos, é essencialmente a preocupação com as consequências da censura que transparece (por exemplo: Silva, 1968). Entre todos esses trabalhos, talvez seja de destacar o livro de Alberto Arons de Carvalho e de Monteiro Cardoso (1971) intitulado *Da Liberdade de Imprensa*, pois trata-se de uma ampla (630 páginas!) exposição comparada e objectiva de diversos regimes jurídicos do jornalismo então existentes no mundo (França, como exemplo das democracias políticas; regimes socialistas; regimes autoritários – Espanha, Grécia e Brasil; Portugal), acompanhada pela descrição dos sistemas políticos que os sustentavam. No livro, os autores defendem "a defesa do direito dos povos a serem informados e a discutirem livremente" (Carvalho e Cardoso, 1971: 9).

Uma variante nos trabalhos sobre liberdade de imprensa é a compilação, anotada ou não, de legislação (Gonçalves, 1965a; Prazeres, 1971; Prazeres, 1972).

Recorde-se, a propósito, que Salazar (*cit. in* Cunha, 1941: 37) justificava assim a censura à imprensa:

> "O jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Compreendo que essa fiscalização irrite os jornalistas, porque não é feita por eles, porque se entrega esse policiamento à censura, que também pode ser apaixonada, por ser humana, que significará sempre, para quem escreve, opressão e despotismo."

Alguns dos escritos sobre liberdade de imprensa resultaram das intervenções sindicais nos debates sobre a legislação reguladora do jornalismo (Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1971a; Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1971b), até porque, de certa forma, os jornalistas tendem a valorizar "intuitivamente" a liberdade de expressão, já que "exprimirem-se" é a sua principal ferramenta. Existe, também, uma compilação

interpretada das discussões parlamentares acerca da liberdade de imprensa no primeiro parlamento português (Dias, 1966).

De realçar que José Júlio Gonçalves (1972c) cruzou a historiografia com o direito e a sociologia para analisar a forma como o desenvolvimento da imprensa portuguesa foi constrangido pelos diferentes instrumentos jurídicos de regulação da actividade jornalística, entre outros factores, pelo que, necessariamente, abordou as questões da censura e da liberdade de imprensa enquanto, respectivamente, travadora e promotora do desenvolvimento do jornalismo.

1.1 Mário Matos e Lemos (1964): a abordagem jurídico-filosófica da liberdade de imprensa

No ensaio *Liberdade de Imprensa em Portugal*, Mário Matos e Lemos (1964) começa por relembrar que a imprensa periódica "nasceu num meio político e social – e consequentemente jurídico – onde a liberdade de expressão não era possível". Por isso, salienta o autor, a censura à imprensa aparece codificada desde o século XVI. A censura só foi abolida pela primeira vez no final do século XVII, em Inglaterra, relembra o autor, graças à Revolução de 1688, "que fez triunfar a ideia de que as instituições políticas e sociais – como Hobbes o sugerira – só se justificam na medida em que protegem os interesses e garantem os direitos individuais". Mário Matos e Lemos (1964: 8) cita, igualmente, John Locke, filósofo político para quem "não há felicidade sem garantias políticas e toda a política deve tender a dar felicidade". Assim, diz o autor, gradualmente, os Estados liberais ocidentais foram admitindo a liberdade de expressão e de imprensa. Porém, estas liberdades foram suprimidas "de cada vez que a concepção de Estado não se fundava" nos princípios liberais, casos do comunismo, do fascismo e do nazismo.

Em directa oposição às ideias liberais, o direito marxista, salienta Matos e Lemos (1964: 9-11), não reconhece os valores inerentes à personalidade humana, vistos como "simples conceitos de classe" e "manifestações de privilégio da classe capitalista" de que o operariado não beneficia. Os teóricos comunistas, relembra o autor, procuram explicar que, na realidade, a imprensa nos países capitalistas é dominada pelo capital, pelo que o operariado não lhe tem acesso. Nesse sentido, para os teóricos comunistas não existiria real liberdade de imprensa nas

democracias liberais. Similarmente, nos estados comunistas não existiria liberdade de imprensa para os "capitalistas derrotados pela revolução".

Para Matos e Lemos (1964: 11-13), o direito fascista nega, igualmente, aos indivíduos a prossecução dos seus interesses particulares, pois o indivíduo, diluído no Estado, não seria mais do que o meio e não o fim da sociedade. Na concepção fascista, só o Estado é livre e é a ele que compete criar a nação, dando ao povo consciência e vontade unas. A liberdade individual e, consequentemente, a liberdade de imprensa têm, assim, pouco valor para o Estado fascista, totalitário. A imprensa no estado fascista é vista como um "serviço público", devendo, portanto, nas próprias palavras de Mussolini, servir a causa do regime.

Finalmente, explica Matos e Lemos (1964: 13-15), na concepção nacional-socialista, o Governo e o seu líder emanam da comunidade, fundada no conceito de raça. O indivíduo é somente um membro da comunidade, submetido à ordem estabelecida pelo seu chefe (o füher). Assim, o nazismo também nega os direitos individuais, incluindo o direito à livre expressão e, consequentemente, o direito à liberdade de imprensa.

A conclusão de Mário Matos e Lemos (1964: 15) é a de que em todos os estados totalitários, comunistas, fascistas ou nazis, a imprensa foi ou é considerada como *serviço público*, estando ao serviço de causas ou interesses supostamente colectivos, posição antiliberal e anti-individualista. Inversamente, para o autor, que evoca o teórico brasileiro Afonso Arinos de Melo Franco, a imprensa nas democracias liberais não é "serviço público, precisamente porque constitui o veículo das liberdades individuais que constituem a própria condição da existência da democracia".

A derrota do nazismo e do fascismo na II Guerra Mundial teria propiciado, segundo Matos e Lemos (1964: 22-23), uma reformulação das doutrinas sobre a imprensa, que se teriam consubstanciado em três tipos:

> 1) Liberal tradicional, em crise;
>
> 2) Autoritárias, comunistas ou não comunistas, que consideram os meios de informação como um serviço público, com dimensões educativas e orientadoras, situação que a imprensa portuguesa vivia em 1964, apesar de o autor apenas se referir a Espanha, onde se estabelecera o regime franquista;

> 3) Institucionalistas, que vêem a liberdade de imprensa não como uma liberdade individual mas somente como uma liberdade institucional, ou seja, "uma liberdade concedida com vista ao cumprimento de uma função social" e cujo exercício deve ter presentes os direitos de terceiros. O princípio orientador desta concepção é o da *responsabilidade social* da imprensa.

Mário Matos e Lemos descreve, igualmente, a evolução das doutrinas jurídicas portuguesas sobre o princípio da liberdade de imprensa desde a lei liberal de 1821 e do articulado da Constituição de 1822, detendo-se, em particular, na conjuntura gerada pela Constituição instituidora do Estado Novo, de 1933, que vigorou até 1974, pesem embora as revisões de 1952 e 1959.

Para o autor, que cita Marcelo Caetano, a Constituição do Estado Novo tinha distintas influências doutrinárias, pelo que, embora enunciando os direitos liberais, remetia o seu exercício para regulamentação específica em lei ordinária, o que implicava o constrangimento desses mesmos direitos, incluindo os direitos à liberdade de expressão e de imprensa. Mário Matos e Lemos (1964: 21) identifica mesmo a doutrina constitucional do Estado Novo sobre a imprensa com os regimes próprios dos estados totalitários, pois quer em Portugal quer nesses estados era cometida à imprensa "uma função de carácter público". Conforme se explicitava no próprio preâmbulo da Constituição do Estado Novo e nos seus artigos 22º e 23º, em Portugal essa função era a de "defender a opinião pública de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum". Assim, tal como vinca o autor, o Estado Novo admitia a censura, apesar de todas as mudanças que o mundo então sofria (aumento do turismo, emigração, impossibilidade de controlo real sobre as emissões de rádio do estrangeiro, incremento da alfabetização...), e das discussões que se travavam sobre a liberdade de imprensa. Aliás, para criticar indirectamente o imobilismo português do Estado Novo face à questão da liberdade de imprensa, Mário Matos e Lemos (1964: 24) cita o espanhol Juan Beneyto, para quem a possibilidade de abuso de liberdade de imprensa não deve tolher à partida o exercício dessa liberdade, antes devendo ser instituídos mecanismos legais que punam o abuso. A sua conclusão é explícita: "a censura prévia está completamente ultrapassada" (Matos e Lemos, 1964: 26), tendo,

inclusivamente, efeitos contraproducentes para o próprio regime, já que a população, conhecedora da situação, desconfia da comunicação social e a informação se pode (con)fundir com a propaganda. Para o autor, impunha-se que Portugal, para acompanhar o progresso social do mundo e mesmo o seu, abandonasse a concepção autoritária da imprensa, própria dos regimes totalitários antiliberais, e adoptasse a doutrina da responsabilidade social, própria das democracias ocidentais contemporâneas. Ironicamente, o autor acrescenta: "se se quiser manter o actual sistema, monte-se então uma infra-estrutura que o faça funcionar efectivamente, como funciona, por exemplo, o sistema soviético".

O último ponto do texto de Mário Matos e Lemos (1964: 30-32) é consagrado à defesa do ensino superior do jornalismo em Portugal, sem o qual seria "pouco menos que inútil introduzir reformas na legislação".

1.2 Da teorização sobre liberdade de imprensa à teorização sobre opinião pública: A perspectiva de Marcelo Caetano (1965)

A reflexão sobre os efeitos sociais do jornalismo, em grande medida articulada com a discussão académica, política e ideológica sobre liberdade de imprensa, conduziu à teorização sobre opinião pública. Em Portugal, merece particular destaque o trabalho académico do jurista e professor Marcelo Caetano, que três anos depois da publicação do livro se tornaria presidente do Conselho de Ministros, vindo a ser derrubado pelo golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

Em *A Opinião Pública* no Estado Moderno, Marcelo Caetano defende que a opinião pública desempenha, desde o século XIX, uma função capital na política. Procurando defini-la, Marcelo Caetano recorda um político do século XIX que afirmava, caricaturalmente, que a opinião pública era a "opinião que se publica". Avança, seguidamente, com a sua própria definição: "a opinião pública é constituída pelos juízos compartilhados por grande número dos componentes de dado grupo social, de tal modo que um indivíduo ao exprimir algum desses juízos perante os seus concidadãos tenha considerável probabilidade de o não ver repelido, mas sim de encontrar um ambiente de receptividade e aprovação. Trata-se de uma *opinião*, isto é, de um juízo individual; mas que é *pública* e, portanto, circula entre indivíduos num dado meio social de modo a tornar-se comum e até colectiva" (Caetano, 1965: 12).

Além disso, Caetano admite que a opinião pública deve ser considerada em relação a um grupo social e que podem coexistir várias correntes de opinião, pelo que "o indivíduo (...) passando de grupo em grupo, encontrará aqui receptividade para certo juízo que acolá vê repelido" (Caetano, 1965: 13). Algumas opiniões circunscrevem-se ao indivíduo e não chegam ao estatuto de "públicas", diz o autor, mas outras obtêm a adesão de grupos sociais amplos podendo constituir-se como correntes de opinião dominantes.

As correntes de opinião pública, reflecte também Marcelo Caetano, incidem sobre os mais variados temas e não são imutáveis, formando-se em três níveis: *as profundas, as intermédias e as superficiais.*

Diz o autor que as *correntes profundas* formam-se essencialmente através da educação, "que constitui o veículo transmissor da experiência das gerações passadas às gerações presentes" (Caetano, 1965: 19). A transição de experiências de geração em geração torna os novos indivíduos beneficiários de todo o saber acumulado. Mas mesmo as correntes profundas evoluem, explica Marcelo Caetano, exemplificando com as novas opiniões que, graças ao ensino dos avanços nas ciências, nas tecnologias e humanidades, circulavam entre os jovens e as mulheres dos anos Sessenta, bastante diferentes das opiniões profundas dos seus progenitores.

As correntes de *opinião intermédias* formam-se, de acordo com Marcelo Caetano, na experiência vivida pelos grupos sociais actuais. Assim, muito do que vem do exterior do indivíduo – imprensa, propaganda, arte... – contribui para a modelação dessas correntes de opinião, que retroactivamente alimentam esses mesmos discursos. Aliás, na versão de Marcelo Caetano pode mesmo acontecer que determinados indivíduos adiram a determinadas correntes de opinião intermédias não por força das suas próprias experiências, mas unicamente por força das experiências alheias que são relatadas e disponibilizadas publicamente. No entanto, Caetano afirma que a doutrinação de "ideias puras", filosóficas, só alcança êxito quando a filosofia se converte numa ideologia atida a interesses e à realidade concreta: "A opinião pública forma-se em parte limitadíssima por elementos racionais e depende sobretudo de reacções de interesses, de sentimentos, de emoções e até de instintos. A propaganda de uma doutrina nos meios populares faz-se, por isso, através da exploração de situações concretas às quais se ajusta um breve comentário tendencioso para mostrar a iniquidade de um sistema ou a

bondade de um princípio. A ilusão de que se converte o povo mediante o ensino sistemático de proposições teóricas já não cabe na cabeça de nenhum técnico de propaganda. A própria pregação religiosa é tanto mais fecunda quando cingida ao concreto" (Caetano, 1965: 24-25). Por essa razão, diagnostica Caetano, os jornais estritamente políticos quase se desvaneceram, em favor dos órgãos de informação geral, onde a doutrinação se faz em correlação com as notícias sobre a realidade concreta. De qualquer maneira, o autor admite que a existência de grupos de opinião estáveis "contribui poderosamente para a estabilidade das correntes intermédias de opinião pública" (Caetano, 1965: 27).

Por último, o autor descreve as *correntes superficiais de opinião,* imediatas e reactivas, que dependem, essencialmente, das notícias e comentários que, por acumulação, vão deixando lastro nas correntes intermédias. Assim, Caetano (1965: 29) admite que "Em teoria, o processo ideal de formação da opinião pública consistiria em proporcionar a todos os indivíduos a mais ampla e circunstanciada documentação acerca dos factos e das ideias do seu tempo. Todo o cidadão deveria, pois, ter livre acesso à informação". Porém, ainda de acordo com ele, a maior parte das pessoas não tem tempo para consumir mais do que alguma informação superficial, como acontece quando alguém folheia o jornal e se fica pela leitura dos títulos e de apenas uma ou outra notícia, mesmo assim nem sempre na totalidade. "Compreende-se, pois, o papel que a imprensa pode ter na formação das correntes superficiais e intermédias da opinião pública, não só através dos artigos e comentários que publica mas mediante a inserção, a disposição e a valorização do próprio noticiário" (Caetano, 1965: 30), sentencia o autor.

A pretensa objectividade jornalística merece o seguinte reparo de Marcelo Caetano (1965: 31): "Repare-se que, apesar da objectividade constituir o lema das agências de informação, dificilmente estas poderão escapar à influência das nações a que pertencem, dos capitais que as apoiam e dos redactores que as servem. Os países que não são produtores desta *mercadoria* – a notícia (...) – são forçados a receber os serviços de agências internacionais (...) com toda a carga de interesses que cada uma representa. A própria língua nacional fica (...) comprometida (...). Nunca como hoje tantos estrangeirismos se insinuaram por essa via no vocabulário e na sintaxe". Portanto, segundo Caetano, as influências sobre a produção de notícias, bem como a selecção e valorização de determinadas notícias em prejuízo de outras, retroactivamente afec-

tam a formação de correntes de opinião: "Graças ao relevo dado a certo noticiário, a imprensa de informação pode provocar ondas de emoção ou despertar reacções de interessem que agitem momentânea, mas por vezes violentamente, a opinião" (Caetano, 1965: 31). Por isso, Marcelo Caetano exige honestidade aos responsáveis pela produção e apresentação das notícias, por exemplo, a jornalistas e paginadores, até porque, prossegue, por vezes as notícias se fundam em boatos e rumores que envenenam "situações, atitudes e reputações" (Caetano, 1965: 33), algo que os desmentidos não conseguem combater eficazmente.

Há que dizer, ainda, que em consonância com Marcelo Caetano existem relações ascendentes e descendentes entre os três níveis de correntes de opinião. A adesão a correntes de opinião intermédias, por exemplo, pode resultar das convicções profundas de um indivíduo, tal como o impacto diário dos acontecimentos pode "solidificar ou modificar os comportamentos ao nível intermédio e (...) *a longo prazo* as próprias atitudes ligadas às correntes profundas" (Caetano, 1965: 36).

Marcelo Caetano distingue a formação da opinião da expressão da opinião, salientando que algumas correntes opinativas têm origem obscura e se desenvolvem na clandestinidade, às vezes por culpa da invisibilidade mediática, da inacessibilidade aos *media*, dos indivíduos que partilham desses pontos de vista, confrontados com grupos dominantes que monopolizam o espaço nos meios de comunicação. Por isso, só alguns conseguem interpretar os sinais da existência dessas correntes obscuras e oprimidas de opinião, graças a manifestações ocasionais, dispersas e espontâneas das mesmas. Os principais métodos de apuramento sistemático das opiniões são, contudo, revela o autor, os inquéritos por sondagem e os sufrágios, "quando exercidos por eleitores conscientes em condições de autenticidade" (Caetano, 1965: 42).

É possível, ainda, de acordo com o autor, que determinadas correntes de opinião se solidifiquem e expandam graças ao papel da imprensa, que vai dando sucessivamente mais voz a quem com elas se identifica, numa espécie de "reacção em cadeia" (Caetano, 1965: 37). É o que acontece, por exemplo, com determinadas cartas de leitores, que podem suscitar o desenvolvimento de correntes de opinião, isto apesar de Marcelo Caetano reconhecer que, em grande medida, os comentadores regulares monopolizam o espaço opinativo dos jornais, sendo dado pouco relevo às contribuições espontâneas dos cidadãos. Outras vezes, a manifestação pública da opinião pública resulta de um estímulo, como um aconteci-

mento que gere comentários e controvérsia. Outras vezes ainda, minorias activas, ao promoverem sistematicamente as suas opiniões, também causam um efeito "bola de neve" ou até geram a incorporação insinuante dessas opiniões nas correntes maioritárias. Em todo o caso, como adverte Caetano: "O debate (...) só é (...) útil quando traduz o respeito recíproco (...) e decorre em ambiente de cortesia, tolerância e objectividade, raramente conseguido na vida pública. Por via da regra, (...) a controvérsia resvala para a polémica e esta degenera em questão pessoal" (Caetano, 1965: 40).

Segundo Caetano, o Estado moderno tem de agir não apenas como disciplinador da vida social e dador de segurança, mas também como empresário ou fiscal, entre outras funções. O autor afirma que "o Estado se tornou uma máquina tremendamente complexa e, por isso mesmo, cada vez mais pesada de conduzir e difícil de mover" (Caetano, 1965: 46). Uma das causas para isso, segundo Marcelo Caetano, é a opinião pública. Esta "aprova e condena actos e medidas" (Caetano, 1965: 49). Assim, Caetano explica que, num estado moderno, a opinião pública pode, em consequência, ter três funções: *função motora, função refreadora e função sancionadora*. Além disso, para o autor, a opinião também pode incidir sobre a legitimidade dos governantes e sobre a vigência das concepções da sociedade que eles defendem em vez de outras. O autor dá também exemplos de situações em que os governos, não podendo vencer, se juntam à opinião pública. O diálogo entre os governos e a opinião pública, de acordo com Marcelo Caetano, leva a que haja uma maior intervenção dos cidadãos sobre o Estado, de maneira passiva, quando é pedido esclarecimento, ou de maneira activa, quando envolve representação política.

Marcelo Caetano afirma que é essencialmente através da imprensa, rádio e televisão que, nos estados modernos, os governantes chegam ao público, até porque "não podem dispensar-se de dar contas do que pensam, projectam ou fazem" (Caetano, 1965: 55). Continua o autor, consciente do poder dos *media*:

> "A cena parlamentar, inventada no tempo em que o convívio social decorria em conversas de salão, foi suplantada (...). Os governos acham-se constantemente em contacto com o público, sem necessidade de intermediários. Exposições ou entrevistas na televisão, discursos radiodifundidos, (...) difusão em larga escala de documentos impressos e até essa forma de facilitação da entrevista (...) que é o telefone (...) permitiram

> aos que governam estar sempre presentes perante os governados e ao alcance destes como nunca. As conferências de imprensa (...) são meios de informação de excepcional amplitude (...). E tudo é televisionado, radiodifundido e publicado (...) de modo a permitir (...) o conhecimento dos projectos e reacções governamentais." (Caetano, 1965: 55).

O autor relembra, no entanto, que apesar da proximidade entre políticos e meios de comunicação é imprescindível haver representantes eleitos por sufrágio, capazes de diluir e regular a influência dos *media* sobre as correntes de opinião. É necessário, diz ainda Caetano, discernir a "autêntica" opinião pública de "meros manifestos", até porque, segundo o raciocínio do autor, a opinião pública "facilmente se torna presa de aventureiros e charlatães", pois "Se os indivíduos não estão habituados a examinar, discutir e julgar para escolher, qualquer ilusão os seduz" (Caetano, 1965: 63), diz ele, denunciando a sua crença na vulnerabilidade opinativa dos indivíduos em geral. Por isso, para Caetano os políticos não podem alicerçar as suas acções nas correntes de opinião superficiais nem sequer nas médias: "A estatura do governante mede-se mesmo, em muitos casos, pela coragem demonstrada em arrostar com a impopularidade até que os acontecimentos mostrem a razão que lhe assistia. (...) O Estado moderno não pode desprezar a opinião pública, mas também lhe é impossível deixar-se governar por ela." (Caetano, 1965: 66) Sustenta, aliás, a sua posição socorrendo-se do economista austríaco Schumpeter, que insistia no predomínio de factores irracionais na formação da opinião pública e considerava que os eleitores médios revelavam "falta do sentido das realidades, enfraquecimento da noção de responsabilidade e ausência de espírito volitivo". Relembra, igualmente, Walter Lippman, que, de acordo com Marcelo Caetano, mostrou quanto "uma pequena minoria actuante, usando de processos publicitários e empregando atrevidas ousadias, pode, no meio da passividade geral, dar a ilusão de que se está perante uma corrente poderosa de opinião, onde não há mais que paixão ideológica, ambições audaciosas, interesses cúpidos ou então despeitos reivindicativos ou explosões de recalques." (Caetano, 1965: 66)

Marcelo Caetano discorre ainda, no seu livro, sobre a aproximação entre países trazida pelos modernos meios de comunicação. Porém, de um ponto de vista crítico, assinala: "No meio de tamanha abundância de informação, é natural que o leitor se perca e que as suas ideias acerca

do que não conhece directamente tomem um carácter fragmentário e difuso." (Caetano, 1965: 74) A solução para esse problema seria dispensar informação contextual através de crónicas e artigos analíticos e impedir a proliferação de "reportagens-relâmpago, feitas por jornalistas apressados, sem preparação nem reflexão." (Caetano, 1965: 76)

Finalmente, o autor discorre sobre "Responsabilidades da Informação". Começa por relembrar que o jornalismo não é apenas técnica, já que influi sobre a moral, a sociedade e a política. Assim sendo, questiona-se sobre a imensa responsabilidade que é decidir dentre as notícias potenciais quais se tornarão efectivamente notícias e sobre os enquadramentos que lhes serão dados. Questiona-se, igualmente, sobre a capacidade dos leitores, maioritariamente impreparados, formarem "um juízo válido sobre os acontecimentos" (Caetano, 1965: 81), sobretudo os que ocorrem em países diferentes dos seus, e tecerem sobre os mesmos opiniões fundadas, devido ao carácter fragmentário e veloz com que a informação lhes chega e à super-abundância informativa.

1.3 António Barbosa (1968) sobre a opinião pública

Barbosa (1968), no livro *Relações Entre o Concílio Vaticano II e a Opinião Pública do Seu Tempo*, embora pretendesse, essencialmente, descrever o impacto do Concílio do Vaticano II na opinião pública, na primeira parte do seu trabalho faz uma útil revisão sobre vários conceitos de opinião pública.

Sustenta o autor que a opinião pública parte de juízos individuais que se tornam públicos, circulando entre indivíduos num dado meio social, de modo a tornarem-se comuns e até colectivos. Porém, o autor salienta que os juízos de opinião podem não ser certos, embora o homem seja obrigado a opinar sempre que não tem um conhecimento perfeito da realidade. Para ele, a opinião é também um acto de vontade e de orientação para a acção, necessitando de *liberdade*, "não apenas no sentido de uma liberdade jurídica, mas no sentido de uma liberdade concreta e prática" (Barbosa, 1968: 3).

Barbosa (1968) sustenta que na opinião pública se distinguem dois estados: *estado latente e estado de lucidez*. Além disso, para ele a intensidade das correntes de opinião pode ser medida, existindo opiniões pacíficas e tranquilas, que agitam levemente a vida social, e opiniões

turbulentas, que alteram o ritmo de vida de uma nação. "Uma opinião pública nunca é um ponto imóvel e fixo, mas sim dinâmico que tende a desenvolver-se vitalmente", explicita Barbosa (1968: 5).

Para Barbosa (1968: 6), a opinião pública não é monolítica, embora seja estruturada, pois produz-se em contextos sociais e culturais definidos, em várias etapas:

> "A opinião pública pode ter origem num acontecimento central ou numa série de pequenos factos simultâneos ou sucessivos (...). Esse acontecimento gerador da opinião pública precisa, para vingar, de um clima social propício. (...) O conteúdo ou mensagem desse acontecimento deve harmonizar-se. (...) A mensagem contida no acontecimento produtor da opinião pública deve ir ao encontro das necessidades confessadas ou inconfessadas de um grande número de indivíduos. (...) A transcendência do acontecimento conhecido num âmbito restrito numa primeira fase é posteriormente amplificada pelos *mass media*. (...) Por último, esse acontecimento deve encontrar um eco reforçado na intervenção directa dos indivíduos que constituem o todo social."

A parte final do livro de Barbosa é dedicada exclusivamente à forma como a Igreja Católica se apresentou ao mundo, através da comunicação social, durante o Concílio Vaticano II, concluindo o autor que a acção comunicacional da hierarquia católica nesse sínodo supriu a falta de informação dos *media* sobre a vida da Igreja e tornou-a presente na opinião pública.

2. A história do jornalismo

No período entre 1958 e 1974, encontram-se várias orientações no tratamento da história do jornalismo em Portugal. Alguns autores publicam obras sobre a história do jornalismo português em geral (sendo a mais relevante a de Tengarrinha, 1965). Entre eles, Nuno Rosado (1966) faz uma história canónica do jornalismo impresso português (com algumas pinceladas sobre o jornalismo estrangeiro), embora, no início da obra, o autor discorra, contextualmente, sobre a "missão da imprensa no mundo". Em várias passagens da obra de Rosado (1966) nota-se, por outro lado, e a propósito da cobertura internacional da política colonial portuguesa, um discurso justificador e legitimador da acção de Portugal nas colónias e da política salazarista em geral. Salazar é enaltecido. As

próprias fotografias inseridas no livro procuram mostrar que Portugal e Salazar não estavam internacionalmente isolados na época. Todas elas mostram Salazar ou Carmona com estadistas estrangeiros, não estando, portanto, minimamente relacionadas com o jornalismo ou com jornalistas.

Outros autores portugueses do mesmo período debruçam-se sobre a imprensa e o jornalismo nas colónias ou em regiões e cidades do país (por exemplo: Oliveira, 1958; Nunes, 1962; Costa, 1963; Teixeira, 1965; Gonçalves, 1964, 1965b, 1966 e 1966/1967; Oliveira, 1969; Codam, 1973); outros ainda restringem-se à história do jornalismo especializado, nomeadamente nas áreas da medicina (por exemplo: Silva, 1974) e da imprensa operária (Oliveira, 1973). Este último trabalho (*Imprensa Operária no Portugal Oitocentista: 1825 – 1905*, de César Oliveira) é particularmente interessante porque aborda temas sensíveis, como a imprensa socialista e anarquista e o respectivo discurso, numa época em que o regime ditatorial e corporativista censurava tudo o que pudesse soar a subversão. Existem, igualmente, obras sobre a história de determinados jornais (por exemplo: Pacheco, 1964; Baptista, 1966), com especial destaque para o *Diário de Notícias e O Comércio do Porto*. A obra de Jacinto Baptista (1966) é singularmente interessante por se tratar de uma profunda análise do discurso do número do jornal republicano *O Mundo* de 5 de Outubro de 1910, data em que a República foi proclamada em Portugal. Aliás, é uma das primeiras análises do discurso encontradas em Portugal.

A história das organizações jornalísticas e das personagens que nelas intervieram não foi esquecida pelos autores portugueses entre 1958 e 1974, sendo abordada, por exemplo, por Boavida Portugal (1959), neste último caso restrita à Casa da Imprensa.

2.1 A grande história do jornalismo português: José Manuel Tengarrinha (1965)

O livro de José Manuel Tengarrinha (1965) *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, reeditado em 1989, é "apenas" a grande obra de referência de todos os que se propõem estudar o jornalismo português durante a Monarquia. De facto, embora as últimas referências do livro digam respeito à I República e ao Estado Novo, o trabalho mais relevante do autor diz respeito ao período monárquico. Apesar de existirem

outras histórias do jornalismo português anteriores (em especial a de Cunha, 1941a – que historiografa a imprensa portuguesa até ao vintismo), nenhuma atingiu o detalhe nem o nível de interpretação e contextualização do tema evidenciados por José Tengarrinha.

O livro de Tengarrinha não é um inventário de jornais, opção que o autor recusa desde o início: "Houve especial preocupação em não cair na enumeração excessivamente longa de periódicos (...), que parece ser (...) característica dominante dos trabalhos até agora efectuados" (Tengarrinha, 1965: 24). Assim, o autor, embora dando sempre as necessárias referências hemerográficas e autorais (mencionando, nomeadamente, o nome de vários jornalistas e outros intervenientes no processo jornalístico), tentou contextualizar a génese e desenvolvimento do jornalismo português em função das circunstâncias históricas (culturais, económicas, tecnológicas...) de cada época, merecendo-lhe particular atenção os mecanismos de controlo da imprensa, nomeadamente a censura e o licenciamento, que, no seu juízo, quando aplicados, retardaram não apenas o desenvolvimento do jornalismo nacional mas também o do próprio país:

> "Os jornais tornam-se uma máquina cada vez mais complexa. Em contraste com a relativa facilidade com que dantes se fundava um jornal, exigem-se agora, além de outras condições, pesados investimentos de capitais, cujos interesses, depois, é necessário defender. Esta circunstância e os obstáculos de ordem legal (...) (entre os quais avultam a censura prévia, as dificuldades na obtenção de alvarás e o rigor no reconhecimento da "idoneidade intelectual e moral dos responsáveis pela publicação") e reduzem a liberdade de movimentos da nossa imprensa actual a limites muito estreitos.
>
> Vemos, assim, como a compressão ou a libertação da imprensa é determinada por factores profundos, acompanhando a compreensão ou a libertação da actividade humana nas suas diversas manifestações. E vemos, também, como a evolução do jornalismo se enquadra num amplo conjunto de circunstâncias que, por um lado, o determina e sobre o qual, por outro lado, ele age. A não ser que se queiram fazer meras resenhas jornalísticas ou colecções de factos *anedóticos*, a história da imprensa portuguesa não poderá ser observada como um fenómeno isolado e *sui generis*, mas como um dos aspectos – porventura um dos aspectos mais vivos e expressivos – da história da nossa cultura." (Tengarrinha, 1965: 248)

Tengarrinha divide a história da imprensa portuguesa em três épocas: 1) Os primórdios da imprensa periódica em Portugal (até cerca de 1820); 2) A imprensa romântica ou de opinião (1820 em diante); 3) A organização industrial da imprensa, marcada pela fundação do *Diário de Notícias* (1865; 1864 caso se considerem os números experimentais).

Sobre a primeira época, o autor relembra que, considerando a periodicidade uma das marcas do jornalismo impresso, então a primeira publicação jornalística portuguesa é a *Gazeta* "da Restauração", que propagandeava a causa independentista portuguesa e tinha um carácter noticioso. Diz que as técnicas jornalísticas eram rudimentares e que os autores escreviam, frequentemente, baseados nas crenças, rumores e boatos e não verificavam as informações. Realça que a censura e o licenciamento constituíram travões ao desenvolvimento do jornalismo português. No entanto, descreve a diversificação do panorama jornalístico nacional graças ao aparecimento de publicações literárias, científicas e de ideias no século XVIII, bem como o aparecimento dos primeiros diários, no final dessa primeira época. Evoca, também, a imprensa da primeira emigração, que chegou a circular clandestinamente no país, e a imprensa clandestina autóctone, quer durante as invasões francesas, quer durante o período anterior à Revolução Liberal de 1820.

A segunda época é a do aparecimento e crescimento da imprensa política, permitida pela Revolução Liberal de 1820, acontecimento que fez disparar o ritmo da publicação de periódicos por todo o Portugal. Classicamente, o autor relembra, porém, os constrangimentos à imprensa durante o período miguelista e a emigração liberal, que induziu à publicação de jornais portugueses no estrangeiro. Estes, recorda José Manuel Tengarrinha, entravam e circulavam clandestinamente em Portugal.

As lutas entre cartistas e setembristas durante o período de instabilidade e os constrangimentos à imprensa que daí advieram até à Regeneração e ao Rotativismo também são motivos de reflexão do autor.

A organização do jornal e a situação do jornalista no jornalismo oitocentista também não passam despercebidas a esse historiador da imprensa portuguesa, que as descreve assim:

> "(...) um jornal de certa importância era, em geral, constituído por um editor (responsável perante as autoridades), por um redactor-responsável (ou chefe da redacção), por um ou dois noticiaristas encarregados da tradução das folhas estrangeiras e da informação nacional (...) e um

> folhetinista (...). Uma secção que toma então grande desenvolvimento é a de «cartas ao redactor», através da qual se estabelece uma comunicação íntima e constante entre o jornal e o leitor.
> (...)
> O chefe da redacção era o verdadeiro espírito e a alma da publicação. O jornal, geralmente, era *um homem,* mais até do que um *partido*. (...) Sendo o jornal *todo*, neles se concentravam não apenas as funções de redacção, mas também (...) as de direcção e administração. (...) Além dos elementos da redacção, o jornal contava com colaboradores eventuais, mais ou menos identificados com a linha política do jornal." (Tengarrinha, 1965: 153-154)

Ortodoxamente, Tengarrinha refere, ainda, as restrições à liberdade de imprensa do final da Monarquia, sem se esquecer de abordar o aparecimento da imprensa ilustrada, o surgimento da imprensa operária e revolucionária, a evolução da tipografia e a introdução das rotativas, os movimentos reivindicativos dos tipógrafos, as formas de distribuição dos jornais nessa altura (por correio, por caminho-de-ferro, por assinaturas e através dos ardinas) e a sua influência na opinião pública. Sobre esta última temática, escreve Tengarrinha (1965: 174-177):

> "(...) qual seria, efectivamente, o grau de influência dos jornais na opinião pública? Eis-nos colocados, assim, no vórtice de um dos mais delicados e complexos problemas que levanta a história da nossa imprensa.
> (...)
> É claro que a questão não pode ser observada *por grosso*, e esse grau de influência varia, sem dúvida, de época para época, de acordo com as suas condições específicas e numerosos factores. Tão importante problema só poderá ficar esclarecido depois de se efectuarem bem orientadas sondagens e prospecções que nos elucidem sobre os pontos de contacto profundo entre as doutrinas dos periódicos e a atitude mental e linha política dominante nos diversos estratos sociais.
> Do que não resta dúvida, porém, é que foi nesta 2ª época que o jornalismo exerceu mais vincada influência na opinião pública. O âmbito dos leitores alargou-se (...) não apenas às camadas da burguesia, mas até à pequena burguesia, especialmente depois de 1836.
> Referindo-se ao peso da imprensa, diz Júlio César Machado, em *Lisboa de Ontem* (p. 212) (...): «Entendiam uns que, como princípio, a imprensa não tinha direito algum senão o que se lhe concedesse e que os jornalistas usurpavam e exerciam sem mandato um poder exorbitante que fazia com

> que, pelo facto de ser imprensa, tivesse mais peso nos negócios políticos do que as deliberações das câmaras.»
> Os jornais, então, eram como que o centro da vida política e social. Por eles se liam os debates nas câmaras, se conheciam as disposições oficiais, se discutiam as directrizes do partido ou da facção expressas nos artigos de fundo, se sabiam os principais acontecimentos (...), se adquiriam conhecimentos (...), se dispunha de um meio de distracção e divertimento. Essa influência é tanto mais evidente quanto é certo que os leitores se agrupavam em torno dos jornais com que se identificavam ideologicamente, sendo de admitir, portanto, que as opiniões expostas (...) fossem reforçar ou corrigir as suas ideias.
> (...)
> Também não devem ser esquecidos alguns periódicos humorísticos de conteúdo político que, por esse tempo, alcançaram notável projecção. O facto de serem lidos com avidez (...) prova (...) [que] correspondiam (...) ao gosto do público.
> (...)
> Não há dúvida, portanto, de que a imprensa teve papel preponderante na formação [da] (...) opinião pública (...). Mas neste ponto da questão não podemos esquecer a esclarecida afirmação de R. Manevy: «A imprensa *faz* a opinião (...) na medida em que esta se quer deixar fazer» (...)."

O autor evoca, igualmente, ao longo das páginas dedicadas à segunda época do jornalismo português, os grandes nomes de políticos e escritores que se viam a si mesmos como jornalistas e que colaboraram, como folhetinistas e redactores (articulistas), nessa que Tengarrinha denomina de "imprensa romântica". Tengarrinha (1965: 155) sustenta, no entanto, que se vai dando uma autonomização do jornalismo face à literatura:

> "Pode dizer-se que, então [a partir de 1834], todos os grandes nomes das nossas letras e do nosso pensamento colaboravam assiduamente na imprensa periódica (...). Isso faz que o nível geral do jornalismo suba consideravelmente e os periódicos (...) sejam redigidos correctamente e num estilo cada vez mais individualizado.
> É a partir dessa altura que se poderá dizer haver grande diferença entre *estilo literário e estilo jornalístico*[6](...). O que começa a caracterizar o

[6] Neste ponto, permitimo-nos discordar de Tengarrinha, pois os primeiros jornais portugueses do século XVII já evidenciavam características noticiosas, sendo de fácil leitura. Isto é, no século XVII já se encontra no periodismo nacional um estilo jornalístico bem definido, que Tengarrinha identifica apenas no século XIX.

> *estilo jornalístico* é a sua maior agilidade e vibração, a construção fácil, permitindo uma leitura corrente (...), visando um maior poder de comunicabilidade, o sentido agudo da oportunidade, que, não raro, sacrifica a perfeição à rapidez, um estilo mais emocional que raciocinado; por outro lado, a análise não tem a preocupação de ser profundamente exaustiva (...) mas sim de mostrar várias facetas (...) utilizando não o raciocínio lento e pesado, mas o raciocínio agudo e ágil".

A terceira época, de industrialização da imprensa, de acordo com Tengarrinha, faz esmorecer a imprensa opinativa e promove a imprensa informativa, o *noticiário*, a *reportagem* e, consequentemente, a figura do *repórter*.

> "Esta preferência que o público mais largo manifesta pela *informação objectiva* (e não pela *opinião*), e até pelo pendor *sensacionalista* que a informação começa a tomar, só pode compreender-se por uma nova *atitude mental* da pequena e média burguesia (...) especialmente permeável aos relatos de aventuras ou de histórias de amor, como que buscando uma fuga emocional à estreita rotina do dia a dia.
> (...)
> Prefere-se cada vez mais a informação objectiva à discussão e à opinião, as notícias sensacionais aos editoriais reflectidos (...). Na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procura manter uma atitude imparcialmente objectiva, dirigindo-se assim a todos, e não a um mercado específico de leitores ideologicamente afins, mas necessariamente muito mais restrito.
> (...)
> Nesse período, portanto, os jornais não ficam apenas reservados à classe relativamente pouco numerosa de eleitores censitários, mas pretendem dirigir-se a todos os que sabem ler, cujo número vai crescendo gradualmente. Embora sem esquecer a camada mais instruída, que forma (...) o grosso dos assinantes, dirige-se assim ao novo público, menos abastado e instruído, com gostos menos exigentes e requintados." (Tengarrinha, 1965: 194)

Que influência passa, então, o jornal informativo a exercer sobre o público nesta terceira época da imprensa periódica portuguesa? José Manuel Tengarrinha (1965: 194-196) tenta responder à questão, embora numa perspectiva extremamente negativa:

> "(...) não distribuindo senão uma informação fragmentária, superficial e sem continuidade, a imprensa (...) noticiosa, se é certo que pode esclarecer o leitor acerca de determinado acontecimento, não o ajuda a formar uma posição crítica em face dele. Atendo-se a dados meramente objectivos, não se identifica com o pensamento do leitor nem pretende, pelo menos aparentemente, exercer qualquer influência sobre ele. (...) Agora, as relações entre jornal e leitor são frágeis (...). É chocante verificar o carácter efémero das alterações de opinião provocadas pela imprensa periódica. Segundo um fenómeno que tem vindo a acentuar-se, o jornalismo pode obter resultados notáveis (...), mas não parece apto a orientar a opinião de maneira durável (...). Uma parte considerável dos leitores de jornais de grande tiragem não só não se identificam com a sua posição como até são contrários a ela. Foi esta observação que levou o jornalista Francis William a uma interessante inferência (...): «Quanto maior é a tiragem de um jornal tanto menos sensível aparece a sua influência sobre o leitor.»
> O jornal agora é que tem de procurar o público, descer ao seu nível, adivinhar-lhe os gostos e apetites (...), ir ao encontro da sua mentalidade. Perde assim completamente o seu valor formativo. Com efeito, na medida em que os jornais deixavam de apoiar-se em facções políticas para serem mantidos por grupos financeiros, a imprensa transformou-se numa indústria (...). O jornal passa a ser, portanto, uma *mercadoria* (...) transitória, apenas com valor durante algumas horas."

A transformação industrial da imprensa, recorda Tengarrinha, trouxe modificações nas redacções. Por um lado, a chefia de redacção passa a ter mais funções de coordenação e supervisão do que de redacção. O secretário de redacção torna-se fulcral para a organização diária do trabalho, numa redacção que pode comportar dezenas de jornalistas. O novo jornalista assalariado da imprensa industrial pode, eventualmente, não se identificar "ideologicamente com o que escreve (...), é apenas o *operário de uma mercadoria* que é necessário vender o mais possível e com a qual não está ligado nem pelas ideias nem pelos interesses, pois não participa nos lucros e recebe um salário fixo que lhe permite viver exclusivamente dessa actividade." (Tengarrinha, 1965: 208)

Apesar de tudo, e tal e qual como surgiram jornais noticiosos em plena época de domínio da imprensa partidária, no final da Monarquia, numa época de crescente domínio da imprensa informativa, apareceu, diz Tengarrinha, uma imprensa combativa revolucionária, de cariz republicano, por um lado, ou de cariz anarquista ou socialista, por outro.

Aliás, o autor não se esquece de referir, também, os jornais da oposição monárquica durante a República (até ao Estado Novo). Neste ponto do seu livro, Tengarrinha relembra as sucessivas tentativas de controlo da imprensa, que tentavam pôr cobro às dissidências jornalísticas.

3. O jornalismo, os jornalistas e as suas circunstâncias

Variadíssimos textos sobre o jornalismo, os jornalistas e a conjuntura jornalística contribuem para o apuramento da forma como se encarou a actividade entre 1958 e 1974 em Portugal. Foram publicados, por exemplo, catálogos hemerográficos de periódicos (médicos) em circulação (Filho, 1965...), publicações descritivas de jornais preparadas para exposições ou para servirem de suplemento a determinados números comemorativos (*Diário Popular*, 1962...) e mesmo um livro sobre uma intervenção na gestão e nos conteúdos de um periódico para o salvar da falência e extinção (Matos e Lemos, 1973).

As biografias, memórias e colectâneas de textos de jornalistas, por sua vez, dão pistas para a compreensão do que se entendeu por "jornalismo" e por "jornalista" ao longo dos tempos, para a percepção dos valores profissionais e dos temas que foram sendo discutidos no seio da classe e para o entendimento das rotinas produtivas em cada época histórica. De uma forma geral, pode dizer-se que alguns textos elogiam as competências literárias e a capacidade retórica e persuasiva dos polemistas e políticos que por escreverem em jornais ou por os manterem se intitulavam jornalistas (por exemplo: Daciano, 1958; Pereira, 1960); algumas memórias de jornalistas, por seu turno, acentuavam o seu espírito boémio e mundano, aventureiro e improvisador (o célebre "desenrascanço" português), mas também solidário, dos repórteres (por exemplo: Vieira, 1960); mas o mais importante é que, entre 1958 e 1974, começaram a surgir textos que acentuam o profissionalismo jornalístico (ver, por exemplo, os argumentos para o ensino superior do jornalismo usados no projecto do Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1971c).

Embora vários valores profissionais sejam constantemente referidos em todas as épocas históricas (em especial, o apego à verdade, à liberdade e a integridade), observa-se, nos livros atrás referenciados, uma evolução no conceito paradigmático de jornalista que acompanha a marcha dos tempos: em termos simples, o polemista e literato dá lugar

ao repórter boémio e este dá lugar ao jornalista profissional. Do mesmo modo, acompanhando um lento mas constante processo de profissionalização dos jornalistas portugueses (ver: Sobreira, 2003; Correia e Baptista, 2006; 2010), transparece dos livros uma mudança na concepção do jornalismo. Se primeiro o jornalismo é visto predominantemente como uma *ocupação* de "escritores de jornal" e polemistas, que usam as suas capacidades retóricas "inatas" para persuadir um reduzido número de leitores e que, frequentemente, nem sequer auferem qualquer remuneração, progressivamente passa a ser visto como *profissão* informativa, remunerada, auto-regulada por uma deontologia própria onde se espelham os valores profissionais, com competências profissionais específicas (como o domínio das técnicas da notícia, da entrevista e da reportagem em imprensa, rádio, televisão e cinema) que podem ser *ensinadas e aprendidas* (o jornalismo como *arte liberal*).

Numa outra dimensão encontram-se os trabalhos de índole mais académica sobre os pioneiros do jornalismo português. Heitor Martins (1964), por exemplo, biografou Manuel de Galhegos, a quem foi licenciada a edição dos primeiros números da *Gazeta* "da Restauração"; João Alves das Neves (1969) fala de Pêro Vaz de Caminha como repórter, pois considera a *Carta* que este cronista escreveu ao Rei de Portugal narrando o descobrimento do Brasil como uma verdadeira reportagem.

3.1 O ensino do jornalismo em questão

A reflexão produzida especificamente sobre o ensino do jornalismo, embora de pequena monta, é outra das facetas da teorização sobre jornalismo em Portugal entre 1958 e 1974. Ela circunscreve-se a duas grandes questões:

> 1) O jornalismo pode aprender-se? (Um jornalista "faz-se" ou "nasce feito"?)
>
> 2) Faz sentido fundarem-se escolas de jornalismo? A serem fundadas, que tipo de escolas deverão e que tipo de cursos deverão possuir?

Um autor que discorda da necessidade de ensino do jornalismo é

Marques Gastão (1959). Em *A Nobre Condição do Jornalista Diante da Literatura*, ele expressa a sua convicção de que os jornalistas comuns, mesmo quando ensinados, não chegam a ser autênticos, pois estes últimos teriam qualidades que os jornalistas comuns não possuem. O autor recorda Pulitzer, que defendia o ensino universitário do jornalismo mas que se questionava sobre se todas as condições necessárias para se ser jornalista podiam ser aprendidas, visto que várias delas tinham de ser qualidades intrínsecas. "O jornalismo não é uma profissão que se aprende como as outras profissões, pois é preciso improvisar, arrojo e audácia", escreve Marques Gastão. Para o autor, o jornalista não pode ser uma pessoa indiferente ao que se passa à sua volta, "tem de ser dinâmico, extrovertido e apaixonado pelo que faz". Desta forma, "não se faz um jornalista como se faz um engenheiro ou doutor". Por isso, o autor questiona: "se o jornalista autêntico tiver todos os requisitos de Pulitzer, para que precisa do ensino?" Marques Gastão relembra, igualmente, que há jornalistas que marcaram o seu lugar no mundo jornalístico sem o ensino universitário. Convictamente, diz que aqueles que estudam e desde cedo não mostram qualquer valor intrínseco para a profissão, irão falhar no futuro. Para o autor, apesar de existirem escolas de jornalismo na América e na Europa, o ensino não passa de um série de exercícios de redacção, faltando muita prática a quem delas sai formado.

Não é de excluir que por trás das posições hiper-conservadoras e de resistência à mudança evidenciadas por autores como Gastão estivesse um certo receio dos jornalistas "instalados" e "feitos" nas redacções à hipótese destas serem "invadidas" por jornalistas formados em escolas específicas ou mesmo em universidades. Mário Matos e Lemos (1964: 28-32 e 39), por exemplo, acusou os jornalistas da "velha guarda" de não quererem uma escola superior de jornalismo por estarem presos "às antigas concepções jornalísticas" e não terem qualquer preparação teórica que lhes permitisse "acompanhar o progresso". Para ele, era "praticamente impossível explicar a muitos dos velhos profissionais que se nasce tanto jornalista como médico ou advogado. A prática é indispensável, mas o conhecimento teórico é, pelo menos, tão indispensável como aquele." (Matos e Lemos, 1964: 28) Mário Matos e Lemos, aliás, era extremamente crítico para com os padrões de recrutamento de então, que privilegiavam quem "não quis ou não pode acabar o curso dos liceus ou superior. Surgem, assim, nas redacções um bom número de falhados que enveredam pelo jornalismo porque não sabem fazer mais nada do que

escrever, geralmente em mau português, e mais nada." (Matos e Lemos, 1964: 28) Este último ponto é relevante, pois os autores portugueses que reflectem sobre o ensino do jornalismo, mesmo quando admitem a existência de escolas e jornalismo, também manifestam dúvidas sobre os tipos de escola a fundar, os tipos de cursos a criar, em função dos possíveis destinatários e, em particular, sobre se o ensino do jornalismo deveria ter lugar nas universidades.

Mário Matos e Lemos (1964: 28-32) aborda, igualmente, um outro ponto correlacionado com o ensino do jornalismo. Para ele, seria quase uma perda de tempo mudar a legislação sobre a liberdade de imprensa em Portugal para a adequar ao princípio da responsabilidade social próprio das democracias ocidentais sem se alterar o regime de acesso ao exercício do jornalismo, o que começaria pela institucionalização de cursos superiores para a formação de jornalistas de quatro ou cinco anos de duração e coroados por um estágio, à semelhança do que acontecia em "todos os países do mundo civilizado".

> "A excepção que Portugal constitui – e qualquer reforma da imprensa que se faça deverá começar por aqui – é paga por um nível cada vez mais baixo nas redacções dos jornais. A velha guarda, naturalmente, presa às antigas concepções – a nenhuma preparação teórica impede-lhes, quase sempre, acompanhar o progresso; os novos, incapazes de apresentarem ideias estruturadas. Entre uns e outros, uns tantos novos, conscientes, debatendo-se, uns quantos veteranos já indiferentes. E cada vez menos os tempos permitem amadores seja onde for, portanto também não no jornalismo." (Matos e Lemos, 1964: 29-30)

Costa Carvalho (1971: 8-10) afirma, por seu turno, que o jornalista "não se faz (...), nasce (...) para ser feito", pelo que defende a institucionalização do ensino do jornalismo, certo de que se a escola não faz tudo, pelo menos completa e orienta. Mais, para ele "o diletantismo e o autodidactismo" já tiveram a sua época. Diz ele:

> "não é raro que o jornalista adventício tenha de suportar, quando movido pelo esforço de valorização profissional, através do estudo sistemático, os motejos dos veteranos que, quantas vezes só na tarimba, chegam à tal "predestinação" de que se proclamam bafejados *ab ovo* e cujos favores entendem não ser de alcançar enveredando pela qualidade e quantidade das habilitações literárias."

Costa Carvalho manifesta-se, também, bastante crítico para com as políticas de recrutamento dos jornalistas praticado pelas empresas portuguesas, que "*descobrem* os valores, recrutados ao acaso e com total confiança nos desígnios da Providência ou dos pedidos de intermediários das relações" (Costa Carvalho, 1971: 10).

A discussão sobre a criação, ou não, de escolas e cursos de jornalismo em Portugal foi animada por uma espécie de curso livre de jornalismo organizado pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, em que vários palestrantes, numa série de conferências, abordaram os seguintes temas: "Técnicas de Edição e Preparação de jornais" (Pedro Correia Martins, director de *A Voz*), "Órgãos de Opinião e Órgãos de Informação" (Prof. Dr. Jacinto Ferreira, director de *O Debate*), "Ética e Responsabilidade no Jornalismo" (Barradas de Oliveira, director do *Diário da Manhã*), "Tendências Actuais da Imprensa" (João Coito, jornalista do *Diário de Notícias*), "A Imprensa Científica" (Doutor Almerindo Lessa, director da *Semana Médica*), "Responsabilidade do Jornalismo Infantil" (Adolfo Simões Müller, director dos jornais infantis *Zorro e João Ratão*), "Métodos e Problemas do Jornalismo Desportivo" (Trabucho Alexandre, chefe de redacção do *Diário Ilustrado*), "Técnicas do Jornalismo Falado" (Silva Dias, director de programas da Emissora Nacional), "Algumas Considerações sobre o Regime Jurídico da Imprensa" (Monsenhor António Avelino Gonçalves, director do *Novidades*) e "O Jornalismo e os Modernos Meios Audiovisuais" (Barradas da Silva, director-geral da RTP). Os textos das palestras foram, posteriormente, reunidas num livro, editado, em 1963, pela Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, intitulado sugestivamente *Curso de Jornalismo*. Nele se verifica que logo o primeiro conferencista fugiu ao tema. Em vez de abordar a edição de jornais, falou da sua vida de jornalista, argumentando que não tinha tido tempo de preparar a conferência. E assim decorreu esse pioneiro "curso de jornalismo" em Portugal, cujos textos serão dissecados adiante.

Em 1964, Mário Matos Lemos, no já referido ensaio sobre liberdade de imprensa, defendia a criação de uma escola universitária de jornalismo, com um curso de quatro ou cinco anos que culminasse num estágio profissional, devendo o número de vagas depender das necessidades do mercado. Dois anos depois, o *Diário Popular* organizou, com bastante

sucesso, um pequeno curso de jornalismo nas suas instalações[7]. Este foi seguido, em 1968, pelo curso de jornalismo do Sindicato Nacional de Jornalistas[8], frequentado por cerca de 385 interessados[9], entre os quais cerca de 200 jornalistas sindicalizados que queriam melhorar a sua formação, e vários alunos por correspondência. Ainda assim, nenhum curso superior com reconhecimento oficial especificamente denominado como sendo de Jornalismo veria a luz do dia em Portugal até à criação da licenciatura em Jornalismo da Universidade de Coimbra, em 1993, apesar do Sindicato Nacional dos Jornalistas (1971c) ter submetido ao ministro da Educação, em 1971, o *Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal*, delineado por uma comissão constituída por jornalistas[10], alguns deles com formação superior em jornalismo obtida no estrangeiro, no qual se previa a fundação de um curso de Ciências da Informação, com dois níveis (três anos para bacharelato, cinco para licenciatura) que formasse jornalistas multimédia (de jornal, rádio, televisão e cinema) num estabelecimento de ensino específico, cuja denominação proposta era Instituto Superior de Ciências da Informação. Seria, identicamente, possível conferir o grau de doutor em Ciências da Informação.

O projecto admitia que o curso tivesse três domínios: ciências da informação; técnica da informação (as disciplinas desta área seriam leccionadas em laboratórios de imprensa, fotografia, rádio, televisão e cinema); e cultura para a informação. Nada diferente, portanto, da generalidade dos cursos de Jornalismo e Ciências da Comunicação actuais. No projecto, explicava-se que o ensino superior do jornalismo nas universidades lhe daria as mesmas garantias e que já beneficiariam outras profissões intelectuais, até porque "o jornalismo supõe um conheci-

[7] O curso, teórico-prático, foi ministrado na própria sala de redacção, ao longo de três semanas, a 25 formandos, por pessoal do quadro do Diário Popular. Após provas escritas e orais, os quatro melhores foram convidados para integrarem a redacção do periódico.

[8] O curso decorreu ao longo de quatro meses, com aulas teóricas e práticas em várias áreas (língua, técnicas jornalísticas, cultura para a informação...), com exame final.

[9] Números avançados pela revista Vida Mundial de 30 de Maio de 1969.

[10] Manuel da Silva Costa (presidente do SNJ), Jacinto Baptista, João Gomes, Cáceres Monteiro (secretário), José Lechner (formado pela Escola Superior de Jornalismo de Lille e pelo Instituto Francês da Imprensa da Universidade de Paris, Oliveira Figueiredo (formado pela Escola de Jornalismo da Igreja, de Madrid), Carlos Ponte Leça (formado na Universidade de Navarra) e António dos Reis (formado pela Universidade Internacional Pro Deo, de Roma).

mento profundo das ciências e técnicas de informação, o que implica (...) uma aprendizagem" (SNJ, 1971c: 9).

No mesmo ano em que o Sindicato apresentou o seu projecto, foi instituída a já Escola Superior de Meios de Comunicação Social, que oferecia, entre outros, um curso de Jornalismo. Porém, a escola seria extinta após a Revolução.

Pode dizer-se, pois, que a reflexão sobre o ensino do jornalismo produzida em Portugal acompanhou não só o processo de gradual profissionalização dos jornalistas como também a tendência de se considerar o jornalismo uma profissão técnica passível de ser ensinada, como outras profissões liberais, e um objecto científico, com fronteiras determinadas, teoria e metodologias próprias, embora estas últimas geralmente importadas, com adaptações, das ciências sociais e humanas.

4. Teoria do jornalismo

Pode dizer-se que vários autores portugueses teorizaram o jornalismo desde diferentes perspectivas. Fraga (1958), por exemplo, debruçou-se sobre as relações entre jornalismo, história e pensamento; Lechner (1971) sobre o boato; Silva Dias (1968) e Beckert d'Assumpção (1970) sobre rádio e jornalismo de rádio; Lúpi (1958) reflectiu sobre os meios de comunicação social e a defesa do regime. Num tom diferente, Nuno Rosado (1966: 121), relembrando as pesquisas de Jacques Kayser, sustenta que o jornalismo influencia o processo de instrução, alimenta debates e intensifica as polémicas.

Por seu turno, Fidelino de Figueiredo (1957: 204), ao referir-se às relações entre história, jornalismo e sociedade, explica que "A paz entre os homens e os povos começa nas aulas de história e nas redacções das agências noticiosas, das emissoras e dos jornais diários". Beckert d'Assumpção (1971) vai além da história e pretende que no jornalismo se estudem as configurações do futuro.

Gustavo de Fraga (1958) reflecte, genericamente, sobre a performatividade jornalística, assente no domínio das técnicas de informação. Diz ainda que os meios de comunicação "constituem diariamente a teia intersubjectiva da consciência da época", pelo que "o jornalista é um dos mais categorizados e responsáveis funcionários da humanidade". Ora, como "o jornalismo será sempre, em grande parte, o que for o jornalista,

dependerá em parte essencial da sua maturidade cultural e do seu escrúpulo e sentido de responsabilidade" (Fraga, 1958: 15), então o autor sugere que as responsabilidades cometidas ao jornalista tenham equivalente na formação que lhe é exigida, o que naturalmente significa uma formação superior. Qual é, então, a função do jornalista? É despertar as consciências individuais: "Quer actue na rádio quer na imprensa, sob limitações legais determinadas e sob condições técnicas que limitam e impõem certas formas de expressão, ele está na vanguarda de todos os que mantêm despertas as possibilidades de reacção do humano disperso na massa, se tomar consciência (...) da missão a que é chamado" (Fraga, 1958: 14)

Já sobre radiojornalismo, Beckert d'Assumpção (1970: 37), pretende que a rádio "como transportadora técnica de informações, ao mesmo tempo que cria uniformidades por um lado vai, pelo outro, abrindo mais as brechas da diversidade". O autor exige, ainda, um maior controlo sobre a ética do radiojornalismo, pois considera que a rádio é um "poderosíssimo meio" de formação de opinião, pois encontra-se "mais perto da comunicação cara-a-cara, de homem para homem, com a preferência de ser omnidireccional, com a vantagem, por vezes, de ser anónima, impessoal, uma voz não deste nem daquele, mas que (...) actua (...) como a voz da consciência" (Beckert d'Assumpção, 1970: 40).

De qualquer modo, pode dizer-se que os livros sobre teoria do jornalismo em geral, em Portugal, tendem a ser desenvolvimentos da crítica ao jornalismo feita no século XIX e assumem, predominantemente, cinco dimensões, como veremos:

1) O estabelecimento do *território* do jornalismo, da *natureza*, *funções* e *papéis sociais* da actividade, das suas *transformações* e dos seus principais agentes, os *jornalistas*;

2) A intenção de *moralização e dignificação* das práticas profissionais e da própria *profissão* (para uns) ou *ocupação* (para outros) dos jornalistas;

3) A crítica aos *media*;

4) A perspectivação da *influência* do jornalismo na sociedade;

5) As técnicas e a expressão jornalísticas.

É de referir que de uma teorização de natureza meramente intuitiva, se passará, progressivamente, a uma teorização de natureza mais sociológica, em que são visíveis várias influências estrangeiras, até pela diversidade de fontes citadas.

4.1 O território do jornalismo e os jornalistas

São muitas as descrições sobre o território do jornalismo e dos jornalistas na produção intelectual portuguesa. Talvez a mais interessante dessas descrições seja a do filósofo Gustavo de Fraga (1958: 15): "Mundo de aventura e de novidade que o é, o jornalismo é transmissão e recriação por um meio próprio de expressão".

Nuno Rosado (1966: 11-13) caracteriza a imprensa como um meio público de difusão de informações. Também chama a atenção para as funções da imprensa, já que considera ser principais deveres do jornalismo "informar com verdade" e, através dos conteúdos opinativos, "esclarecer (...) para *orientar*". Para este último autor, é ainda missão da imprensa "exercer uma acção formativa" e moralizadora na sociedade. Rosado (1966: 18) aborda, em consequência, os critérios de noticiabilidade que devem presidir à selecção de notícias, que para ele são o *interesse, a oportunidade e a existência de um conteúdo cultural ou moralizador e a actualidade*. Sobre este último, Rosado (1966: 122) cita o jornalista Augusto de Castro:

> "*Actualidade* – eis outra palavra que o jornalismo criou e que só o jornalismo explica. A *actualidade* é um fenómeno colectivo que apenas conheceram o último quartel do século último e o nosso século. O sincronismo da vida e de espírito, que a palavra actualidade exprime, provém do jornal, ou, melhor, da actualidade mental que a palavra *jornalismo* traduz."

Para Rosado (1966: 18), porém, também há critérios selectivos relacionado com a elaboração da notícia: *o nível literário* do texto, ou seja, a sua qualidade intrínseca, mas também a *clareza, a simplicidade, o realismo e a brevidade.*

Apesar de o jornal sair para a rua todos os dias, conserva, para determinados autores, algo de *mistério romântico* (o que certamente atraiu para o jornalismo muitos jovens aos longo do tempo):

Uma concepção comum do jornalista nos autores portugueses, na sua luta pela *dignificação e justificação* da profissão, é a do *jornalista paladino*, espécie de *cavaleiro andante*. Alberto Bessa (1904: 26) escrevia, ainda nos alvores do século XX: "O jornalista deve sentir todas as dores, revoltar-se contra todas as injustiças, aplaudir todas as boas acções, opor-se a todas as vilezas (...), só deve ferir combates cuja vitória nobilite e enalteça o vencedor".

O conceito mais vezes repetido pelos autores portugueses para caracterizar o verdadeiro jornalista é o do *jornalista sacerdote*. No entanto, Nuno Rosado (1966: 19-23), vê no jornalista um *profissional*, um *repórter*, frequentemente *especializado*, para poder comentar a notícia e orientar os leitores. A distinção entre a figura do repórter profissional e do "escritor de jornal" já é para esse autor, que escreve em 1966, um facto: "O jornalista não é, portanto, o dramaturgo que acidentalmente escreve um artigo, nem o político que de tempos a tempos publica um ensaio. O jornalista desempenha as suas funções quotidianamente, vivendo em pleno as missões de que é incumbido a fim de as poder transmitir, com o maior realismo e brevidade, ao público" (Rosado, 1966: 19). Nuno Rosado (1966: 21-22) pretende, ainda, que uma das principais qualidades do jornalista é *o espírito da conquista da notícia*, por outras palavras, a capacidade de usar os mais diversos expedientes para obter informações exclusivas em primeira-mão, batendo a concorrência, juízo que, conforme já se observou, é compartilhado pela generalidade dos jornalistas que legaram à posteridade as suas memórias profissionais.

Embora por outras palavras, também Gustavo de Fraga (1958: 5) coloca ênfase no jornalista como selector: "O redactor tem de encontrar a sua coordenada exacta, porque ele pode exercer uma acção permanente sobre a essência do serviço que lhe é entregue, descobrindo a perspectiva objectiva, seleccionando, dando ou evitando notas emocionais e pessoais, servindo ou não interesses e paixões, descobrindo o acidental e o transitório. O repórter pode ou não dominar o acontecimento, vivê-lo tomando, ou não, partido."

4.2 Moralização e dignificação do jornalismo e dos jornalistas: ética e deontologia

São várias as considerações dos autores portugueses sobre os jornalistas e o jornalismo que enaltecem ou criticam a actividade e os seus agentes com fins de moralização e dignificação da actividade. Essas considerações desembocam, portanto, em grande medida, no campo da *ética* e da *deontologia*.

Nuno Rosado (1966: 16-17) é um dos autores que põe a tónica da acção jornalística no respeito pelos valores profissionais atrás referidos e ainda na *honestidade*, mas acrescenta às funções da imprensa uma *acção moralizante*:

> "A verdade contida em certa notícia deve ser exposta não só com clareza e simplicidade mas também com honestidade (...) A independência que revela no exercício da sua missão mede-se pelos conceitos valorativos que utiliza tendo por ponto de referência os princípios da ética e os superiores interesses da colectividade. A imprensa tem, sobretudo na sua função orientadora, uma função cultural e moralizadora."

Nuno Rosado (1966: 11-13) explicita, em acréscimo, que "Se a informação for deturpada, o leitor tende a perder a confiança; se os critérios [de noticiabilidade] (...) pecam por ausência de fundamentos, por inconsciência ou má fé, surge a desorientação." Esse autor é particularmente crítico para com a propagação da mentira e do boato através dos meios jornalísticos e para com o sensacionalismo, que apenas aproveitaria, na sua versão, a "minoria de leitores apreciadora dos escândalos". Por isso, embora não o diga claramente, o autor procura justificar a censura à imprensa exercida pelas autoridades civis e religiosas.

4.3 A crítica aos media

Entre outras perspectivas já delineadas, a produção intelectual portuguesa sobre jornalismo abordou com grande relevo a pretensa perda de independência dos meios de comunicação social e dos jornalistas pela sua ligação a grupos económicos (Tengarrinha, 1965: 194-196). Nuno Rosado (1966: 90), por exemplo, sustenta que "Os altos interesses financeiros de determinados grupos, detentores (...) de jornais e de outros

órgãos de informação, nem sempre se curvaram perante as realidades. Quer dizer: Uma grande parte da imprensa (...) tende a comercializar-se, isto é, em vez de informar objectivamente vende notícias".

Num registo diferente, João Arnaldo Maia (1974) acusa os meios jornalísticos de então de serem dominados por uma "minoria dominante" sendo usados como uma "arma ao serviço do Governo para envenenar a opinião pública". O autor exigia, assim, que na eventualidade do regresso à democracia no país se instituísse uma política de controlo democrático dos meios de informação e que um futuro Governo democraticamente eleito viesse a apoiar financeiramente os meios de partidos políticos e sindicatos. Também Miller Guerra (1971) denuncia os alegados perigos da concentração das empresas jornalísticas, pois, de acordo com o autor, os monopólios jornalísticos potenciam a uniformização, a banalização e a mercantilização dos conteúdos informativos, que passam a estar sujeitos às leis do mercado. "O objecto próprio (...) da imprensa que consiste (...) em informar, educar e distrair, decai ou degenera numa espécie de mercadoria em que o divertimento constitui a preocupação principal. As consequências (...) são desastrosas para a cultura dum povo" e para o exercício da crítica, afirma Miller Guerra (1971: 78).

Um outro alvo das críticas dos teóricos portugueses ao jornalismo é a vertiginosa velocidade da informação, que deixa pouco tempo à reflexão, mas também aumenta o poder dos jornais, que ditam a actualidade: "Hoje é-se célebre em vinte e quatro horas", dizia Augusto de Castro (*cit. in* Rosado, 1966: 122).

4.4 As técnicas e a expressão jornalísticas

Não foram muitos os livros sobre técnicas jornalísticas publicados em Portugal, por autores portugueses, entre 1958 e 1974. Paradoxalmente, dizem respeito à rádio (Curado Ribeiro, 1964) e à televisão (Caio, 1966), então relativamente recentes no país, e não à multissecular imprensa. Nenhum deles é exclusivamente um livro sobre técnicas jornalísticas, antes as abordam nos contextos mais vastos da produção de programas de rádio e de televisão, respectivamente.

Fernando Curado Ribeiro (1964: 125) demonstra perceber a individualidade do meio "rádio": "A rádio-informação cumprirá melhor a

sua missão se se alhear da ideia da existência de jornais. Deverá, pois, ter presente as características que o meio lhe impõe e utilizar as vantagens que lhe concede". Como deve ser elaborada, então, a rádio-informação? Em primeiro lugar, o autor diz, e repete, que a voz é o principal instrumento do repórter de rádio e é na sua modulação que assenta o sucesso ou insucesso da locução. As notícias de rádio, prossegue o autor, devem ser redigidas de forma breve e clara e lidas com "boa voz" e "boa dicção", em "tom neutro" e "íntimo", evitando os momentos de silêncio, *dizendo* as coisas e não *falando-as* (Curado Ribeiro, 1964: 126-127). Além disso, a rádio deve aproveitar-se da sua velocidade para dar as notícias no momento dos acontecimentos ou mal se saiba das mesmas, embora o autor advirta, igualmente, que "a rapidez das informações é uma ameaça permanente à sua veracidade" (Curado Ribeiro, 1964: 126). Fernando Curado Ribeiro distingue, ainda, a reportagem em diferido da reportagem em directo. Para ele, o repórter de rádio deve treinar as suas técnicas de improvisação para o directo, tirando partido dos sons que possam servir de pano de fundo nos locais dos acontecimentos. Para as reportagens em diferido, que podem ser editadas, o repórter de rádio deve, segundo Curado Ribeiro, adestrar-se nas técnicas de edição (sobreposições e justaposições de som, uso de sons de diferente proveniência, como os sons ambiente, os sons de entrevista ou a música).

Horácio Caio (1966) fala dos tipos de imagem, das técnicas de edição de imagens (corte, encadeado e fusão) e dá os seguintes conselhos sobre a escrita de notícias para televisão:

> *"1º Despertar o interesse no trecho de abertura (...).*
> *2ª Escrever para o ouvido*, adoptar um modo coloquial de dizer. Evitar o emprego de lugares-comuns e escolher (...) palavras de fácil compreensão. Decompor a notícia em frases, cada uma delas com um ou dois factos importantes.
> *3º Escrever no tempo presente (...).*
> *4º Ser objectivo* (...)." (Caio, 1966: 66)

A propósito da entrevista, Horácio Caio regista que "a conversa deve ser directa (...). O entrevistador deve tomar o lugar do espectador e procurar que o entrevistado responda a perguntas que estes desejariam fazer", evitando intimidades e fugas ao tema.

4.5 Gastão (1959): o jornalismo como um ramo da literatura

Em *A Nobre Condição do Jornalista Perante a Literatura,* Marques Gastão evidencia a forte competição que existe no jornalismo, de onde pode surgir o melhor, mas também o pior, criticando quer "a ânsia das novidades especulativas", que provocam o aumento das tiragens, quer o industrialismo jornalístico, que se sobrepõe ao idealismo.

Passando, seguidamente, às relações entre jornalismo e literatura, tema que dá mote ao título da obra, Gastão defende que, no essencial, o jornalista precisa de ser capaz de expor ao leitor notícias de forma concisa, clara, veemente, pitoresca e exacta, para serem entendidas e compreendidas sem erros, mas, apesar de tudo, para ele a elaboração do enunciado jornalístico é um *acto de criação*. O autor cita mesmo o jornalista e escritor brasileiro António Olinto, que afirmava que o jornalismo tem tantas oportunidades como as outras artes para criar obras artísticas, pois a matéria-prima do trabalho do jornalista é a mesma que o poeta e o escritor usam – a *palavra*. É errado, portanto, dizer-se que o jornalista não pode ser um artista, até porque "nem todos os poetas escrevem poesia". O jornalismo, para Marques Gastão, é mesmo, pelo menos em potência, uma espécie de *literatura diária.*

Marques Gastão considera que a única ingratidão para com o jornalista é a falta de permanência da notícia, pois esta, ao longo do tempo, tende a perder a sua força, pelo desvanecimento do seu carácter de novidade: "O que pode torturar o jornalista é a permanência. Ligado ao tempo que flui, à notícia que, um dia depois, é capaz de perder a força, sente-se preso ao imediato, à transitoriedade. É preciso, contudo, que ele compreenda o que é *Notícia*. No plano mais alto, notícia (...) é tudo o que insuflando-se nas palavras, busca uma comunicação". Assim, o importante no trabalho jornalístico é, para o autor, que as notícias que um jornalista faz tenham algo de intemporal, para terem sempre a mesma força.

Para Gastão, a grande diferença entre a *literatura diária e a literatura de sempre* está na reacção do leitor. A literatura diária, própria do jornalismo, dá lugar a uma reacção imediata; a literatura de sempre gera a sedução da posteridade.

Apesar de tudo, Marques Gastão também acredita que as circunstâncias profissionais e os objectivos informativos dos meios jornalísticos limitam artisticamente o jornalista. Ainda assim, diagnostica que determinados

jornalistas cultivam a técnica vocabular e um estilo próprio, enquanto outros não o fazem.

O autor cita, mais uma vez, Olinto, que afirmava que "os jornalistas, poetas e escritores colocam a sua arte num lugar pior que numa organização – ao serviço de uma ortodoxia", mas, para uns e outros, o que importa é a permanência e importância da linguagem.

Marques Gastão defende, assim, em tese, que o trabalho de opinião elaborado por um jornalista pode ser elaborado com arte. Neste caso, o jornalista, enquanto homem com opinião, deve mostrar as coisas como são, mas também deve fazer as pessoas pensarem. Tanto o jornal como os romances são, na versão de Gastão, reflexões sobre a sociedade.

A reportagem, segundo Gastão, também permite a expressão jornalística com arte. A propósito, faz novo paralelo com a literatura. O autor socorre-se, neste ponto, mais uma vez, de Olinto, que no seu livro *O Sentido da Reportagem* explica que embora uma reportagem ou uma notícia façam reviver momentos do quotidiano, com sentido no imediato, uma obra literária pode também morrer com o tempo. Assim, para Gastão, um verdadeiro jornalista consegue fixar a notícia no tempo, tal como um escritor fixa a sua obra. Foi assim, naturalmente, que surgiram os livros de viagem elaborados por jornalistas, explica o autor.

Marques Gastão considera que o jornalista deve contemplar as situações e senti-las da mesma forma que as pessoas sentem. A partir daí, precisa de transformar essas sensações em palavras de uso diário. No entanto, seguindo as regras, não pode transpor para o seu texto as suas emoções, como o escritor faz, o que não o impede de redigir com arte. Aliás, para Marques Gastão nem todos os jornalistas estão viciados na rotina, pelo que as emoções, muitas vezes, aparecem mais sinceras e profundas no texto jornalístico do que num romance. Marques Gastão afirma, porém, que o jornalismo, para assumir uma forma mais literária, sujeita-se à descrição e narração, mas não pode fugir da realidade, ao contrário da ficção.

De acordo com as regras, o jornalista que escreve tenta colocar o leitor numa posição "visual" para compreender o acontecimento. Tem de questionar: "Que coisa aconteceu? Quem provocou a coisa acontecida? Onde foi? Porquê? Para quê?" São estas, segundo Gastão, citando Olinto, as perguntas que têm de ser respondidas na notícia. Uma obra literária não necessita, relembra Gastão, de responder a estas questões todas.

Para Marques Gastão, a reportagem é também um conto, recolhendo

factos e pessoas, incidências boas ou más, para criar o seu próprio enredo, o que a torna próxima da literatura. Todas as reportagens são, para Gastão, contos que o jornalista escreve com dados actuais e factuais. O contorno literário e artístico na reportagem obtém-se, diz Gastão, através da utilização de uma linguagem pessoal pelo jornalista. Inclusivamente, o autor recorda que o hábito da reportagem contribuiu para muitos jornalistas escreverem livros.

Realçando pontos cruciais da teoria do jornalismo (relação entre jornalismo e realidade, valores, ética, pressão do tempo e do espaço, constrangimentos organizacionais, rotinas e "vícios profissionais", adaptação ao público...), Marques Gastão conclui que devem acabar os preconceitos contra os jornais e os jornalistas capazes de redigirem com arte sem fugirem aos factos, pois "aqueles que negam ao jornalismo a classificação de Obra de Arte, eles que não são *Escritores de Jornal*" deveriam pensar nos casos de jornalistas-escritores como Jack London, Chersterton, Hemmingway e outros.

4.6 Um "curso de jornalismo"

Em 1963, foi organizado o livro *Curso de Jornalismo,* que reunia os textos de uma série de conferências realizadas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), da Universidade Técnica de Lisboa, eufemisticamente apelidadas, precisamente, de "curso de jornalismo". Através da sua leitura, é possível perceber quais os elementos centrais da teorização do jornalismo para a comunidade académica portuguesa da altura e determinar quanto a conjuntura influenciou a orientação do curso.

Dez textos povoam o livro: "Técnicas de Edição e Preparação de jornais" (Pedro Correia Martins, director de A Voz), "Órgãos de Opinião e Órgãos de Informação" (Prof. Dr. Jacinto Ferreira, director de O Debate), "Ética e Responsabilidade no Jornalismo" (Barradas de Oliveira, director do Diário da Manhã), "Tendências Actuais da Imprensa" (João Coito, jornalista do Diário de Notícias), "A Imprensa Científica" (Doutor Almerindo Lessa, director da Semana Médica), "Responsabilidade do Jornalismo Infantil" (Adolfo Simões Müller, director dos jornais infantis Zorro e João Ratão), "Métodos e Problemas do Jornalismo Desportivo" (Trabucho Alexandre, chefe de redacção do Diário Ilustrado),

"Técnicas do Jornalismo Falado" (Silva Dias, director de programas da Emissora Nacional), "Algumas Considerações sobre o Regime Jurídico da Imprensa" (Monsenhor António Avelino Gonçalves, director do Novidades) e "O Jornalismo e os Modernos Meios Audiovisuais" (Barradas da Silva, director-geral da RTP). Essa organização documenta, desde logo, a centralidade da imprensa escrita na sociedade portuguesa da época, pois apenas dois dos textos são dedicados ao jornalismo de rádio e de televisão. Afinal, tal como já fizemos referência ao abrir este texto, o radiojornalismo e o telejornalismo eram incipientes em Portugal.

4.6.1 Técnicas de edição e preparação de jornais, por Pedro Correia Martins

Pedro Correia Martins fala pouco da edição e preparação de jornais. Relembra o autor que "A imprensa tem um grande poder, para o bem e para o mal", exemplificando com a campanha contra o Rei e a Família Real no final da Monarquia. "Na bala que matou D. Carlos I (...) iam também os comentários insidiosos dos jornais. A campanha jornalística era intensa (...). Quem a movia sabia que as massas (...) se apaixonam não pelas ideias, mas pelas pessoas. As ideias são uma coisa abstracta que pouco interessa ao grane público. As pessoas, sim (...)." Fica assim explicada, segundo o director de *A Voz*, a relevância da orientação editorial de um jornal, traduzida em pormenores como os títulos das notícias e a forma de tratar a informação. Por isso, cada director, responsável máximo da redacção de um periódico, necessita de escolher com sapiência redactores e colaboradores, já que serão estes a plasmar nos textos a linha editorial do jornal e a ditar o sucesso ou insucesso do mesmo. "A responsabilidade da direcção de um órgão de opinião pública é pois muito grande. Para isso, tem de educar o seu pessoal no aspecto profissional e no aspecto moral (...) para que o periódico não seja ridículo, um amontoado de disparates pretensiosos ou de desmazelos literários", escreve Correia Martins, colocando o acento tónico num dos problemas do jornalismo português da época – era um feudo de "escritores de jornal" frustrados por não serem reconhecidos como verdadeiros escritores. Outro problema que ecoa da prosa de Correia Martins era o da sobreinformação. Devido ao "excesso" de notícias, cada vez menos se saberia das coisas em profundidade.

4.6.2 Órgãos de opinião e órgãos de informação, por Jacinto Ferreira

Jacinto Ferreira, professor universitário e director de *O Debate,* reconhece que o conceito de "jornalista" evoluiu, mas está implícita nas suas palavras a ideia de que os "autênticos jornalistas" seriam apenas aqueles que, como ele, eram também "homens de letras". Por isso, para o autor, "jornalistas completos", haveria poucos em Portugal, apesar da "legião de pessoas com capacidade e desejo de encher as colunas das gazetas". Diga-se, aliás, pela voz de Jacinto Ferreira, que certamente aspiraria a ter carteira de jornalista, que os directores de jornais, em alguns casos jornalistas "completos", não poderiam ter carteira profissional de jornalista, já que o Sindicato Nacional dos Jornalistas, entidade emissora do título profissional, apenas o outorgava a trabalhadores e não a "representantes dos patrões".

Embora reconhecendo a dificuldade da tarefa, no seu texto Jacinto Ferreira procura distinguir os jornais de informação dos jornais de opinião, elogiando estes últimos (o que não é de espantar, dada a sua condição de director de um órgão de opinião) e denegrindo os primeiros. Começa uma abordagem ao jornalismo de informação dizendo que deve a sua expansão à melhoria das comunicações, que facilitou o acesso fácil e imediato aos acontecimentos. Chama, no entanto, a atenção para a preferência do público pelos acontecimentos negativos, "porque o bem não faz escândalo nem causa admiração". Salienta que apesar de existirem jornais exclusivamente de opinião, o contrário não acontece: "raros são os que se possam classificar exclusivamente de informação." Define órgão de opinião como "aquele cuja finalidade fundamental consiste em difundir um conjunto de princípios religiosos, morais, políticos, etc. fazer deles a máxima propaganda possível.", não o movendo o lucro. Pelo contrário, um órgão de informação seria "aquele que, movido apenas pela intenção do lucro (...), se estabelece como uma indústria, procurando (...) aumentar a sua tiragem." Refere, também, a existência de órgãos mistos de informação e opinião, fazendo uma reflexão sobre o facto de nestes a opinião ser preterida a favor da informação. Segundo o autor, nesses órgãos o aspecto informativo é mais apelativo, ainda que não tenha a profundidade da opinião. Escreve Jacinto Ferreira:

> "Não é (...) caso raro a existência de órgãos mistos de informação e de opinião, embora sacrificando esta àquela, porque a ansiedade pela informação faz com que seja posto de lado o jornal logo que essa ansiedade

> fique satisfeita, prejudicando-se a assimilação das opiniões que requerem uma leitura mais profunda e mais prolongada. Quase sempre este carácter misto resulta de um enxerto da opinião na informação, quando poderosos meios financeiros, ao serviço de uma determinada ideologia, lançam mão, por compra, de órgãos já existentes de informação, para assim poderem levar junto de uma larga massa de gente indiferente o conhecimento das suas doutrinas.

O autor aponta dois elementos essenciais para a imprensa de informação: "o público e o repórter." Já a imprensa de opinião necessita do "assinante e [d]o colaborador". Jacinto Ferreira é muito crítico do público, comparando-o quer a um toxicodependente, quer a uma vítima:

> "O público é o grande intoxicado pelo veneno noticioso dos casos de rua e das agências. Muitas pessoas há que devoram com mórbido prazer todo o noticiário dos crimes, das desgraças, dos acidentes, dos desastres, dos incêndios, das desordens e motins (...). E entram numa agitação incontida – como sucede ao fumador, ao alcoólico e ao morfinómano – quando lhes falta o excitante (...)."

Indo mais longe, o autor cita Oliveira Martins para criticar a atitude do público, que privilegiaria a notícia e a reportagem:

> "O público, de cujos caprichos vivem as empresas jornalísticas, é (...) o grande doente (...), ou excitado por mil apetites, ou entorpecido pelos cansaços da orgia.
> (...)
> Devora-te [público] a sede insaciável de notícias. Passas pela vista sôfrega, numa grande agitação, centenas de folhas, e depois, estonteado, apalpas o vazio. Tanto quiseste saber num minuto que ficaste ignorando tudo. Queres os nervos excitados: notícias de sensação e escândalo. Fizeste da reportagem uma necessidade, quase uma instituição, e és vítima do teu invento. Ela explora-te e imbeciliza-te. Queixas-te da imprensa banal e fizeste-a com o teu auxílio constante, com a tua curiosidade sem escrúpulos."

É esse público que, para o autor, "as empresas dos jornais de informação deseducam e desvirilizam com a sua prosa anónima e neutralista, com receito de lhe serem desagradáveis e de perderem a venda."

Nesse o contexto, e citando Fialho de Almeida, o repórter não seria

mais do que:

> "O caixeiro de fora do jornal, um receptador e um transmissor de casos, sem outra missão além de os inquirir imparcialmente nos locais onde eles se produzem e de os trazer ao julgamento perante o critério do corpo da redacção. Pela subalternidade do ofício e pela classe vaga e incompetente de indivíduos donde entre nós o repórter é tirado, pressupõe-se que este funcionário não exceda um nível de cultura abaixo do mediano, nem, na maior parte dos casos, possa gabar-se de um dom de penetração por aí além. Ele não é um homem de letras e, por outro lado, falta-lhe a educação que o transforme num crítico incisivo dos acontecimentos.
> (...)
> O *entrevisteiro* é o repórter em diplomata, o homem encarregado de sujeitar a um questionário os heróis do dia e de inferir das respostas obtidas um certo número de requisitos fulgurantes."

Não satisfeito, Jacinto Ferreira ainda se sente na obrigação de recorrer a Ramalho Ortigão para denegrir ainda mais a figura do jornalista dos órgãos de informação:

> "A missão do jornalista português não é ter ideias suas, é transmitir as ideias dos outros. O jornalista nunca se (...) recolhe com o seu problema para o (...) estudar (...). Procura apenas a solução achada pelo público, o público dele (...). Portanto, trabalha na rua (...) *informando-se*. É o termo técnico. Uma vez informado, o jornalista considera-se instruído (...), tem o jornal feito. O que ele escreve hoje (...) é o que vós lhe dissestes ontem. O jornal é o (...) transporte das ideias em circulação, das soluções previamente recebidas e aprovadas pelo consenso público. O jornalista é o (...) submisso (...) fiel da opinião. Não a dirige, não a corrige, não a modifica, não a tempera. O único serviço que faz é este: transporta-a dos centros públicos aos domicílios particulares."

O autor retrata, ainda, os assinantes dos órgãos de opinião. Diz que se revêem no periódico que assinam, mas também que têm uma espécie de sentido de posse sobre ela, exigindo, por vezes, contrapartidas que não podem ser satisfeitas, "como o de fazer publicar reportagens e fotografias de casamento das filhas ou das netas, o de influenciar a orientação do jornal (...) e o de ter as colunas à sua disposição para devaneios novelescos e poéticos." Porém, o autor é muito compreensivo em relação aos assinantes, que consideram o jornal "como seu" porque este "serve

a sua opinião, a sua ideologia, e colabora (...) na sua expansão".

O colaborador, por seu turno, "é a tabuleta do jornal de opinião", uma vez que tendem a ser recrutados entre um leque de personalidades conhecidas que podem dar prestígio e credibilidade ao jornal.

Jacinto Ferreira acentua, ainda, o carácter constrangedor da censura, que ao limitar a liberdade de expressão e de imprensa coarcta a oposição mas, ao mesmo tempo, dificulta o desenvolvimento da imprensa de opinião, mais susceptível de ser alvo da mesma. Para ele, a censura é uma "instituição anacrónica, pouco inteligente e até contraproducente".

Outra das diferenças apontadas pelo autor entre imprensa de opinião e imprensa de informação é o facto da primeira estar mais exposta às críticas dos leitores: "que precioso tempo não perde um director de um jornal de opinião a ler cartas que o descompõem e o insultam, a receber senhores que o procuram em atitudes ameaçadoras". O que origina esse tipo de situações, diz Jacinto Ferreira, é a polémica, que ele considera exclusiva da imprensa de opinião. A imprensa de informação, segundo o autor, é mais neutral, não suscitando, portanto, conflitos.

Jacinto Ferreira termina o texto da sua conferência questionando se um órgão de opinião deve ser diário ou semanal. Considera que apenas conjugando a opinião com muito boa informação é possível obter um bom jornal diário. Caso contrário, o jornal deverá optar por uma periodicidade semanal. Conclui sustentando que, pelos motivos já apontados, a imprensa de opinião é superior à imprensa de informação, sendo, igualmente, a responsabilidade dos dirigentes dos órgãos de opinião maior porque o seu público é mais exigente. O grande perigo que a imprensa de opinião encerra, na sua opinião, é o de fechar-se sobre si mesma, ao filtrar artigos que não se enquadram na respectiva linha editorial, sendo, portanto, "preciso (...) guardar o meio-termo".

4.6.3 Ética e responsabilidade no jornalismo, por Barradas de Oliveira

Barradas de Oliveira, director do *Diário da Manhã*, órgão vinculado ao partido único de então, a União Nacional, sustenta que só em abstracto se pode considerar a existência de um jornalismo de opinião e outro de informação, até porque a informação é sempre "marcada pelo critério do jornalista (...) ou (...) da empresa", enquanto a opinião necessita

de ser construída sobre informações. Portanto, o jornalismo, ao relatar acontecimentos e oferecer interpretações sobre os mesmos, participa na orientação da opinião. Assim, ao ter influência sobre o público, necessita, igualmente, de ter uma "atitude moral (...) perante os interesses da comunidade".

O repórter é, segundo o autor, o elemento central do jornalismo de informação, tanto quanto o editorialista o é no jornalismo de opinião. Porém, segundo Barradas de Oliveira, o repórter é cada vez menos vinculado a um jornal, "para se tornar o homem de uma agência, que serve um grande número de jornais".

Para Barradas de Oliveira, o jornalismo é condicionado por três factores: "Os meios de comunicação, o chamado direito à liberdade de informação, o direito de defesa invocado pelas sociedades constituídas." Os primeiros são condicionados pela concentração da propriedade, que mina a concorrência e a pluralidade. Segundo ele, esta é "uma situação trágica: o progresso técnico leva as grandes empresas de informação a concentrar-se sob o poder e ao serviço os magnates da finança.", o que levanta "dois problemas morais": "o do jornalista (...) que se apresenta desinteressadamente a expor opiniões que derivam da sua consciência e não de valores materiais; por outro lado, o da comunidade nacional, que visa o bem de todos, e não os interesses de alguns." O jornalista, nesse quadro, deve ter "boa fé", o que implica "o respeito à verdade e à justiça e o sentimento do dever de as repor onde quer que tenham sido ofendidas ou afastadas". É mais uma vez a ideia do jornalista como paladino da verdade que se infere das palavras de Barradas de Oliveira. Mais ainda, segundo o autor, um bom jornalista deve ter "desenvoltura na apreciação dos homens e das circunstâncias, uma rapidez no julgar, um sentido de equilíbrio, de bom senso, de verdade sem fantasia". A empresa jornalística, porém, é indissociável desse processo: "o conjunto jornalista-empresa" deve ter "plena responsabilidade perante os objectivos: verdade, educação do povo, paz social". No entanto, o autor reconhece que a missão do jornalista pode ser tolhida pelas restrições ao "direito de informação", que "para além da liberdade de expressão" implica "a liberdade de ir colher as informações às fontes (...) e a liberdade de as transmitir".

Para Barradas de Oliveira, devem ser considerados quatro elementos da função jornalística: o público, o jornalista, a empresa e o estado. Refere que o público é ao mesmo tempo o receptor e o fornecedor

do produto informativo. Aborda a "chamada opinião pública" dizendo que esta existe apenas como receptáculo da opinião difundida pelos *media*, já que, segundo afirma, "o público não cria opinião", o que agudiza a responsabilidade do "conjunto jornalista -empresa" na condução da actividade jornalística. Assim sendo, embora afirmando crer na liberdade de imprensa "por princípio", até porque se essa liberdade "se restringe, deixa de ser liberdade", também sustenta que se a mesma "não se condiciona, pode resvalar na licença". E dá vários exemplos históricos de um mau usufruto da liberdade de imprensa, como o episódio do assassinato de colaboradores da anterior ditadura sidonista no dia 19 de Outubro de 1922, que ele pensa ter sido detonada por uma campanha do jornal *Imprensa da Manhã.*

De qualquer modo, de acordo com Barradas de Oliveira, fundado num estudo da UNESCO, "cada vez se restringe mais no mundo a liberdade da imprensa", através da censura, "forma grosseira, declarada, impudente da intervenção do Estado", pelo controlo dos meios de transmissão, pela recusa de benefícios financeiros às empresas jornalísticas (como tarifas especiais de telecomunicações e correios), etc.

Relembra o autor que na então URSS, o jornalismo deveria estar ao serviço da educação e da organização dos trabalhadores, pelo que a informação objectiva seria "simples hipocrisia liberal". Mas no mundo Ocidental, o jornalismo estaria, essencialmente, ao serviço do lucro, assistindo-se, até, a "um retorno ao primado da informação que esteve na sua origem (...) e do qual se afastou (...) desde os meados do século XVII até aos princípios do século XX, para dar lugar ao primado da doutrinação política e da polémica." Assim sendo, Barradas de Oliveira explica:

> "É evidente, porém, que nenhuma indústria pode existir desligada de um condicionalismo moral, nem de condicionalismos legais adequados à especificidade do seu labor. (...) Quer dizer: a intenção de realizar lucros não pode ser exclusiva, porque então seria ilegítima. Ao lucro industrial deve corresponder um benefício do público: o benefício de ser informado, de ser esclarecido, de ser orientado (...) sem a pressão das paixões."

Ora, se bem que a Constituição Portuguesa de então definisse a opinião pública ("na qual o jornalismo influi de modo particular") como "elemento fundamental da política e da administração do país", incumbindo ao Estado "defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum", o certo é que,

para Barradas de Oliveira, "não está certo" que o Estado "seja, ao mesmo tempo, o criticado e o juiz da crítica". Haveria, isso sim, de encontrar um "ponto de equilíbrio (...) entre o direito da liberdade fundamental do jornalista, o direito dos povos a conhecerem a verdade, os interesses legítimos dos industriais e os deveres que têm os estados de defender a saúde moral das populações".

4.6.4 Tendências actuais da imprensa, por João Coito

Quais as grandes tendências da imprensa? João Coito aborda o problema de uma forma abrangente. Desde logo, evoca a "flagrante necessidade de uma escola de jornalismo": "Se ao jornalista se exige vocação, não pode deixar de se lhe exigir uma certa formação, formação que lhe advém da prática rotineira da reportagem e das redacções, mas que não pode prescindir de um mínimo de cultura geral". A necessidade de dar formação específica e escolar aos jornalistas seria, assim, uma primeira tendência do jornalismo contemporâneo.

O autor diz também que "o primeiro cuidado de um jornalista é o de ser amável com o leitor". Por outras palavras, o jornalista, ao elaborar uma peça, tem de ter o público a que a mesma se destina em mente. Esta seria outra das tendências da imprensa, que se traduz na necessidade de a informação ser breve, contida e objectiva. "Longe vão os tempos em que a informação era emoldurada em estilo pretensioso, pintada e repintada, de modo que o trágico se diluísse em cores de romantismo e o imoral quase se desculpasse (...). O público de hoje não tem tempo de ler", escreve João Coito. Ainda assim, para o autor, jornalismo e literatura são parentes próximos:

> "As qualidades que se impõem ao estilo jornalístico: clareza, simplicidade, concisão e objectividade, são comuns ao estilo literário. Ambos os estilos se confundem (...). Seria impossível traçar com nitidez a linha de demarcação entre o mundo jornalístico e o literário. Essa linha (...) marcará (...) a diferença de ângulo em que se colocam o repórter e o romancista, e editorialista e o ensaísta: um, voltado para as exigências imediatas e transitórias do grande público; outro, debruçado sobre os temas universais e permanentes (...)."

Uma terceira tendência da imprensa seria a da intensificação da pres-

são do tempo sobre o jornalista. A "falta de tempo" seria causa não apenas de incorrecções e de omissões ("esta ânsia de levar mais depressa a notícia ao leitor do que o jornal vizinho é responsável por muitos erros") mas também de problemas ao nível do próprio estilo. "Muitas vezes não temos tempo de ser breves", justifica o jornalista.

Uma quarta tendência assentaria na necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio no noticiário, acolhendo no seu seio informações de índole diversa, incluindo os casos de polícia:

> "vai mal uma (...) comunidade cuja imprensa não acolha nas suas colunas o homicídio, o roubo, o rapto (...). Ou os habitantes convenciam os seus conterrâneos de que eram todos santos, ou começavam a dar ouvidos ao boato, cancro maligno que só não resiste (...) à (..) informação. Portanto, nem oito, nem oitenta. Nem uma sociedade apresentada como um covil de ladrões e assassinos, nem uma sociedade constituída por anjos e querubins. O pecado é a excepção, mas a excepção é notícia."

Não sendo propriamente uma tendência, a censura – quer a do Estado quer a das empresas – seria um constrangimento à informação: "assim espartilhada, a informação terá de ver a luz do dia (...) deformada (...), raras vezes consegue escapar intacta às mãos de todos os cozinheiros". O autor vai mais longe, evidenciando quanto o processo de fabrico da informação – e não apenas a censura – ocasiona distorções, por vezes involuntárias, nessa mesma informação: "a liberdade de imprensa, no sentido absoluto, é inatingível. A fonte que colhe a informação mistura-lhe algo de si própria. O jornalista (...) transmite-lhe algo da sua personalidade. E se a censura, a oficial e a particular, se mete a talhar-lhe os vestidos, a informação tanto pode ficar nua e chocante, como muito bem enfarpelada, mas sem poder de convicção."

João Coito conclui o seu texto chamando a atenção para a importância da informação e de estar informado. "Primeiro o homem informa-se, depois age". Daí o papel importante desempenhado pelos meios de informação e do jornalista, que deve colocar o homem e a notícia à frente de tudo. Refere-se à profissão como apaixonante e absorvente, mas dura. Termina dizendo que nem sempre o trabalho do jornalista é devidamente reconhecido que é muitas vezes injustamente criticado.

4.6.5 Métodos e problemas do jornalismo desportivo, por Trabucho Alexandre

Trabucho Alexandre parte da ideia de que todos os indivíduos têm um pouco de jornalistas ou repórteres, já que o jornalismo, na sua essência, consiste, para ele, num trabalho de observação e de narração comum no quotidiano de todas as pessoas. Mas apesar de parecer simples, o jornalismo não o é: " a profissão de jornalista, embora pareça ao imediato alcance de quantos saibam ler e escrever, é bem mais difícil do que possa parecer." Porém, segundo o autor:

> "não há (...) um curso susceptível de fazer de qualquer pessoa um jornalista, se essa pessoa não for animada pela vocação e não reunir aquelas qualidades que a podem conduzir ao exercício da profissão, dando-se-lhe inteiramente (...); vivendo a vida do seu jornal como se da sua própria vida se tratasse – quase resumindo nele e no seu êxito todas as suas ambições."

Sobre o caso concreto do jornalismo desportivo, a tarefa do jornalista é complicada porque o desporto – e o futebol, em particular – é uma área onde as pessoas têm sempre algo a dizer, sendo frequentemente críticas quando as matérias não vão de encontro às suas preferências clubísticas: "os jornalistas desportivos (...) são frequentemente tão alvejados e tão mimoseados pelo público que os lê como...árbitros!". Queixa-se também da distorção das matérias por parte de entidades e dirigentes, que procuram interpretá-las da forma mais vantajosa para os seus interesses. Quando é o jornalista a errar, Trabucho Alexandre é peremptório: "a rectificação faz-se".

Para o autor, o jornalismo desportivo é feito de dedicação, "procurando-se sempre acompanhar a informação de artigos que visam a conquista de novos adeptos e a mentalização das massas sobre os verdadeiros objectivos do desporto." Foi um tipo de jornalismo que custou a singrar, pois houve "tempos em que a prática desportiva era coisa que feria o pudor e em que os jornais mal se atreviam a falar do sport, não se fosse dar o caso de desagradarem ou ferirem a moral".

Segundo o jornalista, os leitores só querem ver reflectida no jornal a própria opinião. Por isso, frequentemente os críticos desportivos são "injustamente" acusados de não partilharem todos a mesma opinião sobre os mesmos eventos desportivos, apesar de se lhes dever reconhecer

o direito de não pensarem todos por igual: "Se toda a gente formula a sua opinião, porque se não há-de reconhecer ao crítico o mesmo direito?" Dá, em consequência, um conselho a quem queira seguir a profissão: "não transijam com o público, na ânsia e na ilusão de lhes agradar, pois teriam de ser tão volúveis e tão insensatos como a multidão". Para ele, a "honestidade" e a "isenção" são elementos fundamentais para o trabalho do jornalista e do crítico desportivo.

Trabucho Alexandre conclui o seu texto dizendo que o jornalismo desportivo português está ao nível dos melhores: "Lá fora pode haver jornais desportivos de maiores tiragens (...) mas não existem melhores, nem mais sérios, nem mais honestos, nem mais imparciais" jornalistas desportivos.

4.6.6 Técnicas do jornalismo falado, por Silva Dias

Para Silva Dias, o progresso técnico, económico e comunicacional conduziu a uma "civilização audiovisual" à escala do mundo, tendo sido a rádio a primeira responsável por esse processo. O autor antevê, até, o tempo [que estava, realmente, próximo] da audição individual da rádio, graças à revolução do transístor e à consequente miniaturização e embaratecimento dos receptores de rádio. Graças à rádio, "aparece, então, como meio de informação, o jornalismo falado", cujas técnicas "visam os processos de comunicação de informações aos diferentes públicos (...) nacionais e transnacionais".

A questão da internacionalização das trocas de informação preocupa o autor, até porque, na época em que ele escreveu o seu texto, os fluxos de informação eram dominados pelas grandes agências noticiosas internacionais, "que não podem deixar de retratar a realidade consoante os interesses e ideologias predominantes nos países originários" e fazem alguma "propaganda". Aliás, segundo o autor, embora a informação seja "fabricada a partir dos acontecimentos", é-o por indivíduos também eles "sujeitos a erros (...) e a desvios". "Daí, os seus benefícios e os seus perigos", escreve.

Relembra Silva Dias, ancorado em vários estudos, que "cada grupo de ouvintes selecciona, apreende e fixa o que confirma as respectivas tendências, ideologias ou paixões", pelo que uma mensagem poderá ter efeitos contrários aos esperados. Apesar disso, o autor alerta para a forma

como a rádio e o jornalismo falado podem ser usados para fins de propaganda: "as técnicas do jornalismo falado, impregnadas e desvirtuadas pelas técnicas da propaganda, subordinar-se-ão ao objectivo principal de desmoralizar o adversário, abalar os hesitantes, dominar os indiferentes e amedrontar os tímidos." Ao tratar dessa matéria, o objectivo de Silva Dias parece ser acentuar a mensagem do regime, que classificava os ataques externos à sua anacrónica política colonial e à manutenção da ditadura como mera propaganda:

> "Procurar-se-á (...) conhecer as dificuldades (...) do povo que se pretende abater, as ideologias que o dividem, as utopias dos grupos opositores, menos convencer a razão do que agitar o subconsciente das massas, pela excitação dos instintos, ambições e vaidades, mas sobretudo pela exploração sistemática dos ressentimentos latentes. A verdade dos acontecimentos será desmontada, deformada e recomposta nesse sentido, conforme as técnicas de condução de massas (...). Estas técnicas de propaganda, entre as quais avulta (...) o jornalismo falado (...) utilizado pelas emissoras da URSS e países satélites, podem encontrar terreno fértil para vingar nas populações primitivas em processo de destribalização e nos países civilizados em que as massas (...) não alcançaram ainda uma estrutura equilibrada e onde o espírito de lutas ideológicas predomina sobre a ideia e o sentimento de comunidade."

Assim, para o conferencista, é preciso contra-atacar a propaganda através de processos que, com "respeito pela pessoa humana", visem "informar e formar a opinião pública e (...) a defendê-la de qualquer malefício (...) pelo acatamento de uma hierarquia de valores, onde o Bem (...) realça as virtualidades do Justo, do Belo, do Bom, do Agradável e do Útil" e também pelo "respeito pela pessoa humana".

São vários os factores que o autor refere para destacar os meios audiovisuais dos restantes:

> "*instantaneidade* ou *imediaticidade*, isto é, a realidade da transmissão e percepção simultâneas; *continuidade*, marcada pela possibilidade de inúmeras emissões diárias de noticiários (...); *participação directa,* por meio de reportagens, no desenrolar dos acontecimentos, e *universalidade*, que alarga o auditório à escala do mundo."

Para além disso, a rádio, para Silva Dias, distinguir-se-ia da imprensa porque procuraria um "público indiferenciado", enquanto os jornais

seriam procurados por um público segmentado que constituiria a sua "clientela". Disto resulta, desde logo, "como técnica do jornalismo falado, a tendência à homogeneização da matéria informativa e à sincretização das respectivas ideologias." Porém, o mesmo não impede que cada emissora procure ajustar os conteúdos às preferências dos ouvintes, "mediante sondagens, inquéritos, etc."

Silva Dias aborda, seguidamente, as técnicas do jornalismo falado propriamente dito, referindo que a informação deve ser vasta e diversificada, mas "os métodos de selecção (...) devem subordinar-se à melhor e mais vasta aceitação do público". As notícias devem, segundo ele, obedecer aos princípios da retórica jornalística: responder a questões como "O quê?", "Quem?", "Quando?", "Onde?" e "Porquê?"[11]. Aconselha ainda o autor, para a construção de notícias de rádio: utilizar palavras correntes, que não criem confusão nos ouvintes; evitar cacofonias e dissonâncias; usar frases simples, claras e de apreensão imediata, seguindo a ordem directa sujeito-predicado-complemento; e procurar colar os períodos uns aos outros com musicalidade.

O autor faz também recomendações quanto à extensão e tipologia dos textos a usar em rádio:

> "Desde que o propósito é informar sem fatigar ou confundir, parece contra-indicada a transmissão, nas revistas da imprensa, de extensos recortes de artigos, porque estes foram escritos para serem lidos, e não ouvidos, e nos processos da radiodifusão, verifica-se que, perante o ritmo de leitura dos extos pelo locutor, os ritmos de apreensão não coincidem em muitos casos com aquele e variam com os indivíduos. Ao passo que cada pessoa pode adaptar o ritmo de leitura à respectiva capacidade de compreensão e voltar atrás, quando necessário, em referência a muitos dos textos ouvidos, é grande a probabilidade de se perder o fio ao discurso."

Quanto às reportagens, o autor também aconselha prudência, pois "convém seleccionar apenas para transmissão aqueles acontecimentos que, de facto, sejam susceptíveis de satisfazer a curiosidade dos ouvintes e na medida em que não transformem o agradável em maçada." Desaconselha, nomeadamente, talvez criticando uma prática comum na rádio portuguesa de então, a "transmissão de discursos ou conferên-

[11] Na realidade, os princípios são os da retórica clássica (acontecimento, sujeito, lugar, tempo, modo, causa), adaptados ao jornalismo... e o autor não refere o "Como?".

cias na íntegra ou longos passos dos mesmos, porque além de muitos não reflectirem o respeito pelas normas da retórica, só satisfazem a vaidade dos interessados sem proveito de maior". Conclui fazendo alusão às capacidades técnicas dos locutores. Para ele, estes "devem possuir recursos artísticos para iluminar os conceitos nas palavras e fazer brilhar as diferentes tonalidades de pensamento", já que a apreensão das mensagens depende da forma como é lida a notícia.

4.6.7 Algumas considerações sobre o regime jurídico da imprensa, por António Avelino Gonçalves

António Avelino Gonçalves justifica a produção de legislação sobre a imprensa pelo enorme poder que esta teria nas pessoas e sociedades: "Basta atentar nos milhões de pessoas que a lêem, na influência que exerce (...) na política, nos costumes, na cultura, no desporto, na educação, na opinião pública." E vai mais longe:

> "trata-se de uma importante indústria (...), e uma arte difícil (...), de um factor de progresso, como a história demonstra, e não raro de servidão, como os factos põem em evidência, de uma grande escola, já que todos pensam, desejam, esperam, agem de acordo com o seu jornal, de um elemento muito importante tanto na vida individual como na social, pois ambas se deixam influenciar por ele, de uma fábrica de opinião pública, de um agente poderoso sobre a vida económica, os grandes negócios, os grandes interesses, a política, a bolsa, de uma influência decisiva sobre a mentalidade, os costumes dos nossos contemporâneos os a própria civilização".

O regime jurídico da imprensa teve, assim, de cobrir os vários territórios da mesma: "Aí não poderiam faltar problemas como o da liberdade de manifestação do pensamento e de imprensa e seus limites, a imprensa como elemento de manifestação do pensamento, os crimes de imprensa, a ordenação profissional dos jornalistas".

Em matéria de legislação, o autor refere, em primeiro lugar, a Constituição Política da República Portuguesa, onde estava consagrado o direito à liberdade de expressão do pensamento, devendo leis especiais "regular o seu exercício, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública, na sua função de forma social, e salva-

guardar a integridade moral dos cidadãos", aos quais era reconhecido o direito de rectificação de informações incorrectas a seu respeito dadas pela imprensa e de defesa contra injúrias e difamações propagadas pela comunicação social. Para ele, a importância que a Constituição de então dava à opinião pública e à sua defesa contra "todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum" era "bem justificada" porque a imprensa, ao exercer uma "função de carácter público", deveria colaborar "na boa e segura orientação da opinião pública" e publicar as notas oficiais ou oficiosas emanadas do Governo "em assuntos de interesse nacional".

Seguidamente, refere outros documentos legais que se ocupavam da imprensa, com destaque para o Decreto nº12008, de Agosto de 1926. Este, segundo afirma, poderia ser considerado "a lei de imprensa" de então. Embora o normativo assegurasse a todos "manifestar livremente o seu pensamento" por meio dos jornais e revistas, não deixava de impor limites a esse direito, incluindo, por exemplo, a impossibilidade de criticar "a integridade (...) da Pátria", o que na prática impossibilitava, por exemplo, que se atacasse política ultramarina portuguesa. Sobre o Código Civil, explicita que também este articulado legal estabelecia o direito de liberdade de "pensamento, expressão e acção". De qualquer modo, após a enumeração das leis, o autor tenta justificar, usando o argumentário típico do Estado Novo, as razões para a própria lei impor constrangimentos à liberdade de imprensa:

> "na sociedade portuguesa, entre os direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos, está a liberdade de expressão de pensamento (...). Esta liberdade, porém, é concedida ao indivíduo (...), não ao objecto do pensamento. O homem é dotado de liberdade (...). Mas o mal, o erro, a ofensa, a injustiça não podem ter o mesmo direito e, portanto, a mesma liberdade que o bem, a verdade, o respeito e a justiça. Daí não existir liberdade sem responsabilidade; daí o mérito ou o demérito, o lícito e o ilícito, tanto na ordem doutrinal ou moral como na civil, na humana. (...) Há uma grande diferença entre a liberdade que o indivíduo tem de pensar (...) e a liberdade de difundir o próprio pensamento. A primeira só tem influência no agente, a segunda pode tê-la na formação mental e na vida prática dos outros. Daqui a necessidade de evitar que o uso de tal liberdade individual (...), (...) direito natural (...), degenere em abuso, com prejuízo da liberdade de outrem e da própria sociedade. Esta limitação, como aliás a garantia da liberdade, só podem ser dadas pelo Estado (...).

> Não pode, portanto, existir norma jurídica que reconheça situação de privilégio ou esfera de imunidade para quem se serve da imprensa para maus fins. (...) Além disso, a liberdade de imprensa tem de coincidir com o lícito jurídico, e este varia (...) segundo cada momento histórico."

Para o autor, a ordem jurídica teria, assim, de garantir um equilíbrio entre o direito à livre expressão do pensamento traduzido no comentário à informação, em particular, na crónica jornalística, e a salvaguarda dos direitos de defesa da sociedade contra o abuso da liberdade de imprensa. Caberia ao Estado assegurar a defesa desse direito da sociedade em nome do bem comum.

No final, o autor entra num tema que classifica de delicado: a censura. Recorda que foram vários os governos e países que a ela recorreram ao longo do tempo e que a própria Igreja também o fez. O autor considera que a censura, se for para servir o bem comum, é admissível. Faz, no entanto, uma distinção entre censura prévia e censura repressiva, havendo, na sua visão, vantagens e inconvenientes para cada uma delas.

> "A prévia pode prestar-se a abusos e gerar um perigo de despotismo (...); a repressiva, limitada à simples apreensão, mereceu a Raimundo Poincaré a classificação de insuficiente e ineficaz; e, levada até à intervenção do poder judicial, pode não vir a tempo, não ser (...) justa. (...) Quanto a vantagens, a prévia é mais eficaz, sobretudo em tempo de guerra (...), nas horas de grandes crises (...). Muitos benefícios dela têm resultado (...). A simplesmente repressiva tem o condão de estar mais de acordo com o conceito de liberdade de imprensa que muitos professam. (...) O problema essencial está (...) em conciliar a liberdade com a autoridade, os direitos dos jornalistas, das empresas, do próprio Estado, entre si, e o de todos estes com o bem comum."

O autor, a propósito do mau uso da imprensa, dá como exemplos negativos as notícias negativas para Portugal que tinham saído a público nalguns órgãos de informação estrangeiros, menos positivas para Portugal. Considera, assim, que a censura é "em muitos casos (...) mais um castigo bem merecido do que uma violência injusta".

Conclui fazendo uma reflexão acerca da necessidade de alterar o regime de censura prévia que vigorava em Portugal para um regime de transição que admitisse a censura prévia só nalgumas situações. Esse novo regime deveria ser conjugado com uma nova lei de imprensa que

previsse a criação de um tribunal especial para crimes de abuso de liberdade de imprensa e, curiosamente, formação específica para jornalistas, pois "o tempo do amadorismo em imprensa tende a acabar". Salienta, no entanto, que mais do que de uma nova lei de imprensa, seria necessário um código de ética dos jornalistas e das empresas para qual estes trabalham.

4.6.8 O jornalismo e os meios audiovisuais, por Barradas da Silva

Para Barradas da Silva, "Falar sobre informação, entre nós, acarreta dificuldades e suscita melindres, sobretudo para aqueles que (...) não concordam com a maneira como a informação é condicionada".

Seguidamente, o autor questiona a utilização da palavra jornalismo no quadro da informação televisiva, explicitando que a desejaria reservar para a imprensa escrita, pois mesmo considerando que há afinidades entre esta última e os meios audiovisuais, haveria, ainda assim, algumas diferenças.

A primeira componente substantiva da comunicação do autor, que tem evidente interesse enquanto registo de valor historiográfico, diz respeito à organização da RTP nos primeiros anos da sua actividade. Fica-se a saber que o Departamento de Noticiário (assim se chamava ao sector de telejornalismo dentro da RTP) constituía um sector diferenciado da Produção, já que, ao contrário deste último, vivia com base na "imediatez" – "Todas as intervenções directas ou indirectas que limitem a rapidez constituem um ataque prejudicial à essência dum serviço informativo de televisão", escreve Barradas da Silva. O Departamento de Noticiário era responsável, nomeadamente, pelos telejornais, pelos programas sobre assuntos políticos, pelas entrevistas, crónicas e magazines; pelo desporto; e ainda por programas informativos "de interesse geral", nomeadamente documentários. À informação, porém, não eram dedicados nem um estúdio nem uma *régie* próprios. Por vezes, as entrevistas eram realizadas no estúdio principal, mas isso implicava "dificuldades operacionais" e "desdobramento de pessoal".

A segunda parte do texto incide numa dissecação dos telejornais, cujo objectivo seria, na visão do autor, "fornecer (...) um noticiário (...) ilustrado e verbal dos acontecimentos". As imagens, às quais seria reservada uma função meramente ilustrativa do texto-off, eram, assim, secundarizadas por Barradas da Silva.

A rapidez, na óptica de Barradas da Silva, seria fundamental em televisão, embora os problemas técnicos e logísticos por vezes emperrassem a máquina.

Os "locutores" (pela expressão usada, verifica-se que no início dos anos sessenta os *telejornalistas* eram vistos como meros "locutores") têm, de acordo com o autor, uma importância fundamental no telejornalismo, como *apresentadores* e *comentadores* da informação:

> "Eles constituem o último elo de uma cadeia que pode ver os seus esforços coroados de êxito ou afectados pelo fracasso conforme decorrer a sua actuação perante as câmaras e os microfones. Num telejornal, o homem que lê as notícias ou que as comenta, seja à vista do público (...) ou fora da imagem (...), tem uma importância central. Ele deve transmitir ao público a ideia de que está dentro dos assuntos, de que os vive e acompanha, e de que não é apenas um mero executor. Digamos que deve transmitir ao público o entusiasmo do acontecimento, (...) segurança das (...) afirmações, uma impressão de sinceridade. A câmara de televisão é inexorável e se o comentador está a expender ideias nas quais não acredita, isso ressalta imediatamente. Não se pode esquecer que (...) em grande plano (...) todos os gestos e expressões são (...) apresentados à atenção do espectador."

Para Barradas da Silva, não existia ainda em Portugal, no início dos anos sessenta, um *pivot* (o "homem do telejornal") com o nível existente noutros países. Os telejornais da televisão portuguesa também se afastariam do modelo existente no estrangeiro. Primeiro, os telejornais portugueses teriam uma duração excessiva: "vê-se obrigado a fornecer, em extensão, noticiário lido e filmado, que deveria ocupar apenas alguns segundos em cada edição", quando se deveriam limitar aos "cabeçalhos". Pode ler-se, aqui, uma crítica às ordens políticas que mandavam cobrir extensiva e pormenorizada, e não selectiva e sinteticamente, a actividade governamental. Segundo, a RTP, única emissora televisiva de então, não teria a parafernália técnica e humana nem o arcaboiço financeiro para fornecer serviços informativos de melhor qualidade.

Apesar da longa duração dos telejornais, o autor reconhece que a diversidade temática dos mesmos evitava o aborrecimento do telespectador: "a variedade dos assuntos e a sua actualidade constituem, só por si, atractivo bastante e (...) não é necessário recorrer a expedientes de produção ou apresentação para garantir um auditório grande e atento."

Mas o autor não deixa de ser corrosivamente crítico para com as orientações que por vezes provinham do Governo: "Só razões de fundo, como, por exemplo, um sentido de doutrina política demasiadamente marcado, podem justificar a fuga desse auditório."

A terceira parte do texto de Barradas da Silva regista as funções dos intervenientes no processo telejornalístico instituído pela RTP no início da década de sessenta do século passado. O chefe da divisão de noticiário e desportos assegurava a direcção do telejornal; o chefe de redacção planificava e coordenava o serviço informativo, nomeadamente o serviço de agenda; e uma equipa de realização, constituída por um realizador, um redactor principal, três redactores, um tradutor e um assistente, fazia a preparação e apresentação dos programas e orientava a montagem dos filmes disponíveis, cujo *off* era redigido pelos redactores. O telejornal de então não tinha *pivots* específicos, sendo o serviço assegurado pelos locutores de programas e por "comentadores". O alinhamento era "executado em emissão sob a direcção do realizador que actua na *régie*", com apoio do assistente e do redactor principal. A sensação que se tem das palavras de Barradas da Silva é de que todo o processo tinha algo de artesanal e improvisado: "O noticiário lido, que é redigido sobre os telegramas do dia, ilustra-se, sempre que é possível, com as imagens de que se pode dispor: filmes, fotografias ou *slides*." Em casos excepcionais, a RTP, segundo Barradas da Silva, podia interromper a emissão para divulgar notícias importantes.

De onde provinham as informações difundidas nos telejornais da RTP? Barradas da Silva também o esclarece: agências noticiosas, correspondência, serviços oficiais, informadores particulares (aeroporto, redacções de jornais, delegação da RTP no Porto e correspondentes). As imagens, por seu turno, provinham da produção própria, especialmente em Lisboa e Porto (neste caso, os filmes eram enviados para Lisboa por comboio, pelo que as reportagens podiam ter até 36 horas de desfasamento em relação aos acontecimentos); dos serviços das agências internacionais (seis dias por semana, em formato de filme, dando entrada na RTP até às 20h30); dos serviços "irregulares" dos correspondentes nas então chamadas províncias ultramarinas; e das actualidades filmadas recebidas, ocasionalmente, de organismos estrangeiros. Quando os filmes já chegavam processados, iam para a filmoteca e arquivo, sendo dado conhecimento da sua chegada ao chefe de redacção; quando chegavam em bruto, iam para o laboratório cinematográfico, para montagem. A

informação desportiva era assegurada por um departamento especializado constituído por três funcionários, que contavam com a colaboração de apresentadores e comentadores da especialidade e que se servia, para captura de imagens, dos operadores de câmara dos telejornais.

Barradas da Silva deixa ainda, no seu texto, um registo pormenorizado do quadro de pessoal afecto aos telejornais no início dos anos sessenta: sete funcionários para arquivo e expediente; dez redactores; três funcionários do departamento desportivo; quatro repórteres cinematográficos, um deles baseado no Porto; e dois ajudantes para iluminação, num total de 26 pessoas, "a décima parte do que trabalha na RTF (França) para produzir um conjunto de programas cuja duração total é inferior à dos que são apresentados em Portugal".

O autor refere, igualmente, que os materiais do telejornal, uma vez coligidos, mas antes da emissão, eram submetidos ao Gabinete de Exame e Classificação, que fazia a censura dos mesmos.

Na última parte do seu texto, Barradas da Silva compara o jornalismo impresso com a informação televisiva. Considera que ambos se assemelham na utilização de fontes, como as agências noticiosas. Encontra paralelismos entre a crónica do jornal e a participação dos comentadores na televisão. Considera as crónicas de viagem equivalentes aos documentários audiovisuais. O folhetim teria o seu equivalente nas séries televisivas. As páginas literárias corresponderiam às rubricas televisivas de idêntica índole. Mas os jornais e a televisão também teriam as suas especificidades. Os jornais seriam mais propensos a divulgarem pormenores dos acontecimentos, enquanto a televisão tende a ficar-se pelas linhas gerais. Mais ainda, a televisão teria maior poder de penetração no público e maior audiência e seria mais rápida a dar informações. De qualquer modo, para o autor, "televisão e imprensa são suficientemente diferentes na essência e nas finalidades para que não possam ou não devam tornar-se concorrentes", apesar de a televisão necessitar das receitas de publicidade que os jornais também desejariam ter. Barradas da Silva expressa ainda o desejo de um dia existirem na televisão rubricas de crítica da imprensa, correspondentes às críticas de televisão que surgem nos jornais, por vezes feitas por pessoas que desconhecem o meio.

A parte final do texto de Barradas da Silva é dedicada à "qualidade da informação". Para ele, a informação audiovisual é superior à escrita, "por ser dirigida simultaneamente aos dois sentidos que em si próprios,

e nos fenómenos mentais (...), são os mais desenvolvidos. Somos essencialmente visuais (...). Portanto, se à imagem juntarmos o som, teremos atingido a melhor forma de expressão". De qualquer modo, Barradas da Silva as particularidades da televisão recomendam que neta se privilegie a informação em detrimento da opinião, até porque "o valor e (..) o poder potencial de convicção que oferece perdem-se (...) desde que a informação seja demasiadamente orientada ou tendenciosa." Haveria, pois, "vantagens e inconvenientes" num modelo estatal ou para-estatal para a televisão, tal como o que existia, então, em Portugal.

4.7 Trigueiros (1963): a reflexão sobre o jornalismo audiovisual

Luís Forjaz Trigueiros (1963), jornalista marcado por passagens pela Emissora Nacional e pela RTP (estação televisiva que então dava os primeiros passos), afirma que a relação entre locutor e ouvinte ou apresentador e telespectador é cada vez mais relevante, pois apesar de o contacto entre ambos não ser directo, pode haver diálogo entre os intervenientes. Sendo assim, e chamando-lhe de "observação de um espectador de dentro", Luís Forjaz Trigueiros afirma que os apresentadores e jornalistas de rádio e televisão têm de abandonar um tom oratório, categórico, recorrendo, ao invés, a um estilo que propicie proximidade com o ouvinte ou telespectador. Como apresentador, Trigueiros diz que aprendeu que os telespectadores e ouvintes estão também à espera de cordialidade.

Dividindo os três meios de comunicação por três épocas de civilização diferente (oral, escrita e visual), o autor constata que, quer na imprensa, quer na rádio, a pessoa pode escolher o seu conteúdo, uma vez que lhe é possível comprar o jornal que quer ou ouvir a rádio que quer. Mas sublinha que com a introdução da rádio, pela sua "imediatitude na transmissão na recepção", houve uma clara mudança nas formas de transmissão de informação, marcadas por séculos de imprensa. No entanto, para Forjaz Trigueiros, a adaptação do meio televisivo à sociedade terá sido bastante mais fácil do que a adaptação da rádio.

Recorda o autor que, uma vez inserida a rádio na sociedade, foi altura de modelá-la ao seu público (segmentação das audiências), tendo, então, emergido as várias estações, que surgiram para os vários grupos sociais, com vários programas, música e informação. Aliás, segundo Trigueiros,

tal não só aconteceu só na rádio mas também na televisão. Porém, a televisão, relembra Trigueiros, tem um dom suplementar à rádio: a imagem. A imagem, segundo o autor, é capaz de captar muito mais a atenção de um telespectador, não importando quanto a oralidade seja boa e cativante.

A rádio tem, continua Forjaz Trigueiros, um "duplo trabalho", pois precisa de captar a atenção dos seus ouvintes, tornando a notícia apelativa e importante de ouvir, sem cair no ridículo da enfatização excessiva. Já a televisão, continua o autor, tem a tendência de transmitir os acontecimentos em directo, gerando uma mais-valia de importância para os mesmos. Em consequência, antevê Luís Forjaz Trigueiros, as notícias sobre factos passados ou sobre factos que ainda se vão realizar cairão, no que à televisão diz respeito, num campo que apelida de "necrológico".

A televisão, explica Trigueiros, é importante para mobilizar as pessoas, mas também pode ser usada com fins educativos, desde que com "responsabilidade". No entanto, argumenta o autor, o poder da televisão levou os estados, um pouco por todo o mundo, a procurar controlá-la, de forma algo "excessiva"e "despropositada". Trigueiros reconhece, no entanto, que certos programas de televisão e de rádio, mesmo passando por algum tempo de indiferença, podem fanatizar as massas. Luís Forjaz Trigueiros sugere, ademais, que a repetição de palavras, slogans, símbolos, sinais, mitos, pode influenciar directamente o ouvinte. Ainda assim, Trigueiros reconhece que as pessoas, em geral, conseguem manter a sua própria opinião face aos conteúdos que lhes são apresentados. Recusa, pois, atribuir à televisão um poder omnipotente na manipulação das consciências.

Trigueiros diz que a inexistência de imagens na rádio pode ser um trunfo, desde que com o som se fomente a imaginação do ouvinte. Mas a rádio também apresenta problemas, como:

> "conseguir vitalizar uma notícia seca, autenticar, tornando-o presente, o relato dum acontecimento sempre frio em seu monótono enunciado, por mais emocional que seja o conteúdo da notícia a transmitir. Até porque se sabe que uma notícia sensacional não pode ser transmitida em tom sensacional, o que correria o grave risco dum ridículo irremediável. Um perfeito equilíbrio de exposição, servido por uma articulação perfeita, uma exacta noção subtil da modulação de voz, que discretamente sublinhe o carácter trágico ou irónico dum texto – eis uma qualidade indispensável ao locutor da rádio." (Trigueiros, 1963: 17)

Ao contrário do que sucede com a rádio, para o autor a função da TV é, acima de tudo, mostrar. Assim sendo, em matéria de telejornalismo:

> "Se (...) o público deseja cada vez mais ser cabalmente informado (...) com amplidão e síntese (...), quer também ser informado com clareza, tanto mais que (...) a instantaneidade dessa informação não deixa grande margem para reflectir sobre ela. Por isso, a reportagem directa do acontecimento (...) continua a ser a página principal – e sê-lo-á cada vez mais – desse jornal vivo que é a televisão. Se na rádio a transmissão duma cerimónia (...) foi já uma aquisição primordial, apenas dependendo a sua possibilidade da comunicação com o ouvinte, (...) da natureza do acontecimento, (...) da sua apresentação (...) e da sua inteligente dosagem, poupando-o à monotonia de longos discursos e interrompendo estes, por exemplo, com o recurso ao resumo intercalado, na televisão a grande reportagem, embora ainda influenciada, conforme os casos, por certo tom jornalístico (quanto à locução) e cinematográfico (quanto à sequência das imagens), tom que naturalmente aos poucos irá perdendo, virá a ser a sua forma superior de informação, e a mais representativa." (Trigueiros, 1963: 26-27)

Outro dos pontos abrangidos pelo autor prende-se com a problemática da censura. Trigueiros considera "legítima" a luta pela liberdade de imprensa e contra a censura política por parte dos jornalistas, mas relembra que existem outras formas de censura, nomeadamente as "pressões e interesses (...) da própria empresa proprietária [do órgão jornalístico]" e "os interesses comerciais da publicidade" (Trigueiros, 1963: 27).

Sobre a publicidade, o autor também é categórico. Reconhece que ela é necessária porque as empresas jornalísticas lutam pela sua rentabilização.

Forjaz Trigueiros também enaltece o papel da televisão e da rádio na promoção e revitalização cultural. Relembra, inclusivamente, que a televisão e a rádio levam cultura aos letrados e iletrados, mas, para serem bem sucedidos nessa matéria, necessitam de cultivar um estilo adequado a todos os públicos.

Em jeito de conclusão, Trigueiros afirma que os meios de comunicação (principalmente a rádio e a televisão) desempenham um papel que já não passa indiferente à sociedade, pois constituem, crescentemente, uma forma de informação e entretenimento massiva, para todos os segmentos do público. Segundo o autor, os meios de comunicação serão, no futuro, cada vez mais importantes e o mundo, sem eles, tornar-se-ia quase "inabitável".

4.8 José Júlio Gonçalves: a sociologia da informação

Entre os autores que se debruçaram sobre o jornalismo releva-se o nome de José Júlio Gonçalves, pelos esforços que empreendeu para enquadrar a actividade à luz da sociologia e da antropologia em vários livros, como *Técnicas de Propaganda (1961), Sociologia da Informação (1962), Política de Informação (1963), Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia (197a2) ou Efeitos dos Modernos Meios de Comunicação nas Sociedades Plurais (1972b).*

Em *Técnicas de Propaganda* (1961), o autor salienta a tendência do homem para viver em sociedade, que o leva a estabelecer relações sociais e a trocar informações, opiniões, etc. Refere, abundantemente, o sociólogo Juan Beneyto, para quem as comunicações que o homem pode estabelecer com os seus semelhantes podem ser: *comunicações individuais; comunicações colectivas e comunicações comunitárias.* (Gonçalves, 1961: 15-16).

> "Esta classificação dos meios de informação humanos corresponde, até certo ponto, à própria evolução da sociedade humana desde o passado remoto (...) até nossos dias, desde o começo da estratificação das sociedades primitivas até às contemporâneas, autênticas *sociedades de massas* que, não raro, as elites e pseudo-elites arrastam a seu belo talante sob a influência de uma bem norteada propaganda (...) obedecendo a estados emotivos provocados pela anestesia da capacidade de deliberar e de decidir" (Gonçalves, 1961: 16-17).

Gonçalves (1961: 18-19) relembra que a radiodifusão e a televisão permitem "levar informações, ideologias, sugestões e ordens, quase instantaneamente, a grandes distâncias e a todos os públicos (...). Por seu lado, os aperfeiçoamentos introduzidos na imprensa permitem a publicação de grandes diários (...), beneficiando (...) da aceleração dos transportes (...) que lhes asseguram cheguem aos leitores a tempo de não se desactualizarem ante os *diários falados, televisados e filmados*" (pp. 18-19). Devido a isso, a propaganda contemporânea, de acordo com Gonçalves, usa abundantemente os meios de comunicação social.

Beneyto, citado por José Júlio Gonçalves, explica que a propaganda pode dividir-se em: *propaganda política, propaganda comercial e propaganda religiosa*. Os meios jornalísticos desempenham, de acordo com Gonçalves, um papel de relevo em todos os tipos de propaganda,

mesmo quando não o pretendem e quando não o fazem intencionalmente. O autor relembra, para finalizar o ensaio, várias técnicas de propaganda através dos meios de comunicação social, como sejam a *repetição, a simplificação da mensagem, a orquestração, a desfiguração, o sobredimensionamento, a individualização do inimigo, etc.*

Em *Política de Informação*: Ensaios, José Júlio Gonçalves (1963) começa por esclarecer que conceito está por trás da expressão "Política de Informação" tal como a concebe Dovifat, que evidencia o papel que a essa política cabe na formação da opinião pública. Discorrendo sobre as definições de Dovifat, o autor concorda que, em boa parte, elas giram à volta da "ideia de que a Política de Informação é preocupação essencialmente assinada pelos Governos" (Gonçalves, 1963: 17). No entanto, José Júlio Gonçalves explica que o prosseguimento de políticas informativas se verifica também em organizações. Mesmo com indivíduos com determinados estatutos e papéis sociais, salienta Gonçalves, também podem prosseguir políticas de informação, "uma força e, ao mesmo tempo, um instrumento poderoso de penetração psicológica" (Gonçalves, 1963: 18).

Tendo em conta a amplitude da Política de Informação e o peso da notícia na marcha da história, percebe-se, lembra o autor, o interesse por parte dos Estados e respectivos Governos e de outras instituições na intervenção, negativa ou positiva, sobre a informação, condicionando-a, muitas vezes, apenas de acordo com os seus interesses, e percebe-se, também, a preocupação dos estudiosos acerca dos meios de informação e da sua conduta perante a atitude dos Governos.

José Júlio Gonçalves considera, basicamente, a existência de dois tipos de Política de Informação: a capitalista e a comunista, não deixando, no entanto, de tecer algumas considerações sobre a Política de Informação da Igreja Católica. Considera o autor que são três os aspectos essenciais comuns à política informativa dos dois primeiros modelos: (1) a preocupação de informar e de fazer propaganda; (2) a ideia de informar e educar, porque a informação conduz à educação que cada um dos regimes considera útil; e (3) a tendência para informar e "desinformar". Em qualquer dos casos, a informação, diz o autor, é usada como meio eficaz de difusão de ideias políticas e como arma psicológica.

No seguimento do que anteriormente afirmou, o autor esclarece que as informações transportam uma carga ideológica que se destina a influenciar as populações, provocando mudanças de opinião e atitudes po-

líticas. Salienta, igualmente, que educação e informação estão intimamente ligadas, visto que a primeira é o "mais eficaz obstáculo que pode opor-se à difusão das ideias que se deseja não penetrem no espírito da população" (Gonçalves, 1963: 21-23); finalmente, explica que a "desinformação" desprende os indivíduos da antiga perspectiva ideológica, substituindo ou mesmo eliminando a velha formação. O objectivo da desinformação é, de acordo com Gonçalves, proteger uma ordem política que se considera adequada ou discriminar outra diferente. José Júlio Gonçalves considera, ainda assim, que por muito relevante que a Política de Informação possa ser, esta nunca fica alheia à influência "das correntes interiores, dos grupos de pressão, dos mitos, etc.".

Analisando o que mais representativamente caracteriza as Políticas de Informação capitalista e comunista, o autor afirma que a primeira se qualifica a si própria como livre, aberta e democrática, sendo a segunda geralmente considerada condicionada, fechada e ditatorial. A indústria cultural nos países capitalistas tende, por outro lado, releva o autor, a ser propriedade de entidades privadas, enquanto nos países comunistas é propriedade do Estado.

Objectivando o assunto em questão, José Júlio Gonçalves adverte que não há, em nenhum lugar, uma Informação isenta de controlo directo ou indirecto, mesmo no estado mais representativo do mundo capitalista, os Estados Unidos. No entanto, o condicionamento legal da informação nas democracias capitalistas é admitido pelos cidadãos, apesar da existência de outros tipos de controlo exercido pelos grupos de pressão e pelo poder económico, à margem do Estado, para satisfação de interesses individuais. O autor explica, ainda, que nas democracias capitalistas, em concreto nos Estados Unidos, não há evidência de que a informação seja um instrumento do Governo, embora alguns meios possam servir os propósitos governamentais. José Júlio Gonçalves também não duvida que a propaganda técnica e cientificamente organizada é, depois da intervenção dos grupos e dos proprietários dos meios de comunicação, o fenómeno que mais alterações causa na objectividade da informação nos EUA. Para ele, a informação pode ser quer um meio de que se servem quer os particulares para atingir o poder, quer um meio do Poder para subsistir, impor-se ou convencer.

O autor sustenta que a propaganda no bloco capitalista nem sempre confunde, domina e orienta as pessoas tornando-as espiritualmente alienadas, uma vez que é impossível impedir os cidadãos de receberem

notícias fidedignas e verídicas de outras fontes. Para ele, nas democracias a informação é relativamente livre, aberta e democrática, apesar de o controlo económico e social de natureza privada poder condicioná-la.

Seguidamente, José Júlio Gonçalves passa à análise da informação no bloco comunista, tomando como paradigma a informação na [antiga] URSS, que caracteriza como sendo condicionada, dado que era governamentalizada e partidária e tinha como objectivo principal a "educação" política e cultural do povo. Para Júlio Gonçalves, a informação na [antiga] URSS era fechada e ditatorial, o que decorre do controlo que os órgãos políticos exerciam sobre ela.

Segundo o autor, na URSS informação e propaganda eram fenómenos que se confundiam, uma vez que quem informa promovia "directa ou indirectamente, a doutrinação dos indivíduos" (Gonçalves, 1963: 27-30).

Refere ainda o autor, a propósito do carácter fechado da Informação no bloco comunista, que a imprensa permitiaaos seus colaboradores e leitores ocuparem-se de problemas políticos, possibilitando-lhes pequenas discordâncias. Quando se queria mostrar neutro, o Partido Comunista chegava a fomentar críticas na imprensa aos responsáveis particulares por quaisquer fracassos e deficiências. Isto leva José Júlio Gonçalves a considerar tendenciosos os que afirmavam que a informação da URSS era livre, classificando-a, ele, de "poderosa arma psicológica, que habilmente explora todas as fraquezas do adversário interno e externo" (Gonçalves, 963: 31-32).

O autor explica, também, que um dos mais importantes aspectos da vida e sociedade contemporâneas que a URSS parecia apostada em condicionar, gastando para tal somas astronómicas (objectivo a que se oporia a contrapropaganda anticomunista), era o impacto da Informação-Propaganda comunista no mundo não comunista, e conclui que tanto nos EUA como na URSS a informação parecia exprimir no início dos anos Sessenta uma tendência crescente para o aviltamento da sua essência, da sua estrutura, dos seus objectivos e da ética.

Tecendo considerações sobre as linhas principais da Política de Informação da Igreja Católica, instituição que José Júlio Gonçalves considera ser a maior autoridade moral no Ocidente, o autor afirma que esta igreja, guardiã da expansão do catolicismo, tem vindo a pugnar para devolver à informação a sua função social: ser objectiva, honesta, sem ferir a verdade e a moral. Essas recomendações da Igreja Católica, explica José Júlio Gonçalves, são dirigidas a todos os manipuladores da

informação. O autor observa, ainda, que, para a Igreja Católica, o ideal seria a despolitização da informação, pois a mediação ideológica torna subjectivas e imprecisas as notícias que, às vezes, já de si, são um mero produto de mercado, uma mercadoria à venda. No entanto, segundo Júlio Gonçalves, a Igreja Católica está perfeitamente consciente de que a informação não escapa às deformações provocadas por erros humanos e erros de transmissão e circulação alheios a factores humanos.

Em seguida, José Júlio Gonçalves refere alguns aspectos curiosos relacionados com o facto do preço da informação ou a sua simples dádiva constituírem dois obstáculos à propagação e circulação das notícias. Dá como exemplos o facto de terem mais aceitação as notícias que se pagam a uma agência nacional ou mundial especializada do que as que a mesma agência oferece gratuitamente. Este fenómeno, de acordo com Gonçalves, tem diversas explicações, resultando, nomeadamente, dos elevados custos do dispositivo de verificação de notícias das agências, que permite ganhar a confiança dos destinatários, mas dificulta a difusão da informação. Aos obstáculos à difusão e circulação de notícias já indicados, o autor acrescenta, por exemplo, a carência de meios técnicos, a falta de quadros, os entraves burocráticos e o analfabetismo e não duvida que as maiores dificuldades a vencer pela informação autêntica são as inerentes aos aspectos negativos da Política de Informação, aludindo ao recurso à censura e a outros instrumentos eficazes e poderosos, postos em prática por governos com uma política menos aberta, como seria, aliás, o caso do Governo português de então.

José Júlio Gonçalves explica, ainda, que a evolução das mentalidades e das práticas gerou o direito à informação, o direito a informar e a obrigação de informar. Para ele, da informação como dádiva, como privilégio concedido pelos chefes (em que os veículos por excelência das informações eram a "viva voz" e o "boato"), evoluiu-se, com o advento da imprensa e dos modernos meios audiovisuais de comunicação social, para um sentido de responsabilidade perante a informação. Daí decorre a ideia de que todos os elementos que compõem a sociedade têm o direito de serem informados livremente e ao direito à informação segue-se a necessidade de opinar, de comunicar e informar livremente os outros. O autor refere, ainda, que através dos *serviços de informação pública*, os governos dos estados democráticos levam a cabo uma *missão social* institucionalizada que se exprime na obrigação de proporcionar informações relevantes aos cidadãos dos vários estratos sociais; porém,

nos estados comunistas existem mecanismos de controlo que impedem os cidadãos da receberem informações que não interessam ao poder.

O autor considera que o princípio da *liberdade de Informação* tem preocupado diversos organismos internacionais, nomeadamente a ONU, que por imposição do artigo 19ª da Declaração Universal dos Direitos do Homem, tem proclamado amplamente a sua adesão a esse princípio com tripla forma – liberdade de informar, de informar-se e de ser informado. José Júlio Gonçalves refere, ainda, que também através da UNESCO se tem procurado obter a cooperação internacional com o fim de melhorar os meios de comunicação, de os tornar mais livres e de alargar as áreas que abrangem, para atingirem um número de pessoas cada vez maior.

Finalmente, no livro *Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia*, José Júlio Gonçalves (1972a), propõe uma análise sociológica aos problemas (étnicos/multiculturais) inerentes aos meios de comunicação social, , em termos genéricos ou recorrendo a um exame da realidade empírica. O memo tema é abordado na obra *Efeitos dos Modernos Meios de Comunicação nas Sociedades Plurais* (Gonçalves, 1972b), na qual o autor retrata, em especial, os múltiplos problemas que podem surgir devido a uma comunicação intercultural deficiente.

Segundo o autor, há três tipos de sociedades: 1) *modernas*, 2) *tradicionais* (também designadas *primitivas ou arcaicas*) e 3) *pluralistas ou plurais*. Uma sociedade pluralista resulta da interacção entre as duas primeiras, conjugando características de ambas mas caminhando no sentido de se transformar numa sociedade moderna. A sociedade tradicional é heterogénea, apresenta imobilismo tecnológico e resistência à mudança, bem como solidariedade de tipo tribal. Evolui lentamente. A "moderna", caracterizada pela "europeidade", é homogénea e culturalmente coesa e não apresenta entraves à mudança. A sociedade tradicional estaria em "processo de desagregação" (Gonçalves, 1972: 63); a moderna, de figurino ocidental, em expansão.

Na perspectiva de José Júlio Gonçalves, o crescente contacto das sociedades tradicionais com as modernas leva a mais rápidas transformações nas primeiras. Os *media* são, segundo o autor, uma peça chave nesse fenómeno: "as populações ainda tribalizadas, com o advento da televisão completarão o salto iniciado com a imprensa, o cinema e a radiodifusão sonora, de um sistema de comunicação de base marcadamente biológico-mecânico para, sem completo desaparecimento deste, um outro caracterizado pelo recurso a *meios de comunicação* de mas-

sa convenientemente estruturados e pelo aparecimento de novos *líderes formais e informais*, em que estes últimos tenderão a ceder o passo àqueles." (Gonçalves, 1972a: 66)

Para José Júlio Gonçalves, quando "dois ou mais sistemas de comunicação se põem em contacto, o mais avançado tecnologicamente (...) acaba (...) por exercer uma espécie de *dominância* que produz uma série de efeitos sociológicos que vão desde a *concessão e alteração de status* até à *modificação dos padrões de credibilidade e das pautas sociais, morais ou religiosas, etc.,* aproximando a cidade do campo, a riqueza da pobreza e, naturalmente, a própria sociedade moderna da sociedade tribal" (Gonçalves, 1972a: 66). A isto acresce que "Em geral, os *mass media* acumulam-se nas zonas citadinas, permitindo a formação, ali, de uma *elite de proximidade*, sem que o mesmo aconteça nas áreas rurais, não obstante estas constituírem verdadeiras *reservas de valores* que os meios de comunicação não *revelam* com a frequência com que o fazem em relação a quem está mais próximo." (Gonçalves, 1972a: 66-67). Os valores das sociedades tradicionais, difundidos pelos respectivos sistemas comunicativos (simples, assentes em meios bio-mecânicos), mesmo quando arcaicos, funcionam, porém, explicita o autor, como travões aos processos de socialização e aculturação promovidos pelos media tecnologicamente avançados (sistemas comunicativos complexos) próprios das sociedades modernas. Mesmo assim, defende o autor, devido à acção dos media modernos sobre as sociedades tradicionais notam-se nestas últimas alterações nos estilos de vida, nas hierarquias sociais, nas relações entre as pessoas, nos padrões de conduta e, em suma, nas mentalidades. Mais, a imposição de sistemas mediáticos modernos às sociedades tradicionais, segundo Júlio Gonçalves, põe o domínio sobre os sistemas comunicativos nas mãos de profissionais, quando antes estava nas mãos dos líderes tradicionais.

Segundo José Júlio Gonçalves, as mensagens geram efeitos verticais (entre indivíduos de classe social diferente) e horizontais (entre indivíduos da mesma classe). No entanto, de acordo com o autor, quanto mais complexo e mutável é um sistema social, mais complexos e difíceis de detectar são os efeitos da comunicação social. Para ele, nas sociedades africanas, cada vez mais plurais (no sentido de misturarem traços modernos com traços arcaicos), é também cada vez mais difícil detectar e prever os efeitos dos media, até porque, nelas, o sistema comunicativo moderno coexiste com o sistema comunicativo tradicional. Contudo,

o autor admite a existência de fenómenos de *resistência cultural* aos valores, modos de vida e atitudes propostos pelos *media* modernos. A resistência cultural seria mais forte nas sociedades plurais, já que estas manteriam sistemas comunicativos tradicionais paralelos aos modernos, enquanto as sociedades modernas seriam marcadas pela complexidade e mudança, estando mais abertas a câmbios culturais.

Nota-se, na obra, que o autor perfilha várias teses do interaccionismo simbólico. Para ele, as instituições e grupos sociais são as mais básicas estruturas que se formam entre indivíduos para a satisfação das mais básicas necessidades. Comunicar, neste contexto, é indispensável. Essas instituições e grupos são responsáveis pela atribuição dos papéis e estatutos sociais, fundamentais para a estabilidade e harmonia da sociedade. Esses estatutos e papéis são, no entanto, afectados pela comunicação. José Júlio Gonçalves afirma, nomeadamente, que os *media* têm contribuído para a ocorrência de mudanças nas instituições e grupos sociais, ao nível das posições, status, papéis sociais, relacionamentos, comportamentos, sentimentos de vinculação, identificação e participação, algo que se compreende porque as instituições se estruturam ao redor de "padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas com o objectivo de satisfazer necessidades sociais básicas e que os grupos são conjuntos de pessoas em interacção e comunicação obedecendo a normas, valores e interesses para concretizarem certos objectivos" (Gonçalves, 1972: 71). No contexto africano, que o autor tem presente, "os meios de comunicação (...) contribuem para acelerar o processo de destribalização" (Gonçalves, 1972a: 72) ao acelerarem os contractos entre sociedades, ao proporem novas formas de encarar o mundo e de agir e ao facultarem processos de aprendizagem social alternativos aos tradicionais. Um efeito semelhante, aliás, segundo o autor, ocorre em torno das famílias, que estariam, segundo José Júlio Gonçalves, em plena transformação, quer nas sociedades plurais, quer nas modernas, pesem embora os fenómenos de resistência à mudança. "Começa a não se poder ler o presente e menos ainda o futuro dos jovens no passado de seus pais", salienta Gonçalves (1972a: 76). As mensagens mediáticas podem, aliás, contribuir para o surgimento de conflitos entre gerações, explica o autor.

Os meios audiovisuais, em particular a televisão, são, para José Júlio Gonçalves, os mais influentes nas mudanças sociais e nos processos de mobilidade social, gerando mudanças de padrões comportamentais e

promovendo a uniformização de padrões culturais. Ele admite mesmo que a escalada social anda intimamente ligada ao grau de informação e de conhecimentos de cada indivíduo, condicionado pelos meios a que acede. Por outro lado, sustenta o sociólogo, os líderes tradicionais podem ser substituídos por líderes revelados pelos *media*, pois estes são mecanismos de vedetização e revelação de líderes. Os trabalhadores dos *media*, de acordo com Gonçalves, também aumentam o seu prestígio social, assegurando a sua própria mobilidade social ascendente. Em consequência, devido aos *mass media*, as sociedades tribais, prevê o autor, verão o seu sistema hierárquico antigo desaparecer, dando lugar a um sistema de modelo europeu.

O autor tenta também demonstrar que é através dos *media* que circula e é vinculada a propaganda e contrapropaganda, com vista à manipulação da opinião pública, especialmente de pessoas alheadas da vida politica, que não procuram, ou não têm acesso, aos melhores e mais diversificados meios de comunicação. No entanto, o autor reconhece que as mensagens veiculadas pelos *media* estão sujeitas a diferentes interpretações e a diversos níveis de aceitação, consoante as crenças, religião valores etc. dos receptores. Em certas situações, o autor admite mesmo a ocorrência do efeito *boomerang*: as mensagens não só não são aceites como originam efeitos contrários aos pretendidos, voltando-se contra o emissor. Por exemplo, procedimentos que na Europa se consideram correctos, fora dela mostram-se, por vezes, errados.

Assim, ao encarar os meios de comunicação social, em particular a televisão e a rádio, como "veículos de informação e (...) instrumentos de cultura" (Gonçalves, 1972a: 83), o autor atribui-lhes grandes responsabilidades e necessidade de sentido ético na selecção da informação transmitida, pois conseguem afectar os valores fundamentais e geram mudanças de mentalidade. Estes aspectos estão intimamente ligados à problemática da doação cultural (mas também da propaganda e contrapropaganda), pois, segundo o autor, há culturas *doadoras* e culturas *recebedoras*. No processo de doação e recepção cultural jogam-se, diz Gonçalves, a aceitação ou recusa de valores, crenças, atitudes, comportamentos, etc.

Questionando-se sobre a influência da comunicação social sobre a segurança interna e externa de um país, o autor relembra que um variado número de informações veiculado pelos *media* pode ser usado pelos adversários desse país em seu próprio proveito, para além de os meios poderem ser usados como veículos de propaganda e contrapropaganda.

Aliás, relembra José Júlio Gonçalves (1972a: 88), "*o poder virtual de uma falsa notícia é sensivelmente o mesmo do que uma notícia verídica.*" Por outro lado, quando um órgão jornalístico se vê compelido pelas autoridades a emitir desmentidos frequentes, cai no descrédito: "O desmentido (...) pode fazer-se indirectamente. Deixa-se ao público o entendimento da comunicação não-directa sobre a notícia ou boato e evita-se, por vezes, que a dúvida e a desconfiança se ampliem. O *desmentido directo* alarga a audiência e faz desconfiar. (...) *Desmentir e rectificar* notícias são, pois, tarefas que requerem certos cuidados" (Gonçalves, 1972: 87).

A partir desse ponto, o autor aborda a questão da objectividade jornalística, reconhecendo que não é possível dar "*informação pura*", nem sequer nos meios audiovisuais, mas que é possível pugnar por uma "*informação objectiva*" que cubra "sectores significativos do assunto, embora mesmo esta deva, na sua óptica, ser "limitada por valores essenciais", para não conflituar com "os pilares da nossa existência", pois "objectividade não é sinónimo de verdade" (Gonçalves, 1972a: 88 e 90). De qualquer maneira, o autor reconhece ao receptor uma lata liberdade interpretativa e de aceitação ou rejeição das mensagens, embora temperada pelo grau de sugestibilidade destas últimas, em função de factores como a educação, a cultura, a religião, a ideologia, a localização geográfica, o sexo, a ocupação, a capacidade, etc.

Prosseguindo a sua análise sociológica dos meios de comunicação, José Júlio Gonçalves refere que, tendencialmente, os *media* escrevem/dizem o que as pessoas querem ouvir/ler, para captar audiências. Os programas televisivos e radiofónicos, as páginas dos jornais e revistas, ressentem-se, de acordo com José Júlio Gonçalves (1972a: 92), da "mediocridade do gosto popular", dominante.

No que respeita ao jornalismo propriamente dito, o autor relembra a "*dissonância* resultante de algumas notícias e reportagens (...) serem incompatíveis umas com as outras" e o facto de "nos telejornais a *imagem* desmentir, por vezes, a *palavra* ou esta aquela" (Gonçalves, 1972: 92-93). Aliás, salienta: "Este mesmo fenómeno ocorre (...) devido à variedade de meios e suas ideologias, orientações, deficiências, etc., ou, noutra perspectiva, devido a distorções, localizações intencionais ou não das notícias, choque de informações, qual *wagon effect*, etc." (Gonçalves, 1972a: 93). E prossegue: "Quando a *dissonância* ocorre ou a orquestração fica à vista, há tendência para a neutralizar, para reduzir

tal *dissonância*. É uma tentação que envolve o risco de *efeito boomerang*" (Gonçalves, 1972a: 93), pelo que, inclusivamente, diz o autor, há quem procure reduzir a dissonância de forma implícita e não explícita, recorrendo, por exemplo, não a um desmentido, mas sim a uma nova notícia que passe uma mensagem contrária à que se quer desmentir.

O autor recorda, finalmente, que os meios propõem modelos sociais e projectam, frequentemente, estereótipos. Ora, se "noticiar e fazer reportagem são duas funções primordiais dos meios de comunicação social" (Gonçalves, 1972a: 97), então torna-se necessário que os jornalistas tenham uma profunda preparação, incluindo uma boa formação etnológica, para não cometerem erros graves nem gerarem efeitos de boomerang. Um vocábulo usado sem problemas na Europa, por exemplo, pode ferir susceptibilidades em África, relembra. Contudo, José Júlio Gonçalves, sem desculpabilizar os erros jornalísticos, também reconhece, para finalizar, que "recolher, verificar, seleccionar informações para fazer notícias, elaborar um telejornal, etc. não é tarefa fácil" (Gonçalves, 1972a: 98).

4.9 Uma obra colectiva e multitemática: Imprensa: Informar ou Deformar?

Imprensa: Informar ou Deformar? é uma obra colectiva de vários jornalistas portugueses e estrangeiros, coordenada pelo jornalista Viale Moutinho, na qual se expõem temas que vão da liberdade de imprensa à condição de jornalista.

Viale Moutinho (1971: 7), no prefácio, escreve que a liberdade de imprensa é "uma porta aberta para um amplo e salutar usufruto da verdade", mas considera que a imprensa portuguesa, no início dos anos Setenta, estava "cercada por todos os lados", como defendia o Instituto Internacional da Imprensa.

Costa Carvalho reflecte, por seu turno, sobre a condição de jornalista. Em primeiro lugar, este autor parte do princípio de que o jornalista é, antes de mais, "homem de carne e osso" (Costa Carvalho, 1971: 8), havendo que distinguir, portanto, o jornalista como pessoa do jornalista como profissional. O autor defende o ensino do jornalismo como forma mais óbvia de aceder à profissão e a adopção pelos jornalistas portugueses das regras deontológicas dos jornalistas franceses.

Rui Osório, num texto sobre temas diferentes, ainda que interliga-

dos, defende a liberdade, a democracia e a acção fortalecedora do jornal sobre as bases da democracia, em especial sobre o "diálogo plural" (Osório, 1971: 42). O autor chega mesmo a citar Dovifat, que dizia que o jornal é um "órgão da democracia".

Para Osório (1971: 43), "Sem informação não há opinião pública. Ela é o resultado da adesão livre dos receptores dos conteúdos de polarização propostos pelos promotores. Nasce do diálogo plural e contrastante". Portanto, o autor, recordando, inclusivamente, as palavras do papa Pio XII, afirma, reportando-se à liberdade de expressão e de imprensa, que é uma "desdita" quando "o direito de todos se torna em privilégio de uns poucos" (Osório, 1971: 44). Rui Osório defende, assim, o princípio da liberdade de imprensa, na sua dupla vertente técnico-económica (existência de vários e alternativos meios de informação) e política (garantia legal da liberdade de expressão e de imprensa).

Qual o papel do jornalista numa sociedade livre onde exista jornalismo livre? Rui Osório procura responder a esta questão afirmando que ao jornalista cabe a proposição de "conteúdos de polarização" aos leitores, que, igualmente livres, emitem opiniões sobre os conteúdos que lhes são apresentados. Essas opiniões "postas em contaste, enriquecem e estimulam a boa marcha da sociedade" (Osório, 1971: 46). Assim sendo, ao jornalista, na versão de Osório, exige-se *responsabilidade e formação* superior universitária, técnica, cultural, ética e humana.

Para finalizar, Osório recorda aquelas que na sua versão são as modernas teses da história do jornalismo, que a dividem em proto-história do jornalismo e três épocas históricas: a do predomínio do *jornalismo ideológico*; a do predomínio do *jornalismo informativo*; e finalmente a evolução para o *jornalismo de profundidade*, em que a imprensa se afirma como concorrente e complemento da rádio e da televisão, já que estas podem adiantar-se aos jornais na divulgação da notícia, mas estes podem interpretá-la.

Para além de textos que já referimos anteriormente, o livro organizado por Viale Moutinho traz uma derradeira contribuição de um autor português: o artigo "Dignidade da imprensa e dignificação da palavra", de Nuno Teixeira Neves (1971), que o mesmo autor tinha publicado autonomamente em 1969.

Nesse texto, Nuno Teixeira Neves considera o problema da falta de liberdade de imprensa o principal dos problemas dos jornalistas portugueses do final do Estado Novo. Levanta, porém, dois outros problemas:

"a ineficácia, por falta de vigor, daquilo que (...) deixam escrever" e "a destruição da palavra na consciência de quem escreve (...), a (...) ineficácia para a verdade ou (...) a (...) castração como seres voluntariosos e inteligentes" (Neves, 1971: 52).

O autor defende que a censura, em Portugal, resultava, em grande medida, da "incapacidade de as elites manejarem a contradição", sendo necessário, por isso, defender "a legalidade da contradição" (Teixeira 1971: 52). Por outro lado, a alegada ineficácia do jornalismo na transformação do país resultava, na versão do autor, da censura, que destrói a inteligência e a expressão e limita o debate e o conhecimento, mas também das rotinas profissionais que tornavam as palavras ocas e repetitivas, empobreciam a cultura e diminuíam o estatuto da Língua Portuguesa. Apesar de tudo, Nuno Teixeira acreditava que em Portugal se tinha desenvolvido uma impressionante capacidade de escrever e ler nas entrelinhas, única forma de contornar a censura.

Para concluir, o autor pedia, na altura, "palavras eficientes (...), que sejam um modo de participar na justiça e na dignidade nacionais, uma das ferramentas com que se construa um país moderno" (Neves, 1971: 59).

4.10 Pinto Balsemão (1971): a informação na sociedade tecnetrónica

Escrito no calor das convulsões que ditaram o fim do Estado Novo e propiciaram a Revolução de 25 de Abril de 1974, *Informar ou Depender?*, do então deputado à Assembleia Nacional e jornalista Francisco Pinto Balsemão, que futuramente viria a exercer o cargo de primeiro-ministro de Portugal e é hoje um dos "patrões" dos *media* portugueses, é talvez o livro mais relevante sobre jornalismo, desenvolvimento tecnológico e sociedade publicado em Portugal, por um autor português, no início da década de Setenta do século XX, pois não apenas discute as questões relativas à liberdade de imprensa e à proposta de Lei de Imprensa que o autor tinha elaborado com Sá Carneiro e proposto ao Parlamento, mas também diagnostica o estado do jornalismo e, em tom de grande actualidade, conjectura fundamentadamente sobre o futuro desta actividade de comunicação social no quadro de uma sociedade tecnologicamente avançada e marcada pelo recurso massivo aos computadores. É extremamente interessante notar que mesmo desconhecendo a Internet e a convergência concreta entre informática, televisão e telecomunicações, Pinto Balsemão,

suportado pela leitura de variadíssimos trabalhos, já tinha uma percepção muito nítida daquilo que seria a sociedade no início do século XXI, embora, obviamente, não designe os artefactos comuns do nosso quotidiano actual pelos mesmos nomes que nós lhes damos. É um livro com quarenta anos, mas que não perdeu uma certa actualidade, ao discutir muitos dos problemas do Jornalismo que ainda hoje se discutem.

Pinto Balsemão antecipa as características da comunicação na actualidade. Questiona-se, a propósito, sobre a necessidade de uma língua mundial única; o aumento dos contactos pessoais a longa distância; a diminuição das deslocações pessoais; e ainda sobre a (im)praticabilidade da manutenção das barreiras de censura por parte dos estados. A palavra-chave, segundo Francisco Pinto Balsemão, para o sucesso da adaptação dos seres humanos à sociedade informatizada e tecnetrónica é *educação*.

O autor faz, por outro lado, a distinção entre informação e Informação (com maiúscula). O primeiro conceito reporta-se às informações corriqueiras; o segundo designa o sector dos *mass media*. O autor considera que a Informação deve ser livre e afirma que a edificação dos alicerces da sociedade do século XXI depende da Informação livre, nos termos colocados pela Escola de Jornalismo da Universidade do Missouri (independência, possibilidade de crítica, propriedade da Informação não concentrada). Repudia, no entanto, a ideia da nacionalização da imprensa para lhe assegurar a liberdade, pois essa solução pode significar perda de independência e qualidade. Em acréscimo, Pinto Balsemão estabelece uma correspondência entre liberdade de informação e desenvolvimento, sendo que a primeira seria indispensável para o segundo. Para ele, "a Informação livre de interferências serve a comunidade e contribui para o seu avanço". E explica:

> "Os *mass media* serão tanto mais eficazes quanto maior for o avanço tecnológico do país ou do grupo de países onde se produzem. (...) Através deles a cultura perde qualidade, mas ganha em número de pessoas atingidas. Isto significa que a cultura deixa de constituir privilégio de uma elite para ser partilhada pela maioria (...). Porque essa cultura de massas não poderá nunca corresponder à cultura usufruída por aquele escol, os seus objectivos, a sua profundidade, o seu conteúdo, a sua própria natureza terão de ser distintos. (...) *Cultura geral* (na acepção enciclopédica) é expressão ultrapassada: as pessoas apenas têm capacidade para tomar conhecimento dos princípios genéricos relacionados com os principais problemas do seu tempo (...) e para se especializarem, por gosto

> ou por necessidade, em alguns assuntos. Para além do verniz geral, a que se acede (e que se mantém) por educação de base (...) e pelos *meios de comunicação de massa*, a cultura torna-se portanto uma questão de opção (…) por certos assuntos; imediata rejeição por falta de tempo e de memória, de todos os outros".

O computador, segundo Pinto Balsemão, poderá ser aproveitado em actividades culturais, o que "significará um acréscimo de produção cultural" e maiores possibilidades de apreender a cultura. Mas se o desenvolvimento informático é diferenciado, reflecte Balsemão, se nem todos têm acesso ao computador, então também se poderão formar hiatos culturais; por outro lado, se todos usarem computadores, então caminhar-se-á para uma globalização da própria cultura, acedida através deles. A Revolução Tecnetrónica, nas palavras de Adriano Moreira, citado por Pinto Balsemão, gerará ainda a "progressiva internacionalização da vida privada". Aos políticos competirá, então, encontrar medidas que permitam adaptar o desenvolvimento tecnetrónico aos valores e cultura próprios de cada povo.

Debruçando-se, especificamente, sobre as transformações do jornalismo numa sociedade tecnetrónica, Pinto Balsemão reserva à Informação grande parte da responsabilidade pela preservação das culturas nacionais, regionais e locais, pela comunicação inter-cultural, pela manutenção das liberdades individuais e ainda pela formação continuada dos indivíduos.

Balsemão antecipa, ainda, a era da Internet e das comunicações globais, antevendo que no futuro seria possível, como veio a acontecer, escolher entre centenas de emissões de rádio e televisão, aceder a jornais por via electrónica, personalizar a recepção dos conteúdos e usufruir de bibliotecas digitais. Adivinha, nomeadamente, a possibilidade de um jornal ter várias edições regionais, impressas em cada região. Diz, conforme veio a acontecer, que jornais, rádios e televisões teriam alcance mundial, por via electrónica. E pondera mesmo sobre a possibilidade de sobrevivência dos jornais em papel, sobre se estes beneficiariam, de alguma maneira, do progresso tecnológico, e sobre se as empresas de imprensa teriam de fabricar um produto diferente do da época em que escreveu o livro para conseguirem sobreviver numa sociedade tecnetrónica.

No que respeita à produção jornalística, Francisco Pinto Balsemão também é bastante apurado na sua antevisão da sociedade tecnetrónica contemporânea, prognosticando a massificação da redacção e investi-

gação assistida por computador, as potencialidades que este traria para o armazenamento e gestão das notícias e das fotografias em bases de dados, a possibilidade de o repórter vir a usar uma "telemáquina de escrever portátil" que lhe permitiria enviar por telefone ou radiotelefone (telemóvel, portanto) o seu texto para a redacção, que poderia ser corrigido de imediato pelas chefias, etc.

O autor reflecte sobre um outro obstáculo à independência da informação: a concentração da propriedade dos *media*. Para ele, existe a possibilidade de se formarem monopólios mediáticos que dominem o *hardware* de produção, gestão e distribuição de conteúdos, o que permitiria a uma minoria economicamente poderosa garantir o acesso a informação reservada, perpetuando-se no poder devido ao aumento constante do hiato de conhecimento que a separaria do resto da população, pois "aflitiva é a *tendência para a Informação independente deixar de ser a mais bem informada.*" Assim, "para que a Informação permaneça na primeira linha do noticiário, para que o poder político e o poder económico não se tornem invulneráveis à actuação da Informação, é indispensável que esta disponha dos meios técnicos que assegurem a livre circulação de todas as notícias e impossibilitem a criação de núcleos de informação só acessível a determinados grupos", algo a que, segundo Balsemão, só empresas jornalísticas fortes e rentáveis poderão aspirar.

Neste quadro, Pinto Balsemão sugere que a concentração monopolística das empresas mediáticas, em curso no Ocidente, pode contribuir para agravar o problema atrás equacionado, ao eliminar a concorrência em benefício de alguns e ao restringir as vozes públicas, afectando, portanto, a liberdade de expressão e a liberdade de informação (que seguiria os ditames do Governo ou do grupo económico proprietário). Apesar de tudo, diz o autor, "*até certo ponto, uma concentração limitada seria aconselhável e desejável em Portugal*" para fortalecer as empresas jornalísticas, até porque são necessários vultuosos investimentos para dar resposta às maiores exigências do ouvinte/leitor, às reivindicações sindicais (que aumentam a despesa) e ao investimento constante em novas tecnologias.

Francisco Pinto Balsemão observa, seguidamente, o cenário potencialmente reservado às publicações e emissoras regionais, ameaçadas por vários fenómenos: o desprezo dos particularismos regionais e locais no quadro da cultura de massas fomentada pelos meios de comunicação

social de âmbito nacional; os elevados investimentos de que necessitariam para acompanhar a Revolução Tecnetrónica; e a falta de profissionalização dos colaboradores da imprensa regional e local, em especial em Portugal. No entanto, o autor acentua que a imprensa de carácter nacional e a imprensa de carácter regional e local podem conviver desde que respeitem os seus territórios específicos, até porque a proximidade da imprensa regional e local ao seu público-alvo dá-lhe um trunfo que não pode ser desprezado. De qualquer modo, para Pinto Balsemão a imprensa regional e local só conseguiria sobreviver se investisse em tecnologia e na contratação de jornalistas profissionais e na produção de conteúdos de qualidade capazes de vender, o que implicaria a concentração da propriedade e o abandono do amadorismo.

Seguidamente, o autor relembra que, por motivos técnicos, comerciais e de simples bom senso se torna necessário seleccionar e hierarquizar os conteúdos em função do perfil editorial de cada órgão jornalístico, havendo, para ele, a considerar três grandes tipos de jornais: jornais de qualidade, que servem as elites; jornais populares; e jornais meio-termo.

O *jornal de qualidade*, segundo Balsemão, "dirige-se (...) à inteligência dos leitores. Não recorre às emoções, não apela para o sentido estético do público, nem se serve de grandes fotografias ou de paginações especialmente sugestivas. Limita-se a informar, a interpretar e a valorizar os acontecimentos, a emitir opiniões por intermédio dos seus redactores ou de colaboradores qualificados. Não tem a pretensão de cativar todo o público, mas simplesmente uma elite preparada para o ler e compreender. Publica mais artigos, comentários e críticas do que propriamente reportagens ou entrevistas. Dedica-se à política nacional e internacional, aos problemas técnicos, culturais, financeiros, económico-sociais, em detrimento do *fait divers* (...), prefere as notícias comentadas (*news analysis*) (...) aproveitando a oportunidade para a confrontar com outros factos (...) e lança previsões (...). Em certos casos são vendidos a um preço mais elevado."

O *jornal popular ou de sensação*, conforme o autor, está nos antípodas do jornal de qualidade, preferindo notícias e temas leves e capazes de interessar a um grande número de pessoas, incluindo notícias sobre a vida privada das celebridades e notícias chocantes, tem um design sugestivo e apelativo e recorre a fotografias chamativas.

O *jornal de meio-termo* equilibra características dos dois tipos anteriores, para assegurar vendas sem macular o seu prestígio. Distingue-se

pela leveza dos conteúdos, mas sem abandonar a seriedade e rigor com que são noticiados e analisados.

Para o autor, a priorização do lado comercial das empresas de Informação afecta a sua independência, pois "Cada vez mais parecem ser os gostos do consumidor que impõem a linha de orientação do meio de comunicação social, em vez de ser este, com autonomia e capacidade, a dirigir e a adiantar-se sobre a evolução da sua comunidade. Exemplo flagrante desta inversão de posições e de valores é o da importância por vezes assustadora que o *marketing* adquiriu (...) no sector das empresas de Informação". O autor prossegue dando exemplos de como, com recurso aos computadores, vários jornais um pouco por todo o mundo automatizavam e rotinizavam os processos jornalísticos de maneira a agradar aos leitores, cujas preferências eram diagnosticadas através do recurso intensivo e científico ao marketing. Ora, se para Balsemão o marketing tem o aspecto positivo de obrigar as empresas de Informação, enquanto empreendimentos comerciais que são (e "não instituições de caridade"), a "atentarem nas necessidades da sua clientela" e não somente nas ideias dos proprietários e directores, também não é menos verdade que "*a tendência (...) para actuar apenas em função da reacção do consumidor do produto se afigura excessiva e atentatória da independência da Informação*." Impõe-se, então, de acordo com o autor, um equilíbrio, para que sejam "*os media a influenciar a massa, e não [apenas] a massa a influenciar os media*".

Na segunda parte do livro, devotada ao estudo da conjuntura informativa nacional, Francisco Pinto Balsemão, citando estatísticas, procura aduzir razões para a Informação portuguesa não cumprir em plenitude a sua missão na comunidade e o seu papel de apoio ao desenvolvimento do país. Encontra motivos do falhanço da Informação nacional na "falta de independência, que provoca a falta de capacidade" e vice-versa. A censura prévia, na sua visão, era então o principal obstáculo à independência dos meios jornalísticos e o principal agente perversor da opinião pública, embora nos meios controlados pelo Governo e pela Igreja também se verificassem fenómenos de auto-censura.

Manifestando-se, porém, apostado em que a nova Lei de Imprensa que Portugal teria a partir de 1972, apesar de quase certamente baseada unicamente na proposta do Governo, pudesse, apesar de tudo, substituir a arbitrariedade da censura por uma certa legalidade, Balsemão considera-a uma "oportunidade única" para o jornalismo português. A reboque desse raciocínio, pega, então, no velho tema da formação de jornalistas, para

insistir na instituição de um curso superior de jornalismo "com carácter permanente", pois, diagnostica, os jornalista portugueses começavam a exercer a sua profissão sem terem adquirido conhecimentos especializados sobre o modo de a exercer. "*A questão das vantagens das Escolas de Jornalismo está actualmente ultrapassada.* Já ninguém discute que o jornalismo, como qualquer outra profissão, pode e deve aprender-se em cursos para o efeito criados", escreve Balsemão, admitindo, inclusivamente, uma certa receptividade do Governo para levar a proposta avante.

Para o autor, um bom curso de jornalismo deveria aliar uma sólida formação em ciências sociais e humanas às disciplinas de cariz jornalístico e teria de ser ministrado nas Universidades e não noutra instituição, pois só num contexto de autonomia universitária seria possível evitar que fosse politizado.

O autor recorda que há autores que perfilham a tese de que a censura à imprensa que então vigorava em Portugal seria irrelevante num tempo em que a televisão por satélite e os bancos de dados electrónicos acessíveis por computador a tornariam obsoleta, pelo que não faria grande diferença existir legislação restritiva da liberdade de imprensa. No entanto, a esse raciocínio Pinto Balsemão opõe os seguintes argumentos: 1) A palavra escrita deve ser valorizada por estimular à reflexão e impedir o "homem unidimensional" de que falava Marcuse; 2) A imprensa deve ser independente dos poderes político e económico, nacionais ou internacionais, sendo importante instituir para a mesma condições de vida autónoma; e 3) É à Informação de cada país que cabe combater os efeitos uniformizantes da Informação planetária, influenciada pelos grandes potentados da globalização.

5. Considerações finais

Entre 1958 e 1974, num tempo em que a contemporaneidade batia à porta de Portugal, sentem-se, entre os diferentes autores portugueses que teorizaram o jornalismo, as tensões entre as formas antigas de pensar e de fazer as coisas e aquelas que os novos tempos prometiam.

1) Os anos entre 1958 e 1974 foram importantes para a afirmação do jornalismo em Portugal, inclusivamente porque este deixou de estar estritamente associado à imprensa – a rádio modernizou-se e introduziu-se a

televisão. Foi, portanto, um tempo em que a contemporaneidade bateu à porta do País e em que a revolução tecnológica – tecnetrónica, conforme o termo cunhado por Francisco Pinto Balsemão – transfigurou a paisagem mediática. Prova disso, surgiram trabalhos sobre radiojornalismo e telejornalismo e sobre rádio e televisão em geral, nos quais se nota tanto uma intenção de aprofundamento reflexivo sobre a natureza, funções sociais e efeitos desses meios, como uma manifesta preocupação *explicativa e pedagógica* acerca dos mesmos, das suas *linguagens* e das técnicas jornalísticas que neles poderiam ser empregues. Mas a teorização produzida foi mais longe e procurou contribuir para apurar o efeito dos meios jornalísticos, nas pessoas e nas sociedades. Os trabalhos de José Júlio Gonçalves sobre a influência da rádio e da televisão nos processos de destribalização têm, nesse contexto, o apelo especial de se reportarem à realidade colonial portuguesa. Outros autores, como Avelino Gonçalves, atribuem aos meios um poder quase omnipotente na condução das orientações cognitivas e comportamentais das pessoas, pelo que encontram aí uma justificativa para a repressão da liberdade de imprensa.

2) Há também, entre 1958 e 1974, um prolongamento das tensões entre a pulsão jornalística para a liberdade de imprensa e as tentativas de controlo e censura da informação emanadas do regime ditatorial do Estado Novo. De facto, grande parte da reflexão produzida sobre jornalismo em Portugal entre 1958 e 1974, conforme acima se provou, orbita em torno da questão da liberdade de imprensa. Os autores discutiram, principalmente, e com surpreendente frontalidade, qual o grau de liberdade que deveria ser concedido à imprensa, e fizeram-no analisando as leis e até propondo novos ordenamentos jurídicos (caso de Magalhães Godinho, 1971). Carvalho e Cardoso (1971), por exemplo, deram-se ao trabalho de comparar regimes de liberdade de imprensa em vários países do mundo. Algumas questões então discutidas eram as seguintes: A censura teria razão de existir como elemento de defesa das sociedades das opiniões que as possam desestabilizar ou é um instrumento anacrónico que atenta contra a liberdade de expressão do pensamento? As mensagens do exterior contra o regime ditatorial e colonialista do Estado Novo, trazidas, por exemplo, pelas rádios estrangeiras, seriam propaganda que teria de ser combatida? Salvaguardando a Constituição a liberdade de expressão do pensamento, teria a sociedade alegado direito a uma defesa colectiva contra a expressão pública, através da imprensa, de pensamentos "que a desorientem contra a

verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum", ainda que fosse reconhecido a cada português o direito de ter convicções pessoais? Mas se o juiz era parte interessada, como assegurar a independência e isenção de quem praticava a censura? Poderia o criticado ser igualmente juiz da crítica? Questões candentes num passado recente do país...

Diga-se que a censura operava também contra as publicações estrangeiras que poderiam penetrar em Portugal. Isto é, não eram autorizadas publicações estrangeiras que trouxessem conteúdos que os meios portugueses fossem impedidos de veicular. Aliás, nota-se na prosa de vários dos autores acima referidos – incluindo o próprio Marcelo Caetano – uma atitude ressabiada contra a imprensa estrangeira e as grandes agências internacionais de notícias, acusadas de estarem ao serviço dos interesses estrangeiros contra o Estado Português. Paradoxalmente, portanto, argumentos "anti-imperialistas" que não desdenhariam aos marxistas eram, afinal, também invocados pelos apoiantes de um regime anti-marxista, de matriz tradicionalista católica, como era a ditadura corporativa do Estado Novo. Neste contexto, deve ser feita uma chamada de atenção para o sentimento anticapitalista notório no Estado Novo – alimentado, certamente, pelo anticapitalismo católico. São vários os autores – como Nuno Rosado – que já então, nos idos de sessenta e início de setenta (e mesmo antes – ver Sousa, 2008b), proclamavam o perigo do jornalismo se colocar ao serviço não da "sociedade", do "bem comum", do "interesse público", mas sim do poder económico por trás das grandes empresas jornalísticas.

3) Um outro foco de tensão entre as formas de ver as coisas do passado e dos anos sessenta e setenta residia na definição do que era ser-se jornalista. O jornalista "nasce feito" ou pode "fazer-se" em escolas de jornalismo? Seriam os dotes pessoais, literários e retórico-persuasivos a fazer um jornalista, ou a sua capacidade de obter, processar e difundir informações nos meios de comunicação social? Seria o jornalismo uma mera manifestação literária, uma forma de expressão humanística? Ou seria uma actividade profissional, uma arte liberal, na qual pontificaria a figura do repórter? Poderia ser o jornalismo aprendido e deveriam, ou não, criar-se escolas de jornalismo, inclusivamente ao nível universitário? Recorde-se que para autores como Jacinto Ferreira ou Marques Gastão "um verdadeiro jornalista" não seria o profissional da reportagem, mas sim o "homem de letras" que, sem necessidade de formação especí-

fica em jornalismo, espalhava a sua cultura e erudição pelas páginas dos jornais, cumprindo a sua vocação de "escritor público" ou de "escritor de jornais". Porém, para outros, como Nuno Rosado e Mário Matos e Lemos, o jornalista é o repórter que lida quotidianamente com a novidade e que necessita de formação específica, superior, para saber obter e processar correctamente a informação, pois a "tarimba" revelava-se insuficiente. É nesse sentido, aliás, que aponta o projecto do Sindicato Nacional dos Jornalistas, de 1971, para a criação de um estabelecimento de ensino superior de jornalismo em Portugal que permitisse a atribuição de graus de licenciado e doutor em Ciências da Informação. Isso mostra que os jornalistas portugueses estavam já suficientemente profissionalizados para exigirem o substrato teórico – e também o legal e deontológico – passível de dar consistência à sua actuação profissional. Portanto, ao contrário do que, por exemplo, pretende Sobreira (2003, p. 168), os constrangimentos à liberdade de imprensa não parecem ter sido relevantes para um alegado atraso na afirmação do jornalismo como profissão em Portugal. Pelo contrário, o caminho em direcção à profissionalidade jornalística no país vem de há muito tempo atrás – por exemplo, o discurso moralizador em torno da imposição do respeito pela verdade aos redactores de periódicos, sinal da congregação de uma comunidade de profissionais em torno de uma ideologia profissional e da disseminação dos princípios fundadores da consciência profissional, já surgia na reflexão seiscentista (Azevedo, 1644) e provém dos valores transmitidos ao jornalismo pela historiografia clássica, até porque, na sua génese, jornalismo e historiografia não se distinguiam (Sousa, 2008a).

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

ABREU, Jaime d' (1912). Julgamento de Um Jornalista no Tribunal Marcial de Cabeceiras de Basto. Braga: Imprensa Henriquina.

ABREU, Jorge. (1927). Boémia Jornalística. Memórias d'Um Profissional com 30 Anos de Serviço na "Fileira". Lisboa: Livraria Editora Guimarães.

AMARAL, António Ferreira Cabral Pais [também aparece como CABRAL, António] (1949). As Minhas Memórias de Jornalista. Lisboa: Gráfica Santelmo.

AMARAL, Augusto Donato (19__). Depoimento de Um Jornalista Que Cegou. Recordações do Passado. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.

ANDRADE, Adolfo (1937). Dos Jornais. S/l: s/e.

ANDRADE, Joaquim Navarro (1822). Carta Apologética e Analítica ao Redactor do Periódico Intitulado "O Português" Impresso em Londres. Lisboa: Tipografia Rollandiana.

ANDRADE, Maria Ivone de Ornelas (2001). José Agostinho de Macedo: Um Iluminista Paradoxal. Lisboa: Edições Colibri.

ANDRADE, Maria Ivone de Ornelas (2004). A Contra-Revolução em Portugal: José Agostinho de Macedo. Lisboa: Edições Colibri.

ANSELMO, António (1882). António Rodrigues Sampaio. Homenagem Prestada à Sua Memória pela Imprensa do Porto. Porto: Real Tipografia Lusitana.

ARAGÃO, Maximiano (1900). A Imprensa no Distrito de Viseu. Fragmento Histórico. Viseu: Tipografia Popular d'A Liberdade.

ARAGÃO, Maximiano (1911). Minuta de Agravo do Jornalista Cruz Preso na Cadeia de Viseu Como Conspirador e do Ferrador Jaime Indiciado e Afiançado Como Boateiro. Viseu: Tipografia do Correio da Beira.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito (1885). Subsídios Para a História do Jornalismo nas Províncias Ultramarinas Portuguesas. Lisboa: Imprensa Nacional.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito (1886). Mendes Leal Júnior: Memórias Várias Políticas, Literárias e Bibliográficas, in Brinde os Senhores Assinantes do Diário de Notícias. Lisboa: Diário de Notícias.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito et al. (1894). Rapport de la Section Portugaise, 1er Congrès International de la Presse, Anvers. Lisboa : Imprensa Universal.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito (1900 / 1910). Mouvement de la Presse Périodique en Portugal de 1894 a 1899. Lisboa: Imprensa Nacional.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito (1907/1908). Factos e Homens do Meu Tempo. Memórias de Um Jornalista. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

ARAÚJO, Alfredo d'Ascensão (1931). O Repórter Xiça: Com X. Lisboa: Imprensa Beleza.

ARAÚJO, Amadeu (1969). Política do espírito: Asfixia da imprensa republicana no distrito de Viseu, in AUTORES VÁRIOS. II Congresso Republicano de Aveiro. Teses e Documentos. Textos Integrais. Volume II. Lisboa: Seara Nova.

ARAÚJO, Matilde Rosa (1946). A Reportagem Como Género: Génese do Jornalismo Através da Constante Histórico-Literária. Tese de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, disponível para consulta na respectiva biblioteca.

ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS TRABALHADORES DA IMPRENSA DE LISBOA (1917). Relatório dos Trabalhos da Direcção Acerca da Denominada Crise da Imprensa, em 1916. Lisboa: Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa.

ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS DE LISBOA (1903). Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal. Gerência de 1902. Lisboa: Associação dos Jornalistas de Lisboa/Tipografia Universal.

ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS (1902). Das Violações da Liberdade de Imprensa. Consulta da Associação de Jornalistas. Lisboa: s/e.

ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS DE LISBOA (1902). Apreensão de Periódicos. Lisboa: Associação de Jornalistas de Lisboa.

ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS E HOMENS DE LETRAS DO PORTO (1896). Relatório dos Actos da Direcção. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS E HOMENS DE LETRAS DO PORTO e GOMES, Luís – relator (1926). A Carteira de Identidade de Profissional de Imprensa e a Associação dos jornalistas e Homens de Letras do Porto. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS E HOMENS DE LETRAS DO PORTO (1932 - 1933). Boletim da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de letras do Porto

ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS E HOMENS DE LETRAS DO PORTO (1952-1971). Gazeta Literária. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

AUTOR ANÓNIMO (1810). Exame dos Artigos Históricos e Políticos que se Contêm na Colecção periódica Intitulada "Correio Braziliense ou Armazém Literário" no que Pertence Somente ao Reino de Portugal. Lisboa: Impressão Régia, 1810.

AUTOR ANÓNIMO (1810). Provas da Falsidade e Injustiça Com que o Editor do "Correio Braziliense"Intentou Desacreditar António de Araújo de Azevedo e Algumas Reflexões Acerca desse Jornal Oferecida aos Seus Leitores. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves.

AUTOR ANÓNIMO (182_). Resposta ao Novo Mestre Periodiqueiro: Ou Abjuração do Sebastianista, e do Ermitão: Confundindo o Doutor Periodiqueiro. Lisboa: Oficina de J. F. M. de Campos.

AUTOR ANÓNIMO (1821). A Forja dos Periódicos ou O Exame do Aprendiz Periodiqueiro. Lisboa: Nova Imprensa da Viúva Neves.

AUTOR ANÓNIMO (1821). Carta do Compadre de Lisboa em Resposta a Outra do Compadre de Belém ou Juízo Crítico pela Opinião Pública Dirigida pelo Astro da Lusitânia. Lisboa: Imprensa de Alcobia.

AUTOR ANÓNIMO (1821). Carta do Novo Mestre Periodiqueiro ao Autor do Diálogo Intitulado Resposta ao Novo Mestre Periodiqueiro. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.

AUTOR ANÓNIMO (1821). Carta do Novo Mestre Periodiqueiro ao Autor da Resposta à Segunda Parte do Novo Mestre Periodiqueiro. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.

AUTOR ANÓNIMO (1821). Destroço em Ataque de Coração da Peste Periodiqueira... Lisboa: Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos.

AUTOR ANÓNIMO (1821). Já Fui Corcunda ou a Zanga dos Periódicos. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.

AUTOR ANÓNIMO (1821). O Acólito Contra o Exorcista que Levou a Caldeirinha, e o Hisope para Exorcizar a Praga Periodiqueira que Graçou em Lisboa. Lisboa: Imprensa da Viúva Neves e Filhos.

AUTOR ANÓNIMO (1821). O Braz Já Sem Corcunda Por Diante e Por Detrás. Lisboa: Tipografia Rollandiana.

AUTOR ANÓNIMO (1821). O Periodiqueiro Por Força ou Diálogo de um Tio e um Sobrinho. Lisboa: Tipografia Rollandiana.

AUTOR ANÓNIMO (1821). Resposta à Segunda Parte do Novo Mestre Periodiqueiro: Juntando-se-lhe por Aprendiz as Cópias Autênticas da Exposição do Cardeal da Cunha... Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.

AUTOR ANÓNIMO (1821). Resposta ao Novo Mestre Periodiqueiro ou Abjuração do Sebastianismo e do Eremita Confundindo o Doutor Periodiqueiro. Lisboa: Oficina de J. F. M. de Campos.

AUTOR ANÓNIMO (1821) [Eventualmente, MACEDO, José Agostinho de ou MACHADO, José]. Segunda Parte do Novo Mestre Periodiqueiro ou Segundo Diálogo de um Sebastianista, um Doutor e um Eremitão Sobre o Modo de Ganhar Dinheiro no Tempo Presente. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.

AUTOR ANÓNIMO (1822). Carta ao Senhor Redactor do Diário do Governo e Outros Contadores de Patranhas d'Ambas as Índias, d'Ambas as Espanhas. Lisboa: Imprensa Liberal.

AUTOR ANÓNIMO (1823). Defesa do Redactor do Astro da Lusitânia Perante o Júri em 11 de Abril de 183. Lisboa: Imprensa Liberal.

AUTOR ANÓNIMO (1836). Carta de um Académico, que Contém Juízo Crítico Sobre os Artigos Publicados pela Imprensa Periódica. Coimbra: Imprensa Trovão e Companhia.

AUTOR ANÓNIMO (1840). Processo d'Arresto na Tipografia Onde se Imprime o "Atleta" ou Alguns Monstruosos Atentados do Ministério Público Contra a Liberdade de Imprensa no Porto em 1840. Porto: Tipografia de Faria & Silva.

AUTOR ANÓNIMO (1850). Defesa do Jornal Legitimista "A Pátria", Feita pelo Redactor do Mesmo Jornal, nos Discursos que Recitou, Perante o Júri Criminal de Liberdade de Imprensa. Porto: Tipografia de Faria Guimarães.

AUTOR ANÓNIMO (1889). Colecção Completa da Legislação Sobre Liberdade de Imprensa Desde 1834 Até Hoje. Acompanhada dos Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça Proferidos por Abuso de Liberdade de Imprensa. Lisboa: A. G. Vieira Paiva.

AUTOR ANÓNIMO (1898). La Presse Periodique au Portugal, Gazeta. Lisboa: s/e.

AUTOR ANÓNIMO (1959). História do Rádio Clube de Moçambique. Montijo: Gazeta do Sul.

AUTOR ANÓNIMO [presumivelmente MACEDO, J.A. ou MACHADO, J.] (1821). Novo Mestre Periodiqueiro ou Diálogo de Um Sebastianista, um Doutor e um Eremita Sobre o Modo de Ganhar Dinheiro no Tempo Presente. Lisboa: Imprensa Nacional.

AUTOR ANÓNIMO [possivelmente CAETANO, Marcelo] (1968). "O Direito" e a Imprensa Portuguesa. Coimbra: Coimbra Editora.

AZEVEDO, Luís Marinho (1644). Apologia militar en defensa de la victoria de Montijo contra las relaciones de Castilla, y gazeta de Genoba, que la calumniaron mordaces, y la usurpan maliciosas. Lisboa: Imprensa de Lourenço de Anvers.

AZEVEDO, Michaela (1969). O jornal, o jornalista e a função formativa da imprensa, in AUTORES VÁRIOS. II Congresso Republicano de Aveiro. Teses e Documentos. Textos Integrais. Volume I. Lisboa: Seara Nova.

BALL-ROKEACH, S. J. e DE FLEUR, M. L. (1976). A dependency model of mass media effects Communication Research, vol. 3, n.º 1: 3-21.

BALSEMÃO, Francisco P. (1971). Informar ou Depender? Lisboa: Ática.

BAPTISTA, Jacinto (1966). Um Jornal na Revolução. "O Mundo" de 5 de Outubro de 1910. Lisboa: Seara Nova.

BAPTISTA, Moreira (1971). Opinião Pública, Imprensa, Rádio e Televisão. Problemática Nacional da Informação. Lisboa: SEIT.

BARATA, Álvaro do Amaral (1956). Réplica aos Processo Usados pelo Diário de Notícias na Frustrada Tentativa de Absorção do Diário Popular. Alegação do Agravo no Processo de Providência Cautelar e Outras Peças do Mesmo. Lisboa: Tipografia da Sociedade Industrial de Imprensa.

BARBOSA, Jeronymo Soares (1822). Gramática Filosófica da Língua Portuguesa ou Princípios de Gramática Geral Aplicados à Nossa Linguagem. Lisboa: Academia Real das Ciências.

BARBOSA, António (1968). Relações Entre o Vaticano II e a Opinião Pública no Seu Tempo. Conferência Proferida no Seminário Maior do Porto no Encerramento da 1ª Exposição da Imprensa Diária Nacional em 19 de Maio de 1968. Braga: Oficina Gráfica do Diário do Minho. Separata da revista Theologica, vol. III, fasc. II.

BARRETO, João Augusto da Graça (1861). O Noticiarista do Jornal "A Liberdade" e o Autor do Presente Opúsculo. Lisboa: Imprensa Nacional.

BARROS, Pedro Amor Monteiro (1944). Emídio Navarro. Separata de Discursos Pronunciados na Sessão Comemorativa dos Centenários de Anselmo de Andrade e de Emídio Navarro. Lisboa: Instituto Superior Técnico (18 de Janeiro de 1944).

BARROS, João de (1540). Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Oficina de Luís Rodrigues.

BASTO, Artur de Magalhães (1940). Três Fases do Jornalismo Portuense. Separata do Boletim da Câmara Municipal do Porto, n.º 2, Setembro de 1939. Porto: Câmara Municipal do Porto.

BASTOS, José Timóteo da Silva (1926). História da Censura Intelectual em Portugal. Ensaio Sobre a Compreensão do Pensamento Português. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

BEIRÃO, Caetano (1942). Resposta À Letra ao Jornal "Novidades". Porto: Pola Grey.

BESSA, Alberto (Dir.) (1899). Garrett. Número Único em Homenagem à Memória do Insigne Reformador da Literatura, do Teatro e do Jornalismo Português. Lisboa: Imprensa Lucas e Associação da Imprensa Portuguesa, 4 de Fevereiro de 1899.

BESSA, Alberto (1904). O Jornalismo. Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares de Castro.

BESSA, Alberto (1929). 100 Anos de Vida. A Expansão da Imprensa Brasileira no Primeiro Século da Sua Existência. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho.

BESSA, Alberto. (1898). A Associação de Imprensa Portuguesa. Sua Fundação e Actos da Comissão Instaladora e da Comissão Especial de Socorros Desde Setembro de 1897 a Março de 1898. Relatório. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva.

BESSA, Alberto (1899). A Associação da Imprensa Portuguesa no Segundo Ano da Sua Existência. Relatório Para Ser Presente à Assembleia-Geral. Lisboa: Tipografia de O Expresso.

BORGES, França (1900). A Imprensa em Portugal (Notas dum Jornalista). Porto: Imprensa Literária e Tipográfica.

BORGES COUTINHO, António (1969). Breve comparação dos regimes jurídicos da imprensa em Portugal – Últimos dias da Monarquia, República, estado Novo, in AUTORES VÁRIOS. II Congresso Republicano de Aveiro. Volume II. Lisboa: Seara Nova.

BOTO MACHADO, Fernão do Amaral Boto (19__). A Liberdade de Imprensa. Carta Aberta e Minuta Extra-Processual (...) a Propósito do Processo Instaurado Sobre a Penúltima Apreensão do Jornal Republicano "O Mundo". Lisboa: Tipografia Bayard.

BOURDON, Albert (1973). História de Portugal. Coimbra: Almedina, 1973.

BRAMÃO, Alberto (1899). O Jornalismo. Lisboa: Tipografia R.Barroca.

BRAMÃO, Alberto Alen Pereira Sequeira (1936). Recordações do Jornalismo, da Política, da Literatura e do Mundanismo. Lisboa: Livraria Central Editora.

BRANCO, Capitão José Vieira (1938). Subsídios para a História da Imprensa Algarvia de 1833 aos Nossos Dias. Faro: Tipografia Caetano.

BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa (1960). O Problema da Liberdade de Imprensa. Conferência Realizada no Porto em 19 de Fevereiro de 1960 Perante as Comissões Políticas da União Nacional do Distrito do Porto. Lisboa: Companhia Nacional Editora.

BRUNO, Sampaio (1906). Os Modernos Publicistas Portugueses. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores.

CABRAL, António (1949). As Minhas Memórias de Jornalista. Cenas da Política, Lutas da Imprensa, Cartas Inéditas. Lisboa: Edições Gama.

CABRAL, José Bernardo da Silva (1850). Discurso Pronunciado na Câmara Electiva Sobre o Projecto de Lei Repressivo dos Abusos de Liberdade de Imprensa. Lisboa: Tipografia do Estandarte.

CABRAL, Júlio Sereno (1970). Os Jornalista e a Lei de Imprensa. Consonâncias e Dissonâncias na Assembleia Nacional. Porto: Jornalis/ Clube de Jornalistas do Porto.

CABREIRA, António, (1902). Discursos Proferidos no Congresso Internacional de Imprensa em Berna pelo delegado da Associação da Imprensa Portuguesa António Cabreira. Lisboa: Tipografia do Comércio.

CAETANO, Marcelo (1965). A Opinião Pública no Estado Moderno. Lisboa: Gráfica Manuel A. Pacheco.

CAIO, Horácio (1966). Televisão: Iniciação às Técnicas de Produção de Programas. Lisboa: s/e.

CAMPOS, Benevenuto António Caetano (1810). Resposta aos Redactores da Península. Lisboa: Imprensa Régia.

CARDOSO, J. Pires (1941). O Problema da Radiodifusão em Portugal. Alguns Aspectos. Lisboa: Tipografia do Comércio e das Colónias.

CARNEIRO, Alexandre (1955). Imprensa Periódica Tirsense. Separata do Boletim Cultural do Concelho de Santo Tirso. Porto: Imprensa Portuguesa.

CARNEIRO, Álvaro (1973). Para a História do Jornalismo em Braga. Braga: s/e.

CARQUEJA, Bento (1893). A Liberdade de Imprensa. Porto: O Comércio do Porto.

CARQUEJA, Bento (1924). O Comércio do Porto ao Completar Setenta Anos. Notas para a Sua História. Porto: O Comércio do Porto.

CARQUEJA, Bento (1925). O Comércio do Porto. No Centenário de Camilo Castelo Branco 1825-1925. Porto: O Comércio do Porto.

CARQUEJA, Bento (1934). O Comércio do Porto ao Completar Oitenta Anos. Notas para a Sua História. Porto: O Comércio do Porto.

CARVALHO, Alberto Arons e CARDOSO, A. Monteiro (1971). Da Liberdade de Imprensa. Lisboa: Meridiano.

CARVALHO, Alberto Arons (1973). A Censura e as Leis de Imprensa. Colecção "Que País?", n.º 3. Lisboa: Seara Nova.

CARVALHO, Alberto Martins (1924). Joaquim Martins de Carvalho. Apontamentos biográficos. Coimbra: Imprensa Académica.

CARVALHO, António José Torres (1931). Notas Para a História do Jornalismo em Elvas. Elvas: Tipografia Progresso.

CARVALHO, Augusto da Silva (1932). O Jornalismo Médico Português e a Medicina Contemporânea. Separata de A Medicina Contemporânea, 1. Lisboa: Tipografia Labor.

CARVALHO, Fernando Tavares (1940). A Opinião Pública. Palestra Proferida ao Microfone da Emissora Nacional. Lisboa: Tipografia Empresa do Anuário Comercial.

CASTELO BRANCO, Alípio (1860). A Calúnia e a Lei ou A Liberdade de Imprensa e a Estátua de Pasquino. Porto: Tipografia Sebastião José Pereira.

CASTRO, José Luciano (1859). Colecção da Legislação Reguladora da Liberdade de Imprensa Seguida de Vários Acórdãos dos Tribunais Superiores e Precedida de Uma Introdução. Porto: Tipografia F. Gomes da Fonseca.

CASTRO, José Luciano (1897). Catálogo do Jornalismo Português, Antigo e Moderno, ou Publicações Periódicas, Políticas, Científicas, Literárias, Religiosas, Etc. Lisboa: Livraria de João Pereira da Silva & Filhos.

CASTRO, Luís Filipe de Oliveira (1972). Comunicação. Lisboa: s/e.

CAVALHEIRO, António Rodrigues (1959). Carlos Lobo d'Ávila. Jornalista, Orador e Político. Lisboa/ s/e.

CAVROÉ, Pedro Alexandre (1821). Resposta ao Papel Intitulado Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios Com o Responso de Santo António Contra a Descoberta da Malignidade dos Aleijões Solapados. Lisboa: Imprensa Nacional.

CAVROÉ, Pedro Alexandre (1821). Resposta à Carta do Reverendo Senhor José Agostinho de Macedo Publicada na Segunda-Feira da Semana Santa 16 de Abril de 1821 Lisboa: Impressão Nacional.

CAYOLLA, Lourenço (1929). Revivendo o Passado. Lisboa: Imprensa Limitada.

CERQUEIRA, Eduardo (1952). O Centenário do "Campeão do Vouga". Notas de Recordação do Primeiro Jornal Aveirense. Separata de Arquivo do Distrito de Aveiro, n.º 18. Aveiro: s/e.

CIDADE, Hernâni (1929). Ensaio sobre a Crise Mental do Século XVIII. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CODAM (1973). Contribuição para a História da Imprensa em Moçambique. Lourenço Marques: CODAM SARL.

COELHO, Aníbal Augusto da Fonseca Magalhães (1891). Questão de Abuso de Liberdade de Imprensa Contra Heliodoro Salgado Por Uns Artigos Publicados no Jornal Os Debates. Minuta de Apelação. Lisboa: Tipografia Phenyx.

COELHO, Eduardo (1881). Notice Présentée au Congrès Littéraire International de Lisbonne, avec fac-simile de la Première Gazette Publiée en Portugal, offert au Congrès Littéraire International de Lisbonne, Lisboa: s/e.

COELHO, Eduardo (1898). Le Portugal et Gutemberg. Quelques Indications Agrègées Sur le Dévelloppement de la Presse Portugaise Offertes Aux Membres du 5éme Congrès International de la Presse. Lisboa: Tipografia do Comércio.

COELHO, José Francisco Trindade (1897). Liberdade de Imprensa. Proposições Apresentadas ao Congresso da União Internacional de Direito Penal. Lisboa: Antiga Casa Bertrand-José Bastos.

COIMBRA, Armando (1934). Jornalismo Escolar Figueirense. Figueira da Foz: Tipografia Popular.

CORREIA, Henrique Fernando de Oliveira (1912). Relatório da Visita ao Jornal O Século. Lisboa: Imprensa Nacional.

CORREIA, Fernando. e BAPTISTA, Carla. (2007). Jornalistas: Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português 1956-1968. Lisboa: Caminho.

COSTA, Alves (1954). Breve História da Imprensa Cinematográfica em Portugal. Separata de Gazeta Literária, 11 – 18. Porto: Cine-club do Porto.

COSTA, Francisco Alberto Arruda Carneiro (1963). No Primeiro Centenário da Introdução do Jornalismo e da Imprensa em Vila Franca do Campo. Separata de Insulana, n.º 17. Ponta Delgada: Tipografia Diário dos Açores.

COSTA, Francisco Alberto Arruda Carneiro. (1963) Comemoração do Primeiro Século de Jornalismo de Vila Franca do Campo. Ponta Delgada: s/e.

COSTA, José Daniel Rodrigues (1826). O Avô dos Periódicos. Lisboa: Imprensa Régia.

COSTA, José Daniel Rodrigues (1826). Segunda Parte do Avô dos Periódicos Dirigida ao Espelho dos Jornalistas. Lisboa: Imprensa Régia.

COSTA, José Daniel Rodrigues (1826). Terceira Parte do Avô dos Periódicos. Lisboa: Imprensa Régia.

CRISTO, Dina (2005). A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958 – 1974). Coimbra: Minerva.

CRUZ, Frederico (1964). Antologia do Jornalismo Português. Luanda: Instituto de Angola

CUNHA, Alfredo (1891). Eduardo Coelho. A Sua Vida e a Sua Obra. Alguns Factos Para a História do Jornalismo. Lisboa: Tipografia Universal.

CUNHA, Alfredo (1898). La Presse Périodique en Portugal. Bref Mémoire Présenté au Cinquième Congrès International de la Presse, à Lisbonne. Comunicação ao V Congresso Internacional da Imprensa, Lisboa. Lisboa: Diário de Notícias (Setembro).

CUNHA, Alfredo (1913). O Portuense Sousa Viterbo. Elogio Lido na Sessão Solene no Ateneu Comercial do Porto em 29 de Dezembro de 1913. Lisboa: Tipografia Universal.

CUNHA, Alfredo. (1914). O Diário de Notícias. A Sua Fundação e os Seus Fundadores. Lisboa: Tipografia Universal.

CUNHA, Alfredo (1925). Camilo Castelo Branco, Jornalista. Lisboa: Casa Ventura Arantes.

CUNHA, Alfredo (1929/1930). O Tricentenário da Publicação do Primeiro Periódico Português. As Relações de Manuel Severim de Faria e as Gazetas da Restauração. Comunicação Que o Sócio Correspondente sr. Alfredo da Cunha fez na Sessão da 2ª Classe em 10 de Abril de 1930. Separata do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, nova série, vols. I e II: 358-371. Coimbra: Imprensa da Universidade: 1929/1930.

CUNHA, Alfredo. (1939). Olisipo, Berço do Periodismo Português. O Tricentenário da "Gazeta" Cognominada "da Restauração". Separata da revista Olisipo, nºs. 7 e 8, 1939.

CUNHA, Alfredo (1941). Jornalismo Nacional: Das Malogradas Associações de Imprensa à Alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses (Conferência 1929-1942). Lisboa: Tipografia Gráfica Santelmo.

CUNHA, Alfredo (1941). Relances Sobre os Três Séculos de Jornalismo Português. Conferência Proferida na Câmara Municipal de Lisboa em 29 de Novembro de 1941. Lisboa: Gráfica Santelmo. Separata do Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas, 4.

CUNHA, Alfredo (1941). Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821). Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

CUNHA, Alfredo. (1942). Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiários. Separata do Boletim da Academia de Ciências de Lisboa, Vol. 13, Dezembro de 1941.

CUNHA, António Maria (1929). A Evolução do Jornalismo na Índia Portuguesa. Nova Goa: Imprensa Nacional.

CUNHA, José Germano (1893). Jornalismo do Distrito de Castelo Branco. Resenha Histórica. Fundão: Tipografia da Beira Baixa.

CURADO RIBEIRO, Fernando (1964). Rádio: Produção, Realização, Estética. Lisboa: Arcádia.

DACIANO, Bertino (1958). Um Jornalista Portuense do Século Passado. Manuel Fernandes Reis. Separata da revista O Tripeiro, n.º 10. Porto: Tipografia Empresa Guedes.

D'ABREU, José (1911). Julgamento de Um Jornalista no Tribunal Marcial de Cabeceiras de Basto. Braga: Imprensa Henriquina.

D'ARAGÃO, Maximiano (1900). A Imprensa no Distrito de Viseu. Fragmento Histórico. Viseu: Tipografia Popular d'A Liberdade.

D'ARMELIM JÚNIOR, Manuel Veloso (1909). Papel da Imprensa na Grande Obra de Regeneração Nacional. Alvitres Práticos. Relatório Dr. M. V. D. Armelim Júnior. Memória da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses. Congresso Nacional de Lisboa de 1909. Lisboa: Edição do Congresso Nacional/Tipografia Imprensa Lucas.

D'ASSUMPÇÃO, João Carlos Beckert (1970). Para uma Axiologia da Rádio. Separata n.º 2 do Boletim de Informação. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Arquivo da RTP.

D'ASSUMPÇÃO, João Carlos Beckert (1971). Meios de Comunicação de Massa e Futurologia. Separata n.º 8 do Boletim de Informação. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Arquivo da RTP.

D'ASSUMPÇÃO, João Carlos Beckert (1971/72). Teoria da Informação. Lisboa: ENR.

DANTAS, Júlio (1942). Discurso na Sessão Comemorativa do Tricentenário da Fundação do Primeiro Periódico Português. Lisboa: Ottosgráfica.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1865). Diário de Notícias. Exposição Internacional do Porto. Lisboa: Tipografia Universal.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1925). Diário de Notícias: O Grande Jornal Português. Lisboa: Diário de Notícias.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (192_). Diário de Notícias. Lisboa: Diário de Notícias. [Trata-se de uma brochura propagandística com indicações relevantes sobre o DN.]

DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO FUNCHAL (1908). Resenha Cronológica do Jornalismo Madeirense. Funchal: Tipografia do Diário de Notícias.

DIÁRIO POPULAR (1962). Diário Popular: O Jornal de Maior Expansão no Mundo Português. Lisboa: Diário Popular.

DIAS, Augusto da Costa (1966). Discursos Sobre Liberdade de Imprensa no Primeiro Parlamento Português 1821: Textos Integrais. Lisboa: Portugália.

DIAS, José da Silva (1968). A Radiodifusão na Sequência dos Meios de Comunicação. Lisboa: Emissora Nacional.

DIAS, Raul e EÇA, Filipe (1957). A Imprensa Periódica em Moçambique (1854-1954). Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

EÇA, Filipe Gastão (1953). Qual Foi o Primeiro Livro Impresso em Moçambique? Lisboa: Tip. Bertrand (Irmãos) Lda.

FALCÃO, Victor (1926). Notas de Paris. Lisboa: Casa Ventura Abrantes.

FALCÃO, Victor (1932). Reflexões e Paradoxos.Lisboa: Gomes Carvalho.

FALCÃO, Victor (1946). Água do Meu Moinho. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

FARIA, Diamantino (1972). Imperador e Jornalista. Lisboa: Orbis.

FARRÃO, Nunes (1966). Agenda Dum Redactor. Castelo Branco: Gráfica de São José/Papelaria Narciso

FERNANDES, Eduardo (1940). Memórias do "Esculápio". Das Mãos da Parteira ao Ano da República. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

FERNANDES, José Gabriel (19__). O Jornalismo em Macau. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

FERNANDES, Tomás (1821). Resposta de João Carapuceiro, Compadre de Lisboa à Carta do Compadre de Belém Dirigidas ao "Astro da Lusitânia". Lisboa: Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos.

FERRÃO, Fernando de Abranches (1946). Contra Uma Decisão da Censura. Alegação de Recurso. S/l: s/e.

FERRÃO, Francisco António Fernandes da Silva (1850). O Uso e Abuso da Imprensa ou Considerações Sobre a Proposta de Lei Regulamentar do § 3 do art.º 145º da Carta Constitucional. Lisboa: Tipografia do Panorama.

FERREIRA, Rafael. (1945). Nos Bastidores do Jornalismo. Memórias de Rafael Ferreira. Lisboa: Romano Torres, 1945.

FERRO, António (1949). Imprensa Estrangeira. Lisboa: SNI.

FERRO, António (1950). Problemas da Rádio 1941-1950. Lisboa: SNI.

FIGUEIRA, Francisco Silva (1882). Discurso Que Nas Solenes Exéquias Pela Alma do Insigne Patriota António Rodrigues Sampaio. Lisboa: Tipografia Universal.

FIGUEIREDO, Fidelino de Sousa (1957). O Medo da História. Lisboa: Guimarães Editora.

FIGUEIREDO, Pedro José de (1799). Arte da Gramática Portuguesa: Ordenada em Método Breve, Fácil e Claro. Lisboa: Imprensa Régia.

FILHO, Aníbal Matos (1965). A Moderna Imprensa Médica Portuguesa. Separata de O Médico, n.º 739. Lisboa: O Médico.

FONSECA, Guimarães (1874). Carta de Um Solitário ao Primeiro Jornalista Português António Rodrigues Sampaio. Lisboa: Tipografia Progressista.

FONSECA, Pedro José (1799). Rudimentos da Gramática Portuguesa. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira.

FRAGA, Gustavo (1958). As Técnicas de Informação e o Pensamento Contemporâneo. Separata da revista Filosofia, n.º 5. Lisboa: s/e.

FRANÇA, Borges (1900). A Imprensa em Portugal (Notas de um Jornalista). Porto: Tipografia a Vapor da Empresa Literária e Tipográfica.

FREIRE, João Paulo (1926). Os Margalhos da Censura. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.

FREIRE, João Paulo (1934). Pela República. Dois Anos de Luta ao Parapeito do "Diário da Noite". Lisboa: Livraria Central Editora.

FREIRE, João Paulo (1936). Escolas de Jornalismo. Temas Profissionais. Porto: Livraria Educação Nacional.

FREIRE, João Paulo (1939). O Diário de Notícias. Da Sua Fundação às Suas Bodas de Diamante. Escôrco da Sua História e das Suas Efemérides. Edição Comemorativa das Bodas de Diamante do Diário de Notícias. Lisboa: Diário de Notícias. 2 vols.

FREITAS, Jordão Apolinário (1908). Resenha Cronológica do Jornalismo Madeirense. Funchal: Empresa do Diário de Notícias.

FURNA-UXOA, F. F. F. (1862). O Pára-Raios ou A Graciosa Pena de Talião Imposta aos Redactores dos Periódicos Burlescos. Porto: s/e.

GABINETE TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO (1970 – 1974). Informação, Cultura Popular, Turismo. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

GALRÃO, Carlos (1937). Concelho de Mafra. Imprensa Regional. Comunicação Apresentada ao Congresso Nacional da Imprensa Regionalista. Mafra: Tipografia Liberty.

GAMA, Eurico (1956). Jornalismo Campomaiorense. Coimbra: s/e.

GAMBOA, Hipólito (1822). A Corcundice Explicada Magistralmente... Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira.

GÂNDARA, Alfredo (1956). A Imprensa Regional ao Serviço da Nação. Lisboa: Tipografia Silvas.

GARRIDO, Manuel de Melo (1969). A Imprensa Regional e o Desenvolvimento do Distrito de Beja. Beja: Minerva Comercial.

GASTÃO, Marques (1959). A Nobre Condição do Jornalista Diante da Literatura. Lisboa: s/e.

GODINHO, José Magalhães (1971). Lei de Imprensa. Crítica ao Projecto e Proposta Apresentados à Assembleia Nacional e Respectivos Textos. Lisboa: Edições Excelsior.

GODINHO, José Magalhães (1974). Liberdade de Imprensa. Conferência. Porto: Ordem dos Advogados.

GOMES, João Augusto Marques (1897). "O Conimbricense" e a História Contemporânea. Publicação Comemorativa do 50º Aniversário do Nosso Jornal. Coimbra: O Conimbricense.

GOMES, Luís F. (1925). Jornalistas do Porto e a Sua Associação. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

GONÇALVES, José Júlio (1960). Técnicas de Propaganda. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

GONÇALVES, José Júlio (1961). Técnicas de Propaganda. Elites, Estados e Outros Estudos. Lisboa: s/n.

GONÇALVES, José Júlio (1962). Sociologia da Informação. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

GONÇALVES, José Júlio (1963). Política de Informação: Ensaios. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

GONÇALVES, José Júlio (1964). A Informação em Angola. Elementos para o Seu Estudo. Lisboa: s/e.

GONÇALVES, José Júlio (1965). A Informação em Moçambique. Contribuição Para o Seu Estudo. Lisboa: Companhia Nacional Editora.

GONÇALVES, José Júlio (1965). Leis da Informação. Portugal: 1627-1965. Braga: Pax.

GONÇALVES, José Júlio (1966/1967). A Informação nas Províncias do Oriente. Elementos para o Seu Estudo. Separata de Províncias Portuguesas do Oriente: Curso de Extensão Universitária (1966/67). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ISCSPU.

GONÇALVES, José Júlio (1972). Alguns Aspectos e Problemas da Evolução e Condicionamento da Imprensa em Portugal. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, n.º 5.

GONÇALVES, José Júlio (1972). Efeitos dos Modernos Meios de Comunicação nas Sociedades Plurais. Separata de Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, n.º 27. Bissau: s/e.

GONÇALVES, José Júlio (1972). Os Meios de Comunicação Social à Luz da Sociologia. Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, n.º 7. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

GONÇALVES, Luís da Cunha (1936). O Jornal e a Sua Vida Jurídica. Lições Proferidas em Outubro de 1936. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

GOUVEIA, Horácio Bento (1933). Páginas de Jornalismo. Alcobaça: Papelaria e Tipografia Minerva.

GRACIAS, José António Ismael (1880). A Imprensa em Goa nos Séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos Histórico-Bibliográficos. Nova Goa: Imprensa Nacional.

GRAVE, João Mourato (1929). A Imprensa no Distrito de Castelo Branco. Famalicão: Tipografia Minerva.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTUDOS DE MERCADO – IPOPE (1973). Os Portugueses e a Política. Lisboa: Moraes Editores

JESUS, F. Henriques. (1955). Subsídios para a História do Jornalismo Setubalense. Setúbal: C. M. de Setúbal.

JORGE, António Resende. (1979). O Diário do Porto – 1809. Um jornal pró-francês no tempo de Soult. Porto: Separata da Revista de História, vol. II.

JORNAL DE NOTÍCIAS (1963). Jornal de Notícias 1888-1963. Porto: Jornal de Notícias.

JÚNIOR, Manuel Veloso d'Armelim e ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS E ESCRITORES PORTUGUESES (1909). Papel da Imprensa na Grande Obra de Regeneração Nacional. Alvitres Práticos. Relatório Dr. M. V. D. Armelim Júnior. Memória da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses. Congresso Nacional de Lisboa de 1909. Lisboa: Edição do Congresso Nacional/Tipografia Imprensa Lucas.

LABOURDETTE, Jean-François (2003). História de Portugal. Lisboa: D. Quixote.

LACERDA, Augusto (1904). A Irradiação do Pensamento (nas Bodas de Oiro do Comércio do Porto). Porto: O Comércio do Porto.

LACERDA, José Joaquim de Almeida e Araújo Correia (1809). Reflexões Sobre o "Correio Braziliense". Lisboa: Imprensa Régia.

LACERDA, José Joaquim de Almeida e Araújo Correia (1810). Exame dos Artigos Históricos e Políticos Que Se Contêm na Colecção Periódica Intitulada "Correio Braziliense ou Armazém Literário" No Que Pertence Somente ao Reino de Portugal. Lisboa: Imprensa Régia.

LAPA, Albino dos Santos (1956). A Palavra Lisboa na História do Jornalismo Português. Lisboa: Tipografia Editorial Império. Separata da Revista de Turismo, n.º 20. BN: P. 7684 V. Também publicado em livro pela Câmara Municipal de Lisboa, 1967.

LEAL, Gomes (1881). O Renegado. A António Rodrigues Sampaio. Carta ao Velho Panfletário Sobre a Perseguição da Imprensa. Lisboa: Tipografia Largo dos Inglesinhos.

LEAL, Sebastião Correia da Silva (1898). Jornais Indo-Portugueses. Publicação Comemorativa da Exposição da Imprensa Realizada em Maio de 1898 Contendo a Descrição dos Jornais Publicados em Goa, Damão, Diu e Bombaim Desde 1821 Até ao Presente. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva.

LECHNER, José (1971). O Boato. Lisboa: s/e.

LEMOS, Mário Matos (1964). Liberdade de Imprensa em Portugal. Mundo Novo e Universidade Portuguesa. Para a Formação da Europa. Lisboa: Edição do Autor.

LEMOS, Mário Matos (1966). A "Seara Nova" e o Pensamento da Revolução Nacional. Cadernos do Quadragésimo Ano. Lisboa: Panorama.

LEMOS, Mário Matos (1973). Um Vespertino do Porto. Lisboa: Ed. Autor.

LEVY, Bento (1974). Em Defesa Própria. Subsídios para uma História do Jornalismo em Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional.

LIMA, Archer (1911). Magalhães Lima e a Sua Obra. Notas e Impressões. Lisboa: Tipografia de "A Editora".

LIMA, João António e LIMA, Manuel Gomes (1762). Resposta ao Sábio Autor da "Gazeta Literária" Sobre o Extracto da Oração Inaugural Com que Se Abriu a Conferência Pública da Real Academia Cirúrgica do Porto Em Duas Cartas, a Primeira de João António Bezerra e Lima e a Segunda de Manuel Gomes de Lima. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno.

LIVRARIA DE JOÃO PEREIRA DA SILVA & FILHOS (1897). Catálogo do Jornalismo Português, Antigo e Moderno, ou Publicações Periódicas, Políticas, Científicas, Literárias, Religiosas, Etc. Lisboa: Livraria de João Pereira da Silva & Filhos.

LOBATO, António José dos Reis (1771). Arte da Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.

LOBO, Mário Campos e MENDES, Carlos (1937). A Imprensa e as Artes Gráficas. Tese apresentada ao Congresso da Imprensa Regionalista. Lisboa: Editorial Império.

LOPES, Alfredo Luís (Coord. e pref.) (1897). Resenha Bibliográfica e Cronológica dos Jornais Portugueses de Medicina e Cirurgia. Lisboa: Tipografia do "Dia".

LOPES, António dos Mártires (1971). Imprensa de Goa – Monografia 150º Aniversário do 1º Jornal de Goa. Lisboa: Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia.

LOPO, Júlio de Castro (1952). Para a História do Jornalismo de Angola. Luanda: Museu de Angola.

LOPO, Júlio de Castro (1964). Jornalismo de Angola. Subsídios para a Sua História. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.

LOPO, Júlio de Castro (1965). Algumas Coisas Sobre Jornalismo. Luanda: Fundo de Turismo e Publicidade.

LÚPI, Luís C. (1956). A Imprensa e a Revolução Nacional. Lisboa, Tipografia Editora Império Lda.

LÚPI, Luís C. (1958). A Informação e a Formação da Opinião Pública no Ultramar Português. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. Separata da colecção Estudos de Ciências Políticas e Sociais, vol. VII.

LÚPI, Luís Caldeira (1944). Consolidação da Unidade Portuguesa Através do Noticiário Internacional na Imprensa e Rádio. Lisboa: Tipografia Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

MACEDO, José A. (1810). O Sebastianista Desenganado à Sua Custa. Lisboa: Impressão Régia.

MACEDO, José A. (1810). Os Sebastianistas. Lisboa: Impressão Régia.

MACEDO, José A. (1811). Gama: Poema Narrativo. Lisboa: Impressão Régia.

MACEDO, José A. (1811). Motim Literário em Forma de Solilóquios, n.º 1 a n.º 37.

MACEDO, José A. (1812). Carta de Um Pai Para seu Filho, Estudante na Universidade de Coimbra, Sobre o Espírito do "Investigador Português em Inglaterra". Lisboa: Imprensa Régia.

MACEDO, José A. (1812). Resposta aos Dois do "Investigador Português em Londres": Que no Caderninho VIII, Páginas 510 Atacam, Segundo o Costume, o Poema Gama. Lisboa: Imprensa Régia.

MACEDO, José A. (1812). Dom Luís de Ataíde ou a Tomada de Dabul: Drama Heróico para a Abertura do Teatro de São Carlos. Lisboa: Impressão Régia.

MACEDO, José A. (1812). Os Burros. Lisboa: Impressão Régia, 1812.

MACEDO, José A. (1814). O Oriente. Lisboa: Impressão Régia.

MACEDO, José A. (1816-1818). O Espectador Português: Jornal de Literatura e Crítica, n.º 1 a n.º 26.

MACEDO, José A. (1818). Carta de Manuel Mendes Fogaça Escrita a Um Amigo Transmontano Sobre Uma Coisa Que Observou em Lisboa Chamada "O Observador". Lisboa: Imprensa Régia.

MACEDO, José A. (1818-1819). O Desaprovador, n.º 1 a n.º 25.

MACEDO, José A. (1820). Censura dos Lusíadas. Lisboa: Impressão Régia.

MACEDO, José A. (1821). Carta ao Senhor Redactor do ”Patriota”. Lisboa: Imprensa Liberal.

MACEDO, José A. (1821). Carta Escrita ao Sr. Redactor de “A Gazeta Universal”. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.

MACEDO, José A. (1821). Cordão da Peste ou Medidas Contra o Contágio Periodiqueiro. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.

MACEDO, José A. (1821). Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.

MACEDO, José A. (1821). Reforço ao Cordão da Peste. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.

MACEDO, José A. (1821). Carta Primeira, Escrita ao Senhor Pedro Alexandre Cavroé, Mestre Examinado do Ofício de Carpinteiro de Móveis. Lisboa: Imprensa Nacional.

MACEDO, José A. (1821). Carta Segunda ao Senhor Pedro Alexandre Cavroé, Mestre Examinado do Ofício de Carpinteiro de Móveis. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.

MACEDO, José A. (1821). Carta Terceira Escrita ao Senhor Pedro Alexandre Cavroé, Mestre Examinado do Ofício de Carpinteiro de Móveis. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.

MACEDO, José A. (1821). Carta Quarta. Escrita ao Senhor Pedro Alexandre Cavroé, Mestre de Móveis. Lisboa: Imprensa Nacional.

MACEDO, José A. (1821). Carta Quinta. Escrita ao Senhor Pedro Alexandre Cavroé, Carpinteiro de Móveis. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.

MACEDO, José A. (1821). Carta Sexta. Escrita ao Senhor Pedro Alexandre Cavroé, Merstre de Móveis. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.

MACEDO, José A. (1821). Carta Sétima. Escrita ao Senhor Pedro Alexandre Cavroé, Carpinteiro de Móveis. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.

MACEDO, José A. (1822). Carta ao Senhor Redactor do Diário do Governo. Lisboa: Imprensa Liberal.

MACEDO, José A. (1822). Manifesto à Nação ou Últimas Palavras de José Agostinho de Macedo. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.

MACEDO, José A. (1823). A Tripa Virada, n.º 1 a n.º 4.

MACEDO, José A. (1825). Resposta aos Colaboradores do Infame Papel Intitulado "Correio Interceptado" n.º 6 Impresso em Londres. Lisboa: Tipografia de Bulhões.

MACEDO, José A. (1827). Carta de J. A. D. M. a seu Amigo J. J. P.Lopes, n.º 1 a n.º 32.

MACEDO, José A. (1828). Carta Única de José Agostinho de Macedo. Lisboa: Imprensa Régia.

MACEDO, José A. (1828-1831). A Besta Esfolada, nº1 a nº inédito de 1831

MACEDO, José A. (1831). O Desengano, n.º 1 a n.º 13.

MACEDO, José A. (autor) e BRAGA, Teófilo (compilador) (1900). Obras Inéditas [de José Agostinho de Macedo]. Cartas e Opúsculos. Lisboa: Tipografia da Real Academia das Ciências.

MACIEL, Artur (1958). Viagem de Cem Anos. Viana do Castelo: Câmara Municipal.

MACHADO, Fernão do Amaral Boto (19__). A Liberdade de Imprensa. Carta Aberta e Minuta Extra-Processual (...) a Propósito do Processo Instaurado Sobre a Penúltima Apreensão do Jornal Republicano "O Mundo". Lisboa: Tipografia Bayard.

MACHADO, Fernão do Amaral Boto (19__). A Liberdade de Imprensa. Apreensão De Jornais. Minuta de Recurso ao Supremo Tribunal de Justiça num dos Processos de Apreensão do Jornal Republicano "O Mundo" Fundada em Artigo Intitulado "O Sufrágio". Lisboa: Tipografia Bayard.

MACIEIRA, António (1907). O Governo e a Imprensa: Conferência. Lisboa: Tipografia Lusitana.

MACIEL, Artur (1958). Viagem de Cem Anos. Viana do Castelo: Câmara Municipal.

MAGALHÃES, José Maria (1894). Liberdade de Imprensa: Petição de Agravo do "Correio da Tarde". Lisboa: Tipografia do Correio da Tarde.

MAIA, João (1974). A informação em Portugal – Monopólio de uma minoria dominante e uma arma ao serviço do Governo para envenenar a opinião pública, in AUTORES VÁRIOS. 3º Congresso da Oposição Democrática de Aveiro. Teses. 7ª Secção. Lisboa: Seara Nova.

MANSO, Joaquim (1942). O Jornalismo. Separata do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, vol. XIII, Dezembro de 1941.

MANUEL, Joaquim Augusto Câmara (1944). Subsídios Para o Estudo do Jornalismo Eborense. Separata de A Cidade de Évora, n.º 5. Évora: Imprensa Moderna.

MARQUES, José Santos (1959). A Caução Legal e a Imprensa. Temas da I Reunião da Imprensa Regional. Separata de O Desforço. Fafe: s/e.

MARQUES, José dos Santos (1959). A Imprensa e Nós. Separata de O Desforço. Fafe: s.e.

MARQUES, José dos Santos (1960). A Imprensa e a Sua Dignificação. Colecção Depoimento. Lisboa: Edição do autor/Cadernos Depoimento.

MARQUES DE MELO, José (2003). História Social da Imprensa, Porto Alegre: EDIPUCRS, [1ª edição publicada em 1974, sob o título Sociologia da Imprensa Brasileira, pela editora Vozes].

MARTA, Cardoso (1921). Jornalismo Figueirense. Figueira da Foz: Tipografia Popular.

MARTINS, Albano do Couto (1936). Lei de Imprensa e Outros Diplomas. Lisboa: Edição do autor.

MARTINS, Heitor (1964). Manuel de Galhegos. Um Poeta Entre a Monarquia Dual e a Restauração. Anadia: Tipografia Cisial.

MARTINS, Rocha.(1942). Pequena História da Imprensa Portuguesa. Cadernos Inquérito, Série G − Crítica e História Literária, vol. XV. Lisboa: Editorial Inquérito.

MATOS E LEMOS, Mário (1964). Liberdade de Imprensa em Portugal. Mundo Novo e Universidade Portuguesa. Para a Formação da Europa. Lisboa: Edição do Autor.

MEDEIROS, G. Braz (1956). Retalhos da Vida de Um Jornal. Lisboa: s/e.

MELLO, Joaquim Lopes Carreira (1854). Biografia do Padre José Agostinho de Macedo Segundo um Catálogo Alfabético de Todas as Suas Obras. Porto: Tipografia Francisco Pereira d'Azevedo.

MENDES, Adelino et al. (19__). O Livro do Repórter X. Lisboa: Agência Editorial Brasileira.

MENDONÇA, Francisco de Assis (1823). Carta a Sua Majestade a Opinião Pública Rainha do Mundo Sobre a Acusação do 5 Folheto da Facecia. Lisboa: Imprensa Liberal.

MESQUITA, Alfredo; PARREIRA, José e COSTA, L. de Mendonça/ ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS DE LISBOA (1903). Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa Alfredo Mesquita, José Parreira e L. de Mendonça e Costa ao 8º Congresso Internacional da Imprensa – Berna, 1902. Lisboa: Associação de Jornalistas de Lisboa.

MILLER, Guerra (1971). Os perigos da concentração das empresas jornalísticas, in VIALE MOUTINHO, J. Imprensa, Informar ou Deformar? Porto: A. Ferreira.

MIRANDA, Fernando Pereira (1960). A Televisão em Moçambique. Lourenço Marques: Associação dos Naturais de Moçambique.

MONIZ DA TORRE, Leandro (1763). Duas Cartas, uma a J. A. B. L. e outra a M. G. de L., que Servem de Resposta às que Eles Escreveram ao Autor da "Gazeta Literária" Sobre uns Reparos que Este Fez a Alguns Lugares de um Papel que se Imprimiu Com o Título de Oração Inaugural: Escritas por um Cirurgião Português Assistente em Londres. S/l: s/e.

MONSARAZ, Alberto (1946). Respiração Mental: o Problema da Censura. Braga: Oficina Gráfica Pax.

MONTE, Gil (1955). O Jornalismo Eborense 1846-1954. Évora: s/e.

MORAIS, Casimiro Augusto (1941). Lourenço de Anvers, Primeiro Impressor da "Gazeta" Cognominada da Restauração. Lisboa: Tipografia Empresa do Anuário Comercial.

MORAIS, Tancredo (1941). Comemoração do Tricentenário do 1º Periódico Português "Gazeta de 1641". Separata da Revista Militar.

MOURA, F. Pereira; NEVES, Mário; FERNANDES, Rogério e ZENHA, Salgado (1968). O Estatuto da Imprensa. Debate. Lisboa: Prelo.

MOUTINHO, José Viale (coord.) (1971). Imprensa: Informar ou Deformar?. Porto: A. Ferreira.

NAVARRO, Francesc (2005). História Universal. Vols. 14 e 15 (As Mudanças da Idade Moderna). Lisboa: Promoway Portugal/Público.

NEVES, João Alves (1969). Pêro Vaz de Caminha, Poeta e Repórter. Separata da revista Ocidente, vol. 76. Lisboa.

NEVES, José Acúrcio (1808). Manifesto da Razão Contra as Usurpações Francesas Oferecido à Nação Portuguesa, aos Soberanos e aos Povos. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira.

NEVES, Nuno Teixeira (1969). Liberdade de Imprensa e Dignificação da Palavra. Porto: Edição do autor.

NOGUEIRA, Henrique (1945). Jornalismo Médico e Publicidade. Separata Jornal do Médico, 5. Porto: Costa Carregal.

NORONHA, Eduardo (1912). O Passado. Reminiscências Anedóticas de Tempos Idos. Porto: Magalhães e Moniz.

NORONHA, Eduardo (1913). Vinte e Cinco Anos nos Bastidores da Política. Emídio Navarro e as Novidades. A Sua Vida e Sua Obra Política e Jornalística. Porto: Companhia Portuguesa Editora.

NORONHA, Tito (1857). Ensaios Sobre a História da Imprensa. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa de Lallemant & Cª.

NUNES, Joaquim António (1962). Jornais, Homens e Factos de Portimão. Estudos Algarvios, 8. Lisboa: Casa do Algarve.

O COMÉRCIO DO PORTO (1924). Bento Carqueja. Jornalista, Professor e Benemérito. Porto: O Comércio do Porto.

O PRIMEIRO DE JANEIRO (1948). Pequena História de Um Grande Jornal: O Primeiro de Janeiro Desde a Sua Fundação Até Entrar no 75º Ano de Existência. Porto: O Primeiro de Janeiro.

OLAVO, Carlos (1938). A Vida Turbulenta do Padre José Agostinho de Macedo. Lisboa: Livraria Editora Guimarães.

OLIVEIRA, Américo Lopes (1969). Jornais e Jornalistas Madeirenses. Braga: Editorial Pax.

OLIVEIRA, César (1973). Imprensa Operária no Portugal Oitocentista (1825-1905). Separata Análise Social, n.º 39.

OLIVEIRA, Luís da Cunha (1958). Imprensa Clandestina em Coimbra. Apontamento Histórico. Lisboa: Gráfica Boa Nova.

OLIVEIRA, Maurício (1973). Diário de Um Jornalista. Lisboa: Ed. Autor.

OLIVEIRA, Zacarias (1956). A Imprensa Católica. Conferência Lida em Fátima no 1º Encontro nacional da UCIDT. Coimbra: Tipografia da Atlântica.

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique (2006). Breve História de Portugal. 6ª edição. Lisboa: Presença.

PACHECO [PAXECO], Óscar (1964). Pequena História de Um Grande Jornal. I Congresso do Diário de Notícias. Lisboa: Diário de Notícias.

PACHECO, Marçal (1895). A Resposta do País. Lisboa: Tipografia Industrial Portuguesa.

PAIVA, Vicente Ferrer Neto (1850). Defesa da Representação dos Lentes da Universidade de Coimbra Contra o Projecto de Lei Acerca da Liberdade de Imprensa. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

PAULO, Zeferino Ferreira (1944). Periódicos Portugueses de Medicina e Ciências Subsidiárias. Lisboa: Jornal do Médico.

PAULO, Zeferino Ferreira (1948). Periódicos Portugueses de Medicina e Ciências Subsidiarias. Lista Alfabética. Endereços. Periodicidades. Lisboa: Centro de Documentação Científica.

PENA RODRÍGUEZ, Alejandro (1994). Historia del periodismo portugués, in PIZARROSO QUINTERO, A. Historia de la Prensa, Madrid: Editorial Centro de Estúdios Ramón Areces.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva (1895). O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde o Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I, Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português. Lisboa: Tipografia Soares.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva (1897). Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada Pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva (1901). Leis de Imprensa Promulgadas em Portugal. Memória Oferecida ao Exmº Senhor Conselheiro Bernardino Machado. Coimbra: Imprensa da Universidade.

PEREIRA, Espídio (1890). Traços Biográficos, Políticos e Jornalísticos do Ex.mo Senhor Conselheiro José Luciano de Castro. Lisboa: s/e.

PEREIRA, Joaquim Acúrcio (1960). Homenagem a Eduardo de Noronha. Separata da Revista Municipal, 20.

PEUCER, Tobias (1690/2000). Os relatos jornalísticos. Comunicação e Sociedade, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de De relationibus novellis, Leipzig: Tese Doutorado em Periodística – Universidade de Leipzig)

PIAZZA, Walter (1955). Roteiro de Um Jornalista Açoriano. Separata de Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, 13. Angra do Heroísmo: s/e.

PIMENTA, Alfredo (1948). Nos Escombros de "A Nação". Lisboa: Tip. Gráfica.

PINA, Luís (1945). Isagoje Histórica do Jornalismo Médico. Separata do Jornal do Médico, n.º 5. Porto: Costa Carregal.

PINA, Luís (1950). Um Pioneiro Portuense no Jornalismo Médico Português. Separata de O Tripeiro, n.º 8. Porto: Tipografia Empresa Guedes.

PINA, Mariano (1894). O Caso do Diário Popular. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva.

PINHEIRO, J. E. Moreirinhas (1971). Notícias Históricas de Lisboa na Época da Restauração. Extractos da Gazeta e do Mercúrio Português. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

PINTO, (António) Silva (1872). Sobre a Questão da Imprensa. Aos Jornalistas Futuros. Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves.

PORTELA, Artur (1943). Os Mortos Falam. Lisboa: Inquérito.

PORTELA, Artur (1953). Norberto de Araújo: O Jornalista e o Escritor. Lisboa: Gazeta dos Caminhos de Ferro.

PORTELA, Artur (1956). Reinaldo Ferreira (Repórter X). Memórias de um Ex-Morfinómamo. Lisboa: Tipografia Companhia Nacional Editora.

PORTUGAL, José Boavida (1949). A Vida Complexa e Grandiosa do Jornal. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

PORTUGAL, José Boavida (1954). Uma Nova Ética da Informação. Lisboa: s/e.

PORTUGAL, José Boavida (1954). Para Um Mais Certo Conceito da Profissão Jornalística. Lisboa: Casa da Imprensa.

PORTUGAL, José Boavida (1959). Para a História da Casa da Imprensa. Lisboa: Oficinas Gráficas da Gazeta dos Caminhos de Ferro.

PRAZERES, Manuel Augusto Gama (1971). Lei da Imprensa (Anotada e Comentada). Porto: Athena.

PRAZERES, Manuel Augusto Gama (1972). Regulamento ou Estatuto da Imprensa. Porto: Ed. Athena.

PRÍNCIPE, Mário dos Reis (1971). Aspectos Sociológicos da Informação no Estado Moderno (O Papel da Rádio). Lisboa: s/e.

PRÍNCIPE, Mário dos Reis (1973). O Papel da Rádio no Estado Moderno. Lisboa: Tip. Gratelo, s/e.

QUADROS, Luís (1949). Falta Uma Escola de Jornalismo em Portugal?. Lisboa: Tipografia Oficinas Gráficas.

RANGEL, Jaime (1957). A Imprensa em Goa. Bastorá-Goa: Edição do autor.

RATES, J. Carlos (1929). O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e a Neutralidade Sindical. Lisboa: Indústrias Gráficas.

REGO, R. (1969). A censura prévia administrativa, in AUTORES VÁRIOS. II Congresso Republicano de Aveiro. Teses e Documentos. Textos Integrais. Volume I. Lisboa: Seara Nova.

REGO, R. (1974). Da censura prévia ao exame prévio, in AUTORES VÁRIOS. 3º Congresso da Oposição Democrática de Aveiro. Teses. 7ª Secção. Lisboa: Seara Nova.

REIS, Fernanda (1943). O Jornalismo Colonial na Metrópole. Separata do Boletim Geral das Colónias, n.º 220. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

RIBEIRO, Fernando Curado (1964). Rádio: Produção, Realização, Estética. Lisboa: Arcádia.

RIBEIRO, Gaspar Queirós (Relator) (1898). Relatório e Projecto de Lei Sobre Liberdade de Imprensa Apresentados à Câmara dos Senhores Deputados por parte da Comissão de Legislação Criminal na Sessão de 12 de Fevereiro de 1898. Lisboa: Imprensa Nacional.

RIBEIRO, José Maria do Casal (1850). A Imprensa e o Conde de Tomar. Lisboa: Tipografia da Rua da Bica de Duarte Belo.

RIBEIRO, Manuel Ferreira (1884). Homenagem a António Rodrigues Sampaio. Lisboa: Lallemant Frères.

ROCHA, Hugo (1946). Jornalistas. Porto: Liga Portuguesa de Profilaxia Social.

ROCHA, Hugo (1956) O Setubalense. Augusto da Costa no Jornal e no Livro. Conferência, Setúbal, Ed. Serviços Culturais da Câmara Municipal de Setúbal.

ROCHA, João Bernardo (1838). Apologia do Cronista do Reino. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, João (s/d). Administração Geral: Organização e Administração de Jornais. Lisboa: Casa da Imprensa.

ROSA, João Pereira (1928). O Caso d'O Século: Seu Esclarecimento Perante a Associação Comercial de Lisboa. Lisboa: Oficina da Sociedade Nacional de Tipografia.

ROSADO, Nuno (1966). A Imprensa. Lisboa: Ministério da Educação Nacional/Direcção-Geral do Ensino Primário. Colecção Educativa, n.º 11.

SÁ, José Maria (1810). Impugnação Imparcial do Folheto Intitulado "Os Sebastianistas". Lisboa: Impressão Régia.

SACADURA, Costa (1944). Exposição de Jornais Portugueses e Brasileiros de Medicina e Ciências Afins. Lisboa: Imprensa Médica.

SACADURA, Costa (1945). Facetas do Jornalismo Médico Português. Lisboa: Imprensa Médica.

SALGADO, Joaquim (1945). Virtudes e Malefícios da Imprensa. Escorço Histórico Sobre a Origem, Evolução e Ética do Jornalismo. Porto: Portucalense Editora.

SARMENTO, José (1937). Cidade de Mármore. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

SCHWALBACH, Eduardo (1946). À Lareira do Passado: Memórias. Lisboa: Edição do autor.

SERRA, Afonso (1965). Colectânea Jornalística. Lisboa: União Gráfica. SILVA, Carlos Correia (1974). Subsídios para a História da Imprensa Farmacêutica Portuguesa. Separata do Boletim da Faculdade de Farmácia, n.º 34. Coimbra: Faculdade de Farmácia.

SERRA, Afonso (1974). O Mundo no Lápis de um Repórter. Lisboa: União Gráfica.

SILVA, Carneiro (1947). Jornais e Revistas do Distrito de Coimbra. Coimbra: Biblioteca Municipal.

SILVA, Francisco Jerónimo (1852). Alegação Oral Que Em Defesa do Periódico "A Nação" Proferiu Francisco Jerónimo da Silva Perante o Júri de Liberdade de Imprensa em Sessão de 28 de Fevereiro de 1852. Lisboa: Tipografia de António Henriques de Pontes.

SILVA, Inocêncio Francisco (1899) e BRAGA, Teófilo (compilador). Memórias para a Vida Íntima de José Agostinho de Macedo. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.

SILVA, João Pereira (1892). Catálogo do Jornalismo Português Antigo e Moderno ou Publicações Periódicas, Científicas, Literárias, Religiosas, Etc. Lisboa: Livraria de João Pereira da Silva.

SILVA, José Casimiro (1944). A União da Província Através da Sua Imprensa. Famalicão: Oficinas Gráficas Minerva.

SILVA, Rola (1968). A Censura: Consequências Marginais. Luanda: Neográfica.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS. (1941). Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas. Lisboa: Sindicato Nacional dos Jornalistas.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS. (1967). Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas. Lisboa: Sindicato Nacional dos Jornalistas.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS (1971). A Lei de Imprensa e Os Jornalistas. Colecção Polémica, Nova Série. Lisboa: Editorial Estampa (e Sindicato Nacional dos Jornalistas).

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS (1971). Declaração de Voto Sobre Projecto de Lei de Imprensa. Lisboa: Sindicato Jornalistas.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS (1971). Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal. Lisboa: Nova Lisboa Gráfica. Separata do boletim Jornalismo, II Série, n.º 4.

SINDICATO NACIONAL DOS TIPÓGRAFOS, LITÓGRAFOS E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE LISBOA (1941). Jornais: No Tricentenário da Gazeta. Lisboa: Sindicato Nacional dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa.

SINVAL, José Maria Alves (1820). Astro da Lusitânia..

SOBREIRA, Rosa Maria (2003). Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma Profissão em Construção. Lisboa: Livros Horizonte.

SOUSA, Elisário António (1821). O Braz Corcunda e o verdadeiro Constitucional. Lisboa: Imprensa Nacional.

SOUSA, Fernando (1942). Discurso Proferido Na Sessão Comemorativa do Tricentenário da Fundação do Primeiro Periódico Português. Lisboa: Ottosgráfica.

SOUSA, Jorge Pedro (2008). Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974, in SOUSA, Jorge Pedro (2008) (Org.), Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa – Perspectivas Luso Brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 93-118.

SOUSA, Jorge Pedro (2008). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, J. P. (Org.). Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 12-93.

SOUSA, Jorge Pedro (2008). A teorização do jornalismo em Portugal até 1974. In: SOUSA, J. P. (Org.). Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 315-367.

SOUSA, Manuel Dias (1804) Gramática Portuguesa. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.

TEIXEIRA, Luís (1932). Reportagem. Lisboa: Edições Paulo Guedes. [Apesar de ser livro de reportagens, faz curta reflexão sobre jornalismo nas páginas 42-43]

TEIXEIRA, Luís (1940). O Diário de Notícias e o Século XIX. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa.

TEIXEIRA. Manuel (1965). A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo-Oriente. Macau, Ed. Notícias de Macau , Tip. Noticias de Macau.

TENGARRINHA, José (1965). História da Imprensa Periódica Portuguesa. Lisboa: Portugália.

TENGARRINHA, José (1989). História da Imprensa Periódica Portuguesa. 2ª edição revista e ampliada. Lisboa: Caminho.

TENGARRINHA, José (1993). Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida. Lisboa: edições Colibri.

TENGARRINHA, José (2006). Imprensa e Opinião Pública em Portugal. Coimbra: MinervaCoimbra.

TEOTÓNIO, Onésimo (1970). Imprensa, Rádio – TV e Cinema: Cérebros do Grande Público. Angra do Heroísmo: s/e.

TOMÁS, Manuel Fernandes (1821). Resposta de João Carapuceiro, Compadre de Lisboa à Carta do Compadre de Belém Dirigidas ao "Astro da Lusitânia". Lisboa: Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos.

TRAQUINA, N. e AGEE, W. K. (1984). O Quarto Poder Frustrado. Os Meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário. Lisboa: Vega.

TRIGUEIROS, Luís Forjaz (1963). Função Social e Cultural dos Meios Audiovisuais na Informação. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

VARELA, Antunes (1973). Estatuto da Imprensa. Coimbra: Ed. Coimbra.

VARGUES, Isabel Nobre (1997). A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823). Coimbra: Minerva.

VÁRIOS AUTORES (1904). Eduardo Coelho. Homenagem de um Grupo de Conimbricenses à Memória do Fundador do Diário de Notícias. Coimbra: Minerva Central.

VÁRIOS AUTORES (1928). Uma Hora de Jornalismo. Aspectos, Anedotas e Inconfidências da Vida Profissional. Lisboa: CPSPIL.

VÁRIOS AUTORES (1963). Curso de Jornalismo. Colecção Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 60. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais.

VASCONCELOS, José Carlos (1972). Liberdade de Imprensa. Lei de Imprensa. Lisboa: Prelo.

VASCONCELOS, José Leite (1917). Severim de Faria. 2ª Memória. Coimbra: Imprensa da Universidade.

VAZ, Manuel Pires (1823). Discurso Sobre a Liberdade de Imprensa. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.

VELOSO, Carlos Sousa (1963). A Rádio, a TV e a Imprensa no Desenvolvimento do Mundo Rural. Lisboa: s/e.

VELOSO, Rodrigo (1910). Jornalistas Portugueses I. António Rodrigues Sampaio. Famalicão: Tipografia Minerva.

VELOSO, Rodrigo (1910). Jornalistas Portugueses II. Emídio Navarro. Famalicão: Tipografia Minerva.

VELOSO, Rodrigo (1911). Jornalistas Portugueses III. Conselheiro Mariano de Carvalho. Famalicão: Tipografia Minerva.

VELOSO, Rodrigo (1911). Jornalistas Portugueses IV. Barbosa Collen. Famalicão: Tipografia Minerva.

VELOSO, Rodrigo (1911). Jornalistas Portugueses V. Conselheiro José d'Alpoim. Famalicão: Tipografia Minerva.

VELOSO, Rodrigo (1911). Jornalistas Portugueses VI. Dr. Cunha e Costa (José Soares da). Famalicão: Tipografia Minerva.

VENTURA, António (1974). A censura como arma de repressão política, in AUTORES VÁRIOS. 3º Congresso da Oposição Democrática de Aveiro. Teses. 7ª Secção. Lisboa: Seara Nova.

VERÍSSIMO, Helena (2003). Os Jornalistas nos Anos 30/40. Elite do Estado Novo. Coimbra: Minerva.

VIEIRA, Alberto Tomé (1960). Memórias de um Repórter. Lisboa: s/e.

VIEIRA, Alexandre (1950). Em Volta da Minha Profissão. Subsídios para a História do Movimento Operário no Portugal Continental. Lisboa: Edição do autor.

VIEIRA, Custódio (1850). A Imprensa e a Resistência Legal. Dever de Todos os Cidadãos e Principalmente dos que Protestaram Contra a Lei Repressiva da Liberdade de Imprensa. Porto: Tipografia do Nacional.

APÊNDICE

Apêndice 1

» Cronologia de acontecimentos: Portugal 1640-1974

Jorge Pedro Sousa

» 1640
- Restauração da Independência (1 de Dezembro). D. João IV aclamado Rei de Portugal.
- Início da Guerra da Restauração que opõe Portugal a Espanha.

» 1641
- Início da publicação da Gazeta "da Restauração" (Novembro), com alvará concedido a Manuel de Galhegos.
- Iniciativas diplomáticas e tratados de aliança com França, Suécia e Holanda.
- Holandeses conquistam territórios portugueses no Brasil, extremo-oriente e África, num movimento que continuará nos anos seguintes.

» 1642
- Lei de 19 de Agosto proíbe a impressão de gazetas com notícias do Reino ou do estrangeiro. A Gazeta interrompe a publicação, mas retornará mais tarde sob a designação de Gazeta de Novas Fora do Reino.
- João Franco Barreto, por alvará régio de 29 de Julho de 1642, tem licença para "traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas".
- Renovação da aliança com Inglaterra.
- Abolição dos monopólios reais nas Índias e Guiné.
- Holandeses conquistam Axém.

[Início da Guerra Civil Inglesa, que terminará com a execução do Rei Carlos I.]

» 1643
- Revalidação das Ordenações Filipinas mantém, para o caso da imprensa, o sistema de licenciamento, taxas e censura prévia, civil e eclesiástica.

» 1644
- Batalha do Montijo, que termina com um resultado incerto para portugueses e espanhóis, motiva Luís Marinho de Azevedo a escrever Apologia Militar en Defensa de la Victoria de Montijo Contra las Relaciones de Castilla, y Gazeta de Genoba, que la Calumniaron Mordaces, y la
- Usurpan Maliciosas, primeira reflexão conhecida sobre jornalismo da autoria de um português.
- Cerco espanhol a Elvas.
- Início da insurreição contra os holandeses no Brasil.

» 1647
- Término da publicação da Gazeta "da Restauração".
- Tentativa de regicídio.
- Criação da Aula de Fortificações e Arquitectura Militar.
- Comerciantes ingleses beneficiados no comércio com Portugal.

Portugal passa à ofensiva declarada no Brasil e em África, para desalojar os holandeses. Reconquista de Luanda e de São Tomé e Príncipe.

» 1653
- Reconquista de Pernambuco aos holandeses.

» 1654
- Tratado de Paz e Aliança com a Inglaterra.
- Expulsão definitiva dos holandeses do Brasil. Continuam os conflitos ultramarinos com os holandeses.

» 1655
- Tratado de Aliança com a França.

» 1656
- Morte de D. João IV. D. Afonso VI é aclamado Rei, sob a regência de D. Luísa de Gusmão.
- Bloqueio do Tejo pelos ingleses.
- Fundação da Companhia de Cacheu e Rios da Guiné inicia, no Portugal Restaurado, uma época de criação, reorganização e extinção de companhias monopolistas.

» 1657
- Perda de Olivença para Espanha.
Nacionalização da Companhia Geral de Comércio para o Brasil.

» 1659
- Batalha das Linhas de Elvas.

» 1661
- Tratado de paz com a Holanda não interrompe as hostilidades no ultramar.
- Espanha invade o Alentejo.

» 1662
- Golpe de Estado.

» 1663
- Início da publicação do segundo periódico português, o Mercúrio.
- Legislação sobre licenças para obras que envolvam "coisas de Estado" ou "reputação pública".
- O exército espanhol chega a Évora e a Alcácer do Sal. Batalha do Ameixial termina com vitória portuguesa.

» 1664
- Batalha de Castelo Rodrigo

» 1665
- Batalha de Montes Claros.

» 1667
- Abdicação de D. Afonso VI. Regência de D. Pedro.
- Tratado de Aliança com a França.

» 1668
- Tratado de paz com a Espanha e reconhecimento da Independência de Portugal e da Casa de Bragança. Portugal perde Ceuta.

» 1669
- Tratado de Paz com a Holanda.

» 1672
- Lei pragmática contra o luxo.
- Legislação anti-judaica e início de perseguições aos cristãos-novos, que durarão vários anos.

» 1673
- A ilha de Santa Helena passa para a posse de Inglaterra.

» 1678
- Política de desenvolvimento manufactureiro. Chegam artífices estrangeiros para virem ensinar novos ofícios aos portugueses.
Política de exportação de vinho, especialmente Vinho do Porto, para Inglaterra.

» 1680
- Fundação da Colónia de Sacramento marca uma nova tentativa de expansão ultramarina portuguesa para o sul da América-Latina.

» 1682
- Fundação da Companhia Negreira do Pará e Maranhão.

» 1683
- Morte de D. Afonso VI. D Pedro II é aclamado Rei.

» 1684
- Lei de defesa e protecção dos escravos.

» 1697
- Descoberta de ouro no Brasil.
- Franceses ocupam o Amapá, no Brasil.

» 1699
- Chega a Portugal o primeiro carregamento de ouro do Brasil.
- Franceses atacam Bissau.

» 1701
- Tratado de Aliança entre Portugal e Espanha.
- Tratado de Aliança com França.

» 1703
- Portugal rompe com Espanha e França e alia-se à Inglaterra e à Holanda.
- Tratado de Methuen.
- Forças hispano-francesas invadem Portugal, mas são rechaçadas.

» 1706
- Portugal invade Espanha, numa tentativa de fazer aclamar Carlos II como Rei de Espanha. As forças portuguesas chegam a Madrid.
- Morte de D. Pedro II. D. João V é aclamado Rei.

» 1707
- Batalha de Almansa. Portugal, derrotado, retira de Espanha.
- Guerra dos Emboabas.

» 1709
- Lei proíbe emigração para o Brasil.

» 1710
- Luta pela posse do Rio de Janeiro opõe franceses e portugueses. Batalha naval.
- Guerra dos Mascates.

» 1711
- Decreto proíbe que os navios estrangeiros comerciem nos portos brasileiros excepto quando integrados em frotas comerciais.
- Ataques de corsários franceses ao Rio de Janeiro.
- Batalha do Caia.
- Carta Régia proíbe emigração para o Brasil.

» 1712
- Franceses e espanhóis atacam Campo Maior.

» 1713
- Tratado de Utreque e armistício com a França.

» 1715
- Início da publicação da Gazeta de Lisboa.

» 1717
- Batalha de Matapan.
- Construção do Convento de Mafra.
- Construção da biblioteca da Universidade de Coimbra.
- Fundação da Academia Portuguesa.

» 1718
- Início da publicação da Gazeta de Lisboa Ocidental.

» 1720
- Fundação da Academia Real de História.
- Lei proíbe emigração para o Brasil.

» 1721
- Lei de protecção ao património arqueológico português.

» 1724
- Instalação da Feitoria Inglesa no Porto.

» 1725
- Corte de relações com a França.

» 1728
- Corte de relações com a Santa Sé.

» 1730
- Restabelecimento das relações diplomáticas com a França.
- Holandeses abandonam Moçambique.

» 1734
- Ameaça de guerra com Espanha.

» 1737
- Tratado de paz entre Portugal e Espanha.

» 1742
- Instalação da primeira máquina a vapor a funcionar em Portugal. Política de desenvolvimento industrial.

» 1750
- Morte de D. João V. D. José I é aclamado Rei.
- Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, é nomeado secretário dos Negócios Estrangeiros.
- Tratado de Madrid sobre as fronteiras ibéricas.

» 1755
- Fundação da Junta do Comércio.
- Terramoto de Lisboa. O (futuro) marquês de Pombal assume a reconstrução da cidade.

» 1756
- Criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

» 1757
- Motins no Porto contra a Companhia das Vinhas do Alto Douro.
- Fundação da Arcádia Lusitana.

» 1758
- Liberdade de comércio com Angola e Moçambique.
- Declaração da liberdade de todos os índios brasileiros.
- Atentado contra D. José I. Prisão dos Távoras.

» 1759
- Execução dos Távoras por tentativa de regicídio. Confisco dos bens da família a favor do Estado.
- Expulsão dos jesuítas.
- Reforma do ensino e criação da Aula de Comércio.

» 1760
- Sebastião José de Carvalho e Melo é agraciado com o título de conde de Oeiras.
- Rompimento de relações com a Santa Sé.

» 1761
- Publicação da Gazeta Literária.
- Portugal não adere ao Pacto de Família.
- Abolição do tráfico de escravos para a metrópole e da escravatura na

metrópole.
- Fundação do Real Colégio dos Nobres.

» 1762
- Guerra Fantástica entre Portugal e Espanha. Espanha recebe auxílio de França.
- Fundação da Real Escola Náutica.

» 1763
- Tratado de paz entre Portugal e Espanha.
- Início da publicação do Hebdomário Lisbonense, jornal noticioso.

» 1768
- Fundação da Imprensa Régia.
- Instituição da Real Mesa Censória.

» 1769
- Sebastião José de Carvalho e Melo é agraciado com o título de marquês de Pombal.

» 1770
- Reatamento das relações com a Santa Sé.

» 1771
- Edital precisa o artigo 9º da Lei de 5 de Abril de 1768 sobre a criação da Real Mesa Censória. Real Mesa Censória passa a controlar o ensino.
- Terminam oficialmente os autos-de-fé (embora o último só tivesse lugar em 1781, em Coimbra).

» 1772
- Reforma da Universidade.
- Organização do ensino primário público.
- Reforma da Inquisição.

» 1773
- Termina a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos.
- Dissolução dos jesuítas em Portugal.

» 1774
- Decretada igualdade de direitos entre habitantes da Índia e do Continente.

» 1776
- [Declaração da Independência dos Estados Unidos. Guerra da Independência dos EUA.]

» 1777
- Morte de D. José I. D. Maria I é aclamada Rainha de Portugal e com a sua ascensão ao trono termina o período pombalino.
- D. Maria I concede um perdão régio aos marqueses de Távora e Alorna.
- No período pombalino criaram-se quinze periódicos, três deles noticiosos (Hebdomário Lisbonense, Lisboa e Gazeta Extraordinária de Londres, traduzido) e os restantes culturais, científicos e de divulgação de ideias, sendo o mais importante destes a Gazeta Literária.

» 1778
- Inquisição persegue intelectuais.
- Compra de máquina a vapor inglesa.
- Surge o Com Privilégio Real, primeiro jornal português de economia e comércio.

» 1779
- Fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (abertura em 1780).
- Fundação da Academia Real de Marinha.
- Inauguração do Observatório Astronómico de Coimbra.

» 1780
- Criação da Aula de Desenho e Debuxo do Porto.

» 1781
- Decreto estabelece a censura de papéis, folhas volantes e temporárias, nacionais e estrangeiros.
- O marquês de Pombal, detestado pela Rainha, é julgado e condenado a desterro. Morrerá no ano seguinte.

- Absolvição da memória dos Távoras.
- [Fim da guerra da independência nos Estados Unidos]

» 1784
- Criação da Real Mesa da Comissão Geral da Censura, depois abolida pela criação da Junta da Directoria e Estudos das Escolas do Reino.

» 1785
- Proibição de criação de indústrias no Brasil.

» 1787
- Inauguração do Observatório Astronómico da Academia das Ciências.

» 1789
- Inconfidência Mineira. O Brasil, revoltado com as políticas que constrangem o seu desenvolvimento, começa a desenvolver um sentimento independentista.
- [Revolução Francesa]

» 1790
- Criação das primeiras escolas reservadas ao sexo feminino.
- Fundação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho.
- Fundação da Nova Arcádia Lusitana.
- Surge o Correio Mercantil, jornal especializado em economia.

» 1792
- Face aos problemas mentais da Rainha, o príncipe herdeiro D. João, futuro Rei D. João VI, assume o governo do país.
- Política de desenvolvimento das infra-estruturas de comunicações e das minas.

» 1793
- Portugal entra na coligação contra a França revolucionária.
- Fim das qualificações e denominações dos cristãos-novos.

» 1794
- Portugal participa na campanha do Rossilhão.

» 1796
- Fundação da Real Biblioteca Pública.
- Alvará regulamentador da imprensa.

» 1797
- Instituição dos Serviços (regulares) de Correio.

» 1798
- Inconfidência Baiana, no Brasil. Fortalece-se o sentimento independentista brasileiro.
- Terminada a construção de estradas de Lisboa a Coimbra e do Porto a Guimarães.

» 1799
- Início do serviço regular de diligência entre Lisboa e Coimbra.
- Regência oficial do príncipe D. João.

» 1801
- Inconfidência Pernambucana, no Brasil.
- Espanha invade Portugal e toma Olivença.

» 1802
- Fundação da loja maçónica do Grande Oriente Lusitano.

» 1803
- Reafirmação de que os papéis, folhas volantes, etc., nacionais ou estrangeiros, sejam sujeitos a censura.
- Decreto dá privilégios à Imprensa Régia.
- Aviso acerca da censura e licenciamento de papéis periódicos da Imprensa Régia.
- Edital de polícia acerca de "papéis e livros ímpios".
- Avisos sobre a impressão de papéis volantes.

» 1805
- Legislação obriga à remessa para a Real Biblioteca da Corte de um exemplar de todos os papéis impressos no Reino.

» 1806
- Napoleão decreta o Bloqueio Continental aos ingleses, a que Portugal não adere.

» 1807
- Portugal é intimado a fechar os portos à Inglaterra.
- Tratado de Fontainebleau entre a França e a Espanha estabelecia a divisão de Portugal entre esses dois países.
- Primeira invasão francesa. Cumprindo o plano acordado com os britânicos, a Família Real foge para o Brasil e a corte instala-se no Rio de Janeiro, que se torna capital do Reino, ficando Portugal reduzido à condição de uma espécie de colónia do Brasil.
- Surgem periódicos clandestinos anti-franceses (como o Jinó, o Maneta, etc.).
- Surge o primeiro periódico feminino em Portugal, O Correio das Modas.

» 1808
- Abertura dos portos brasileiros ao comércio com Inglaterra.
- Revoltas em Portugal contra as tropas de ocupação francesas.
- Desembarque do Exército Britânico em Portugal, sob o comando de Wellesley, duque de Wellington, futuro carrasco de Napoleão em Waterloo.
- Derrota dos franceses nas batalhas da Roliça e Vimeiro. Os invasores abandonam o país.
- Criação do Banco do Brasil.
- Lei autoriza a industrialização do Brasil.
- Publicação da Gazeta do Rio de Janeiro.
- Criação, no Rio de Janeiro, da Mesa do Desembargo do Paço e Consciência e Ordens.
- Decreto regulando a Impressão Régia no Brasil.
- Início do primeiro período de explosão do jornalismo em Portugal. Publicação de jornais como o Leal Português, anti-francês, e o Minerva Lusitana, igualmente anti-francês. O Minerva Lusitana ter-se-á tornado diário, o que lhe daria o título de primeiro jornal diário português.

» 1809
- Segunda invasão francesa.
- Instituição de um governo inglês de crise em Portugal, liderado por

Beresford, autorizado pelo príncipe D. João.
- Vários diários portugueses iniciam a publicação e outros reconvertem-se em diários (Diário Lisbonense, edição diária do Correio da Tarde, edição diária da Gazeta de Lisboa, Novo Diário de Lisboa, Jornal de Lisboa O Mensageiro, etc.).

» 1810
- Tratado comercial entre Portugal e a Inglaterra.
- Terceira invasão francesa. Os franceses são derrotados no Buçaco, mas prosseguem a marcha para Lisboa.
- Inauguração da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- Perseguições aos liberais e afrancesados. Setembrizada (alegada conspiração liberal leva à prisão de 50 personalidades portuguesas nos Açores).
- Início de um período de diminuição do número de jornais devido aos crescentes constrangimentos colocados à imprensa após a saída do invasor. Exilados liberais publicam jornais no estrangeiro, que fazem entrar clandestinamente em Portugal (como o Correio Brasiliense, que tinha iniciado a publicação em 1808).
- Construção das Linhas de Torres Vedras, fortificações defensivas no caminho para Lisboa.
- Primeiras reacções contra a governação inglesa de Portugal, que privilegiava os britânicos em detrimento dos portugueses.
- Ordem para se riscarem as fórmulas e títulos impostos pelo invasor dos papéis públicos.
- Edital de polícia contra a circulação de papéis sediciosos.

» 1811
- Os invasores franceses retiram definitivamente de Portugal. Wellington persegue-os até Toulouse, onde travará, em 1814, a última batalha da Guerra Peninsular, ao mesmo tempo que Napoleão era deposto e os exércitos aliados entravam em Paris.
- No rescaldo das invasões francesas, Portugal, roubado por franceses, espanhóis e ingleses e reduzido a uma espécie de colónia brasileira, encontra-se quase falido e sujeito a uma governação estrangeira (Beresford governará até 1820).
- Proibição de entrada no país dos periódicos Correio Braziliense e O Observador Português em Londres, tidos por sediciosos.

» 1812
- Primeiro pedido formal de regresso da Família Real a Portugal.

» 1815
- O Brasil é elevado à categoria de Reino pela Carta de Lei que cria o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

» 1816
- Morte de D. Maria I. D. João VI é Rei.
- Beresford obtém do Rei mais poderes para governar Portugal.

» 1817
- Revolta em Lisboa contra o domínio britânico em Portugal e pela instituição de um regime liberal termina com a execução dos líderes dos revoltosos naquele que hoje é conhecido por Campo dos Mártires da Pátria. O cabecilha do golpe, general Gomes Freire de Andrade, é o único a ser executado no forte de São Julião da Barra.
- Ocupação de Montevideu por tropas portuguesas.

» 1818
- Aclamação formal de D. João VI como Rei de Portugal.
- Fundação do Sinédrio, grupo de conspiradores liberais do Porto.

» 1820
- Criação de Comissão de Censores para a aprovação de licenças de impressão.
- Cessa a suspensão sobre a entrada de periódicos escritos em português editados no estrangeiro. Inicia-se um segundo período de expansão da imprensa portuguesa, por todo o país e de todas as tendências, como O Independente (liberal, surgido em 1821 pela mão de Fernandes Tomás; o Astro da Lusitânia, que se tornou o jornal mais lido no país; ou a Gazeta Universal, antiliberal, do padre José Agostinho de Macedo).
- Portaria com instruções sobre a forma de proceder à censura de periódicos e folhas volantes.
- Responsabilização dos redactores dos periódicos pelos ataques e insultos feitos a particulares.
- Revolução Liberal no Porto e constituição da Junta Suprema de Governo do Reino. Deposição de Beresford.

- Realização das primeiras eleições em Portugal.

» 1821
- Reunião das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.
- Abolição do tribunal do Santo Ofício.
- Fundação do primeiro banco português, o Banco de Lisboa.
- Regresso de D. João VI a Portugal.
- Decreto de suspensão da censura prévia até posterior legislação (2 de Março).
- Primeira Lei de Liberdade de Imprensa (4 de Julho). Segue-se-lhe um decreto com as disposições finais dessa Lei (17 de Dezembro).
Constituição de um tribunal especial para delitos de imprensa (19 de Dezembro).

» 1822
- Publicação da primeira Constituição Portuguesa. A Constituição assegura a liberdade de imprensa.
- O Brasil declara a independência.
- Aditamento à Lei de Imprensa responsabiliza o editor e o impressor por artigos de autores pronunciados anteriormente por delito de abuso de liberdade de imprensa (Janeiro).
- Carta de Lei de 21 de Junho de 1822 cria um tribunal especial para protecção da liberdade de imprensa.
- Ordem de remessa para a Biblioteca Nacional de um exemplar de todos os escritos impressos em oficina tipográfica.
- Prescrição das penas para pessoas que venderem, publicarem ou espalharem escritos em língua portuguesa impressos no estrangeiro que ataquem o Estado.

» 1823
- Tratado de paz entre Portugal e o Brasil.
- Golpe de estado absolutista da Vila-Francada.
- Criação da Comissão de Censura (12 de Junho).
- Proibição de assinatura de periódicos escritos em português e impressos no estrangeiro (13 de Novembro).

» 1824
- Diploma restabelece a Censura Prévia e revoga a lei de Liberdade de

Imprensa de 1821 (6 de Março).
- Golpe de Estado absolutista (Abrilada).
- Exílio de D. Miguel em Viena.
- Revogação da Lei dos Forais.

» 1825
- Reconhecimento da independência do Brasil.
- Fundação das Escolas Régias de Cirurgia e Medicina de Lisboa e Porto.

» 1826
- Morte de D. João VI. Regência da Infanta D. Isabel Maria.
- D. Isabel Maria ordena à Mesa do Desembargo do Paço a nomeação de doze censores para os periódicos e folhas volantes (Agosto).
- O Conselho de Regência reconhece D. Pedro I, Imperador do Brasil, como Rei de Portugal, sob o título de D. Pedro IV.
- D. Pedro IV doa uma Carta Constitucional ao país, que assegura a liberdade de imprensa, e abdica do trono em favor da sua filha, a Rainha D. Maria II.
- Decreto proíbe o pregão e venda de periódicos e ocasionais sem licença especial do Intendente Geral da Polícia (22 de Setembro).

» 1827
- D. Pedro concede a regência a D. Miguel, na condição deste casar com D. Maria II.
- Decreto de 20 de Junho proíbe a impressão de escritos onde se abordem assuntos cuja interpretação pertença exclusivamente ao poder legislativo.
- Decretos de demissão de censores que permitiram periódicos contrários à Coroa e ao Estado (17 de Agosto e 13 de Setembro).

» 1828
- Proposta de Lei sobre abusos de liberdade de imprensa (5 de Fevereiro).
- D. Miguel regressa a Portugal e jura fidelidade à Carta Constitucional.
- D. Miguel é proclamado Rei absoluto. Durante o Miguelismo desenvolvem-se perseguições à imprensa liberal que conduzem a uma acentuada diminuição do número de periódicos. Os liberais exilados fazem entrar clandestinamente no país jornais publicados no estrangeiro, como O Português Emigrado).
- Decreto de abolição da Comissão de Censura, cujas competências são

assumidas pela Mesa do Desembargo do Paço (16 de Agosto).
- Revolta liberal.

» 1829
- Liberais executados. Êxodo liberal.
- Batalha dos Açores. Liberais mantêm o arquipélago. Guerra Civil.

» 1831
- D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal abdica do trono imperial brasileiro.

» 1832
- D. Pedro declara-se regente de Portugal em nome de D. Maria II.
- Exército liberal desembarca perto do Porto e cerca a cidade.

» 1833
- Liberais ocupam Lisboa.

» 1834
- Portaria exige que a Comissão de Exame e Revisão de Escritos não permita a publicação de injúrias e ofensas (7 de Janeiro).
- Legislação sobre liberdade de imprensa (5 de Dezembro) e Lei de Imprensa (22 de Dezembro). Novo surto de publicação de periódicos no país.
- Batalha de Almoster termina com vitória liberal.
- Batalha da Asseiceira termina com vitória Liberal.
- Convenção de Évora-Monte. D. Miguel, derrotado, é exilado.
- Extinção das ordens religiosas.
- Fundação das Associações Comerciais de Lisboa e Porto.
- Morte de D. Pedro IV. D: Maria II assume o trono por inteiro.

» 1835
- Ensino primário obrigatório.
- Carta de Lei clarifica a Lei de 22 de Dezembro de 1834.

» 1836
- Revolução de Setembro repõe em vigor a Constituição de 1822, que inclui disposições sobre a imprensa.
- Criação dos liceus para o ensino secundário.

- Fundação de novas escolas superiores.
- Legislação ratifica e assegura a liberdade de imprensa decretada na Constituição de 1832 (15 de Outubro).

» 1837
- Inicia-se a publicação da revista de conhecimentos gerais Panorama.
- Apreensão de periódicos condenados por infracções à Lei de Imprensa.
- Carta de Lei que exige a autorização do Governo para publicação de jornais (14 de Julho).
- Carta de Lei reguladora da liberdade de imprensa (10 de Setembro).
- Portaria de 18 de Dezembro manda verificar se todos os periódicos possuem editores responsáveis pelos mesmos.

» 1838
- Nova Constituição substitui a Constituição de 1822, incluindo disposições sobre a imprensa.
- Primeira Exposição Industrial Portuguesa.
- Nova portaria impõe a verificação da existência de editores responsáveis por todos os periódicos (22 de Março).

» 1839
- Ascensão de Costa Cabral ao poder.
- Legislação sobre abusos de imprensa (30 de Agosto).

» 1840
- Carta de Lei proíbe durante um mês a publicação de periódicos, com excepção dos literários (14 de Agosto).
- Cartas de Lei constrangedoras da liberdade de imprensa (14 de Setembro e 19 de Outubro).

» 1842
- Restabelecimento das relações com a Santa Sé.
- Tratado com Inglaterra para abolição da escravatura.
- Reposta em vigor a Carta Constitucional de 1826, com implicações para a imprensa.
- Novo código administrativo.

» 1844
- Passos Manuel reforma o ensino.

» 1846
- Revolta da Maria da Fonte e queda de Costa Cabral.
- Início da Guerra Civil da Patuleia.
- Interdição dos jornais políticos, apesar de muitos terem continuado a ser publicados clandestinamente.
- Golpe de Estado organizado por Costa Cabral.

» 1847
- Convenção de Gramido imposta pelas potências estrangeiras. Fim da Guerra Civil.

» 1849
- Construção das primeiras estradas de macadame.

» 1850
- "Lei das Rolhas", fortemente constrangedora da liberdade de imprensa (3 de Agosto de 1850).

» 1851
- Queda definitiva de Costa Cabral e entrada na Regeneração.
- Revogação da "Lei das Rolhas" (Maio)

» 1852
- Publicação do Acto Adicional à Carta Constitucional.
- Abolição da pena de morte para os crimes políticos.
- Fontes Pereira de Melo inicia uma importante política de obras públicas.
- Criação do ensino técnico e profissional.

» 1853
- Morte de D. Maria II. Regência de D. Fernando, na menoridade de D. Pedro V.

» 1854
- Libertação dos escravos do estado e importados por via terrestre.

» 1855
- D. Pedro V é aclamado Rei.

» 1856
- Primeira linha de caminho-de-ferro.
- Lei de libertação dos escravos que desembarquem no Continente, ilhas adjacentes, Índia e Macau.

» 1859
- Curso superior de Letras.
- Tentativa de estabelecimento dos ingleses na baía de Lourenço Marques.

» 1860
- Fundação da Associação Industrial Portuguesa e da Associação da Agricultura Portuguesa.

» 1861
- Morte de D. Pedro V. D. Luís é aclamado Rei.

» 1862
- Tratado de Tien-Tsin entre Portugal e a China. China reconhece a administração portuguesa em Macau até ao final do século XX.

» 1863
- Ligação com Espanha e a Europa por caminho-de-ferro.

» 1864
- Publicação do Diário de Notícias, primeiro jornal "industrial" português. Números experimentais saem no final de Dezembro, passando o jornal a ser publicado oficialmente no início de 1865.

» 1867
- Abolição da pena de morte para os crimes civis.
- Publicação do Código Civil.

» 1868
- Revolta da Janeirinha, no Porto.
- Início da publicação de O Primeiro de Janeiro.

» 1869
- Abolição da escravatura em todos os domínios portugueses, com excepção de Macau.

» 1870
- Portugal e Inglaterra unidos por cabo submarino.

» 1871
- Conferências Democráticas do Casino.

» 1872
- Criação da Fraternidade Operária.
- Movimentos grevistas.

» 1873
- Criação do Centro Republicano.

» 1874
- Inauguração dos transportes públicos urbanos (os carros "Americanos").

» 1875
- Fundação do Partido Socialista Português.
- Fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Publicação da Revista Ocidental.
- Portugal garante direitos sobre Lourenço Marques.

» 1877
- Início das viagens de exploração da África portuguesa;
- Telefone em Portugal.

» 1878
- Fundação do Partido dos Operários Socialistas.
- Iluminação eléctrica.
- Partido Republicano elege o primeiro deputado, Rodrigues de Freitas, pelo Porto.

» 1879
- Início da publicação de A Voz do Operário.

» 1880
- Fundação da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, primeiraorganização "de classe" dos jornalistas.

» 1881
- O Século inicia a publicação.
- Inquérito Industrial.

» 1882
- Fundada a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

» 1884
- Início da publicação da revista semanal Ilustração Portuguesa.
- Viagem de exploração de Angola a Moçambique, por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.
- Conferência de Berlim.

» 1886
- Publicação do Mapa Cor-de-Rosa, indicando as reivindicações portuguesas aos territórios entre Angola e Moçambique.

» 1887
- Fundação do Grupo Comunista-Anarquista de Lisboa.
- Publicação do jornal A Revolução Social.

» 1889
- D. Luís morre. D. Carlos é aclamado Rei.
- Viagem de exploração e ocupação do Zambeze, por Paiva Couceiro.
- Publicação da revista Os Insubmissos.

» 1890
- Ultimato inglês contra as pretensões coloniais portuguesas em África.
- Primeira comemoração do Dia do Trabalhador em Portugal.
- Para coibir os "excessos e desmandos dos jornais políticos", um decreto de 29 de Março suprime a intervenção do júri nos julgamentos por abuso de liberdade de imprensa e alarga a responsabilidade do delito do autor do escrito ao editor ou mesmo, na sua falta, ao dono da tipografia.

- O decreto previa, ainda a suspensão ou encerramento compulsivos dos jornais com base em delitos descritos de forma vaga.

» 1891
- Congresso do Partido Republicano.
- Revolta republicana de 31 de Janeiro, no Porto.
- Lei regulamenta o trabalho de menores e mulheres nas indústrias.
- Primeira mulher matriculada na Universidade de Coimbra.

» 1893
- Inicia-se a publicação do jornal O Velocipedista, primeiro periódico desportivo nacional.

» 1894
- Revolta nativa em Moçambique inicia um período de rebeliões constantes dos colonizados.

» 1895
- Fundado o Partido Socialista Português, liderado por Azedo Gneco.

» 1896
- Fundada a Associação de Jornalistas, por inactividade da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses.

» 1897
- Fundação da Carbonária Portuguesa.
- Fundação da Associação da Imprensa Portuguesa.

» 1898
- Suspensão do decreto de 29 de Março de 1890 não faz abrandar a repressão sobre os jornais desafectos ao regime.
- Congresso Internacional da Imprensa, em Lisboa.

» 1899
- Vitória republicana no Porto, nas eleições.
- Tratado de Windsor garante a integridade dos territórios portugueses em África.

» 1900
- Publicação do jornal republicano O Mundo.

» 1901
- Legalização da actividade das ordens religiosas que tinham sido expulsas pelo marquês de Pombal.
- Criação do Centro Nacional Académico, mais tarde Centro Académico de Democracia Cristã, no qual Salazar participa.

» 1902
- Nasce o Partido Nacionalista, de pendor nacionalista e católico.

» 1903
- Greve dos metalúrgicos prolonga-se por semanas.

» 1904
- Primeiro cinema inaugurado em Lisboa.
- Surge a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, cuja actividade começará no ano seguinte.

» 1906
- Inaugurada a Fundação do Círculo de Estudos Sociais Teófilo Braga.
Republicanos coligados com monárquicos oposicionistas ganham eleições para a Câmara Municipal do Porto.
- Fundada a Escola Superior Colonial.
- Criado o primeiro Liceu Feminino, em Lisboa.
- Primeiro campeonato de futebol.
- Publicação do jornal A Luta.

» 1907
- Ditadura de João Franco.
- Criada a Federação Geral do Trabalho, de orientação sindicalista e revolucionária.
- Decreto sobre a imprensa de 11 de Abril institui os chamados "gabinetes negros", conferências semanais dos agentes do Ministério Público para exame dos jornais da respectiva comarca.
- Decreto de 20 de Junho atribui aos governadores-civis competências para apreenderem e suspenderem periódicos que atentem contra a ordem pública.

- Suspensão temporária da publicação de O Mundo e O País.
- A Associação de Jornalistas reformula os estatutos e passa a denominar-se Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses.

» 1908
- Intentona revolucionária republicana abortada. Líderes republicanos são presos.
- Regicídio. D. Carlos I e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe são mortos.
- D. Manuel II é aclamado Rei.
- Congresso Nacional do Livre Pensamento, de pendor anticlerical.
- Fundação da Academia das Ciências de Portugal, de cariz republicano.
- Republicanos conquistam a Câmara Municipal de Lisboa e outras no sul do país.
- Fundação do diário sindicalista A Greve.
- Fundação do semanário anarquista O Protesto.

» 1909
- Manifestação anticlerical organizada pela Maçonaria junta cem mil pessoas.
- Facção revolucionária triunfa no congresso do Partido Republicano.
- Cisão entre socialistas e anarco-sindicalistas.

» 1910
- Partido Republicano obtém um resultado histórico nas eleições parlamentares.
- Revolução Republicana (5 de Outubro). Exílio da Família Real. Teófilo - Braga torna-se Presidente da República interino.
- Governo republicano expulsa as ordens religiosas, fecha os conventos e extingue os títulos nobiliárquicos.
- Extinção das faculdades de Teologia e Direito Canónico.
- Lei do divórcio.
- Lei da greve.
- Revogação da legislação sobre imprensa de 1907. Decreto reinstitui a liberdade de imprensa sem "caução, censura ou autorização prévia" (28 de Outubro).

» 1911
- Constituição da República acolhe os princípios sobre liberdade de

imprensa estabelecidos no decreto de 28 de Outubro de 1910.
- Assalto às redacções dos jornais monárquicos de Lisboa Correio da Manhã, Liberal e Diário Ilustrado.
- Pastoral dos bispos condena legislação religiosa e da família, mas o Governo republicano proíbe a sua leitura nas igrejas e expulsa o bispo do Porto da sua diocese.
- Greve ferroviária.
- Criação do ensino infantil.
Lei da separação entre as igrejas e o Estado. Corte de relações com a Santa Sé.
- Eleições para a Assembleia Constituinte, que decreta a abolição da Monarquia e a implantação da República.
- Manuel de Arriaga é eleito Presidente da República.
- Primeira incursão monárquica, capitaneada por Paiva Couceiro.
- Instabilidade governativa. Os governos, mesmo os de maioria, suceder-se-ão em catadupa até 1926. As eleições também.
- Fundação da Guarda Nacional Republicana.

» 1912
- Declaração do estado de sítio em Lisboa no decurso de uma greve geral, com 30 dias de suspensão de garantias e censura prévia à imprensa.
- Lei de 9 de Julho atribui às autoridades judiciais, administrativas e policiais competências para apreender jornais com base em motivos como o de serem "redigidos em linguagem despejada e provocadora contra a segurança do Estado, da ordem e da tranquilidade pública".
- Intensificação das medidas anticlericais. Os bispos de Viseu e Coimbra são proibidos de residir nas suas dioceses por um período de dois anos.
- Formação de novos partidos políticos.
- Monárquicos miguelistas e manulistas unem-se pelo Pacto de Dover.
- Segunda incursão monárquica de Paiva Couceiro.
- Primeira participação olímpica portuguesa é marcada pela morte do maratonista Francisco Lázaro.

» 1913
- Primeiro governo do Partido Democrático, presidido pelo "Mata-Frades", Afonso Costa.
- Tentativa frustrada de golpe de Estado.
- Suspensão da publicação de diversos jornais lisboetas.

- Corte das relações diplomáticas com a Santa Sé e encerramento da Embaixada Portuguesa no Vaticano.
- Sublevações monárquicas derrotadas em Lisboa (Julho e Outubro).
- Legislação trabalhista responsabiliza patrões pelos acidentes de trabalho.
- Partido Democrático tem maioria absoluta nas eleições parlamentares.

» 1914
- Criação da União Operária Nacional, de tendência anarco-sindicalista.
- Lançamento da revista Nação Portuguesa, defensora do Integralismo Lusitano, doutrina anti-republicana e antiliberal.
- Tropas portuguesas chegam a Angola e Moçambique para impedir incursões alemães. O afluxo de tropas ás colónias continuará nos anos seguintes.
- [Rebenta a I Guerra Mundial]

» 1915
- Ditadura de Pimenta de Castro nos primeiros meses do ano.
- Requisição dos navios alemães em portos portugueses.
Teófilo Braga assume interinamente a Presidência da República.
- Bernardino Machado eleito Presidente da República.

» 1916
- Alemanha declara guerra a Portugal. Constitui-se o Corpo Expedicionário Português, que irá combater em França, com 30 mil homens, sob comando do general Norton de Matos.
- Tentativa de golpe de Estado de sectores contra a participação portuguesa na guerra.
- Reintroduzida a pena de morte em situações de guerra.
- Lei 495, de 28 de Março, institui a censura preventiva durante a guerra.

» 1917
- Embarque da primeira brigada do CEP, capitaneada pelo então coronel Gomes da Costa, para França. Embarque posterior do resto das tropas.
- Aparições de Fátima.
- Sidónio Pais toma o poder (8 de Dezembro) e, na dupla condição de Presidente da República e do Governo, assume poderes ditatoriais. Afonso Costa é preso e Bernardino Machado destituído.

- Aparece o jornal A Monarquia.
- Devido às arbitrariedades dos censores, a Lei 815, de 6 de Setembro de 1917, restringe a acção da censura às notícias prejudiciais às operações das forças armadas e à defesa nacional.
- Abolição da censura por Sidónio Pais (8 de Dezembro), embora se tenha impedido o reaparecimento de jornais já suspensos ou a fundação de novos periódicos sem autorização prévia do ministro do Interior.

» 1918
- Tentativa frustrada de derrube de Sidónio Pais, em Janeiro.
- Portaria n.º 1149, de 9 de Janeiro, permite aos governadores civis suspenderem por tempo indeterminado as publicações que "em linguagem despejada pretendam perturbar a segurança pública".
- Decreto n.º 4082, de 13 de Abril, restabelece a censura prévia.
- Nova lei eleitoral decreta o sufrágio universal masculino, incluindo para analfabetos. Até então, a participação em eleições estava limitada a uma minoria masculina alfabetizada e com posses.
S- idónio Pais faz-se plebiscitar Presidente da República por sufrágio universal.
- Restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé.
- Batalha de La Lys, em França, termina com vitória alemã. Os portugueses perdem sete mil homens.
- Tentativa frustrada de golpe de Estado anti-sidonista em Outubro.
- Sidónio Pais é assassinado, em Dezembro. O governo é assumido por sidonistas.
- Castello Lopes lança o cinejornal Jornal do Condes.
- [Fim da I Guerra Mundial]

» 1919
- Revolução a partir de Santarém restabelece a Constituição de 1911.
- A Monarquia é proclamada no Porto, por Paiva Couceiro. A "Monarquia do Norte" dura um mês.
- Frustrado pronunciamento monárquico de Monsanto, protagonizado por Aires de Ornelas, na sequência da Monarquia do Norte.
- Abolição da censura prévia, a 28 de Fevereiro, sendo reposta totalmente a garantia constitucional da liberdade de imprensa.
- Instituição do princípio das 48 horas de trabalho semanal e oito horas diárias.

- António José de Almeida é eleito Presidente da República.
- Oliveira Salazar, Gonçalves Cerejeira e outros professores são expulsos da Universidade de Coimbra pelo governo.
- Fundação da Confederação Patronal e da Confederação Geral do Trabalho, de tendência anarco-sindicalista, que será encerrada no ano seguinte.
- Criação da Faculdade de Letras do Porto.
- Surgem novos jornais esquerdistas, como A Batalha (anarco-sindicalista) e A Bandeira Vermelha (comunista).
- Ressurge o jornal A Monarquia.
- A Secção Cinematográfica do Exército inicia a produção sistemática do "cinejornal" Actualidades Portuguesas e a Secção Cinematográfica do Diário de Notícias lança as suas Actualidades Cinematográficas.
- [Tratado de Versalhes]

» 1920
- Portugal na Sociedade das Nações, sendo Afonso Costa o primeiro representante do país.
- Estado de sítio no Porto, após onda de greves.

» 1921
- (Primeira) Greve geral dos jornalistas e trabalhadores da imprensa, durante quatro meses, organizada pela Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa e pela Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal.
- Fundação do Partido Comunista Português.
- Surge a revista Seara Nova.
- Revolta radical em Lisboa. O chefe do Governo, António Granjo, e outros políticos são assassinados, durante a "Noite Sangrenta". Manuel Maria Coelho, um dos revoltosos, forma governo, mas logo é derrubado.

» 1922
- Travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.
- Greve geral e declaração do estado de sítio em Lisboa.

» 1923
- Manuel Teixeira Gomes é eleito Presidente da República.
- I Congresso do Partido Comunista Português.

» 1924

- Tentativas frustradas de revolução comunista em Lisboa (Agosto e Setembro).
- A Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa passa a designar-se Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.
- Fundação da Casa dos Jornalistas por dissidentes da antiga Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa que não aceitaram a sua transformação em sindicato.

» 1925

- Primeiras emissões regulares de rádio em Portugal através da estação P1AA, de Lisboa.
- Pronunciamento militar anti-partidos. O Século é suspenso temporariamente por ocasião da tentativa de golpe de Estado (18 de Abril).
- Burla das "verdadeiras notas falsas" de Alves dos Reis é descoberta e o seu autor preso.
- Manuel Teixeira Gomes renuncia ao cargo de Presidente da República, sendo substituído por Bernardino Machado.
- Nasce a Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

» 1926

- Golpe de Estado militar. O Presidente da República demite-se e entrega o poder a Mendes Cabeçadas. Ditadura Militar. Assembleia e Senado dissolvidos.
- António de Oliveira Salazar é nomeado ministro das Finanças, renunciando ao cargo dias depois.
- A 22 de Junho, um ofício do segundo-comandante da polícia de Lisboa dirigido aos jornais da capital restabelece a censura.
- Gomes da Costa publica, sem efeitos práticos, o Decreto n.º 11839, a 5 de Julho, no qual se garante a liberdade de imprensa, independentemente de censura, caução ou autorização prévia.
- Gomes da Costa chefia novo golpe e assume o poder como chefe do Governo e Presidente da República.
- Óscar Carmona derruba Gomes da Costa, que é desterrado para os Açores.
- Decreto n.º 12008, de 29 de Julho, subscrito por Óscar Carmona, reafirma, igualmente sem quaisquer efeitos, o princípio da liberdade de imprensa, independentemente de censura, caução ou autorização prévia. Partido Comunista entra na clandestinidade.

» 1927
- Tentativa de golpe anti-ditatorial é sufocada com centenas de mortes.
- Tentativa de golpe dos adeptos do Integralismo Lusitano.
- Medidas anti-sindicais, incluindo a proibição da Confederação Geral do Trabalho.

» 1928
- Criada a Polícia de Informação do Ministério do Interior.
- Óscar Carmona é eleito Presidente da República, sem oposição.
- Separação de sexos nas escolas.
- António de Oliveira Salazar é nomeado ministro das Finanças, com plenos poderes para controlar as finanças públicas.
- Tentativa fracassada de golpe antiditatorial em Lisboa, protagonizada pelo Batalhão de Caçadores 7.

» 1929
- Manuel Gonçalves Cerejeira, amigo pessoal de Salazar, é nomeado cardeal-patriarca de Lisboa.
- Campanha do trigo.

» 1930
- Promulgado o Acto Colonial.
- São tornadas públicas as bases em que assentará o futuro partido único, a União Nacional.
- O Partido Republicano é ilegalizado e muitos dos seus dirigentes são presos ou exilados.
- Requerida a aprovação dos estatutos da Associação Portuguesa da Imprensa Técnica e Profissional.
- Fundação do Sindicato da Pequena Imprensa e Imprensa Regional, na sequência do Congresso Internacional da Imprensa Regional. O novo sindicato irá instituir e atribuir o Bilhete de Identidade da Pequena Imprensa e Imprensa Regional.

» 1931
- Primeiro número, ilegal, do Avante!, jornal do Partido Comunista Português.
- Início da publicação do Diário da Manhã, órgão oficioso da União Nacional.

- Primeiras emissões do Rádio Clube Português. Na rádio, a censura exerce-se através de estruturas próprias da empresa ou de censores destacados para o efeito. Também se usavam como mecanismos de controlo a escuta permanente e a gravação de emissões.
- Revolta militar na Madeira.
- Encerramento da sede do Grémio Lusitano, início do processo de ilegalização da Maçonaria, que terminará em 1935.
- Revolta em Lisboa provoca 40 mortos.
- Concluído o processo de fusão, iniciado em 1928, entre a Casa dos Jornalistas e a Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, sob a alçada deste sindicato.

» 1932
- Início da publicação do diário Revolução, órgão do Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto, de ideologia fascista. Será suspenso um ano depois, pois o regime não se revia nas teses nazi-fascistas de Rolão Preto.
- D. Manuel II morre no exílio em Inglaterra. Salazar organizará funerais nacionais para o monarca.
- Salazar assume a chefia do Governo, cargo que ocupará até Setembro de 1968.
- Surge, por dissidência do Sindicato da Pequena Imprensa e Imprensa Regional, o Sindicato Nacional da Imprensa Portuguesa, ligado ao Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão preto.

» 1933
- Promulgação da Constituição do Estado Novo. A Constituição do Estado Novo, paradoxalmente, garante o direito à liberdade de pensamento, mas também prevê que leis especiais regulamentem o exercício desse direito, para "impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social".
- Regulamentada a censura prévia pelo Decreto-Lei n.º 22469, de 11 de Abril. As comissões de censura ficam na dependência do Ministério do Interior, passando posteriormente para a dependência do Secretariado da Propaganda Nacional e ainda para a Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Criação da Emissora Nacional, pública.
- Criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, mais tarde Polícia

Internacional de Defesa do Estado e ainda Direcção-Geral de Segurança.
- Criado o Secretariado da Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro.
- Criado o Tribunal Militar Especial para julgar os crimes contra a segurança do Estado.
- Institucionalizada a Acção Católica Portuguesa.
- Fundado o Sindicato Nacional de Crítica, por António Ferro, sob as bases da Associação de Crítica Dramática e Musical.

» 1934
- Fracassa tentativa de greve geral revolucionária organizada pelo PCP. Governo cria a Acção Escolar Vanguarda, primeira organização de juventude do estado Novo.
- I Congresso da União Nacional.
- Exposição Colonial.
- Rolão Preto e outros dirigentes do Movimento Nacional-Sindicalista são presos e obrigados a exilarem-se. O movimento é ilegalizado.
Primeiras eleições para a Assembleia Nacional, a que só a União Nacional concorre. Pela primeira vez, três mulheres entram no Parlamento português.
- Publicação dos estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas e início da sua actividade. Dissolução, por imposição governamental, do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e outras organizações de classe, por incompatibilidade com os princípios de organização corporativa e do regime do Trabalho Nacional do Estado Novo. O Sindicato Nacional da Imprensa Portuguesa vê os seus estatutos rejeitados pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, o que acarreta a sua extinção.
- Instituída a Carteira de Identidade do Jornalista, atribuída pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas, pelo decreto-lei n.º 24006, de 13 de Junho.

» 1935
- Carmona reeleito Presidente da República.
- Aposentação coerciva dos funcionários públicos não afectos ao regime.
- Ilegalização das "sociedades secretas", medida anti-maçónica.
- Fundada a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, que visa ocupar os tempos livres dos trabalhadores.
- Início das emissões da Emissora Nacional.
- Tentativa frustrada de golpe de Estado apoiada por republicanos e nacional-sindicalistas.
- Prisão de dirigentes do PCP.

» 1936
- Criada a colónia penal para prisioneiros políticos do Tarrafal, em Cabo Verde.
- Criação da Mocidade Portuguesa, organização de juventude do Estado Novo.
- Rebelião frustrada de marinheiros comunistas.
- Surge a Legião Portuguesa, organização para-militar do regime.
- Salazar assume as pastas do Exército, para reorganizar as Forças Armadas, e dos Negócios Estrangeiros, por causa do clima pré-guerra na Europa e da Guerra Civil de Espanha.
- Decreto-Lei n.º 26589, de 14 de Maio, enuncia as medidas preventivas e repressivas dos abusos de liberdade de imprensa, como as multas, apreensão e suspensão das publicações. A fundação de periódicos fica dependente de autorização prévia da Direcção dos Serviços de Censura e desde que reconhecida a idoneidade moral e intelectual dos promotores e estes fizessem prova dos meios financeiros da publicação.
- Surgem rádios regionais privadas sustentadas pela publicidade, como os Emissores Associados de Lisboa, os Emissores do Norte Reunidos, a Rádio Altitude da Guarda, a Rádio Pólo Norte, o Posto Emissor do Funchal, a Estação Rádio da Madeira, o Rádio Clube de Angra e o Rádio Clube Asas do Atlântico.
- [Rebenta a Guerra Civil em Espanha, que terminará em 1939.]

» 1937
- Apesar da proibição de Salazar, vinte mil voluntários portugueses ("Viriatos") juntam-se às tropas de Franco na Guerra Civil de Espanha.
- Atentado falhado contra Salazar, perpetrado por anarquistas.

» 1938
- Início das emissões da Rádio Renascença, Emissora Católica Portuguesa.
- O Governo português reconhece a Junta de Burgos, do general Franco, como legítimo Governo de Espanha.
- Secretariado da Propaganda Nacional passa a realizar periodicamente o cinejornal Jornal Português.

» 1939
- Pacto Ibérico entre Portugal e Espanha.
- Portugal recusa aderir ao pacto anti-comunista "Anti-Komintern" assinado

entre a Alemanha nazi, a Itália fascista e a Espanha nacionalista.
- Acordo com a Inglaterra para reapetrechamento das Forças Armadas portuguesas.
- Salazar proclama a neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial.
- [Início da II Guerra Mundial, que terminará em 1945.]

» 1940
- Tricentenário da Restauração celebrado com a Exposição do Mundo Português, hábil iniciativa propagandística do regime.
- Concordata com a Santa Sé.
- Celebrado em Lisboa o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não-Agressão entre Portugal e Estanha, no âmbito do qual os signatários se comprometem a evitar um envolvimento directo dos países ibéricos na II Guerra Mundial.

» 1941
- Celebrações do tricentenário do primeiro periódico português.
- Universidade de Oxford atribui a Salazar o título de doutor honoris causa.
- Tropas australianas e holandesas invadem de surpresa Timor-Leste com o pretexto de evitar uma invasão japonesa do território.
- Alteração dos estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas e revisão do regulamento de atribuição da Carteira Profissional de Jornalista (anteriormente denominada Carteira de Identidade de Jornalista).

» 1942
- Partida de um contingente militar português de Moçambique para Timor-Leste.
- Óscar Carmona reeleito Presidente da República.
- Cimeira ibérica de Sevilha une os dois ditadores, Salazar e Franco.
- Os japoneses bombardeiam e invadem Timor-Leste sem reacção visível de Portugal, que mantém os laços diplomáticos com o Japão.
- Greve na Carris.
- Inauguração do aeroporto da Portela, em Lisboa.

» 1943
- Greve agrícola, fomentada pelo PCP.
- Acordo que dá facilidades à Inglaterra nos Açores.
- Constituído o Movimento de Unidade Nacional Antifascista

(MUNAF), onde predominavam os comunistas.
- Fundada a Casa dos Estudantes do Império Português, para enquadramento ideológico das elites dos povos colonizados que vinham estudar em Portugal.

» 1944
- Portugal acede aos pedidos ingleses de suspensão da exportação de volfrâmio para a Alemanha nazi.
- O MUNAF divulga um programa de Governo, na expectativa da queda do regime após o fim da guerra.
- Americanos desembarcam em Timor-Leste.
- Acordo concede facilidades militares aos Estados Unidos nos Açores.
- Plano para electrificação de todo o país.
- Fundação da primeira agência de notícias portuguesa, a Agência de Notícias e Informações (ANI), por Dutra Faria e Barradas de Oliveira. A ANI assina um contrato de prestação de serviços com o Estado.
- Fundação da segunda agência noticiosa portuguesa, a Lusitânia, por Luís Lupi, vocacionada para a troca de informações entre a metrópole e as colónias.

» 1945
- Fundada a TAP – Transportes Aéreos Portugueses, companhia "de bandeira" nacional.
- Manifestações de regozijo pela vitória aliada na II Guerra Mundial.
- Oposição autorizada a participar em eleições. Abrandamento da censura. Amnistia parcial dos crimes políticos.
- A Assembleia Nacional concede ao Governo o poder legislativo, ficando restringida a um papel fiscalizador.
- Nasce o Movimento de Unidade Democrática, da oposição não-comunista, mas não participa nas eleições por o Governo ter recusado adiá-las, não dando tempo à oposição para fazer campanha eleitoral.
- A oposição apela à abstenção nas eleições. Ainda assim, votam 56% dos eleitores, que dão mais uma vez a vitória à União Nacional. A partir deste momento, as eleições continuarão a realizar-se pontualmente de quatro em quatro anos, mas não passarão de uma farsa propagandística.
- Inauguração do aeroporto de Pedras Rubras (Porto).
- Os delitos de abuso de liberdade de imprensa passam a ser julgados pelos tribunais plenários de Lisboa e Porto, os mesmos que punem os crimes políticos.

» 1946
- Manifestações em Lisboa e Porto exigem o fim da ditadura.
- Criado o MUD juvenil, dirigido, entre outros, por Mário Soares, que viria a ser Presidente da República nos anos Oitenta.
- A Time publica um artigo crítico para Salazar e o regime. O autor é expulso do país e a Time é proibida em Portugal durante seis anos.
Portugal apresenta o pedido de adesão às Nações Unidas, vetado pela URSS.
- Derrotada tentativa de golpe militar.
- Fundada na ilegalidade a Junta Militar de Libertação Nacional por militares democratas.
- Repressão sobre o MUD. Vários dos seus dirigentes são presos, entre os quais Mário Soares.

» 1947
- Frustrada a tentativa de golpe militar da Junta de Libertação Nacional.
- Repressão generalizada sobre as manifestações e greves. Prisão de dirigentes do MUD. Demissão dos funcionários públicos acusados de participarem em "actividades ilegais" ou por "delito de opinião".

» 1948
- Início da utilização da base das Lajes, nos Açores, pelas forças armadas americanas.
- Ilegalização do MUD.
- O general oposicionista e democrata Norton de Matos anuncia a sua candidatura à Presidência da República.
- Proibido o jornal O Trabalhador, da Liga Operária Católica.

» 1949
- Norton de Matos abdica de concorrer à Presidência da República por duvidar da seriedade do acto eleitoral. Óscar Carmona é reeleito Presidente sem oposição.
- Portugal é membro fundador da NATO.
- Franco visita Portugal.
- União Nacional ganha mais uma vez as eleições legislativas.
- Portugal subscreve a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

» 1950
- União Indiana reivindica a soberania sobre o Estado Português da Índia.

» 1951
- Morre o Presidente Carmona, após 23 anos na chefia do Estado.
- O almirante Quintão Meireles candidata-se à Presidência da República pela oposição não comunista, mas retira a candidatura por duvidar da democraticidade do acto eleitoral. Ruy Luís Gomes candidata-se ao mesmo cargo pela oposição comunista, mas é excluído do processo e agredido por agentes da PIDE e membros da Legião Portuguesa.
- O general Craveiro Lopes é eleito Presidente da República.

» 1953
- União Indiana propõe, na ONU, a integração no seu território do Estado Português da Índia.
- Repressão das manifestações contra o recrutamento forçado de mão-de-obra indígena provoca mais de mil mortos em São Tomé e Príncipe.
- União Indiana encerra embaixada em Lisboa.
- Criadas as Províncias Ultramarinas, em substituição do Império Colonial Português, formado pela metrópole e colónias.
- Bloqueio naval de Goa pela armada indiana.
- Nova vitória eleitoral da União Nacional, sem oposição.

» 1954
- Encerramento da colónia penal do Tarrafal, onde, ao longo dos anos, morreram 32 prisioneiros políticos.
- Formada, por Holden Roberto, a União das Populações do Norte de Angola, primeiro movimento anticolonialista nas Províncias Ultramarinas portuguesas.
- O Reino Unido informa Portugal de que não intervirá no caso de conflito entre o país e a Índia.
- União Indiana ocupa os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar Aveli.

» 1955
- Portugal torna-se membro das Nações Unidas.
- Representação portuguesa em Nova Deli encerrada por determinação do Governo indiano.
- Frustrada uma primeira tentativa, "civil", de invasão dos territórios

portugueses na Índia.

» 1956
- Manifestações dos povos colonizados em Angola, Moçambique e Guiné exigem melhoria das condições laborais.
- Greves em Lisboa.
- Fundação Calouste Gulbenkian inicia as suas actividades culturais e científicas.
- Fundados os movimentos independentistas Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, por Amílcar Cabral, e Movimento Popular de Libertação de Angola, por Agostinho Neto.
- Protestos estudantis nas universidades portuguesas contra a diminuição da autonomia das associações de estudantes.
- Emissões experimentais de televisão da RTP, em Lisboa.

» 1957
- ONU condena a situação nas províncias ultramarinas portuguesas.
- Visita da Rainha Isabel II a Portugal.
- Início das emissões regulares de televisão da RTP. A censura à televisão é feita, tal como na rádio, por censores dentro da própria empresa. Advogados protestam publicamente contra as práticas de tortura da PIDE.
- I Congresso Republicano reúne a oposição democrática em Aveiro.
- O "general sem medo", Humberto Delgado, aceita apresentar-se como candidato da oposição não-comunista à Presidência da República.
- Eleições para a Assembleia Nacional ganhas mais uma vez, sem oposição, pela União Nacional.

» 1958
- Arlindo Vicente apresenta a sua candidatura, conotada com a oposição comunista, à Presidência da República. Retirá-la-á em benefício de Delgado.
- Salazar informa Craveiro Lopes que, devido ao seu perfil esquerdista, não será novamente candidato do regime à Presidência da República. A escolha de Salazar recai sobre o contra-almirante Américo Tomás.
- Campanha eleitoral de Humberto Delgado mobiliza enormes multidões, fenómeno imprevisto pelo regime, que se sente profundamente ameaçado, sobretudo depois de Delgado, questionado sobre o que faria

a Salazar se ganhasse as eleições, ter respondido "Obviamente, demito-o!".
- Eleições presidenciais fraudulentas dão a vitória a Tomás, que seria Presidente até 1974.
- O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, escreve a Salazar, contestando o regime.
- Descoberta conspiração militar para derrubar o regime, dirigida por Humberto Delgado.
- Holden Roberto funda a União dos Povos de Angola (UPA), em substituição da UPNA.

» 1959
- Humberto Delgado pede asilo político à Embaixada do Brasil, em Lisboa, e parte, posteriormente, para este país. Henrique Galvão, por seu turno, refugia-se na Embaixada da Argentina, depois de ter fugido do hospital de Santa Maria.
- Humberto Delgado visita Londres a convite do Partido Trabalhista.
- Descoberta conspiração para um golpe de Estado que envolve elementos da Acção Católica ("Revolta da Sé").
- O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, é impedido de entrar em Portugal no regresso de uma viagem a Roma, sendo forçado a exilar-se.
- Portugal torna-se membro fundador da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).
- Revisão da Constituição determina que o Presidente da República passe a ser eleito por um colégio eleitoral.
- Massacre de 50 estivadores nativos grevistas na Guiné.

» 1960
- Dirigentes do PCP evadem-se do forte de Peniche.
- Tribunal Internacional de Haia reconhece a soberania portuguesa sobre os territórios de Dadrá e Nagal Aveli, ocupados pela Índia em 1954.
- Sublevação campesina em Moçambique termina com um saldo de 500 mortos.
- Portugal adere ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e ao FMI.
- Nações Unidas condenam mais uma vez a política ultramarina portuguesa.
- Fundação do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe.

» 1961
- Revoltosos capitaneados por Henrique Galvão sequestram o paquete

Santa Maria.
- Massacres em Angola cometidos pelos portugueses e pelos indígenas da UPA de Holden Roberto provocam milhares de mortos. O MPLA assalta a Casa de Reclusão Militar, o quartel da PSP e a Emissora Nacional, em Luanda, provocando dezenas de mortos. O Exército Português intervém nos confrontos. Começa a Guerra Colonial.
- Embarca para Angola o primeiro contingente português.
- Falha tentativa de golpe de Estado protagonizada pelo ministro da Defesa, Botelho Moniz, que é demitido por Salazar.
- Criação do Movimento Nacional Feminino.
- O forte de São João Baptista de Ajudá, no actual Benim, é ocupado e incendiado após 280 anos de presença portuguesa.
- Concedida a cidadania portuguesa a todos os habitantes "indígenas" ou "assimilados" das províncias ultramarinas.
- Amílcar Cabral reclama a independência da Guiné e de Cabo Verde, recebendo resposta negativa do Governo português.
- Palma Inácio desvia um avião da TAP e lança panfletos sobre Lisboa.
- União Indiana invade Goa, Damão e Diu, ponto fim à secular presença portuguesa na Índia.

» 1962
- Fracassa ataque ao quartel de Beja, dirigido por Humberto Delgado e pelo capitão Varela Gomes.
- A rádio comunista Portugal Livre inicia emissões para Portugal a partir da Roménia.
- Crise Académica após proibição da comemoração do Dia do Estudante. Violência policial conduz à demissão de Marcelo Caetano do cargo de reitor da Universidade Clássica.
- A UPA transforma-se em Frente Nacional de Libertação de Angola.
Portugal adere ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio).
- Portugal solicita abertura de negociações para aderir à CEE.
- Fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), por Eduardo Mondlane.
- Fundação, em Argel, da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN).
- Fundação, na clandestinidade, do Movimento de Acção revolucionária (MAR) por dirigentes estudantis socialistas e católicos progressistas.

- Alteração estatutária no Sindicato Nacional dos Jornalistas, permitindo a inscrição de directores, subdirectores e jornalistas da imprensa desportiva. O SNJ procurou actualizar o regulamento da Carteira Profissional à luz dos novos estatutos, mas não o conseguiu, pelo que a atribuição de carteiras profissionais esteve suspensa até 1974.

» 1963
- Guerra colonial estende-se à Guiné, por acção do PAIGC.
- Rádio Voz da Liberdade, da responsabilidade da FPLN, inicia emissões a partir de Argel.

» 1964
- Fundação clandestina do Comité Marxista-Leninista Português (CMLP) e da Frente de Acção Popular (FAP) por maoistas dissidentes do PCP.
- Fundação, em Genebra, da Acção Socialista Portuguesa (ASP), por Mário Soares e outras personalidades oposicionistas.
- Escolaridade obrigatória passa para seis anos.
- Guerra colonial estende-se a Moçambique por acção da FRELIMO.

» 1965
- PIDE assassina Humberto Delgado em Espanha.
- Extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores após atribuição de um prémio ao livro Luuanda, de Luandino Vieira, que defendia a libertação de Angola.
- Américo Tomás é reeleito Presidente da República por um colégio eleitoral, sem oposição.
- República Federal da Alemanha inaugura a base aérea de Beja, para treino dos seus pilotos.
- Mário Soares e outros dirigentes da oposição democrática são presos pela PIDE.
- Encerramento da Casa dos Estudantes do Império.
- Manifesto de católicos progressistas contra a Guerra Colonial e o silêncio da Igreja.

» 1966
- Fundação da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), por Jonas Savimbi, intervindo logo a seguir na Guerra Colonial.
- Reaberta a colónia penal do Tarrafal para os dirigentes independentis-

tas de Angola, Guiné e Moçambique.
- Portugal ratifica a Convenção da Organização Internacional do Trabalho que procura assegurar a igualdade salarial entre homens e mulheres pelo mesmo trabalho.

» 1967
- NATO localiza um comando em Lisboa.
- Papa Paulo VI participa no 50º aniversário das aparições de Fátima.
- Publicação, em Roma, do jornal Portugal Socialista, no qual colabora Mário Soares entre outros dirigentes da oposição democrática.
- A Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), dirigida por Palma Inácio, rouba o Banco de Portugal, na Figueira da Foz.
- Greve dos trabalhadores dos transportes colectivos lisboetas (Carris) à cobrança de bilhetes.
- Escândalo de pedofilia do Ballet Rose divulgado pelo jornal inglês Sunday Telegraph. Mário Soares é preso acusado de ser a fonte da notícia.

» 1968
- Início da publicação do jornal A Capital.
- Viagem presidencial de Américo Tomás a Cabo Verde e à Guiné.
- Mário Soares deportado para São Tomé, sem julgamento, sendo posteriormente autorizado a regressar.
- Salazar sofre uma queda que acaba por o incapacitar. Marcelo Caetano é indigitado presidente do Conselho de Ministros.
- Encerramento do Instituto Superior Técnico, acusado de ser um centro subversivo. Os estudantes declaram "luto académico".

» 1969
- Crise académica, iniciada após uma mal sucedida visita de Américo Tomás à Universidade de Coimbra.
- II Congresso Republicano reúne a oposição democrática em Aveiro.
- O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, regressa do exílio.
- Marcelo Caetano visita a Guiné, Angola e Moçambique.
- Oposição comunista (CDE) e não comunista (CEUD) concorre às eleições para a Assembleia Nacional, mas a União Nacional elege fraudulentamente todos os deputados, entre eles Sá Carneiro e Pinto Balsemão, que se distinguem pelas suas posições liberais ("Ala Liberal")

e que, já em democracia, fundariam o Partido Social-democrata, tendo ambos vindo a ser primeiros-ministros de Portugal.

» 1970
- Morte de Salazar.
- União Nacional passa a designar-se Acção Nacional Popular.
- Sá Carneiro e Pinto Balsemão apresentam na Assembleia Nacional um projecto de Lei de Imprensa no qual não há lugar para a censura prévia. Não chega, sequer, a ser discutido.
- O papa Paulo VI recebe dirigentes da FRELIMO, MPLA e PAIGC, sob protestos do Governo português.
- Criado, na clandestinidade, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), maoista.
- Fundação, na clandestinidade, da Intersindical, primeira central sindical portuguesa.
- Atentados da Acção Revolucionária Armada, ligada ao PCP, contra a DGS, o Centro Cultural da Embaixada Americana e material de guerra. Fundação da SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social) por personalidades da Ala Liberal e outros democratas.

» 1971
- Revisão constitucional não consagra uma única das propostas dos deputados da Ala Liberal, que pretendiam democratizar o regime a partir do seu seio.
- Nova lei de imprensa (Lei 5/71, de 5 de Novembro) substitui nominalmente a censura pelo Exame Prévio. Na prática, nada muda.
- Decretado o "estado de excepção" nas universidades por causa da agitação estudantil.
- Atentado da Acção Revolucionária Armada contra a base de Tancos permite a destruição de 16 helicópteros e 11 aviões. Em nova acção, a ARA ataca as comunicações nacionais, que ficam cortadas durante horas.
- Atentado das Brigadas Revolucionárias contra a base da NATO na Fonte da Telha.
- D. António Ribeiro sucede a D, Manuel Gonçalves Cerejeira como cardeal-patriarca de Lisboa.
- Portugal sai da UNESCO em protesto contra o alegado apoio da organização aos movimentos independentistas nas províncias ultramarinas.

» 1972

- Acção Socialista Portuguesa, embrião do futuro Partido Socialista, liderada por Mário Soares, junta-se à Internacional Socialista.
- Tratado de associação de Portugal à CEE.
- Américo Tomás é reeleito Presidente da República por um colégio eleitoral.
- PAIGC admitido como observador nas Nações Unidas.
- Exército Português massacra 400 civis desarmados, incluindo mulheres, crianças e idosos, em Wiriyamu, Moçambique.
- Vigília de católicos progressistas na capela do Rato, em Lisboa, acaba com a prisão dos envolvidos.

» 1973

- Início da publicação do semanário Expresso, de Pinto Balsemão, ligado à Ala Liberal.
- O jornal inglês Times revela o massacre de Wiriyamu.
- Sá Carneiro e Miller Guerra renunciam aos mandatos de deputado na Assembleia Nacional, sendo seguidos pela maioria dos deputados da Ala Liberal.
- III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro.

Marcelo Caetano visita Londres, onde é confrontado com manifestações de protesto.

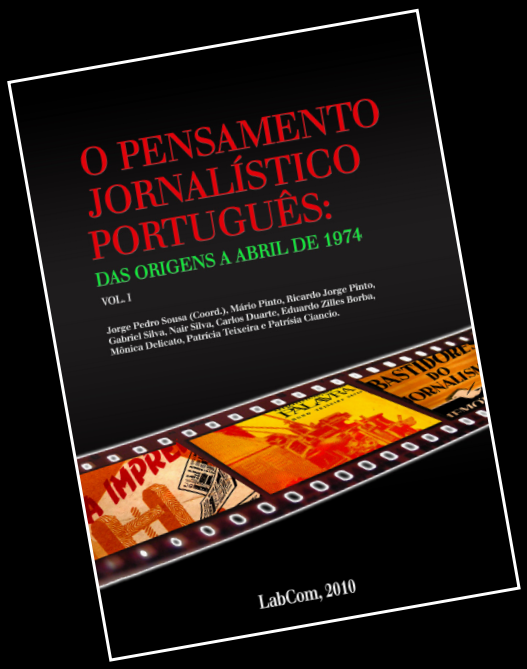
- Primeiras reuniões clandestinas de capitães e outros oficiais das Forças Armadas, inicialmente provocadas pelo descontentamento dos oficiais de carreira pela promulgação de um decreto-lei que permitia aos oficiais milicianos a passagem ao quadro permanente. A 24 de Novembro, o Movimento dos Capitães discute pela primeira vez a hipótese de um golpe de Estado para derrubar o regime. A 8 de Dezembro, é eleita a Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães, composta por Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Vítor Alves.
- Tentativa de golpe de Estado da extrema-direita, liderada pelo general Kaúlza de Arriaga, é denunciada pelo major Carlos Fabião.
- O líder do PAIGC Amílcar Cabral é assassinado em Conakry.
- Proclamação unilateral, pelo PAIGC, da independência da Guiné-Bissau, reconhecida pelas Nações Unidas.
- Eleições para a Assembleia Nacional sem a participação da oposição.

Brigadas Revolucionárias sabotam vários quartéis lisboetas.

- Acção Socialista Portuguesa transforma-se no Partido Socialista, em

reunião realizada na República Federal da Alemanha.
- Congresso dos Combatentes do Ultramar, no Porto, defende, por maioria, a continuação da política do Governo para as províncias ultramarinas e a Guerra Colonial.

» 1974
- O general António de Spínola publica o livro Portugal e o Futuro, ameaçador para o regime e as suas políticas.
- Os generais Costa Gomes e António de Spínola, chefe e vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, são desafiados por Marcelo Caetano a tomarem conta do poder.
- O Movimento dos Capitães aprova as bases do programa do Movimento das Forças Armadas.
- Marcelo Caetano pede a demissão ao Presidente da República, que não a aceita.
- Cerimónia de apoio ao Governo leva à Assembleia Nacional grande número de oficiais generais, logo alcunhados de "Brigada do Reumático".
- O Governo demite Costa Gomes e Spínola, argumentando com a ausência destes da cerimónia de apoio ao Governo.
- Tentativa golpista frustrada de oficiais spinolistas, a partir das Caldas da Rainha.
- Movimento das Forças Armadas é bem sucedido no golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, que derruba o regime. Nesse dia, vários jornais já não foram à censura.



Livro produzido no âmbito do projecto "Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974", referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-01-0124-FEDER-009078, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de Apoio III, comparticipado pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.